GABRIEL PASSETTI

O mundo interligado:

poder, guerra e território nas lutas na Argentina e na Nova Zelândia (1826-1885)

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História Social da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo

Orientadora:

Prof^a Dr^a Maria Ligia Coelho Prado

São Paulo

2010

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

PASSETTI, Gabriel. **O mundo interligado: poder, guerra e território nas lutas na Argentina e na Nova Zelândia (1826-1885)**. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Quatro anos e meio. Praticamente a mesma duração da expedição de FitzRoy com o *Beagle*. Neste longo caminho por mares nunca antes navegados, encontrei portos amigos nos lugares mais inusitados do globo. Escreverei de alguns, sem seguir o roteiro clássico.

Em meio a tempestades e calmarias que a pesquisa trouxe, sempre pude contar com a Leka. Não há palavras para agradecer a ajuda, atenção, amor, paciência e compreensão. Nas horas mais tensas e trabalhosas, nas distâncias inenarráveis de dezenas de milhares de quilômetros, sempre esteve ao meu lado. Juntos, ganhamos a Manu: felicidade, carinho, surpresa, momentos inesquecíveis... Diante de um pai e seu computador, conseguiu um teclado para brincar; ao lado de um pai leitor, papéis para desenhar. A paciência e a impaciência com um pai mais ausente do que gostaria, as viagens não compartilhadas, e as paradas muito aproveitadas. A cada dia, uma surpresa e um aprendizado para lembrar que há muita vida lá fora.

Meus pais, Edson e Dodi: mais do que o carinho, a atenção e o apoio irrestritos, foram fundamentais desde sempre. Quando paro para pensar nas escolhas que fiz, nos percursos que percorri, é impossível deixar de pensar em quanto eles são importantes. Como dissociar a convivência e os aprendizados cotidianos com um cientista político e uma antropóloga, de meus gostos e inquietações acadêmicas? Livros, viagens e até umas lanças foram essenciais, sem a preocupação de serem centrais.

O caminho que trouxe a essa tese começou há dez anos, em uma aula inesquecível da Ligia sobre a Argentina no século XIX. Poucos dias depois, a procurei: inquieto, queria saber mais. E pensar que tudo começou com o Mansilla, passou pelo inesquecível Calfucurá e acabou onde jamais imaginei, com FitzRoy e Potatau Whero-Whero. As orientações sempre precisas, atentas, animadas e provocadoras... Ao encampar essa pesquisa, também foi levada a histórias e historiografias absolutamente novas, e mais uma vez, mostrou seu vigor acadêmico e olhar atento, mesmo quando discutíamos o outro lado do planeta.

Meus reais e sinceros agradecimentos à Fapesp. Sem a bolsa e a reserva técnica, teria sido impossível realizar esta pesquisa da forma com fiz e com as fontes percorridas: fui à Inglaterra e à Nova Zelândia. Visitei arquivos, bibliotecas e encontrei outros pesquisadores. Pude montar uma verdadeira biblioteca de história do Império Britânico, da Oceania, da

Argentina e de relatos de viagens. Agora na biblioteca da FFLCH-USP, espero, com aqueles mais de cinquenta livros, ter contribuído para que outros procurem seus portos.

Antes da bolsa, contei com o formidável apoio e dedicação de três queridos que, em suas viagens pessoais, dedicaram dias para recolher material na *British Library*, fazendo de tudo para contornar padrões e regras britânicos. Meu irmão Fernando, e depois Rapha e ReLu (que se aventuraram por lá quase sem falar inglês), foram essenciais para dar aquela ajuda no começo da pesquisa. ReLu, em especial, durante todos esses anos, sempre oferecendo tudo o possível para proporcionar a tranquilidade que a pesquisa demandava.

Quando estive na Nova Zelândia, contei com a entusiasmada e atenciosa recepção de alguns pesquisadores, dispostos a conversar com um desconhecido brasileiro durante as férias. As breves conversas e muitas indicações e sugestões de Giselle Byrnes, Anne Salmond, e James Belich foram cruciais. Ainda durante a viagem, tive a oportunidade de encontrar com Walescka Pino-Ojeda, a quem agradeço o acolhimento e o convite para apresentar a pesquisa em evento promovido pelo Centro por ela dirigido, o *New Zealand Centre for Latin-American Studies*, da Universidade de Auckland. A todos do NZCLAS, meus sinceros agradecimentos pela recepção, conversas e inquietações.

Ainda durante o mestrado, os encontros com Marcela Tamagnini, em Rio Cuarto, e Martha Bechis, em Buenos Aires, foram esclarecedores sobre as múltiplas relações entre indígenas e *criollos*. Lá começaram a surgir alguns pontos desenvolvidos somente agora. Seu interesse contínuo e o apoio na forma de envio de material são memoráveis.

Esta foi uma pesquisa pautada em material de arquivos e eu jamais poderia deixar de agradecer a todos que facilitaram ao máximo o acesso aos documentos e as suas cópias, tiveram paciência e compreenderam o tempo curto de quem estava de passagem. Aos funcionários do IEB/USP; *The National Archives*, *Archives New Zealand*, *Archivo General de la Nación*, *Servicio Historico del Ejercito* e *Archivo Historico de Córdoba*; das bibliotecas Britânica, Nacional da Nova Zelândia e da Argentina, e das Universidades de Londres, Cambridge, Auckland, Waikato, Victoria de Wellington, Buenos Aires e Córdoba.

A leitura, questionamentos e proposições dos Professores Modesto Florenzano e Mary Anne Junqueira, do Departamento de História da USP, durante o Exame de Qualificação, foram precisos e fundamentais. Suas contribuições, críticas e explicações foram cruciais para a definição de rumos nesta pesquisa. Antes, durante e depois, com preciosas sugestões e a constante abertura para o diálogo, promoveram sempre a troca acadêmica.

Desde 2009, participo das discussões promovidas pelo Diretório de Pesquisas CNPq “Trânsitos nas Américas: viagens e viajantes (sécs. XIX e XX)”. Além da já citada Prof^a Mary Anne Junqueira, agradeço à Stella Maris Scateni Franco Villardaga, à Kátia Gerab Baggio e aos colegas deste grupo em expansão, pela entusiasmada recepção, trocas de fontes, bibliografias e desafios. Carla e Flávio, colegas de longa data, sempre atentos, animados e bem-humorados, ajudaram consideravelmente nas discussões sobre os relatos de viagem.

A todos reunidos em torno do Projeto Temático Fapesp “Cultura e política nas Américas: circulação de ideias e configuração de identidades (séculos XIX e XX)”, pelo alto nível das discussões, por proporcionar trocas incríveis e pelas muitas contribuições advindas das duas apresentações que fiz desta pesquisa, em outubro de 2007 e março de 2009. Meu sincero agradecimento a todos, conscientes da impossibilidade de listar tantos aqui. Gabriela Pellegrino Soares e Tereza Spyer, atentas e interessadas, sempre ajudaram das mais variadas formas, há bastante tempo.

Sempre presentes, Fabio e Patricia, Bena e Fernanda, Fê e Fabia, proporcionaram aqueles momentos tão preciosos quando era preciso fazer pausas na pesquisa. Conversas, ajudas irrestritas e bons momentos fora da academia são fundamentais para a passagem por uma pesquisa tão extensa.

Martha Gambini, com sua leitura atenta e revisão criteriosa, deu novamente o toque final a meu texto. Não tenho como agradecer pela atenção e agilidade. O mesmo posso dizer de Valdir Santos e sua ágil e precisa ajuda com a tradução dos documentos em espanhol.

Durante todo o tempo da pesquisa, também fui professor nas poucas horas autorizadas pela Fapesp. A recepção, compreensão e abertura que tive, por parte do Colégio Equipe, para montar cursos são inesquecíveis. O aprendizado e o convívio cotidiano com colegas proporcionaram excelentes momentos. Cada qual, ao seu modo, James, Mauro, Luciana, Luana e Ausonia, entre outros, foram cruciais na hora da pesquisa, das conversas e da sala de aula. Aos alunos que, com sua curiosidade sem fim, trouxeram a provocação, abrindo sempre novas possibilidades. O aprendizado com eles sempre foi imenso e intenso.

Nestes últimos meses, já sem a bolsa, o convívio com colegas e alunos da Faculdade Santa Marcelina, da Escola da Cidade e do Colégio São Domingos foram também sempre agradáveis e instigantes e marcaram o início de uma nova fase.

A todos, muito obrigado! Agora, outros portos e desafios chamam.

São Paulo, julho de 2010

RESUMO

PASSETTI, Gabriel. **O mundo interligado: poder, guerra e território nas lutas na Argentina e na Nova Zelândia (1826-1885)**. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Esta tese analisa as relações entre indígenas e *criollos* estabelecidas na Argentina e as entre os Maori e os *pakeha* na Nova Zelândia, entre as décadas de 1820 e 1880. Suas fontes são relatos de viagens, cartas, relatórios, petições, abaixo-assinados, leis e tratados de paz. São acompanhadas as transformações ocorridas no período, traçados os diferentes projetos dos grupos em luta pelo poder político, as aproximações e distanciamentos, e as estratégias de Caciques e Chefes para participar e controlar as redes de trocas, e evitar a perda de poder e territórios. A análise da atuação britânica permitiu estabelecer conexões entre regiões distantes no espaço, mas próximas quanto às situações vividas. A comparação entre uma colônia do Império Britânico e uma república recém-independente permitiu a compreensão da circulação de ideias, pessoas e produtos e a consolidação de imagens e de discursos que estabeleciam diferenças entre anglicanos e católicos, monarquistas e republicanos. Diante da expansão liberal, tanto os indígenas pampeanos quanto os Maori da Nova Zelândia superaram tradicionais rivalidades e tentaram expulsar *criollos* e *pakehas*. Quando foram associados à barbárie por colonos, militares e governantes, enfrentaram os exércitos, armados com os mais recentes e eficientes inventos da guerra, do transporte e da comunicação. Combatidos por estratégias etnocidas ou genocidas, foram derrotados, tiveram seus territórios anexados às jurisdições, terras inseridas nos mercados, e as próprias existências independentes suprimidas.

Palavras-chave: Argentina, Nova Zelândia, Império britânico, Relato de viagem, Resistência nativa, Civilização e barbárie

ABSTRACT

PASSETTI, Gabriel. **Connected worlds: political power, war and territory in the struggles in Argentina and New Zealand (1826-1885)**. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

This research are focused on comparisons on political, social and commercial relations between the indigenous peoples of Argentina and the *criollos*, as whell as the Maori and *pakeha* in New Zealand, from 1826 to 1885. During this time, the political power balance changed from a clear native superiority, to a draw in the 1850's and, then, a quick turn on the next years. One of the major objectives of the research is the comprehension of the strategies and interests of different groups of natives in establishing close or distant relations, and joining in trade networks. The comparison between a British white settler colony and a republic, recently independent, exposed how ideas, people and products circulated through the globe. Facing major liberal interests in their lands, and willing to defend their own authority, sovereignty, and freedom, native Chiefs united themselves in organized resistance confederations, as the King Movement in New Zealand, and Salinas Grandes in Argentina. Associated by settlers, military and the government to barbarism, they were attacked by professional armies and their modern guns, transports and communication. Beaten by ethnocide or genocide strategies, they lost their territory to official government jurisdiction, their land to the markets, and their own existences as independent were suppressed. The sources analyzed were travel accounts, letters, reports, claim, laws and peace treaties.

Key-words: Argentina, New Zealand, British Empire, travel writing, native resistance, civilization and barbarism

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Rota da expedição do <i>HMS Beagle</i> (1831-1836)	60
Mapa 2 – A extensão do Império Britânico em 1815	80
Mapa 3 – Províncias, regiões e principais povoamentos na Nova Zelândia colonial	119
Mapa 4 – <i>Bay of Islands</i> e a localização dos principais locais dos combates em 1845	141
Mapa 5 – Região do Estreito de Cook	162
Mapa 6 – Principais regiões citadas no Capítulo III, referentes à Nova Zelândia	194
Mapa 7 – A rota da <i>Great South Road</i> e o rio Waikato, idealizada por Cameron	218
Mapa 8 – A linha de <i>redoubts</i> construída durante a “Invasão do Waikato”	226
Mapa 9 – Área confiscada no Waikato e a rota da invasão	234
Mapa 10 – Colonização espanhola na região platina e áreas indígenas	244
Mapa 11 – Zonas sob controle indígena na primeira metade do século XIX	247
Mapa 12 – Avanços e retrocessos entre 1833 e 1855	285
Mapa 13 – Principais alterações na linha de fronteira entre 1852 e 1870	312
Mapa 14 – Avanços da fronteira de 1860 a 1876, destacando a trincheira de Alsina	327
Mapa 15 - Locais percorridos pelo exército durante as Campanhas do Deserto	341

LISTA DE SIGLAS

AGN – Archivo General de la Nación (Argentina)

AHC – Archivo Historico de Córdoba (Argentina)

ANZ – Archives New Zealand (Nova Zelândia)

CLECs – Colonial Land and Emigration Commissioners

CMS – Church Missionary Society

HMS – His/Her Majesty's Ship

NZCo – New Zealand Company

SHE – Servicio Historico del Ejercito (Argentina)

TNA – The Nacional Archives (Inglaterra)

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo I – Viagens marítimas e a dimensão planetária da expansão britânica na primeira metade do século XIX	28
a. Viajantes europeus pelo globo	30
b. A expedição de Phillip Parker King à América (1826-1830)	43
c. Robert FitzRoy, capitão do <i>HMS Beagle</i> e o mapeamento do sul do continente	51
d. Relatos de viagens de comandantes-exploradores	59
e. A travessia do Pacífico: os ingleses na Oceania	72
f. Projetos em debate na Grã-Bretanha: ser ou não ser imperial?	78
g. Os missionários e o <i>imperial humanitarianism</i>	83
h. Os <i>Colonial Reformers</i> e as companhias de colonização	87
i. Nativos, missionários e europeus: a Nova Zelândia nas primeiras décadas do século XIX	91
j. A publicação de <i>Narrative</i> de FitzRoy e seu projeto para o Império	94
 Capítulo II - Projetos para a Nova Zelândia: um “Império de boas intenções”?	103
a. Investimentos e pressão política pela anexação da Nova Zelândia	104
b. A Coroa e as estratégias de “proteção” aos Maori	107
c. O Tratado de Waitangi: soberania e posse	112
d. A organização do governo colonial e a questão fundiária	116
e. A <i>New Zealand Co.</i> , os missionários e a disputa pela preferência governamental ...	120
f. A posição da Nova Zelândia e suas relações com o Império	126
g. O fracasso do governador FitzRoy: os <i>humanitarians</i> desafiados pelos Maori	136
h. A vitória da ideia de soberania da Coroa	152
i. As campanhas do Distrito Sul – Vale do Hutt e Wanganui	162
j. Civilização e barbárie na visão dos homens da zona de contato neozelandesa	171
k. Ideias liberais e a transformação da concepção do uso da terra	174

Capítulo III - Ciência, capital e armas na consolidação do Império Britânico 180

- a. A confiança dos súditos em seu Império 181
- b. O governador George Grey: pacificação e expansão territorial 186
- c. A resistência Maori unificada 191
- d. A ofensiva militar Maori em Taranaki 199
- e. A Guerra da Crimeia e as transformações nas estratégias militares 211
- f. O retorno de George Grey à Nova Zelândia 214
- g. A tecnologia como arma da “civilização” 221
- h. A “Invasão do Waikato” pelo Exército Imperial: telégrafo, vapores, soldados e canhões 224
- i. Após Waikato: britânicos e Maori em uma nova Nova Zelândia 232
- j. Nova Zelândia: a colonização da barbárie 238

Capítulo IV – Lutas por poder e por territórios na Argentina 241

- a. Os grupos indígenas do sul 243
- b. Conflitos e tensões nas zonas de contato pampeanas 248
- c. Juan Manuel de Rosas, Juan Calchucurá e as estratégias de convivência 253
- d. O Império Britânico e a Argentina na primeira metade do século XIX 261
- e. Circulação de ideias, viajantes britânicos e liberais portenhas 264
- f. A ascensão dos unitários e as alternativas para a “nova” Argentina 271
- g. O Estado centralizado e os diferentes projetos para a conquista dos pampas 293

Capítulo V – Ciência, capital e armas na consolidação da República Argentina 301

- a. Guerra do Paraguai: ofensiva indígena e recuo *criollo* 302
- b. A resistência indígena unificada 315
- c. A nova relação de forças nos pampas: o uso da tecnologia contra a “barbárie” 321
- d. A desestruturação da organização indígena: os ataques aos caciques 330
- e. As “Campanhas do Deserto” 333
- f. Após as Campanhas: *criollos*, imigrantes e indígenas 343
- g. Argentina: a colonização da barbárie 349

Capítulo VI – Conexões e comparações: Nova Zelândia, Argentina e a colonização da barbárie	354
a. Robert FitzRoy, viajante e governador	355
b. A Grã-Bretanha e o mundo interligado	357
c. O poder e a força dos nativos	360
d. Tenso convívio e o controle das terras	362
e. A violência cotidiana nas zonas de contato	365
f. Ciência, tecnologia e as novas estratégias para a dominação	366
g. Guerras externas e transformações nos exércitos	370
h. Tensão crescente: as Confederações nativas e os brancos armados	371
i. A opção pelo enfrentamento	373
j. Diferenças nos combates: meios diversos para o mesmo fim	378
k. O legado da “Invasão do Waikato” e das “Campanhas do Deserto”	382
l. A colonização da barbárie	383
 Referências bibliográficas	 386

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Uma das marcas do século XIX foi a consolidação das estruturas dos Estados, pautada pela inserção de alguns territórios, até então controlados por povos nativos, às suas jurisdições. Este processo se caracterizou por confrontos, resistências, aproximações e alianças. Perspicazes estrategistas, os Maori da Nova Zelândia e os indígenas dos pampas argentinos estiveram entre os muitos povos que organizaram intensas resistências.

Esta tese analisa como se deram múltiplas relações entre brancos e nativos¹ nestes locais, estabelece conexões e constrói comparações entre estas situações. Mesmo distantes no espaço, estas regiões se aproximaram quanto a situações vivenciadas e às soluções planejadas por seus protagonistas.

Os marcos cronológicos da pesquisa situam-se entre os anos de 1826 e 1885, longo período caracterizado pelo estabelecimento, ápice e fim de configurações de forças nas regiões estudadas. Nestes anos, não foram poucos os grupos de pressão que apresentaram propostas para a dominação das terras dos Maori e dos indígenas pampeanos, oscilando entre estratégias de conversão e assimilação dos missionários no início do século, até a execução das expedições militares em suas décadas finais. Assimilados, conquistados ou dominados, aos povos nativos não foi oferecida alternativa, exceto a de insistentemente resistir para conter o controle estatal sobre si e seus territórios. Estas tensas e intensas relações marcaram as formas de compreender e se relacionar, cruciais para delimitar oposições, opções e estratégias de combate.

A partida da expedição de mapeamento britânica comandada por Phillip Parker King e Pringle Stokes, em 1826, assumida durante seu curso por Robert FitzRoy, delineia o início da pesquisa, pois a viagem e seus produtos foram centrais para configurar as novas relações entre

---

¹ Uma das primeiras estratégias adotadas pelos povos em expansão, para a conquista de outros, é a criação de categorias homogeneizantes para definir os “povos nativos”, originais, encontrados nas terras. Suprimir particularidades, especificidades, alianças e rivalidades é uma forma de impor domínio e conhecimento, estabelecer hierarquias e justificar violências. Assim ocorreu nas Américas, quando os espanhóis categorizaram os habitantes como “índios”, e também na Nova Zelândia, quando os britânicos os definiram enquanto “Maori”. Estas categorias permeiam toda a documentação e foram utilizadas criticamente na escrita desta tese. São empregadas, pois um dos objetivos centrais da pesquisa foi a compreensão da delimitação de grupos em oposição e imagens sobre si e os outros. “Indígenas”, “Maori” e “nativos” são generalizações, assim como “brancos”. Este termo pode ser associado à raça biológica, mas foi aqui empregado para aproximar os *pekaha* – os britânicos na Nova Zelândia – e os *criollos* – os descendentes dos espanhóis na América, sabendo-se, inclusive que estas denominações excluem, implicitamente, os grupos mestiços, tão importantes para a compreensão das relações aqui analisadas. A despeito das limitações e generalizações que os termos “brancos” e “nativos” impõem, o exercício da comparação histórica não me permitiu escapar da utilização, na narrativa, destas categorias.

os britânicos e o planeta. A rendição de Valentín Saygüequé, o último grande cacique independente, na região do Neuquén, na Argentina, no primeiro dia do ano de 1885, sinalizou o final, por sua vez, de uma época e o ocaso do poder indígena, pontuando o final do presente estudo.

A análise aqui proposta procura ampliar a discussão estabelecida na dissertação de mestrado “Indígenas e *criollos*: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)”², defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP, em 2005. O objetivo, naquela oportunidade, era compreender as relações políticas estabelecidas entre brancos e nativos nos pampas na segunda metade do século XIX, após a ascensão dos liberais ao poder de Estado, para delimitar alianças, aproximações, distanciamentos, resistências e, ao mesmo tempo, delinear a construção de um imaginário social sobre o indígena como bárbaro, sanguinário e incivilizável a ser combatido e extirpado pela força das armas.

Durante a finalização daquela pesquisa, cresceu o interesse pela análise das formas pelas quais as relações entre indígenas e *criollos* na Argentina foram vistas e entendidas por visitantes e comentadores estrangeiros. A primeira fonte estudada foi o diário de viagem publicado por Robert FitzRoy³, comandante da expedição britânica de mapeamento do *His Majesty's Ship (HMS) Beagle*, entre o final da década de 1820 e o início da seguinte, que acompanhou as expedições militares comandadas pelo governador portenho Juan Manuel de Rosas contra os indígenas, em 1833.

Por meio dos escritos daquele comandante, foram identificadas conexões possíveis entre estas duas regiões, e constatadas comparações explícitas entre a Argentina e a Nova Zelândia, focalizadas, principalmente, nas relações entre brancos e nativos. A leitura desta fonte expandiu a pesquisa, cujos objetivos passaram a abarcar não apenas as formas pelas quais estrangeiros observaram, relataram e comentaram as relações entre indígenas e *criollos* mas, também, a comparação de suas práticas enquanto agentes de Estado em regiões onde havia a expansão territorial. Robert FitzRoy mostrou-se, novamente, central, por exercer a dupla função: comandou a expedição e tornou-se governador da recém estabelecida colônia britânica na Nova Zelândia.

A viagem e seu relato foram centrais para pesquisa. O primeiro núcleo da análise consistiu em compreender os objetivos específicos daquele tipo de expedição científica de

---

² PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH, USP, São Paulo, 2005.

³ FITZROY, Robert. *Narrative of the surveying voyages of His Majesty's Ships Adventure and Beagle, between the years 1826 and 1836*. Londres: Henry Colburn, 1839.

mapeamento do globo, os grupos envolvidos em seu financiamento, e seus incentivadores. Diante desta fonte, buscaram-se os objetivos e interesses do autor e dos grupos a ele vinculados à publicação, a ressonância da circulação da obra e eventuais repercussões de suas ideias. Pretendeu-se situar como foram descritas as relações entre brancos e nativos, se os últimos foram entendidos como interlocutores políticos, as condições para a defesa da posse de terras por cada grupo, e as estratégias de catequese e “civilização” propostas.

São poucos os estudos acadêmicos relacionados às condições materiais, desafios e objetivos específicos às viagens de exploração e mapeamento científico do globo no século XIX⁴. A historiadora Mary Anne Junqueira estuda expedições semelhantes realizadas pelos EUA e publicou artigos esclarecedores sobre o tema⁵.

O relato de viagens é uma das principais fontes para as pesquisas sobre os momentos de contato, colonização e conquista, também para a compreensão das ideias em circulação sobre determinada região⁶, e para definir as construções a respeito da alteridade em uma época⁷. Analisados principalmente por historiadores e críticos literários, os relatos oferecem diferentes possibilidades de análise⁸, por meio de distintas linhas de interpretação.

Antes entendidos como fontes fidedignas das realidades visitadas, os relatos foram posteriormente revistos como representações de ideias pré-concebidas dos viajantes. Na atualidade, são compreendidos por uma série de autores como o produto da viagem, relacionado aos interesses do viajante e dos grupos a ele vinculados, em uma época e local determinados. As coletâneas organizadas por Peter Hulme, Tim Youngs⁹ e Glenn Hooper¹⁰

⁴ Há uma significativa produção sobre dois expedicionários específicos, modelos para os que os seguiram. Para as viagens de James Cook: SALMOND, Anne. *The trial of the cannibal dog: Captain Cook in the South Seas*. Auckland: Penguin, 2003; para Alexander Von Humboldt: PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru: Edusc, 1999. A segunda viagem do HMS Beagle foi objeto de vários pesquisadores, interessados em compreender o contexto da elaboração da teoria da evolução das espécies pela seleção natural pelo naturalista Charles Darwin. Sobre esta viagem, GRIBBIN, John; GRIBBIN, Mary. *FitzRoy. The remarkable story of Darwin's Captain and the invention of the weather forecast*. New Haven/Londres: Yale University Press, 2004.

⁵ A autora discute esta fonte em alguns artigos: JUNQUEIRA, Mary Anne. “Charles Wilkes, a U.S. Exploring Expedition e a busca dos Estados Unidos da América por um lugar no mundo”. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 13, 2008; “Ciência, técnica e as expedições da marinha de guerra norte-americana, U. S. Navy, em direção à América Latina”. *Varia História*, Belo Horizonte, Vol. 23, 2007.

⁶ Os relatos de viagens estão entre as fontes principais da obra de Antonello Gerbi: *O Novo Mundo – história de uma polêmica*. Tradução de Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

⁷ Os estudos de Tzvetan Todorov são relevantes nesta área: *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Tradução de Sérgio Goes de Paula. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

⁸ BORM, Jam. “Defining travel: on travel book, travel writing and terminology”. In: HOOPER, Glenn; YOUNGS, Tim (ed). *Perspectives on travel writing*. Hants/Vermont: Ashgate, 2004.

⁹ HULME, Peter; YOUNGS, Tim (eds). *The Cambridge companion to travel writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, 3ª ed.

¹⁰ HOOPER, Glenn; YOUNGS, Tim (ed). *Perspectives on travel writing*, op. cit.

reúnem artigos teóricos e estudos de situações específicas, definindo e levando adiante esta linha de análise.

Em *Os olhos do império*¹¹, Mary Louise Pratt pautou-se nas relações entre os escritos dos viajantes europeus, os interesses pessoais e dos grupos aos quais eles se vinculavam, a circulação e o consumo dos relatos, e a construção de imagens específicas sobre as regiões visitadas. Seu estudo é referência para a análise dos relatos de viagens; e seus críticos¹² questionam o que viram como uma homogeneização do estrangeiro enquanto agente imperial.

Alguns pesquisadores investigaram as ideias concebidas pelos europeus sobre a América¹³. A pesquisa de Luciana Martins¹⁴ é uma contribuição decisiva quanto à análise dos diários de viajantes ingleses ao Rio de Janeiro e as formas pelas quais eles apresentaram determinadas imagens e ideias daquela cidade para seus leitores europeus. Na Argentina, foram estudados os relatos de viajantes britânicos à região, as imagens por eles difundidas e as relações entre seus relatos, a difusão e a transformação de algumas concepções de mundo e projetos por grupos *criollos*¹⁵.

O segundo eixo analítico desta tese voltou-se para os interesses, objetivos e estratégias envolvidos nas relações entre brancos e nativos na Argentina e na Nova Zelândia. Diante de documentação manuscrita produzida por administradores governamentais, militares, colonos, religiosos e Chefes nativos, o enfoque recaiu nos contatos políticos e na configuração de alianças e oposições; no papel militar e nos interesses dos nativos aliados aos brancos; nos interesses econômicos envolvidos; as nuances das transformações nas formas de descrever, entender e se relacionar com os outros; nas estratégias e objetivos das confederações de nativos estabelecidas na segunda metade do século; nas disputas entre os projetos assimilacionistas e beligerantes entre os brancos.

Cartas, relatórios, abaixo-assinados, circulares, tratados, leis e proclamações, quase todos manuscritos e guardados em arquivos públicos visitados, compuseram o corpo documental analisado. Grande parte do material referente à Nova Zelândia ainda se encontra na antiga metrópole, a Inglaterra, e está arquivado no *The National Archives* (TNA), em

¹¹ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*, op. cit.

¹² Entre os autores utilizados nesta pesquisa, cito: MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; CICERCHIA, Ricardo. *Viajeros ilustrados y románticos en la imaginación nacional*. Buenos Aires: Troquel, 2005; CALDER, Alex; LAMB, Jonathan; ORR, Bridget. *Voyages and Beaches. Pacific encounters, 1769-1840*. Honolulu: University of Hawai'i Press, 1999.

¹³ A pesquisa de Stella Maris Scatena Franco propõe o estudo do processo inverso – o olhar de americanos sobre a Europa e os EUA: *Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

¹⁴ MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes*, op. cit.

¹⁵ CICERCHIA, Ricardo. *Viajeros ilustrados y románticos en la imaginación nacional*, op. cit.; PRIETO, Adolfo. *Los viajeros ingleses y la emergencia de la literatura argentina*. Buenos Aires: Tierra Firme, 2003.

Londres. Naquele país, ainda foram consultadas fontes na *British Library* e nas bibliotecas das Universidades de Londres e Cambridge.

O *Archives New Zealand* (ANZ) abriga os materiais produzidos pela administração colonial local. Sua sede, em Wellington, e seu escritório local em Auckland, assim como as bibliotecas das Universidades de Auckland, Waikato e Victoria de Wellington, também foram freqüentadas.

Na Argentina, a documentação foi coletada em três locais distintos: o *Archivo Historico de la Nación* (AGN) e o *Servicio Historico del Ejército* (SHE), em Buenos Aires, e no *Archivo Historico de Córdoba* (AHC), na cidade de Córdoba. Naquele país, também foram visitadas a Biblioteca Nacional e as das Universidades de Buenos Aires e Córdoba, em duas oportunidades.

O principal corpo documental é composto de cartas. Escritas por nativos, militares, colonos e missionários, elas expressam as tensões inerentes ao convívio entre nativos e brancos; evidenciam negociações e traições; apresentam projetos, polêmicas e discussões. A leitura crítica destas fontes procurou entender as informações apresentadas, questioná-las e identificar nuances e disputas subjacentes às mesmas.

A origem do autor da correspondência interferiu em sua leitura. Os textos escritos pelos brancos, em seus próprios idiomas, em suportes consagrados e com técnicas consolidadas, expressaram suas habilidades escritas e retóricas, objetivos, interesses e vinculações político-econômicas.

Os nativos também escreveram cartas. Alguns haviam aprendido o idioma ocidental com os missionários e outros utilizaram tradutores e escribas. Suas cartas são alguns dos poucos acessos possíveis aos seus discursos, mas sua leitura deve sempre ser problematizada. Vários autores fazem a crítica destas fontes, considerando o suporte e o idioma ocidentais restritivos, inviabilizando a verdadeira tradução das idéias do autor nativo, e como armas da dominação cultural em sociedades colonizadas¹⁶.

Negar a leitura das cartas escritas pelos nativos significaria subestimá-los e mesmo desqualificá-los enquanto agentes políticos, ignorando suas estratégias de negociação e

---

¹⁶ Essa discussão é apresentada, entre outros autores, por: BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Reis e Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. "Subaltern studies: deconstructin historiography". In *other worlds: essays in cultural politics*. Londres: Routledge, 1988; WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura (eds). *Colonial discourse and post-colonial theory*. Londres: Harvester/Wheatsleaf, 1994.

enfrentamentos e, no limite, impossibilitaria a análise histórica¹⁷: “Não é possível pesquisar os contatos culturais iniciais entre europeus e os povos do Pacífico sem discutir uma série de problemas envolvendo a natureza da documentação existente. Nós fomos alertados para suspeitar dos desígnios imperiais, para atentar para não repetir os preceitos do eurocentrismo e também para não tomar a documentação como fonte da verdade histórica. Os escritos de exploradores, cientistas, missionários e outros que visitaram o Pacífico não podem ser lidos acriticamente, mas sim como sinais reveladores dos preceitos ideológicos, para sua propensão para projetar medos, esperanças e expectativas europeias sobre os nativos e para sua contribuição para a formação dos indígenas como seres colonizados”¹⁸.

Ao analisar as cartas produzidas e guardadas pelo cacique Valentín Saygüequé, o historiador argentino Julio Vezub aclarou sua análise destas fontes: “Conforme a perspectiva dos caciques, a disponibilidade de recursos letrados foi um fator necessário para a gestão bem-sucedida de tudo o que era recebido do governo, e para qualquer outra tratativa com os agentes estatais (...). Em uma sociedade de forte tradição oral, a produção de uma abundante correspondência de cunho híbrido ou mestiço, que comunicava os caciques principais com outras autoridades indígenas ou *criollas*, constitui um indicador da sofisticação dos Chefes e o grau de complexidade alcançado pela política indígena (...)”¹⁹.

As cartas produzidas pelos nativos, em idioma ocidental, são valiosos registros de suas relações com os brancos, utilizados no interior de suas estratégias de negociação e resistências. Mais do que expressar sujeições à cultura ocidental, elas foram marcos das adaptações consideradas necessárias, símbolo da transformação, das trocas culturais e das negociações políticas.

O questionamento diante das fontes deve ser reforçado quando se trata da análise de conflitos e resistências. As cartas dos nativos foram guardadas por quem os combateu e toda documentação, ao ser arquivada, jamais preserva a totalidade do evento, pois passa pelo critério da seletividade. A análise das correspondências, sob estas circunstâncias, deve vir acompanhada dos silêncios dos arquivos – os períodos em que pouco ou nada foi guardado – e situar outros movimentos e estratégias, inerentes ao que foi preservado, mas não diretamente mencionados. Segundo James Belich, “quando se trata de algum tipo de conflito, e o grupo

¹⁷ Alguns autores da Oceania consideram inadequadas as categorias de análise propostas pela crítica pós-colonial para as sociedades nativas daquela região. Cf: THOMAS, Nicholas. *Entangled objects: exchange, material culture, and colonialism in the Pacific*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

¹⁸ CALDER, Alex; LAMB, Jonathan; ORR, Bridget. “Introduction: postcoloniality and the Pacific”. In: *Voyages and beaches*, op. cit., p. 5.

¹⁹ VEZUB, Julio Esteban. *Valentín Saygüequé y la Gobernación Indígena de las Manzanas: poder y etnicidad en la Patagonia Septentrional (1860-1881)*. Buenos Aires: Prometeo, 2009, pp. 45-47.

que domina o registro histórico se vê inerentemente superior a seus oponentes, o problema se acentua. Aqueles que participam do conflito costumam favorecer seu lado”²⁰.

Ainda que tenha estabelecido muitos diálogos com a crítica literária, a ciência política e a antropologia, esta pesquisa se situa no campo da história política renovada: se distancia do factual, das narrativas oficialistas e nacionalistas, da curta duração e do relato de personalidades²¹. A análise aqui proposta enfoca as relações entre brancos e nativos, identifica as alianças e oposições, as estratégias elaboradas pelos diferentes grupos envolvidos, e as transformações nos discursos sobre os outros. São analisadas fontes tradicionais, como leis, tratados, proclamações em Congressos e disputas partidárias, e o objetivo em sua leitura recai sobre práticas cotidianas, grupos distantes das esferas institucionais do poder, interesses dos nativos, redes de circulação de idéias, pessoas e produtos, transformações nas idéias, práticas e representações²².

Uma das aberturas ainda pouco exploradas pela história política renovada é a da história militar²³. Os historiadores positivistas e tradicionais dominam os estudos da guerra e seus desdobramentos. Ainda que território de complicados termos técnicos e associado ao militarismo, ao belicismo e ao conservadorismo social e político, o tema não pode ser desprezado, pois a guerra é constitutiva da organização dos Estados, da vida política, social, cultural e econômica. Mobiliza multidões, legitima e aciona discursos, ocupa, destrói e controla: “a política é a continuação da guerra por outros meios”²⁴. A guerra não cessa no tratado de paz, pois se prolonga como política em busca de um ideário de paz interna, jamais plenamente realizado. No caso das guerras aqui analisadas, isto se deu pela aniquilação ou assimilação dos bárbaros inseridos nos territórios nacionais: os nativos.

²⁰ BELICH, James. *The New Zealand Wars*. Auckland: Penguin, 1988, p. 13.

²¹ Para uma comparação entre as formas de entender a história política: JULLIARD, Jacques. “Política”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

²² Uma série de autores discutiu as possibilidades de trabalho da história política renovada: LE GOFF, Jacques. “Is politics still the backbone of History?”. In: GILBERT, F. & GRAUBARD, S. R. (orgs). *Historical studies today*. Nova York: Norton, 1971; RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996; BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. Unesp, 1992; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (org). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006; CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

²³ Um dos poucos estudos em português é o de Francisco Doratioto. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

²⁴ Cf. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Segundo James Belich: “Os objetivos da ‘história das campanhas militares’ tendem a ser restritos, implicitamente negando que a guerra faz parte da história como um todo, relacionada com a política e a economia, a sociedade e a cultura. Por outro lado, os historiadores profissionais tendem a ignorar a história militar, partindo do princípio que estudar a guerra é defender a guerra (...). Para entender a história social e cultural da guerra – e o efeito da guerra sobre a história social e cultural, o que é diferente – é preciso primeiro entender o que aconteceu, como e porque”²⁵.

Distantes mais de dez mil quilômetros uma da outra, a Argentina e a Nova Zelândia enfrentaram desafios semelhantes. A história comparada²⁶ possibilita identificar semelhanças e diferenças na adoção de estratégias frente a problemas comuns, além de evidenciar as redes de circulação. Marc Bloch propôs a seleção de fenômenos que pudessem apresentar analogias em meios sociais diversos, sugerindo que seus estudos permitiriam a observação de semelhanças e diferenças, explicáveis a partir da aproximação²⁷. Para além das distâncias físicas, é possível propor problemas comuns, pois “a unidade do lugar é apenas desordem. Somente a unidade do problema apresenta um centro”²⁸.

Críticos da história comparada a confundem com estudos – antigos e recentes – marcados por justaposições, classificações e generalizações. Baseados em extensas pesquisas das historiografias nacionais e locais e em corpos documentais semelhantes, encontrados nos países ou regiões estudados, os novos estudos neste campo procuraram localizar semelhanças e diferenças nos problemas análogos e, comparando-os, compreendê-los de maneira distinta da apresentada pelas historiografias nacionais²⁹.

O debate gira atualmente em torno do que Sanjay Subrahmanyam chamou de histórias conectadas³⁰, procurando desconstruir ideias globalizantes e eurocêtricas sobre as regiões

²⁵ BELICH, James. *The New Zealand Wars*, op. cit., pp. 11-12.

²⁶ Muitos historiadores, quando trabalham a comparação, constroem modelos, hierarquizações, pares opostos, como “melhor” e “pior”, “avançado” e “atrasado”. Esta não é a linha adotada nesta pesquisa.

²⁷ BLOCH, Marc. “Pour une Historie Comparée des sociétés européennes”. *Mélanges historiques*. vol. 1, Paris: S.E.V.P.E.N., 1963. pp. 16-40.

²⁸ BLOCH, Marc. “Une étude régionale: Géographie ou Histoire?”. *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, Paris, Nº 6, 1934, citado por SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret. “The uses of Comparative History in macrosocial inquiry”. *Comparative Studies in Society and History*. Vol. 22, Nº 2, 1980, p. 194.

²⁹ Sobre as críticas e as novas histórias comparadas e conectadas: PRADO, Maria Ligia Coelho. “Repensando a História Comparada da América Latina”. *Revista de História*, São Paulo, Nº 153, 2006; PURDY, Robert Sean “A história comparada e o desafio da transnacionalidade”. *VII Encontro Internacional da ANPHLAC (Anais)*. Campinas, 2007; MANCUSO, Lara. “A comparação no estudo da História da América Latina”. *Projeto História*, São Paulo, Nº 31, 2005.

³⁰ SUBRAHMANYAM, Sanjay. “Connected histories: notes toward a reconfiguration of early modern Eurasia”. In: LIEBERMAN, Victor (ed). *Beyond Binary Histories, Re-imagining Eurasia to c. 1830*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999.

dominadas pelos europeus. Em perspectiva semelhante, Serge Gruzinski embasou-se nos referenciais das histórias conectadas para pensar o mundo ibérico³¹.

Apesar de serem abordagens construídas a partir de óticas diferentes, “a escolha da história comparada não exclui a abordagem das histórias conectadas (...). É possível fazer história comparada e permanecer crítico das visões eurocêntricas e dicotômicas. Assim, (...) há mais complementação entre comparação e conexão, do que exclusão: (...) buscar ‘a unidade do problema’ em duas ou mais sociedades (...) e promover as devidas conexões globalizantes”³². Esta é a proposta à qual esta tese se vincula.

Esta pesquisa concentra-se no estudo de regiões específicas da Nova Zelândia e da Argentina, nas quais se deram com mais intensidade as relações entre brancos e nativos, denominadas, por Mary Louise Pratt, de *zonas de contato*: “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”³³. Este termo se mostrou interessante e válido por supor uma área ampla, fluida e móvel de convívio desigual, em oposição a uma linha em contínua expansão como definida pelo termo “fronteira”³⁴. Nestas regiões, ocorreram relações tensas e intensas no cotidiano, pautadas por trocas culturais, demográficas e econômicas. Maleáveis, as áreas sob maior influência de cada sociedade variaram de acordo com o tempo e as correlações de forças, mantendo-se sempre alguns locais privilegiados de trocas, como vilas, fortes, *rastrilladas*, *tolderias* ou *pas*³⁵.

O Império Britânico recebeu atenção especial nesta pesquisa, em decorrência de sua atuação na Nova Zelândia e na Argentina, seus viajantes e as conexões possíveis de serem estabelecidas. A historiografia contemporânea evidencia a impossibilidade em manter antigas separações acadêmicas entre a atuação britânica enquanto império e suas políticas e dinâmicas

³¹ GRUZINSKI, Serge. “Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*”. In: *Topoi*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 2, 2006.

³² PRADO, Maria Lígia Coelho. “Problematizando a História Comparada da América Latina”, op. cit., p. 30.

³³ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*, op. cit., p. 27.

³⁴ Em determinadas circunstâncias e locais, *fronteira* passa a ser válido, quando houve linhas de separação entre grupos relativamente definidas e protegidas pelos militares. Assim, *fronteira* aqui empregada não se relaciona com o conceito estadunidense relativo à expansão ao Oeste. Para uma discussão sobre esta tradição historiográfica: LOPES, Maria Aparecida de S. “Frederick Jackson Turner e o lugar da fronteira na América”. In: GUTIÉRREZ, Horácio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida S. *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: Unesp, São Paulo: Olho d’água, 2003. Outro estudo, com enfoque distinto, sobre as dinâmicas sociais e culturais nestas regiões: OPERÉ, Fernando. *Historias de la frontera: el cautiverio en la América Hispánica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

³⁵ *Rastrilladas* eram os antigos caminhos que cortavam os pampas; *Tolderias* os locais habitados pelos indígenas; e *pa* o nome dado às vilas fortificadas dos Maori neozelandeses.

internas. *At home with the empire*³⁶, organizado por Catherine Hall e Sonya Rose, destaca-se por reunir estudos de casos sobre as interligações entre a atuação externa britânica e a vida cotidiana, salientando as trocas culturais e uma aparente despreocupação do homem comum com a atuação e as práticas imperiais, satisfeito com a pujança alcançada e instigado pelas novidades materiais e biológicas.

A partir de premissas semelhantes, Amiria Henare³⁷ pesquisou as redes de trocas imperiais, instituições criadas para apresentar o Império aos britânicos e a Grã-Bretanha às colônias. Seu objetivo central foi identificar as estratégias culturais e as bases ideológicas da dominação. Além de produtos e ideias, as pessoas circulavam pelo Império. Marinheiros, colonos, comerciantes, militares, missionários, foragidos, presidiários e administradores governamentais, entre outros, passaram por uma ou mais regiões controladas e foram os agentes diretos das tensas relações nas zonas de contato, mas também os divulgadores, propagandistas e críticos da atuação britânica em ultramar. Algumas dessas vidas, polêmicas e contradições foram discutidas em importante coletânea organizada por David Lambert e Ana Lester³⁸. Esta é a linha seguida por esta pesquisa. Apesar do enfoque prioritário na atuação ultramarina britânica, polêmicas e dinâmicas da política interna são perpassadas, por estarem intrinsecamente ligadas às outras regiões.

Em diálogo com esta historiografia britânica, a neozelandesa Giselle Byrnes publicou *Boundary markers*, com o objetivo de identificar a atuação de um grupo específico de homens do Império: os engenheiros cartógrafos. A partir deles, delineou as diferentes estratégias para a dominação e a colonização da Nova Zelândia, pautadas nas disputas pela terra e em sua transformação em mercadoria. As disputas fundiárias são imprescindíveis para a compreensão da colonização daquele arquipélago e entendidas como um eficiente acesso à análise das relações entre os brancos e os nativos, pois simbolizaram a disputa entre duas formas distintas de entender as sociedades e a natureza.

Richard Hill, em suas análises das relações entre os Maori e a Coroa³⁹, salientou as estratégias britânicas para a ocupação e colonização da Nova Zelândia, destacando a opressão inerente a este processo e a violência reguladora, dominadora e transformadora do *imperial*

³⁶ HALL, Catherin; ROSE, Sonya O. (Ed). *At home with the Empire. Metropolitan culture and the Imperial World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

³⁷ HENARE, Amiria. *Museums, Anthropology and Imperial exchange*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

³⁸ LAMBERT, David; LESTER, Ana (Ed). *Colonial lives across the British Empire. Imperial careering in the long Nineteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006

³⁹ HILL, Richard. *State authority, indigenous autonomy: Crown-Maori relations in New Zealand/Aotearoa, 1900-1950*. Wellington: Victoria University Press, 2005; e “Maori and State Policy”. In: BYRNES, Giselle (ed). *The New Oxford History of New Zealand*. South Melbourne: Oxford University Press, 2009.

humanitarianism – a expansão pautada por princípios religiosos e pela superioridade civilizacional. A documentação analisada nesta tese ressalta como os meios supostamente brandos de controle impostos pelo Império mantiveram, aguçaram e camuflaram os fins violentos de dominação.

O maior símbolo das estratégias de controle, da importância dos missionários para a expansão imperial e das oposições práticas nas concepções de vida dos Maori e dos britânicos, é o tratado assinado, em 1840, por centenas de Chefes e um representante da Rainha, em Waitangi. A partir das diferenças nas versões no idioma ocidental e no nativo para termos cruciais, como soberania e poder, teve início, no último quarto do século XX, uma longa e profunda revisão histórica na Nova Zelândia. Pressionados por constantes petições dos Maori, governantes e intelectuais se debruçaram sobre aquele texto para definir políticas de reparação histórica. Desde então, ocorreu uma profusão de pesquisas sobre o período colonial, as disputas pela terra e os interesses econômicos e políticos dos grupos envolvidos⁴⁰.

Na Argentina, ao contrário, ainda há pouca produção acadêmica sobre as relações entre indígenas e *criollos*, apesar do crescente interesse pelo tema na última década, resultante do trabalho de alguns pesquisadores, dentre os quais se destaca o pioneirismo dos historiadores Raúl Mandrini e Sara Ortelli⁴¹ e da antropóloga Martha Bechis⁴². Seu desafio inicial foi o de se contrapor à historiografia tradicional, pautada nos escritos militaristas triunfalistas, do final do século XIX, referentes à vitória diante dos indígenas⁴³. Diante do que a historiografia tradicional chamava de deserto, estes novos pesquisadores demonstraram os

---

⁴⁰ Alguns estudos de referência sobre o Tratado: POCKOCK, J. G. A. “Law, sovereignty and history in a divided culture: the case of New Zealand and the Treaty of Waitangi”. In: *The discovery of islands*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005; HILL, Richard; O’MALLEY, Vicent. *The Maori quest for rangatiratanga/autonomy, 1840-2000*. Wellington: Treaty of Waitangi Research Unit, 2000. Duas obras de amplo espectro também discutem em diferentes momentos e a partir de inúmeros referenciais as relações entre brancos e nativos, decorrentes do Tratado: BYRNES, Giselle (ed). *The New Oxford History of New Zealand*. South Melbourne: Oxford University Press, 2009; BELICH, James. *Making peoples. A history of the New Zealanders from Polynesian settlement to the end of the Nineteenth Century*. Honolulu: Hawai’i University Press, 1996.

⁴¹ MANDRINI, Raúl. *Los araucanos de las pampas en el siglo XIX*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984; MANDRINI, Raúl; ORTELLI, Sara. *Volver al país de los araucanos*. Buenos Aires: Sudamericana, 1992. Para artigo publicado no Brasil: “Una frontera permeable: los indígenas pampeanos y el mundo rioplatense en el siglo XVIII”. In: GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.) *Fronteiras*, op. cit.

⁴² BECHIS, Martha. *Interethnic relations during the period of Nation-State formation in Chile and Argentina: from sovereign to ethnic*. PhD, 1984. Para referência atualizada, BECHIS, Martha. “Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX”. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (comp). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, 2ª Ed.

⁴³ A principal fonte para estes escritos foi a produção de Estanislao Zeballos, contemporâneo e defensor do uso do Exército contra os indígenas. Alguns livros do início do século XX: *La conquista del Desierto*, de Teófilo T. Fernández (1911), *La Conquista del suelo patrio*, de S. J. Albarracín (1912), e *El indio del desierto*, de Dionisio Schoo Lastra (1928). Em 1964, foi publicada a obra que é considerada o ápice desta linha interpretativa: WALTHER, Juan Carlos. *La conquista del Desierto*. Buenos Aires: Círculo Militar, 1964.

diferentes grupos étnicos nos pampas e suas especificidades; em oposição à descrição da barbárie, identificaram os objetivos e interesses dos indígenas e salientaram as mobilidades culturais, sociais e econômicas entre brancos e nativos.

A partir destes preceitos, foram realizadas pesquisas sobre regiões e povos específicos, algumas reunidas no livro *Funcionarios, diplomáticos, guerreros*, organizado por Lidia Nacuzzi⁴⁴. Neste, um conjunto de especialistas analisou relações específicas para salientar os múltiplos interesses, projetos e personagens brancos e nativos nas zonas de contato do que atualmente chama-se Argentina. Mais recentemente, os estudos de Walter Mario Delrio⁴⁵ e Julio Estaban Vezub⁴⁶ contribuíram para a compreensão das especificidades dos interesses em jogo nos tensos anos antes das expedições militares do final da década de 1870, e a situação dramática posterior⁴⁷.

Esta tese estabelece diálogos e conexões entre estas distintas linhas e pesquisas historiográficas. Ao analisar e comparar a Argentina e a Nova Zelândia, a partir da mediação do Império Britânico, estabeleceram-se, também, aproximações e comparações entre as produções acadêmicas regionalizadas, por vezes semelhantes, mas desconhecidas entre si.

O capítulo I, “Viagens marítimas e a dimensão planetária da expansão britânica na primeira metade do século XIX”, tem como alvo o Império Britânico, os diversos projetos, as forças sociais e econômicas envolvidas em seu avanço ultramarino. Diante de um modelo mercantilista questionado e falido durante as guerras que levaram à independência dos EUA, surgiram novas propostas, pautadas por liberais ortodoxos, missionários e investidores. A análise está orientada pela leitura dos relatos de dois viajantes – os comandantes-exploradores Phillip Parker King e Robert FitzRoy – para identificar as formas pelas quais a América do Sul e a Oceania foram descritas à época. Salientam-se as conexões possíveis entre as imagens produzidas, ressignificadas e divulgadas na Europa sobre estes locais, e os interesses específicos do Império sobre eles.

---

⁴⁴ NACUZZI, Lidia R. (comp.) *Funcionarios, diplomáticos, guerreros: miradas hacia el otro en las fronteras de pampa y patagonia (siglos XVIII y XIX)*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2002.

⁴⁵ DELRIO, Walter Mario. *Memorias de expropiación: sometimiento e incorporación indígena en la Patagonia (1872-1943)*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.

⁴⁶ VEZUB, Julio. *Valentín Saygüequé y la Gobernación Indígena de las Manzanas*, op. cit.

⁴⁷ No Brasil, Heloisa Reichel foi praticamente voz uníssonas no estudo das relações entre *criollos* e indígenas na Argentina. Entre sua produção, sublinho: “A participação dos indígenas na construção do Estado argentino (1810-1852)”. *Projeto História*, São Paulo, vol. 31, 2005; “Personagens fronteiriços em tempos de guerra – a região platina (1811-1820)”. In: GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.) *Fronteiras*, op. cit.

“Projetos para a Nova Zelândia: um ‘Império de boas intenções’”?, capítulo seguinte, analisa o início da colonização britânica naquele local. O enfoque recai sobre as relações entre os brancos e os Maori, as relações de força estabelecidas e os interesses dos diferentes grupos envolvidos. Missionários, administradores governamentais, uma empresa privada de colonização, Chefes aliados e hostis à presença ocidental, marcaram os primeiros contatos formais e estabeleceram algumas das primeiras imagens sobre o arquipélago a circular na Grã-Bretanha, com especial destaque para a ideia de uma “pequena Inglaterra” nos Mares do Sul, idealizada pelos colonos e desconstruída pelas resistências nativas.

No capítulo III, “Ciência, capital e armas na consolidação do Império Britânico”, atravessamos as transformações sociais, culturais e econômicas, a partir da metade do século XIX. Destaca-se a ascensão do cientificismo, as profundas transformações tecnológicas promovidas pelos novos inventos da revolução científico-industrial, e o enfraquecimento dos projetos para o Império pautados em ideais missionários e civilizadores. Naquele momento, os britânicos já controlavam grande parte do planeta e, confiantes em sua superioridade, passaram a utilizar o Exército em regiões onde os povos nativos ofereciam resistências à autoridade, dominação e culturas britânicas. Foi o caso da Nova Zelândia, onde os Maori se organizaram em um movimento centralizado para resistir aos avanços dos colonos, e enfrentados pelas expedições destinadas a conquistar seus territórios e a impor a soberania britânica.

“Lutas por poder e por territórios na Argentina”, o quarto capítulo, leva o leitor de volta à Argentina, visitada por FitzRoy e o *HMS Beagle*. Aborda as disputas entre os diferentes grupos *criollos* e as relações estabelecidas entre eles e os indígenas até o início da década de 1860 e o surgimento do Estado centralizado. São comparadas as principais concepções em disputa, entre unitários e federalistas, e entre Buenos Aires e o Interior, e as conexões com ideias, imagens e experiências divulgadas pelos britânicos. Alianças, confederações e estratégias para conquistar o poder, assim como as redes de circulação de produtos e pessoas integraram nativos e *criollos* e definiram o controle sobre o território e o combate a inimigos, delimitando um período de ascensão política e militar dos caciques.

Em “Ciência, capital e armas na consolidação da República Argentina”, são discutidos os projetos dos liberais após conquistarem o poder e como os nativos definiram estratégias para a resistência. Controladores de redes comerciais e territórios, os indígenas foram vistos como uma barreira a ser superada e associados à barbárie a ser eliminada. Diante da certeza do combate, os caciques concentraram esforços e se adiantaram, procurando aproveitar

momentos de enfraquecimento do inimigo. Entretanto, não puderam enfrentar os novos recursos tecnológicos – o telégrafo, o trem e os rifles – que desequilibraram a relação de forças e permitiram a grupos *criollos* interessados em poder e terras, incentivar e financiar campanhas militares destinadas a suprimir a existência indígena.

Por fim, “Nova Zelândia, Argentina e a colonização da barbárie” apresenta conexões estabelecidas durante o século XIX entre estas duas regiões e compara-as, especialmente nas relações entre brancos e nativos. Emergem as semelhanças entre os poderes políticos e econômicos dos Chefes até pelo menos a metade do século; os diferentes projetos idealizados pelos brancos para os nativos; as aproximações, distanciamentos e resistências; o surgimento de movimentos coordenados para impedir a perda de poder por parte dos Chefes; e as relações entre os interesses pessoais dos colonos e as demandas por controle e soberania dos brancos para a legitimação do uso da força militar para a ocupação dos territórios e a supressão dos nativos.

Esta pesquisa lidou com regiões e situações distintas, apresentou conexões e estabeleceu comparações. Procurou identificar semelhanças e diferenças, afastando-se das generalizações. Seguiu objetivos específicos, referentes à compreensão das relações entre brancos e nativos, as interações, disputas, resistências e as campanhas militares do final do século XIX.

A documentação e as citações bibliográficas foram traduzidas do inglês e do espanhol para facilitar a compreensão e possibilitar a fluidez da leitura. Ciente das perdas lingüísticas e das variações possíveis, inerentes a este processo, procurou-se manter, ao máximo, a fidelidade ao texto original.

CAPÍTULO I

Viagens marítimas e a dimensão planetária da expansão britânica na primeira metade do século XIX

CAPÍTULO I

Viagens marítimas e a dimensão planetária

da expansão britânica na primeira metade do século XIX

Uma década após a vitória sobre Napoleão e a derrota definitiva nas colônias rebeldes da América do Norte, os britânicos reconheciam-se como os grandes senhores reguladores dos mares e cotidianamente viam zarpar de Portsmouth, Plymouth e de outros de seus tantos portos, veleiros cujos objetivos eram mapear com precisão o grande globo. Naquele momento, os mais recentes recursos tecnológicos permitiam abandonar as antigas cartas náuticas elaboradas pelos ibéricos e partir para o mapeamento científico das costas. Desta forma, os navios poderiam ir e voltar à América, à Ásia e à África com tranquilidade para fazer crescer os lucros. No Parlamento, políticos e grupos de pressão discutiam o futuro da atuação britânica no planeta, segundo preceitos de liberais, missionários e capitalistas.

Tantos eram os veleiros que partiam rumo à América e aos chamados Mares do Sul nas primeiras décadas do século XIX, que poucos indivíduos se preocuparam em notar alguma especificidade no carregamento de mais dois deles. Com a costumeira correria, embarcavam incontáveis barris de água e vinho, biscoitos e farinhas, carnes secas, linguças, instrumentos náuticos, cronômetros e roupas.

Em 22 de maio de 1826, zarparam do movimentado porto de Plymouth, sem pompa ou circunstância, mas com relativa tranquilidade, os *His Majesty's Ships (HMS) Adventure* e *Beagle*, levando a bordo dezesseis oficiais de diferentes patentes e experiências, um cientista natural e pouco mais de uma centena de marinheiros sob o comando de Phillip Parker King. Quatro anos e meio depois, parte daqueles homens estava de volta à Inglaterra, transformados pela viagem, experiências e árduo trabalho.

Após pouco mais de um ano, o *HMS Beagle* partiu em nova expedição e ficou no mar por mais quatro anos e nove meses, pois era crescente a demanda por estas missões e pelos conhecimentos que elas geravam. Os diários das duas viagens foram compilados, reescritos e publicados, em 1839, por Robert FitzRoy, o comandante que assumiu o *Beagle* em dezembro de 1828, no meio da primeira expedição, e o levou à viagem de circunavegação entre 1831 e 1836.

A leitura e a análise de *Narrative of the surveying voyages of His Majesty's Ships Adventure and Beagle between the years 1826 and 1836, describing their examination of the*

*southern shores of South America, and the Beagle's circumnavigation of the globe*¹ permitem que se conheçam os interesses que levaram a Inglaterra a financiar expedições de mapeamento científico das costas na primeira metade do século XIX, bem como as formas como oficiais da Marinha viam o restante do planeta e defendiam seus projetos para a expansão do Império.

a. Viajantes europeus pelo globo

As viagens dos *HMS Adventure* e *Beagle* se inserem em um movimento de expansão marítima que se iniciou no último quartel do século XVIII e está relacionado com a mudança do eixo dos interesses coloniais britânicos do Atlântico para o Pacífico.

Até meados do século XVIII, aquele oceano ainda era pouco conhecido e muito temido. Alcançado pela primeira vez pelos europeus em novembro de 1520, o “Mar do Sul” – como fora chamado, em 1513, por Vasco Nuñez de Balboa – foi então rebatizado pelo navegador português Fernão de Magalhães como “Oceano Pacífico”. Suas águas *pacíficas* simbolizavam uma marcante oposição à natureza hostil da zona de confluência de correntes marítimas e de ventos posteriormente nomeado por “Estreito de Magalhães”².

Para conhecer e explorar aquele oceano, o governo britânico enviou uma série de veleiros e um marco foi a expedição de James Cook, entre 1768 e 1771³. Pela primeira vez, foram empregados os novos conceitos, técnicas e instrumentos científicos surgidos com o racionalismo e o Iluminismo. A partir daquele momento, estabeleceu-se um novo modelo para as viagens ultramarinas oficiais. Segundo David Mackay, “não apenas costas e portos no Pacífico deveriam ser precisamente conhecidos, mas também as terras eram o objeto de um mapeamento científico preciso. Esta tarefa não podia ser confiada apenas aos marinheiros e assim se iniciou a prática de levar cientistas nas viagens de descoberta, primeiro com Commerson e Véron na viagem de Bougainville [1766-1769], e então com Cook, Vancouver [1791-1795] e La Pérouse [1785-desaparecido em 1788] (...). Suas tarefas eram examinar

---

¹ A partir deste ponto, apenas *Narrative*.

² A expedição de Fernão de Magalhães, lançada com 237 homens e cinco navios, retornou três anos depois com apenas um navio e dezoito homens, entre eles um italiano que publicou seu relato da viagem: PIGAFETTA, Antonio. *A primeira viagem ao redor do mundo*. Porto Alegre: LP&M, 2006.

³ Sobre as viagens do capitão Cook, há uma interessante publicação do Museu Marítimo de Londres: RIGBY, Nigel; VAN DER MERWE, Pieter. *Captain Cook in the Pacific*. Londres: National Maritime Museum, 2002.

minuciosamente e avaliar as novas terras e suas populações para levar à Europa observações e coleções de interesse científico”⁴.

Expansão territorial, interesses comerciais e científicos moviam aquelas expedições. A primeira missão de Cook tinha como objetivo oficial a observação do planeta Vênus para a confirmação de uma série de hipóteses astronômicas, mas também “esperava-se que (...) descobrisse, no mínimo, novas terras e se apossasse de qualquer uma que pudesse ser proveitosa para a Coroa britânica. Ele deveria navegar pelo sul do Pacífico, em busca do continente que se supunha haver ali, mas que até então não fora encontrado, conhecido como *Terra Australis Incognita*. Presumia-se que ocupasse quase toda a parte meridional do globo, atuando como uma espécie de contrapeso na massa continental do Hemisfério Norte. Nele, haveriam de abundar riquezas, de grande valor para a nação que o descobrisse e dominasse”⁵. Cook alcançou a Austrália⁶, em 1770, mas não conseguiu superar o cinturão de *icebergs* que circunda a Antártida.

Inglese e franceses disputavam naquele momento a supremacia europeia, o controle dos mares e o acesso a terras e saberes ainda pouco conhecidos em suas potencialidades⁷. Alicerçados nos princípios da ciência empírica e do Iluminismo, iniciavam a corrida europeia pela coleta de objetos históricos e antropológicos, bem como de espécimes de animais, rochas e plantas. A quantidade e a raridade eram fundamentais e logo as crescentes coleções de objetos ultrapassaram os gabinetes Reais de curiosidades e levaram à constituição de importantes instituições museológicas⁸.

---

⁴ MACKAY, David. “Myth, science and experience in the British construction of the Pacific”. In: CALDER, Alex; LAMB, Jonathan; ORR, Bridget. *Voyages and Beaches*. Pacific encounters, 1769-1840. Honolulu: University of Hawai’i Press, 1999, p. 102.

⁵ RICE, Tony. *Viagens de descobrimento: três séculos de explorações e história natural*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2007, p. 146.

⁶ Excertos dos relatos dos primeiros contatos entre europeus e povos nativos da Oceania foram reunidos e publicados em: LAMB, Jonathan; SMITH, Vanessa; THOMAS, Nicholas. (ed.) *Exploration & Exchange. A South Seas anthology (1680-1900)*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

⁷ Os interesses no envio de missões científicas eram muitos: procurava-se localizar regiões a serem exploradas e colonizadas, portos onde poderiam ser estabelecidos monopólios comerciais, recursos naturais a serem aproveitados pela indústria em expansão e povos nativos que poderiam ser convertidos em cristãos e súditos. Sobre as relações entre as viagens de exploração, a busca por recursos naturais e as visões da natureza, REILL, Peter; MILLER, David (ed). *Visions of Empire: voyages, botany, and representation of nature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996; DRIVER, Felix; MARTINS, Luciana. *Tropical views in an Age of Empire*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

⁸ Para uma discussão contemporânea sobre os museus e suas transformações na história: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (orgs.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

Em Londres, o Museu Britânico passou a reunir, a partir de 1753⁹, os troféus dessa expansão sobre o planeta, como relíquias, objetos arqueológicos e construções inteiras transladadas. A sudoeste da capital, às margens do Tamisa, os Jardins Reais de Kew¹⁰ passaram a concentrar e exibir da natureza diversa e conquistada. Com suas crescentes e imponentes coleções, os cientistas reunidos em torno destas instituições pretendiam compreender o planeta para saber identificar onde, como e quando explorá-lo, além de exibir a diversidade para demonstrar a glória da superioridade do conquistador¹¹.

Ciência e expansão marítima estavam intimamente relacionadas com a profunda transformação econômica decorrente da mecanização e da industrialização. Enriquecida e fortalecida, a Inglaterra procurou expandir sua área de atuação e exploração enviando expedições de mapeamento, cujos objetivos conciliavam a geopolítica, a ciência e o incremento do comércio para marcar seu lugar político no mundo. Concomitantemente e se beneficiando do conhecimento construído e elos políticos estabelecidos pelos navios oficiais, entrecruzavam-se os interesses das companhias britânicas na rápida extensão de suas zonas de influência econômica. Neste contexto, a ação da Marinha Real foi fundamental para delimitar a atuação britânica no planeta.

A Real Academia Naval, em Portsmouth, era o tradicional centro onde se formavam os capitães das embarcações britânicas, tanto as estatais quanto as privadas. Os meninos eram enviados por seus pais para lá aos doze anos, três anos depois iniciavam os estágios nos navios e aos dezenove se formavam.

Para um grupo considerável de egressos da Real Academia Naval, as longas jornadas longe de casa, a convivência no mar, o contato com povos desconhecidos e a descoberta de ilhas misteriosas no praticamente desconhecido Oceano Pacífico eram um sonho a ser realizado¹². Muitas vezes o interessante era o distante, o desconhecido, a aventura e a possibilidade de entrar para o rol dos grandes navegadores, pois a vida no mar e a distância

---

⁹ Sobre o colecionismo e a formação dos museus relacionada à cultura imperial na Inglaterra, RICE, Tony. *Viagens de descobrimento*, op cit.; HENARE, Amiria. *Museums, Anthropology and Imperial exchange*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

¹⁰ Sobre os Jardins Botânicos e o importância das ciências naturais na construção da ideia de império, DESMOND, Ray. *The history of the Royal Botanic Gardens*. Londres: The Harvill Press / The Royal Botanic Gardens, 1995.

¹¹ Na França, processo se deu movimento semelhante. O Jardim Real das Plantas Medicinais, de 1635, foi transformado, após a Revolução, em Museu Nacional de História Natural, em 1793.

¹² Análises interessantes sobre as viagens inglesas, francesas e espanholas depois da expedição de James Cook podem ser encontradas em RIGBY, Nigel, VAN DER MERWE, Pieter.; WILLIAMS, Glyn. *Pioneers of the Pacific. Voyages of Exploration, 1787-1810*. Londres: National Maritime Museum, 2005.

das tradições e regras da sociedade inglesa permitiam uma tradicional válvula de escape das obrigações de uma sociedade hierarquizada e religiosa.

Segundo Rod Edmond, as viagens de mapeamento da Marinha Real permitiram chegar a “ilhas tropicais remotas, lugares de ócio e fartura, mundos livres do peso da culpa e das proibições da cultura judaico-cristã (...). Estas ilhas dos sonhos marcaram a forma pela qual o Taiti foi descrito inicialmente por Joseph Banks, por exemplo, o *gentleman* cientista e financiador da primeira expedição de Cook (...): a ilha era um lugar de liberalidade, livre das tradições cerceadoras”¹³.

Entretanto, as condições cotidianas de convivência nas embarcações estavam muito distantes daquilo a que aqueles rapazes estavam acostumados em suas adolescências inglesas. Cook e Banks, por exemplo, entraram em conflito quando a segunda expedição foi programada, pois o cientista exigiu utilizar a cabine para si e seus dezesseis acompanhantes. A construção de novas acomodações no convés superior tornou o navio inapto ao mar-aberto e estas foram desmontadas. Diante da possibilidade de dormir sob condições que considerava inadequadas, Banks deixou de viajar¹⁴.

Segundo John e Mary Gribbin, as acomodações dos jovens oficiais “ficavam abaixo dos fedorentos porões no convés inferior e às vezes abaixo da linha d’água, sem fontes de luz natural e ar. Um espaço de três e meio metros quadrados, com beliches de um metro e meio de altura, poderia ser considerado uma acomodação generosa para meia dúzia de *gentlemen* (...). O piso inferior era o dormitório não apenas para eles, mas também para ratos e baratas, enquanto que a comida era a de pior qualidade e nunca em quantidade suficiente para satisfazer a fome daqueles adolescentes”¹⁵.

As expedições de mapeamento na primeira metade do século XIX eram também uma prova de fogo que levava marinheiros e oficiais ao limite da resistência de corpos e mentes¹⁶. Retornar destas viagens era o atestado da destreza e da capacidade para lidar com o mar. Muitos não chegavam ao final, desistiam no percurso, morriam em acidentes ou mesmo cometiam o suicídio. Outros retornavam, mas nunca mais repetiam a experiência, caso do

¹³ EDMOND, Rod. “The Pacific/Tahiti: queen of the South Sea isles”. In: HULME, Peter; YOUNGS, Tim (eds). *The Cambridge companion to travel writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, 3ª ed., pp. 139-140.

¹⁴ Cf. RICE, Tony, *Viagens de descobrimento*, op cit., p. 174.

¹⁵ GRIBBIN, John; GRIBBIN, Mary. *FitzRoy. The remarkable story of Darwin’s Captain and the invention of the weather forecast*. New Haven/Londres: Yale University Press, 2004, pp. 25-26.

¹⁶ Caroline Alexander, em *O motim no Bounty*, discute as condições de navegação e da tripulação na Oceania no final do século XVIII.

próprio comandante King, que após completar a missão partiu para a Austrália e lá foi viver como agricultor e político.

Muito se sabe sobre os oficiais que participavam das viagens, pois eles foram os autores e eram as personagens dos relatos. Ao se ler a documentação, guarda-se a impressão de que o navio levava apenas aquela dezena de homens letrados, pois há ínfimas citações à imensa maioria da tripulação, aqueles não citados, cujos nomes desconhecemos: os marinheiros¹⁷.

Na introdução do relato da expedição dos *HMS Adventure* e *Beagle*, é apresentada a relação de seus participantes. A lista inicia-se com “Phillip Parker King, Comandante e Explorador, oficial responsável”, segue com os nomes e funções dos oficiais, iniciando-se com o tenente-capitão J. Cooke e se encerra com o clérigo G. Hodgskin e o botânico J. Anderson. Os demais são apenas citados por seus cargos: “artilheiro, barqueiro e carpinteiro; sargento e catorze marinheiros; e aproximadamente quarenta marujos e aprendizes”. Ao fornecer estes últimos números aproximados, explicitou dois mundos distintos na embarcação, conectados por relações hierárquicas rígidas que refletiam a sociedade de origem: pouquíssimos mandavam e muitos obedeciam.

O silêncio da documentação sobre marinheiros e marujos reflete-se na própria produção historiográfica. Há raros estudos a respeito destes homens que acompanhavam e faziam as expedições funcionar e isso se dá essencialmente por uma absoluta falta de material disponível. O pouco que se sabe se origina dos relatos de suboficiais ou de algum destes subordinados que, alfabetizado, contou sua história. Maus-tratos, disciplina, violência, pobreza e fome eram presença garantida nas viagens daqueles homens.

Já para os oficiais, literalmente um novo mundo de possibilidades se abria. Passado o temor da revolução proveniente da França, nobreza e burguesia industrial e comercial se reacomodaram política e economicamente em um sistema complementar entre tradição, religião e dinamismo para o enriquecimento mútuo. Mantinham-se posições sociais há muito consolidadas e eram abertas brechas para novos integrantes, desde que aliados e adaptados à transformada, revista e revigorada elite britânica¹⁸.

---

¹⁷ O estudo de Peter Linebaugh e Marcus Rediker é referência para as pesquisas sobre estes outros homens nos navios: *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

¹⁸ As reacomodações entre a burguesia e a aristocracia e o projeto imperial foram discutidas em MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

Após a vitória diante das tropas napoleônicas, iniciou-se um movimento de readaptação da Marinha Real em que a longa frota militar construída foi lentamente sendo transformada. Alguns navios foram vendidos para as diferentes companhias inglesas com negócios em ultramar e outros foram adaptados para serviços de vigilância e regulação dos mares¹⁹ ou para as expedições de mapeamento científico. Havia também um excesso de comandantes, marinheiros e oficiais navais. Parte deles manteve a carreira militar, acompanhando o crescimento da influência e do poder britânicos nas primeiras décadas do século, mas outros procuraram conciliar a experiência naval com os interesses particulares e abriram ou ingressaram em companhias de transporte de passageiros, comércio e caça.

Em um momento histórico marcado pela expansão da atuação dos veleiros civis britânicos pelo planeta, o extremo sul da América passou a ser considerado estratégico, pois era um dos pontos mais complexos nas longas viagens rumo ao Oceano Pacífico. Havia aqueles que se dirigiam à Índia²⁰ e à China²¹ para comerciar e outros que iam à Austrália levando os prisioneiros para a colônia penal de Sydney.²² Um número considerável visava especificamente o Estreito de Magalhães e a Terra do Fogo, pois procurava uma matéria prima rara e preciosa: os mamíferos marinhos a serem caçados por suas peles e óleos, os pinípedes²³ e os cetáceos²⁴.

O mercado mundial para os óleos de origem animal era imenso e em franca expansão naquele momento, pois as cidades cresciam em um ritmo vertiginoso e demandavam óleo para iluminação, enquanto as indústrias se expandiam e modernizavam, com máquinas a serem lubrificadas.

O reflexo desta demanda foi o crescimento exponencial da caça aos mamíferos marinhos por companhias britânicas – sediadas na Inglaterra e no Canadá –, francesas e

---

¹⁹ Jaime Rodrigues explica deficiências técnicas dos navios que combatiam o tráfico negreiro em *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

²⁰ Sobre o colonialismo britânico na Índia, WASHBROOK, D. A. “India, 1818-1860: two faces of colonialism”. In: PORTER, Andrew (ed). *The nineteenth century*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

²¹ Sobre os múltiplos interesses do Império na China, OSTERHAMMEL, Jorgen. “Britain and China, 1842-1914”. In: PORTER, Andrew (ed). *The nineteenth century*, op cit.

²² Sobre as viagens das frotas navais britânicas com os *convicts* – os presos transformados em colonos – para a Austrália, BROOKE, Alan; DAVID, Brandon. *Bound for Botany Bay. British convict voyages to Australia*. Londres: The National Archives, 2005.

²³ Pinípedes são mamíferos marinhos com corpo fusiforme e alongado. Nesta ordem estão as focas, as morsas, os leões, lobos e elefantes-marinhos.

²⁴ Cetáceos são as baleias e os golfinhos.

estadunidenses e o veloz esgotamento da caça no Atlântico Norte²⁵. Segundo Nathaniel Philbrick, “os pescadores de baleias do início do século XIX não eram apenas caçadores do mar e operários da indústria, mas também exploradores, que avançavam cada vez mais longe em uma região inóspita e mal provida de mapas”²⁶.

O sul da América, em especial o Estreito de Magalhães e a Terra do Fogo, passaram a ser interessantes para os baleeiros e caçadores de focas a partir do momento em que eles conseguiram adaptar fornalhas em seus navios. Com elas, conseguiram grande autonomia e expandiram sua zona de atuação a praticamente todo o planeta, ao transformar a gordura animal em óleo ainda em alto-mar. Seus navios passaram a navegar até alcançar a capacidade de duzentas e cinquenta toneladas de óleo²⁷ – e não mais de gordura – e alcançaram zonas ainda não exploradas, caso do extremo sul do Atlântico, além do Pacífico e da Oceania.

Sem mapas precisos, os veleiros caçadores, perdiam-se constantemente no imenso arquipélago que cerca o Estreito de Magalhães e, fato recorrente, naufragavam, levando a perdas humanas e materiais. Diante de constantes prejuízos, seus acionistas passaram a pressionar por um conhecimento científico daquele local, pois a situação era insuportável e, segundo eles, dificultava a expansão britânica, o crescimento de seu comércio, indústria e riqueza.

As ligações entre estas companhias e o governo eram bastante intensas e ocorriam por intermédio do Almirantado. As cartas náuticas elaboradas durante as expedições, tidas como segredos de Estado, eram enviadas à Inglaterra não apenas por navios da Marinha Real, mas também pelos caçadores, bastante interessados em sua compilação e divulgação. Esta informação, aparentemente paradoxal, foi apresentada pelo comandante King em seus relatos:

“(...) um barco veio do *Adeona*, para informar-nos que em um dia ou dois pretendia deixar o Estreito em direção às Ilhas Falkland com seus parceiros, *Uxbridge* e *Mercury*; motivo pelo qual preparei cartas à Inglaterra, e um relatório de meus procedimentos para o Almirantado. Os navios passaram no dia 30 e levaram minhas cartas”²⁸.

²⁵ Duas zonas de colonização inglesa centralizaram as atividades caçadoras no norte da América. No Canadá, a monopolista *Hudson's Bay Company* era a responsável pela colonização, exploração, defesa e governo da região. Ela vendia pelos de alces, renas, castores e filhotes de focas e óleo dos pinípedes em geral. Nos EUA, destacava-se a atuação das companhias de caça dos *quakers* de Nantucket, próximo a Nova York, baleeiros que expandiram gradativamente sua atuação da costa do Atlântico Norte à Oceania.

²⁶ PHILBRICK, Nathaniel. *No coração do mar*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, pp. 11-12.

²⁷ Idem, p. 22.

²⁸ KING, Philip Parker. *Narrative of the surveying voyages of His Majesty's Ships Adventure and Beagle, between the years 1826 and 1836*, volume 1. Londres: Henry Colburn, 1839, p. 149.

Adeona, *Uxbridge* e *Mercury* eram navios caçadores de focas sob bandeira britânica, cujos capitães estabeleceram longa e cordial relação com o comandante King durante a caça no Estreito de Magalhães. Lotados, seguiram em frota de volta para o Reino Unido, levando a correspondência, relatos e mapas para o Almirantado. Após a saída dos três, a expedição ainda cruzou com uma quantidade considerável de caçadores de foca provenientes dos Estados Unidos²⁹.

A relação de amizade e confiança entre os comandantes da Marinha Real e os navegadores-caçadores foi intensa, pois em ambientes hostis aumentava a já tradicional camaradagem do mar. Membros de um mesmo grupo social e muitas vezes antigos companheiros de guerra, estes homens mantiveram contatos bastante próximos e houve uma dependência mútua entre ambos. A pressão política das companhias de caça e comércio contribuiu para que o Parlamento aprovasse o financiamento das missões de exploração científica dos mares, e estas justificavam os crescentes gastos da Marinha Real com os *surveyors*³⁰, os comandantes-exploradores das expedições³¹.

Os objetivos em torno das viagens eram múltiplos e marcados pela luta britânica em defender sua predominância geopolítica. Os produtos diretos de suas atividades – as cartas náuticas – contribuíram para a expansão não apenas militar, mas também econômica do Reino Unido, pois possibilitaram viagens mais seguras aos navios das companhias.

No entendimento do governo e das sociedades científicas³², se as principais ilhas do Pacífico já haviam sido localizadas, restava o duro e penoso trabalho de preparar as cartas

²⁹ Após retornar ao Reino Unido, o comandante FitzRoy foi contatado por Charles Wilkes. Este homem comandou, entre 1838 e 1842 uma expedição estadunidense de mapeamento e exploração do planeta. Sobre esta, JUNQUEIRA, Mary Anne. “Charles Wilkes, a U.S. Exploring Expedition e a busca dos Estados Unidos da América por um lugar no mundo”. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 13, 2008; e “Ciência, técnica e as expedições da marinha de guerra norte-americana, U. S. Navy, em direção à América Latina”. *Varia História*, Belo Horizonte, Vol. 23, 2007; e PHILBRICK, Nathaniel. *Mar de glória. Viagem Americana de Descobrimento*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

³⁰ Os *surveyors* era responsáveis pelos mapeamentos e pela elaboração das cartas náuticas. Para tal, contavam com amplos conhecimentos de geografia, cartografia, hidrografia e matemática, além de princípios de geologia, zoologia e botânica – as ciências naturais.

³¹ Nesta pesquisa, traduzi a especialidade náutica *surveyor* como “comandante-explorador”, pois trabalho apenas com os viajantes a serviço da Marinha Real que exploravam e mapeavam regiões pouco conhecidas do globo. Este termo, no entanto, é de difícil tradução. Para Mary Anne Junqueira, são “comandantes-exploradores-cientistas” (Cf. JUNQUEIRA, Mary Anne. “Ciência, técnica e as expedições da marinha de guerra norte-americana, U. S. Navy, em direção à América Latina (1838-1901)”, op cit.). Para Luciana de Lima Martins, “enquanto o termo *survey* pode ser traduzido satisfatoriamente em português por ‘levantamento’, *surveyor*, por sua vez, quando traduzido por ‘topógrafo’ ou ‘hidrógrafo’, perde sua importante relação com a visão (...) fundamental para a compreensão do observador oitocentista”, MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 15.

³² Na Inglaterra, as principais sociedades científicas atuantes no início do século XIX eram: *Royal Society* (1662), *Linnean Society* (1788), *Horticultural Society* (1805), *Geological Society* (1807), *Zoological Society*

náuticas e identificar as potencialidades das terras interiores da Oceania e da América recém libertada da dominação ibérica.

Para o longo trabalho de mapeamento planetário, foi fundamental a evolução tecnológica dos cronômetros, pois com eles era possível precisar a longitude exata de um local, o principal empecilho para a elaboração de cartas náuticas precisas até então. Este cálculo era relativamente simples, mas dependia de um recurso tecnológico ainda em desenvolvimento. Ao sair da Inglaterra, os navios expedicionários levavam em torno de meia dúzia de cronômetros especialmente desenvolvidos para a peculiaridade do mar – teoricamente resistentes ao balanço do navio e à maresia – ajustados precisamente com o horário londrino. Ao chegar a uma região em que era preciso calcular a longitude³³, ajustavam-se os instrumentos para a identificação do horário local a partir dos astros e, comparando este dado com o horário referencial, chegava-se à distância percorrida.

Os navios que se dirigiam à Oceania geralmente acompanhavam a costa brasileira a partir da Bahia, levados pelas correntes marinhas e de ventos. Havia a opção de realizar uma primeira parada para reabastecimento em Salvador, mas o ponto em que todos costumavam se encontrar era o Rio de Janeiro. Além de ser a capital do Estado visto como o mais estável da região, seu porto era considerado extremamente seguro, pois a baía da Guanabara possui uma pequena abertura ao mar aberto que dificulta a entrada de navios hostis; além disso, as montanhas ao redor bloqueiam as mais fortes rajadas de vento, impedindo grandes ondas. Desde o século XVIII, a região passou a ser visitada por embarcações sob as mais diferentes bandeiras e a reunir uma série de profissionais ligados às atividades marítimas que não eram encontrados em outras praças da América do Sul, como especialistas em carpintaria, velas e cronômetros, além de marinheiros experientes³⁴.

(1826) e *Royal Geographical Society* (1830). Sobre o surgimento destas instituições, STODDART, David R. *On Geography and its History*. Oxford: Blackwell, 1988.

³³ Naquele período, não havia uma normatização internacional a respeito de qual seria o meridiano zero. Cada governo definia o seu, geralmente aquele que atravessava a sua capital. No caso da Inglaterra, o meridiano escolhido atravessava o observatório astronômico de Greenwich e a Real Academia Naval de Londres. Não foi por acaso que foi este o marco escolhido quando se deu a padronização global das distâncias longitudinais com a criação do GMT – Greenwich Mean Time, o fuso horário global zero.

³⁴ “Estabeleceu-se a prática da parada de navios no litoral do Brasil quando em navegação, da Europa em direção ao Rio da Prata, Estreito de Magalhães ou Cape Horn e mesmo à Índia, via Cabo da Boa Esperança, ou na rota sentido inverso (...). Fazia-se necessário tocar a terra, antes ou depois de atravessar o Atlântico para (...) renovar as provisões; tentar recuperar a saúde dos doentes; e reparar as embarcações, cujos cascos, mastros, afora outras partes, igualmente de madeira, sofriam o efeito advindo tanto do calor da região equatorial como dos embates do mar e/ou das tempestades, dos combates e mesmo dos moluscos”. HUTTER, Lucy Maffei. *Navegação nos séculos XVII e XVIII. Rumo: Brasil*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 329.

A capital-porto do Império Brasileiro era a sede da poderosa Esquadra Britânica do Atlântico Sul³⁵, responsável pelo comando de dezenas de navios que patrulhavam os mares e defendiam os interesses na região. Era para este local que deveriam se dirigir os demais oficiais quando enfrentavam situações que dependiam de autorização superior e era diretamente ao Almirante que os navios expedicionários se reportavam.

Muitos foram os viajantes ingleses que chegaram ao Rio de Janeiro³⁶, alguns aportaram e outros não, mas em geral todos aqueles que publicaram os relatos de suas viagens³⁷, descreveram longamente as paisagens e suas populações. A partir da leitura destes escritos, uma série de pesquisadores brasileiros e estrangeiros procurou identificar as construções do olhar britânico sobre a cidade, sua natureza e população³⁸.

Talvez o estudo mais instigante sobre a cidade-porto seja o de Luciana de Lima Martins, geógrafa que questionou “se o sítio do Rio de Janeiro constitui-se de montanha e mar, e a cidade, de pedra, tijolo e cal, o que transforma essa *paisagem* é o observador, que emoldura a vista, que seleciona, ilumina ou sombreia os elementos que a compõem, conferindo-lhe sentido”³⁹. Esta pesquisa dialoga com seu trabalho ao procurar identificar as formas pelas quais os viajantes britânicos “viram e foram vistos”, entenderam e construíram uma imagem específica e delimitada da capital do Brasil Imperial e de sua “natureza exuberante”.

Uma parcela considerável dos navegadores britânicos, após a estada na capital brasileira, seguiu viagem pela costa sul-americana e aportou em Montevidéu ou Buenos Aires, dependendo de seus interesses e da conjuntura política momentânea.

Na Argentina, uma série de investigadores estudou as viagens dos britânicos e as ideias que estes carregavam e elaboraram a respeito do continente, da região, de portenhos,

---

³⁵ O principal navio era o *flagship*, assim denominado por hastear a bandeira do Almirante comandante da Esquadra.

³⁶ Em *The explorers of South America*, Edward J. Goodman parte da experiência de Humboldt para analisar como o fascínio europeu e norte-americano pelas terras inexploradas da América do Sul estimulou um número cada vez maior de viajantes a percorrê-las.

³⁷ Para os viajantes dos séculos XVI até meados do XVIII, HUTTER, Lucy Maffei. *Navegação nos séculos XVII e XVIII*, op cit. Para os ingleses da chamada Era dos Encontros, o final do século XVIII e início do XIX, MENEZES, Pedro da Cunha e. *O Rio de Janeiro na rota dos Mares do Sul*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2007. Para a primeira metade do século XIX, MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes*, op cit.; BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Metalivros, 1994.

³⁸ Sobre relatos de viajantes do século XIX: LEITE, Miriam Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1997.

³⁹ MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes*, op cit., p. 16.

criollos, *gauchos* e indígenas⁴⁰. Suas análises discutem as relações entre estes homens, a formação de uma série de políticos e escritores e a construção da ideia de que aquele país poderia se tornar “a Inglaterra do Sul”.

Fontes ricas e diversas, os relatos dos viajantes permitem uma série de análises e interpretações de acordo com a metodologia utilizada e uma leitura crítica das fontes. Apesar de uma determinada linha historiográfica ainda ler os relatos de viagem como imparciais⁴¹, estes são fontes analisadas há décadas. Historiadores, antropólogos e críticos literários procuraram compreender os interesses e objetivos dos narradores, vendo-os como agentes imperiais, imbuídos e disseminadores de valores, conceitos e interesses ocidentais específicos⁴². Outros trabalhos procuraram analisar as formas pelas quais os viajantes contribuíram para a construção de imagens sobre as sociedades e culturas visitadas⁴³, sem deixar, no entanto, de atentar para suas particularidades e para as ambiguidades próprias das sociedades europeias.

Os comandantes-exploradores britânicos das décadas de 1820 e 1830 eram leitores assíduos de seus antecessores, procuraram localizar as principais dificuldades das viagens, os pontos mais interessantes a serem visitados e mapeados. Indiretamente recebiam uma série de ideias, conceitos e imagens a respeito dos locais e povos visitados que, de navegador em navegador muitas vezes se perpetuavam. Phillip Parker King, por exemplo, citou os relatos dos ingleses John Narborough (1652), John Byron (1765), Samuel Wallis e Philip Carteret

---

⁴⁰ As visões dos viajantes ingleses sobre a Argentina e as conexões construídas para legitimar suas atuações diante de povos nativos são trabalhadas no quarto capítulo. Algumas referências para o tema são: CICERCHIA, Ricardo. *Viajeros ilustrados y románticos en la imaginación nacional*. Buenos Aires: Troquel, 2005; SERVELLI, Martín. *Viajeros al Plata (1806-1862)*. Buenos Aires: Corregidor, 2006; PRIETO, Adolfo. *Los viajeros ingleses y la emergencia de la literatura argentina*. Buenos Aires: Tierra Firme, 2003; JONES, Kristine. “Nineteenth-Century travel accounts of Argentina”. *Ethnohistory*. 33: 2, 1986.

⁴¹ Um caso emblemático é a pesquisa de Alejandra Pero, na qual “procura apresentar uma breve descrição dos Tehuelche do século XIX, baseada principalmente em relatos de exploradores e missionários europeus e norte-americanos do período”. Sem observar os interesses de exploradores, aventureiros, cientistas naturais e missionários ao descrever povos e costumes, sem procurar identificar as razões para a presença daqueles ocidentais naquela área, suas formas de pensar, ideias pré-concebidas sobre os nativos e a região, a autora não diferenciou os interesses e objetivos destes viajantes. A partir do princípio de que os relatos são neutros e fontes para a identificação de importantes características das sociedades visitadas, procurou descrever os nativos como “efetivamente eram”. PERO, Alejandra. “The Tehuelche of Patagonia as chronicled by travelers and explorers in the Nineteenth Century”. In: BRIONES, Claudia; LANATA, José Luis (ed). *Archaeological and Anthropological perspectives on the native peoples of Pampa, Patagonia, and Tierra del Fuego to the Nineteenth Century*. Westport: Bergin & Garvey, 2002.

⁴² Sobre relatos de viagens, PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999; HULME, Peter; YOUNGS, Tim (eds). *The Cambridge companion to travel writing*, op. cit.; HOOPER, Glenn; YOUNGS, Tim (ed). *Perspectives on travel writing*. Hants/Vermont: Ashgate, 2004.

⁴³ Um dos autores a trabalhar com a visão dos europeus sobre os demais povos foi Tzvetan Todorov em seu *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. Sobre os relatos dos viajantes: “A viagem e seu relato”. *Revista de Letras*, São Paulo, Vol. 46, N. 1, 2006.

(1767), dos espanhóis Jofre García de Loyasa (1525), Pedro Sarmiento de Gamboa (1579) e Antonio de Córdoba (1785), além do francês Louis-Antoine de Bougainville (1767).

Publicados no final da década de 1830, os relatos das viagens, produzidos pelo comandante Phillip Parker King e por seu sucessor, Robert FitzRoy, seguiram o modelo apreciado pelo oficialato da Marinha Real naquele momento. Além do extenso relatório enviado ao Almirantado, eram produzidos diários que contribuíram para a divulgação de seus feitos, promoção pessoal e defesa de projetos e concepções de mundo. A tiragem era limitada e seu público-alvo as sociedades científicas europeias e americanas, cofinanciadoras deste tipo de expedição.

Apesar de extensos, detalhados e eventualmente enfadonhos, os relatos circulavam e muitas vezes eram traduzidos para outros idiomas. Esta era ainda a forma mais barata, tranquila e segura de se conhecer povos distintos, costumes diferentes e locais pitorescos, com doses de aventura e diversão junto de ideias e concepções do autor. Membros das elites escrevendo para as mesmas, estes homens foram responsáveis por levar à Europa descrições de sociedades e regiões distintas, contribuindo para a construção e a reafirmação de imagens e estereótipos a respeito do restante do mundo.

Dezenas ou centenas de marinheiros acompanhavam as expedições científicas. Geralmente analfabetos, não conseguiam publicar suas próprias impressões das viagens, mas também contribuíram substancialmente para a construção e a manutenção de imagens sobre as regiões distantes da Europa. Segundo David Mackay, “os cientistas e oficiais fornecem somente uma fonte de informação – e talvez não a mais plausível e difundida. Não há como saber como se deu a recepção às impressões dos jovens oficiais e dos marinheiros pela opinião pública ou, como eles foram influenciados pelos mitos e teorias anteriores. Os relatos e os diários dos comandantes (...) não eram facilmente acessíveis em sua época, mas não há dúvida de que suas opiniões circularam entre os marinheiros e seus contemporâneos. Podemos imaginar que esses homens levavam algumas das teorias que ouviam nos navios e as reproduziam em formatos menos eruditos”⁴⁴ para seus interlocutores nos portos e nas cidades europeias, fazendo circular uma série de ideias, conceitos e lendas sobre as viagens, os lugares e os povos encontrados.

Aqueles que escreveram e publicaram os relatos de suas viagens descreviam os lugares que visitavam e muitas vezes dialogavam com histórias e lendas muito antigas. A leitura de

---

⁴⁴ MACKAY, David. “Myth, science and experience in the British construction of the Pacific”. In: CALDER, Alex; LAMB, Jonathan; ORR, Bridget. *Voyages and Beaches*, op cit., pp. 110-111.

seus relatos é bastante fértil para a identificação das ideias que circulavam na Europa sobre os outros povos, pois neles se encontram antigas histórias repetidas e transformadas pelas duras experiências dos longos períodos no mar, longe da terra firme, de comidas frescas, de outras pessoas e mesmo das mulheres.

Ao comentar os relatos dos primeiros europeus que chegaram ao Taiti, no final do século XVIII, Rod Edmond esclarece que eles estavam impregnados de: “(...) imagens pré-concebidas na Europa sobre ilhas da felicidade. Os comentários de Forster, por exemplo, estavam baseados em muitas leituras, mas em pouco conhecimento vivido e próprio (...). Seus escritos sobre a vida no Taiti (...) são um excelente exemplo de como os relatos de viagem explicam tanto a Europa quanto os locais visitados. Assim como qualquer viajante, Forster estava sempre em dois lugares ao mesmo tempo”⁴⁵.

Para o caso das viagens inter-oceânicas e seus relatos, é interessante retomar o caso “pouco lembrado, o naufrágio do baleeiro *Essex*, provocado por um cachalote enfurecido, um dos desastres marítimos mais famosos do século XIX. Quase todas as crianças nos Estados Unidos liam a respeito na escola. Foi o acontecimento que inspirou a cena culminante do romance *Moby Dick*, de Herman Melville”⁴⁶. O autor do romance se baseou nos relatos dos sobreviventes do *Essex* para escrever sua história e a obra ficcional, depois de publicada, passou a influenciar a escrita, as ideias e os conceitos relatados pelos viajantes posteriores⁴⁷.

Os relatos dos comandantes-exploradores britânicos do século XIX permitem localizar ideias e conceitos sobre os locais visitados e a própria Inglaterra, bem como os projetos e concepções dos grupos sociais e comunidades aos quais estes homens se vinculavam. A partir de sua leitura, é possível identificar os principais interesses desta elite que embarcou nos navios e comandou a expansão imperial. Para tal, é preciso identificar os aspectos discutidos nos relatos, como “sistemas políticos, incluindo governantes, aristocracias, guerras e justiça; tipos nacionais ou raciais; atividades econômicas, inclusive (quando existentes) cidades e comércio; religião, em especial seus aspectos mais exóticos (rituais, festas, deuses, templos, sacerdotes); casamentos, mulheres e sexualidade; vestimentas ou nudez, ornamentação;

⁴⁵ EDMOND, Rod. “The Pacific/Tahiti: queen of the South Sea isles”. In: HULME, Peter; YOUNGS, Tim (eds). *The Cambridge companion to travel writing*, op cit., p. 143.

⁴⁶ PHILBRICK, Nathaniel. *No coração do mar*, op cit., pp. 13-14.

⁴⁷ Outro caso semelhante ao de *Moby Dick* ocorreu no século XVIII com a publicação de *Vida e aventuras de Robinson Crusoe*, por Daniel Defoe. Esta obra potencializou a imagem de paraísos tropicais e dos naufrágios. Sobre ela, PRADO, Maria Lígia. “Aventura de Robinson Crusoe começa na Bahia”. *Nossa América*, São Paulo, N. 35, 2009; e HULME, Peter. *Colonial Encounters: Europe and the native Caribbean, 1492-1797*. Londres e Nova York: Methuen, 1986.

hábitos alimentares e de higiene; língua e capacidade retórica; literatura e ciência; tecnologia, navegação e outras artes”⁴⁸.

As elites eram grupos restritos e o público leitor igualmente o era, mas os autores dos relatos, mesmo fazendo parte de um grupo socialmente delimitado e compartilhando uma série de ideias e conceitos, devem ser entendidos em suas individualidade e interesses. O viajante-escritor não pode ser reduzido a um mero escriba de uma entidade superior e impossível de ser localizável como “a elite”, um repetidor de verdades estabelecidas e integrante de um amplo e inquestionável projeto milenar. Como os relatos do comandante Phillip Parker King e de seu sucessor Robert FitzRoy evidenciam, sempre há cisões, oposições, individualidades e múltiplos olhares dentro de um mesmo grupo e mesmo dentro de um mesmo viajante, gradativamente imerso no acúmulo de experiências e vivências.

b. A expedição de Phillip Parker King à América (1826-1830)

As viagens de mapeamento empreendidas pela Marinha Real nas primeiras décadas do século XIX demandavam uma ampla organização e os homens selecionados como comandantes-exploradores eram especialistas nas ciências náuticas e geralmente já haviam realizado outras tarefas semelhantes. Este era o caso de Phillip Parker King ao ser escalado para o *HMS Adventure* em 1826.

Nascido em 1791 na pequena ilha Forfolk, no Oceano Pacífico entre a Austrália, a Nova Zelândia e a Nova Caledônia, foi educado na Inglaterra enquanto seu pai comandava, em Sydney, o governo da recente colônia de Nova Gales do Sul. Em 1802, entrou para a Real Academia Naval em Portsmouth e, em 1807, ingressou na Marinha Real. Gradativamente se interessou pela difícil carreira de *surveyor* e foi escalado para sua primeira expedição justamente na Austrália, em 1817. Realizou quatro viagens com os *HMS Mermaid* e *Bathurst* até 1822⁴⁹. Nestes cinco anos, mapeou as costas e procurou identificar rios navegáveis, recursos minerais, flora, fauna e nativos, chegando a alcançar a Malásia, o Timor e a Tasmânia, alvos do interesse expansionista britânico no período.

Ao retornar à Inglaterra, em 1823, já havia acumulado considerável patrimônio na Austrália, em especial terras recebidas pelos serviços prestados. Alcançou o posto de

---

⁴⁸ RUBIÉS, Joan Pau. “Travel writing and ethnography”. In: HULME, Peter; YOUNGS, Tim (eds). *The Cambridge companion to travel writing*, op cit., p. 251.

⁴⁹ Sobre o comandante King: HORDERN, Marsden. *King of the Australian Coast: the work of Phillip Parker King in the Mermaid and Bathurst (1817-1822)*. Melbourne: Melbourne University Press, 2003.

comandante da Marinha Real e ganhou notoriedade por seus trabalhos como hidrógrafo. Publicou, em 1825, o relato de suas expedições pelas costas australianas⁵⁰, e foi convidado a ingressar na prestigiada *The Royal Society of London for the Improvement of Natural Knowledge*, a popularmente conhecida *Royal Society*, instituição então já com um século e meio de experiências no financiamento e divulgação do conhecimento científico.

Reconhecido dentro e fora da Marinha Real pela realização de complexos trabalhos náuticos, King foi selecionado para comandar uma expedição com duas embarcações. As instruções do Almirantado eram claras quanto a seus objetivos:

“Consideramos apropriada a elaboração de um levantamento cuidadoso das costas sul da península da América do Sul, da entrada ao sul do Rio da Prata, contornando Chiloé e a Terra do Fogo; e havendo sido encorajados a confiá-lo esta missão, por sua conduta nos levantamentos na Nova Holanda; o colocamos no comando do Navio de Pesquisas da Sua Majestade [HMS] *Adventure*; e indicamos Capitão Stokes, do Navio de Pesquisas da Sua Majestade [HMS] *Beagle*, para seguir seus comandos”⁵¹.

Entre os dezesseis oficiais que embarcaram em maio de 1826 em Plymouth, cinco abandonaram a expedição em seu transcorrer: E. Hawes já em setembro do mesmo ano, J. Cooke, E. Bowen e J. Atrill no ano seguinte e, em 1828, J. F. Brand. Além destes, houve três mortes: B. Ainsworth, em fevereiro de 1827, afogado, Alexander Millar, em fevereiro 1830, de inflamação no intestino, e o comandante e explorador responsável pelo *HMS Beagle*, Pringle Stokes, que cometeu suicídio em agosto de 1828.

Ao se aproximar do sul da Argentina e acompanhar as costas da Patagônia, o comandante King expressou seu desejo de contatar os indígenas que lá habitavam. Desde a passagem de Fernão de Magalhães, três séculos antes, eles nunca haviam sido conquistados. Seminômades, eram divididos em dois grupos, distintos por costumes e idioma: aqueles que habitavam o sul da Patagônia eram conhecidos como Tehuelche e os grupos que viviam na Terra do Fogo e no Estreito de Magalhães eram os Ona e Selk’Nam. Nos relatos do século XIX, são genericamente diferenciados como *patagones* e *fueginos*, respectivamente. Caçadores, os primeiros se movimentavam a cavalo em busca de guanaco⁵² e emas, enquanto

⁵⁰ KING, Phillip Parker. *Narrative of a Survey of the Intertropical and Western Coasts of Australia. Performed Between the Years 1818-1822*. Londres, 1825.

⁵¹ KING, Phillip. *Narrative*, op cit., p. XV.

⁵² Os guanacos, *Lama guanicoe*, são camelídeos parentes das lhamas. Viviam em uma ampla região que abarcava desde a Bolívia até a Argentina, passando pelo sul do Brasil. Foram caçados pelos povos nativos da América do Sul e pelos colonizadores, atualmente sendo encontrados apenas em reservas ecológicas do Chile e da Argentina.

que os segundos utilizavam-se de canoas para extrair do mar mamíferos, peixes e crustáceos⁵³.

Durante praticamente dois séculos e meio, os nativos acompanharam o ritmo do comércio inter-oceânico que cruzava a região, fornecendo carne de guanaco, peles e peixes para os veleiros, em troca de roupas, artigos metálicos e álcool. Geralmente avistados à distância, montados a cavalo ou cobertos por enormes peles, foram, desde o século XVI, descritos como gigantescos, legitimando lendas europeias medievais a respeito de uma terra de gigantes ao sul.

Repetida à exaustão, esta história tornou-se verdade para os viajantes que atravessavam o sul da América, já esperando encontrá-los. Ao avistá-los ao longe, concluíam que se tratava efetivamente de gente de estatura extremamente avantajada⁵⁴.

Entre os comandantes exploradores do século XIX, havia um interesse especial em identificar, questionar e “cientificizar” uma série de lendas que povoavam o imaginário europeu desde o início das navegações inter-oceânicas. Diante da oportunidade de desmontar as histórias em torno dos “gigantes do sul”, King procurou se basear na razão para comprovar os exageros dos relatos do passado, pois, assim como fazia com as costas, baías e morros, considerava fundamental apagar os traços do amadorismo e de superstições que, segundo ele, contaminavam os mapas, as descrições e as ideias dos navegadores dos séculos anteriores.

A estratégia pensada pelo comandante para o mapeamento do Estreito de Magalhães e da Terra do Fogo foi utilizar um local como um ponto de referência, pois conforme as técnicas de mapeamento naval da época, os dois navios deviam se separar para dividir as tarefas e otimizar recursos e tempo naquela zona inóspita do planeta.

Diante da dificuldade operacional para percorrer todos os canais, baías e enseadas, Phillip Parker King montou uma base operacional em uma região já conhecida, mas não habitada por brancos, a baía chamada de *Puerto del Hambre*, ou *Port Famine*. Neste local, outras expedições já haviam tentado, sem sucesso, instalar guarnições militares e seus finais foram, geralmente trágicos – daí seu nome peculiar.

---

⁵³ Historiadores e antropólogos argentinos publicaram uma série de obras a respeito destes indígenas. Algumas das obras de maior destaque: BRIONES, Claudia; LANATA, José Luis (org). *Archaeological and Anthropological perspectives on the native peoples of Pampa, Patagonia and Tierra del Fuego to the Nineteenth Century*, op. cit.; MANDRINI, Raúl; ORTELLI, Sara. *Volver al país de los araucanos*. Buenos Aires: Sudamericana, 1992; SARASOLA, Carlos Martinez. *Nuestros paisanos, los indios*. Buenos Aires: Emecé, 1992.

⁵⁴ Phillip Parker King, leitor assíduo dos relatos daqueles que atravessaram o Estreito anteriormente, conhecia os relatos sobre o gigantismo dos *patagones*, mas duvidava deles. Para sanar a questão, adotou um procedimento científico empírico: contactou os indígenas e os mediu. Realizada a prova racional, concluiu de que eram maiores do que os ingleses, mas não gigantes, e sim da estatura dos holandeses.

A principal dificuldade encontrada por todos os comandantes que tentaram fixar bases na região foi a alimentação da tripulação e o combate ao escorbuto, pois o frio extremo e os ventos da região dificultam o crescimento de plantas que fornecem vitamina C em quantidade suficiente para centenas de homens. A estratégia do comandante King para superar esta dificuldade foi o contato e o comércio com os indígenas.

Tanto a expedição quanto as relações estabelecidas com os indígenas tinham objetivos claros a serem cumpridos pelo comandante. Naquele momento, era vital o estabelecimento de uma linha de fornecimento de víveres, possível apenas por intermédio do relacionamento comercial com os nativos. *Patagones* e *fueginos* procuraram se aproximar e chamar a atenção daqueles navegadores, pois com eles era possível estabelecer proveitosas relações comerciais. Alguns contatos mais intensos surgiram, com momentos de convivência nos navios ou nos acampamentos militares, mas a regra era a instalação de pequenas feiras de escambo e a separação física entre europeus e nativos, especialmente para conter as investidas sexuais dos homens.

Em um local ermo como o Estreito, qualquer contato humano distraía tripulações ali baseadas por muito tempo. No caso da expedição comandada por Phillip Parker King, nota-se o empenho em estabelecer relações contínuas com determinados grupos de *patagones* e *fueginos*, bem como a ansiedade pelo encontro com outros navegadores. Segundo o comandante,

“Embora a presença dos nativos geralmente não me agrade, por naturalmente interromper todo o trabalho, nesta ocasião foi agradável, já que de certa forma avivou a maneira monótona na qual passamos nossos dias”⁵⁵.

O comandante sabia que os indígenas estavam acostumados a comercializar com os veleiros caçadores e conhecia a tensão crescente nestes momentos, pois aquelas culturas distintas entendiam de forma oposta o que eram os objetos e as relações de troca. Os indígenas não concebiam os objetos e alimentos como propriedade e eventualmente se apossavam deles – atitude interpretada como roubo. Já os navegadores, por outro lado, muitas vezes tentavam enganar e tirar proveito nas negociações, fornecendo produtos quebrados ou de má-qualidade, o que gerava questionamentos, revoltas e, não raro, confusões, brigas e mortes.

---

⁵⁵ KING, Phillip. *Narrative*, op cit., p. 147.

Nativos e europeus viram os mamíferos marinhos como animais passíveis da caça. Em um primeiro momento, a aliança entre os dois permitiu o estabelecimento de pontos de comércio. Entretanto, formas distintas de entender e lidar com a natureza, de conceitualizações opostas sobre o útil e o inútil, levaram a experiências conflituosas, especialmente com caçadores. Alguns grupos indígenas se negaram a negociar com os forasteiros e se retiravam para regiões ermas quando os veleiros chegavam, observando à distância as incompreendidas matanças de animais por peles e gorduras.

Os dois grupos consideravam que os mamíferos marinhos eram recursos naturais a serem explorados. Os primeiros conviviam historicamente com aqueles animais e os caçavam de acordo com a necessidade, alimentando-se deles e utilizando sua gordura para obter óleo para proteger o corpo do frio. Os segundos estavam interessados apenas no óleo e nas peles, deixando para trás um rastro de carne e sangue.

O comandante Pringle Stokes, responsável pelo veleiro auxiliar *HMS Beagle* encontrou e salvou a tripulação do veleiro caçador *Prince of Saxe Cobourg*⁵⁶ que havia abalroado um rochedo. O capitão Stokes se esforçou para salvar a tripulação naufragada, como era o esperado, mas também procurou e localizou a embarcação para salvar os objetos pessoais e – mais importante – a valiosa carga de peles que estavam nela⁵⁷.

Apesar de próximos cotidianamente e ideologicamente, os comandantes-exploradores e os comandantes-caçadores apresentavam distanciamentos na forma de pensar e agir. Nos relatos do comandante King, são evidentes as críticas à falta de planejamento dos caçadores. Ao visitar a costa chilena, ele afirmou:

“As focas e leões marinhos, outrora tão abundantes, agora estão reduzidos a um número tão pequeno, a ponto de fazer desaparecer sua caça. Estas foram destruídas por serem apanhadas indiscriminadamente, sem levar-se em consideração idade ou sexo, deixando apenas aquelas que escaparam por acaso para propagar a raça”⁵⁸

A expedição comandada por Philip Parker King tinha o objetivo, também, de levantar as potencialidades econômicas das regiões visitadas e, com este olhar, seus oficiais criticaram

---

⁵⁶ Segundo King, o veleiro era de propriedade da companhia de caça de James Wedell, um dos mais famosos e ricos caçadores de focas da época. Exímio navegador, foi um dos primeiros capitães a aportar para caçar nas ilhas Falkland/Malvinas e Shetland do Sul. Ele publicou seu diário de viagens e se tornou reconhecido internacionalmente e seu nome passou a simbolizar os comandantes-caçadores do período, conciliando a nova tecnologia marítima britânica, os interesses comerciais e a busca por fama. Seu nome batiza o Mar de Weddell, na Antártida, a Ilha Weddell, no arquipélago Falklands/Malvinas e, ironicamente, a Foca-de-weddell (*Leptonychotes weddellii*), espécie característica da região.

⁵⁷ KING, Phillip. *Narrative*, op cit., pp. 65-66 (grifos meus).

⁵⁸ Idem, p. 307.

o que entendiam como uma super-exploração sem planejamento que poderia levar ao esgotamento de uma importante fonte de riquezas ainda pouco estudada pela ciência, os mamíferos marinhos:

“(...) o terreno é inadequado para o uso do homem civilizado. Em alguns anos suas costas estarão destituídas de focas: e então quais benefícios trarão? — a menos que se revele internamente fértil, não em ouro ou prata, mas talvez em cobre, ferro ou outros metais”⁵⁹.

Os comandantes-exploradores britânicos do século XIX entendiam a natureza como uma fonte de riquezas escondidas. Para eles, os caçadores estavam fadados à extinção, pois atacavam com desmedida gana as zonas de caça, esgotando-as em dois ou três anos, passando a regiões cada vez mais distantes e mais difíceis de serem acessadas.

Para os comandantes iluministas da Marinha Real e para os membros das sociedades científicas, a natureza era o reflexo da grandiosidade de Deus e deveria servir aos homens, responsáveis por sua racional administração⁶⁰. Aos bons pastores da obra divina, era possível explorar os recursos naturais, mas eles viam com grande preocupação a atuação dos caçadores, pois eles poderiam levar à extinção espécies antes de serem devidamente identificadas, catalogadas e compreendidas dentro de sua possibilidade de correta exploração econômica⁶¹.

Baseados nos preceitos cristãos, naturalistas, economistas e religiosos passaram a defender que seria prudente manter as espécies ainda pouco conhecidas “ao menos até que fosse determinada qual parte lhes seria assegurada na economia da natureza. Para eles, era evidente que conservação, bem como exploração, era parte do projeto de Deus e deveria fazer parte da consciência humana”⁶². Para estes racionalistas, a natureza devia servir ao homem e este deveria saber explorá-la, analisá-la e compreendê-la para extrair suas maiores potencialidades. Ao exterminar espécies pela ganância incontida, podiam desperdiçar bens mais valiosos do que os momentaneamente retirados, como as peles e gorduras no caso dos pinípedes.

⁵⁹ Ibidem, p. 410.

⁶⁰ Cf WORSTER, Donald. “The Empire of Reason”. In: *Nature's Economy: a history of ecological ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, 2ª edição.

⁶¹ No caso dos caçadores de mamíferos marinhos, já havia um caso famoso à época, referente ao norte do Pacífico. No Mar de Bering vivia uma espécie de peixe-boi gigante (Steller's Sea Cows – *Hydrodamalis Gigas*), avistados pela primeira vez em 1742. Caçada à exaustão devido à sua lenta velocidade, carne succulenta e quantidade de gordura, a espécie foi extinta em 1768, o que alarmou não apenas os cientistas, mas também os economistas, pois se tratava da única espécie de peixe-boi que vivia em águas geladas. Cf. Museu de História Natural de Londres – área de mamíferos marinhos.

⁶² WORSTER, Donald. *Nature's Economy*, op. cit., p. 52.

Se lhes fosse permitido escolher, marinheiros e cientistas preferiam viajar no *HMS Adventure* e não no *HMS Beagle*. O veleiro comandado por Pringle Stokes era menor e instável, não era fácil para o piloto manter o rumo e tampouco eram simples as tarefas dentro de um navio de apenas 27,5m x 7,5m enfrentando a natureza hostil do Estreito de Magalhães⁶³. As imensas ondas, o frio intenso e as duras tempestades apenas dificultavam ainda mais o árduo e monótono trabalho de mensuração das costas. Para os marinheiros, a situação era desanimadora: muito trabalho, pouco espaço, praticamente nenhuma diversão, sem espaço para reivindicações ou questionamentos às decisões do capitão, sob o risco de duras e violentas punições com chicotes⁶⁴.

O porto mais próximo estava a mais de mil quilômetros de distância e o *HMS Adventure* mapeava outra região. Neste contexto, a proximidade física entre as pessoas, o trabalho incansável e interminável e a rigidez hierárquica tencionavam cada vez mais o ambiente, inclusive o próprio comandante. Praticamente isolado do restante dos homens, sem ter com quem conversar, sem poder aparentar dúvida ou hesitação e absolutamente envolvido com o trabalho técnico da elaboração das cartas náuticas, Pringle Stokes esteve sob crescente pressão no *HMS Beagle* durante o mapeamento da costa oeste do Estreito. Através de seu diário, acompanha-se a insatisfação com o isolamento e com as condições climáticas:

“Em nosso trajeto desde que saímos da Inglaterra fomos forçados a fundear, expostos a grandes riscos e perigos. Mas considero a atual condição ser a mais perigosa à qual o *Beagle* já se expôs: suas três âncoras estavam a três braças de profundidade, em areia de má qualidade, com porções rochosas. As rajadas de ventos eram terrivelmente violentas e à popa, distante apenas meia amarra, estavam rochas e pequenas ilhotas rochosas sobre as quais as ondas rebentavam com furor”⁶⁵.

Assim como ocorreu anteriormente com outros em missões tão duras, gradativamente o capitão se angustiou e se isolou. Em surto depressivo, Stokes anotou em seus diários:

“Estando o local sem habitantes, não contamos com esta fonte de divertimento; de comunicação com qualquer pessoa, por mais incivilizado que seja, que poderia dar-se ao

⁶³ Cf. GRIBBIN, John; GRIBBIN, Mary. *FitzRoy*, op cit., p. 48.

⁶⁴ Segundo John e Mary Gribbin, os capitães da Marinha Real deviam manter uma comedida proximidade diante dos demais oficiais e uma postura dura com os marinheiros: “Até um capitão popular (...) era em, muitos sentidos, uma figura remota, com poderes praticamente divinos sobre seu navio (incluindo o poder de vida e morte no caso de alguns crimes); ele era o representante pessoal do Soberano que, por sua vez, era o representante pessoal de Deus (...). Não havia ninguém em quem ele pudesse efetivamente confiar, especialmente no tocante a preocupações e incertezas”. GRIBBIN, John; GRIBBIN, Mary. *FitzRoy*, op cit., pp. 43-44.

⁶⁵ KING, Phillip. *Narrative*, op cit., p. 179.

luxo da companhia de um navio após uma custosa e desagradável viagem nesse lugar ermo e sombrio”⁶⁶.

O fim brusco de seu relato marca o ponto em que a depressão impediu sua atuação como capitão. Seu suicídio ocorreu enquanto o navio retornava à base em *Port Famine* e deixou vago o posto de capitão da embarcação.

Diante da situação, Phillip Parker King, comandante geral da expedição, elevou o capitão-tenente e explorador-assistente W. G. Skyring ao cargo de capitão temporário do *HMS Beagle* e ambas as embarcações partiram rumo ao Rio de Janeiro, após concluído mais um estágio da missão.

Os mapas, observações e anotações foram realizados sob alta pressão das intempéries do tempo, frio, noites prolongadas no inverno e um mar violento. Durante sua passagem, contataram e comercializaram com *patagones* e *fueginos*, assistiram e cooperaram com os caçadores. Oficiais, cientistas e marinheiros sofreram com a fome e o escorbuto. Ao menos um não suportou a situação e a pressão e se suicidou. Para os demais, este foi o alerta: chegara a hora de deixar o local, retornar aos trópicos, arrumar os navios, comprar provisões e receber um novo comandante para o *HMS Beagle*.

A estada de praticamente um ano para o mapeamento do Estreito não abalou somente o comandante suicida, mas a todos os homens a bordo. Quando foi programada a viagem ao Brasil, não apenas a obrigação protocolar da troca de comando influenciou a decisão, nem a necessidade – apesar de urgente – de reparos nas embarcações. Algo afligia muito mais a todos: o escorbuto. Segundo King,

“O escorbuto surgiu, e aumentou (...). Encontramo-nos agora também, dependendo apenas de nossos próprios recursos para comida fresca: quase nenhum peixe era fígado e a rede, apesar de frequentemente lançada, nunca capturava nada (...). O Sr. Tarn desembarcou e informou sobre nossa escassez, dizendo que trocaria tabaco e facas por quanta carne de guanaco conseguissem obter (...). Esta ampla mudança de dieta encheu-me de esperança de que os doentes, pelo menos os afetados pelo escorbuto, iriam se recuperar e que após outro grande abastecimento, que agora sabíamos como obter, talvez pudessemos seguir viagem como pretendíamos de início. Todos puderam comer carne por uma semana e o restante era disponibilizado ao cirurgião, para uso dos doentes, o que não foi suficiente; a lista ainda crescia”⁶⁷.

---

⁶⁶ Idem, p. 181.

⁶⁷ Ibidem, pp. 144, 149 e 152.

Carregando mais de uma dezena de doentes graves, os navios zarparam rumo norte e logo se aproximaram do rio da Prata. Entretanto, os portos de Buenos Aires e Montevideu sofriam com o bloqueio naval brasileiro decorrente da Guerra Cisplatina. O comandante King supôs que a intermediação política britânica do conflito e o suposto caráter científico de sua missão lhes autorizavam a furar o bloqueio e entrar no porto. Porém, o comandante da frota brasileira não interpretou a inusitada situação da mesma maneira e enviou uma salva de tiros de mosquete como aviso. King manteve a postura e somente retornou e procurou se identificar ao avistar o navio de guerra Maranhão se posicionar e mirar seus dezoito canhões contra os *HMS Adventure* e *Beagle*.

Em poucas horas, este pequeno incidente diplomático estava resolvido, mas o comandante King não aceitou as explicações do comandante brasileiro – que afirmou apenas ter seguido as normas técnicas exigidas pela situação – considerando aquela atitude incivilizada. Politicamente, King respeitava os Estados latino-americanos em formação, mas supunha que estes deveriam reconhecer o poderio e a superioridade britânicas. Após finalmente aportar em Montevideu, a tripulação não conseguiu sanar o problema do escorbuto, tendo em vista o desabastecimento geral da cidade. Quando já se preparavam para zarpar, conseguiram um lote de laranjas com um inglês que vivia nas redondezas e soube do caso.

A primeira incursão dos *HMS Adventure* e *Beagle* pelo Estreito de Magalhães e pela Terra do Fogo durou praticamente um ano. Neste período, os oficiais realizaram uma série de medições, mapeamentos e observações meteorológicas com o intuito de contribuir para a compreensão daquela região. Estes conhecimentos eram válidos para militares, comerciantes, caçadores e para as sociedades científicas – em especial a *Royal Society*, cofinanciadora da expedição – pois forneciam dados para a análise racional do planeta.

c. Robert FitzRoy, capitão do *HMS Beagle* e o mapeamento do sul do continente

No porto do Rio de Janeiro, reuniram-se o comandante Phillip Parker King e o Almirante, Sir Robert Waller Otway, para escolher o novo capitão do *HMS Beagle*, após o suicídio de Pringle Stokes. O selecionado deveria ser alguém com inúmeras e comprovadas habilidades náuticas, mas também um representante da elite. Este homem era Robert FitzRoy, de uma destacada família da aristocracia inglesa do início do século XIX. Entender quem

eram ele e seus parentes auxilia na compreensão de como chegou ao posto de capitão e no desvendamento de seus escritos e ações.

Suas procedências familiares remontam às relações extraconjugais do rei Charles II com Barbara Villiers, na segunda metade do século XVII; desta nasceu o filho Henry, que recebeu como sobrenome uma tradução livre para o inglês da expressão francesa *fiis du roi* (filho do rei)⁶⁸. Henry FitzRoy se tornou o primeiro duque de Grafton, título herdado por seus descendentes, como o avô e o tio de Robert.

Lorde Charles FitzRoy, pai de Robert, casou-se com *lady* Frances Anne Stewart, meia-irmã do respeitado Robert Stewart, lorde Castlereagh, marquês de Londonderry. Ele era especialmente influente, pois, apesar da origem irlandesa, foi Secretário de Estado da Guerra e Colônias, líder da Casa dos Comuns e representante britânico no Congresso de Viena. Político destacado, num período de forte pressão, em 1822, escolheu o suicídio.

Nascido em 1805, Robert era o terceiro filho do lorde Charles FitzRoy e entrou na Real Academia Naval ainda adolescente, em 1818. Nesta instituição, conviveu com colegas de linhagem e objetivos semelhantes, pois todos procuravam um posto “digno” de seu título, bem como a chance para construir uma importante carreira que poderia, sem grandes percalços, levá-los à política. Formado capitão-tenente em setembro de 1824, aos dezenove anos, FitzRoy foi um aluno brilhante e logo ingressou no navio *Thetis* como capitão-tenente *junior*, onde permaneceu até 1827.

Neste mesmo ano, ingressou na esquadra do Atlântico Sul sob o comando de Sir Robert Waller Otway, durante a Guerra Cisplatina e, em outubro de 1828, foi escolhido para ser o novo capitão do *HMS Beagle*, aos vinte e cinco anos. Segundo John e Mary Gribbin, “apesar de FitzRoy ter sido um oficial destacado, com comprovadas habilidades e capacidade para o trabalho pesado, este não foi, como ele próprio reconhece, o principal fator que levou à sua indicação como capitão-tenente. Possuir tanto habilidades quanto apoio político era um caminho seguro para o progresso nos quadros da Real Marinha naquele tempo; e logo parece que FitzRoy conseguiu o ingrediente vital e complementar para o sucesso – sorte. Ele teve sorte o suficiente para estar no lugar certo na hora certa”⁶⁹.

Após zarpar do Rio de Janeiro e passar por Montevidéu, a expedição retornou para os trabalhos de mapeamento do Estreito de Magalhães e da Terra do Fogo e finalmente foram

⁶⁸ Cf. GRIBBIN, John; GRIBBIN, Mary. *FitzRoy*, op cit.

⁶⁹ Idem, p 41.

alcançadas as águas *pacíficas* nas costas chilenas. Esquadrinhado o percurso até a estratégica ilha de Chiloé, iniciou-se a viagem de retorno e, quando os dois comandantes foram forçados a enfrentar situações tensas e a negociar com os *fueginos*.

Assim como havia feito em suas passagens anteriores, Phillip Parker King contatou os indígenas, mas enfrentou uma pequena sublevação nativa após atirar contra alguns que desmontaram o marcador de medição de distância. Na narrativa dos acontecimentos, é interessante notar os termos utilizados pelo comandante para descrever a situação:

“Estando próxima minha chegada, os mostrei o quanto estava descontente, (...) quando peguei meu mosquete e o mostrei, todos bateram em retirada (...). Não pude perder a oportunidade de deixar de informá-los que estávamos preparados para eles, disparando sobre suas cabeças. (...)”⁷⁰. “Naturalmente petulantes e briguentos, também têm toda intenção de praticar o mal, limitados apenas pelo medo da punição (...) se não têm o que querem, tentam roubá-lo, e qualquer punição consequente provavelmente provocará uma discussão”⁷¹.

Phillip Parker King apresentou-se, no relato, como um educador de indígenas, alguém disposto a, se preciso, utilizar a violência para demarcar posições e hierarquias e ensinar a incivilidade da desobediência. Ele não duvidava da superioridade da civilização britânica e desconfiava dos nativos, tendo-os como ladrões e trapaceiros que precisavam ser educados nas regras do comércio, da amizade e das boas maneiras⁷². Para ele, “Era, de qualquer forma, hora de conhecerem nossa superioridade”⁷³.

O capitão Robert FitzRoy defendia posições semelhantes às de King. Em seu caminho⁷⁴ de volta ao Rio de Janeiro, também enfrentou problemas com *fueginos*, pois um pequeno grupo furtou um de seus botes de exploração. Indignado com o roubo e o desaparecimento dos ladrões, iniciou uma desastrada ação para vasculhar a região, interrogar os *fueginos*, localizar e punir os responsáveis, pois espelhava naquela sociedade seus próprios ideais sobre propriedade e direito. Após percorrer cada rincão da região e encontrar apenas

⁷⁰ KING, Phillip. *Narrative*, op cit., p. 317.

⁷¹ Idem, p. 319 (grifos meus).

⁷² FITZROY, Robert. *Narrative*, op. cit., p. 113.

⁷³ Idem, p. 141.

⁷⁴ Batizar os locais desbravados era corriqueiro nas viagens expedicionárias do período, substituindo-se o nome tradicionalmente adotado pelas populações nativas por outros sem relação física ou histórica com os locais, sendo Robert FitzRoy especialmente exímio em modificar a nomenclatura dos locais visitados. Durante as passagens pelo Estreito, procurou imortalizar os nomes de sua família. Pouco antes do *Beagle Channel*, por exemplo, estão as *Londonderry Islands*, após as quais se encontra o *Cape Castlereagh* e as *Stewart Islands*, todas homenagens à sua família materna. Além destes, foram nomeadas as baías *Otway Water* e *Skyring Water*, bem como a *FitzRoy Passage* (esta última, pelo comandante King).

vestígios dos indígenas, tomou uma atitude desesperada e raptou três jovens e crianças para trocá-los pelo bote. Incapaz de estabelecer negociações, pois não encontrava com quem negociar, procurou manter atividades práticas com seus cativos, objetivando extrair deles informações sobre seus costumes e a região.

Sem conseguir identificar os autores do roubo, o comandante foi forçado a desistir do bote sem, no entanto, também conseguir devolver os sequestrados. Diante de um dilema e um problema inventado por si próprio, resolveu ampliar o que entendia como uma ação benemerita para os nativos e levá-los à Inglaterra para serem “civilizados”. Para seus leitores, afirmou que os mesmos estavam felizes e satisfeitos por serem levados daquele lugar tão inóspito, por acaso sua terra nativa:

“Já havia decidido anteriormente que levaria os *fueginos* que estavam conosco para a Inglaterra; crendo que haveria maior proveito resultante do contato com nossos hábitos e língua compensando a separação temporária de seu próprio país. Mas essa decisão não foi tomada na primeira vez em que os levei a bordo; naquele momento pensei em detê-los apenas enquanto estivéssemos em suas costas; descobrindo depois que estavam felizes e saudáveis, comecei a pensar nas diversas vantagens que eles e seus compatriotas teriam, assim como nós mesmos, se os levássemos para a Inglaterra, os educando o quanto fosse viável, e só então os trazendo de volta para a Terra o Fogo”⁷⁵.

Em seu caminho, FitzRoy incorporou mais um garoto à sua pequena missão evangelizadora flutuante, um garoto trocado por um botão de madrepérola. Assim, o *HMS Beagle* retornou de sua primeira investida à América do Sul carregando, além de cartas náuticas e curiosidades para as coleções dos museus, quatro indígenas⁷⁶, sequestrados ou comprados, mas jamais escravizados, segundo os preceitos de FitzRoy.

De volta à Inglaterra, ele entregou os indígenas aos cuidados de uma escola mantida pela *Church Missionary Society* (CMS), onde permaneceram por dez meses – exceto um que, apesar de vacinado, morreu de varíola. Neste período, tornaram-se o centro das atenções não apenas da escola, mas da região e também da Corte, sendo requisitados pelo próprio rei, William IV, para uma visita.

Durante a apresentação ao monarca, FitzRoy procurou convencê-lo a financiar uma segunda expedição à América do Sul para complementar os mapeamentos previamente realizados e devolver aqueles que eram vistos como futuros disseminadores do cristianismo.

⁷⁵ FITZROY, Robert. *Narrative*, op cit., pp. 458-459 (grifos meus).

⁷⁶ Os nomes que os *fueginos* receberam e as idades que os ingleses lhes atribuíram eram os seguintes: York Minster, 26; Boat Memory, 20 – falecido; James Button, 14; Fuegia Basket, 9 – a única menina.

Saciada sua curiosidade pelos “bárbaros”, o rei, no entanto, não pareceu disposto a conceder mais uma expedição a FitzRoy. Diante de insistentes negativas por parte do Almirantado, o capitão explorou as redes de relações que possuía na Corte, em especial seus tios, o Duque de Grafton e o Conde de Londonderry, para contornar a situação. Em suas palavras, “um bondoso tio, a quem mencionei meus planos, foi ao Almirantado e, logo depois, me contou que eu deveria ser nomeado para o comando do *Chanticleer*, para ir à Terra do Fogo”⁷⁷.

Não é possível saber qual tio usou a influência para mudar os planos do Almirantado, mas o mais provável é que tenha havido uma pressão de ambos, auxiliados ainda pela sociedade evangelizadora oficial da Igreja da Inglaterra. A CMS conseguiu a autorização para incluir dois voluntários para iniciar uma missão na Terra do Fogo. Ao final, apenas um embarcou, Richard Matthews.

FitzRoy estava decidido a viajar com o máximo da tecnologia científica da época e, para tal, desembolsou pessoalmente vultosos recursos para comprar dezessete cronômetros adicionais aos cinco fornecidos pelo Almirantado. Para cuidar dos instrumentos, pagou a viagem de um assistente. Levou, também, às suas custas, um artista para retratar as paisagens – Augustus Earle⁷⁸.

Conhecedor das aflições e angústias que levaram o antigo capitão do *HMS Beagle* ao suicídio, FitzRoy procurou encontrar um parceiro que pudesse ser útil à expedição – “eu lastimo não poder contar, à bordo, com um especialista em mineralogia, ou alguém ao menos conhecedor de geologia”⁷⁹ – mas também um *gentleman* capaz de manter sua sanidade mental. Após algumas recusas, localizou um jovem naturalista formado pela Universidade de Cambridge, Charles Robert Darwin. A princípio, o pai deste não apoiou a iniciativa – inclusive porque deveria pagar por ela – mas, após entrevistas com professores, FitzRoy e um lorde do Almirantado, autorizou a viagem⁸⁰.

⁷⁷ FITZROY, Robert. *Narrative*, op cit., pp. 13-14.

⁷⁸ Sobre Augustus Earle, HACKFORTH-JONES, Jocelyn. *Augustus Earle: travel artist*. Londres: Scholar, 1980; BELL, Leonard. “Augustus Earle’s *The Meeting of the artist and the wounded chief Hongi, Bay of Islands, New Zealand, 1827* and his depictions of other New Zealand encounters: contexts and connections”. In: CALDER, Alex; LAMB, Jonathan; ORR, Bridget. *Voyages and Beaches*, op cit.; MENEZES, Pedro da Cunha e. “Rio de Janeiro: o realismo satírico de Augustus Earle”. In: *O Rio de Janeiro na rota dos Mares do Sul*, op cit. Foi publicado, também, seu relato da vivência na Nova Zelândia: EARLE, Augustus. *A narrative of a nine month’s residence in New Zealand*. Dodo Press, 2007.

⁷⁹ FITZROY, Robert. *Narrative*, op cit., p. 385.

⁸⁰ Cf. GRIBBIN, John ; GRIBBIN, Mary. *FitzRoy*, op cit., p. 97.

A segunda expedição do *HMS Beagle* partiu da Inglaterra em 27 de dezembro de 1831⁸¹, com uma coleção invejável de equipamentos e homens. O objetivo principal desta segunda expedição do *HMS Beagle* era a elaboração de cartas náuticas da costa sul-americana e do Estreito de Magalhães, uma continuação dos serviços prestados pelo comandante Phillip Parker King nos anos anteriores. Completada esta primeira parte da viagem, os navios deveriam seguir para as ilhas do Pacífico já conhecidas e visitadas por comerciantes e caçadores, mas cuja localização ainda era pouco precisa, caso do Taiti e da Nova Zelândia. Ademais, objetivava-se fortalecer as relações com os governos dos novos Estados na América Latina e com os monarcas nativos dos arquipélagos da Oceania⁸².

Segundo seus biógrafos, FitzRoy não era, no início da segunda expedição, um cristão fervoroso, mas apenas alguém que seguia os principais preceitos do anglicanismo. Seu histórico familiar, contatos na Corte e o investimento feito para levar, manter e evangelizar os *fueguinos*, no entanto, levam a crer que o capitão do *HMS Beagle* já era, naquele momento, alguém efetivamente envolvido com o projeto de Império da *Church Missionary Society*.

No que considerava “a sua missão”, levou os indígenas à Inglaterra e, depois de catequizados e introduzidos nos costumes “civilizados”, empenhou-se em devolvê-los à sua terra de origem. Ele esperava contribuir de forma significativa para a evolução social e econômica da Terra do Fogo, deixando de ser apenas um dentre vários comandantes britânicos a passar pela região.

Uma dificuldade enfrentada consistia em conciliar um missionário para três indígenas de grupos rivais, inicialmente inimigos. FitzRoy pretendia instalar uma missão, cuja característica seria a promoção da civilização e seu primeiro fruto seria a pacificação dos grupos. Segundo o relato, ao se aproximar de sua terra natal, os próprios *fueguinos* informaram o desejo de ser devolvidos e sedentarizados em um único local:

---

⁸¹ A segunda expedição do *HMS Beagle* e as teorias de Darwin geraram vasta bibliografia. Além da biografia *Darwin – a vida de um evolucionista atormentado*, de Adrian Desmond e James Moore, destaco obras recentes, como *Fossils, finches and fueguians: Darwin's adventures and discoveries on the Beagle*, de Richard Keynes, *The reluctant Mr. Darwin: an intimate portrait of Charles Darwin and the making of his Theory of Evolution*, de David Quammen, *God after Darwin: a theology of evolution*, de John F. Haught. Sobre Robert FitzRoy, há menos bibliografia, geralmente estudos comparativos com a vida de Darwin. Além de *FitzRoy: the remarkable story of Darwin's captain and the invention of the weather forecast*, de John e Mary Gribbin, foi publicada outra biografia, em 1968, *FitzRoy of the Beagle*, de H. E. L. Mellersh. Tema popular, a viagem do *Beagle* gerou alguns romances históricos, como *This thing of darkness*, de Harry Thompson, além de uma trilogia de Peter Nichols: *Evolution's Captain: The tragic fate of Robert FitzRoy, the man who sailed Charles Darwin around the world*; *The dark fate of Robert FitzRoy, the man who sailed Charles Darwin around the world*; e *The story of the kidnapping that led to Charles Darwin's voyage aboard the Beagle*.

⁸² FITZROY, Robert. *Narrative*, op cit., pp. 22, 26, 28, 29, 31, 32 e 33.

“Neste momento, para minha surpresa, York Minster disse a mim que preferiria viver com Jemmy Button em Tekeenica do que estar com seus conterrâneos. Essa foi uma mudança completa de sua opinião, e eu fiquei bastante contente com isso; porque talvez seria bem melhor que os três, York, Jemmy e Fuegia, chegassem a um acordo”⁸³.

É possível identificar a satisfação do capitão ao descrever o que entendeu como o comprometimento dos *fueginos* com a missão, o melhor final possível para os infelizes acontecimentos iniciados com o roubo do bote na expedição anterior. FitzRoy não considerou, ou deixou de escrever em seu relato, que a opção pelo assentamento conjunto pode ter sido uma forma de readaptação dos nativos a uma realidade bastante distinta da que haviam vivenciado no último ano, ou ainda uma estratégia para fortalecer seu assentamento e manter vínculos afetivos.

Após uma série de buscas, foi selecionado um local considerado como o ideal para a instalação da missão: a baía Woollya. Segundo os planos de FitzRoy e de Richard Matthews, os *fueginos* deveriam ficar próximos aos principais núcleos populacionais indígenas da região e em um porto natural, para que pudessem contatar com facilidade os navios que atravessavam a região e, a partir do comércio com estes, manter sua existência. A missão reunia, portanto, dois objetivos principais: transmitir valores e a “civilização” aos demais nativos e estabelecer um ponto de referência e porto seguro para os navios.

Os três *fueginos* e o missionário foram desembarcados e os marinheiros iniciaram a construção do assentamento, onde foram construída três cabanas: uma para o inglês, outra para James e Fuegia – que FitzRoy pretendia ver casados⁸⁴ – e a última para York. Foram plantados alface, alho-poró, amendoim, cebola, cenoura, feijão, nabo e repolho, além de batatas e flores, procurando-se iniciar o estabelecimento de uma “pequena Inglaterra”. Por fim, foram desembarcados os utensílios doados pelos membros da CMS – ferramentas, roupas, móveis, talheres, louças e até um jogo completo de chá⁸⁵.

Toda esta movimentação chamou a atenção dos nativos. Como era previsto, logo chegaram indígenas, mas seu número em muito superou as expectativas e planos, pois eram quase três centenas em quarenta canoas. Diante da multidão, FitzRoy temeu pela integridade da missão, mas considerou que a presença do *HMS Beagle* poderia inibir as positivas relações a serem construídas e se afastou temporariamente. Ao relatar seu retorno, alguns dias depois, apresentou uma situação marcada pela iminente violência contra missão recém-instalada:

⁸³ FITZROY, Robert. *Narrative*, op cit., p.127 (grifo meu).

⁸⁴ Idem, p. 205.

⁸⁵ Ibidem, p. 214.

“Minha ansiedade aumentava quando ouvia os comentários (...), alguns achavam que não veríamos [Matthews] vivo novamente; e foi sem o mínimo de alegria que o vi, quando meu barco contornou uma ponta de terra, carregando um tacho para o fogo próximo à sua cabana. Desembarcamos e nos certificamos de que nada havia acontecido para deprimi-lo ou que de alguma forma atrapalhasse sua capacidade de julgamento”⁸⁶.

Este relato expressa o temor dos europeus diante do incompreendido e do imprevisto, dos povos ditos incivilizados. Diante de exemplos antigos, como o da morte de Fernão de Magalhães nas Filipinas em 1521, e mais recentes como o embate fatal entre o mitificado James Cook e os havaianos em 1779⁸⁷, havia um temor entre os navegadores europeus do início do século XIX sobre os indígenas como violentos e irracionais. Esta imagem habitava também o Almirantado e foi utilizada como um alerta nas instruções para a expedição:

“A descrição de qualquer viagem no Oceano Pacífico é cheia de provas da incessante necessidade de precaver-se das pequenas traições ou de ataques mais ousados de nativos (...). Calma e vigilância serão as melhores formas de nos resguardarmos contra ataques banais e mal-entendidos, os quais muitas vezes acabam em discussões; e com rigidez renunciará a assuntos de menor importância, onde a perseverança deve abolir a necessidade à violência; pois seria o caso de profundo arrependimento se uma expedição dedicada ao mais nobre propósito, a aquisição de conhecimento, fosse manchada por um ato isolado de hostilidade”⁸⁸.

FitzRoy visitou Woollya nos dias seguintes e confirmou seus piores receios:

“Várias canoas estavam na praia (...). Todas estavam muito pintadas e ornamentadas com trapos de roupas inglesas, que concluímos serem os últimos fragmentos dos bens de nossos amigos (...). Matthews não tinha uma boa avaliação da situação (...), e me disse que não se sentia seguro entre tal grupo de, a seu ver, selvagens absolutos (...). York e Fuegia passavam muito bem, não perderam nada, mas Jemmy foi tristemente saqueado, até mesmo por sua própria família. Nosso jardim, ao qual muito trabalho foi devotado, foi repetidamente pisoteado, embora Jemmy tenha feito o seu melhor para explicar seu propósito e impedir que pessoas andassem sobre ele”⁸⁹.

Diante da realidade menos simples do que supunham, FitzRoy e Matthews constataram que os nativos não aceitariam a “civilização” como imaginado e viram seus

⁸⁶ Ibidem, p. 214.

⁸⁷ Para uma análise do conflito cultural que cercou a ritualização da morte de James Cook, BARBER, Ian G. “Early contact ethnography and understanding: an evaluation of the Cook Expeditionary Accounts of the Grass Cove Conflict”. In: CALDER, Alex; LAMB, Jonathan; ORR, Bridget. *Voyages and Beaches*, op cit.

⁸⁸ FITZROY, Robert. *Narrative*, op cit., pp. 39-40 (grifos meus).

⁸⁹ Idem, pp. 220-222.

temores se tornarem realidade com o roubo da propriedade e a hostilidade indígena. Neste contexto, o missionário optou por abandonar a missão e os três *fueginos* evangelizados para que tentassem, à sua maneira “civilizar” seus semelhantes. Os ingleses partiram de Woollya, deixando para trás James, Fuegia e York. Algum tempo depois, o *HMS Beagle* fez sua última passagem pelo local e foi constatado que os três continuavam vivendo nas cabanas e cultivando os vegetais. Segundo o comandante, não havia sido uma tentativa totalmente falha em “disseminar a civilização”, afinal:

“Aconselhei Jemmy a levar sua mãe e seu irmão mais novo para sua cabana, o que prometeu que faria, e então, achando que estavam todos bastante satisfeitos e aparentemente muito contentes, saí dali, com animadas esperanças de que eles teriam impressionado positivamente seus conterrâneos (...). Esperava que (...) nossos motivos para levá-los à Inglaterra seriam entendidos e apreciados pelos seus, e que uma visita futura os encontraria bem-dispostos em relação a nós. Que Matthews talvez então se encarregasse, com uma perspectiva bem melhor de sucesso, daquele empreendimento que circunstâncias o haviam obrigado a protelar, ainda que não abandonar por completo”⁹⁰.

Após devolver os *fueginos* à sua terra natal e tentar introduzir a “civilização” e o “progresso”, foram retomadas as atividades para as quais a expedição fora efetivamente constituída. Os navios concluíram o mapeamento da Terra do Fogo e do Estreito de Magalhães e partiram para o Chile e o Peru.

d. Relatos de viagens de comandantes-exploradores

As relações políticas e econômicas com os Estados em formação na América do Sul eram uma preocupação central para o Almirantado pois, na década de 1830, ainda não havia se concretizado o desejo expresso, em 1824, por George Canning, o Secretário de Estado para Assuntos Exteriores: “A América espanhola está livre, e se não administrarmos mal nossos negócios, será inglesa”⁹¹.

Passadas mais de duas décadas do início das lutas de independência, a região assistia às disputas entre diferentes projetos nacionais no longo processo de formação e consolidação daqueles Estados e os ingleses iniciavam uma incipiente entrada econômica⁹².

⁹⁰ Ibidem, pp. 224-225 (grifos meus).

⁹¹ Apud KNIGHT, Alan. “Britain and Latin America”. In: PORTER, Andrew (ed). *The nineteenth century*, op cit., p. 122.

⁹² Segundo B. R. Tomlinson, o grande movimento de entrada de capitais britânicos na região se deu na segunda metade do século XIX, quando a Argentina, o Uruguai e o Chile receberam 11% dos investimentos do capital

Rota da expedição do HMS Beagle (1831-1836). Fonte: INSTITUTO Sangari. Darwin: descubre o homem e a teoria revolucionária que mudou o mundo. São Paulo: Sangari, 2007, pp. 28-29.

inglês, o dobro do Canadá (5%) e mais do que a Índia (8%), por exemplo. TOMLINSON, B. R. "Economics: the periphery". In: PORTER, Andrew (ed). *The nineteenth century*, op. cit., p. 59.

Analisando a situação, a partir da perspectiva do Império, Alan Knight mostra que os britânicos optaram por localizar elites colaborativas e investir em um controle indireto, marcado pela forte atuação das instituições bancárias e pelas companhias de comércio, amparadas pela Marinha Real, quando necessário. Segundo o autor, a euforia dos portos abertos logo se enfraqueceu, pois “os mercados latino-americanos eram poucos, as cidades pequenas e a maior parte da população vivia espalhada pelo interior, onde havia baixa demanda por produtos manufaturados (...). As esperanças iniciais se desfizeram. Apesar de o volume das exportações britânicas para a América Latina ter crescido, seu valor nominal permaneceu o mesmo entre as décadas de 1820 e 1840 (...) e o capital mercantil, frustrado pela topografia, instabilidade e pelo enfrentamento de oposições locais, se provou incapaz para reduzir a América Latina à ‘dependência’”⁹³.

Se, para o Império Britânico, as independências latino-americanas foram uma decepção comercial, como defende Knight, uma análise pautada pela visão da América Latina considera estas relações por uma perspectiva diferente. Para John Lynch, “os comerciantes de Buenos Aires cederam lugar aos estrangeiros. Contando com maiores recursos, com capital, com navios e contatos na Europa, os ingleses assumiram o papel de empresários que antes fora exercido pelos espanhóis (...). Mas a concorrência dos produtos ingleses desestimulou as indústrias rurais e artesanais do interior, numa época em que a guerra e o separatismo estavam eliminando os mercados estabelecidos no Chile e no Alto Peru. A conjuntura da concorrência inglesa, as devastações da guerra e o declínio do interior tornaram a economia tradicional de Buenos Aires incapaz de sustentar os grupos dominantes”⁹⁴.

Apesar de discordarem quanto à importância da penetração dos produtos manufaturados ingleses na economia argentina na primeira metade do século, ambos concordam quanto aos crescentes interesses mercantis na região e um dos instrumentos mais utilizados para a identificação das potencialidades econômicas foi o envio de uma série de viajantes. A serviço do governo, das companhias ou em aventuras pessoais, os britânicos que percorreram a região foram cruciais para propor novos investimentos, mas também carregaram, procuraram e confirmaram uma série de ideias sobre as sociedades católicas latino-americanas⁹⁵.

---

⁹³ KNIGHT, Alan. “Britain and Latin America”, op cit., pp. 127-128.

⁹⁴ LYNCH, John. “As Repúblicas do Prata da independência à Guerra do Paraguai”. In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina, vol. III*. São Paulo: Edusp/Imesp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001, pp. 625-626.

⁹⁵ Cf. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*, op cit., pp. 252-253.

Indivíduos únicos, os comandantes-exploradores norteavam-se pelas ideias de sua época, mas destas não eram reféns. Neste sentido, é importante localizar as individualidades e as peculiaridades dos narradores, bem como os pontos em comum, as características que compunham o olhar desta elite da Marinha Real, suas concepções de mundo e os projetos que defendiam para o Império Britânico.

Antonello Gerbi, ao analisar as polêmicas em torno das ideias sobre a América⁹⁶, seus habitantes e natureza, identificou duas concepções distintas, originadas no Iluminismo do século XVIII e que ainda repercutiam nas primeiras décadas do século XIX. Segundo ele, as oposições surgidas nos embates teológicos entre Bartolomé de Las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda, no século XVI, foram ressignificadas e retrabalhadas e apresentavam-se como uma disputa em que em um campo estavam pensadores como o conde de Buffon e o abade Corneille de Pauw e, no outro, o filósofo Jean-Jacques Rousseau. Os primeiros atacavam, cada um com sua especificidade, a América como terra da degeneração natural e humana e sintetizaram sua ideia na expressão: “gente ruim em uma terra horrorosa”. Já o outro campo, defendia a tese do “bom selvagem”, puro e distante dos males da sociedade.

Após a transformadora viagem de Alexander von Humboldt e a publicação de seu *Viagens às Regiões Equinociais do Novo Continente*, uma nova imagem romântica da América ganhou força, marcada pela máxima “gente ruim em terra maravilhosa”. Esta polêmica em torno do “Novo Mundo”, sua natureza e populações era conhecida, discutida e compartilhada pelos comandantes-exploradores britânicos da primeira metade do século XIX e refletiu-se em seus relatos.

Partindo dos escritos de Phillip Parker King, filtrados por FitzRoy, observa-se uma série de narrativas marcadas por uma visão geralmente negativa e depreciativa dos sul-americanos contatados, tidos como incapazes, preguiçosos e idólatras. Nos discursos dos comandantes em *Narrative*, nota-se uma preocupação diante de uma suposta ineficiência *criolla* em explorar corretamente os recursos naturais, por exemplo. Estas constatações são fortes no relato de King, e aparecem insistentemente nos escritos de FitzRoy, dialogando e reforçando a imagem dos *criollos* que Gerbi identificou como “a tropicalização do branco”⁹⁷.

Ao relatar sua segunda passagem pela Bahia e pelo Rio de Janeiro, por exemplo, Robert FitzRoy explicitou os ideais dos missionários e a herança do tempo em que combateu

---

⁹⁶ GERBI, Antonello. *O Novo Mundo – história de uma polêmica*. Tradução de Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

⁹⁷ Idem, pp.431-435.

os navios negreiros. Teceu longas e duras críticas à escravidão e aos escravocratas, procurando enfatizar em seus relatos a visão de seu grupo sobre o tema e a forma como entendia este sistema como símbolo do atraso dos ibéricos católicos, sem, no entanto, expressar apreço pelos negros em seu estágio “incivilizado”:

“Poucos estrangeiros visitam a metrópole do Brasil sem desapontamento ou asco. Vários negros quase nus andam rápido, por estreitas ruas. Fedores e visões ofensivas, uma população nativa incivilizada e feia, impossibilitam qualquer um de se animar, nem mesmo com novidades”⁹⁸.

Apesar de ter sido bem-recebido pelos governos brasileiro⁹⁹, uruguaio¹⁰⁰, peruano¹⁰¹ e portenho¹⁰², FitzRoy constantemente os criticou em seu relato, afirmando a incivilidade naqueles nascentes Estados sul-americanos e o que entendia como uma prepotência por se considerarem semelhantes aos britânicos. Para ele, os sul-americanos estavam marcados pela uma eterna instabilidade política, ineficiência administrativa e pouco cuidado com a coisa pública. Para reforçar essa ideia, destacou os diversos momentos em que seus marinheiros foram requisitados para ajudar a conter sublevações militares ou populares. Ao descrever estas situações, criticou duramente aquelas sociedades pela constante quebra da regularidade da ordem social. Quando estava no Rio de Janeiro, por exemplo, presenciou manifestações subsequentes à Abdicação de D. Pedro I:

“Quando ferramos nossas velas na popa de nossa nau almirante, me surpreendi ao encontrar Sir Thomas Baker, o comandante supremo, dando instruções a serem seguidas imediatamente pelos navios de sua esquadra ali presentes, e ordens para que os barcos estivessem preparados para desembarcar marinheiros. Isso foi consequência de um daqueles distúrbios quase que recorrentes na América do Sul, especialmente no Brasil (...). Sob governos antigos e estabelecidos, rebeliões e motins ocorrem tão raramente que seu impacto é profundo e transmite vibrações às gerações futuras. Nessas nações ainda não totalmente estabelecidas, entretanto, ocorrem com tal frequência que até mesmo no momento causam pouca comoção, e com exceção àqueles pessoalmente interessados, raramente são lembrados posteriormente”¹⁰³.

Ao relatar sua chegada a Montevideú, o capitão escreveu:

---

⁹⁸ FITZROY, Robert. *Narrative*, op cit., pp 74.

⁹⁹ Idem, p. 74.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 95.

¹⁰¹ Ibidem, p. 484.

¹⁰² Segundo seu relato, FitzRoy teria recebido cartas provenientes do “comandante, ou governador, de Buenos Aires”, Juan Manuel de Rosas, que lhe davam plena liberdade de trânsito. Ibidem, p. 300.

¹⁰³ Ibidem, pp 73-74 (grifos meus).

“(…) o chefe de polícia de Montevidéu e o capitão do porto embarcaram no *Beagle* para pedir ajuda para manter a ordem na cidade, e para impedir agressões de alguns soldados negros amotinados. Também me foi solicitado pelo cônsul-geral que desse aos residentes britânicos toda proteção ao meu alcance; e percebendo que suas vidas, assim como propriedade estavam ameaçadas pelos amotinados, (...) desembarquei com cinquenta homens bem armados e permaneci na costa, guarnecendo o forte principal (...). A tripulação do *Beagle* não esteve na costa por mais de vinte e quatro horas e tampouco foi chamada a agir, mas me foi dito pelas pessoas cujas vidas e propriedades estavam ameaçadas, que a presença daqueles homens certamente preveniu derramamento de sangue”¹⁰⁴.

Ao se dirigir ao Estreito de Magalhães, o *HMS Beagle* aportou próximo à fortaleza *Protectora Argentina*, em Carmen de Patagones, na foz do rio Negro, e em sua descrição, FitzRoy investiu em um relato detalhado para reforçar uma imagem específica da América do Sul:

“Esperando para nos encontrar estava uma assembleia de figuras grotescas, das quais não esquecerei facilmente — um pintor teria ficado encantado com elas. Um personagem escuro, de semblante quixotesco, parcialmente uniformizado, montado num magro cavalo, e servido de vários peões aparentemente selvagens, mas alegremente vestidos, estava perto de nós (...) [e] uma tropa com alguns soldados, diferentemente armados, se houver dois vestidos da mesma forma, mas bem montados, que aparentavam desespero, enquanto no outro lado, um grupo de índios prisioneiros, quase nus, estava sentado devorando os restos de um cavalo assado (...). Eu achei que nunca havia visto grupo mais inusitado. O homem alto de uniforme era o comandante da colônia, ou fortaleza, chamada Argentina”¹⁰⁵.

A referência a Don Quixote talvez tenha sido a expressão mais clara da visão sobre os sul-americanos que FitzRoy utilizou em seu relato. O empobrecido, supersticioso e transtornado cavaleiro errante de Miguel de Cervantes foi transposto para os pampas e utilizado como a metáfora daquele país. Para reforçar sua ideia, FitzRoy enfatizou que este Don Quixote sul-americano guardava sua fortaleza, talvez seu próprio moinho/gigante, ainda simbolicamente chamada de Argentina. Com esta bizarra descrição, o comandante britânico apresentou ao público leitor sua concepção da região e sintetizou sua absoluta descrença naquela sociedade, marcada pelo signo do atraso ibérico.

¹⁰⁴ Ibidem, p 95 (grifos meus).

¹⁰⁵ Ibidem, pp. 102-103 (grifo meu).

Diante de escravocratas ingovernáveis, bizarros seres quixotescos, os comandantes da Marinha Real passaram a observar as potencialidades desperdiçadas, inicialmente as econômicas e posteriormente as culturais, “civilizacionais” como chamavam.

Para o primeiro ponto, o caso emblemático é o das longínquas e despovoadas ilhas Falkland/Malvinas, referência para o comércio interoceânico, estratégicas para o controle da conexão entre o Atlântico e o Pacífico e alvo prioritário dos caçadores de mamíferos marinhos. Formalmente elas haviam sido inseridas ao aparato jurídico-territorial das Províncias Unidas do Rio da Prata em 1820, mas segundo FitzRoy em sintonia com a posição oficial britânica, “este ato do governo de Buenos Aires permaneceu praticamente desconhecido na Europa por muitos anos; e somente em 1829 foi formalmente notado pela Grã-Bretanha”¹⁰⁶. Diante de um ponto estratégico, praticamente abandonado e disputado com os franceses, o comandante justificou sua visita ao local:

“A descoberta, ocupação prévia e colonização de territórios novos e inabitados dá o direito à posse? Se sim, a Grã-Bretanha é proprietária oficial dessa ilhas. Davis primeiro as descobriu; Hawkins as nomeou; Strong foi o primeiro a embarcar nelas; e (com exceção aos franceses), Byron primeiro tomou posse oficial delas; e (novamente com exceção aos franceses), Macbride primeiro as colonizou (...). Os espanhóis não as descobriram, nem desembarcaram, nem colonizaram as Falklands antes dos ingleses; e seu único direito está em um fundamento instável de uma bula papal, segundo a qual a Espanha poderia reivindicar o Taiti, as Ilhas Sandwich ou a Nova Zelândia”¹⁰⁷.

Durante as décadas de 1820 e 1830, uma série de pequenas escaramuças ocorreu no arquipélago, envolvendo caçadores de foca estadunidenses, portenhos, franceses e britânicos. Neste contexto, a expedição do *HMS Beagle* foi enviada com o objetivo de elaborar cartas náuticas, precisar sua posição geográfica e apoiar a pequena guarnição militar lá instalada¹⁰⁸ para formalizar a anexação territorial, justificada historicamente como relatado e defendido por FitzRoy.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 236.

¹⁰⁷ Ibidem, pp. 236-237 (grifos meus).

¹⁰⁸ Durante a execução deste que era seu primeiro grande serviço de mapeamento, o comandante chegou à conclusão de que seria necessário o apoio de outra embarcação, de menores proporções. Para tal, comprou uma escuna então utilizada por caçadores de foca, a *Unicorn*, com seus próprios recursos, na expectativa de posteriormente ser recompensado financeiramente pelo Almirantado. Em homenagem à expedição do comandante King, batizou a mesma de *Adventure*. Segundo FitzRoy, esta escuna possuía uma história bastante peculiar, pois serviu ao famoso e polêmico lorde Cochrane, e foi utilizada pelos portenhos durante a Guerra Cisplatina. Confiscada pelos brasileiros, foi vendida a ingleses que a utilizaram para caçar focas nas Falkland/Malvinas. Neste período, não apenas homens, ideias e mercadorias circulavam, mas as embarcações também mudavam de donos, países, usos e funções.

O caso das ilhas Falkland/Malvinas é um exemplo bastante vigoroso do ímpeto expansionista britânico no início do século XIX. Para o Império Britânico, interessavam regiões tidas como desabitadas ou estratégicas para a geopolítica, controle e abastecimento do comércio planetário. FitzRoy foi bastante explícito, em diversos momentos, a respeito das intenções britânicas e da corrida por territórios que o Reino Unido empreendia com a França, a Rússia e os Estados Unidos. Para ele, após a vitória diante das tropas napoleônicas, chegara a hora de consolidar o predomínio sobre mares e ilhas, antes que outros o fizessem:

“Nenhuma nação europeia ou americana tem agora missão a cumprir, ou interesse para cuidar no Oceano Pacífico, como a Grã-Bretanha. Os norte-americanos estão aumentando suas relações, e consequentemente sua influência rapidamente. A Rússia estendeu seus braços sobre o Pacífico Norte. A França enviou seus oficiais, e missionários católicos romanos estão disseminando as sementes da diferença, senão da discórdia, sobre os habitantes da ilha no Arquipélago de Gambier e em outros lugares”¹⁰⁹.

A aprovação da segunda expedição do *HMS Beagle* por parte do Almirantado é um indício da intensidade da disputa que se dava e do investimento em expedições de mapeamento que levavam a um melhor conhecimento de regiões que posteriormente poderiam ser efetivamente ocupadas. Dentro deste contexto, entrou a expedição e anexação das ilhas Falkland/Malvinas pela tripulação do *HMS Beagle*, bem como outras ações semelhantes desenvolvidas por outros capitães simultaneamente.

Se os britânicos não hesitaram em tomar posse do arquipélago que disputavam com franceses e argentinos, não é de se surpreender que tecessem comentários a respeito de outras regiões oficialmente controladas pelo que chamaram de governos instáveis das repúblicas recém-proclamadas. O caso mais evidente é o do Estreito de Magalhães e da Terra do Fogo, destituídos de guarnições militares, fundamentais para a regulação do comércio, e onde Argentina e Chile não chegavam a um acordo a respeito de fronteiras.

Observam-se, nos diários de Robert FitzRoy e nos de Phillip Parker King, afirmações acerca da possibilidade de se montar assentamentos britânicos na região¹¹⁰. Portanto, podemos supor que constavam, entre as instruções secretas do Almirantado, o levantamento de possíveis locais a serem ocupados ou, então, o próprio desejo entre o oficialato da Marinha Real de identificar pontos vistos como estratégicos para a supremacia britânica.

---

¹⁰⁹ FITZROY, Robert. *Narrative*, op cit., p. 595.

¹¹⁰ KING, Phillip. *Narrative*, op cit., p. 241; FITZROY, Robert. *Narrative*, op cit., p. 308.

Segundo se depreende dos diários de ambos os comandantes e dos relatórios de seus oficiais, anexos aos livros, os navegadores expedicionários britânicos do período estavam bastante interessados em elencar potencialidades econômicas e deficiências militares dos locais mapeados. Ao visitar o globo, procuravam regiões que poderiam ser anexadas ao Império, considerando as terras visitadas atrasadas em decorrência do que entendiam como a má-administração, incompetência e corrupção de povos como os *criollos* católicos ou os nativos da Oceania.

As elites sul-americanas e seus governos foram criticadas no que FitzRoy entendia como inaptidão, ineficiência e incapacidade para gerir e explorar as terras. Para ele, essas características eram intrínsecas a aquelas sociedades, miscigenadas ainda na Europa e seguidores do que entendia como um cristianismo fanático, distorcido e idólatra. Para ele, os maiores exemplos da incapacidade *criolla* eram a escravidão – no caso dos brasileiros – e a incorreta exploração, deturpação e atraso dos indígenas – para argentinos, chilenos e peruanos.

Responsável pela ida dos quatro *fueginos* à Inglaterra e por sua catequização, o comandante manifestou-se, em seu relato, bastante incomodado ao narrar os contatos entre *criollos* e indígenas na América do Sul. Durante sua passagem pela província de Buenos Aires, presenciou à distância as expedições militares comandadas por Juan Manuel de Rosas¹¹¹ contra os caciques que viviam nos pampas e eventualmente assistiu à violência de uns contra os outros.

Em dois momentos, ele teve a oportunidade de visitar as zonas de contato da expansão *criolla*, conviver com os pecuaristas, assistir às relações interétnicas lá estabelecidas, narrá-las, interpretá-las e criticá-las.

Durante sua passagem pela fortaleza *Protectora Argentina*, em Carmen de Patagones¹¹², conheceu um local em que havia se constituído um tipo de relação na qual cotidianamente as *estancias* eram ameaçadas pelos *malones*, as invasões coordenadas pelos caciques para o roubo de gado e sequestro de mulheres e crianças. Ao narrar sua experiência, construiu um pequeno contexto histórico em que remontou ao ano de 1828, quando, segundo ele,

---

¹¹¹ As relações entre indígenas e *criollos* na Argentina são descritas nos Capítulos IV e V.

¹¹² Sobre as relações entre os militares da fortaleza *Protectora Argentina* e os indígenas da região de Carmen de Patagones, ver o artigo NACUZZI, Lidia R. “Francisco de Viedma, un ‘cacique blanco’ en tierra de indios”. In: Idem (comp.) *Funcionarios, diplomáticos, guerreros: miradas hacia el otro en las fronteras de pampa y patagonia (siglos XVIII y XIX)*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2002.

“os colonizadores em Carmen viviam tranquilamente — sem perturbações de agressões indígenas (represália?), mas desde aquele tempo, estiveram em alerta contínuo”¹¹³, “Há uma tribo de indígenas amigáveis morando perto de Carmen, nas cercanias da cidade, que trabalha duro para os habitantes por pouquíssima remuneração; mas são vergonhosamente abusados, enganados de toda a forma por lojistas e vendedores de bebidas alcoólicas, e cruelmente tratados por outras pessoas que acreditam que sejam seres inferiores e indignos de qualquer consideração humana”¹¹⁴.

Para o comandante, era injusto atribuir aos indígenas a responsabilidade por sua violência, pois eles eram sobre-explorados pelos mal-intencionados comerciantes e pecuaristas *criollos*.

Ao mapear a costa chilena, FitzRoy soube do naufrágio de outro navio expedicionário britânico na região, o *HMS Challenger*. Enviou seu veleiro auxiliar para ajudar no resgate, mas se dirigiu por terra ao local, pois a região era sabidamente de difícil acesso pela via marítima. Seu relato desta expedição terrestre e de seus contatos com os *criollos* chilenos que viviam próximos à Araucania, bem como dos indígenas, permite análises, a começar pelas contribuições de Robert FitzRoy aos escritos de Phillip Parker King publicados em *Narrative*.

Em seu relato, King comentou sobre sua visita aos indígenas da Araucania e expressou suas interpretações acerca das relações destes com os hispânicos. Ao analisar o passado e o presente dos araucanos, repetiu lendas e preconceitos existentes sobre aqueles indígenas desde o início da colonização espanhola na região, especialmente as histórias de resistência narradas no poema épico *La Araucana*, de D. Alonso de Ercilla y Zúñiga, de 1569¹¹⁵. Segundo FitzRoy:

“No século XVI, Arauco era cercada por um fosso, uma forte paliçada, e um muro considerável, cuja única abertura era segurada por um portão e uma ponte levadiça (...). Esse foi o primeiro local assaltado pelos índios, após sua grande união contra os espanhóis (...). Contar até mesmo uma pequena parte da história desse período seria divagar muito; mas uma anedota de Colocolo e do grande Caupolicán talvez encurte nossa jornada, e nos desvie por um momento da lama, da chuva e do vento. Envergonhada de ter dado caminho aos homens, primeiro acreditado serem deuses, e

¹¹³ FITZROY, Robert. *Narrative*, op cit., p. 300 (grifo original).

¹¹⁴ Idem (grifos meus).

¹¹⁵ ERCILLA Y ZUÑIGA, Alonso de. *La Araucana*. Santiago: Nacimiento, 1933.

indignados da atrocidade e opressão de seus invasores, uma assembleia geral dos indígenas ocorreu próximo a Arauco. Ercilla nomeia dezesseis caciques”¹¹⁶.

Em seu relato da expedição, o comandante do *HMS Beagle* citou em diferentes momentos a narrativa de *La Araucana* e a utilizou para reforçar a ideia de que os espanhóis foram bem-recebidos pelos indígenas, mas os traíram, exploraram e oprimiram, legitimando a insurreição descrita por D. Alonso de Ercilla y Zuñiga.

As recorrentes citações a esta obra refletem sua ampla divulgação na Inglaterra na virada do século XVIII para o XIX, quando teve início o movimento maçônico internacional liderado por Francisco de Miranda em prol da independência das colônias ibéricas. Foi este militar venezuelano quem investiu na divulgação de *La Araucana*, objetivando divulgar uma imagem da América indígena, invadida e usurpada pelos espanhóis. Para tal, foi estabelecida em Londres uma loja maçônica, a Loja Lautaro, visitada por Simón Bolívar, José de San Martín e Bernardo O’Higgins.

Dentro do contexto das lutas *criollas* contra o controle espanhol, o poema épico do século XVI foi relido, republicado e ressignificado e as imagens, lendas e histórias por ele contadas circularam amplamente entre as elites letradas do período, alcançando Phillip Parker King e Robert FitzRoy. Ao construir os relatos das passagens dos navios pela América, o capitão do *HMS Beagle* recorreu às ideias de *La Araucana* para apresentar um contexto segundo o qual os indígenas, originalmente heróicos, haviam sido corrompidos pelos espanhóis. Segundo ele, o resultado desta ocupação fora desastroso:

“A maior parte da população de Chiloé é agora Huilli-Che, nominalmente cristã, mas penosamente ignorante do puro cristianismo. Abandonada à tortuosa direção de pastores descrentes, que cuidam apenas de seus próprios interesses ao invés dos de seu rebanho, extorquindo ‘primícias’ e díizimos dos pobres índios, que raramente veem uma vez ao ano (eu digo deliberadamente), são ensinados apenas à doutrina católica romana em sua pior forma; pode alguém esperar que algum desses pobres Chilotes seja realmente religioso e portanto , consequentemente, tenha alguma moral? Que eles devem ser extremamente supersticiosos é muito mais provável, e essa é a verdade. A semi-religião deles é confusa, nela há uma mistura de ideias sobre a Virgem Maria, santos, imagens e bruxas”¹¹⁷.

Para ele, a situação presente dos descendentes daqueles indígenas era indigno, fruto da incompetência do catolicismo ibérico, inábil para explorar e aperfeiçoar as potencialidades

¹¹⁶ FITZROY, Robert. *Narrative*, op cit., pp. 438-439 (grifos meus).

¹¹⁷ Idem, p. 380 (grifos meus).

dos nativos, apenas interessado em dominá-los inescrupulosamente e ensiná-los um cristianismo distorcido. Em sua análise da colonização espanhola nas Américas, FitzRoy pasteurizou espanhóis e portugueses, etnias tão distintas quanto os Guaraní e os Mapuche, situações de dominação e convívio como as das missões jesuítas e as da escravização dos nativos pelos paulistas nos séculos XVII e XVIII, por exemplo. Sua crítica recaiu sobre toda forma de colonização, catequese e exploração católica e descreveu duramente o tratamento empregado no trato com os indígenas, tidos como super-explorados, combatidos e mal catequizados pelos católicos. Para ele, o resultado da presença ibérica foi um retrocesso:

“Esses Juncos e Rancos nada mais são do que partes da coleção de tribos geralmente conhecida pelos europeus pelo célebre nome de Araucanos; mas entre os nativos pelos termos Molu-che, Huilli-che, etc. Eu certamente fitei esses índios com excessivo interesse, enquanto refletia sobre os múltiplos sofrimentos a que foram submetidos seus ancestrais — tantos que sucumbiram nas minas — ou tentando defender seu território”¹¹⁸.

FitzRoy foi o compilador dos relatos de Phillip Parker King e dos demais oficiais que participaram das duas expedições. Ao transformar os diários das viagens e sua linguagem técnica em um texto a ser publicado para um público amplo, adaptou os escritos, transformou ou inseriu passagens com o objetivo de criar uma unidade e coerência na obra. Desta forma, os relatos atribuídos aos demais integrantes foram influenciados pela forma narrativa de FitzRoy, seus objetivos e interesses¹¹⁹.

Uma série de semelhanças e continuidades nas análises críticas das relações entre *criollos* e *araucanos*, por exemplo, pode evidenciar dois movimentos não necessariamente excludentes entre si: ao reescrever os diários do outro capitão e ao programar uma linha de interpretação para sua obra, FitzRoy pode ter potencializado ou inserido determinadas passagens; e os dois capitães efetivamente compartilhavam de um mesmo arcabouço cultural e ideológico, característico do grupo específico ao qual pertenciam.

Os diários das expedições do *HMS Adventure* e do *HMS Beagle*, produzidos por Phillip Parker King, Pringle Stokes, W. G. Skyring e Robert FitzRoy e compilados por este

¹¹⁸ Ibidem, p. 399 (grifo meu).

¹¹⁹ Esta hipótese dialoga com as premissas levantadas por Susani Silveira Lemos França em sua análise de *Viagens de Jean de Mandeville*, onde procura identificar o trabalho de um autor desconhecido que copiou, compilou e adaptou escritos de outros para criar sua própria narrativa de viagens ao Oriente no período medieval. Segundo ela, “o desafio que cabe aos leitores e pesquisadores (...) é o de tentar perceber a bagagem mental que projetou sobre a imagem dos lugares que talvez não tenha visto e descobrir não propriamente a realidade das suas descrições, mas a verdade que ele quis construir para os seus contemporâneos acerca de lugares e gentes desconhecidas; verdades em que estes quiseram acreditar”. FRANÇA, Susani Silveira Lemos. “Introdução”. In: idem (org). *Viagens de Jean de Mandeville*. Bauru: Edusc, 2007, pp. 16-18.

último, possibilitam um contato bastante próximo com as concepções de mundo e de natureza que circulavam entre o oficialato britânico na primeira metade do século XIX e a identificação dos projetos que os acompanhavam. É interessante notar, por exemplo, como estes homens se relacionaram com as elites sul-americanas, foram recebidos nos mais diferentes lugares e quais suas intenções quando estabeleceram contato com os Estados em formação. A concepção central que permeia os relatos gira em torno de uma perplexidade diante do que entendiam como uma enorme instabilidade político-administrativa. Para aqueles exploradores britânicos, convencidos da superioridade global de suas armas, era irritante se relacionar com o que entendiam e chamaram de elites retrógradas que, segundo eles, se atreviam a questionar a lógica da supremacia britânica.

Pelo que se pode depreender dos relatos, os governantes e as populações visitadas procuraram manter relações cordiais com os visitantes europeus. Entretanto, também procuraram reafirmar sua autoridade diante da temida esquadra inglesa, que sabidamente estava interessada na aquisição de novas terras.

Em seus diários, os capitães demonstram considerar aquelas terras propícias para a colonização e, seus habitantes, incapazes de geri-las ao elencar inúmeras oportunidades econômicas tidas como desperdiçadas pela preguiça e pela confusão características dos latino-americanos: “gente ruim em terra maravilhosa”, como identificou Gerbi. O caso mais explícito do que entendiam como a inoperância *criolla* são as críticas às tentativas fracassadas de “civilizar” os indígenas. Para eles, os nativos eram vítimas de um sistema ineficiente, corrupto e desastrado que, apesar de não ser uma exclusividade dos católicos latino-americanos, encontrava aqui campo fértil para se desenvolver.

Pode se considerar que os relatos de Phillip Parker King e Robert FitzRoy expressam os conceitos, procedimentos e concepções oficiais do Império Britânico no período, pois estes homens foram selecionados para serem os comandantes de importantes missões. Em um momento histórico em que estavam se estabelecendo relações com uma série de Estados em formação e em que as comunicações dependiam do transporte naval, os comandantes recebiam plenos poderes para negociar e agir em nome da monarquia. Escolhidos entre os melhores alunos da Real Academia Naval, eram extremamente ricos e, por vezes, integrantes da nobreza. Sabiam, portanto, exatamente o que fazer e porque haviam sido colocados nestes postos.

Desde o ingresso nos estudos náuticos até sua seleção como comandantes-exploradores, estes homens eram conscientes de sua atuação como agentes do Império. Ao

analisar os relatos de viajantes do século XIX, Mary Louise Pratt considera que os homens e mulheres que percorreram a América Latina a analisaram com um certo “olhar imperial”, em busca de oportunidades e aventuras, mas também carregado de uma série de estereótipos e imagens depreciativos. Para ela, estas pessoas faziam parte consciente ou inconscientemente de um grande projeto de dominação direta ou indireta e os relatos por eles produzidos apresentam sempre concepções que giram em torno destas possibilidades¹²⁰.

A multiplicidade de viajantes, com objetivos e bagagens culturais diversas, permitem o questionamento sobre um projeto imperial monolítico entre todos os viajantes do período e sobre o exclusivo “olhar imperial”¹²¹. No entanto, como membros da elite europeia, aqueles homens e mulheres viajantes dialogavam e carregavam uma série de imagens e conceitos da época. Apesar de diversos e particulares, seus escritos foram marcados por alguma interpretação imperial do planeta.

Os relatos dos comandantes-exploradores a serviço da Marinha Real explicitam seus objetivos pessoais, governamentais e sociais, relacionados diretamente com a expansão imperial. A publicação de *Narrative* foi marcada pelos grupos e sociedades às quais estes homens – em especial o compilador FitzRoy – se filiavam e a seus interesses pessoais e projetos defendidos, marcados e explicitados em seus relatos, pensados e trabalhados para expressar determinadas concepções sobre os outros e sobre a ação do Império¹²². Estes personagens, autores das fontes trabalhadas, foram selecionados pela Marinha Real, agiram e escreveram com “os olhos do império”.

e. A travessia do Pacífico: os ingleses na Oceania

Ao atravessar o Oceano Pacífico, partindo da América, o *HMS Beagle* deixou para trás o “Novo Mundo” para se embrenhar pelo “Novíssimo Mundo”, aquele em que, segundo concepções correntes da época, era possível ainda encontrar os “bons selvagens” praticamente intocados pela civilização ocidental.

---

¹²⁰ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*, op cit.

¹²¹ Luciana de Lima Martins desenvolve este diálogo com a obra de Mary Louise Pratt e seu conceito do “olhar imperial” no capítulo “As vicissitudes do olhar” de seu citado *O Rio de Janeiro dos viajantes*.

¹²² Sobre olhares europeus para algumas cidades latino-americanas, SOUZA, Valéria Salgueiro de. *Gosto, sensibilidade e objetividade na representação da paisagem urbana nos álbuns ilustrados pelos viajantes europeus. Buenos Aires, Rio de Janeiro e México (1820-1852)*. Tese (Doutorado), FFLCH-USP, São Paulo, 1995.

Antonello Gerbi constatou a transformação decorrente da introdução da Oceania e suas populações no campo europeu de análise. Para ele, na virada do século XVIII para o XIX, “a revolta das colônias contribuía para manter ali [Inglaterra] certo ressentimento para com os americanos e a Revolução Industrial atiçava o orgulho da civilização técnica ‘aperfeiçoada’. Mais ainda, precisamente naqueles anos os relatos das grandes viagens de descoberta nos Mares do Sul revelavam selvagens ainda mais selvagens que os americanos e deslocavam o interesse do público culto e dos cientistas para as tribos da Oceania”¹²³.

Em busca do desconhecido, inesperado, inexplorado e virgem, centenas de navios, em expedições oficiais, comerciais ou de caçadores atravessaram o Oceano Pacífico e vasculharam os arquipélagos da Oceania em busca de oportunidades, sonhos, mudanças ou refúgios¹²⁴. Simbolicamente, fizeram uma viagem por projetos, concepções e modelos de sociedades.

A travessia era longa, cansativa e custosa. No caso da expedição de FitzRoy, foram vinte e seis dias entre Galápagos e o Taiti (20/10 a 15/11/1835) e mais vinte dias (26/11 a 16/12/1835) até a Nova Zelândia. Posicionados estrategicamente, estes dois arquipélagos foram visitados e comentados por praticamente todos os navegadores que atravessaram o Pacífico, proporcionando detalhadas fontes e longas discussões na historiografia¹²⁵. Os extensos períodos em mar aberto, entre a América e as primeiras ilhas, no confinamento dos navios, influenciaram as observações dos europeus sobre a natureza e as sociedades do Pacífico, geralmente associadas ao Paraíso ou ao Inferno: aportar, descer à terra e se relacionar com qualquer ser humano diferente daqueles com que se convivera durante tanto tempo marcou profundamente os relatos e as imagens construídas sobre aqueles locais¹²⁶.

---

¹²³ GERBI, Antonello. *O Novo Mundo*, op cit., p. 141.

¹²⁴ Algumas referências para as formas europeias de ver e relatar a Oceania: POCKOCK, J. G. A. *The discovery of islands*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005; RENNIE, Neil. *Far-fetched facts. The literature of travel and the idea of the South Seas*. Oxford: Oxford University Press, 1999; FAUSETT, David John. *Writing the New World: imaginary voyages and utopias of the Great Southern Land*. Syracuse: Syracuse University Press, 1994; SMITH, Bernard. *European vision and the South Pacific*. New Haven: Yale University Press, 2ª ed, 1988; THOMAS, Nicholas. *Entangled objects: exchange, material culture, and colonialism in the Pacific*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

¹²⁵ Uma das discussões mais emblemáticas se deu entre os antropólogos Marshall Sahlins e Gananath Obeyesekere em torno do simbolismo e da possível leitura das fontes em torno da morte ritualizada de James Cook no Havaí. Sobre esta polêmica, SAHLINS, Marshall. *Como pensam os nativos. Sobre o capitão Cook, por exemplo*. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Edusp, 2001; e *Metáforas históricas e realidades míticas*. Tradução de Fraya Frehse. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008; OBEYESEKERE, Gananath. *The apotheosis of Captain Cook*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

¹²⁶ Cf. MACKAY, David. “Myth, science and experience in the British construction of the Pacific”, op cit., p. 111.

Neste sentido, não surpreende a construção de imagens opostas destas ilhas, sendo a primeira parada – Taiti – descrita como paradisíaca, por sua natureza e população logo cristianizada, e a segunda – Nova Zelândia – como infernal, em decorrência das resistências e do “barbarismo canibal” atribuído aos Maori¹²⁷.

Ao chegar ao Taiti – disputado com os franceses por sua localização estratégica como porto de parada para os navios – os navegadores viram-se diante de uma localidade cujos relatos dos primeiros contatos já remetiam a um povo hospitaleiro e a uma natureza exuberante. Segundo Rod Edmond, “de acordo com Foster [1778], o tamanho das ilhas do Taiti é perfeito para prevenir o nomadismo e promover a civilização, compacto suficiente para uma sociedade bem regulada, mas não tão pequeno a ponto de deixar aquela organização vulnerável”¹²⁸. Repercutindo modelos hipotéticos pensados no século XVI, “a descoberta do Taiti pelos europeus apenas confirmou o que eles já sabiam desde que Thomas Morus publicou seu *Utopia* (1516)¹²⁹, que se o Estado perfeito não fosse uma invenção sem localização, esta seria encontrado nos Mares do Sul”¹³⁰.

Nas três semanas entre o Taiti e a Nova Zelândia, FitzRoy aproveitou o tempo para trabalhar nas cartas náuticas. No relato, procurou apresentar uma breve descrição das principais ilhas da região – por ele não visitadas – e suas especificidades, repetindo as imagens já consolidadas sobre a região¹³¹ em um movimento que explicita tanto as influências das inúmeras leituras prévias e dos contatos com os outros navegadores, como um projeto e uma imagem que pretendia construir:

“Antes de chegar à Nova Zelândia, vou acrescentar um ou outro breve comentário sobre Navigators [Samoa], Friendly[Tonga] e as Ilhas Fiji. Na primeira, onde De Langle e Lamanon foram massacrados, há agora uma próspera missão, estabelecida pela *London Missionary Society*, e ouvi dizer que grande parte dos ilhéus não são mais selvagens sedentos por sangue. Nas Ilhas Friendly [Tonga], encontrou-se muita oposição,

¹²⁷ Cf. EDMOND, Rod. “The Pacific/Tahiti: queen of the South Sea isles”, op cit., p. 140.

¹²⁸ Idem, p. 142.

¹²⁹ Para uma descrição da ilha imaginária de *Utopia* a poucos quilômetros da América do Sul, MANGUEL, Alberto; GUADALUPI, Gianni. *Dicionário de lugares imaginários*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003, pp. 445-449.

¹³⁰ CALDER, Alex; LAMB, Jonathan; ORR, Bridget. “Introduction: Postcoloniality and the Pacific”. In: *Voyages and Beaches*, op cit., p. 3.

¹³¹ Ao estudar o Rio de Janeiro, Luciana Martins discutiu como algumas imagens consolidadas no presente foram construídas a partir de projetos vitoriosos e com objetivos bastante claros, explicitando como outros modelos e concepções foram derrotados e intencionalmente apagados: “A iconografia do Rio de Janeiro produzida pelos viajantes adquire sentido, portanto, se analisada em conjunto com cartas, diários de bordo, efemérides, reportagens, livros, que deixam transparecer dúvidas e ambiguidades, indicando que a construção da paisagem do Rio de Janeiro como beleza exótica, apesar de ter se cristalizado como tal há aproximadamente dois séculos, não era inevitável”. MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes*, op cit., p. 17.

principalmente por conta de hostilidades proporcionadas por um criminoso foragido, que induziu os nativos a matarem os primeiros missionários que ali estiveram (...). Recebi poucos avisos sobre o grupo de Fiji, por meio do proprietário de uma escuna que se perdeu por ali; mas elas são muito pouco conhecidas (...) e difíceis para a navegação, não apenas por conta dos recifes de corais, mal escondidos por alguns pés de água, mas por conta dos nativos que são canibais, ferozes e traiçoeiros”¹³².

Em poucas linhas, FitzRoy sintetizou o ponto central do debate e o norte de sua discussão: o papel dos missionários para converter “selvagens sanguinários” em “cristãos civilizados”. Segundo sua interpretação, situações eram possíveis de se estabelecer entre os povos nativos – a paz, via missionários; a decadência, via aventureiros; e a “selvageria original”.

Ao visitar a Nova Zelândia, ele descreveu estas situações e procurou apresentar suas conclusões acerca de como deveria se dar este contato e qual o papel do Reino Unido naquele momento. A região escolhida para sua parada foi a *Bay of Islands*, pois naquele local, desde o século XVIII, estavam concentrados os assentamentos dos ocidentais, fossem eles baleeiros, caçadores de focas, aventureiros ou missionários. O controle britânico sobre a região ainda não estava institucionalizado e franceses¹³³, estadunidenses¹³⁴ e alemães iniciavam prospecções para organizar investidas militares. Diante da concorrência internacional, FitzRoy descreveu a presença “antiga” dos britânicos na região, procurando legitimar sua primeira ocupação para justificar futuras atividades imperial-colonizadoras, assim como fizera anteriormente ao visitar e formalizar a posse britânica das ilhas Falkland/Malvinas.

Com este propósito, relatou sua chegada e a constatação, já de longe, da bandeira do Reino Unido hasteada diante de uma casa: “impressiona a mente a convicção da grande influência já obtida sobre os antigos canibais selvagens da Nova Zelândia”¹³⁵. Este símbolo representava a efetiva presença britânica e sua missão específica: converter e anexar as terras.

Em sua estada de duas semanas na Nova Zelândia, o comandante procurou visitar uma série de estabelecimentos, entre missões anglicanas, fazendas e vilas. Ao vivenciar diversas

---

¹³² FITZROY, Robert. *Narrative*, op cit., p. 559 (grifos meus).

¹³³ Segundo FitzRoy, nativos e missionários relataram a passagem demorada do veleiro expedicionário francês *La Favorite* e as medições da costa e do relevo realizadas por seus integrantes. FITZROY, Robert. *Narrative*, op cit., p. 608.

¹³⁴ Os veleiros de caça estadunidenses haviam estabelecido importantes bases na Nova Zelândia e as companhias passaram a pressionar o governo por uma ocupação formal daquelas ilhas, conforme FitzRoy (Idem, p. 614).

¹³⁵ FITZROY, Robert. *Narrative*, op cit., p. 566 (grifos meus).

experiências, catalisou o que havia observado nos últimos anos e construiu conclusões acerca da humanidade, da natureza e das formas de se governar terras ocupadas por povos nativos¹³⁶.

Para a decepção do comandante, nem tudo ia bem naquele arquipélago. Ao cavalgar pela região, notou que os povoados construídos por europeus eram desorganizados, desestruturados e sujos¹³⁷. Ao encontrar com alguns Maori cristianizados: “fiquei desapontado ao ver os nativos tão sujos, e suas cabanas com aparência um pouco melhor do que chiqueiros”¹³⁸, em imagem semelhante à descrição dos araucanos chilenos.

O maior perigo, na visão de FitzRoy, para a colonização britânica como vinha sendo desenvolvida, era recair no falido modelo de conquista empregado na América. Naquele momento, o Império Britânico investia no envio de prisioneiros para Sydney, em Nova Gales do Sul e, de lá, fugitivos, libertos e toda sorte de “desviados” “contaminavam” os Maori e “estragavam” o projeto britânico, segundo o capitão.

“Homens como esses, seriamente prejudicados, desprovidos de bom senso, e muito frequentemente depravados; criminosos foragidos, cujo caráter podemos supor; e democratas dissidentes, causam as maiores dificuldades contra as quais colonizadores honestos e todo o corpo missionário têm que lutar”¹³⁹.

Naquelas ilhas, FitzRoy ficou duas semanas e logo seguiu viagem para uma parada em Sydney. Seu breve relato apresenta sua surpresa, pois imaginava que a sociedade construída em torno de uma colônia penal seria decadente e repulsiva:

“Perto da meia noite do dia 11 vimos a luz giratória vermelha do farol de Sydney, e no dia seguinte entramos em Port Jackson e ancoramos na enseada de Sydney. Mesmo que tenha ouvido do progresso e importância desse lugar, meu espanto foi de fato grande quando vi uma cidade bem construída cobrindo o território próximo ao porto. Não muitos dias antes, estava lendo o relatório da viagem do governador Phillip à Baía Botany em 1787-88, e não imaginava que, quarenta e oito anos após a primeira descoberta de Port Jackson, uma cidade de grande escala poderia ter surgido do *wilderness* da Austrália”¹⁴⁰.

Segundo seu relato, FitzRoy considerou a passagem pela Austrália elucidativa para compreender o papel do Império na colonização do planeta. Afinal, mesmo as relações sociais

¹³⁶ Após os capítulos referentes à Nova Zelândia e um sobre o fim da circunavegação do globo e retorno à Inglaterra, aparecem dois, de caráter conclusivo: “Considerações sobre as antigas migrações da raça humana” (Idem, pp. 640-656) e “Alguns poucos comentários sobre o Dilúvio” (Idem, p. 657-682).

¹³⁷ Ibidem, p. 576.

¹³⁸ Ibidem, p. 567.

¹³⁹ Ibidem, p. 580.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 621 (grifos meus).

e as cidades construídas em uma colônia penal britânica eram melhores e mais desenvolvidas do que aquelas encontradas na América, apesar de contar com os problemáticos e pouco confiáveis ex-prisioneiros como povoadores.

Após sair da Nova Zelândia, nenhum outro local efetivamente foi comentado pelo comandante. Foram vinte dias em Sydney e apenas três páginas. Proporção semelhante receberam a Tasmânia e a costa norte da Austrália, onde conheceu alguns aborígenes. Na sequência, conheceu as ilhas Cocos, onde encontrou os dois únicos ingleses habitantes locais e os comparou aos malaios e muçulmanos.

Das paradas seguintes, nada foi comentado. A impressão que se tem é que efetivamente, após quatro anos e meio de viagem, todos tinham pressa para voltar à Inglaterra. Nas palavras de FitzRoy,

“ancoramos em Falmouth no dia 2 de Outubro, após nos ausentarmos da Inglaterra por quatro anos e nove meses. De Falmouth fomos para Plymouth; e dali chamados a Portsmouth para o Rio Tamisa. No dia 28, navegamos para Greenwich; e depois que a marcha do cronômetro foi determinada, o *Beagle* navegou para Woolwich, onde virou a sotavento no dia 17 de Novembro”¹⁴¹.

Após quatro anos e nove meses navegando, o *His Majesty's Ship Beagle* aportou novamente na Inglaterra. A partir daquele momento, marinheiros que atravessaram o globo se dispersaram em busca de novas oportunidades, espalharam notícias sobre terras longínquas e reafirmaram lendas sobre estranhos povos comedores de carne humana e ilhas de tartarugas gigantes.

Charles Darwin alcançou fama praticamente instantânea, pois os fósseis e exemplares geológicos coletados e enviados previamente a Londres já o credenciavam a um convite para se tornar membro efetivo da *Geological Society*. FitzRoy, envolto em cartas náuticas, mapas e milhares de páginas de diários, procurou organizar o material e refletir sobre povos e lugares que visitou. Logo notou que também havia se tornado uma celebridade, pois havia circum-navegado e mapeado o globo carregando a mais moderna tecnologia náutica da época. Assim, passou a pensar na publicação de seus relatos para eternizar seu nome entre os dos grandes navegadores, justificar cientificamente a viagem e defender o projeto imperial ao qual se vinculava.

---

¹⁴¹ Ibidem, p. 638.

f. Projetos em debate na Grã-Bretanha: ser ou não ser imperial?

Passados quatro anos e nove meses de sua partida, o *HMS Beagle* retornou à Inglaterra e seu comandante, Robert FitzRoy, tinha pela frente a tarefa de concluir centenas de cartas náuticas, compilar e preparar os manuscritos para a publicação dos relatos das viagens. Durante o trabalho, acompanhou um pouco distanciado o lento fim do reinado de William IV e a conclusão de uma intrincada rede de parentesco que levou ao trono Alexandrina Victoria, então com dezoito anos.

Uma das figuras mais marcantes da Inglaterra e símbolo de seu auge no século XIX, Vitória nasceu apenas como a quinta na linha sucessória ao trono¹⁴². Sua ascensão marcou também uma mudança de paradigmas na Inglaterra. O país lentamente deixava de ser uma das potências europeias – a Era Georgeana – para se tornar a potência global – a Era Vitoriana¹⁴³.

Robert FitzRoy, como todos os ingleses, acompanhou o lento fim da monarquia de William IV e a coroação da jovem herdeira. Porém, naquele momento, estava mais interessado em trabalhar no imenso conjunto documental que pretendia transformar em uma narrativa de suas viagens, procurando sentidos e coerências para obter interesse em ser publicada.

Naquele período de sucessão no trono, ocorriam também discussões e polêmicas em torno do papel a ser desempenhado pelo Reino Unido. O centro da discórdia recaía sobre a criação de um novo modelo político-econômico para conciliar a manutenção da monarquia e da aristocracia com as transformações decorrentes da crescente industrialização e do surgimento das classes médias urbanas.

Nas décadas de 1820 e 1830, o governo britânico manteve uma postura avessa à atuação imperial característica do século anterior, pois ainda prevalecia uma série de imagens negativas decorrentes da perda de parte das colônias norte-americanas e revia-se criticamente

---

¹⁴² O avô de Alexandrina Victoria, o rei George III, faleceu em janeiro de 1820 preocupado porque a princesa herdeira, Charlotte Augusta de Gales havia morrido três anos antes, bem como seu primogênito, Edward Augustus. O segundo filho, George Augustus Frederick foi coroado rei George IV, mas não teve filhos. Ao falecer, em 1830, já assistira à morte de dois de seus irmãos mais novos, Frederick e Charlotte. Foi coroado Rei da Inglaterra, então, o último filho vivo de George III, o príncipe William, Duque de Clarence, agora, Rei William IV. Como era bastante idoso e não tinha filhos legítimos, a sucessora passou a ser a adolescente primogênita, neta do rei George III, filha do falecido primogênito Edward Augustus, Duque de Kent, Alexandrina Vitória.

¹⁴³ Período marcado pela superioridade britânica global, a Era Vitoriana atrai ainda hoje muita curiosidade, simpatia e nostalgia do grande público. Em *Heaven's Command*, Jan Morris narra o que chamou de “a épica história da ascensão do Império Britânico, do coroamento da Rainha Vitória em 1837 a seu Jubileu de Diamante, em 1897”. Esta historiografia tradicional laudatória dos feitos da expansão do imperialismo britânico no período ainda permanece influente.

a balança entre as vantagens e os gastos com a manutenção da estrutura imperial nas zonas de produção tropical, como as Índias Ocidentais, no Caribe.

Acompanhando as teorias de Adam Smith, o tom predominante na Grã-Bretanha foi marcado por duras críticas ao mercantilista Império Georgeano. Acompanhando Smith e o que genericamente se chamou de liberalismo, políticos de fins do século XVIII e início do XIX entenderam que as colônias significavam gastos, e passaram a defender a soberania dos povos e a liberdade de comércio. O modelo ideal passaria a ser o de um império econômico indireto, caracterizado pela cooperação com grupos dirigentes locais. Neste sentido, os britânicos atuaram por mudanças, diretas e indiretas, nos sistemas coloniais ibéricos e acompanharam os movimentos de independência na América Latina.

Apesar da nova política e da retórica, o Reino Unido ainda controlava parcelas consideráveis do globo e não se mostrava disposto a proporcionar suas independências baseado nas propaladas liberdades dos povos.

A partir da ambígua posição de império colonial e de potência defensora da emancipação e liberdade dos povos, ocorreram intensos debates referentes a uma revisão da atuação em ultramar, pois as regiões ocupadas eram distintas e distantes. Havia locais, onde a presença britânica era de longa data e assegurada, como as Índias Ocidentais, sob o sistema monocultor escravista de cana; o Canadá com sociedade pautada na caça e no extrativismo; e outras recentemente ocupadas como a colônia penal de Nova Gales do Sul e a Índia sob o controle da Cia. das Índias Orientais (*Honourable East Indias Company*). Diante da heterogeneidade de territórios e populações, foi impossível aos administradores coloniais e aos comentadores metropolitanos definir simples dicotomias como dominador-dominado ou cidadão-súdito.

Nestas vastas parcelas britânicas do globo, circulavam não apenas produtos, ideias, navios e marinheiros, mas, também, militares, administradores, missionários, colonos e nativos¹⁴⁴, responsáveis pela disseminação da experiência britânica e pela introdução da realidade imperial no cotidiano metropolitano. Da mesma maneira como foi amplamente discutido pela historiografia brasileira sobre o Império Português, no caso britânico também

---

¹⁴⁴ Alguns estudos procuraram identificar as circulações de ideias e pessoas dentro do Império: LAMBERT, David; LESTER, Ana (Ed). *Colonial lives across the British Empire*, op. cit.; HALL, Catherine. “‘Going-a-trotting’: imperial man travels the empire”. In: MIDGLEY, Clare (ed). *Gender and imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1998; DRIVER, Felix. *Geography militant: cultures of exploration and empire*. Oxford: Blackwell, 2000; COLLEY, Linda. *Captives: Britain, Empire and the world, 1600-1850*. Nova York: Anchor, 2004. SPIERS, Edward. *The Victorian soldier in Africa*. Manchester: Manchester University Press, 2004.

são identificáveis polos regionais. Melbourne e Calcutá destacaram-se por concentrar uma parcela considerável do tráfego intra-imperial e estabelecer relações econômicas, culturais, demográficas e militares entre as diferentes colônias e a metrópole. Na Grã-Bretanha, também se constituiu uma rede de relações que levou a realidade imperial para o contexto metropolitano, onde o indivíduo britânico do século XIX convivia com pessoas, comidas, roupas, costumes, animais e plantas exóticos em seu cotidiano.

A extensão do Império Britânico em 1815

Fonte: PORTER, Andrew. *The Nineteenth Century*, op. cit., p. 2.

Na década de 1950, Ronald Robinson e John Gallagher elaboraram, em *Africa and the Victorians: the official mind of imperialism*¹⁴⁵, uma análise do Império, predominante até a década de 1980. Para eles, na Era Vitoriana ocorreu um “imperialismo do livre-comércio”, segundo o qual eventos nas periferias convocavam o Império a agir, sendo que a Nova Zelândia teria sido um caso sintomático deste modelo. A administração colonial era desempenhada por um grupo de oficiais proveniente de uma mesma base social e educacional, compartilhando uma monolítica “mentalidade do administrador colonial”.

¹⁴⁵ ROBINSON, Ronald; GALLAGHER, John. *Africa and the Victorians: the official mind of imperialism*. Basingstoke: Macmillan, 1981.

Em diálogo com Robinson e Gallagher, outro estudo muito influente na segunda metade do século XX foi o de P. J. Cain e A. G. Hopkins¹⁴⁶, focado nas relações entre os financistas de Londres e os movimentos de expansão do Império. Para o caso analisado nesta tese, há o exemplo da *New Zealand Company*, poderosa companhia de colonização, cujos acionistas eram membros do Parlamento. Apesar deles, a empresa não conseguiu superar projetos adversários e viu seus investimentos serem cotidianamente questionados na colônia e na metrópole.

Na última década do século XX, a historiografia britânica confrontada pela ascensão dos estudos reunidos sobre a chamada crítica pós-colonial e os estudos subalternos, passou a enfocar as relações e assimilações da cultura metropolitana com o que o Império lhe trouxe desde o século XVIII, e as maneiras pelas quais o britânico comum pensava esta atuação imperial. *At home with the Empire*¹⁴⁷ reuniu uma série de pesquisadores que atuam nesta perspectiva. Segundo suas organizadoras, a maioria da população britânica pouco se entusiasmou contra ou a favor o Império, interessando-se mais pelos aspectos cotidianos e locais da vida, acomodada no convívio cotidiano com o que a expansão imperial lhe trazia.

Segundo outra interpretação, além de a população britânica em geral não se preocupar, nem se importar, tampouco foi afetada pelo Império. Em *The absent-minded imperialists*¹⁴⁸, Bernard Porter, procura identificar as permanências no modo de vida, costumes e crenças britânicas antes e depois da expansão imperial, concluindo não haver transformações fundamentais e, que, portanto, o Império foi irrelevante para os britânicos comuns.

De forma igualmente controversa, David Cannadine, em *Ornamentalism*¹⁴⁹, enfrentou outro eixo central das análises marcadas pela crítica pós-colonial, ao afirmar que a nova historiografia britânica focou essencialmente a questão racial dentro no interior das relações coloniais, suprimindo a discussão sobre o poder econômico. Após esta contundente crítica, sua obra foi alvo de um volume especial do *Journal of colonialism and colonial history*, publicado com diferentes artigos atacando as perspectivas de sua pesquisa¹⁵⁰.

---

¹⁴⁶ CAIN, P. J.; HOPKINS, A. G. *British imperialism: innovation and expansion 1688-1914*. Harlow: Longman, 1993.

¹⁴⁷ HALL, Catherine; ROSE, Sonya O. (Ed). *At home with the Empire*. Metropolitan culture and the Imperial World. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

¹⁴⁸ PORTER, Bernard. *The absent-minded imperialists. Empire, society, and culture in Britain*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

¹⁴⁹ CANNADINE, David. *Ornamentalism. How the British saw their Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

¹⁵⁰ *Journal of colonialism and colonial history*. Vol 3., N.1. Baltimore, John Hopkin's University Press, 2002.

Apesar de alguns historiadores britânicos conservadores defenderem a distinção entre os mundos metropolitano e colonial, são evidentes as inúmeras influências das culturas dominadas no Reino Unido. Procurando desconstruir essa versão tradicional da história, Andrew Thompson defende, em *The Empire strikes back?*¹⁵¹ não ter havido uma cultura imperial monolítica, nem um interesse contínuo pela situação nas colônias, mas sim momentos de maior ou menor relevância – especialmente durante os levantes nativos – e áreas de maior aproximação e influência¹⁵².

Esta proposição é semelhante à de Catherine Hall e Sonya Rose. No já citado *At home with the Empire*, elas procuraram identificar as polêmicas sobre a atuação do Império Britânico, retomando as questões do século XIX, como: “Era possível estar preocupado apenas com questões internas tendo um Império? Havia algo de perigoso ou danoso em tal pensamento? O Império enriquecia, mas também corrompia? As riquezas que ele trazia superavam as despesas e responsabilidades?”¹⁵³.

Foram muitas as formas pelas quais o Império, suas ideias, povos, culturas, faunas e floras penetraram no cotidiano britânico no século XIX e legitimaram a atuação global do Reino Unido. Até mesmo as relações entre o imperialismo e as literaturas infantil¹⁵⁴ e juvenil¹⁵⁵, a música¹⁵⁶ e a cultura popular¹⁵⁷ já foram pesquisadas.

Ao partirmos da premissa de que o Império fazia parte do cotidiano britânico, apesar da pouca participação ativa da população em geral nas discussões, passa a ser urgente situar

¹⁵¹ THOMPSON, Andrew. *The Empire strikes back? The impact of imperialism on Britain from mid-Nineteenth Century*. Harlow: Longman, 2005.

¹⁵² Outras obras nesta linha são COOPER, Frederick; STOLER, Ann Laura (ed.) *Tensions of Empire: colonial cultures in a bourgeois world*. Berkeley: University of California Press, 1997; HALL, Catherine (ed). *Cultures of Empire, a reader: colonizers in Britain and the Empire in the nineteenth and twentieth centuries*. Manchester: Manchester University Press, 2000; THOMAS, Nicholas J. *Colonialism's culture: anthropology, travel and government*. Cambridge: Polity, 1994; BRIDGE, Carl; FEDOROWICH, Kent. *The British world: diaspora, culture and identity*. Londres: Routledge, 2003.

¹⁵³ HALL, Catherine; ROSE, Sonya O. “Introduction: being at home with the Empire”. In: *At home with the Empire*, op. cit., p. 1.

¹⁵⁴ CASTLE, Kathryn. *Britannia's children: reading colonialism through children's books*. Manchester: Manchester University Press, 1996.

¹⁵⁵ RICHARDS, Jeffrey (Ed). *Imperialism and juvenile literature*. Manchester: Manchester University Press, 1989.

¹⁵⁶ RICHARDS, Jeffrey. *Imperialism and music: Britain 1876-1953*. Manchester: Manchester University Press, 2001.

¹⁵⁷ MACKENZIE, John M. (ed). *Imperialism and popular culture*. Manchester: Manchester University Press, 1986.

como e qual imagem foi construída sobre estes “outros”¹⁵⁸, as incontestáveis populações dominadas.

g. Os missionários e o *imperial humanitarianism*

Nas últimas décadas do século XVIII, um movimento reformista teve início no interior da Igreja da Inglaterra, procurando incentivar uma maior aproximação entre os fiéis e os Evangelhos. Apesar da resistência oficial pela mudança, seu idealizador, o teólogo John Wesley, evitou o rompimento. Gradativamente, seus adeptos passaram a se organizar em grupos distintos, seguindo sua nova metodologia, que chamaram de metodismo, dando origem à Igreja Metodista.

Com a Igreja Batista, originada no século XVII, estas duas organizações religiosas foram denominadas “não-conformistas” por não se alinharem oficialmente com o Anglicanismo. No contexto britânico da segunda metade do século XVIII, foram assumidas por segmentos das classes médias urbanas e dos comerciantes, muitas vezes insatisfeitos com o aristocratismo da Igreja da Inglaterra e as dificuldades para alçar o poder político.

De acordo com Catherine Hall, “a classe média inglesa enriquecida apoiou o movimento anti-escravista, pois participar do movimento pela defesa dos fracos e dependentes – mulheres, crianças, escravos, animais – significava participar da ‘independência’ da classe média”¹⁵⁹. Para aqueles homens, defender a religião, a integridade do indivíduo e a liberdade de todos, “imagem e semelhança de Deus”, significava se opor ao poder e à propriedade hereditária, ao controle e tutela aristocrática, às relações clientelistas.

O *humanitarianism*¹⁶⁰ cresceu e se fortaleceu neste contexto de transformações na Grã-Bretanha. Congregou alguns dos princípios norteadores dos “não-conformistas”, como a igualdade de todos perante Deus e o livre-arbítrio para o homem decidir entre o bem e o mal. Os grupos componentes deste movimento elegeram como meta e missão o que entendiam por salvação das almas atormentadas. Reuniram o humanismo renascentista, o iluminismo e os

¹⁵⁸ Uma referência para estas relações é o estudo de Tzvetan Todorov para o imperialismo francês. *Nós e os outros*, op. cit.

¹⁵⁹ HALL, Catherine. *Civilising subjects. Metropole and colony in the English imagination, 1830-1867*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002, p. 27.

¹⁶⁰ O termo *humanitarianism* não pode ser facilmente traduzido para o português, pois abarca uma série de concepções e ideias que ultrapassam o “humanitarismo”. Assim, mantive a expressão no original em inglês para evitar a simplificação conceitual.

movimentos pelos direitos do homem para iniciar sua campanha pela salvação dos outros, os selvagens, ou seja, para torná-los cristãos.

Para os defensores do *humanitarianism*, todos os homens eram imagem e semelhança de Deus. Iguais perante Deus, era-lhes inconcebível, terrível e abominável qualquer relação entre humanos que se desse pela forma violenta, como o escravismo e, por isso, seu primeiro campo de atuação foi o da luta anti-escravista.

Apesar da resistência dos traficantes e dos proprietários de escravos nas colônias, o assunto gradativamente passou a compor a agenda do Parlamento por meio de diferentes grupos de pressão, mobilizações públicas e imprensa. Sua atuação, pautada na constante crítica e nas denúncias das atrocidades cometidas, foi amplamente aceita e penetrou nas malhas da administração governamental, a partir do apoio de diferentes grupos, o que os escravistas, já enfraquecidos, não conseguiram conter. Diante de grandes industriais, comerciantes e classe média, foi impossível refrear o *humanitarianism* e, em 1807, o Parlamento aprovou a abolição do tráfico negreiro inglês, o primeiro passo até a abolição completa da escravidão, em 1834¹⁶¹.

A primeira vitória não ocorreu determinada pelos interesses econômicos dos grupos envolvidos, que efetivamente pouco teriam a ganhar com o lento acréscimo dos ex-escravos aos mercados consumidores. Diante da Índia e da China, seu número era irrisório. A disputa foi marcada por uma luta entre grupos religiosos em busca de poder e representação, e setores da economia ainda ligados com o sistema colonial do século XVIII. Quando a nova elite econômica, procedente da Revolução Industrial, passou a apoiar os “não-conformistas”, a vitória sobre os escravistas foi rápida. A abolição do tráfico e do escravismo não foi, portanto, *parte* da Revolução Industrial, mas sim *fruto* desta e da luta por poder e prestígio¹⁶².

Abraçado pelos grupos sociais surgidos com a industrialização, o *humanitarianism* foi um dos símbolos das novas relações sociais estabelecidas na Grã-Bretanha na primeira metade do século XIX – onde as classes médias urbanas, a opinião pública e a imprensa se

¹⁶¹ As disputas entre escravistas e religiosos não se limitavam aos discursos no Parlamento ou veiculados na imprensa. A atuação dos missionários nas colônias gerou constantes focos de tensão com os colonos escravistas. As ambiguidades e contradições dos *humanitarians* durante uma rebelião escrava no Caribe e suas conexões com as polêmicas e dinâmicas metropolitanas são analisadas por Emilia Viotti da Costa em *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

¹⁶² O *humanitarianism* surgido no final do século XVIII se contrapunha a diversos setores bastante influentes na Corte e no Parlamento, pois supunha o abandono de atividades lucrativas com escravos em nome de uma “missão civilizadora”. Segundo o discurso religioso, “escravidão e pecado eram sinônimos, males para os indivíduos e para a nação que deveriam ser extirpados”. PORTER, Andrew. “Trusteeship, anti-slavery and humanitarianism”. In: *The nineteenth century*, op. cit., p. 202.

transformaram em uma grande força. Segundo Andrew Porter, “na década de 1830, os esforços do *humanitarianism* se redirecionaram para os povos descolados do tráfico atlântico, mas que já sofriam com a descontrolada expansão britânica. A Índia já despontava como um importante centro de atenções e (...) as populações do sul da África, os aborígenes australianos, os Maori da Nova Zelândia e os habitantes dos arquipélagos do Pacífico começaram a chamar a atenção. Os elementos problemáticos costumeiros já podiam ser vistos: comerciantes britânicos, colonos e novos imigrantes, marinheiros, entre outros, entravam constantemente em conflito com os povos nativos”¹⁶³.

Amparados pela legitimidade alcançada com a bem-sucedida campanha antiescravista, os defensores do *humanitarianism* idealizaram uma nova forma de atuação para que o Império Britânico superasse o ultrapassado, falido e escravocrata Império Georgeano¹⁶⁴. Para eles, era necessário aproveitar a estrutura, a supremacia militar e a potência econômica britânica para efetivar sua missão no mundo — a missão civilizadora — para criar o *imperial humanitarianism*.

De acordo com este projeto, o governo deveria ser chamado a agir nos locais em que a atuação irresponsável de britânicos “independentes” levasse ao surgimento de relações desiguais com os povos nativos. A expansão imperial era justificada e sua ação supunha dominação e superioridade europeias, subserviência e passividade nativas. Sob estes pretextos, ampliou-se a dominação no Canadá e na colônia do Cabo, alterou-se o sistema colonial na Austrália e investiu-se na ocupação da Nova Zelândia.

O projeto do *imperial humanitarianism* supunha a presença britânica coordenada pelos missionários, em detrimento dos colonos, pois os religiosos, supostamente, seriam capazes de levar a civilização pela catequese, transformando as chamadas “raças selvagens” em súditos britânicos. Para implementar esta proposta, investiu-se na inserção de seus membros na administração imperial. William Knox, Sub-Secretário para o Estado das Colônias, na época, vinculado a estas propostas, afirmou: “a preponderância da Igreja Anglicana nas colônias é a garantia da segurança de sua fidelidade ao Reino Unido e a garantia da defesa de sua permanência e interesses”¹⁶⁵.

---

¹⁶³ PORTER, Andrew. “Trusteeship, anti-slavery and humanitarianism”. In: *The Nineteenth Century*, op. cit., p. 207.

¹⁶⁴ Cf. LESTER, Alan. “Humanitarians and white settlers in the Nineteenth Century”. In: ETHERINGTON, Norman (ed). *Missions and Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

¹⁶⁵ Apud PORTER, Andrew. “Religion, missionary enthusiasm, and Empire”, op. cit., p. 223.

Dentro do governo, a luta se deu entre os defensores do *imperial humanitarianism* e os liberais ortodoxos, hostis a qualquer intervenção e expansão do Império. Com o apoio dos industriais e grandes comerciantes anglicanos, figuras-chave do movimento, gradativamente os religiosos alcançaram postos de destaque para a execução do projeto. Para Andrew Porter, “a convergência dos interesses dos missionários com os do governo e do grande público deu-se a partir da explícita associação entre cristianismo, comércio e o projeto civilizador (...). A força, a estabilidade e a expansão britânicas indicavam a preferência divina pelo Reino Unido. Esta interpretação dos Evangelhos casou perfeitamente com a crescente autoconfiança das elites ao contemplar a expansão imperial sobre a Índia e sua proeminência na Europa”¹⁶⁶.

A atuação do *imperial humanitarianism* foi pensada para ser levada adiante pelos missionários e logo foram fundadas as “não-conformistas” *Abolition Society* (1787), *Baptist Missionary Society* (1792) e *London Missionary Society* (1795). Poucos anos depois, o anglicanismo seguiu o modelo e criou a *Anglican Church Missionary Society*, ou apenas *Church Missionary Society* (CMS), de 1799. Os metodistas também atuaram em muitas missões, mas não chegaram a estabelecer uma *Society* somente para este fim.

Segundo a proposta de seus defensores, somente com o estabelecimento de “pequenas Inglaterras” mundo afora seria possível defender a expansão comercial e geopolítica britânica. Eles insistiam ser vital contar com a catequização dos nativos para a construção de um sentimento de pertencimento coletivo à sociedade imperial capaz de impedir rebeliões independentistas, como as que originaram os EUA.

Na concepção destas *Societies*, a função do expandido, transformado, revisto e revitalizado Império Britânico deveria estar na transmissão da “civilização” aos povos conquistados, transformando-os em novos cristãos e leais súditos. Para estes grupos religiosos, as culturas não-cristãs eram abomináveis, mas não seus indivíduos, desde que se mostrassem abertos à catequese e à evangelização¹⁶⁷.

Para os que viviam no que se entendia como a barbárie, a ignorância e a idolatria, os povos superiores deveriam ensinar o cristianismo e os hábitos civilizados, sem explorá-los indiscriminadamente. De acordo com esta concepção, a principal ameaça aos nativos vinha justamente dos britânicos que por conta própria e espírito aventureiro povoavam os mais

¹⁶⁶ PORTER, Andrew. “Religion, missionary enthusiasm, and Empire”. In: *The nineteenth century*, op. cit., pp. 231-232.

¹⁶⁷ Sobre as concepções das *Societies* e os diferentes e conflitantes modelos de Império, PORTER, Andrew. *Religion versus empire? British Protestant missionaries and overseas expansion, 1700-1914*. Manchester: Manchester University Press, 2004, e ETHERINGTON, Norman (ed). *Missions and Empire*, op. cit.

distintos locais, levando consigo não a civilização e o espírito religioso, mas a depravação, o vício e a morte. Por conta da atuação destas pessoas, segundo o *imperial humanitarianism*, a Grã-Bretanha deveria formalizar a ocupação destas novas terras, regular as relações com os nativos e transferir a gestão destes povos aos missionários.

Estas *Societies* missionárias do século XIX eram organizadas como empresas de colonização de religiosos, em torno de uma causa e do “bem comum”. Conseguiram arrecadar imensos fundos e construir uma importante base política que os apoiava e defendia.

A união antiescravista entre classe média, industriais, comerciantes e nobres do começo do século não se repetiu no caso do *imperial humanitarianism*, pois neste havia muito capital investido e, portanto, enormes interesses na anexação de territórios para a colonização tradicional. Segundo Alan Lester, “(...) as maiores disputas entre as missões e as forças seculares ocorreram entre o fim da década de 1820 e a metade da de 1840, quando os missionários e seus aliados procuraram impor seu modelo de um império cristão como alternativa à prática recorrente até então nas colônias brancas. Três zonas de disputa se estabeleceram: a colônia do Cabo, Nova Gales do Sul e a Nova Zelândia”¹⁶⁸.

h. Os *Colonial Reformers* e as companhias de colonização

O Império Britânico, no século XIX, estava dividido estruturalmente em dois grandes núcleos, e estes por sua vez também divididos pela metade. O império formal era caracterizado por terras oficialmente controladas pela Rainha Vitória. Dentro destas, a divisão se dava entre, de um lado, as Colônias da Coroa (*Crown Colonies*), zonas de ocupação militar nas periferias tropicais, com especial ênfase na extração de matérias-primas e no estabelecimento de mercados consumidores pautados pela atuação em larga escala das elites locais regidas pelos oficiais britânicos, caso da África, por exemplo. De outro lado, estavam as colônias brancas¹⁶⁹, Neo-Britânicas onde se procurou instalar sociedades majoritária ou exclusivamente brancas, pautadas pela seleção de locais temperados, com baixa densidade populacional nativa, onde “a violenta expulsão dos nativos, a dispersão de imigrantes e

¹⁶⁸ LESTER, Alan. “Humanitarians and white settlers in the Nineteenth Century”, op. cit., p. 64.

¹⁶⁹ A tradução correta é “colônia branca de povoamento”, mas no Brasil este termo remete a outras discussões historiográficas que não se referem aos projetos do Império Britânico no século XIX. Para evitar mal-entendimentos, será utilizado o termo “colônia branca”. Sobre esta polêmica brasileira, JUNQUEIRA, Mary Anne. “Colônia de Povoamento e Colônia de Exploração. Reflexões e questionamentos sobre um mito”. In: ABREU, Martha; SOHYET, Rachel (Org.). *Cultura política e leituras do passado: Historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

colonos lá nascidos, o desenvolvimento econômico e os investimentos, transformaram o que eram possessões duvidosas e inseguras em sociedades de ‘capitalismo de colonização’¹⁷⁰.

A perda das colônias que vieram a formar os EUA e a crescente força do liberalismo fizeram surgir propostas para a administração das colônias brancas pautadas pelo estabelecimento de instituições para a administração controladas pelos próprios colonos, sob o título de autogoverno (*self-government*), levando à busca pela obtenção de fontes internas para seu financiamento. Para Londres, esta era a oportunidade para dinamizar e diminuir os gastos com o Império.

A justificativa para essa alteração nas relações imperiais era a da dificuldade de comunicação, ação e administração a partir da centralização londrina. Governadores e câmaras administrativas passaram a ser eleitos com autoridade para gerir o orçamento e definir políticas locais a partir de diretrizes e da supervisão metropolitana. Terras foram vendidas, o comércio regulado e tarifado, recursos naturais explorados, vilas fundadas, estradas abertas e nativos combatidos.

O primeiro local onde este modelo colonial de autogoverno foi aplicado e a partir do qual a experiência foi irradiada, foi na colônia branca mais antiga e bem estabelecida, o Canadá, em 1841. Com o sucesso na América do Norte, a experiência foi imediatamente repetida nas seis colônias australianas, em 1846 e levada adiante, em 1852, na Nova Zelândia¹⁷¹.

A partir das premissas liberais, colonos, investidores, missionários e imigrantes estabeleceram um sistema no qual os homens nas zonas de contato, com interesses diretos por terras e pela exploração, assumiam o controle, o risco e os lucros da empresa colonizadora amparados, quando necessário, pela força e pelos recursos metropolitanos¹⁷². Puderam, assim,

---

¹⁷⁰ PORTER, Andrew. “Britain and the Empire in the Nineteenth Century”. In: *The Nineteenth Century*, op. cit., p. 5.

¹⁷¹ Satisfeitos com a estratégia administrativa do autogoverno, os políticos britânicos passaram a lidar com uma série de dúvidas sobre o futuro destas regiões, e passaram a investir para o fortalecimento dos laços de dependência, lealdade e unidade imperial, Cf: BURROUGHS, Peter. “Imperial institutions and the government of Empire”. In: PORTER, Andrew. *The nineteenth century*, op. cit., p. 187.

¹⁷² Exploradores pessoais ou companhias privadas se propunham ao desbravamento das fronteiras, físicas, sociais e econômicas, sabendo poder contar com a retaguarda estatal. “Os dogmas do *laissez-faire* teoricamente eram os pilares da ação governamental, financeira e industrial britânica. Sucessivos governos, no entanto, foram persuadidos a atitudes intervencionistas na defesa de interesses britânicos”. KUBICEK, Robert. “British expansion, Empire and technological change”. In: PORTER, Andrew. *The Nineteenth Century*, op. cit., p. 257.

expandir as regiões controladas, instalar prósperos estabelecimentos e aniquilar resistências distantes da crítica *humanitarian* britânica, perdida e enredada no discurso liberal¹⁷³.

A historiografia chama a muitos países independentes do século como *império informal*, caracterizado pela posição política e econômica subordinada ao Reino Unido, marcado pelo chamado “império do livre comércio”. Neste caso, também havia a divisão entre as chamadas periferias tropicais, fornecedoras de produtos exóticos, como praticamente toda a América Latina, e as Neo-Europas e sua produção de alimentos de primeira necessidade e matérias-primas, caso da Argentina e do Chile¹⁷⁴.

A principal disputa nos gabinetes governamentais britânicos das décadas de 1830 e 1840 deu-se sobre o destino das colônias brancas, pois o projeto do *imperial humanitarianism* não era consenso. Em sua oposição, atuaram os chamados *Colonial Reformers*, grupo que atacava a ortodoxia liberal não-intervencionista e defendia a emigração como resposta aos problemas sociais e econômicos da Grã-Bretanha, acreditando que “a colonização sistemática e a criação de governos locais nas colônias brancas eram tidas como essenciais para a prosperidade britânica e imperial”¹⁷⁵. O maior expoente deste movimento foi Edward Gibbon Wakefield.

Este polêmico político e investidor britânico idealizou um sistema segundo o qual as terras deveriam ser compradas – não conquistadas à força – dos nativos por preços irrisórios, revendidas aos colonos, e a diferença empregada no financiamento das viagens. Para defender seu projeto, Wakefield escreveu uma ficcional *A letter from Sydney*, na qual “se transpôs (...) para a Austrália que ainda não conhecia e presumia vazia, sem população nativa, e se imaginou como um fazendeiro com vastas terras, improdutivas por falta de agricultores”¹⁷⁶.

Segundo o projeto para o Império dos *Colonial Reformers*, a Grã-Bretanha industrializada concentrava mais capital do que sua capacidade de uso e este excedente demandava novos campos de investimento. As colônias brancas seriam os locais ideais para o

---

¹⁷³ É interessante identificar as variações nas formulações em torno das “pequenas Inglaterra”. Foram instaladas estruturas econômicas, sociais e culturais vinculadas às tradições do medievo inglês, mas as bases fundiárias e urbanas estavam baseadas no liberalismo e no cientificismo característicos do começo do século XIX, com o modelo ortogonal para o território e a preocupação pelo estabelecimento de locais para o comércio e a política – marcas do liberalismo. Cf. BYRNES, Giselle. *Boundary Makers. Land surveying and the colonization of New Zealand*. Wellington: Bridget William Books, 2001.

¹⁷⁴ Sobre as relações entre liberalismo e império informal, MEHTA, Uday Singh. *Liberalism and Empire: a study in Nineteenth-Century British Legal thought*. Chicago: Chicago University Press, 1999.

¹⁷⁵ HALL, Catherine. *Civilising subjects*, op. cit., p. 28.

¹⁷⁶ Idem, p. 29.

excedente de capitais e de população, e para lá deveria ser organizado um sistema de emigração para as classes média e trabalhadora.

A proposta consistia em uma válvula de escape para as constantes tensões urbanas e rurais que assolavam o Reino Unido no século XIX, a partir do emprego dos capitais acumulados pela Revolução Industrial e pela expansão do comércio britânico¹⁷⁷. Este modelo diferia do antigo sistema de colonização por expulsão de indesejados, largamente executado pela Inglaterra, desde o século XVII na América e até então em Nova Gales do Sul, pois considerava necessário enviar às colônias não os piores, mas os melhores britânicos, para assim estabelecer sociedades harmônicas¹⁷⁸. Apesar de adversários, *humanitarians* e *Reformers* desejavam, no fim, o mesmo: estabelecer cópias da metrópole, “pequenas Inglaterras”.

O projeto dos *Colonial Reformers* propunha o envio sistemático de emigrantes para as colônias brancas e parte de seus membros engajou-se financeiramente em sua execução ao criar companhias colonizadoras. Wakefield capitaneou estas empresas e esteve pessoalmente envolvido na colonização da Austrália (1831)¹⁷⁹, Canadá (1837-43) e Nova Zelândia (1839-1845)¹⁸⁰. Neste último caso, Wakefield foi um dos fundadores, acionistas, diretores e idealizadores da malograda *New Zealand Association* e da ativa *New Zealand Company* (NZCo). Neste local, os *Colonial Reformers* e suas companhias enfrentaram dura oposição para a sistematização da imigração, pois o arquipélago também era alvo das ações missionárias.

¹⁷⁷ O sistema de envio de emigrantes e capitais para as colônias alcançou grande notoriedade no período, foi adotado parcialmente pelo governo, e comentado por muitos. Um indicador do alcance da polêmica é o capítulo 33, “A moderna teoria da colonização”, do volume 1 de *O Capital*, publicado por Karl Marx, em 1867, em que o autor comenta diretamente o sistema de “colonização sistemática” de Wakefield.

¹⁷⁸ Para uma análise pormenorizada dos diferentes modelos de colonização e emigração, HARPER, Marjory. “British migration and the peopling of Empire”. In: PORTER, Andrew (ed). *The Nineteenth Century*, op. cit..

¹⁷⁹ Segundo Catherine Hall, “o proselitismo de Wakefield, o apoio por ele mobilizado e as atividades organizadas pelos *Colonial Reformers* deram frutos (...). Eles sabiam quais homens influentes deveriam contatar, como criar reuniões públicas e como levar pautas ao Parlamento. O foco das atividades recaiu sobre o sul da Austrália, uma área supostamente vazia, e a *South Australia Association* foi criada para organizar a companhia”. Esta foi fundada em 1836, dois anos depois de o Parlamento autorizar a colonização do Sul da Austrália sob o sistema de Wakefield. Em cinco anos, a *South Australia Company* enviou mais de 15.000 colonos à recém-fundada Adelaide, logo um centro alternativo a Sydney e seus praticamente 30.000 habitantes, cuja maioria era composta por degredados. HALL, Catherine. *Civilising subjects*, op. cit., p. 31.

¹⁸⁰ Aos poucos, praticamente toda a família Wakefield se transferiu para a Nova Zelândia, notadamente William Wakefield, agente executor, e Edward Jerningham Wakefield, secretário da *New Zealand Company*, respectivamente irmão e filho de Edward Gibbon. Um dos primeiros livros escritos na Nova Zelândia e publicado na Inglaterra, *Adventure in New Zealand*, foi uma importante peça de propaganda da colonização do arquipélago e defesa da Companhia. WAKEFIELD, Edward Jerningham. *Adventure in New Zealand, from 1839-1844, with some account of the beginning of the British colonization of the Islands*. Londres: John Murray, 1845, 2 vol.

i. Nativos, missionários e europeus: a Nova Zelândia nas primeiras décadas do século XIX

A Nova Zelândia é um arquipélago situado na Oceania, a sudeste da Austrália, dela distando em aproximadamente dois mil quilômetros. É basicamente composta por duas grandes ilhas, a Ilha Norte e a Ilha Sul, divididas pelo Estreito de Cook.

Seu isolamento no Oceano Pacífico fez com que os primeiros humanos que lá aportaram, provenientes da Polinésia, chegassem apenas entre os anos 1000 e 1300 dC. Atualmente eles são conhecidos como os Maori.

Após os polinésios, a leva seguinte de imigrantes estabeleceu seu primeiro contato em 1642. Segundo o relato do comandante holandês Abel Janszoon Tasman, ao baixar âncora, os navios foram recepcionados por nativos em canoas e a comunicação entre os dois grupos foi impossível. Após infrutíferas tentativas de contato, os europeus iniciaram os procedimentos para aportar e explorar a região, mas o primeiro bote foi perseguido por uma das canoas, seus integrantes golpeados com bastões, mortos e levados à praia. À distância, os europeus assistiram ao ritual antropofágico que eliminou um dos corpos, e assim desistiram de explorar aquelas ilhas. Os ocidentais voltaram a ancorar na Nova Zelândia somente 127 anos depois¹⁸¹.

Em 1769, foi a vez dos ingleses alcançarem a Nova Zelândia, durante a primeira expedição de James Cook. Sem encontrar resistência tão contundente quanto a do século XVII, lentamente os europeus passaram a frequentar o arquipélago, interessados em sua posição estratégica para a navegação do Oceano Pacífico e nos recursos naturais lá encontrados, especialmente focas¹⁸², baleias e madeira.

Estimativas arqueológicas dão conta de aproximadamente 85.000 Maori vivendo no arquipélago naquele período, divididos em vários *iwi*¹⁸³. Sub-divididos nos *hapu*¹⁸⁴, eles praticavam agricultura, caça e coleta. Contudo, uma de suas principais características era a tradição guerreira marcada pelas sucessivas guerras e vinganças. Sedentários, viviam nas *pa*, aldeias ou vilas protegidas por paliçadas de madeira, onde havia residências, estoques de alimentos e plantações.

¹⁸¹ BELICH, James. *Making peoples. A history of the New Zealanders from Polynesian settlement to the end of the Nineteenth Century*. Honolulu: Hawai'i University Press, 1996, p. 119-120.

¹⁸² O maior mercado consumidor de peles de foca neozelandesas no período era a China imperial, porém os números sobre este comércio são bastante imprecisos. Apenas Simeon Lord, um dos mais destacados mercadores deste produto, vendeu em Londres, entre 1806 e 1810, mais de 200.000 peles. Cf. BELICH, James. *Making peoples*, op. cit., p. 128-130.

¹⁸³ *Iwi*: agrupamento de vários *hapu*, uma tribo.

¹⁸⁴ *Hapu*: conjunto de diversos grupos familiares Maori com ascendência genealógica.

Os primeiros contatos entre os europeus e os Maori aconteceram na região da *Bay of Islands*, no extremo norte do arquipélago e no caminho dos navegadores rumo à Índia e à China. Naquele local, os navios aportavam para estabelecer trocas com os Maori, procurando alimentos, bebidas, peles e mulheres; ofereciam em troca objetos metálicos, álcool, tabaco e alimentos, especialmente batatas e porcos, logo adotados e cultivados localmente.

A distância de 25.000 quilômetros entre a Grã-Bretanha e a Nova Zelândia fez com que os navios levassem entre três e quatro meses de viagem, suficientes para eliminar a maior parte dos vírus, bactérias e bacilos que poderiam perpetrar as recorrentes epidemias resultantes dos contatos entre europeus e nativos mundo afora. As doenças começaram a aportar no arquipélago quando as viagens entre a Nova Zelândia e a Austrália se tornaram mais recorrentes. A partir da colônia penal de Nova Gales do Sul¹⁸⁵, chegaram fugitivos, libertos e degredados, os primeiros ocidentais na região junto de caçadores e marinheiros. Segundo os defensores *imperial humanitarianism*, estes britânicos “contaminavam” os Maori com o pior da civilização e deveriam ser afastados deste convívio.

Logo após sua fundação, em 1799, a *Church Missionary Society* investiu no envio de missionários para a Oceania. Tonga, Taiti e Ilhas Marquesas não prosperaram, mas a missão australiana, em Nova Gales do Sul, sob o comando de Samuel Marsden, sim. A partir de lá, ele seguiu o caminho dos fugitivos e ex-prisioneiros, atravessou o Mar de Tasman e aportou na Nova Zelândia, em 1814, para instalar uma missão na região onde encontrou o maior número de *pakeha*¹⁸⁶: a *Bay of Islands*. Negociou com o chefe nativo local, Ruatara, e foi autorizada a instalação dos missionários, interessados também em controlar o fornecimento de produtos ocidentais aos Maori.

Marsden e Ruatara são muito discutidos pela historiografia neozelandesa, considerados os responsáveis pelo início do projeto de uma suposta convivência pacífica. James Belich, por exemplo, defendeu “Marsden, acusado inúmeras vezes de corrupção e abuso de seu poder religioso (...). Ele acumulou muito dinheiro, (...) despendido em sua maioria na missão na Nova Zelândia (...). É difícil não admirá-lo e aos seus seguidores. Os missionários na Nova Zelândia passaram suas vidas em um lugar psicologicamente semelhante a um planeta distante (...). Provavelmente, aqueles foram anos no Purgatório

---

¹⁸⁵ Sobre a colônia penal de Sydney, BROOKE, Alan; DAVID, Brandon. *Bound for Botany Bay. British convict voyages to Australia*. Londres: The National Archives, 2005.

¹⁸⁶ Pakeha: os brancos que vivem na Nova Zelândia.

mundano, trocados por igual período no Purgatório divino, mas apenas os insensíveis podem ver interesses pessoais em tamanho altruísmo”¹⁸⁷.

Ruatara foi bastante inteligente ao negociar a instalação da missão CMS Rangihoua em suas terras, pois controlava o comércio com a maioria dos *pakeha*, instalados sob seu controle na *Bay*. Ao permitir a entrada dos missionários, evitou o surgimento de um polo alternativo de fornecimento de produtos ocidentais em outro ponto do arquipélago. Para defender sua posição, descreveu grupos rivais Maori como bárbaros antropófagos, procurando, com isso, mantê-lo distantes dos europeus.

Um ano após a instalação da missão, Ruatara morreu e foi sucedido por Hongi Hika. Por mais de uma década, os missionários ficaram restritos à *Bay of Islands* e instalaram somente mais duas missões. Os esforços do *hapu* local para controlar o acesso dos demais Maori aos produtos ocidentais foram infrutíferos, pois os caçadores de foca e os baleeiros passaram a instalar bases em outras regiões e estabeleceram trocas com *iwi* locais. Nestes novos assentamentos teve início a produção de linho nativo e a extração de madeira.

Com os *pakeha* desorganizados entre si e necessitados dos víveres fornecidos pelos Maori, muitos Chefes pressionaram e conseguiram comprar machados e armas de fogo, inicialmente vetados pelos comerciantes. Se até o início da década de 1820, o número de mosquetes na Nova Zelândia era bastante reduzido, a situação alterou-se após viagem comercial empreendida por Hongi Hika a Sydney, de onde retornou com mais de quatrocentas destas armas de fogo, inicialmente distribuídas a seus aliados.

Uma vez disseminados pelo arquipélago, os mosquetes se tornaram centrais nos tradicionais ataques vingativos entre os *iwi*. Os números de mortos e feridos foram potencializados e o equilíbrio de forças desestabilizado. Na década de 1820, conflitos entre os diferentes grupos Maori foram marcados pela tradição guerreira, ciclos de vingança, força das armas e mobilidade proporcionada pelo transporte de alimentos antes desconhecidos, como carne de porco e batata. Seu resultado foi um número calculado de 20.000 mortos – praticamente 25% da população – e a alteração na relação de forças entre os nativos¹⁸⁸. Neste mesmo período, os missionários investiram na compreensão do idioma Maori e procuraram simplificá-lo, criando o que ficou conhecido como o “Maori missionário”, língua em que foram publicadas as primeiras Bíblias, em 1827¹⁸⁹.

¹⁸⁷ BELICH, James. *Making peoples*, op. cit., p. 136.

¹⁸⁸ Cf. BELICH, James. *Making peoples*, op. cit., p. 157.

¹⁸⁹ Idem, p. 165.

Hongi Hika morreu em 1828 e, na sequência, houve a ascensão do *iwi* da região do Waikato, a partir da atuação de seus chefes militares Te Wherowhero e Te Waharoa. Os missionários planejaram abandonar as missões neozelandesas, mas notaram, imediatamente as investidas aproximativas daqueles inicialmente descritos como bárbaros antropófagos.

Aos *iwi*, guerreiros e competitivos, pareceu ser interessante a associação com os missionários para estabelecer entrepostos comerciais e tentar compreender o caráter e os costumes dos recém-chegados *pakeha*. Em 1840, a CMS já havia estabelecido oito missões na Nova Zelândia.

A atuação dos chefes Maori foi fundamental para permitir que algumas centenas de *pakeha* se instalassem na Nova Zelândia. Tradicionalmente guerreiros, eles se sentiram pouco ameaçados pelos ocidentais e viram na aproximação a oportunidade para conseguir interessantes produtos e aumentar sua força político-econômica e prestígio.

j. A publicação de *Narrative* de FitzRoy e seu projeto para o Império

Após quatro anos e meio no comando do *HMS Beagle*, FitzRoy havia enfrentado diferentes situações e visitado povos e lugares distintos. Para tornar sua viagem “real”, precisava transformá-la em um relato acessível e materializá-la em um livro, prática corriqueira no período. Segundo Mary Louise Pratt, “um nome num mapa, um relatório para a *Royal Geographic Society*, para o *Foreign Office*, para a *London Missionary Society*, um diário, uma aula, um livro de viagem. Eis aqui a linguagem encarregada por si só de fazer o mundo, e com altos interesses em jogo. Como os exploradores vieram a notar, rios de dinheiro e prestígio dependiam do crédito que conseguissem fazer com que outros lhes atribuíssem”¹⁹⁰.

Havia demanda, mercado e pressão pública pela publicação dos relatos, para que os locais ignorados ou pouco conhecidos e as aventuras neles fossem narrados, seguindo uma antiga tradição europeia de interesse por histórias de outros povos. Os comandantes-exploradores da Marinha Real eram vistos como bem qualificados para este serviço, pois viajavam todo o mundo, eram legítimos defensores dos interesses britânicos, fonte segura e confiável.

O produto final das expedições do *HMS Beagle*, os quatro volumes de *Narrative*, foi publicado por FitzRoy, em 1839, dialogando com as principais discussões filosóficas,

---

¹⁹⁰ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*, op. cit., pp. 342-343.

geográficas, teológicas, políticas e econômicas da Inglaterra no período. A obra é marcada por uma longa descrição da expedição à América do Sul, com os relatos náuticos, geográficos e naturais, e análises do autor sobre as sociedades visitadas. Na sequência, relata a viagem à Oceania, e descreve os povos visitados. Ao fim, o autor comparou os dois continentes, procurando salientar semelhanças e diferenças quanto à natureza e os habitantes, destacando as potencialidades de ambos e o projeto para o Império Britânico que defendia e no qual acreditava.

São possíveis muitas leituras de *Narrative*. Com o objetivo de identificar objetivos e interesses políticos do autor, suas conexões sociais e relações com as polêmicas contemporâneas, priorizam-se “(...) as relações entre as observações do viajante e seus usos na Europa por teólogos, cientistas políticos e etnólogos, não de simples identificação, manipulação ou adulteração, mas de interação (...). Se o viajante não era apenas uma fonte de informação, mas também de análises, não basta atentar apenas para como as ‘etnografias espontâneas’ ajudaram aos teóricos europeus: deve-se considerar também como os viajantes partiram da Europa conhecendo os debates com os quais eles pretendiam contribuir”¹⁹¹.

A escrita de *Narratives* relacionou-se com as discussões e polêmicas das quais o comandante já participava antes de viajar e foi partícipe ativo no período entre o retorno da expedição e a escrita dos relatos¹⁹². Ao identificar as redes de contatos nas quais ele atuou, é possível compreender os projetos imperiais por ele defendidos.

No caso do Império Britânico na segunda metade da década de 1830, e mais especificamente da Nova Zelândia, as disputas centravam-se sobre a possibilidade de anexação do arquipélago e o modelo de colonização a ser utilizado. FitzRoy participou destas discussões e polêmicas.

Dois poderosos grupos mantinham interesses naquelas ilhas e pressionaram o governo britânico no período: os missionários da CMS e os *Colonial Reformers*. Em 1834, a Casa dos Comuns – onde o *imperial humanitarianism* prevalecia – iniciou investigações sobre o que chamou de “as terras vazias e o destino dos nativos”. Segundo Catherine Hall, este movimento estava associado aos “esforços para redirecionar o *humanitarianism* para as populações distantes do comércio escravista africano, mas perigosamente próximas da incontrolada expansão britânica. Havia a esperança da possibilidade de se estabelecer os

¹⁹¹ RUBIÉS, Joan Pau. “Travel writing and ethnography”, op. cit., p. 257.

¹⁹² Para as principais linhas interpretativas dos povos nativos, na Grã-Bretanha do período: STOCKING, George. *Victorian anthropology*. Nova York: Free Press, 1987.

princípios de um sistema de direitos indígenas”¹⁹³; o relatório final da comissão defendeu a compra – e não ocupação – das terras dos nativos para revenda a colonos, e o consentimento nativo na colonização – e não a anexação “por descoberta”, padrão da época.

Insatisfeito com o encaminhamento das investigações da Casa dos Comuns, Wakefield pressionou e conseguiu, em 1836, a instalação de um Comitê Parlamentar sobre as terras coloniais na Casa dos Lordes. Desta vez foram os *humanitarians* que reagiram e conseguiram a instalação simultânea de um Comitê para os Aborígenes, coordenado por Thomas Fowell Buxton, diretor da *London Missionary Society*, líder da campanha antiescravista e amigo do missionário Samuel Marsden, da CMS.

O Comitê de Wakefield propôs a execução do projeto dos *Colonial Reformers* – cujo primeiro resultado foi a autorização para a colonização do sul da Austrália – e coube ao Comitê de Buxton a defesa dos nativos através do trabalho dos missionários¹⁹⁴. Naqueles anos, o *Colonial Office* estava sob o comando do Lorde Glenelg¹⁹⁵, associado ao *humanitarianism* e à CMS. Sob o impacto do relatório da Comissão para os Aborígenes, ele devolveu parte das terras próximas ao Cabo da Boa Esperança aos chefes nativos, provocando a ira dos colonos.

A competição entre os projetos imperiais foi bastante intensa nos últimos anos da década e, novamente, em 1837, os dois grupos desencadearam ações simultâneas. Enquanto os *humanitarians* fundavam a *British and Foreign Aborigines Protection Society*, presidida por Buxton, os *Reformers* criaram a *New Zealand Association*, visando angariar apoio e recursos que levaram à concretização e ao surgimento da *New Zealand Land Company*, sob a presidência de Edward Gibbon Wakefield.

No ano seguinte, estes investidores conseguiram a instalação de um Comitê sobre a Nova Zelândia na Casa dos Lordes, em que prevaleceram seus interesses. Durante os trabalhos, contataram FitzRoy e, no relatório final, defenderam a anexação do arquipélago ao Império, contornando o risco da França fazê-lo antes.

¹⁹³ HALL, Catherine. *Civilising subjects*, op. cit., p. 36.

¹⁹⁴ Cf. HALL, Catherine. *Civilising subjects*, op. cit., p. 43.

¹⁹⁵ O caso de Charles Grant, primeiro Barão Glenelg, é exemplar para a compreensão da circulação de pessoas no Império. Nascido na Índia, filho de um dos diretores da Cia. das Índias Orientais, foi enviado à Inglaterra para ser educado, tendo se formado em Cambridge. Aos 29 anos entrou para o Parlamento e se tornou Lorde do Tesouro (1813-1819). Após abandonar o Partido *Tory* e se tornar um *Whig*, foi indicado para o *Colonial Office*. Neste cargo se opôs ao Rei William IV em relação à política imperial para o Canadá. Em consequência da rebelião colonial neste local, em 1837, passou a ser pressionado pelo Lorde Durham – adversário do *imperial humanitarianism* – e se demitiu em 1839.

Neste politizado, polarizado e conturbado contexto, o comandante compilou, reescreveu e publicou seu *Narrative*. O contexto da produção, as relações pessoais e as aproximações afetivas explicitaram as forças com as quais FitzRoy disputava a Nova Zelândia, seus interlocutores, objetivos e interesses e qual projeto defendiam para o Império. Seu relato, como o de todo viajante, não deve ser confundido com a viagem em si, pois a narrativa é um desdobramento, publicada posteriormente e em um ambiente diverso, compreendendo ressignificações de ideias e conceitos, com objetivos novos ou transformados pelas experiências da própria viagem e do retorno.

Após atender aos parlamentares, FitzRoy escreveu *Narrative* pensando no futuro da Nova Zelândia como colônia britânica, em oposição ao que presenciou, entendeu e descreveu da América do Sul¹⁹⁶. Pretendeu apresentar um relato científico, neutro e real, apontando as razões do atraso da América Hispânica, e indicando o caminho a ser trilhado pelo Império Britânico para evitar as mesmas armadilhas e erros cometidos pelos ibéricos católicos nas Américas.

Durante sua carreira na Marinha Real, FitzRoy se alinhou ao crescente e forte *imperial humanitarianism*, participou de expedições contra navios negreiros no Atlântico e mais tarde, já no comando do *HMS Beagle*, considerou construtivo levar os quatro indígenas da Terra do Fogo para serem “civilizados” pela *Church Missionary Society* e, posteriormente, difundirem estes conhecimentos entre seus semelhantes na Terra do Fogo e no Estreito de Magalhães.

Narrative foi construído e publicado por este homem e, também, deve ser entendido dentro do contexto político-religioso inglês dos anos 1830. Foi um libelo em defesa da colonização britânica da Oceania sob a condução dos missionários. Para alcançar seus objetivos, reelaborou, ressignificou e repetiu imagens consolidadas na Europa a respeito da América, opondo a “incompetência ibérica” à “eficiência britânica”.

FitzRoy procurou identificar um problema comum às sociedades sul-americana e neozelandesa e estabeleceu um modelo globalizante com polos positivos e negativos, visando fins específicos relacionados às polêmicas contemporâneas sobre os diferentes modelos de atuação propostos para o Império Britânico. Ao longo da narrativa, apresentou e criticou a exploração de africanos e indígenas pelos descendentes de portugueses e espanhóis. Tinha

¹⁹⁶ Mary Louise Pratt também indica pertinentes questionamentos a serem feitos a livros como o de Robert FitzRoy: “Como o relato de viagem e exploração *produziu* o ‘resto do mundo’ para leitores europeus em momentos particulares da trajetória expansionista da Europa? De que forma esta produziu concepções europeias de si mesma, diferenciadas em relação àquilo que passou a ser possível denominar ‘o resto do mundo’? Como tais práticas de estabelecimento de significado codificam e legitimam as aspirações de expansão econômica do império? Como elas as evidenciam?”. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*, op. cit., p. 29.

uma nítida intenção política ao mostrar e descrever tais relações, justificando uma determinada interpretação sobre as assimetrias, legitimadora de proposições supostamente alternativas para a construção de novas situações imperiais. Ao introduzir a Nova Zelândia a seus leitores, focou a narrativa em dois aspectos: as missões da *Church Missionary Society* e as relações viciadas entre aqueles chamados de aventureiros e os Maori.

FitzRoy atribuiu grande importância a relatos, descrições e análises dos povos nativos da América do Sul e governos visitados e, reiteradas vezes, criticou o catolicismo ibérico culpado pelo retrocesso evolutivo dos indígenas, sua sobre-exploração e torpe evangelização, algo a ser evitado pelos britânicos em seu contato com os Maori.

Em sua narrativa sobre a Nova Zelândia, em diálogo com o comitê da Casa dos Comuns, retomou sedimentadas imagens sobre os indígenas para compará-los aos Maori:

“A ferocidade é característica no semblante de muitos dos homens mais velhos (...). A expressão, aparentemente, ansiosamente desejada, é aquela de um guerreiro demoníaco. Todas as suas ideias antigas parecem fazer referência à guerra. Talvez a descrição do poeta espanhol [D. Alonso de Ercilla y Zuñiga] dos araucanos pudesse ser bem aplicada aos [Maori] neozelandeses em seu estado prévio (...)”¹⁹⁷.

Segundo FitzRoy, os Maori que povoavam a Nova Zelândia e se comunicavam, comercializavam, guerreavam e conviviam com os ocidentais assemelhavam-se aos araucanos descritos pelos espanhóis do século XVI, especialmente por Alonso de Ercilla y Zuñiga no poema épico *La Araucana*. Para justificar e fundamentar sua proposta de colonização, referiu-se à América do Sul em seu relato e elaborou, apresentou e criticou o que viu como o antítipo católico ibérico, identificando os erros cometidos pelos espanhóis ao permitir e incentivar as relações entre nativos e colonizadores.

Para ele, não havia distinção entre as formas espanhola e portuguesa, ou entre os projetos de jesuítas, franciscanos ou beneditinos, pois todos eram igualmente, inegavelmente e, infelizmente, católicos. A solução pautava-se na atuação marcante dos missionários protestantes, capazes de combater o que descreveu como os efeitos nocivos do contato entre os europeus e os Maori.

Ao descrever o arquipélago neozelandês, FitzRoy apresentou uma sociedade na qual aventureiros atrás de lucro fácil e foragidos da lei britânica simultaneamente conviviam e exploravam os Maori. As relações que lá se construíam se opunham ao modelo civilizador

¹⁹⁷ FITZROY, Robert. *Narratives*, op. cit., p. 568, (grifos meus).

que gostaria de ver e que defendeu ao dialogar com os parlamentares, procurando reiterar a ideia de que a Nova Zelândia já era uma colônia informal, e o fez para defender o projeto da CMS. Em diálogo com o projeto do *imperial humanitarianism*, defendeu que os britânicos ilustrados do século XIX não podiam repetir os erros dos ibéricos e deveriam investir na catequização dos nativos e em sua civilização, verdadeiros e originais donos da terra.

“A Nova Zelândia demanda assistência do forte, porém, humano braço de um poderoso governo europeu (...). Se souberem que seus protetores tentaram melhorar sua condição, abolir todas as práticas causadas provavelmente pela fome, vingança e ignorância, e ainda entenderem que nem os fizeram escravos nem os tiraram terras sem compra justa, (...) os nativos teriam satisfação e confiança e, talvez, em alguns anos, fariam da Nova Zelândia um território poderoso e muito produtivo”¹⁹⁸.

A narrativa de FitzRoy estava em sintonia com a imagem defendida pelos defensores do *imperial humanitarianism*, segundo a qual seria possível um futuro promissor para a Nova Zelândia colonizada: um paraíso missionário onde as relações entre os nativos e os imigrantes seriam justas, pontuadas pela extinção de costumes bárbaros, pela comercialização – e não pela expropriação – das terras e pelo estabelecimento de mercados. Para que isso se tornasse possível, era necessária a atuação de “um forte governo europeu”, e naquele momento, havia somente dois possíveis candidatos – a França e o Reino Unido. O primeiro candidato – além das históricas rivalidades – estaria, segundo boatos que atravessavam o Canal da Mancha, preparando o estabelecimento de uma colônia católica nos Mares do Sul¹⁹⁹. Para FitzRoy e seus colaboradores, havia duas ameaças sobre a Nova Zelândia. Chegara a hora do Parlamento Britânico assumir sua responsabilidade e empenhar-se em sua missão civilizadora:

“(...) armar as autoridades britânicas, em longínquas partes do mundo, para um controle definido sobre seus compatriotas libertinos ou malevolentes que, nessas

¹⁹⁸ Idem, p. 572, (grifos meus).

¹⁹⁹ Em 1838, os maristas instalaram a primeira missão católica na Nova Zelândia, em Kororareka, na *Bay of Islands*. Em carta da Diretoria da *New Zealand Company* ao Visconde Palmerston, Lorde do *Foreign Office*, de 07/11/1839, explicita-se a pressão pela atuação britânica pontuada pelos boatos sobre os franceses. Segundo os diretores, “Fomos informados de que uma fragata francesa recentemente içou velas rumo aos Mares do Sul, com instruções secretas. Alguns jornais franceses informam que o governo dos EUA indicou um cônsul para a Nova Zelândia”. TNA, CO, 881-1-25, p. 26.

regiões remotas, são desproporcionalmente numerosos e agora capazes de quase tudo que queiram”²⁰⁰.

Enquanto colonizada informalmente, o perigo para a Nova Zelândia recaía sobre a possível repetição dos erros cometidos pelos ibéricos nas Américas: permitir que os interesses privados prevalecessem em detrimento dos públicos. A ameaça estava próxima, vinha de Nova Gales do Sul e da colônia penal de Sydney. Chegava o momento de oficializar a dominação, “civilizar” os Maori e controlar o ímpeto dos colonos aventureiros que se aproveitavam da distância para abusar, explorar, enganar e viciar os nativos apenas por interesses pessoais que levavam a um prejuízo social maior. Devia-se acabar com o império daquela gente descrita como “o pior tipo de colonizador”²⁰¹.

Diante de uma região tomada por “taberneiros e pecadores”²⁰², a solução deveria ser valorizar os missionários já existentes e investir em seu fortalecimento, a partir da atuação forte e precisa do Império Britânico, com leis, regulamentos e forças repressivas. Na visão de FitzRoy e de seu grupo, pelo caminho da fé, do trabalho e da moral, terras tão ricas como a Nova Zelândia e um povo forte como o Maori evoluiriam e alcançariam o ápice da civilização e da prosperidade²⁰³.

Para ilustrar este projeto, o comandante descreveu o interior da Nova Zelândia e opôs duas situações. Primeiro, localizou lugares onde imperava a desordem, a exploração e o vício:

“Numa planície arenosa, (...) fica o principal grupo de casas da ilha (...). Eu disse grupo de casas, porque não é que entendo por cidade, vila, aldeia ou nem mesmo um acampamento indígena ”²⁰⁴.

Na sequência, apresentou outros locais, em especial regiões em que imperava a atuação dos missionários. Com a comparação, explicitou as duas possibilidades entendidas para o futuro da Nova Zelândia:

“Passando por colinas arredondadas cobertas de samambaias, quase fui levado repentinamente para uma cena inglesa. No vale abaixo, uma vila sossegada; uma construção semelhante a uma igreja, construída de pedra, com um relógio na torre; (...) jardins cheios de flores, cercando casas de campo caiadas e bem construídas;

²⁰⁰ FITZROY, Robert. *Narratives*, op. cit., p. 591, (grifos meus).

²⁰¹ Idem, p. 615.

²⁰² Ibidem.

²⁰³ BOUCHARD, Gerard. *Génesis de las naciones y culturas del Nuevo Mundo*. México: Fondo de Cultura, 2003, p. 421.

²⁰⁴ FITZROY, Robert. *Narrative*, op. cit., p. 576.

gado pastando nas colinas em volta; e uma escola repleta de crianças inglesas, berrando e gritando uns para os outros enquanto brincavam em um campo, transportou minha imaginação inteiramente para o outro lado do mundo”²⁰⁵.

Ao contrapor as sociedades moldadas por colonos – comerciantes, caçadores, fugitivos, ex-detentos e exploradores²⁰⁶ – e missionários, FitzRoy explicitou o projeto britânico de colonização para a Oceania que defendia: o das sociedades missionárias, em especial o da anglicana *Church Missionary Society*.

De acordo com ele, “esta importante e florescente região”²⁰⁷ merecia o olhar atento do Parlamento para que pudesse se desenvolver e se tornar aquilo que merecia ser. Para tal, era fundamental o apoio ao trabalho desenvolvido pelos missionários, dispostos a se arriscar entre os selvagens em nome de Deus e da “civilização”. Estes homens estavam, naquele exato momento, não só abandonados pelo governo, como sofrendo a expulsão pelos “perversos” colonos exploradores, assemelhados aos ibéricos do século XVI.

“Vou tentar a chamar atenção para alguns dos problemas com os quais os missionários têm que lutar, enquanto ansiosamente trabalham na causa sagrada entre infieis polinésios, australianos e europeus (...). A comunicação com a Polinésia cresceu bastante, e os ilhéus mais interessados (...) já estão mais civilizados que os nativos de algumas colônias espanholas na América”²⁰⁸.

Seu projeto era claro e bem-definido: para que a Inglaterra não fosse responsabilizada pelas gerações futuras de ter realizado um desserviço, assim como o dos ibéricos na América, chegara a hora de apoiar quem efetivamente defendia o modo inglês de viver, pois, assim sendo, iria se reproduzir, na Oceania e em outros locais, simulacros de “pequenas Inglaterras”.

A defesa da colonização da Oceania por FitzRoy pautou-se em autores espanhóis como Miguel de Cervantes e Ercilla Zuñiga para concluir sobre o retrocesso evolutivo e a obrigação civilizadora dos europeus. A partir daí, justificou o papel específico do Reino Unido na Nova Zelândia pela presença britânica já efetiva naquele arquipélago e, por fim, afirmou não bastar a presença europeia para a transmissão da civilidade, mas sim a de seus missionários.

²⁰⁵ Idem, pp. 606-607, (grifos meus).

²⁰⁶ Ibidem, p. 611.

²⁰⁷ Ibidem, p. 611.

²⁰⁸ Ibidem, p. 611.

Não bastava ser anglicano e britânico para ser um eficiente civilizador, pois a religião poderia ser ensinada de forma torpe, assim como ocorreu com os católicos na América ou mesmo com os ingleses no Caribe. Se a presença britânica já era notada na Nova Zelândia, era necessário controlá-la e regulá-la, ultrapassar o estágio do império informal para o do império formal.

Para defender e autorizar seu projeto, FitzRoy ressignificou a oposição entre o Céu e o Inferno, sendo o primeiro o futuro das colônias sob o *imperial humanitarianism*, e o último a América católica do presente e a Oceania do futuro, caso a “missão inglesa” não fosse executada. Compilou os diários de duas expedições navais, adicionou comentários de navegadores anteriores, estabeleceu comparações fundamentado em narrativas próprias e obras literárias como *La Araucana* e *Don Quixote* e, em 1839, publicou seu manifesto pela colonização britânica missionária da Nova Zelândia em sintonia com o movimento ao qual se alinhava e sua retórica. Um ano depois, o Reino Unido formalizou a anexação daquele arquipélago às terras da Rainha Vitória. Em 1843, FitzRoy foi designado seu governador.

CAPÍTULO II

**Projetos para a Nova Zelândia:
um “Império de boas intenções”?**

CAPÍTULO II

Projetos para a Nova Zelândia: um “Império de boas intenções”?

As disputas entre os diferentes projetos para o Império Britânico nas décadas de 1830 e 1840, e as respectivas respostas dos povos nativos são o eixo central deste capítulo. Com o enfoque específico no caso da colônia da Nova Zelândia, objetiva-se compreender as relações entre os europeus e os Maori, os múltiplos interesses, a ascensão e a queda de uma forma de entender o Império e as relações imperiais.

a. Investimentos e pressão política pela anexação da Nova Zelândia

Para conciliar liberalismo e *humanitarianism* e em aproximação com os projetos da *Church Missionary Society* (CMS), o governo britânico abdicou de seu direito de soberania pela “descoberta” da Nova Zelândia, em 1835. Assim, patrocinou uma reunião entre os diferentes grupos Maori para a formalização de uma declaração de independência protegida – uma Confederação de Chefes sob o Protetorado Britânico¹.

Esta ação foi um marco na atuação da CMS, pois representou uma tentativa de efetivar o controle direto sobre uma região específica. O projeto se baseou na atuação crescente dos missionários na Ilha Norte e supôs uma rápida disseminação do cristianismo para o estabelecimento, no futuro, de um governo nativo anglicizado. Entretanto, apesar de muito forte, a CMS não resistiu às pressões de outros grupos interessados na Nova Zelândia e se viu obrigada a parcialmente ceder.

Aos aventureiros, fugitivos, marinheiros e ex-prisioneiros de Nova Gales do Sul, a Nova Zelândia se mostrava como um local extremamente interessante. Os dois mil quilômetros que a separam de Sydney permitiam uma cômoda distância do controle governamental e possibilitavam um eficiente entreposto para o linho nativo, o óleo e a madeira produzidos. Mais importante do que o lado econômico, a distância proporcionava

---

¹ Há uma longa tradição de encontros entre ingleses e povos nativos durante a expansão imperial. “É evidente que os encontros na Índia em 1750, ou na China em 1850, foram muito diferentes daqueles na América do Norte em 1650, quanto à força dos envolvidos e as respostas metropolitanas às diferentes formas de religião e poder político encontradas (...). A cronologia norte-americana continua, com o encontro de soldados, comerciantes e colonos com os aborígenes na Austrália, os Maori na Nova Zelândia e os Xhosa e Zulu no sul da África”. DAUNTON, Martin; HALPERN, Rick. “British identities, indigenous peoples and the empire”. In: (ed.) *Empire and Others: British encounters with indigenous peoples, 1600-1850*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1999, p. 2.

influências nas relações próximas, privilegiadas e miscigenadas com os Maori. Longe dos padrões de costume e da rigidez religiosa, eles passaram a ser chamados por aquilo que FitzRoy chamou de “o pior tipo de colono”. Eram o desafio interno, o caminho para um “império mau”.

Segundo os *humanitarians*, outra ameaça ainda vinha de agentes externos. Baleeiros e caçadores de focas franceses e estadunidenses pressionavam seus governos a reconhecerem a independência da Nova Zelândia para impedir a formalização do controle britânico, e um eventual bloqueio a portos e baías de caça. Apesar de haver um incipiente movimento de ambos governos para atender as pressões dos caçadores – marcadas pela curta presença do Cônsul Estadunidense e pela instalação de uma fracassada colônia francesa em Northland² – foram de breve fôlego. Aos ingleses, Nova Gales do Sul oferecia um apoio, enquanto que aos franceses e estadunidenses não havia ainda um ponto intermediário razoável próximo.

Os boatos sobre uma imaginária invasão estrangeira foram alimentados pelos missionários e pelos investidores da colonização. Se no início da década de 1830, estes grupos desejavam a Nova Zelândia como Protetorado – com o que conseguiam alguma proteção governamental sem grandes ingerências em suas atuações – ao final da década, esta posição havia mudado. Passaram a contar com a iminente chegada dos estrangeiros e, mais do que isso, enxergaram os “piores colonos” como inimigos. Para os missionários, eles ofereciam concorrência nas relações com os Maori e, para os investidores, eram uma ameaça aos lucros, pois denegriam a imagem paradisíaca e tranquila construída sobre a Nova Zelândia.

Diante desta situação, ameaças foram criadas ou potencializadas para justificar a ação imperial. As principais eram a da possível anexação francesa e o do esgarçamento das relações entre estes britânicos e os nativos.

Em reunião realizada em junho de 1839, para defender seus investimentos e projetos, a diretoria da *New Zealand Land Company* reuniu-se com o Marquês de Normanby³, novo Lorde do *Colonial Office*.

Neste encontro, a companhia apresentou seus desejos e impressões, e destacou sua forma de entender o presente e o futuro da região. Conde Durham, governador da companhia

---

² Cf. BELICH, James. *Making peoples. A history of the New Zealanders from Polynesian settlement to the end of the Nineteenth Century*. Honolulu: Hawai'i University Press, 1996, p. 184.

³ Constantine Phipps, Marquês de Normanby, foi membro da Casa dos Comuns entre 1818 e 1830, governador da Jamaica entre 1832 e 1834, administrador da Irlanda (1835-39), Secretário para assuntos internos (1839-1841) e colônias (1839), além de embaixador. Seu filho, George Phipps, 2º Marquês de Normanby, foi governador da Nova Zelândia entre 1874 e 1879.

e antigo adversário dos *humanitarians*, expôs o desejo de obter o monopólio da colonização e ouviu em resposta “a sua satisfação de que a colonização da Nova Zelândia tinha ido para, conforme estava contente em dizer, tão respeitáveis mãos”⁴.

A proposta dos diretores consistia na anexação das ilhas pelo governo britânico e o repasse da administração à monopolista companhia. O grupo que visitou o *Colonial Office* reunia figuras de fácil trânsito na Corte, com consideráveis capitais investidos. Entre os vinte diretores, apenas dois não possuíam algum título de distinção e um deles se juntava a outros cinco membros do Parlamento. Entre os nobres, contavam-se: um Conde (Durham) e quatro Barões, além de doze Escudeiros (*Esquire*), personalidades da alta *gentry*. Naquela primeira metade do século XIX, a Inglaterra se reorganizava internamente: nobreza e burgueses enriquecidos – a *gentry* – se aliaram para uma melhor aplicação dos vastos capitais acumulados e idealizaram a nova expansão imperial, caracterizando o que ficou conhecido como a Era Vitoriana.

G. F. Young informa que, durante a citada reunião com Lorde Normanby os diretores defenderam a atuação direta do Império na Nova Zelândia, segundo o sistema de Wakefield. Diante da força do *humanitarianism*, recorreu-se inclusive a esta retórica específica: “a não ser que seja feita [a colonização] pelo governo ou por uma companhia, montes de aventureiros devassos e negligentes monopolizariam rapidamente esse grandioso território, – exterminariam os nativos, e constituiriam uma comunidade de piratas e saqueadores”⁵.

No final da década de 1830, missionários e investidores exerceram uma enorme influência sobre o governo britânico e investiram na propagação da imagem de um arquipélago puro e com imensas potencialidades, ameaçado de ser arruinado pela atuação de alguns maus britânicos. Nesta campanha, entraram os Comitês Parlamentares, a publicação de *Narrative* por FitzRoy, várias manifestações públicas da *Aborigines Protection Society*, reportagens de jornais, discursos no Parlamento e incontáveis petições ao *Foreign* e ao *Colonial Offices*.

A eficiente construção da legitimidade da expansão imperial britânica na Nova Zelândia e sua rápida alteração no curto período de uma década devem ser ressaltadas. Hostis à ideia de anexar aqueles territórios, inicialmente, os Lordes do governo foram lentamente capturados pela retórica do *imperial humanitarianism*. De acordo com o discurso montado no

⁴ G. F. Young, Esq, to Lord Russell. November 7, 1839. TNA, CO, 881-1-25, p. 22.

⁵ Idem, p. 23, (grifo meu).

final da década, o Império Britânico já atuava naquelas ilhas, mas em sua pior faceta. Era então necessário formalizar a ocupação para impedir a repetição da trágica história do aniquilamento dos nativos por europeus desgovernados, cujos frutos os britânicos viram com tanto desânimo na América Latina e liam no relato de FitzRoy.

Segundo Peter Burroughs, “havia um sentimento de genuíno *imperial humanitarianism* com relação às populações nativas, que não deveriam ser deixadas abandonadas à mercê de exploradores. Entretanto, havia uma incerteza no governo quanto ao destino final das raças aborígenes”⁶ e, no seu interior, um grupo considerável acreditava em sua irreversível extinção diante da superioridade da raça branca.

b. A Coroa e as estratégias de “proteção” aos Maori

Em agosto de 1839, o governo tomou partido. Em correspondência confidencial, o Lorde Normanby escreveu ao Capitão William Hobson, da Marinha Real, instruções para sua partida imediata para a Nova Zelândia. Ao lê-las, nota-se o impacto da assimilação pelo governo do discurso dos grupos interessados na anexação:

“Os relatórios que chegaram a esse gabinete nos últimos meses informam que, no início do ano de 1838, um grupo de não menos do que dois mil britânicos tornou-se habitante permanentes da Nova Zelândia; e que entre eles estavam muitas pessoas de mau caráter ou de caráter duvidoso, (...) autores e vítimas de todo tipo de crime e afronta. Ademais, parece que extensas porções de terras foram adquiridas dos nativos, e que centenas de pessoas navegaram desse país para ocupar e cultivar aquelas terras. O espírito de aventura tendo sido efetivamente incitado, não se pode mais duvidar que uma extensa colônia de britânicos será rapidamente estabelecida na Nova Zelândia; e que a menos que sejam protegidos e reprimidos por leis e costumes, eles repetirão, incontrolados, naquela região do globo, o mesmo processo de guerra e saque sob os quais tribos incivilizadas quase invariavelmente desapareceram quando foram trazidas próximas a imigrantes das nações da cristandade. Para abrandar, e se possível evitar esses desastres e resgatar os próprios imigrantes dos perigos de uma sociedade sem leis, resolveu-se adotar medidas efetivas para estabelecer entre eles o governo civil. Realizar esse projeto é o principal objetivo de sua missão (...)”.⁷

⁶ BURROUGHS, Peter. “Imperial institutions and the government of Empire”. In: PORTER, Andrew (ed). *The Nineteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 173.

⁷ The Marquis of Normanby to Captain Hobson, August 14, 1839. TNA, CO, 881-1-25, pp. 1-2, (grifos meus).

Estas instruções confidenciais ao Capitão Hobson evidenciavam os interesses em jogo e a pressão a que o governo estava submetido pelos missionários e pelos *Colonial Reformers*. O eixo central da justificativa para a anexação das terras girou em torno da luta contra o destino fatal das colonizações descontroladas e dialogou com as mesmas imagens da América Latina, apresentadas por FitzRoy: a exploração, deturpação e aniquilação dos nativos.

Tendo em vista a antiga ocupação pelos fugitivos da Austrália, e a recente instalação de colônias pela *New Zealand Company* (NZCo), era urgente a instalação de um governo. Os poderosos acionistas e diretores da companhia conseguiram, ao menos inicialmente, seu objetivo: com o envio constante de navios com colonos e a instalação de súditos do Rei em local sem lei, o governo se pronunciava forçado a agir.

O discurso do *humanitarianism* já havia influenciado a adoção das ações de combate ao tráfico negreiro e, desta vez, apresentava seu projeto para o Império. Ao Reino Unido, propalado defensor internacional dos povos explorados da África e dos países livres do domínio imperial ibérico nas Américas, era preciso uma intrincada retórica para justificar, diante de seus muitos adversários, um procedimento semelhante ao exercido pela Espanha e por Portugal. Para se diferenciar e justificar, o Lorde apresentou o Império sem alternativas, pois o pior já estava acontecendo e era preciso contê-lo antes da repetição dos erros do passado. O Império fora chamado. Assim, Normanby escreveu:

“A Rainha (...) repudia, para ela mesma e para seus súditos, todo tipo de pretensão de apoderar-se de qualquer parte de Nova Zelândia, ou governá-la como parte do domínio da Grã-Bretanha, a menos que seja por livre consentimento dos nativos (...). Acreditando, entretanto, que seu próprio bem-estar (...) e que os benefícios da proteção britânica e leis administradas pelos juízes britânicos compensariam o sacrifício, pelos nativos, de sua independência nacional, a qual não são mais capazes de manter”⁸.

Uma das maiores preocupações do *Colonial Office* ao anexar um território juridicamente independente, era envolvê-lo em uma aura de legalidade e ampla legitimidade, expressando o suposto desejo dos nativos em ceder sua soberania à Rainha para poder contar com sua Superior proteção, conforme sugerido pelo Comitê da Casa dos Lordes, de 1836. Estas instruções e os termos por elas utilizados guiaram a atuação do Capitão Hobson na Nova Zelândia. A imagem pretendida era a de um Império de boas intenções.

---

⁸ Idem, p. 2, (grifos meus).

O modelo de dominação e formação de colônias inglesas do século XIX deveria, supostamente, estar pautado pela ação justa e legal, com relações equilibradas entre seus membros. Assim, após conquistar a soberania sobre a Nova Zelândia, o Capitão Hobson deveria continuar atuando:

“Os chefes deveriam ser persuadidos, se possível, (...) de que de agora em diante nenhuma terra deva ser cedida, nem gratuitamente nem de outra maneira, exceto para a Coroa da Grã-Bretanha (...). O preço pago aos nativos pelo governo local será de apenas uma porção bem pequena do preço pelo qual algumas dessas terras serão revendidas pelo governo para os colonos. Não há nenhuma injustiça de fato nessa desigualdade. Para os nativos e seus líderes, grande parte das terras é inútil e em suas mãos mal possuem valor de troca. Porção apreciável destas deve continuar inútil por um bom tempo, mesmo que nas mãos do governo britânico, mas seu valor de troca será primeiro criado e posteriormente incrementado pela introdução de capital e colonos desse país”⁹.

Outro temor do *Colonial Office* era o desequilíbrio financeiro, a partir do que se evitou o engajamento oficial na anexação de territórios, privilegiando-se as Companhias e os Protetorados. Nos casos em que o Império foi, como diziam, chamado a atuar, era necessário o levantamento das possíveis fontes para o autofinanciamento da colônia, pois impostos alfandegários eram insuficientes e a riqueza gerada pela colonização demorava muito para suscitar suficientes exportações.

A Coroa passou a financiar a empresa imperial a partir do monopólio do controle da terra, seguindo a proposta do Comitê da Casa dos Comuns, de 1836, e seu modelo de *imperial humanitarianism*. Todo o território anexado – mesmo aquele ainda não vendido pelos nativos – passava a ser denominado de *Terras da Coroa* – a partir do chamado Direito de Preempção¹⁰. Quem havia adquirido propriedades antes da oficialização da inserção ao Império, deveriam apresentar documentação legal e confiável. Como foi juridicamente necessário elaborar um tratado no qual os Chefes cediam sua autoridade, imediatamente se reconhecia a total posse das terras pelos nativos.

⁹ Idem, p. 3, (grifos meus).

¹⁰ Sobre o Direito de Preempção na Nova Zelândia do século XIX: BOAST, Richard. *Buying the land, selling the land: governments and Maori land in the North Island, 1865-1921*. Wellington: Victoria University Press, 2008; BALLARA, Angela. *Iwi: the dynamics of Maori tribal organisation from c. 1769 to c. 1945*. Wellington: Victoria University Press, 1998; BALLARA, Angela. “The pursuit of mana? A re-evaluation of the process of land alienation by the Maori, 1840-1890”. In: *Journal of the Polynesian Society*, vol. 91, 1982; EVISON, Harry C. *The long dispute: Maori Land Rights and European colonization in Southern New Zealand*. Christchurch: Canterbury University Press, 1997; WARD, Alan. *An unsettled history: Treaty claims in New Zealand Today*. Wellington: Bridget Williams Books, 1999.

Poder, riqueza e terras coloniais incentivaram uma longa polêmica, no Reino Unido, acerca da concepção de propriedade para os povos nativos, a legalidade nas relações de compra e venda dessas terras, e a possibilidade de simples anexação militar de territórios.

Os defensores dos nativos alegavam que outras civilizações teriam direito àquelas terras somente se já ocupassem toda a sua extensão original e contassem com pressões populacionais. Para negar essa possibilidade aos britânicos, provocavam os conservadores afirmando que uma parcela considerável das terras na metrópole continuavam sem uso efetivo nas mãos dos nobres e que, se a questão da propriedade girava em torno do uso produtivo, a aristocracia deveria perder seus títulos fundiários aos camponeses¹¹.

Apesar da força do *humanitarianism*, “a perspectiva dominante abraçava a ideia da selvageria (...). No início da Era Vitoriana, acreditava-se que Deus havia imbuído a raça humana de povoar o planeta e que, somente pelo trabalho humano, a criação divina seria perfeita e completa (...). As formas pelas quais uma sociedade usava seu território, suas intervenções no ambiente e o caráter moral de seus membros – evidenciados pelas leis e costumes – definiam o valor de seus ocupantes e caracterizavam a legitimidade de sua propriedade sobre o solo”¹².

O modelo elaborado pelo governo britânico para a Nova Zelândia concebia os Maori como ocupantes efetivos daquelas ilhas e aptos a vender as terras para o monopólio estatal colonizador. Os Maori se resumiam, enfim, a vendedores de terras baratas a partir da atuação de seus líderes, pois era inconcebível a manutenção de terrenos intencionalmente improdutivos: tratava-se de uma concepção lockeana, pela qual a relação do homem com a terra fundava-se na exploração e na atividade produtiva, justificadora da propriedade individual.

Em toda a documentação do período analisada – seja redigida pelo *Colonial Office*, investidores colonizadores, missionários, militares e civis – observa-se a preocupação recorrente pela aquisição de terras dos Maori. A partir do estabelecimento de um mercado fundiário na colônia, o governo financiaria a imigração, os especuladores comprariam à espera de valorização e até os nativos se beneficiariam¹³. Os Maori, na visão britânica, encontravam-se em estágio avançado rumo à civilização e progrediam rapidamente:

---

¹¹ Cf. MOLONEY, Pat. “Savagery and civilization: early Victorian notions”. *New Zealand Journal of History*, Nº 35, vol. 2 (2001), p. 163.

¹² Idem, p. 165.

¹³ Para as relações e interesses econômicos dos Chefes com a sociedade *pakeha*, PETRIE, Hazel. *Chiefs of industry*. Maori tribal enterprise in Early Colonial New Zealand. Auckland: Auckland University Press, 2006.

“trabalhavam por salário, adquiriam técnicas agrícolas europeias e passavam a plantar para o mercado; estabeleciam empresas de construção de barcos e cabotagem, e como consequência de tudo isso e da venda de terras, acumulavam capitais”¹⁴.

Apesar da retórica *humanitarian*, claramente “o foco da colonização da Nova Zelândia foi a anexação de terras dos Maori e de outros recursos para benefício do capital dos colonos. As mentes e corpos dos nativos foram subjugados nesse processo. Seus desejos e vontades não foram totalmente desconsiderados, mas eram secundários e deveriam se alinhar ao paradigma colonizador”¹⁵.

A todos, inclusive aos missionários, os nativos eram inferiores, deveriam ser cristianizados, alfabetizados e educados para participar da economia de mercado. Neste investimento civilizatório, definiram-se linhas claras para a manutenção de sua dominação e sua educação para a subserviência, fundamentadas na ideia da superioridade britânica¹⁶.

O historiador neozelandês J. G. A. Pocock, ao analisar as concepções de britânicos e nativos no século XIX, afirmou que os *pakeha*¹⁷ “foram incapazes de imaginar que a propriedade poderia assumir outros matizes além do individual e patriarcal. A ideia de que esta poderia residir em uma tribo, um grupo familiar, um *hapu*¹⁸, *iwi*¹⁹, ou qualquer outro termo conveniente a ser empregado, era extremamente difícil de ser aceita pelos juristas”²⁰.

O projeto de atuação para o novo governo civil a ser instalado na Nova Zelândia supunha grande proximidade com a CMS e identificava na atuação dos missionários o caminho para pacificar, tranquilizar e civilizar a região, facilitando assim a colonização e a prosperidade. Neste sentido, Normanby instruiu Hobson:

“Há ainda outras responsabilidades referentes aos aborígenes da Nova Zelândia, talvez todas compreendidas na expressão ‘promover sua civilização’ – entendendo, por esse

¹⁴ MOLONEY, Pat. “Savagery and civilization”, op. cit., p. 162.

¹⁵ HILL, Richard S. “Maori and State Policy”. In: BYRNES, Giselle (ed). *The New Oxford History of New Zealand*. South Melbourne: Oxford University Press, 2009, p. 514.

¹⁶ Cf. DALE, Leigh. “George Grey in Ireland”. In: LAMBERT, David; LESTER, Ana (Ed). *Colonial lives across the British Empire. Imperial careering in the long Nineteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 153.

¹⁷ *Pakeha* é o termo, em Maori, para definir todos os europeus e seus descendentes que vivem na Nova Zelândia.

¹⁸ *Hapu*: conjunto de diversos grupos familiares Maori com ascendência genealógica.

¹⁹ *Iwi*: agrupamento de vários *hapu*, uma tribo.

²⁰ POCKOCK, J. G. A. “Tangata whenua and Enlightenment anthropology”. In: *The discovery of islands*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 216.

termo, tudo relacionado ao avanço religioso, intelectual e social. Sua instrução religiosa, já foram enviados recursos, a cargo dos missionários e das Sociedades Missionárias”²¹.

De maneira análoga aos ibéricos do século XVI – cujo legado era cotidianamente criticado na Inglaterra do século XIX – a primeira e principal justificativa para a colonização girou sobre a catequese e a ação evangelizadora. Perseguindo o mesmo caminho, se investiu na ação missionária para procurar transformar os Chefes nativos em um grupo colaborativo para a ação europeia, porém no lugar das Ordens Religiosas católicas, foram acionadas as *Societies* evangelizadoras protestantes.

A retórica civilizadora sustentou a legitimação do uso da violência. Era preciso erradicar a antropofagia e os notados sacrifícios. Se o cristianismo não fosse facilmente aceito, “práticas tão detestáveis pelos princípios da moral, e tão calamitosas àqueles por quem são adotadas, deveriam ser reprimidas pelas autoridades (...) em qualquer parte dos domínios da Rainha”²².

c. O Tratado de Waitangi: soberania e posse

Ao aportar na *Bay of Islands*, a missão inicial de Hobson consistia em convencer os nativos a entregar formalmente a soberania à Rainha. Ele foi instruído a “encontrar ajudantes poderosos entre os missionários, que ganharam e merecem sua [dos nativos] confiança”²³. Esta aliança não era estranha nem tampouco ilegal, considerando-se que procedia da Sociedade Missionária da Igreja da Inglaterra (Anglicana), sabidamente controlada pelo monarca desde seu surgimento, no século XVI. Portanto, interesses governamentais e religiosos, mesclados no duplo poder régio, aproximaram-se e cooperaram em sintonia na empresa imperial das primeiras décadas da Era Vitoriana.

Hobson se reuniu com o Cônsul Britânico na Nova Zelândia, James Busby, e redigiu o texto do tratado pelo qual os Chefes entregavam a soberania à Rainha. O missionário Henry Williams, experimentado líder da CMS, traduziu ao idioma “Maori missionário”. Concluía-se o Tratado de Waitangi. Segundo a versão em inglês,

“Sua Majestade Vitória, Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, atende com Seu Real Favor aos líderes nativos e tribos da Nova Zelândia e preocupada em proteger

²¹ The Marquis of Normanby to Captain Hobson, August 14, 1839. TNA, CO, 881-1-25, p. 4.

²² The Marquis of Normanby to Captain Hobson, August 15, 1839. TNA, CO, 881-1-25, p. 11.

²³ The Marquis of Normanby to Captain Hobson, August 14, 1839. TNA, CO, 881-1-25, p. 2.

seus direitos e propriedades e assegurá-los do gozo da paz e boa ordem, julgou necessário, em consequência do grande numero de súditos de Sua Majestade que já se estabeleceu na Nova Zelândia, (...) designar um funcionário propriamente autorizado a tratar com os aborígenes da Nova Zelândia o reconhecimento da autoridade da Sua Majestade Soberana sobre toda e qualquer parte dessas ilhas (...).

Artigo primeiro

Os Chefes da Confederação das Tribos Unidas da Nova Zelândia e os Chefes isolados e independentes que não se tornaram membros da Confederação cedem para Sua Majestade, a Rainha da Inglaterra, absolutamente e sem restrição todos os direitos e poderes de soberania (...)

Artigo Segundo

Sua Majestade, a Rainha da Inglaterra, confirma e garante aos Chefes e Tribos da Nova Zelândia, às famílias e indivíduos, íntegra e exclusiva posse de suas terras, florestas, pescarias, e outras propriedades que possam coletivamente ou individualmente possuir, pelo tempo em que permanece sob suas vontades e desejos manter; mas os Chefes das Tribos Unidas e os Chefes individuais oferecem à Sua Majestade direito exclusivo de apropriação sobre tais terras, conforme os proprietários estejam dispostos a alienar a preços combinados entre os respectivos proprietários e pessoas designadas por Sua Majestade para tratar com eles.

Artigo Terceiro

Em cuja consideração Sua Majestade, a Rainha da Inglaterra, estende aos nativos da Nova Zelândia Sua Real proteção, e concede-lhes todos os direitos e privilégios de súditos britânicos (...).

Por essa razão, nós os Chefes (...), tendo conhecido por completo a provisão do presente tratado, aceitamos e nos associamos ao mesmo (...). Assinado em Waitangi, ao sexto dia de fevereiro, no ano de Nosso Senhor de um mil, oitocentos e quarenta”²⁴.

Considerado o documento fundador da Nova Zelândia, o Tratado de Waitangi já foi analisado, provavelmente, por quase todo historiador neozelandês. Desde o final da década de 1970, surgiram acaloradas discussões, pois os descendentes dos Maori passaram a reivindicar um pedido formal de desculpas por parte do governo britânico, equiparações financeiras, devolução de terras e direitos sobre a exploração de recursos naturais.

---

²⁴ Treaty of Waitangi, February 6, 1840. In: <http://www.nzhistory.net.nz/politics/treaty/read-the-treaty/english-text>

Desde então, a polêmica gira em torno da tradução do Tratado para o Maori, mais especificamente sobre o que ficou conhecido como “Maori missionário”. O ponto central da discussão recai sobre o termo utilizado para traduzir *sovereignty* (soberania, no artigo primeiro) e a compreensão dos mais de quinhentos chefes Maori signatários sobre o efetivo poder que estavam transferindo para a Rainha. Segundo fontes da época, a interpretação nativa disse respeito à soberania britânica somente sobre os cidadãos britânicos, entretanto a versão em inglês transferia toda ela e as terras para a Coroa.

Em 1975, foi instaurado o Tribunal de Waitangi, responsável pelo julgamento das reclamações dos Maori sobre os abusos da Coroa decorrentes do Tratado²⁵. Algumas das muitas conquistas derivadas deste processo redundaram em um pedido formal de desculpas da Rainha Elizabeth II, em 1995; a mudança no idioma oficial da Nova Zelândia, que passou a ser duplo – inglês e Maori; a alteração no nome do país, agora oficialmente Nova Zelândia/Aotearoa; o estabelecimento do direito sobre 50% do pescado e ações de empresas pesqueiras; a criação de fundos para a reaquisição de terras na região do rio Waikato e a recompra de florestas na Ilha Sul.

Três décadas de disputas entre os Maori e os *pakeha* se concentraram sobre os aspectos legais e interpretativos do Tratado. Este debate marcou profundamente as pesquisas históricas neozelandesas. Para, James Belich, o Tratado criou “a ilusão de que a Grã-Bretanha adquiriu o controle sobre a Nova Zelândia em 1840. Os *pakeha* viram a versão em inglês como o tratado durante 130 anos (...). Especialmente no Norte, os Maori sabiam que assinar um tratado implicava em concordar com o crescimento dos colonos e o poder do governo britânico sobre a Nova Zelândia (...). As leis e a administração britânica receberam surpreendentemente uma entusiasmada recepção pelos Maori entre 1840 e a década de 1860 (...), quando os Maori tinham o poder para fazer o seu entendimento do Tratado como o efetivo”²⁶.

Belich identificou as relações de força entre os Maori e os *pakeha*, situou um pólo nativo mais forte nas primeiras décadas da colonização, e analisou o Tratado de Waitangi não

²⁵ Algumas obras mais recentes sobre os desdobramentos decorrentes das discussões sobre direitos dos povos nativos e do Tribunal de Waitangi são IVISON, Duncan; PATTON, Paul; SANDERS, Will (ed.) *Political theory and the rights of indigenous peoples*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000; KARSTEN, Peter. *Between Law and Custom: “High” and “Low” Legal cultures in the lands of the British diaspora – The United States, Canada, Australia and New Zealand, 1600-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002; McHUGH, P. G. *Aboriginal societies and the Common Law: A History of sovereignty, status and self-determination*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

²⁶ BELICH, James. *Making peoples*, op. cit., pp. 194-198.

como uma ação inescrupulosa e manipuladora pelos britânicos contra ingênuos nativos, mas como o resultado de algumas décadas de convívios e negociações políticas envolvendo governo, missionários e Chefes. Aos Maori, historicamente habituados a acordos orais, valia o combinado na negociação presencial, não a diferença entre *kawanatanga* (o poder para governar, cedido à Rainha), *rangatiratanga* (o poder do Chefe, mantido com os Maori), e *taonga* (propriedade), palavras criadas pelos missionários a partir da fusão de termos nativos, e escritos em um pedaço de papel.

John Pocock considerou de forma semelhante os interesses dos Maori: “os britânicos pensaram em soberania não apenas na forma de um Protetorado para defender a Nova Zelândia de seus competidores, mas como um governo civil com a autoridade para regular a transferência de terras dos nativos para os colonos. Os *iwi* envolvidos neste processo sabiam que efetivamente estavam transferindo terras, mas não esperavam se ver despossuídos das mesmas como resultado final”.²⁷

Entretanto, Catherine Hall, ao estudar as propostas para o convívio entre britânicos e nativos e os projetos para o Império na primeira metade do século XIX, pontuou o Tratado como um marco no período, pois foi o resultado de esforços para conciliar diferentes grupos de pressão em atuação no governo e que proporcionou, pela primeira vez, o reconhecimento de que as terras anexadas não eram um deserto: “O Tratado de Waitangi abriu um precedente na história colonial britânica ao reconhecer oficialmente a posse ‘nativa’ das terras. Neste sentido, foi um triunfo para os grupos do *imperial humanitarianism* (...), demonstrando esperança no futuro das populações não-brancas”²⁸.

Crítico à atuação britânica, Richard Hill entende que “os direitos e privilégios que o Tratado concedeu eram uma conveniência (...) e as bases para uma ‘colônia de povoamento’ em uma terra de nativos que já haviam provado sua capacidade para resistir e lutar (...), afinal o conflito é inerente à natureza e propósito do Império e suas colônias de povoamento. Não é surpreendente que a história das relações entre a Coroa e os Maori no século XIX, esteja marcada por embates e desapropriações, alienação de terras e demais recursos, e oposição de uma declinante população Maori a tais perdas (...). Enquanto a potência colonizadora se

---

²⁷ POCOCK, J. G. A. “Law, sovereignty and history in a divided culture: the case of New Zealand and the Treaty of Waitangi”. In: *The discovery of islands*, op. cit., p.236.

²⁸ HALL, Catherine. *Civilising subjects. Metropole and colony in the English imagination, 1830-1867*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

posicionava para forçar suas vontades, simultaneamente as resistências se fizeram inevitáveis”²⁹.

A assinatura do Tratado, independentemente da versão e das interpretações, possibilitou a anexação formal da Nova Zelândia ao aparato jurídico do Império Britânico e deu início a negociações entre os britânicos para a formação do novo governo, a regulação do acesso aos recursos naturais e a “civilização” dos Maori.

d. A organização do governo colonial e a questão fundiária

No primeiro momento, o recém instituído governo civil britânico precisava ser inteiramente organizado, com a escolha de um local para a instalação da Capital e a definição de autoridades (Juiz, Promotor público, Protetor dos aborígenes, Secretário da Colônia, Tesoureiro, Agrimensor geral e Superintendente de polícia). Nas palavras de Richard Hill, “os Maori sofreram o impacto de ações da Coroa e esta não estava lá para protegê-los (...). Assim que os representantes britânicos chegaram, atuaram como e uma força de ocupação, com a instalação de um aparato coercitivo, legal e jurídico (...). A versão em inglês [do Tratado de Waitangi] reflete a aplicação do modelo imperial de ‘colônia de povoamento’: a soberania não seria compartilhada com os nativos”³⁰.

Pressionado pelos grupos rivais ligados à CMS e à *New Zealand Company* (NZCo), o Capitão Hobson passou a expressar seu apoio aos missionários. Enquanto o governo focava sobre a *Bay of Islands*, os investidores da NZCo dirigiram seus interesses sobre a região do Estreito de Cook, onde atualmente se situa a cidade de Wellington. A companhia era o resultado de inúmeras tentativas de constituição de uma empresa colonizadora, e agregava algumas companhias anteriores e de menor capital – como a *New Zealand Association*, a *New Zealand Land Company* e a *The Plymouth Company*, entre outras. Incentivadora da expansão britânica sobre a Nova Zelândia, confiava em uma relação estreita com o governo para se transformar em agente oficial e monopolista da colonização.

No entanto, seus diretores não contaram com a oposição sistemática vinda do projeto de colônia missionária da CMS, a concorrência fundiária com a Coroa e tampouco com o profundo controle governamental sobre suas atividades. Assim como a antiga *New Zealand*

---

²⁹ HILL, Richard S. “Maori and State Policy”, op. cit., p. 515.

³⁰ HILL, Richard S. Maori and State Policy, p. 514.

Land Company, seu corpo de diretores³¹ também reunia personalidades muito influentes na Corte e, neste caso, entre os vinte e quatro membros, havia cinco nobres – um Visconde e quatro Barões – e dezessete com título de Escudeiro. Apenas dois não possuíam título de distinção, mas como outros oito, eram membros do Parlamento. Dos vinte diretores da antiga companhia, apenas três não faziam parte da nova: o Conde de Durham, recentemente falecido, e dois Escudeiros.

Após a formalização da anexação daquelas ilhas e sua transformação em colônia independente de Nova Gales do Sul, o governo britânico elaborou um acordo para reger as relações entre a Companhia e o governo. A maior preocupação recaiu sobre a configuração da política fundiária a ser instituída, pois todas as terras passavam a ser da Coroa. Havia uma série de pendências a serem sanadas: como proceder com as terras já compradas pela Companhia? Quais privilégios esta teria diante de compradores individuais? Como o governo financiaria a colonização? Quais colonos poderiam ir à Nova Zelândia? Como ficariam as relações entre os britânicos e os Maori nas terras compradas? Como e com quais recursos ocorreria a “civilização” dos nativos?

A Coroa procurou manter o controle que a Companhia já possuía das regiões próximas às suas colônias, mas também limitar o poder futuro da mesma. Não foi apenas a incrível multiplicação de recursos que beneficiou a Companhia. Nas compras futuras, a NZCo teria o direito a um desconto sobre o preço tabelado e pago pelos demais interessados, de 20 shelling³² por acre. Ficou ainda definido o uso a ser dado aos recursos gastos pela Companhia na compra de terras:

“Por ora, o governo de Sua Majestade confirma que toda quantia de dinheiro que será paga pela companhia para a compra de terras na Nova Zelândia (...) pagar-se-á no transporte de emigrantes à Nova Zelândia; sendo a companhia permitida a determinar, de tempos em tempos, se tais recursos serão gastos pelos Comissários de Terras Coloniais e Emigração, ou pela própria companhia (...)”³³.

Os recursos empenhados pela Companhia na aquisição de terras não deveriam ser efetivamente entregues ao governo, mas utilizados na seleção e embarque de imigrantes à Nova Zelândia. Esta tarefa ficou sob a responsabilidade da única empresa que realizava o

³¹ A lista de diretores da Companhia está disponível em: *New Zealand Company, Term for purchases of land in the second settlement*. February 15, 1841. TNA, CO, 209-9, 89.

³² O sistema monetário britânico do período dividia uma libra (£) em 20 shelling (s.).

³³ R. Vernon Smith (Colonial Office) to Joseph Somes, Esq (NZCo). November 18, 1840. TNA, CO, 209-11, 542.

serviço, a própria *New Zealand Company*. O sistema adotado pelo *Colonial Office*, pautado nos princípios dos *Colonial Reformers*, definiu o financiamento governamental indireto à colonização, com todo lucro conseguido no mercado fundiário sendo utilizado para financiar a viagem de emigrantes. Para oficializar a relação entre o governo e a NZCo, foi publicada uma *Royal Charter* – documento que estabelecia privilégios a seu detentor:

“(...) a referida companhia é e será estabelecida com os propósitos de compra, aquisição, assentamento, melhoria, cultivo, locação, venda, concessão, alienação, hipoteca, cobrança, ou de outras maneiras possíveis, negociar e promover lucro a partir de terras em nossa referida colônia e suas dependências, além de estabelecer colônias e cidades, e explorar todas as minas, jazidas, pedreiras e todos os minerais e metais”³⁴.

O início promissor de relações entre a NZCo e o governo logo se desfez. A mudança de posições se centrou nos pontos do acordo que levavam ao financiamento público da Companhia: os descontos sobre a compra de terras e o uso dos recursos para a viagem de imigrantes. A ascensão do Lorde John Russel³⁵ ao *Colonial Office* marcou nova série de ataques sobre a Companhia. As terras passaram a ser leiloadas e não vendidas mais a preço fixo; os recursos conquistados no mercado fundiário deixaram de ser exclusivamente direcionados à imigração, passando a ser divididos em duas metades – a primeira para esta e a segunda para “gastos com levantamentos, aborígenes e outras necessidades encargo do governo local”³⁶.

Ao direcionar metade dos recursos para as atividades administrativas (mapeamento de terras, compra de terras dos Maori para financiamento de projetos de catequização e outras a serem definidas) do recém-instituído governo da colônia da Nova Zelândia, o governo procurou estabelecer uma fonte de recursos e zerar o alegado déficit na aquisição de terrenos. Entretanto, ao fazê-lo atingiu, diretamente, um dos pilares do financiamento da NZCo, forçando-a utilizar dinheiro para pagar pelas terras, e cortando pela metade os recursos para o financiamento das viagens dos imigrantes. Para o *Colonial Office* sob Russell, o governo deveria incentivar as empresas colonizadoras, mas comandar a expansão imperial sem comprometer o orçamento metropolitano.

³⁴ Charter for Incorporating the New Zealand Company. TNA, CO, 209-11, 544.

³⁵ John Russell foi um dos mais destacados políticos do Reino Unido do século XIX, tendo sido Primeiro Ministro por duas oportunidades (1846-1852; 1865-1866), líder da Casa dos Comuns (1834-1841; 1846-1855) e, posteriormente, agraciado com o título de Conde Russell (1861). Foi membro do partido *Whig* até 1859, quando participou da fundação do Partido Liberal.

³⁶ R. Vernon Smith, Esq (CO) to J. Somes, Esq (NZCo). June 4, 1841. TNA, CO, 209-11, 582.

Províncias, regiões e principais povoaamentos na Nova Zelândia colonial

Fonte: BELICH, James. *Making peoples*, op. cit., p. 114.

Diante de uma perda considerável em suas receitas, a Companhia sugeriu o acréscimo do preço tabelado da terra em 50% ou 100%³⁷. Apesar de aumentar seus gastos correntes, esta proposta voltava a direcionar uma quantidade considerável de recursos para a imigração promovida pela própria empresa, como um não-custo que contribuiria para o aumento da população britânica na Nova Zelândia. A preocupação central para a NZCo encontrava-se no equilíbrio entre terras vendidas e a chegada de trabalhadores britânicos para que a colônia fosse viável, rentável e interessante aos novos colonos, futuros compradores de terras da Companhia.

Em resposta, Lorde Russell autorizou³⁸ a elevação dos preços para 30s./acre, conseguindo, com a solicitação da maior compradora de terras, aumentar as receitas do nascente governo colonial na Nova Zelândia.

e. A *New Zealand Co.*, os missionários e a disputa pela preferência governamental

Mais do que uma disputa por rendas e receitas, as alterações – diminuição progressiva do desconto e desvio de 50% dos recursos – no acordo estabelecido entre o governo britânico e a *New Zealand Company* refletem as disputas por poder político e econômico com a *Church Missionary Society*. Esta última conseguiu alterar, a partir de intensas pressões sobre o *Colonial Office*, as relações de força na Nova Zelândia e desviar parte dos recursos controlados por sua rival NZCo para suas próprias atividades.

O governo passou a atuar para suplantar a Companhia e controlar a atuação colonizadora naquele arquipélago. Os Comissários para Terras Coloniais e Imigração (*Colonial Land and Emigration Commissioners* – CLECs), originalmente designados para fiscalizar e vistoriar a atuação da NZCo, foram transformados em agência governamental colonizadora, um espelho da empresa privada, promovendo a venda de terras e o estabelecimento de uma linha de tráfego naval com a metrópole.

O primeiro enfrentamento entre a CMS e a NZCo partiu do Reverendo William Williams, irmão do tradutor do Tratado e um dos mais destacados e experimentados líderes dos missionários na Nova Zelândia. Escrevendo diretamente à Rainha Vitória, procurou potencializar seu trabalho e atacar seus rivais:

³⁷ J. Somes, Esq (NZCo) to Lord John Russell (CO). July 29, 1841. TNA, CO, 209-11, 583-584.

³⁸ R. Vernon Smith, Esq (CO) to J. Somes, Esq (NZCo). August 16, 1841. TNA, CO, 209-11, 584.

“(...) a recepção da religião cristã tem até agora prosperado naquela população, que na maioria, pode-se dizer aceitou ao Cristianismo (...). Em adição às medidas tomadas pela New Zealand Association, para compra de terras nesse território, (...) compraram dos nativos um terreno que se estende de Port Nicholson, no Estreito de Cook, até Ahuriri, na Baía de Hawke, uma linha de mais de 1.030 milhas, (...) a maior parte dessa terra foi comprada de pessoas que não são seus legítimos proprietários (...)”³⁹.

Williams enumerou uma série de pontos que considerou relevantes. Iniciou seu relato descrevendo os Maori como cristãos, pretendendo, com isso, superestimar os resultados de sua ação missionária e inibir qualquer interpretação sobre uma possível ocupação daquelas terras por meio de alguma “guerra justa” de origem religiosa. Indicou que a *New Zealand Association* – posteriormente incorporada à NZCo – comprava terras de Chefes com pouco reconhecimento entre a população nativa, e por um preço irrisório. Concluiu serem poucos os territórios cultiváveis na região; todos inescrupulosamente comprados pela Companhia. Novamente o *humanitarianism* reiterou sua visão dos nativos: defender e proteger o que pudesse ser civilizado.

O embate entre a CMS e a NZCo se pautou em uma longa disputa filosófica sobre o caráter e os direitos dos chamados povos selvagens. A questão era se os povos nativos tinham direito à posse da terra por nela viverem – proposta dos *humanitarians* –, ou se esta se vinculava somente às regiões onde ocorria agricultura e pastoreio. No caso da Nova Zelândia em decorrência da especificidade de sua anexação ao Império, o Tratado de Waitangi reconhecia a posse Maori das terras, mas trazia uma ambígua concepção sobre quem poderia vendê-las.

Os investidores e colonos seguiam o princípio de que a noção de propriedade inexistia entre os Maori antes da chegada dos britânicos, pois demandava leis e autoridades reconhecidas, algo não institucionalizado no período pré-colonial. Os *humanitarians*, por sua vez, defendiam Chefes e *iwis* enquanto autoridades e consideravam seus costumes e tradições semelhantes às leis escritas. A disputa, enfim, recaía sobre quem poderia vender as terras: os *iwi*, tradicionalmente ligados a elas, ou os grupos que as haviam conquistado, nas guerras dos mosquetes dos anos 1820. Para a NZCo, interessava defender a posse ligada à lei, pois

---

³⁹ To The Queen’s most gracious Majesty, from William Williams. February 1, 1840. TNA, CO, 209-11, 255-256, (grifos meus).

pressupunha os nativos enquanto selvagens e possibilitava compras fáceis e baratas. A querela entre a Companhia e a CMS era mais do que filosófica, era por terras e poder⁴⁰.

Na petição do Reverendo Williams à Rainha Vitória, no contexto das disputas por poder na Nova Zelândia, é possível identificar a construção da imagem de um novo inimigo interno, uma nova categoria de “pior tipo de colono”: a Companhia. O cerne da argumentação se baseava na justificativa formal para a anexação do território, pela qual a ação imperial procurava impedir a deturpação dos nativos. Ao se apresentar como o agente disseminador do cristianismo entre os Maori e identificar seus adversários como agentes de exploração, corrupção e vício, Williams resgatou, à sua maneira, a metáfora da América Latina atrasada e bárbara, anti-modelo de colonização. Ao atacar a NZCo, defendeu não apenas os Maori, mas principalmente os “seus” Maori, aqueles sob sua influência.

A NZCo procurou se defender, contra-atacar e deslegitimar seus adversários em carta de março de 1841⁴¹, descrevendo e comparando sua estratégia para a compra de terras – supostamente pública e testemunhada – com as aquisições pessoais dos membros da CMS de terrenos igualmente grandes, realizadas em sigilo e sob controle e pressão da atuação religiosa. Joseph Somes, secretário da Companhia, aproveitou a oportunidade para expor ao *Colonial Office* a prática da NZCo de não pagar pelas terras, mas reservar 10% do terreno aos nativos, para que quando estes valorizassem, se tornassem efetivas fontes de riqueza⁴².

Antes ou depois de Waitangi, vendendo para os oficiais de Sua Majestade ou para os agentes da Companhia, a terra, quando controlada pelos Maori era considerada sem valor, pois não trabalhada e alheia ao mercado. Para os CLECs, a transação deveria ocorrer de forma a privilegiar o governo, com o pagamento aos Maori de uma insignificante parcela do total a ser angariado com a venda aos ingleses⁴³. Já para a NZCo, os nativos deveriam se tornar sócios dos novos assentamentos, cedendo gratuitamente o controle sobre 90% do território para poder lucrar na valorização dos 10% decorrente da chegada dos colonos. Estes terrenos

---

⁴⁰ Sobre as diferentes visões vitorianas dos povos nativos e seus direitos, POCOCK, J. G. A. “Tangata whenua and Enlightenment anthropology”, op cit.; MOLONEY, Pat. “Savagery and civilization”, op. cit; STOCKING, George. *Victorian anthropology*. Nova York: Freepress, 1987.

⁴¹ J. Somes, Esq (NZCo) to R. Vernon Smith, Esq (CO). March 29, 1841. TNA, CO, 209-9, 48-49 (grifos meus).

⁴² Idem, 50-53 (grifos meus).

⁴³ Aproximadamente metade dos emigrantes enviados à Nova Zelândia utilizaram o financiamento decorrente do lucro sobre a venda das terras dos Maori e passaram pelo crivo dos CLECs, cf. HARPER, Marjory. “British migration and the peopling of Empire”. In: PORTER, Andrew (ed). *The Nineteenth Century*, op. cit., p. 79.

passaram a ser chamados de *Reservas Nativas*, mas seu status era um pouco mais complexo e sua posse não ficava diretamente para os Maori⁴⁴.

Em sua campanha contra a CMS e o Reverendo William Williams, a Companhia encaminhou ao novo Lorde do *Colonial Office*, o conservador Edward Smith-Stanley⁴⁵, correspondência recebida de seus agentes na colônia:

“Não consigo expressar a sensação de repugnância mantida pelos respeitáveis colonos que já tiveram contato com W. Williams, por conta de sua visão egoísta, hipocrisia e sua descarada falta de vergonha (...)”⁴⁶.

A disputa inicial entre a NZCo e a CMS incluiu o Governador Hobson, alinhado aos missionários desde sua chegada à Nova Zelândia. Entre suas funções iniciais, ele deveria selecionar o local para estabelecer a capital da colônia. Sem visitar Port Nicholson (futura Wellington), no Estreito de Cook, ponto nevrálgico do arquipélago por cortar as duas principais ilhas, escolheu outro lugar. Em uma baía onde a Ilha Norte afunila e o Mar de Tasman – a Oeste – e o Oceano Pacífico – a Leste – praticamente se encontram, fundou a capital Auckland⁴⁷. Segundo a NZCo, ao fazê-lo privilegiou a CMS proprietária de vastas extensões de terras na região, agora extremamente valorizadas, e agiu contra os interesses da imensa maioria dos britânicos habitantes do arquipélago, instalados nas colônias da Companhia mais ao sul⁴⁸.

A Companhia enviou várias petições e cartas de colonos⁴⁹, pressionando para a instalação da capital na região em que vivia a maioria dos britânicos⁵⁰, mas, certamente,

⁴⁴ No final de 1841, a Companhia e o representante da Igreja da Inglaterra se reuniram e elaboraram uma proposta, segundo a qual haveria a tutela clerical sobre as rendas das hipotecas dos 10% referentes às *Reservas Nativas*. A NZCo procurou formas para produzir recursos para financiar a aludida civilização dos Maori: repassou o percentual aos colonos, alegando não serem terras reservadas para o uso dos Maori, mas para financiar sua catequese, com os recursos administrados pela *Society for the propagation of the Gospel*. John Ward (NZCo) to The Right Reverend the Bishop of New Zealand. November 30, 1841. TNA, CO, 209-11, 513-522; G. W. Hope, Esq (CO) to J. Somes, Esq (NZCo). March 30, 1842. TNA, CO, 209-18, 474-475; G. W. Hope, Esq (CO) to J. Somes, Esq (NZCo). June 6, 1842. TNA, CO, 209-18, 476.

⁴⁵ Edward Smith-Stanley foi outro destacado político britânico do século XIX, rival de John Russell. Como este, foi um *Whig*, mas a partir de 1841 passou a liderar um grupo semi-independente dentro do Partido *Tory*. Foi Primeiro Ministro e líder da Casa dos Lordes por três curtas oportunidades (1852; 1858-59; 1866-68) e Secretário de Estado para Guerra e Colônias por duas vezes (1833-34; 1841-45). A partir de 1851, foi o 14º Conde de Derby.

⁴⁶ Colonial agent to Board of Directors. May 25, 1840. TNA, CO, 209-11, 56-59.

⁴⁷ Na década de 1860, após a descoberta do ouro na Ilha Sul, a capital foi transferida para Wellington, no estratégico Estreito de Cook.

⁴⁸ J. Somes, Esq (NZCO) to Lord Russell (CO). April 19, 1841. TNA, CO, 209-11, 120-121.

⁴⁹ J. Somes, Esq (NZCO) to Lord Stanley (CO). September 7, 1841. TNA, CO, 209-11, 591-592.

⁵⁰ Em 1841, a *New Zealand Company* mantinha apenas uma colônia efetivamente ativa, Port Nicholson (futura Wellington), mas já havia iniciado os procedimentos para a fundação de Nelson, do outro lado do Estreito de Cook, e New Plymouth, na costa do Mar de Tasman.

mantinha os mesmos interesses da CMS sobre o assunto: se a capital se instalasse próxima às suas terras, estas seriam valorizadas. Hobson aproveitou a demanda decorrente da criação da cidade para vender muitas terras diretamente aos futuros moradores, angariar recursos para o governo local e se manter relativamente distante da poderosa Companhia.

Usando recursos semelhantes ao empregado anteriormente pela CMS, a NZCo pressionou o *Colonial Office* através de correspondência endereçada diretamente à Rainha, seguida de um abaixo-assinado dos colonos em Port Nicholson.

“À Sua Majestade, a Rainha

(...) compele-nos declarar que os sábios e benevolentes projetos de sua Majestade foram em grande parte frustrados pela negligência e conduta inapropriada do Tenente-Governador Hobson. (...) [que] escolheu para seu capital a porção norte da ilha, 300 milhas distante de nós, onde não há residentes britânicos, exceto aqueles imediatamente relacionados ao governo. A comunicação com o governo é, deste modo, executada de forma incerta, rara, difícil e dispendiosa (...). O Tenente-Governador Hobson enviou uma embarcação de Auckland, sua base de Governo, com proposta de viagem gratuita para lá e outras vantagens para artesões e operários”⁵¹.

Este abaixo-assinado demonstra como os colonos assentados pela *New Zealand Company* foram acionados, diversas vezes, para se manifestar publicamente sobre matérias polêmicas. Havia uma compreensível aproximação entre os interesses destes colonos e os da empresa: em caso de falência da Companhia, eles enfrentariam situações difíceis no tocante ao desabastecimento, ao corte das linhas de comunicação e transporte. Os interesses financeiros também os aproximavam, pois a valorização ou desvalorização dos terrenos, nas cercanias das colônias, afetavam conjuntamente a NZCo e os proprietários particulares que ali muito investiram e especularam com terras.

Para além dos interesses materiais, deve-se ressaltar o sentimento de grupo construído ao redor destas reduzidas comunidades. Segundo dados da própria NZCo, Port Nicholson contava com menos de 7.000 habitantes à época do abaixo-assinado. Todavia, apenas 685 eram, assim chamados, capitalistas; os demais eram simplesmente trabalhadores⁵². A pequena comunidade de proprietários possuía um profundo sentimento de união e cooperação decorrentes da convivência durante os quatro meses da viagem desde a Inglaterra, das

⁵¹ To the Queen's Most Excellent Majesty. In: J. Somes, Esq (NZCO) to Lord Stanley (CO). September 7, 1841. TNA, CO, 209-11, 592-293 (grifos meus).

⁵² J. Somes, Esq (NZCo) to Lord Stanley (CO). April 29, 1842. TNA, CO, 209-18, 463-466.

condições adversas em volta da edificação da colônia e da convivência com a oposição constante do Governador Hobson e da CMS.

Eles se fecharam como comunidade e passaram a contestar constantemente o governo, os missionários e, também, os Maori “protegidos” por seus adversários. O convívio cotidiano com os agentes da Companhia a tornava defensora e representante de seus interesses, governadora efetiva da colônia. Diante da opção de Hobson por Auckland, passaram a combater o local escolhido.

Em Londres, os diretores da Companhia mantiveram sua rotina de críticas, ataques e denúncias contra Hobson. Pretendendo pressionar pela mudança na atuação governamental na metrópole e na colônia, redigiram um memorial, detalhando como ocorreram as negociações. Em mais de duzentas páginas, apresentaram sua versão dos fatos mais importantes, contendo o processo de formalização da anexação da Nova Zelândia; o acordo entre o governo e a Companhia e as interpretações de Lorde Russell; as reclamações da CMS e as denúncias contra seus missionários; os projetos para a civilização dos Maori relacionados com a política fundiária e a atuação em parceria com o bispado. Para ela, as ações perpetradas até então pelo governo, em Londres e em Auckland, visavam acabar com a Companhia e, consequentemente, com a própria colônia neozelandesa⁵³.

Apesar da incrível distância e do tempo de viagem entre a Nova Zelândia e a Inglaterra, o Governador Hobson sabia que as disputas e polêmicas nas quais estava envolvido chegavam ao *Colonial Office* e também deduzia a pressão constante, em Londres, contra sua aliança com a CMS. Em resposta, enviava seguidas réplicas a cada lote de correspondência.

O mais forte – e último – contra-ataque do Governador Hobson à NZCo se pautou no envio do relatório de Mr. Clarke, missionário da CMS, Protetor-Chefe dos Aborígenes, contendo denúncias sobre compras ilegais de terras na região de Port Nicholson, e a crescente animosidade entre os Maori e os colonos na região. A NZCo respondeu ao *Colonial Office* alegando serem falsas as acusações, e aproveitou para agendar uma reunião pessoal com Lorde Stanley, para apresentar seu memorial, expor seu descontentamento com o desenrolar das ações do governo metropolitano e colonial, e pressionar, novamente, pela demissão de Hobson, efetivada em fevereiro de 1843, antes mesmo da chegada à Inglaterra da notícia de seu falecimento.

---

⁵³ J. Some, Esq (NZCo) to Lord Stanley (CO). November 1841. TNA, CO, 209-11, 346-448 (grifos meus).

O posto vago de Governador de colônia não era ambicionado entre a burocracia imperial, pois supunha a transferência para local distante e a intermediação em complicados conflitos. Os ocupantes deste cargo eram “agentes da interação entre as instruções vindas de Londres e as pressões decorrentes das condições na periferia (...). Estes oficiais tiveram uma participação decisiva para determinar a força e o curso da dominação imperial (...). Longe de serem meros subordinados, muitos destes homens mantinham e defendiam seus próprios interesses e ambições, agindo independentemente. Muitas vezes, eles se opunham ou então exorbitavam na adoção das instruções recebidas, exibindo seu poder com frequente impunidade”⁵⁴.

As acaloradas disputas entre a *New Zealand Company* e seus adversários no *Colonial Office*, na CMS e no governo colonial ocupam praticamente toda a documentação entre o final da década de 1830 e o ano de 1842. Essas discussões alcançaram tamanha envergadura que encobriram as relações entre os britânicos e os Maori, citadas apenas na retórica e no discurso *humanitarian* de ambos os grupos em disputa.

f. A posição da Nova Zelândia e suas relações com o Império

Ao evitar as urgentes relações cotidianas estabelecidas com os nativos, o governo e a Companhia expunham as efetivas tensões e preocupações dos britânicos na Nova Zelândia no período: minoritários demográfica e economicamente, acabavam submetidos aos interesses e ações dos Chefes Maori, especialmente, no tocante à compra e venda de terras, ao reconhecimento de títulos fundiários e ao fornecimento de víveres. Aos *pakeha*, não era possível viver sem os Maori, nem enfrentá-los. As disputas e polêmicas se centravam, em como transferir colonos, conquistar terras e financiar sua administração.

Distante 25.000 quilômetros da metrópole, a nova colônia demandava ações governamentais para estimular as pessoas a passar de três a quatro meses nos navios, afinal a distância era um fator inibidor⁵⁵. O governo oferecia passagens gratuitas aos excedentes de mão-de-obra interessados na aventura em terras tão distantes, mas estas eram reguladas por

⁵⁴ BURROUGHS, Peter. “Imperial institutions and the government of Empire”, op. cit., p. 176-177.

⁵⁵ O Governador Hobson enfrentava, constantemente, a dificuldade de comunicação com o *Colonial Office*, aguardando respostas por, no mínimo, por um semestre. Isto gerava situações curiosas, como proposições semelhantes ocorrendo, simultaneamente, nos dois opostos do globo, como no caso da proposta de venda das terras em leilões, levantada por Hobson em 5 de agosto de 1841 (TNA, CO, 209-9, 576), e repetida onze dias depois em carta do *Colonial Office* à *NZCo*, em Londres (TNA, CO, 209-9, 584). Em outra situação, como vimos anteriormente, o Governador foi demitido quando já estava morto em Auckland.

uma série de procedimentos. O objetivo era restringir ao máximo a entrada de possíveis indesejados e desordeiros, com a finalidade de proteger a ordem e os lucros e consolidar aquilo que FitzRoy chamou de “pequena Inglaterra”.

A engenharia financeira da NZCo era complexa por suas conexões com as diretrizes de colonização. Estava relacionada às peculiaridades do liberalismo, do legalismo e do modelo do *imperial humanitarianism* vigentes na Grã-Bretanha no período, distantes das práticas recorrentes à época na América Latina e, mais especificamente, na Argentina.

Todas as terras vendidas pela Companhia a colonos somente tinham seus títulos fundiários reconhecidos pela Coroa se compradas dos Maori antes do Tratado de Waitangi, ou, posteriormente das *Terras da Coroa*. Não havia, ao menos legalmente, espaço para a gratuita conquista territorial.

As vendas de terras eram focadas em dois grupos. Aos indivíduos de classe média dispostos a se transferir em definitivo para aquela “pequena Inglaterra”, chamaremos de “proprietários”. Outra parcela considerável de terrenos foi comprada por especuladores, capitalistas interessados em investimentos com potenciais altos lucros e desinteressados em se transferir à colônia. Este segundo grupo foi o responsável pela entrada de importantes recursos financeiros no caixa da Companhia, mas também desequilibrou o modelo de colonização, visto que 75% dos recursos provenientes da venda das terras – adicionais às somas já transferidas da compra das terras – deveriam ser empregados no financiamento para a viagem de emigrantes, especialmente agricultores e artesãos urbanos. Havia recursos fartos para financiar estas passagens, originários das compras realizadas pelos especuladores, mas, contraditoriamente, havia pouco trabalho para estas pessoas na Nova Zelândia, pois eram poucos os colonos proprietários.

Procurando mitigar esta situação, a diretoria da NZCo escreveu ao *Colonial Office* em busca da flexibilização do acordo de emigração, objetivando financiar também os proprietários para capitalizar a colônia. A resposta governamental foi enfática:

“Nunca foi intenção do governo que o fruto da venda de terra na Nova Zelândia fosse aplicado para o custeio das passagens da classe mais rica de emigrantes; tal consentimento que é ora proposto teria o efeito de restaurar o antigo conceito de doação de terras gratuitamente à classe mais alta de emigrantes”⁵⁶.

---

⁵⁶ R. Vernon Smith, Esq (CO) to J. Somes, Esq (NZCo). May 27, 1841. TNA, CO, 209-9, 579-580.

O governo se opôs à proposta da Companhia, associando-a às práticas do Império Georgeano. Agora sob bases liberais e a vigilância do *imperial humanitarianism*, o governo evitava desviar os recursos dos britânicos mais pobres para indivíduos com recursos próprios suficientes para pagar pela passagem. O novo modelo pressupunha o equilíbrio entre a circulação de capitais acumulados e a saída do excedente de mão-de-obra.

Nesta troca de correspondências, como nas anteriores, não há sequer a insinuação da utilização dos Maori como mão-de-obra, mesmo barata. Apenas suas terras são ambicionadas, como destacou Pocock: “Os assentamentos na Austrália ocidental e na oriental, além da Nova Zelândia – situados na complexa junção de oceanos que, especialmente para o último caso, mais fez para separar do que para conectar – lidaram com populações nativas cujas terras eram mais desejadas do que seus braços. Eles investiram mais na expropriação do que na dominação e estiveram mais inclinados a ignorar, ou até esquecer e negligenciar, a presença nativa, do que se tornar obsessivos por ela”⁵⁷.

Segundo as instruções aos agentes responsáveis pela seleção, garantiam-se as passagens gratuitas aos selecionados que comprovassem exercer as seguintes profissões manuais essenciais à construção da colônia: agricultor, pastor, minerador, padeiro, ferreiro, brasileiro, funileiro, construtor naval, serrador, carpinteiro, tanoeiro, curtidor de couro, ferrador, construtor de roda d’água e moinho, sapateiro, alfaiate, oleiro, pedreiro e demais profissões da construção civil.

Os que aspirassem a uma passagem gratuita, deveriam se apresentar pessoalmente ao agente da Companhia responsável pela seleção, possuir mais de quinze e menos de quarenta anos, quando casados, ou menos de trinta e irmã adulta solteira, quando solteiros. As esposas e os filhos com menos de sete anos viajavam gratuitamente. Antes de embarcar, todos eram vacinados contra a varíola e, chegando vivos ao destino, eram encaminhados às colônias da NZCo, onde ofereciam livremente sua força de trabalho. Os agentes de seleção deveriam se manter atentos ao caráter dos candidatos e recolher documentos civis e eclesiásticos para comprovação do caráter dos candidatos, e enviá-los para a CLECs conferir e avaliar⁵⁸. Segundo as instruções,

⁵⁷ POCOCK, J. G. A. “The neo-Britains and the three Empires”. In: *The discovery of islands*, op. cit., p. 189.

⁵⁸ “Durante sua existência, entre os anos de 1840 e 1873, a *Colonial Land and Emigration Commissioners* supervisionou o movimento de passageiros britânicos e intercoloniais, e estabeleceu regulamentos detalhados para melhorar a saúde e a segurança dos passageiros”. NORTHROP, David. “Migration from Africa, Asia, and the South Pacific”. In: PORTER, Andrew, *The Nineteenth Century*, op. cit., p. 98.

“a seleção de emigrantes deve ser estritamente limitada a pessoas das classes trabalhadoras que já expressam caráter para a assiduidade, sobriedade e boa conduta geral (...). Na execução de suas obrigações, o agente é deve alertar para (...) que se lembre que assiduidade, temperança e boa conduta geral são essenciais para o sucesso na Nova Zelândia”⁵⁹.

A colonização idealizada por Wakefield e pela NZCo esperava obter o perfeito equilíbrio diante de múltiplas variáveis e manter uma oferta razoável de mão-de-obra, sem excedentes nem carências. A sociedade a se construir deveria ser ordeira e equilibrada, compondo o perfil que a propaganda da Companhia ressaltava. Entretanto, a Nova Zelândia não era o paraíso isolado que os missionários desejavam, mas estava aberta a outros colonos que a alcançavam pelas antigas vias: marinheiros, aventureiros, foragidos, perseguidos e ex-presidiários ainda encontravam naquelas ilhas um amplo refúgio.

Houve um intenso investimento na divulgação da nova colônia. A publicação *New Zealand – Letters from emigrants published by the New Zealand Company for the information of the labouring classes*, apresentou uma contextualização catastrofista da situação do mercado de trabalho na Inglaterra, segundo a qual “É lamentável a piora na situação já melancólica. Enquanto não há emprego suficiente para a geração existente de trabalhadores, o número de pessoas da Inglaterra, Escócia e Irlanda está aumentando”⁶⁰. Na sequência, proporcionou cópias de doze cartas de colonos com menções laudatórias à colônia. Por fim, a NZCo sentenciou:

“Você terá aprendido, com estas cartas, primeiro que o clima na Nova Zelândia é muito bom (...); em segundo lugar, que o solo é notavelmente produtivo, e capaz de trazer perfeição a cada grão, vegetal e fruta cultivada na Inglaterra (...); em terceiro lugar, que os ordenados para a mão-de-obra são bastante altos e que trabalhadores diligentes, sóbrios e honestos podem não só manter-se a si e as suas famílias com conforto e decência com seus ganhos como também esperar promover-se, em prazo razoável, à condição de proprietários de terras e empregador do trabalho de outros; em quarto lugar, que os nativos, longe de causarem problemas e serem perigosos, são honestos, pessoas bem dispostas, em muitos casos cristãos em mais do que mero nome, e rapidamente avançando

⁵⁹ New Zealand Company. Instructions to agents for the selection of emigrants. 1841. TNA, CO, 209-11, 191-197 (grifos meus).

⁶⁰ *New Zealand – Letters from emigrants published by the New Zealand Company for the information of the labouring classe*. 1841. TNA, CO, 209-11, 200.

em inteligência e civilidade. E pode ser acrescentado, em quinto lugar, que não há nenhum animal feroz ou réptil peçonhento em toda Nova Zelândia”⁶¹.

Nesta peça de propaganda, a descrição da Nova Zelândia surgiu em oposição à imagem inicialmente apresentada da Inglaterra. Esta terra de natureza perfeita e oportunidades infinitas era o local ideal para o enriquecimento e a felicidade e contava com nativos pacíficos, ordeiros e cristãos. No papel emergia, mais uma vez, a imagem do exótico paraíso na Terra⁶².

De acordo com Giselle Byrnes, “os colonos (...) acreditavam que sua ocupação da Nova Zelândia imporia a influência civilizadora no que eles consideravam uma terra selvagem. Essa parte do Novo Mundo seria uma Britânia do Sul, um posto avançado antípoda do Império que deveria replicar, reproduzir e melhorar os valores, atitudes e aspirações do Novo Mundo. Os colonos acreditavam que estas ilhas estavam disponíveis para – e sempre aguardaram por – sua ocupação e governo: eles acreditavam que a colonização era inevitável. Eles cultivavam a esperança que a natureza (e os nativos) pudessem eventualmente ser substituídos: campos verdejantes substituiriam as florestas assim como os Maori eventualmente seriam superados pelos europeus”⁶³.

Seguindo a proposta de vender a colonização da Nova Zelândia no Reino Unido, uma profusão de imagens circularam no Reino Unido com o objetivo de materializar uma nova opção para o imigrante, somando-se aos panfletos, manifestos e livros publicados na mesma época, com princípio e objetivos semelhantes.

Edward Jernningham Wakefield, publicou, em 1845, *Adventure in New Zealand*⁶⁴, descrevendo a vida no começo da colonização e levou ao leitor e potencial emigrante gravuras para reforçar a concepção que se pretendia visibilizar daquelas ilhas.

A Nova Zelândia era descrita como um local com natureza exuberante, para uma vida e uma nova sociedade a se construir. Neste sentido, a imagem *A sawyer's clearing in a forest of kauri on the banks of Kaipara River*, de Charles Heaphy⁶⁵ é emblemática. Nela, o britânico

---

⁶¹ Idem, 207, grifos meus.

⁶² As ilhas do Pacífico sintetizavam o ideal de paraíso tropical para os europeus. O caso mais emblemático até o presente é o do Taití, analisado em SALMOND, Anne. *Aphrodite's island: the European discovery of Tahiti*. Berkeley: University of California Press, 2010.

⁶³ BYRNES, Giselle. *Boundary markers*, op. cit., p. 15.

⁶⁴ WAKEFIELD, Edward Jernningham. *Adventure in New Zealand, from 1839-1844, with some account of the beginning of the British colonization of the Islands*. Londres: John Murray, 1845, 2 vol.

⁶⁵ Charles Heaphy. *A sawyer's clearing in a forest of kauri on the banks of Kaipara River* (1845). Alexander Turnbull National Library, Wellington.

podia observar um grupo de colonos enfrentando essa poderosa natureza, com seus imensos *kauri*⁶⁶, e lentamente transformando-os em matéria civilizada: de árvores a tábuas. A mensagem era clara: havia uma nova região a ser construída, à espera dos britânicos – uma nova terra de oportunidades.

---

⁶⁶ *Kauri* (*Agathis Australis*), coníferas típicas da Nova Zelândia. A altura de algumas dessas árvores possibilitava aos Maori construir, canoas com mais de 25m de comprimento.

A pintura a seguir, *View in the Nelson district, Mount Arthur in distance*⁶⁷, do mesmo artista, dialoga com esta lógica e também foi utilizada como propaganda pela NZCo. Desta vez, apresentou-se a vizinhança de uma das colônias da Companhia, destacou-se a vitória humana sobre a natureza, com a derrubada da mata e o surgimento de um campo de abundância futura, com terras férteis e uma paisagem idílica.

Produzida na mesma década de 1840 e com propósitos semelhantes, mas não pela NZCo, *Auckland looking North*⁶⁸ (na próxima página), de Edward Ashworth, enfocava outra característica marcante da propaganda da emigração. Nesta obra, a natureza já está controlada e a perspectiva que se anuncia é a de um enclave da civilização, o início de uma “pequena Inglaterra”. Auckland é apresentada no início de sua ocupação e observada ao longe por alguns tranquilos nativos. O porto está em destaque, com seus navios com gente e produtos, a torre da igreja e a prisão, símbolos da ordem no outro lado do planeta: “a imagem envia uma mensagem bastante clara: nós estamos na colônia, mas somos civilizados”⁶⁹.

⁶⁷ Charles Heaphy. *View in the Nelson district, Mount Arthur in distance* (1841). Alexander Turnbull National Library, Wellington.

⁶⁸ Edward Ashworth. *Auckland looking North* (1843), Alexander Turnbull National Library, Wellington.

⁶⁹ BYRNES, Giselle. *Boundary markers*, op. cit., p. 52.

Em outro caso, *View looking down Hawkestone Street, Wellington*⁷⁰ (abaixo), de Samuel Charles Brees, aparece o principal assentamento da NZCo: Port Nicholson, ou Wellington. A obra transmite uma tranquila imagem do interior, com uma vista tipicamente inglesa, marcada por uma robusta casa cercada por campos civilizadamente ordenados geometricamente. A impressão ao postulante à emigração é a de um local tranquilo e próspero, cuja natureza já se encontra dominada. Neste local, britânicos e nativos conviveriam em paz, porém segregados, representados por um grupo de Maori levando sua canoa pela estrada, sem adentrar aos limites da propriedade do branco.

⁷⁰ Samuel Charles Brees. *View looking down Hawkestone Street, Wellington*, Alexander Turnbull National Library, Wellington (1845).

Os Maori, quando apareciam nas imagens, eram tranquilos, trabalhadores e integrados à cultura e dominação britânicas. Havia uma grande curiosidade sobre os povos nativos dos locais conquistados e um mercado específico para as obras que os retratassem. Desde o período pré-colonial, circularam imagens situando relações pacíficas, quando não amistosas, entre ocidentais e nativos. O caso mais emblemático e conhecido foi o de *The meeting of the artist and the wounded Chief Hongi, Bay of Islands, November 1827*, de Augustus Earle⁷¹.

Esta obra, produzida no contexto das discussões e projetos para a colonização da Nova Zelândia de *humanitarians* e *Colonial Reformers*, apresenta uma reunião pacífica entre o próprio artista e o poderoso Chefe Hongi Hika, uma celebridade em Londres após ter visitado a Corte. Ambos aparecem no centro iluminado da imagem, cercados por tranquilos e pitorescos nativos e natureza.

O público europeu ansiava por imagens como esta, supostamente fiéis à realidade. Neste quadro, podiam ser vistas as *waka*⁷² com suas dezenas de metros, uma casa cerimonial, diferentes espécies de árvores, pássaros e os Maori, com seus aspectos físicos, vestimentas e formas de organização. Em nenhum momento aparecem armas ou qualquer sinal de

⁷¹ Augustus Earle. *The meeting of the artist and the wounded Chief Hongi, Bay of Islands, November 1827*, Alexander Turnbull National Library, Wellington (c. 1833-1837).

⁷² *Waka*: canoa tradicional Maori.

instabilidade, tensão ou conflito⁷³. Esta obra recebeu tamanha aceitação que dela foi impressa uma litografia a partir do óleo sobre tela original, da qual procederam inúmeras cópias. Estas reproduções circularam intensamente pelo Império e formaram uma imagem dos Maori e uma linha de representação pictográfica sobre os mesmos.

O pintor e colono John Alexander Gilfillan produziu na segunda metade da década de 1840, *Interior of a native village or “pa” in New Zealand, situated near the Town of Petre, at Wanganui*⁷⁴.

Esta obra segue a mesma linha proposta por Augustus Earle, apresentando os Maori em atividades cotidianas e pacíficas. Reunidos em grupos familiares, trabalham os produtos da agricultura e da coleta ao redor de casas de encontro e habitações em uma *pa*⁷⁵, chamada pelo autor de vila nativa, e não de fortificação. Esta imagem guarda uma história

⁷³ Sobre este quadro, BELL, Leonard. “Augustus Earle’s *The meeting of the artist and the wounded Chief Hongi, Bay of Islands, November 1827* and his depictions of other New Zealand encounters: contexts and connections”. In: CALDER, Alex; LAMB, Jonathan; ORR, Bridget (ed). *Pacific encounters, 1769-1840*. Honolulu: University of Hawai’i Press, 1999.

⁷⁴ John Alexander Gilfillan. *Interior of a native village or “pa” in New Zealand, situated near the Town of Petre, at Wanganui*, Alexander Turnbull National Library, Wellington (1850).

⁷⁵ *Pa*: aldeia ou vila protegida por paliçadas, reunindo residências, estoques de alimentos e plantações.

especialmente peculiar, pois pouco após sua produção, em 1847, o artista-colono teve sua fazenda atacada durante uma rebelião dos Maori e sua família foi morta. Apesar deste trágico fim contrastante com a imagem apresentada, o quadro foi visto por multidões na Grande Exposição de 1851, em Londres, servindo ao seu propósito de propaganda para a colonização⁷⁶.

Na década de 1840, a Nova Zelândia disputava com outras colônias britânicas – especialmente o Canadá e a Austrália – e com os EUA os candidatos à emigração. Diante da distância desanimadora, a Companhia e o governo investiram na divulgação de descrições escritas e pictóricas do arquipélago, destacando uma imagem específica, com clima semelhante e uma “pequena Inglaterra” em construção, com poucos nativos, distantes e tranquilos. Sua natureza, vasta e rica, estava em processo de dominação.

Ao candidato a viajante, excedente de mão-de-obra na Grã-Bretanha da Revolução Industrial, reiteradamente se apresentou a Nova Zelândia como a colônia ideal, onde a natureza poderia ser explorada e, através do trabalho abnegado e a acumulação, era possível progredir econômica e socialmente, alcançando-se o patamar de proprietário. Para as multidões empobrecidas e contidas pelas rígidas estruturas sociais britânicas, esta parecia ser uma oportunidade tentadora.

g. O fracasso do governador FitzRoy: os *humanitarians* desafiados pelos Maori

Apesar da propaganda e do constante envio de emigrantes pela NZCo, a questão fundiária era o principal problema na Nova Zelândia. Havia muitos britânicos interessados em comprar terras e diversos Maori as ofereciam. Contudo, ainda restavam dúvidas sobre as compras realizadas antes do Tratado de Waitangi e a efetiva propriedade das aquisições.

O cerne da questão era a legalidade da venda de terras por chefes que as haviam conquistado recentemente pelas armas, nas guerras nos anos 1820. Em inúmeras oportunidades, os derrotados reclamaram o direito ao retorno, enquanto britânicos alegavam a efetiva negociação e aquisição. Para tentar sanar as dúvidas e solucionar as tensões, o *Colonial Office* enviou à região, em 1841, um especialista com o poder para impor decisões finais.

---

⁷⁶ Cf. HENARE, Amiria. *Museums, Anthropology and Imperial exchange*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 151.

William Spain foi designado Comissário para as disputas por terras (*Commissioner for Land Claims*) e durante mais de três anos percorreu as regiões próximas aos assentamentos da NZCo. Ouviu pelos tradutores as reclamações dos nativos e dos colonos e procurou estabelecer o meio-termo, geralmente marcado pela concordância com a venda anterior a partir do pagamento de uma recompensa. Seus principais interlocutores foram George Clarke, missionário da CMS escolhido para o cargo de Protetor-Chefe dos Aborígenes, e William Wakefield, representante da NZCo.

Durante o período em que permaneceu na Nova Zelândia, Spain concentrou sua atuação na região do Estreito de Cook, notadamente conflituosa pelas pressões provenientes da NZCo, dos colonos e dos Maori. Apesar de bem-sucedido na maioria das intervenções, ele era considerado um negociador lento diante.

Apesar de demográfica, econômica e militarmente inferiores, os colonos acreditavam e defendiam sua superioridade civilizadora perante os nativos. Não supunham poder ser combatidos, sequer desafiados pelos Maori, crentes no que entendiam como a evidente supremacia britânica, pois carregavam “ideias, histórias de diferentes povos, noções de moralidade e superioridade, experiências de conquista e negociação – a carga ideológica do império”⁷⁷.

Próximo à recém-estabelecida colônia de Nelson, na margem sul do Estreito, encontra-se o vale do rio Wairau, local que atraiu a atenção dos britânicos pela fertilidade do solo e o fácil acesso ao mar. Naquela região, a NZCo defendia os contratos assinados com Chefes que haviam conquistado-a na guerras dos anos 1820, que legalizavam a posse, enquanto diversos nativos questionavam as transações.

Insatisfeitos com a demora de Spain em intermediar a negociação e convictos de seus direitos, alguns colonos iniciaram a ocupação da região, no que foram impedidos, ameaçados e expulsos pelos Maori. Retornaram amparados pelo Capitão Arthur Wakefield, do juiz de Wellington e uma procuração em mãos autorizando a posse. Foram novamente impedidos e a discussão redundou em um combate armado. Superiores em números e armas, os nativos venceram e mataram ao total 22 *pakeha*, inclusive alguns após a rendição⁷⁸. Este primeiro confronto ficou conhecido, segundo a interpretação e o autor, como o “massacre”, o “enfrentamento” ou o “caso” Wairau.

---

⁷⁷ HENARE, Amiria. *Museums, Anthropology and Imperial Exchange*, op. cit., p. 109.

⁷⁸ No sistema tradicional de guerra Maori, não havia espaço para a rendição. Um Chefe inimigo capturado era necessariamente morto.

Enquanto esses embates aconteciam na Nova Zelândia, no outro lado do planeta a CMS pressionava o *Colonial Office* pela indicação de um novo governador alinhado a seus interesses. As disputas políticas metropolitanas relativas à atuação imperial se concentravam entre os conservadores alinhados aos religiosos e aos *humanitarians* em oposição aos liberais e *whigs*, dos quais se aproximava a NZCo. Aproveitando o conservadorismo de Lorde Stanley, responsável pelos *Colonial Office*, Dandeson Coates, da CMS, afirmou:

“É grande minha preocupação que [o Governador] seja um indivíduo cuja principal preocupação seja o bem-estar dos nativos. Já foi selecionada tal pessoa, propriamente qualificada também em outros aspectos? Se não, o que acha do Capitão FitzRoy? (...) Ele me parece reunir muitos preciosos requisitos para um cargo que, certamente, apresenta dificuldades e fragilidades”⁷⁹.

Em seu movimento pendular entre as pressões da NZCo e da CMS, o *Colonial Office* demitiu o governador Hobson para agradar os colonos, e convocou Robert FitzRoy para o cargo, expressando seu alinhamento com os missionários e a continuidade do *imperial humanitarianism*.

Ao chegar à Nova Zelândia, no Natal de 1843, FitzRoy encontrou colonos e nativos em tensão, controlados por Spain e Clarke. Enquanto os primeiros bradavam por vingança, exigiam a prisão e punição exemplar dos responsáveis por Wairau, os segundos reclamavam a perda das terras e os abusos nas antigas transações.

Para a NZCo, o sangrento embate não poderia ter sido pior. Quando os primeiros relatos sobre as mortes chegaram à Grã-Bretanha, o fluxo emigratório decaiu rapidamente e os parlamentares passaram a questionar os métodos, intenções e pretensões da Companhia relacionadas aos nativos. De poderoso grupo de pressão, a NZCo se tornou o alvo preferencial dos críticos do método de colonização sistemática e da família Wakefield.

Os missionários, encabeçados pelo Protetor-Chefe, Clarke, viram fortalecida sua posição de defensores morais dos nativos, mas também assistiram ao surgimento de líderes Maori alheios à sua zona de influência e hostis ao andamento da colonização sob qualquer modelo. FitzRoy⁸⁰, alinhado ao projeto da CMS, diante das tensões originárias das disputas

⁷⁹ Dandeson Coates (CMS) to James Stephen (CO), apud GRIBBIN, John; GRIBBIN, Mary. *FitzRoy. The remarkable story of Darwin's Captain and the invention of the weather forecast*. New Haven/Londres: Yale University Press, 2004, pp. 211-212.

⁸⁰ Segundo os biógrafos, sua situação na Nova Zelândia era delicada: “FitzRoy assumiu o governo nesta conjuntura e precisaria ser um gênio político para sanar as animosidades ao contento de todos. Dentro de suas muitas virtudes, esta não era uma delas. Ele chegou com muita boa-vontade e fez uma tentativa realista para

por terras, procurou fortalecer a atuação de Spain e arrefecer as tensões decorrentes de Wairau. Em discurso aos Chefes, afirmou:

“Ouçam, Chefes e anciãos aqui reunidos, às minhas palavras. Eu já ouvi o relato dos Maori e o relato dos *pakeha* do caso Wairau; e tomei minha decisão. Em primeiro lugar os homens brancos erraram. (...) Como já de início estavam errando, não vingarei suas mortes (...) Devo dizê-los que cometeram um terrível crime ao assassinar homens que haviam se rendido em confiança à sua honra como chefes. (...) Para o futuro vamos pacífica e amigavelmente – os *pakeha* com os nativos, e os Maori com os *pakeka*; e que não haja mais derramamento de sangue”⁸¹.

A posição oficial do novo governador consistia em ensinar o costume civilizado de não matar os rendidos e responsabilizar os colonos pelo embate. Esse posicionamento refletia as posições do *humanitarianism* de FitzRoy, mas, também, sua delicada situação enquanto autoridade colonial, pois não reunia recursos para enfrentar os Chefes, caso quisesse. Neste primeiro momento, ele se limitou a se apresentar como defensor dos Maori diante dos interesses e estratégias da NZCo. Ademais, FitzRoy começava montar uma colônia nos confins do Império e contava com apenas menos de uma centena de soldados⁸², “uma pequena tropa (...) jovem e inexperiente”⁸³, incapaz de atuar como força repressora tanto sobre colonos quanto sobre nativos sublevados. Imobilizado pela dura realidade governamental, ele adotou uma postura conciliadora, procurando satisfazer os colonos ao criticar a morte dos rendidos, e também agradar aos Maori, oferecendo a anistia.

Em decorrência de Wairau, Spain e Clarke investiram em controlar as animosidades na região do Estreito de Cook, e nisto foram bem-sucedidos. Porém, relegaram a segundo plano a *Bay of Islands*, local onde os contatos entre os *pakeha* e os Maori ocorriam há mais tempo.

Lá, o poder Maori estava dividido entre os grupos que seguiam dois Chefes: Tamati Waka Nene e Hone Wiremu Heke Pokai. O primeiro mantinha um alinhamento com os missionários e os *pakeha*, lucrando com o mercado fundiário e o comércio; o segundo, por sua vez, questionava justamente estes dois pontos. Para Heke, os britânicos haviam alcançado a

---

tranquilizar a colônia, mas não foi bem-sucedido, pois sua missão era impossível.” GRIBBIN, John; GRIBBIN, Mary. *FitzRoy*, op. cit., pp. 211.

⁸¹ Idem, pp. 217 (grifos meus).

⁸² Cf. Cel. Hulme do Robert FitzRoy. November 30, 1844. TNA, WO 1-433, 474.

⁸³ Lord Stanley (CO) to Robert FitzRoy. November 30, 1844. TNA, WO 1-433, 424.

supremacia no controle das terras e estavam super-povoando a região, minando o controle nativo. Em carta a um dos colonos, afirmou em tom ameaçador:

“Amigo, ouvi do [tenente] Eru que suas ações foram erradas, portanto recomendo que seja cauteloso. Fomos nós que concedemos a terra, mas mais tarde convidou alguns europeus estranhos para irem e ocuparem. Isso não é correto (...). Pare, portanto de convidar europeus indiscriminadamente para aquele local. Permita que apenas alguns ali se assentem. Caso contrário ficarei extremamente irritado”⁸⁴.

Para alguns Chefes, como o próprio Heke, a chegada de colonos era interessante, pois trazia produtos, riquezas e prestígio. Mas quando os britânicos passaram a estar em um número grande o suficiente, ultrapassaram a capacidade Maori de controle e afetaram o acesso a terras, madeira e rios.

O eixo da reclamação de Heke girava em torno do controle sobre a primeira vila britânica na Nova Zelândia, Kororareka⁸⁵, na *Bay of Islands*. Até o começo da década, a *Bay* centraliza as relações, comércio e Missões, mas rapidamente seus pouco mais de 500 habitantes foram superados por Wellington, fundada pela NZCo e povoada, em seis meses, por mais 1.300 britânicos.

Com o prestígio abalado, Heke notou outra investida contra seu poder quando o Governador Hobson propôs instalar a capital em Auckland, e identificou neste movimento uma quebra definitiva no poder do *iwi* da *Bay of Islands*. Para ele e muitos de seus vizinhos, até então controladores das relações com os *pakeha* e desafiados frontalmente pela nova situação, ficou evidente a associação entre o governo e a perda de poder e prestígio.

Para retomar o controle e marcar posição contrária à instalação da capital em Auckland, Heke foi a Kororareka, em julho de 1844, e atacou a bandeira do Reino Unido, que entendia ser o símbolo da execução da interpretação *pakeha* do Tratado. Ao cortar o mastro, pretendia mostrar quem governava a região.

⁸⁴ Hone Heke to Gilbert Mair, October 16, 1845, apud BELICH, James. *Making peoples*, op. cit., p. 203 (grifos meus).

⁸⁵ Logo após a assinatura do Tratado de Waitangi, o Capitão Hobson alterou o nome da vila, pois pretendia apagar o passado local vinculado ao “pior tipo de colono”, que lá habitava. A partir de 1840, passou a se chamar “Russell”, em homenagem ao Lorde do *Colonial Office*, mas a nomenclatura antiga permaneceu utilizada por muito tempo. Parte da historiografia ainda repete a imagem decadente deste povoado. Para Ian Herson, “O povoado de Kororareka era uma dessas cidades da fronteira marcadas pela desordem, local de bebedeira e jogatina. Havia ao menos um prostíbulo, onde belas nativas trocavam sexo por bebidas”. HERNON, Ian. “The flagstaff war, 1845-6”. In: *Britain's forgotten wars. Colonial campaigns of the 19th century*. Sparkford: Sutton, 2002, p. 54.

Bay of Islands e a localização dos principais locais dos combates em 1845

Fonte: BELICH, James. *The New Zealand Wars*, op. cit., p. 31

A bandeira foi re-hastada e derrubada mais três vezes, até que em março do ano seguinte, Heke invadiu a vila com guerreiros e novamente cortou o mastro. Diante da resistência oferecida pelos colonos, iniciou-se novo embate, cujo resultado foi o saque à vila, seu incêndio e a mobilização de inúmeros navios para a transferência dos *pakeha* para Auckland⁸⁶.

Até então, o governador FitzRoy mantinha uma postura benevolente com os rebelados, procurando paliativos nas negociações, contando com a ajuda de outros Chefes da região, leais aos britânicos, como Waka Nene. Segundo Belich, “os efeitos materiais não foram nada comparados com o impacto moral. O saque a uma vila britânica, protegida pelo exército britânico e pela Marinha Real, por uma força de nativos era um evento extremamente fora do comum. Para os britânicos, foi algo totalmente inesperado e humilhante”⁸⁷. A partir deste evento e para justificar como os britânicos perderam aquela batalha, começou a busca por culpados pelo incomum acontecimento, fortalecendo-se a visão de que Kororareka era uma vila sem lei, o “inferno do Pacífico”, terra do “pior tipo de colono”.

⁸⁶ Atualmente, Russell (antiga Kororareka) é um distante balneário de verão onde vivem apenas 800 pessoas.

⁸⁷ BELICH, James. *The New Zealand Wars*. Auckland: Auckland University Press, 1986, p. 37

Diante de uma afronta ao poder britânico, à Sua Majestade e o saque às propriedades, FitzRoy mudou de posição. Até para os *humanitarians* era inconcebível uma sublevação nativa, o saque e a morte de britânicos. Enquanto autoridade colonial e membro da Marinha Real, ele sabia intervir e seguir os procedimentos. Sua primeira ação foi reencaminhar ao Legislativo colonial uma lei para a convocação de milícias, que havia sido recentemente vetada por se temer armar os colonos. Na sequência, contactou o comandante Edward Home, responsável pela Marinha Real na região, as autoridades de Sydney⁸⁸ e solicitou o envio de reforços. Diante de nativos que se negavam a aceitar a civilização, a supremacia e o controle britânicos, decidiu-se pela ação militar. Em 26 de abril de 1845, mandou imprimir avisos públicos em inglês e Maori, distribuídos na *Bay of Islands* e redondezas:

“Todos os nativos da *Bay of Islands* e redondezas, que desejam a paz, comércio e amizade com os Europeus; - e a manutenção da autoridade da Rainha; - que se beneficiam da proteção de Sua Majestade; - são aqui convocados e solicitados a isolarem-se em alguns dias, dos nativos mal-intencionados – e reunirem-se com seus próprios Chefes – sob a bandeira britânica – ou em seus próprios lares: - nas redondezas das Missões, locais seguros para refugiarem-se”⁸⁹.

Este documento explicita a estratégia adotada por FitzRoy para angariar apoios contra a rebelião iniciada por Hone Heke. Nas primeiras palavras, salienta a vantagem do contato “pacífico” e “amistoso” com os europeus por meio do comércio. Sua preservação dependia da submissão à autoridade da Rainha, representada pela polêmica e atacada bandeira. Ele exigia o apoio incondicional, escorado no apoio dos missionários presentes e eficientes na *Bay*. No mesmo dia, decretou a lei marcial, publicada apenas em inglês:

“Considerando-se que alguns nativos descontentes no Distrito Norte da colônia entraram em guerra, e estão agora em rebelião com a Soberana Autoridade da Rainha, para a supressão de tal rebelião, serão imediatamente realizadas operações militares pelas forças

⁸⁸ Ao chegar para colaborar na repressão à sublevação, o comandante britânico de Nova Gales do Sul expressou seu choque diante da vitória Maori e do saque a Kororareka: “(...) as tropas naquela colônia não eram suficientes para combater uma horda de nativos que seguia a liderança do rebelde Chefe Heke, um violento opositor ao domínio de Sua Majestade na Nova Zelândia”. Commander O’Connell to Lord FitzRoy, Horse Guards, London. May 9, 1845. TNA, WO 1-434, 133 (grifos meus).

⁸⁹ Proclamation by His Excellency Robert FitzRoy, Esquire, Captain in Her Majesty’s Royal Navy, Governor and Commander-in-Chief in and over the colony of New Zealand, and Vice-Admiral in the same, &c. April 26 1845. TNA, WO 1-433, 255 (grifos meus).

de Sua Majestade. Agora, eu, o Governador, com isso declaro que a LEI MARCIAL será exercida (...)”⁹⁰.

As tropas australianas recém chegadas foram reunidas aos milicianos e guerreiros Maori leais ao governo. De volta a Kororareka para reestabelecer a autoridade e iniciar as operações militares, os britânicos não puderam contar com o apoio da Marinha, pois o Almirante da Índia, Lorde Cochrane⁹¹, havia previamente ordenado o retorno das embarcações à recém-anexada Hong Kong⁹².

Na tumultuada *Bay of Islands*, britânicos e Chefes aliados lutaram lado a lado. A esses Maori, interessava diminuir o poder de Heke e seu controle sobre as relações com os *pakeha*, restaurar a paz para voltar a receber os navios e defender o modelo de convivência pacífica aprendido com os missionários.

Em 28 de abril de 1845, a autoridade britânica foi reestabelecida em Kororareka, a bandeira re-hasteada e as tropas partiram para a primeira expedição oficial de ataque aos Maori na história da Nova Zelândia⁹³. O primeiro combate se deu contra a *pa*⁹⁴ do Chefe Pomare, bombardeada pelos navios e incendiada. O relatório do Cel. Hulme explicitou um problema central e recorrente aos britânicos durante todo o século XIX: o desconhecimento do território e o consequente receio em enviar tropas sem saber onde e como atacar. Segundo ele,

“(...) pelo que conheço do caráter de nativos guerreiros como aqueles da Nova Zelândia, não esperava que fossem consentir aos termos por mim propostos e se esquivaram escapando para dentro dos arbustos. (...). Tinha me organizado para avançar esta manhã (...) para o interior do território e destruir as *pa* de Kawiti e George King, mas a informação que tinha das estradas era tão contraditória que estava certo que seria atacado por todos os lados pelos nativos (...). Em seguida, adiei a tentativa de destruir as *pa*”⁹⁵.

⁹⁰ Proclamation by His Excellency Robert FitzRoy, Esquire, Captain in Her Majesty's Royal Navy, Governor and Commander-in-Chief in and over the colony of New Zealand, and Vice-Admiral in the same, &c. April 26 1845. TNA, WO 1-433, 256 (grifo meu).

⁹¹ Thomas Cochrane, Conde de Dundonald, foi um dos mais destacados oficiais da Marinha Real durante as Guerras Napoleônicas. Nas décadas de 1810 e 1820, comandou, enquanto mercenário, navios para os governos do Chile, Brasil e Grécia em suas lutas por independência. Na década de 1830, retornou à Marinha Real.

⁹² Um dos problemas do Império no começo dos anos 1840 era sua rápida expansão sem estrutura militar suficiente. Hong Kong foi ocupada por tropas britânicas durante a Primeira Guerra do Ópio, em 1841, e cedida pelo imperador chinês à Grã-Bretanha, formalmente, em 1842. Desde então, passou a ser a sede da frota da Índia.

⁹³ Diante da urgente necessidade de tropas, a Marinha Real manteve os navios na Nova Zelândia. Commander Home to Governor Robert FitzRoy. May 1, 1845. TNA, WO 1-433, 447.

⁹⁴ *Pa*: aldeia ou vila protegida por paliçadas, reunindo residências, estoques de alimentos e plantações.

⁹⁵ Colonel Hulme to Governor Robert FitzRoy. May 1, 1845. TNA, WO 1-433, 262-264.

Nesta correspondência, destacam-se duas importantes expressões que lentamente contribuíram para a construção de uma específica imagem dos Maori entre os britânicos: eles são descritos como nativos guerreiros e, contra eles, a solução era sua destruição. Em resposta ao Cel. Hulme, FitzRoy escreveu:

“Foi-me dito que alguns de nossos inimigos mais determinados haviam escapado (...). É minha dura missão declarar minha convicção de que até que as principais *pa* em Kawakawa sejam destruídas e até que a maioria de seus habitantes rebeldes seja morta [grifo original], não haverá paz na *Bay of Islands*, nem segurança para outras colônias (...). Devo convencê-lo da necessidade de desobstruir [grifo original] Kawakawa de nativos extremantes perigosos, que são a ruína de tudo aquilo que é bom e agradável, cuja inimizade como os colonizadores, aversão a toda lei e ordem, e ódio à autoridade britânica são invencíveis. Eles são provavelmente os piores nativos na Nova Zelândia, tendo sido tão corrompidos por homens perversos”⁹⁶.

FitzRoy destacou nesta correspondência os procedimentos adotados diante dos rebelados, para os quais não via possibilidades de salvação, pois eram o resultado do convívio com o “pior tipo de colono” que havia povoado a *Bay* em décadas passadas, tornando-se “o pior tipo de nativo”. A estes, restaria a morte. A Nova Zelândia deveria ser limpa dos maus nativos para prosperar a colônia dos missionários e do *humanitarianism*. Os Maori precisavam ser civilizados e focos eventuais de insubmissão deveriam ser rápida e prontamente reprimidos para impedir a disseminação de condutas reprováveis. Aquela era uma solução esporádica, urgente e necessária para a salvação da Nova Zelândia.

O primeiro enfrentamento direto com Heke ocorreu em 8 de maio, quando as tropas, sob o comando de Hulme, atacaram uma das *pa* do líder rebelde, apesar de recomendações contrárias de Waka Nene⁹⁷. Como previsto pelo aliado, a superioridade numérica e o emprego sistemático de foguetes explosivos não abalaram a estrutura defensiva e os invasores recuaram. Segundo o comandante, 14 soldados foram mortos⁹⁸, mas não informa o número das baixas relativas aos 300 aliados Maori, explicitando, com isso, o entendimento que os britânicos tinham a respeito dos *kupapa*⁹⁹.

⁹⁶ Governor Robert FitzRoy to Colonel Hulme. May 4, 1845. TNA, WO 1-433, 268-271 (grifos selecionados meus).

⁹⁷ Colonel Hulme to Governor Robert FitzRoy. May 7, 1845. TNA, WO 1-433, 272.

⁹⁸ Colonel Hulme to Governor Robert FitzRoy. May 9, 1845. TNA, WO 1-433, 279-286.

⁹⁹ *Kupapa*: Maori cristão aliado aos britânicos.

Com o afastamento temporário dos *pakeha*, os dois Chefes rivais marcaram um combate campal, seguindo a tradição Maori. Os homens de Waka Nene e Hone Heke lutaram pelo controle da *Bay* e do comércio, pelo apoio ou pela expulsão dos britânicos. Neste enfrentamento, não assistido pelos europeus, o leal Nene saiu vitorioso.

Após seu fracasso, o Cel. Hulme foi substituído pelo Cel. Despard no comando de novas tropas para atacar Heke, organizadas em junho, com o apoio de 400 novos milicianos recrutados em Auckland, Wellington, Nelson e New Plymouth. As instruções de FitzRoy eram claras e seguiam a mesma lógica anteriormente já ordenada:

“O principal objetivo dessa expedição é a captura ou destruição do Chefe rebelde Heke de seus principais aliados. Nenhum termo de paz pode ser consentido que não assegure as pessoas do Chefe Heke e seus seguidores: mas se eles se renderem, como prisioneiros; ou se forem pegos vivos, não serão mortos, (...). Doloroso, profundamente doloroso é apenas considerar, quem dirá, autorizar medidas severas - embora agora se tornem imperativamente necessárias - meu dever à nossa Soberania, nosso país e às tribos de boa vontade da Nova Zelândia requer que eu exija uma punição exemplar dos nativos rebeldes que participaram da destruição de Russel”¹⁰⁰.

Ao escrever ao novo comandante, FitzRoy novamente procurou conciliar suas obrigações, enquanto representante da Rainha e defensor de sua soberania, com os princípios do *humanitarianism*, e ordenou a captura ou destruição dos rebeldes como castigo exemplar. Pretendia fixar a autoridade e suprimir “o pior tipo de nativos” para não mais recorrer à força militar.

Para a nova empreitada, as tropas utilizaram como base a missão da CMS em Kerikeri¹⁰¹. O cerco à *pa* de Heke começou em 23 de junho, contando novamente com os guerreiros *kupapa*, milicianos¹⁰², soldados australianos e canhões¹⁰³. Após uma semana de ataques à distância sem destruir as paliçadas, o Cel. Despard optou por uma desastrada

¹⁰⁰ Governor Robert FitzRoy to Colonel Despard. June 6, 1845. TNA, WO 1-433, 364-366 (grifos meus).

¹⁰¹ Sobre esta que foi a segunda Missão a ser instalada na Nova Zelândia, BINNEY, Judith (Ed). *Te Kerikeri: meeting pool*. Wellington/Nelson: Bridget Williams/Craig Potton, 2007.

¹⁰² A organização de milícias foi a estratégia recorrente para a defesa em zonas de contato. Os colonos, armados pelo governo, eram exímios defensores de suas próprias propriedades e mantinham profundos interesses na expansão da área sob seu domínio. Com as milícias, o governo não precisava manter dispersos soldados regulares pelas vastas regiões do Império em que se encontravam tensões com os povos nativos.

¹⁰³ Segundo dados levantados por Ian HERNON, as forças britânicas reuniram 270 soldados australianos, 170 neozelandeses, 80 milicianos de Auckland, 250 guerreiros Maori de Waka Nene e um número não calculado de marinheiros. HERNON, Ian. “The flagstaff war, 1845-6”, op. cit., p. 61-62.

ofensiva frontal, novamente contra as indicações dos Maori aliados, cujo resultado foi a morte ou ferimento de praticamente um quarto da tropa¹⁰⁴.

Nesse início da colonização britânica, os comandantes britânicos desconheciam as estratégias e habilidades militares dos Maori e acreditavam em sua superioridade racial e bélica. Desconsideraram o uso dos mosquetes, há duas décadas, pelos nativos, e não deram ouvidos aos experientes aliados que desaconselhavam ataques frontais às *pa*. O resultado destas ofensivas foi o derramamento de sangue britânico, que se repetiria inúmeras vezes, a cada chegada de um novo comandante.

Distante dezenas de milhares de quilômetros da metrópole e anexada à malha imperial há apenas cinco anos, a Nova Zelândia não encabeçava a lista de prioridades do *Colonial Office*. Seus governadores e comandantes militares não conseguiam reunir recursos materiais e humanos para impor a lei e a soberania da Rainha Vitória. Para combater rebeliões, era preciso contar com alianças com nativos, a contragosto de inúmeros britânicos.

Diante de uma estratégia britânica autocentrada que não ouvia os nativos¹⁰⁵ e apenas os utilizava como soldados rasos¹⁰⁶, os Chefes se revoltaram perante a petulância e as críticas do comandante, pois defendiam o mesmo objetivo das tropas britânicas: acabar com o poder de Hone Heke. Entretanto, sua meta final era bastante distinta, pois desejavam assumir sua proeminência e, com isso, os privilégios e lucros decorrentes do comércio com os *pakeha*. Os Chefes queriam mais contato, mas sob seu controle e, naquele momento, sabiam serem mais fortes política, militar e economicamente do que o Governador Robert FitzRoy.

Para Richard Hill, “adaptações seletivas ao modo europeu asseguraram aos Maori sua sobrevivência étnica e cultural autônoma, detendo ainda suas próprias formas de organização social. Estas adaptações envolveram necessariamente constantes ‘negociações’ através do tempo e do espaço para amenizar o inerente conflito (...). A Coroa possuía poucos recursos coercitivos a seu dispor no começo da colonização, devendo tolerar a autonomia, instituições e costumes dos Maori, especialmente nas áreas afastadas das colônias (exceto onde a resistência era tão intensa que demandou intervenções militares)”¹⁰⁷.

Diante da derrota, FitzRoy enviou novas instruções ao Cel. Despard:

¹⁰⁴ Colonel Despard to Governor Robert FitzRoy. July 2, 1845. TNA, WO 1-433, 392-396.

¹⁰⁵ Colonel Despard to Governor Robert FitzRoy. July 6, 1845. TNA, WO 1-433, 413-418.

¹⁰⁶ Cf. BELICH, James. *The New Zealand Wars*, op. cit., p. 30.

¹⁰⁷ HILL, Richard S. “Maori and State Policy”, op. cit., p. 517.

“Na atual conjuntura, (...) está por meio desta, plenamente autorizado a negociar a paz temporária ou a suspensão de hostilidades, devido à atual urgência, e possibilitará que se ganhe tempo para conseguir reforços sem comprometer o nome de nossa nação”¹⁰⁸.

As intensas resistências de Hone Heke e Kawiti forçaram uma transformação profunda nos objetivos governamentais. De forma sangrenta, FitzRoy e seus comandantes descobriram que os nativos não eram apenas corpos e almas a serem moldados e tutelados, mas possuidores de desejos e interesses e, muitas vezes, mais fortes do que os britânicos. O que foi um dia “captura ou destruição”, “nenhuma paz será admitida” e “um castigo exemplar”, agora era forçosamente rebaixado a uma “paz temporária ou suspensão de hostilidades”. Sob termos que remontam ao equilíbrio, os britânicos procuraram negociar sua derrota. Em carta ao Lorde Stanley, FitzRoy escreveu:

“Estamos aguardando ansiosamente por ajuda, mas, no momento, nossas tropas e colonos estão em posição verdadeiramente crítica. (...). Oponentes temíveis como os neozelandeses (...) provam-se agora, com uma triste demonstração, que são tão bravos e audaciosos quanto são ágeis e inteligentes”¹⁰⁹.

Distante 9.500km, o Almirante Cochrane já se encontrava informado sobre os seguidos ataques a Russell/Kororareka, à autoridade britânica e à soberania da Rainha Vitória. Diante de um evento tido como muito ameaçador, preparou o envio de uma pequena frota para o auxílio da colônia neozelandesa, antes mesmo de receber ordens de Londres¹¹⁰ e instruiu seu comandante:

“(...) favorecendo a prosperidade e segurança dos territórios sob seu governo, e encorajando e protegendo os colonos britânicos, o comércio e interesses gerais nessa região, (...) cultivando a relação amigável com os nativos, cuja importância comercial e política crescente requerem”¹¹¹.

Nestas instruções, explicitou os principais objetivos da luta na Nova Zelândia: proteger os colonos e o comércio. Ademais, reconheceu o crescente poder político e econômico dos Maori. Longe do calor dos combates e dos interesses, Cochrane sintetizou os interesses do Império Britânico em expansão e evidenciou o que já estava claro para os

¹⁰⁸ Governor Robert FitzRoy to Colonel Despard. July 7, 1845. TNA, WO 1-433, 405-406 (grifos meus).

¹⁰⁹ Governor FitzRoy to Lord Stanley (CO). TNA, WO 1-433, July 9 1845, 339-343 (grifos meus).

¹¹⁰ Tais ordens foram emitidas em 19/07/1845 em Londres, Admiralty to Admiral Cochrane. July 19, 1845. TNA, WO 1-434, 12-13.

¹¹¹ Admiral Cochrane to Captain Frederick Patten. July 25, 1845. TNA, WO 1-434, 20.

militares, mas ainda não era reconhecido pelos comandantes: a força e independência dos Chefes rebeldes e aliados.

Para o governador da Nova Zelândia, o levante de Hone Heke era o produto daquele tipo de relações que os missionários e o Tratado de Waitangi combatiam, entre “o pior tipo de colono” e os nativos. Para ele, o futuro ainda estava indefinido, e poderia haver o retorno deste modelo de convivência, caso o *imperial humanitarianism* fosse abandonado, pois os Maori concentravam muito potencial a ser convertido para o bem ou para o mau. Vencer Heke ou pacificá-lo temporariamente, era crucial para a consolidação da colonização, afinal as operações militares, “(...) o futuro e bem-estar de toda a população aborígene dependem da rápida supressão da revolta e consequente suspensão das hostilidades”¹¹².

Diante da estrondosa derrota e da possibilidade de ver a expansão do levante Maori contra o poder britânico, FitzRoy contatou o Reverendo Williams, missionário da CMS na *Bay of Islands*, e o Chefe aliado Tamati Waka Nene para intermediarem a paz. Em meados de setembro, o Governador publicou os termos da paz:

“Condições segundo as quais o Governador consentirá a paz:

1º: O comprometimento com o Tratado de Waitangi.

2º: O respeito à bandeira britânica.

3º: A devolução de todo saque em poder dos nativos.

4º: O oferecimento dos seguintes locais à Rainha, e sua permanência livre de nativos: (...).

5º: Fim das hostilidades entre todos os Chefes e tribos, tanto aqueles a favor, quanto os contra o governo.

Robert FitzRoy, Governador”¹¹³.

A proposta explicitou a compreensão britânica da situação ao reforçar sua autoridade, superioridade, supremacia e soberania sobre a Nova Zelândia. Dos Maori, exigiu-se lealdade, submissão e paz e, em troca, deixou-se subentendido o perdão ao levante e nenhuma punição, reiterando que os Chefes não são politicamente semelhantes.

Quatro dias depois, o Chefe Kawiti, rebelado com Heke, escreveu ao missionário intermediador, em tom personalista, característico da forma de lidar e negociar dos Maori. O objetivo era contatá-lo e fazer chegar o recado a FitzRoy:

“Amigo W. Williams, Como vai? Sinto forte afeição por você: diz que a paz deve ser feita, e concordo com isso, pois nem sempre vou me opor às suas palavras (...). Senhor

¹¹² Governor Robert FitzRoy to Colonel Despard. July 26, 1845. TNA, WO 1-433, 533-534.

¹¹³ Governor Robert FitzRoy. September 20, 1845. TNA, WO 1-527, 65.

Governador, Como vai? Desejo que seja feita a paz, muitos europeus foram mortos. Disse que devo ser o primeiro a promover a paz, então é isso. Eu, agora, concordo com isso. É tudo o que tenho a dizer, acaba aqui. De Kawiti”¹¹⁴.

Os termos empregados por Kawiti no trecho direcionado ao Reverendo Williams diferem dos direcionados ao Governador. Na primeira metade da carta, ele destacou as relações interpessoais que definiam a confiança e até obediência ao missionário, alguém estabelecido na região antes da oficialização da colonização. Contudo, no trecho destinado a FitzRoy, adotou postura diversa ao potencializar sua força para demarcar a importância de seu contato, comentou as muitas mortes impostas aos europeus e destacou seu movimento pelo armistício.

Para realizar o modelo de colônia que desejava e defendia, FitzRoy clamou por recursos financeiros – sempre parcos e em franca redução após Wairau – e tropas, sem as quais não conseguiria impor sua autoridade, reprimir eventuais levantes dos nativos, coibir excessos dos colonos e defender o arquipélago de potências estrangeiras. Seu esforço em defender esta estratégia foi em vão, pois praticamente não encontrou mais apoiadores em Londres.

A *New Zealand Company*, insatisfeita com a anistia aos combatentes e com a postura pró-Maori defendida pelo governador nas negociações da Comissão de Terras coordenada por Spain, pressionada financeiramente pela brusca diminuição no ritmo de venda de terras e na partida de emigrantes, manteve a sequência de ataques da mesma maneira como anteriormente foram empreendidos contra o governador Hobson. Em um relatório confidencial do primeiro semestre de 1845, os secretários de Lorde Stanley descreveram as conturbadas relações com o governador e a insatisfação metropolitana:

“Agora parece (...) que o Capitão FitzRoy propôs e executou uma lei dando caráter de moeda legal às apólices que havia emitido no mês anterior (...). Isto é violação direta das instrução Reais aprovar qualquer lei desse tipo. E o Capitão FitzRoy estava inteiramente avisado (...). Essa declaração (...) o retrata apresentando o projeto recomendado pelo Lorde Stanley, com a sólida de decisão de rejeitá-lo (...). O medo de ofender os nativos parece ter sido o real motivo que induziu o Capitão FitzRoy a desaprovar essa medida”¹¹⁵.

No entendimento dos autores deste relatório, FitzRoy insistiu em atuar em oposição às instruções enviadas por Lorde Stanley, sonegou e manipulou informações para esconder uma

¹¹⁴ Chief Kawiti to Rev. Williams. September 24, 1845. TNA, WO 1-527, 63 (grifos meus).

¹¹⁵ Colonial Office Confidential Statement on Governor FitzRoy. TNA, CO 881-1-26, pp. 4,8,9 (grifos meus).

suposta atuação tendenciosa a favor dos nativos. As correspondências enviadas pelo governador¹¹⁶, para o *Colonial Office*, eram tendenciosas, mas puderam ser contrapostas a outras fontes – possivelmente a NZCo – que escreviam a partir da Nova Zelândia:

“O Capitão FitzRoy descreveu em um relatório de 110 folhas, tudo que foi feito e tudo o que foi dito em uma importante reunião entre ele e as tribos nativas próximo a Auckland (...). Durante os longos intervalos de silêncio do Capitão FitzRoy, informações de diferentes regiões chegaram a Lorde Stanley do que estava se passando na Nova Zelândia”¹¹⁷.

Enquanto FitzRoy era visto como irresponsável, incontrolável, tendencioso e pouco comunicativo, seus adversários investiam em ataques contínuos à sua atuação, desgastando ainda mais sua imagem junto ao Lorde Stanley. Este, em resposta ao relatório confidencial do *Colonial Office*, resumiu sua decepção por ter feito dele governador da Nova Zelândia, sucumbindo às pressões da CMS:

“Das transações entre os nativos e os colonizadores, sinto que do que se possa ser coletado de seus imperfeitos relatórios, ele se fez partidário, ao invés de protetor, dos primeiros; e lhes ofereceu muitos motivos para notarem que ele teme desagradá-los, tanto quanto está determinado a protegê-los (...). Estou consciente do quanto os outros problemas da Nova Zelândia são agravados pela impossibilidade de defender as medidas do capitão FitzRoy, e dos resultados desastrosos da escolha dele como Governador (...), sua remoção pode ser menos perigosa do que sua permanência no gabinete”¹¹⁸.

A insatisfação e o desapontamento de Lorde Stanley recaiu, além de todos os pontos assinalados pelo relatório confidencial, no desempenho tendencioso de FitzRoy nas disputas fundiárias com a NZCo. Neste ponto, o responsável pelo *Colonial Office* se mostrou irritado por ter se submetido à pressão da CMS, pois o posto de governador deveria ser preenchido por alguém capaz de intermediar e negociar, e não por um inimigo dos colonos. Antes mesmo do saque de Hone Heke a Russell/Kororareka, sua decisão pela mudança de governador já estava tomada.

Os *humanitarians* enfrentavam uma nova realidade. O auge de seu poder, no final da década de 1830, era parte do passado. O fracasso de várias experiências ao longo do Império e

¹¹⁶ Grande parte da correspondência citada neste *Confidential Statement* não se encontra guardada com o restante do corpo documental arquivado no *The National Archives* em Londres.

¹¹⁷ Colonial Office Confidential Statement on Governor FitzRoy. TNA, CO 881-1-26, pp. 9-10 (grifos meus).

¹¹⁸ Lord Stanley on Governor FitzRoy. April 1845. TNA, CO 881-1-26-2, pp 2-3 (grifos meus).

o levante dos Maori cristianizados da *Bay of Islands* forneciam munições para os ataques provenientes de liberais e dos *Colonial Reformers*. Diante de sublevações de nativos, foi preciso repensar propostas, estratégias e teorias, passando-se a apoiar o uso da violência e da força militar quando os que deveriam aceitar a civilização se negassem e impedissem a imposição a outros grupos, como era entendido o movimento coordenado por Hone Heke.

Investidores, administradores imperiais, colonos e a *New Zealand Company* criticavam FitzRoy e os *humanitarians* por uma suposta permissividade com os nativos. Crentes na superioridade civilizadora britânica, e ansiosos por rápidos lucros, não admitiam e nem se dispunham a compreender as dinâmicas da sociedade Maori.

Desafiado por uma realidade muito mais complexa do que imaginava, marcada pela necessidade de se organizar o aparato colonial, lidar com interesses conflitantes de diferentes grupos de *pakeha* e Maori, FitzRoy recorreu aos princípios do *humanitarianism*, mas principalmente ao pragmatismo. Ele soube notar as forças demográfica, econômica e militar Maori e combateu seus principais inimigos: o “pior tipo de nativo”. Não tardou em constatar a impossibilidade de fazer os nativos aceitarem a autoridade da Rainha Vitória, bem como controlar e regular as relações fundiárias e comerciais. Diante destes desafios, sem apoio, com poucas tropas e poucos recursos, sucumbiu.

Passados cinco anos da assinatura do Tratado de Waitangi, os Maori constataram a diminuição de sua força; os britânicos passaram a atuar militarmente para defender sua supremacia; a NZCo estava praticamente falida e o *imperial humanitarianism* perdia poder e credibilidade no governo. A partir de 1845, prevaleceriam os defensores da atuação forte do Império, pautada pelo estudo dos povos nativos para compreensão de suas peculiaridades e identificação de melhores formas de controle.

Os primeiros anos da colonização formal britânica da Nova Zelândia foram marcados por transformações profundas nas relações com os Maori. Divididos entre os antigos detentores do controle sobre os europeus – agora desafiados e enfraquecidos pela nova situação –, os apoiadores da colonização – em busca de recursos e prestígio – e aqueles distantes de qualquer contato, os Maori protagonizavam os embates militares, entendidos pelos britânicos como resistências e alianças, quando eram parte histórica constitutiva de longas tradições de guerra, rivalidade e reciprocidade.

Ao idealizar a civilização e a transposição de seus valores, ideais, moral, mercados, fauna e flora às colônias, os britânicos de todas as tendências expuseram sua visão

eurocêntrica das relações com os povos do restante do globo. Desconheciam suas histórias e particularidades, usos, costumes e tradições e os homogeneizavam como bárbaros ou civilizáveis, supondo a inerente superioridade da Europa diante do outro. O caso neozelandês foi mais um entre tantos onde isto ocorreu.

h. A vitória da ideia de soberania da Coroa

Em 1845, o governo britânico enxergava uma série de desafios na Nova Zelândia. Para a efetiva concretização do plano de instalação de uma colônia branca, era preciso aumentar a presença populacional europeia, lidar com dificuldades orçamentárias e organizar sistemas econômico, fundiário e político. Ademais, era preciso solucionar a sublevação dos mais influentes Chefes do extremo norte do arquipélago.

Enquanto governador, FitzRoy tentou solucionar esta difícil equação, mas não contou com o apoio financeiro e militar que precisava para impor a soberania da Rainha Vitória. A resistência no norte explicitou ao *Colonial Office* a necessidade de um olhar mais atento à Nova Zelândia. Estrategicamente localizada, ela foi anexada ao Império da forma mais simples e barata possível – via tratado – sem a necessidade de uso de forças militares ou longas negociações diplomáticas. Perder o controle das ilhas para uma potência estrangeira ou para uma interminável guerra civil não constava nos planos nem na lógica imperial.

Sem novidades desde o saque a Russel/Kororareka, o *Colonial Office* agiu em Londres para reforçar a capacidade bélica do governo da Nova Zelândia. O Almirantado enviou ordens ao Lorde Cochrane para destacar navios e marinheiros; o Arsenal de Guerra separou dezenas de canhões de última geração e munição, tendas e equipamentos de campo para 600 soldados e 1000 mosquetes com munição para as milícias. Ademais, o comandante das tropas (*Horse Guards*) alterou o destino de Regimento originalmente destinado a Nova Gales do Sul¹¹⁹.

A *New Zealand Company* permanecia atenta ao que ocorria na *Bay of Islands*, apesar da distância de mais de 500 quilômetros até suas colônias. Para a Companhia, a persistência do levante de Heke era fonte de temor e prejuízo, e resultado de políticas benevolentes do *humanitarianism*:

“As Forças de Sua Majestade na Nova Zelândia foram rechaçadas pelos Nativos pela terceira vez, com um quarto deles ferido ou morto (...). Estamos sinceramente desejosos

---

¹¹⁹ TNA, WO 1-434: Colonial Office: Military In-letters.

(...) para estender a aqueles colonizadores meios adicionais de proteção e defesa (...). Garantimos a Vossa Senhoria, que de maneira alguma estamos menos desejosos da preservação da população nativa, do que aqueles que até agora comprovadamente e decisivamente admitiram serem defensores exclusivos dos direitos dos nativos. Mas tem sido nossa profunda e, agora, nossa determinada convicção de que a firmeza em relação aos nativos e a exibição de força obviamente irresistível, serão as únicas formas de melhorarmos os interesses da humanidade”¹²⁰.

Segundo a Companhia, a situação começava a ficar economicamente desastrosa. O massacre de Wairau e, agora, o levante de Hone Heke, explicitavam aos emigrantes e investidores em potencial um lado da Nova Zelândia que as propagandas não mostravam. Os Maori, escondidos ou pacificados nos quadros e nas cartas, evidenciavam suas resistências. Com isso, menos britânicos se interessavam pela compra de terras. O equilíbrio financeiro estava abalado, apesar das pressões e financiamentos do governo. Nunca mais a Companhia voltaria à pujança e agonizaria até sua falência nos anos 1850.

Pressionados por colonos que se viam desamparados e pelo baixo fluxo de caixa, os diretores da Companhia escreveram ao *Colonial Office* para influenciar na escolha do novo governador. Para eles, era preciso defender as colônias e armar seus habitantes contra os nativos para demonstrar aos potenciais emigrantes a preocupação do governo com eles. Ademais, era urgente alterar a política com os Maori, deixando de lado as aspirações dos *humanitarians* e da CMS, passando a um enfoque mais austero.

Lorde Stanley reconheceu as reivindicações da NZCo. Para ele, era necessário fazer valer o poder britânico nas ilhas, mesmo que gradativamente, e jamais transparecer sinais de fraqueza: os nativos deviam respeitar e temer os britânicos.

Dentro do *Colonial Office*, a opção era por mais um administrador ilustrado e instruído, como FitzRoy, mas hábil para lidar com nativos e colonos, capaz de identificar suas habilidades, capacidades e fragilidades. O selecionado deveria ser um homem capaz de analisar a situação a partir dos olhos da ciência, não da religião, como seu antecessor. O selecionado foi George Grey.

Filho de um renomado oficial do Exército britânico morto na Espanha durante as Guerras Napoleônicas, ele foi enviado aos treze anos para o Real Colégio Militar (*Royal Military College*), em Sandhurst, para seguir os passos paternos. Depois de formado, foi

---

¹²⁰ New Zealand Co. to Lord Stanley (CO). November 29, 1845. TNA, WO 1-434, 383-389 (grifos meus).

enviado para a Irlanda com as tropas de ocupação, onde atuou na repressão a diversas rebeliões e na cobrança de impostos e taxas¹²¹. Quatro anos depois, retornou à Inglaterra e permaneceu dois anos na Academia Militar (*Senior Military Academy*), também em Sandhurst, de onde saiu antes de concluir sua formação. De acordo com Leigh Dale, “(...) assustado com suas experiências na Irlanda (...), Grey decidiu combinar a busca por glória pessoal com a urgência por escapar da carreira militar embarcando em uma série de viagens de exploração”¹²².

Apesar de abandonar a opção pelo oficialato no Exército, Grey fez sua formação nos colégios militares e, durante sua experiência na Irlanda, vivenciou as estratégias de dominação que marcaram sua atuação como administrador colonial.

Em 1836, com o objetivo de se distanciar ao máximo da Inglaterra, reuniu recursos para partir à Austrália e embarcou no *Beagle*, recém-chegado da viagem de circunavegação de FitzRoy¹²³. Após os meses de viagem, tentou encontrar um local para estabelecer uma fazenda de gado, mas se perdeu, foi atacado pelos aborígenes e quase morreu. Voltou à Grã-Bretanha para retornar dois anos depois ao mesmo local, e, novamente, se envolver em inúmeras aventuras, com a perda do navio e dos mantimentos, vendo-se obrigado a percorrer uma longa jornada a pé pela Austrália Ocidental até a vila de Perth.

Durante este trajeto, procurou estabelecer contatos amistosos e conseguiu ser bem recebido pelos aborígenes, conheceu seus costumes e aprendeu seu idioma. Desta experiência, resultaram duas publicações: seus diários¹²⁴ e o panfleto *Report on the best means of promoting the civilization of the aborigines inhabitants of Australia*.

Sua descrição dos costumes dos aborígenes obteve repercussão positiva. Em suas conclusões, propôs a integração das “raças” e a ampliação dos direitos, para que os nativos se tornassem efetivos súditos britânicos, entendendo aqueles povos a partir de uma perspectiva científica, ainda que próxima ao *humanitarianism*, tão em voga à época. Propôs a primazia

---

¹²¹ A Irlanda se tornou um reino unido à Inglaterra em 1801 e uma série de levantes de católicos insatisfeitos com o anglicanismo levou a constantes conflitos desde então.

¹²² DALE, Leigh. “George Grey in Ireland”, op. cit., p. 160.

¹²³ Outra coincidência que explicita a mobilidade no Império e os poucos recursos humanos e materiais ainda disponíveis para a colonização da Oceania é a escolha do capitão do *Beagle* para o comando do primeiro navio enviado pela NZCo com colonos, Cf. HENARE, Amiria. *Museums, Anthropology and Imperial Exchange*, op. cit., p. 132.

¹²⁴ GREY, George. *Journals of two expeditions of Discovery in North-west and Western Australia during the years 1837, 38 and 39 under the authority of Her Majesty's Government: describing many newly discovered, important and fertile districts, with observations on the moral and physical condition of the aboriginal inhabitants*, 2. Vols. Londres: T. & W. Boone, 1841.

dos colonos na catequização e treino dos aborígenes nas técnicas ocidentais, esperando, com isso, o abandono da cultura “bárbara”, a assimilação da cristandade e a inserção dos mesmos no mercado de trabalho e na cultura capitalista, na “civilização”.

Reconhecido enquanto alguém que compreendeu cientificamente aquela realidade, Grey passou a ser cogitado para um cargo administrativo. Como era de costume, acionou seus contatos na Corte¹²⁵, especialmente Richard Whately, amigo familiar e arcebispo anglicano de Dublin, que encaminhou a indicação de seu nome diretamente a Lorde Russell, então no *Colonial Office*.

George Grey foi nomeado governador da Austrália do Sul, em 1841. Sua administração em Adelaide foi marcada pela insatisfação dos colonos instalados pela companhia de Wakefield, contrariados por políticas reguladoras das relações com os aborígenes. No entanto, ele conseguiu salvar financeiramente o governo e construir uma boa imagem junto à administração em Londres¹²⁶, o que lhe valeu posterior indicação para a Nova Zelândia. Em suas instruções secretas, constavam:

“Foi com a mais profunda preocupação que o Governo de Sua Majestade recebeu a notificação de que sangue fora vertido pela primeira vez num conflito entre as Tropas de Sua Majestade e os aborígenes da Nova Zelândia (...). Parece também, que nessa primeira ocasião, a segurança do Destacamento dependeu inteiramente da conduta e fidelidade dos nativos que mantiveram sua aliança (...). Meu objetivo é convencê-lo da necessidade de não expor as tropas de Sua Majestade sob nenhuma circunstância ao risco de derrota ou fracasso (...). Considero que faria bem em favorecer aos Chefes que manifestem sua fidelidade ao Governo e prontidão para obedecer a suas ordens”¹²⁷.

O governo pretendeu evitar utilizar recursos militares para fazer valer sua autoridade, mas caso isso fosse necessário, a derrota seria inconcebível. Era melhor postergar as ações e aguardar reforços a correr o risco de exibir um sinal de fraqueza. Se ainda observam-se aspectos do *humanitarianism*, também se identifica o fortalecimento de uma visão pragmática, pautada na relação de superioridade e desconfiança com os Chefes. Menos de um

¹²⁵ Para as redes de contatos necessárias para a ascensão nas carreiras coloniais e militares, LAIDLAW, Zöe. *Colonial connections, 1815-1845: patronage, the information revolution and colonial government*. Manchester: Manchester University Press, 2005.

¹²⁶ Cf. STOCKING Jr., George W. *Victorian anthropology*, op. cit, p. 85.

¹²⁷ Lord Stanley to Governor Grey. December 5, 1845. TNA, WO 1-433, 610-616 (grifos meus).

mês após o envio dessa carta, houve nova troca no *Office*: Lorde Stanley deixou o cargo e assumiu William Gladstone¹²⁸, do mesmo partido *Tory*.

Baseado nestes princípios, Grey manteve a presença militar na *Bay of Islands* e ignorou as tratativas de paz entre FitzRoy e Kawiti, contando com a chegada de reforços navais¹²⁹, além do apoio de navios, recursos materiais e humanos da Cia. das Índias Orientais¹³⁰. As íntimas relações entre a Companhia e o governo foram acionadas quando a rebelião Maori ganhou notoriedade no Império. Para todos envolvidos na ampla rede imperial, passou a ser conveniente a solução rápida para estes confrontos, pois significaria liberar tropas para atuar em outros locais, especialmente na Índia, na China e na Austrália.

Grey manteve uma postura de superioridade diante dos Chefes, apesar de compreender como os *pakeha* dependiam deles. Em seus primeiros movimentos, investiu para conciliar ciência e administração colonial para construir sua imagem pessoal enquanto autoridade competente diante de colonos, militares e nativos. Em carta ao Chefe Macquire, apresentou-se: “Macquire, Como um bom camarada fique atento aos rebeldes (...). Não mude esse plano de operação (...). Vi seu filho Alsaham e Auckland, ele lhe enviou muitas mensagens (...). Mostre-me que está fazendo bem sua parte do trabalho”¹³¹.

Importa sublinhar como Grey trata Macquire. Ele comunica – ou oficializa – os planos de ataque, reforça a ordem para não alteração dos mesmos e, ao final, comenta a respeito do filho do Chefe, então em Auckland, portanto sob os cuidados de *pakehas*. Ao fazê-lo, explicitou a força das relações de confiança com o Maori e, indiretamente, pressionou pelo cumprimento das ordens, pois os militares tinham o herdeiro do interlocutor sob seus cuidados. Neste caso, uma traição em campo de batalha passou a ser impensável, e assim o Chefe agiu durante o cerco realizado à *pa* de Heke: “Macquire, por quase um mês obedeceu essas instruções”¹³².

Para Grey, os Maori eram guerreiros como outros que conhecera, sempre adaptados ao ambiente em que viviam – selvagens: “O inimigo a ser combatido na Nova Zelândia está (...)

¹²⁸ William Gladstone foi figura marcante na política britânica do século XIX. Na década de 1850, ajudou na coordenação política que levou à fusão de grupos *Tory* e *Whig* no Partido Liberal. Foi Primeiro Ministro por quatro vezes (1868-1874, 1880-1885, 1886, 1892-1894) e Secretário de Estado para Guerra e Colônias somente uma vez, entre dezembro de 1845 e junho de 1846.

¹²⁹ *HMS Castor*, com 36 canhões; *HMS Asprey*, 12 canhões; vapor *HMS Driver*; *HMS Hazard*, com 10 canhões; *HMS Racehorse*, com 20 canhões, para apoiar o já presente *HMS North Star*, com 26 canhões. Crescimento de 300% na oferta de canhões. Cf. Admiral Cochrane to Admiralty. September 27, 1845. TNA, WO 1-434, 25-26.

¹³⁰ Commander Graham to Admiralty. January 13, 1846. TNA, WO 1-526, 81-87.

¹³¹ Governor Grey to Chief Macquire. December 19, 1845. TNA, WO 1-433, 606-607 (grifos meus).

¹³² Governor Grey to Lord Stanley (CO). January 2, 1846. TNA, WO 1-526, 2-3 (grifos meus).

familiarizado com o terreno montanhoso densamente arborizado”¹³³. Diante destes guerreiros, a solução era o emprego das armas para avanço da civilização: selvagem nenhum conseguiria resistir aos canhões vitorianos. Para completar o número de soldados, a conveniência clamava pelo emprego de outros nativos, aliados circunstanciais, jamais iguais, podendo e devendo ser empregados na linha de frente no campo de batalha: “agregar às Forças Britânicas uma tropa de nativos leais, que, apoiados pelos soldados de linha, devem, em todas as ocasiões, nas quais descargas de mosquetes ocorram, ser incitados a marchar para frente”¹³⁴.

A partir de Grey, o projeto britânico passou a ser mais militar do que *humanitarian*, sem deixar, no entanto, de aventar possíveis “avanços” para os selvagens, desde que se mantivessem pacíficos, subjugados e receptivos à “civilização”.

Superar a paliçada, os túneis e as trincheiras da *pa* de Kawiti e Heke em Ruapekapeka não foi tão simples quanto Grey e Despard esperavam. Distante 15km da *Bay of Islands*, esta era inacessível para a frota enviada por Lorde Cochrane e difícil de ser alcançada por suas dezenas de canhões e centenas de soldados: “A força que começou a aportar no rio Kawakawa em 7 de dezembro de 1845 evidenciava o quanto Heke e Kawiti haviam incomodado o Império Britânico. No contexto dos recursos militares imperiais, sempre exíguos e no momento ainda mais em decorrência da Primeira Guerra Sikh [Índia, 1845-1846], não era qualquer coisa. Se considerarmos o isolamento da Nova Zelândia e o número de soldados inicialmente escalado para lidar com os Maori, era algo bem grande. Aproximadamente 1.300 britânicos estavam envolvidos, sendo que 100 apenas para as linhas de comunicação. Estimativas indicam aproximadamente (...) 850 guerreiros Maori pró-governo”¹³⁵.

Após horas de bombardeio intenso, foi possível abrir uma fenda na muralha e realizar um ataque-surpresa pela manhã. Após quatro horas de intensos combates, os britânicos e seus aliados Maori tomaram posse da fortaleza. Sobre as dificuldades para vencer a engenharia militar tida como selvagem, Cel. Despard escreveu: “A força extraordinária desse local, particularmente nas em suas fortificações interiores, excedeu em muito qualquer impressão inicial”¹³⁶.

Ruapekapeka foi um marco para as relações militares entre os *pakeha* e os Maori. A vitória foi possível somente após a mobilização de um imenso e complexo aparato de guerra

¹³³ Memorandum from Governor Grey to Lord Stanley (CO). December 06, 1845. TNA, WO 1-526, 133-148.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ BELICH, James. *The New Zealand Wars*, op. cit., p. 58

¹³⁶ Cel. Despard to Governor Grey. January 12, 1846. TNA, WO 1-526, 67-68.

inviável de ser mantido por longos períodos. Para os britânicos, evidenciaram-se as especificidades da guerra a ser travada, marcada pela constante posição defensiva dos nativos e sua intrincada engenharia de fortalezas, até então desconhecida.

A partir daquela experiência, a técnica construtiva Maori das *pa* se transformou e se adaptou aos novos desafios, oferecendo uma resistência física, mas também moral ao Império. Os comandantes ficavam atordoados ao não conseguir superar estas fortalezas de barro, madeira e folhas utilizando o que havia de mais moderno na tecnologia de guerra europeia. Diante de trincheiras e túneis, as bombas pouco serviam.

Na análise de Belich, na *pa moderna* “as técnicas incluíam a escolha criteriosa do local para a instalação de trincheiras para guerreiros com mosquetes, a construção de paliçadas em sequência para retardar o avanço dos invasores e transformá-los em alvos fáceis, a instalação de outra linha de mosquetes em ponto mais alto da colina, enterrada em buracos para proteção contra a artilharia, e a camuflagem de todo este aparato, além da construção de alvos falsos para desperdício de munição (...). As *pa* modernas normalmente representavam pouco ou nenhum valor econômico ou estratégico (...), ofereciam fácil via de ataque em uma face e uma certa via de escape em outra. Se os britânicos atacassem em massa, com tropas e artilharia, eram simplesmente abandonadas com a certeza de terem gerado muito mais custos aos agressores”¹³⁷.

Duas diferenças substanciais caracterizam a mudança das *pa* tradicionais para as *pa* modernas. As primeiras concentravam população, produção e defesa, e sua perda poderia significar a destruição daquela comunidade. As segundas, eram construídas somente com objetivos militares; não reuniam familiares nem estoques e tampouco guardavam plantações, sendo instaladas, geralmente, longe das áreas de cultivo, exatamente para afastar os militares britânicos das famílias e riquezas comunitárias.

As *pa* modernas foram o símbolo de uma clara compreensão, por parte dos Maori, das estratégias e objetivos militares dos britânicos. Elas explicitam o entendimento e a opção pela resistência. Desde o início dos embates, a estratégia militar foi defensiva, marcada pelo aprimoramento das *pa* e pelo mínimo de exposição ao combate em campo aberto, resultando em poucas mortes.

Para os sublevados, Ruapekapeka propiciou muitos aprendizados. Evidenciou o sucesso de uma série de inovações tecnológicas defensivas criadas e sintetizadas no que se

---

¹³⁷ BELICH, James. *Making peoples*, op. cit., pp. 210-211.

chamou de *pa moderna* e revelou a impossibilidade do combate ao inimigo em campo aberto. Foram estas características que marcaram as relações entre estes grupos nas décadas seguintes.

Nem Hone Heke, nem Te Ruki Kawiti foram mortos em Ruapekapeka. Ao fim, coube a Tamati Waka Nene negociar um armistício. Em 22 de janeiro, ele chegou a Auckland para se reunir com o Governador Grey levando uma proposta de paz elaborada por Kawiti. Nesta carta, o Chefe rebelde adotou uma postura distinta daquela apresentada a FitzRoy em setembro do ano anterior:

“Amigo, Oh meu estimado amigo Governador o saúdo. Grande é minha consideração a você. Este é fim de nossa (sua e minha) conversa, e ofereço a você agora; amigo Governador, eu digo, seja feita a paz entre eu e você. Estou saciado (satisfeito ou tendo tido o suficiente) de suas riquezas (bolas de canhões); portanto, eu digo, estejamos eu e você em paz. Não gostaria? Sim! Esse é término de minha batalha contra você. Amigo Governador, eu, Kawiti e Hikite ne aprovamos essa boa mensagem. Amigo, esse era meu objetivo ao ir a Karetu ver Pomare, fazer as pazes com você. Esse é o fim da minha para você. É terminada. Ao meu estimado amigo. Ao Governador. Kawiti”¹³⁸.

A comparação entre as cartas de Kawiti a FitzRoy e a Grey confirma a alteração nas relações entre as partes. No discurso britânico, sobressai a vitória estrondosa em Ruapekapeka, mas para as testemunhas do evento e para os Maori, foi somente mais uma batalha, marcada pela capacidade nativa de resistência e pelo abandono estratégico da fortaleza quando necessário. Os Maori deixaram a *pa* após um esforço de guerra considerável por parte dos britânicos, com a reunião de tropas da Nova Zelândia, da Marinha, de Nova Gales do Sul¹³⁹, da Cia. das Índias Orientais, além de milicianos e nativos aliados. Tal coordenação não fora simples e dificilmente poderia ser repetida, mas foi suficiente para tentar nivelar as forças, refazer a imagem do poder bélico imperial e possibilitar um armistício.

¹³⁸ Chief Kawiti to Governor Grey. January 18, 1846. TNA, WO 1-527, 358. As definições entre parênteses foram adicionadas pelo tradutor da carta à época, para explicitar a intenção do Chefe ou dúvidas.

¹³⁹ Os colonos e autoridades imperiais em Nova Gales do Sul passaram a pressionar contra o constante envio de tropas à Nova Zelândia, em detrimento de Sydney, pois mais de 2.000 soldados foram remanejados para colaborar na repressão aos levantes Maori a partir de 1845. Em 1847, o Conselho Legislativo de Nova Gales do Sul publicou relatório afirmando: “O súbito envio das tropas à Nova Zelândia (...) ocasionou muita insatisfação porque, como uma baía indefesa e um número reduzido de soldados, esta colônia agora está indefesa diante de agressões estrangeiras” (TNA, WO 1-519, 226). Diante de recursos imperiais escassos, as próprias colônias disputavam a preferência de Londres, explorando o eterno receio de perda territorial. Sobre as trocas sociais, demográficas e culturais entre a Austrália e a Nova Zelândia, neste período: HOPKINS-WEISE, Jeff. *Blood brothers: the Anzac genesis*. Rosedale: Penguin, 2009.

Na carta de setembro, Kawiti tratou o Reverendo Williams como amigo para negociar pessoalmente a paz. O mesmo tom foi empregado com o Governador Grey, chamado de amigo. Se na correspondência de 1845, o Chefe ressaltava as muitas mortes de europeus, agora reforçava o pedido e a necessidade de paz. Esta não era uma carta de rendição, mas uma tentativa de aproximação e armistício. A resposta oficial foi rápida. Um dia após a chegada de Nene a Auckland, o governo publicou em nota pública:

“O Governador encaminha para ser notificado aos Chefes (...) que o chefe dos rebeldes foi derrotado e suas tropas desorganizadas, pelas tropas da Sua (...) apresentando, na sequência, sua completa submissão ao governo por cartas e por intermédio de Tamati Waka Nene, que de sua parte (...) intercedeu calorosamente em favor dos rebeldes, o Governador (...), concede anistia a todos participantes na ultima rebelião (...)”¹⁴⁰.

Neste aviso – aparentemente publicado somente em inglês – o governo procurou potencializar seus esforços e sucessos, escrevendo para os Chefes, mas com o olhar atento para o público britânico interno e externo. Tamati Waka Nene talvez tenha sido o principal vitorioso desta guerra ao alcançar a supremacia política na *Bay of Islands*, vencendo Kawiti e Heke. Grey ficou satisfeito com o transcorrido. Em relatório ao *Colonial Office*, ressaltou:

“A situação na parte norte da ilha evidentemente, faz com que seja propício que não se perca tempo e se conceda anistia a todos que participaram na ultima rebelião (...). Também os efeitos sobre toda a ilha de uma linha política generosa e liberal para com os rebeldes, depois da violenta derrota e punição que tiveram, muito provavelmente seriam benéficos”¹⁴¹.

Nesta correspondência, Grey evidenciou seu entendimento da situação político-militar e sua forma de lidar com os Chefes. Escrevendo para seu superior, ressaltou a rendição dos rebeldes, engrandecendo-a enquanto resultado das operações militares recentemente realizadas, e destacou o objetivo principal do emprego da força por parte das tropas imperiais: fazer valer a soberania da Rainha Vitória.

Para os Chefes, os objetivos da aliança de Tamati Waka Nene com o Governo eram claros e se referiam ao controle das relações políticas e comerciais com os *pakeha*. Enviá-lo como mediador da paz significava, para as relações entre os *iwi*, o reconhecimento do novo detentor de tão importante e disputada fonte de recursos.

¹⁴⁰ Andrew Sinclair (Colonial Secretary). January 23, 1846. TNA, WO 1-527, 358.

¹⁴¹ Governor Grey to Lord Stanley (CO). January 22, 1846. TNA, WO 1-527, 356-357.

O Governador explicitou sua forma de entender os nativos. Para ele, era necessário o equilíbrio entre ações generosas, interferências severas e punições. Os Maori eram vistos mais como tutelados do que como aliados, devendo ser bem tratados, mas também educados e reprimidos quando deixassem de cumprir com o esperado. Esta forma de entendê-los ainda era herdeira do *humanitarianism*, com sua defesa dos nativos desde que “civilizados”, catequizados e adaptados aos mercados.

Carta enviada pelo *Colonial Office*, sob Gladstone, para o Governador Grey evidenciou o trânsito das correspondências e dos relatórios dentro do Império e a importância de determinados assuntos no governo. A rebelião dos nativos na longínqua, pouco povoada e economicamente insignificante Nova Zelândia chegou até o gabinete da monarca, e “Sua Majestade recebeu com grande satisfação esses diversos relatórios dos procedimentos que produziram resultados tão importantes ao bem estar de todas as classes de súditos de Sua Majestade, tanto nascido britânicos como nativos, que estão relacionados à colônia”¹⁴². Pelo menos nas altas esferas metropolitanas, o discurso *humanitarian* ainda imperava.

As escaramuças de 1844 e combates nos dois anos posteriores permitiram a Heke demonstrar sua força, mas ele não foi capaz de retomar o controle econômico sobre os europeus, que se transferiram para longe da *Bay*, em direção a Auckland. Segundo Belich, Heke “não lutou para derrotar o Tratado de Waitangi, mas para garantir a aplicação da versão Maori do mesmo. Ele desejava manter a ordem, estabilidade e a paz a partir da aplicação das leis e costumes tradicionais; preservar a independência Maori e a autoridade dos Chefes; regular, não negar, o contato e o assentamento de europeus”¹⁴³.

Grey pode expor suas armas, mas não impressionou os nativos, pois todos notaram a imensa dificuldade que aqueles canhões e homens tiveram para superar a *pa*. Segundo Belich, “Grey anunciou um grande triunfo em Ruapekapeka e uma vitória completa no norte (...), mas os britânicos falharam em seu objetivo principal, de prender ou matar Heke e Kawiti (...). A independência de Heke continuou até sua morte em 1850 e, inclusive, dizem que ele planejou um ataque a Auckland em 1847, dissuadido pelos Maori de Waikato e Ngati Whatua, preocupados por um ataque à ‘sua’ cidade”¹⁴⁴.

¹⁴² William Gladstone (CO) to Governor Grey. June 29, 1846. TNA, WO 1-526, 154.

¹⁴³ BELICH, James. *The New Zealand Wars*, op. cit., p. 34.

¹⁴⁴ BELICH, James. *Making peoples*, cit, p. 208.

Em janeiro de 1846, estavam encerrados os combates desse primeiro levante Maori, mas logo os britânicos notariam que o campo de batalha continuava aberto. Em fevereiro, eclodiu novo foco de resistência, agora no Vale do rio Hutt, próximo a Wellington.

i. As campanhas do Distrito Sul – Vale do Hutt e Wanganui

O Vale do Hutt era um local estratégico para a prosperidade da principal colônia da *New Zealand Company*. Era a região fértil por excelência da principal zona de ocupação britânica na Nova Zelândia. Wellington se situava entre o mar e as montanhas; sua existência e economia dependiam diretamente da produção agropastoril das planícies do Hutt. Por conseguinte, a região interessava em demasia aos colonos e um levante nativo ali poderia comprometer a presença britânica no próprio arquipélago.

Região do Estreito de Cook. A leste, a Ilha Norte, Vale do Hutt e Wanganui.

A oeste, a Ilha Sul, Nelson e o Vale Wairau. Fonte: earth.google.com

Os mesmos grupos de colonos que tentaram forçar a ocupação do Vale do Wairau, antes da chegada de FitzRoy, repetiam a operação no Hutt. A expansão das fazendas na região se pautou por compras suspeitas realizadas pela NZCo e por colonos independentes, em transações com Chefes não tradicionalmente ligados a aquelas terras. O resultado foi um novo choque de concepções. Os britânicos se defendiam escorados em contratos de compra e venda de terras, mas os Chefes tradicionais não reconheciam a autoridade dos vendedores. Segundo Richard Boast, “os imigrantes britânicos partiam de uma cultura pautada fortemente em claros direitos de propriedade, especialmente no caso da terra e havia urgência por definições e direitos fundiários, para pautar o acesso ao crédito”¹⁴⁵.

A tensão na região do Hutt se iniciou com uma série de pequenas escaramuças nas fazendas mais distantes do litoral. A dificuldade para o governo estava em identificar quais Chefes eram seus aliados neste novo foco de conflitos. A partir de meados de fevereiro, uma cadeia de crimes, envolvendo os Maori e colonos em regiões contestadas, chamou a atenção do governo, pois envolveram mortes – algumas em condições de extrema violência – e alegações sobre a posse efetiva das terras por parte dos nativos, escudados em argumentos semelhantes ao empregado, anos antes, no Vale do Wairau. Diante da crescente tensão, Grey declarou Lei Marcial, autorizando ações extraordinárias durante o combate:

“Considerando-se que alguns nativos descontentes no Distrito Sul da colônia entraram em guerra, e estão agora em rebelião com a Soberana Autoridade da Rainha, para a supressão de tal rebelião, serão imediatamente realizadas operações militares pelas forças de Sua Majestade. Agora, eu, o Tenente-Governador, com isso, declaro que a Lei Marcial será exercida (...)”¹⁴⁶.

O texto seguia o padrão imposto por FitzRoy à *Bay of Islands* em 1845, acompanhando modelo elaborado pelo governo imperial para embasar juridicamente as ações militares, incluindo detenção, julgamento e condenações sumárias. Com um pequeno intervalo, ela vigorou até o segundo semestre de 1846.

Grey, lidando com o que entendeu ser uma afronta à soberania da Rainha Vitória, considerou os rebelados como inimigos – e não como bárbaros incivilizáveis. Em seu relatório ao *Colonial Office* sobre a situação, informou que “o inimigo renunciou por

¹⁴⁵ BOAST, Richard. *Buying the land, selling the land*, op. cit., p. 9.

¹⁴⁶ Governor Grey Proclamation. March 03, 1846. TNA, WO 1-528, 347-348.

completo sua posição nas montanhas nas cercanias do Hutt, e recuou para o interior, com a intenção de abandonar completamente as terras disputadas”¹⁴⁷.

No centro das disputas estava Te Raupahara, principal Chefe da região do Hutt e conhecido à época por ter liderado os Maori no embate de Wairau. Ele escreveu ao Governador Grey, em abril, procurando se eximir de responsabilidades pelos recentes enfrentamentos e responsabilizando seus tradicionais inimigos da região diretamente ao norte, o Wanganui:

“Amigo Governador (...), não permita que os europeus fiquem alarmados – deixe que venham sem hesitação, aqui estamos nós em, Takapuahia, aguardando (por eles). Senhor, meu coração está triste – assim como todas as pessoas. Amigo, não permitirei que lute sozinho com aquelas pessoas (os de Wanganui)”¹⁴⁸.

A partir dessa carta, identifica-se a recorrência ao tratamento próximo e pessoal quando o Chefe procurava manter relações amistosas. Ele iniciou a escrita com “Amigo” e aparentou preocupação com o alarme geral entre os *pakeha*. Todavia, sinalizou seu efetivo controle sobre a região ao informar que estes poderiam “vir sem hesitar”, “nós os aguardamos” e “eu não permitirei que você lute sozinho”. Te Raupahara contatou Grey para apresentar sua inocência e expor seu controle da região e talvez, em decorrência deste último aspecto, o Governador tenha se voltado contra ele. Diante de um movimento aparentemente desordenado e levado a cabo por pequenos grupos – diferentemente do que ocorrera no norte – Grey não aceitou ser tutelado por quem deveria tutelar.

O Governador sabia da importância do controle das terras do Hutt e notou a dificuldade iminente em ocupá-las, por estarem dominadas por Chefe tão poderoso. Outro complicador era a presença de Te Rangihaeata, sobrinho e tradicional aliado de Raupahara, também envolvido no embate de Wairau, identificado como o instigador dos ataques.

Diante de importantes e resistentes Chefes, Grey apresentou uma variação em seu discurso, anteriormente pautado em “amigos” e “inimigos”, para identificar os “bárbaros” e justificar o confisco de terras:

“(...) um grupo de nativos que havia, por tanto tempo, possuído o Vale de Hutt à força, e recentemente foi retirado de lá, (...) assassinou da maneira mais bárbara um homem idoso e um menino (...). [Rangihaeata] apontou com prazer um homem, [que] violentou uma

¹⁴⁷ Governor Grey to Lord Stanley (CO). March 11, 1846. TNA, WO 1-526, 87-88 (grifos meus).

¹⁴⁸ Chief Raupahara to Governor Grey. April 03, 1846. TNA, WO 1-526, 106.

mulher europeia ali (...). Minha intenção é tomar posse de todas as partes do distrito de Porirua que pertencia ou foi reivindicada pelos nativos descontentes”¹⁴⁹.

A descrição de Grey explicitou uma forma de entender guerras, conquistas e relações com povos diferentes predominantes na Grã-Bretanha vitoriana da metade do século XIX. Seu relato identificou a clara distinção entre amigos e inimigos em situação de guerra, para os quais valiam as leis e costumes da guerra. Aos bárbaros – designação dada a povos resistentes à dominação e caracterizados por empreenderem ações entendidas como anti-civilizadas, irracionais e abomináveis, como os citados assassinatos e estupro –, restava a repressão, e, diante deles, legitimava-se a simples anexação territorial.

Os interesses dos nativos ao se aliar ao governo muitas vezes se relacionavam somente à defesa de seus próprios territórios de invasões de *iwis* rivais. Em abril, Chefes do Wanganui se ofereceram para auxiliar as tropas, pois rebeldes ligados aos Maori do Hutt haviam atacado colonos em suas terras, ultrajando suas autoridades e violando seus territórios¹⁵⁰.

No Hutt ou no Wanganui, as alianças entre nativos e britânicos foram efêmeras e pautadas por uma necessidade Maori em expulsar tradicionais inimigos que invadiram seus territórios para vendê-los aos colonos. Não se tratava de uma união programática com objetivos claros e “civilizadores”, como gostariam os britânicos, mas de disputas territoriais entre os nativos nas quais os europeus entraram como potenciais diferenciais na balança.

Lidar com os Maori aliados não era fácil, pois significava enfrentar autoridades não necessariamente dispostas a seguir as ordens britânicas, além de possibilitar o encontro de Chefes habitualmente distantes pela geografia. Grey procurou limitar o recurso aos aliados para evitar estas situações, por não confiar plenamente em seus interlocutores e não estar interessado na deflagração de um novo combate de grandes proporções entre os rivais nativos que escaparia de seu controle, trazendo resultados inesperados.

Grey enviou um memorando aos comandantes militares com instruções específicas para o trato com os nativos. Destacou a dificuldade para fazer valer a lei e a autoridade britânicas na Nova Zelândia, justificando o que declarou como uma relativa permissividade com certos crimes e delitos. Onde era impossível efetivar o controle e o poder britânico e houvesse possibilidade de derrota, era preferível ignorar as provocações, pois pior que não

¹⁴⁹ Governor Grey to Lord Stanley (CO). April 07, 1846. TNA, WO 1-526, 191-208.

¹⁵⁰ Wanganui Commander to Governor Grey. April 18, 1846. TNA, WO 1-528, 49-58.

mandar era perder a credibilidade e o inimigo deixar de temer o Exército, como definido pelas instruções de Lorde Stanley:

“Fica claro, portanto que os nativos tiveram poucos motivos para respeitar ou temer a autoridade britânica (...). Na verdade, pode-se dizer que antes da chegada das tropas a Port Nicholson [Wellington] em fevereiro último, as autoridades e os colonizadores receberam permissão dos nativos para morar ali, de maneira bastante degradante, e desde a chegada dessa força militar, ficamos numa posição algo como a de conquistadores”¹⁵¹.

Em suas “propostas para estratégias militares a serem adotadas no Distrito Sul”, Grey evidenciou medos e impressões britânicas sobre a situação na Nova Zelândia. Escrevendo aos seus pares, apresentou uma variação do *humanitarianism*, deixando claras as intenções e objetivos governamentais: era inconcebível viver sob a tutela Maori, pois sua posição “natural” na escala da evolução era a de conquistadores.

Para desespero dos comandantes britânicos, a cadeia de delitos, iniciada em fevereiro, no Vale do Hutt, lentamente adquiriu aspectos organizados e se espalhou por uma área considerável, atingindo Porirua, no litoral, e a região do Wanganui. Ali, encontrava-se a colônia de Petre, instalada pela *New Zealand Company*, um dos centros de recepção de imigrantes e ocupação de terras, onde vivia o colono artista John Alexander Gilfillan, autor de *Interior of a native village or “pa” in New Zealand, situated near the Town of Petre, at Wanganui*¹⁵², já comentada.

Grey estava convencido de que, para fazer valer a soberania britânica sobre os Maori, seria preciso um considerável reforço de tropas. Para ele, a experiência nos combates no norte contra Heke e Kawiti provaram a urgência do envio de milhares de soldados à Nova Zelândia¹⁵³: “temo que não haja força suficiente neste território e, sanguinárias e caras guerras possam ocorrer, acarretando, à Grã-Bretanha, grande e inútil perda de sangue e dinheiro, e o atraso no progresso deste território quase que indefinidamente.”¹⁵⁴.

Ao apelar para um discurso pautado em custos e benefícios, o governador procurou contabilizar os potenciais ganhos para a Grã-Bretanha com o envio de um número considerável de tropas. Caso isso ocorresse, rapidamente os Maori seriam submetidos à

¹⁵¹ Governor Grey Memorandum. April 19, 1846. TNA, WO 1-526, 275 e 280 (grifos meus).

¹⁵² John Alexander Gilfillan. *Interior of a native village or “pa” in New Zealand, situated near the Town of Petre, at Wanganui*, Alexander Turnbull National Library, Wellington (1850).

¹⁵³ Cf: Governor Grey to New South Wales military command. May 05, 1846. TNA, WO 1-526, 319-324.

¹⁵⁴ Governor Grey to Lord Stanley (CO). May 14, 1846. TNA, WO 1-526, 303-304.

autoridade, cessariam os embates custosos, demorados e esparsos, e os colonos voltariam a imigrar. Por mais difícil que fosse superar as *pa*, ele acreditava que um número considerável de soldados não poderia ser enfrentado por poucos guerreiros Maori. Para completar seu projeto, pretendia intensificar a imigração para efetivar o controle das terras com fazendas, colonos e atividades produtivas para inserir, cada vez mais, os nativos na esfera econômica britânica.

A pressão por mais tropas foi recorrente nas correspondências enviadas da Nova Zelândia para Londres, em claro alinhamento entre os diferentes interlocutores, compondo uma estratégia para pressionar, simultaneamente, diferentes esferas do governo. Enquanto o *Colonial Office* recebia constantemente as cartas do Governador Grey, os *Horse Guards* – o Quartel General das tropas – eram pressionados pelo comandante militar de Sydney, O’Connell. Em carta enviada em junho, ele enfatizou a necessidade pela definição de uma estratégia militar e colonizadora. Para ele, restavam somente duas opções para o Império:

“Considero haver apenas dois rumos abertos para nós: ou promover uma guerra ofensiva, com objetivo de desarmar a população Nativa, e então oferecer alguma segurança aos Colonizadores Europeus, ou fazer uma defensiva, e confinar nossas tropas estritamente à defesa do porto que estão guarnecendo (...). Parece evidente que uma força bem maior do que a que já esteve ali localizada, seja necessária”¹⁵⁵.

A opção de O’Connell era clara: chegara a hora de uma ação definitiva e bélica para as resistências à soberania da Rainha Vitória. O governo deveria enviar suficientes tropas para sufocar estes pequenos, incômodos, caros e recorrentes levantes de nativos, ou então se contentar em restringir o poder britânico a alguns entrepostos comerciais marítimos, nos moldes de outros locais, mas não de uma colônia branca.

Os relatórios enviados para Grey refletem a delicada situação dos comandantes militares, com poucas tropas à disposição, impossibilitados de perseguir criminosos e combater rebelados. Com o transcorrer dos meses, os fazendeiros pressionaram por uma solução e gradativamente passaram a abandonar aquela zona: “o pânico é tão grande que quase toda a ocupação agrícola e demais ocupações foram abandonadas, e muitas famílias deixaram suas casas no campo à procura de proteção na cidade”¹⁵⁶.

Superintendente do Distrito Sul, M. Richmond escreveu diretamente da zona de contato para o Governador, ecoando seu discurso, sabendo que cópia de sua carta seria

¹⁵⁵ Cel. O’Connell to Lord FitzRoy. June 10, 1846. TNA, WO 1-527, 247-248 (grifos meus).

¹⁵⁶ M. Richmond to Governor Grey. June 02, 1846. TNA, WO 1-526, 371-372.

enviada a Londres. Impossibilitado de agir, pressionou por ações e tropas, construindo uma imagem de uma vitória iminente dos nativos rebelados e abandono da região pelos fazendeiros. Pretendendo forçar a tomada de atitude, enfatizou: “a cidade de Wellington seria deixada aberta e exposta”¹⁵⁷ a ataques.

Em meados de 1846, os britânicos se encontravam em desvantagem no Distrito Sul. Na região do Wanganui, outro centro de colonização, assim como no Hutt, as primeiras escaramuças se deram nas fazendas mais distantes do assentamento, onde ocorreu “o mais bárbaro assassinato de uma mulher e suas quatro crianças, cometido por seis nativos (...) que mutilaram o corpo da pobre mulher e comeram parte dele (...). Mas esses acontecimentos em Wanganui mostram claramente o quanto os colonos são ainda dependentes dos nativos”¹⁵⁸.

Neste caso¹⁵⁹, novamente a barbárie voltou a ser evocada. A antropofagia¹⁶⁰ era considerada o mais forte indicador do distanciamento das práticas da civilização ocidental, e foi mencionada na carta para reiterar uma situação caótica. Na prática cotidiana colonial, era enfatizada para justificar ações militares – sob a Lei Marcial – e a ocupação de terras.

O assassinato da família fazendeira foi uma vingança de parentes de um Maori morto, aparentemente, de forma acidental na vila de Wanganui. A partir deste acontecimento, explodiu um ciclo de violências e retaliações que redundaram no envio de tropas para a região, a invasão da vila e a convocação de uma impressionante liga de *kupapas* com 1.500 guerreiros para combater os 600 rebelados entrincheirados. Em um longo relatório, Grey descreveu desta forma a situação:

“Até este momento, a população nativa do Rio Wanganui, cujo número é de, no mínimo, (...) 5.000 almas, sempre teve os Europeus sob seu controle, nunca reconheceram nossas leis nem aceitaram nossa autoridade (...). Seus amigos então resolveram, como vingança, destruir a colônia e força britânica em Wanganui (...). Senti-me relutante em perturbar a paz e prosperidade do território estimulando as tribos nativas à guerra, uma vez que quando pessoas em suas condições bárbaras tornam-se agitadas, é muito difícil prever onde a perturbação acabará (...). Fomos acompanhados por uma pequena força nativa

¹⁵⁷ Governor Grey to M. Richmond. June 20, 1846. TNA, WO 1-526, 382.

¹⁵⁸ Governor Grey to Earl Grey (CO). May 11, 1846. TNA, WO 1-528, 37-42.

¹⁵⁹ A família morta neste ataque foi a do artista John Alexander Gilfillan, autor de *Interior of a native village or “pa” in New Zealand situated near the town of Petre at Wanganui*, comentado anteriormente.

¹⁶⁰ Sobre a antropofagia Maori, MOON, Paul. *This horrid practice: the myth and reality of traditional Maori cannibalism*. Rosendale: Penguin, 2008.

composta dos principais Chefes da tribo Ngatiawa e alguns de seus homens mais ágeis:

Waka Nene e Te Whero-where, o maior Chefe da Ilha Norte”¹⁶¹.

Grey voltou a associar o fato dos Maori se rebelarem à barbárie, simbolizada por seu prazer pela guerra e sua aversão à autoridade e leis britânicas. Para combater este novo levante, optou por não acionar as forças bélicas de seus aliados nativos para evitar uma possível guerra entre os diferentes *iwi* possível de sair de seu controle, mas convocou seus Chefes – os mais fortes politicamente da Ilha Norte – para intervirem nas negociações: Waka Nene, vencedor da guerra contra Heke na *Bay of Islands*, e Potatau Whero-Whero, o respeitado controlador da estratégica região do Waikato. O Governador procurou instalar, no início de sua atuação, relações amistosas com algumas importantes lideranças interessadas no comércio e na paz, e conseguiu isto especialmente nas regiões próximas à sede do governo.

Os Chefes alijados destas negociações e afastados dos lucros e do prestígio do contato com os britânicos ficaram insatisfeitos. Viram suas regiões serem visitadas e eventualmente ocupadas, mas isso não se refletiu no crescimento de sua força política. Insatisfeitos com as negociações de compra e venda de terras, com as incursões e expedições por seus territórios e com as investidas por autonomia política e soberania por parte dos *pakeha*, alguns optaram pelo enfrentamento.

A situação no Wanganui se tranquilizou somente em agosto, a partir do momento em que o Chefe William King (Wiremu Kingi), do Waikato, chegou para apoiar as tropas. Seu enorme prestígio desestimulou a continuidade dos combates. O resultado deste levante foi o abandono da vila por parte dos colonos, sua transformação em posto militar avançado, e a proibição de comércio entre nativos e *pakeha*¹⁶².

O relato dos embates no Wanganui permite situar recorrências na forma de entender e retratar os acontecimentos pelos comandantes coloniais às autoridades em Londres, como a alegação de que os levantes ocorriam nas regiões onde não havia o efetivo controle britânico e que os Maori faziam fazer valer seus costumes e vontades. Nestas descrições, os nativos revoltados perdiam as eventuais características civilizadas aprendidas com os missionários e deixavam aflorar seu lado bárbaro, com assassinatos e antropofagia. Pessoas nestas condições precisavam, segundo Grey, ser combatidas, pois podiam contaminar de violência os demais nativos.

¹⁶¹ Governor Grey to Earl Grey (CO). July 20, 1846. TNA, WO 1-528, 97-118.

¹⁶² Alfred Wyatt, Major Commander of Wanganui to Governor Grey. August 23, 1846. TNA, WO 1-528, 424.

Diante de constantes vitórias e crescente moral por parte dos rebeldes, Grey começou a preparar um ataque à *pa* de Te Rangihaeata, no Hutt, de onde ele partiria para acabar com “o sistema de assassinatos atrozes que vinha acontecendo recentemente”¹⁶³. Ao empregar este peculiar termo, Grey procurou legitimar a ação militar contra povos nativos, ditos inferiores, e logo associou o Chefe rebelado com seu tio, hipoteticamente um aliado: “o fato é que Te Rauparaha e alguns dos Chefes (...) estão secretamente ajudando Rangihaeata, enquanto declaram calorosa amizade por nós”¹⁶⁴.

Ao notar a incapacidade de reação do governo, outros Chefes escreveram para Grey para fortalecer suas posições, objetivando adquirir vantagens na aliança com os britânicos:

“Amigo Governador (...). Os grupos hostis começam a se movimentar – esse é o primeiro grupo – logo haverá um segundo – um terceiro e quarto grupo a unir-se a Rangihaeata, com o propósito de matar pessoas brancas, mas não as pessoas brancas apenas, como nós também, porque sabem que somos unidos pela crença Cristã (...). De seus sinceros amigos (...)”¹⁶⁵.

Esta correspondência permite coligar importantes aspectos das relações entre os Maori e os *pakeha* e a forma dos Chefes para apresentar sua aliança e fortalecer sua importância. De um lado, houve a difusão da ideia de uma guerra para liquidar a soberania britânica na Nova Zelândia, mas de outro, nota-se os Maori utilizando a religião dos brancos como apoio para legitimar sua aliança. Os rebeldes, supostamente não-cristãos, por sua vez, entendiam *pakehas* e *kupapas* como um grupo único de inimigos. Grey ficou impressionado com o relato, e se interessou em sua divulgação para obter mais tropas e recursos. Pautado em boatos que circulavam entre os nativos¹⁶⁶, Grey armou uma emboscada e prendeu Te Ruapahara para “dar a prova mais notória e convincente aos nativos (...) de que iria pôr em ação minhas ameaças de punir qualquer Chefe que ajudasse a fomentar rebeliões e distúrbios”¹⁶⁷.

Inúmeras correspondências e relatórios enviados do Vale do Hutt e do Wanganui mostravam a intrincada rede de negociações, rivalidades e inimizades que levavam à consolidação dos grupos em oposição. Estes relatos, muitas vezes, indicam a dedicação e o esforço dos *kupapa* nos embates, em oposição à fraqueza e falta de autoridade dos *pakeha*. As cartas expõem as disputas entre os Maori, em que os britânicos muitas vezes eram

¹⁶³ Governor Grey to Earl Grey (CO). July 20, 1846. TNA, WO 1-526, 502.

¹⁶⁴ Idem, 508.

¹⁶⁵ Chiefs Kingi, Witi, Te Heke, Tuairane and Hingirere to Governor Grey. July 15, 1846. TNA, WO 1-526, 541-544 (grifos meus).

¹⁶⁶ Governor Grey to W. Gladstone (CO). July 20 (2), 1846. TNA, WO 1-526, 521-531.

¹⁶⁷ Governor Grey to W. Gladstone (CO). July 23, 1846. TNA, WO 1-526, 561-565.

espectadores, instigadores e motivo da disputa, posto que eram entendidos como fontes de riquezas e prestígio.

Três outras características reforçam a perspectiva destes embates serem uma guerra entre os *iwi* com o acompanhamento britânico: os *kupapa* não costumavam enviar correspondências com propostas programáticas de aliança; a quantidade de guerreiros Maori envolvidos era muito maior do que de soldados; e estes se reuniam somente quando lhes interessava, e sob a coordenação dos Chefes. Esta autonomia militar dos *kupapa* interessava ao governo, de um lado, por ajudar a combater e controlar os rebelados, mas de outro, era um incômodo, pois explicitava a fraqueza britânica. Antigas e tradicionais rivalidades, vinganças, disputas por recursos, contato com os europeus e prestígio eram as principais razões que levavam os Maori a lutar entre si.

j. Civilização e barbárie na visão dos homens da zona de contato neozelandesa

Os militares das guarnições e fortes das zonas de contato conviviam com os interesses efetivos de aliança dos Chefes. A partir de seus relatos é possível identificar, em meados do século XIX, os conceitos sobre civilização e barbárie, os interesses cotidianos que influenciaram na compreensão dos conflitos e as aproximações dos britânicos com os Maori.

No final de agosto de 1846, o Inspetor de Polícia de Wellington escreveu a M. Richmond, Superintendente do Distrito Sul, para relatar os últimos acontecimentos. Os termos por ele empregados são esclarecedores:

“Encontrei nosso aliado William King, com um grupo de 150 homens (...). O Capitão Stanley, eu e um intérprete fomos imediatamente para Waikanae para conversar com King (que havia retornado para lá no dia anterior para fortalecer sua *pa*, temeroso, como disse, de uma invasão dos nativos de Wanganui e Waikato) (...) e persuadi-lo a cooperar (...) com nossos aliados nativos, mas em vão; King disse que já havia cumprido tudo o que havia prometido à Vossa Excelência”¹⁶⁸.

Este relato evidencia a força política e os interesses dos Chefes. William King (Wiremu Kingi), por exemplo, reuniu sete vezes mais guerreiros do que os britânicos conseguiram, combateu seus adversários e retornou à sua *pa*. Não objetivava, nem lutava por uma aliança programática com os britânicos e pela “civilização”. Sua questão, sua guerra, era

¹⁶⁸ Inspector of Police to Superintendent M. Richmond. August 31, 1846. TNA, WO 1-526, 750-753.

por território, recursos naturais, proximidade com os europeus e prestígio. Lutava a sua guerra e da sua maneira, para desespero dos comandantes britânicos.

O tenente-capitão Cleverty, comandante das tropas no Wanganui, por sua vez, é um exemplo de militar no calor da fronteira que, já nesta década de 1840, não confiava nos nativos e em suas alianças, acreditando na barbárie intrínseca aos Maori. Em seu relato dos acontecimentos, descreveu os rebelados e aliados como semelhantes:

“Nossos Chefes amigos são, às vezes, caprichosos e não podem ser defendidos em todas as circunstâncias, tão grande é a diferença entre a vida civilizada e a selvagem (...). Os mesmo homens que ajudaram as tropas com alegria (...) e os Chefes que diariamente tomaram café da manhã com os oficiais, foram quem, pelo amor neozelandês de lutar, agitação e probabilidade de saque (...). Não defendo, por enquanto, seu uso em grande quantidade como aliados das tropas de Sua Majestade, pois eles são muito facilmente levados pela agitação e por antigos costumes”¹⁶⁹.

Enquanto os Lordes, em Londres, os religiosos, e seus apoiadores defendiam o *humanitarianism*, os militares passaram a defender uma solução bélica contra o que entendiam como a barbárie. Lentamente esta proposição saiu das zonas de contato das periferias imperiais e alcançou as mais altas autoridades governamentais na metrópole.

Dentro da lógica do *humanitarianism*, não cabiam as resistências armadas nativas. Elas eram compreendidas somente enquanto comprovação da selvageria e da urgência da tutela europeia.

Com a prisão de Te Raupahara e o apoio de Waka Nene, da *Bay of Islands*, e Wiremu Kingi e Potatau Whero-where, do Waikato, Grey superou os focos de tensão, descritos como rebelião, e passou a investir em ações e leis para incentivar a imigração, integrar os Maori aos mercados, abrir suas terras para compradores e restringir o acesso a armas¹⁷⁰.

No Vale do Hutt e em Wanganui, escaramuças e movimentos nativos pouco coordenados explicitaram insatisfações de Chefes locais com a questão fundiária, além de tensões cotidianas próprias de zonas de contato. Estas lutas justificaram medidas excepcionais do governo e possibilitaram aos militares de menor patente e visibilidade expressarem sua incredulidade com a “salvação” dos Maori, difundindo no Exército uma opinião recorrente entre os colonos.

¹⁶⁹ Lieut. Capt. Cleverty to Governor Grey. August 14, 1846. TNA, WO 1-528, 409-419 (grifos meus).

¹⁷⁰ An Ordinance to Regulate the Removal and Making and Repairing of Arms, Gun-powder, and other Warlike Stores, within the Colony of New Zealand. November 12, 1846. TNA, WO 1-526, 969-970.

Assim como ocorreu no caso dos combates na *Bay of Islands*, o *Colonial Office* escreveu ao Governador informando ter repassado os informes sobre o Vale do Hutt e o Wanganui à Rainha Vitória para reforçar o ainda forte *imperial humanitarianism*: “Sua Majestade me ordena garantir estar consciente da energia com a qual foi preciso agir durante as operações militares que infelizmente foram necessárias contra os nativos rebeldes nas (...) ilhas sob seu governo para a completa restauração da tranquilidade”¹⁷¹.

Entretanto, o *humanitarianism* não era mais consenso no Governo Imperial – se algum dia o foi. Uma das manifestações mais contundentes contra a política com os nativos, tida como benevolente, partiu do todo-poderoso Duque de Wellington, Marechal aposentado, herói das Guerras Napoleônicas, nobre da mais alta categoria, voz importantíssima no governo e ligado pessoal e afetivamente com a colônia por ter sido homenageado com a escolha do nome para sua principal vila. Ele escreveu, em março de 1846, acompanhando o desenrolar das ações na *Bay of Islands*¹⁷², e depois, em junho, após ser informado do resultado final dos embates no norte:

“Será iniciado o processo de colocar esta região em um Estado social; o qual promoverá grandes facilidades ao governo na execução da Lei, na preservação na paz pública, e na execução de medidas que talvez se tornem necessárias para a proteção da vida e propriedade de todos (...). Se armamentos melhores podem ser produzidos, a infantaria britânica deve contar com eles. Espero que nunca seja cogitada a necessidade de empregar nativos da Nova Zelândia para defender nossos soldados”¹⁷³.

Os escritos do Duque de Wellington reforçam uma forma de entender a expansão do Império e sua atuação nas colônias brancas distante do *humanitarianism*. Segundo seus defensores, a Grã-Bretanha não podia expor fraquezas, devendo sempre explicitar sua força e fazer valer suas leis e soberania nos territórios sob seu controle. O objetivo final da colonização era a manutenção e expansão das propriedades, e não a defesa, tutela ou “civilização” dos nativos.

Apesar de distante e economicamente irrelevante em comparação com as expansões do Império na China e na Índia, a Nova Zelândia continuava na pauta e nas preocupações do Império. Um amplo espectro de análises e propostas para as relações com os Maori se constituiu, variando do pragmatismo dos comandantes na zona de contato até o

¹⁷¹ Earl Grey (CO) to Governor Grey. January 14, 1847. TNA, WO 1-526, 463-464.

¹⁷² Duke of Wellington to William Gladstone (CO). March 25, 1846. TNA, WO 1-527, 239-240.

¹⁷³ Duke of Wellington Memorandum. June 27, 1846. TNA, WO 1-527, 382-384.

humanitarianism predominante no governo em Londres, passando por um meio-termo ambíguo do Governador Grey.

k. Ideias liberais e a transformação da concepção do uso da terra

George Grey, representante do Império Britânico na Nova Zelândia, sabia ser impossível, ou muito caro e difícil, superar militarmente os Maori naquele momento. A estratégia idealizada para assumir o controle efetivo do arquipélago recaiu no mapeamento dos interiores das ilhas, na compra extensiva e indiscriminada de terras pelo governo, e na integração dos nativos na economia e nas práticas cotidianas dos *pakeha*.

Entre 1846 e 1854, o *Colonial Office* esteve sob o comando de um *Whig* radical vinculado às teorias dos *Colonial Reformers*, o Conde Grey¹⁷⁴. Defensor da autonomia tutelada das colônias, Lorde Grey elaborou um texto constitucional para a Nova Zelândia, marcado pela divisão da colônia em duas províncias – Novo Ulster para a Ilha Norte e Novo Munster para a Ilha Sul – com assembleias eleitas.

O Governador Grey se manifestou contra e trabalhou pela não aplicação deste texto constitucional, argumentando que daria muita força política aos colonos e reacenderia os ânimos dos Maori contra os britânicos. Em sua análise, os nativos concentravam uma população muito maior do que a de *pakehas* e detinham muita força econômica e militar para serem tão explicitamente golpeados.

Para minar esta força, combater os “territórios selvagens” e evitar uma desgastante, ineficiente e cara ocupação militar da região, o governador investiu no reconhecimento, abertura e controle de caminhos, como um entre Wellington e Porirua, executado simultaneamente às operações militares. Em memorando enviado aos comandantes militares com instruções específicas para as relações com os nativos, já citado¹⁷⁵, Grey explicitou seu projeto para a pacificação do território. Era preciso contar com um navio de guerra, 500 soldados para permanecerem no Distrito Sul apoiando 55 guardas coloniais (*police constables*) e 200 milicianos. Esses homens, pagos para proteger as propriedades dos britânicos pelo próprio governo da colônia tinham uma tarefa muito especial:

¹⁷⁴ Henry Grey não era parente de George Grey. Era filho do tradicional político *Whig* Charles Grey, 2º Conde Grey, Primeiro Ministro britânico entre 1830 e 1834. Seguiu a carreira e a linha política do pai e foi destacado personagem do Partido *Whig*, um liberal radical, amigo e seguidor de Edward Gibbon Wakefield. Já como 3º Conde Grey, foi o responsável pelo *Colonial Office* durante o gabinete de Lorde Stanley, até 1852. Para diferenciar do governador, será identificado como Lorde Grey.

¹⁷⁵ Governor Grey Memorandum. April 19, 1846. TNA, WO 1-526, 275 e 280, nota 152, p. 175.

“O dever da guarda colonial é o de explorar o território nas cercanias das tropas, para obter informação, familiarizar-se com os nativos, suas habitações, cultivos e estradas, e mais especificamente cuidar e proteger os colonos”¹⁷⁶.

O governo aproveitava todas as oportunidades para enviar especialistas encarregados em produzir mapas: lançar mão de mais e mais informações para combater e colonizar, pois um dos principais desafios consistia em conhecer o território além da costa. Além de engenheiros cartógrafos¹⁷⁷ profissionais empregados nesta tarefa, havia os oficiais das tropas também responsáveis por colher o máximo de dados possível.

Desde a chegada da *New Zealand Company* e a posterior anexação das ilhas ao Império, estes homens circulavam, iniciando suas tarefas nas regiões próximas aos centros de colonização. Eles objetivavam identificar os principais aspectos fisiográficos da paisagem, nomeá-los, colocá-los em bases compreensíveis e publicáveis, e situar as potencialidades econômicas de cada região.

Muitos dos primeiros engenheiros cartógrafos eram filhos de missionários ou dos chamados “piores colonos”, fluentes no idioma nativo e conhecedores de importantes aspectos de sua cultura e estrutura social; isto permitia-lhes um trânsito um pouco mais fácil entre os Maori¹⁷⁸. Para concretizarem suas atividades, entretanto, demandavam ajuda de guias nativos¹⁷⁹, conhecedores do terreno e da natureza, além da permissão dos Chefes.

Nas primeiras décadas da colonização, o mapeamento era uma atividade bem-vinda pela maioria dos nativos, pois significava facilitar a chegada de imigrantes, isto é, a obtenção de recursos com a venda de terras, produtos e serviços. Com o transcorrer dos anos, especialmente a partir da década de 1860, eles passaram a ser o símbolo de um avanço iminente dos *pakeha*, tornando-se indesejados e repelidos.

O resultado da ação destes homens era fundamental para a consolidação da colonização, tendo em vista que esta se deu, na Nova Zelândia, a partir da instituição e expansão de um mercado fundiário liberal pautado na propriedade individual. Segundo Giselle Byrnes, “a exploração era, ao menos para a Coroa, parte essencial no processo de

¹⁷⁶ Governor Grey Memorandum. April 19, 1846. TNA, WO 1-526, 293.

¹⁷⁷ A bibliografia neozelandesa e britânica chama estes homens de *surveyors*. Neste caso e de acordo com seus objetivos específicos, a melhor tradução para o termo é engenheiro cartógrafo.

¹⁷⁸ Cf. BYRNES, Giselle. *Boundary Markers*, op. cit., p. 22.

¹⁷⁹ Há inúmeros exemplos desta integração. Um deles está em Governor Grey to William Gladstone (CO). June 20, 1846. TNA, WO 1-526, 419-421.

conversão da posse tradicional Maori de terras para o sistema de títulos de propriedade (...), parte considerável do esforço para individualizar o controle fundiário”¹⁸⁰.

A ação dos engenheiros cartógrafos ultrapassava o aspecto econômico das terras. Ao atravessá-las, renomeá-las, classificá-las e inseri-las no sistema jurídico e fundiário britânico, eles simbolicamente as retiravam do domínio Maori, transformando-as em mercadorias em potencial, compreensíveis aos colonos tanto numérica quanto nominalmente, como as vilas de Auckland, Wellington, Nelson e New Plymouth.

Seu “ímpeto universalizante tendeu a suprimir diferenças e reduzir individualidades em estereótipos (...) para articular o desconhecido em termos conhecidos, traduzindo o particular para o universal (e familiar)”¹⁸¹. Para aqueles convencidos de estarem chegando a uma “pequena Inglaterra”, estes eram sinais de extrema relevância para encontrarem o que buscavam.

Aos emigrantes em potencial e aos investidores, ambos na Grã-Bretanha, os mapas eram recurso essencial, pois revelavam em uma linguagem compreensível terras distantes e desconhecidas, desenhando o presente para revelar e influenciar o futuro. Para a classe média e os trabalhadores braçais que se propuseram a viajar meio planeta em busca de oportunidades, era fundamental saber para qual região se dirigir, suas potencialidades econômicas e demandas.

Em meados da década de 1840, os mapas estavam sendo produzidos, os territórios ressignificados e as terras vendidas pelos Maori ao Estado. Faltavam compradores. As notícias sobre seguidos embates entre colonos e nativos, em Wairau (1843), *Bay of Islands* (1844-1845) e Distrito Sul (1846-1847), com relatos assombrosos de mortes e abusos, estampados na imprensa, levaram a uma enorme redução no interesse de investidores e potenciais imigrantes.

Para o sucesso da colonização, era primordial garantir a segurança dos colonos para retomar as vendas das terras, geradoras das receitas do governo colonial e do financiamento dos viajantes. O governador Grey pediu insistentemente mais tropas, mas o comando militar em Londres – *Horse Guards* – relutou em cedê-las, diante de tantos e distintos desafios imperiais ao redor do globo. Em um Império em rápida expansão, regiões estrategicamente

---

¹⁸⁰ BYRNES, Giselle. *Boundary markers*, op. cit., p. 5.

¹⁸¹ Idem, p. 50.

mais relevantes, como a Índia e a China, demandavam os mesmos recursos que a Nova Zelândia.

A solução encontrada pelas autoridades em Londres e em Auckland procurou conciliar as duas demandas escassas – soldados e colonos – fundindo-os no que ficou conhecido como *New Zealand Fencibles*. Os soldados e oficiais do Exército e da Marinha Real candidatos a este posto deveriam preencher os mesmos requisitos dos demais emigrantes referentes a idade e equilíbrio entre os sexos, com o diferencial destes serem veteranos subsidiados.

Os homens recebiam casas e terrenos, além de preços abaixo do mercado para ampliação dos mesmos, e deviam se apresentar em caso de convocação. Eram colonos, pois viajavam com suas famílias, produziam e ocupavam o território de forma sedentária, e eram soldados quando necessário. Segundo instruções enviadas pelo Lorde Grey,

“Considero parte essencial do plano que os homens que compõem essa força sejam assentados em vilas, (...) como foi no caso da primeira colônia britânica no continente americano. O agrupamento nas vilas dos primeiros colonizadores, (...) que foi necessário pelo perigo de ataques de indígenas, contribuiu em grande parte, acredito, para o sucesso dessas colônias e, especialmente, para que mantivessem seu lugar na escala da civilização”¹⁸².

Sempre lidando com o traumático exemplo da independência de parte das colônias da América do Norte, os estrategistas do *Colonial Office* procuravam identificar os aspectos positivos daquela experiência – como o sentimento de pertencimento a uma comunidade para a manutenção dos princípios civilizados – evitando os aspectos tidos como estopim daquela separação – como os excessos de exploração e falta de participação política.

Esta solução agradou ao Governador Grey. Após muitas e múltiplas pressões, ele conseguiu reunir na Nova Zelândia 2.000 soldados regulares, 500 colonos veteranos e 450 marinheiros em 3 navios, considerados suficientes naquele momento. A partir de então, foi possível expandir gradativamente a área de influência britânica na Ilha Norte e comprar toda a Ilha Sul. Apesar de impressionantes, estes números escondem um importante detalhe: 90% dos Maori continuavam vivendo em suas terras, concentrados em regiões específicas da Ilha Norte¹⁸³.

¹⁸² Earl Grey (CO) to Governor Grey. November 24, 1846. TNA, WO 1-527, 415-421 (grifos meus).

¹⁸³ Cf. BELICH, James. *Making peoples*, op. cit., p. 225.

Segundo James Belich, “as guerras dos anos 1840 delimitaram as fronteiras entre as esferas Maori e *pakeha* e definiram os limites de interferência entre elas. Com diferentes níveis de aceitação, reconhecimento, raiva e relutância, governadores e colonos tacitamente – e às vezes explicitamente – concordavam que a autoridade da Rainha Vitória não era reconhecida fora das vilas britânicas”¹⁸⁴.

Richard Hill, no entanto, vai adiante. Para ele, o período iniciado em 1847 foi marcado por um lento, mas consistente esforço em suplantar as diferentes formas de independência dos nativos, pautado em estratégias não militares coordenadas por Grey: “sua política mais ampla para os nativos consistia em suplantar a autodeterminação Maori por vias menos caras, especialmente aumentando a rapidez da assimilação. As lideranças Maori seriam cooptadas e transformadas nas pontas de lança da disseminação da ‘civilização’ e submissão ao Império”¹⁸⁵.

Em muitos aspectos, desenvolviam-se na Nova Zelândia duas sociedades em paralelo. Nas vilas britânicas e nos rincões do interior da Ilha Norte, prevaleciam as leis e costumes destas sociedades. Nas zonas de contato, as interações cresciam, assim como as tensões, à medida que o mapeamento e a pressão por terras adentravam regiões até então controladas pelos Maori.

Na vida cotidiana, é possível identificar um avanço sistemático da linha de fronteira, marcado pela constante aquisição de terras e o confinamento dos nativos em regiões específicas, bem delimitadas, mas ainda pouco conhecidas. Alguns Chefes aproveitaram o período para expandir suas redes de comércio e serviços, conseguindo inverter a lógica da colonização e manter os *pakeha* sob seu controle, mas na maioria dos casos, houve uma crescente marginalização política e econômica. Na virada da década, já havia mais europeus do que Maori vivendo na Nova Zelândia e, para eles, era cada vez mais intolerável assistir à independência nativa.

No entendimento de Richard Hill, “em livros de história e no senso comum, a Nova Zelândia era apresentada como uma exceção no Império para confirmar a regra colonial. Isto ajudou a construir a ideia de uma nação unida pela ‘melhor relação de raças no mundo’. Os historiadores revisionistas, após examinar as práticas da Coroa e dos colonos profundamente, questionaram a ‘tese da bondade’, mas muitos ainda acreditam que a Coroa *pretendia* incluir

---

¹⁸⁴ Idem, p. 229.

¹⁸⁵ HILL, Richard. “Maori and State policy”, op. cit., p. 518.

e/ou compartilhar o poder com os Maori – e que a história é cheia de ‘oportunidades perdidas’ como esta (...). Isto, em última análise, reforçou a percepção de um experimento excepcional do *humanitarianism*”¹⁸⁶, ou seja, a Coroa não tinha “boas intenções”. Era *humanitarian* só no discurso.

Durante praticamente quinze anos contados a partir da supressão dos levantes do Hutt e do Wanganui, poucos embates e rebeliões de maior destaque ocorreram na Nova Zelândia. Esta década e meia que seguiu foi marcada pela crescente imigração britânica, por um crescimento rápido e impressionante na compra de terras, mas com a manutenção da autonomia Maori nas regiões mais populosas, isto é, na Ilha Norte. A questão da soberania permanecia em aberto. Grey conseguiu fazer a lei valer nas cidades, mas não fora delas, em uma clara submissão à força política, militar, econômica e demográfica dos Maori¹⁸⁷.

---

¹⁸⁶ Idem, p. 513.

¹⁸⁷ Cf. BELICH, James. *Making peoples*, op. cit., pp. 224-225.

CAPÍTULO III

Ciência, capital e armas

na consolidação do Império Britânico

CAPÍTULO III

Ciência, capital e armas na consolidação do Império Britânico

A Grã-Bretanha expandiu sua atuação imperial e investiu na consolidação de sua dimensão global a partir da década de 1850. As propostas do *humanitarianism* e dos *Colonial Reformers* estavam superadas, em nome da supremacia britânica. Este capítulo analisa a conjuntura interna britânica na metade do século, as transformações científico-tecnológicas e as novas concepções de soberania, poder e guerra para compreender as transformações nas formas de entender e se relacionar com os povos nativos. O enfoque se dá na situação neozelandesa, as resistências oferecidas pelos Maori e a adoção de estratégia ofensiva militar para a inserção de terras aos mercados e territórios à jurisdição da Coroa.

a. A confiança dos súditos em seu Império

As duas décadas entre 1846 e 1865 foram marcadas pela predominância *Whig* na política britânica – com pequenos intervalos de gabinetes conservadores – e por profundas reformas liberalizantes na economia do Império.

Cerca de oitenta anos após a publicação de *A riqueza das nações*, de Adam Smith, seus seguidores conseguiram suplantam as resistências conservadoras da aristocracia, grandes proprietários rurais e companhias monopolistas de comércio e controle imperial para aprovar uma nova legislação. Foi somente com a força da imprensa, da classe média e de partes do operariado que se tornou possível enfrentar estes privilégios. Estes grupos agora fortalecidos, tão influentes nas lutas do *humanitarianism*, aderiram ao livre-comércio como forma de contestação social e tentativa de diminuir o poder e os privilégios da aristocracia¹.

Lorde Russell era um *whig* liberal vinculado aos grupos do *humanitarianism* e foi o Primeiro Ministro Britânico entre 1846 e 1852. Neste período, foram aprovadas duas leis simbólicas da vitória do liberalismo econômico sobre as práticas protecionistas na Grã-

---

¹ Cf. HOWE, Anthony. “Free trade and global order: the rise and fall of a Victorian vision”. In: BELL, Duncan (ed). *Victorian visions of global order: Empire and international relations in Nineteenth-Century political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 29.

Bretanha. Na sequência, deu-se o início a políticas e pressões pela expansão destas práticas pelo globo².

Em 1846, foram extintas as chamadas Leis dos Grãos (*Corn Laws*), abolindo impostos sobre a importação de grãos e cereais. Três anos mais tarde, foi a vez do fim das Leis de Navegação (*Navigation Acts*) e a liberação dos portos para navios de todas as bandeiras. O princípio pragmático subjacente a tais inovações orientava para o barateamento dos alimentos, na industrializada e populosa Grã-Bretanha, para evitar insatisfações populares e, ao mesmo tempo, fortalecer o conservadorismo da classe média.

Houve um amplo investimento na divulgação dos ideais do liberalismo econômico e do livre comércio³. O princípio estabelecido era o da ampliação das relações entre os povos para a propagação da paz⁴. Entretanto, a atuação britânica nas áreas de expansão do império formal e do império informal se afastou desta retórica ao recorrer, muitas vezes, às armas para impor relações comerciais ou liberalizar os mercados. Assim ocorreu na frustrada tentativa de abrir a bacia do Rio da Prata a seus produtos e o consequente bloqueio naval da região entre 1845 e 1850⁵.

Na Grã-Bretanha da segunda metade da década de 1840, havia uma sensação de vitória do liberalismo econômico e certeza em suas premissas, com o investimento na divulgação de suas concepções às multidões. As relações sociais encontravam-se tensas nos principais centros urbanos, onde a insatisfação crescia diante das péssimas condições de vida e da exploração nas indústrias. Neste contexto, boatos e notícias sobre levantes populares no continente se estenderam rapidamente.

Segundo Duncan Bell, “visões apocalípticas sobre uma sangrenta revolução alarmaram e transformaram os grupos dirigentes, levando-os a alterar as legislações punitivas e, após duras lutas, permitir limitadas ampliações no sufrágio”⁶. Por um lado, a repressão aos dissidentes aumentou as prisões e as levadas de degredados aos confins do Império, e por outro,

² Para as práticas liberalizantes da economia e a expansão imperial, além da historiografia já citada, SEMMEL, Bernard. *The rise and fall of free-trade imperialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

³ Sobre liberalismo e impérios, PITTS, Jennifer. *A turn to Empire: the rise of imperial liberalism in Britain and France*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

⁴ Cf. DRAYTON, Richard. *Nature's government: science, imperial Britain and the 'improvement' of the world*. Londres: Yale University Press, 2000.

⁵ Sobre as polêmicas em torno da definição de civilização e barbárie nas relações internacionais, PITTS, Jennifer. “Boundaries of Victorian international law”. In: BELL, Duncan (Ed). *Victorian visions of global order*, op. cit.

⁶ BELL, Duncan. “Victorian visions of global order: an introduction”. In: *Victorian visions of global order*, op. cit., p. 6.

investiu-se na classe média, ampliando-se direitos para permitir seu enriquecimento. O objetivo era contar com este conservadorismo popular na formação de multidões de pequenos proprietários, indivíduos de direitos em uma sociedade de mercado reacionária às ideias comunistas e socialistas.

A aristocracia britânica mostrou novamente sua capacidade de compreensão da nova ordem e adaptação e comandou, com a *gentry*, uma lenta, gradual e tutelada transformação social com o objetivo de evitar a revolução e pacificar o proletariado⁷. Segundo Amiria Henare, aristocratas e *gentlemen* não estabeleceram grandes distinções entre os proletários urbanos, os camponeses e os povos colonizados, “sujeitos às ‘melhorias’ sociais e tecnológicas comandadas por uma classe média cada vez maior e mais forte. As colônias modelo deveriam receber uma série de instalações para a inserção da civilização britânica, incluindo escolas, igrejas, tribunais, hospitais, prisões e museus”⁸.

Tendo sido pouco abalada pela onda de levantes populares europeus de 1848⁹, a ordem vigente reconheceu a necessidade de amenizar a situação das massas trabalhadoras urbanas, procurou ensinar uma versão vulgarizada das premissas do liberalismo econômico para instruí-las à ordem, ao mercado e ao trabalho. Estas metas foram assumidas como bandeiras, defendidas e financiadas por associações¹⁰, clubes e pela imprensa. Uma figura a assumir papel central nesta tarefa foi o Príncipe Consorte Albert de Saxe-Coburgo-Gota, marido da Rainha Vitória, um dos articuladores do evento apoteótico da supremacia britânica e das benesses de suas indústrias e economia, a *Grande Exposição dos trabalhos e indústria de todas as nações*, ou apenas Grande Exposição, de 1851¹¹.

---

⁷ Cf. MAYER, Arno. *A força da tradição – a persistência do Antigo Regime*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

⁸ HENARE, Amiria. *Museums, Anthropology and Imperial exchange*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 131.

⁹ Sobre as revoluções populares europeias de 1848, algumas obras recentes: TAYLOR, Miles. “The 1848 Revolutions and the British Empire”, *Past & Present*, 166 (2000); SPERBER, Jonathan. *The European Revolutions, 1848-1851*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005; EVANS, Robert; VON STRANDMANN, Harmut Pogge (eds). *The Revolutions in Europe, 1848-9: from Reform to Reaction*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

¹⁰ Entre as diferentes associações, destacou-se a *Royal Society for the Encouragement of Arts, Manufactures and Commerce*. Não confundir com sua contemporânea e já citada *Royal Society of London for the Improvement of Natural Knowledge*, conhecida apenas como *Royal Society*.

¹¹ Foi republicada recentemente uma cópia fax-similar do catálogo da Grande Exposição: HUNT, Robert. *Companion to the official Catalogue. Synopsis of the contents of the Great Exhibition of 1851*. Charleston: BiblioBazaar, 2008.

Este imenso evento¹² durou seis meses e recebeu em suas famosas e imensas instalações do *Crystal Palace* no *Hyde Park*, em Londres, aproximadamente seis milhões de visitantes, divididos em classes, para as quais havia dias específicos de visita. O objetivo principal era exibir as inovações tecnológicas decorrentes da Revolução Industrial e das pesquisas científicas e os produtos das colônias, evidenciando a vitalidade, o dinamismo e a força do Império Britânico em uma defesa da circulação de produtos e pessoas, do livre comércio e do liberalismo econômico.

Entre os maiores sucessos, estiveram os mais modernos exemplares de três símbolos daquela época e da expansão imperial britânica: os relógios, as máquinas a vapor¹³ e o telégrafo¹⁴, responsáveis pela radical transformação da relação tempo-espço na vida cotidiana das pessoas, ao regular mecanicamente o dia e suas atividades, possibilitar viagens marítimas e terrestres em tempos até então inimagináveis e enviar e receber comunicados ao outro lado do planeta em segundos¹⁵.

Na análise de Robert Kubicek, a Grande Exposição “evidenciou as enormes possibilidades para a expansão da riqueza e dominação representadas pelas inovações tecnológicas. Aquela foi uma exposição mundial com produtos de diferentes locais, contou com representações das diferentes partes do império, bem como produtos britânicos com potencial para consumo além-mar. Nesta categoria estavam relógios, modelos de máquinas a vapores, pontes e, evidentemente, a locomotiva”¹⁶.

A Grande Exposição não era apenas uma imensa celebração do Império¹⁷. Seu outro objetivo era instrucional: evidenciar para as crescentes e descontentes massas urbanas as incríveis invenções da indústria e os produtos do trabalho, da dedicação, da industrialização e suas possibilidades de enriquecimento. Havia uma preocupação em pacificar e instruir o

¹² Sobre a Grande Exposição, AUERBACH, Jeffrey A. *The Great Exhibition of 1851: a nation on display*. New Haven: Yale University Press, 1999; AUERBACH, Jeffrey A.; HOFFENBERG, Peter H. (eds) *Britain, the Empire, and the World at the Great Exhibition of 1851*. Aldershot: Ashgate, 2008.

¹³ Em 1867 o Canal de Suez começou a operar. As viagens para a Índia diminuíram drasticamente de tempo, mas para a Nova Zelândia ele fez pouca diferença, já que o percurso diminuiu somente de 12.900 para 12.100 milhas náuticas (6,2% a menos).

¹⁴ Em 1872 os cabos subterrâneos já uniam Londres a Hong Kong e a Austrália, no outro lado do planeta.

¹⁵ Para a revolução nos modos de vida decorrentes destes inventos, KUBICEK, Robert. “British expansion, Empire and technological change”. In: PORTER, Andrew. *The Nineteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1999; THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*, 3 vol. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁶ KUBICEK, Robert. “British expansion, Empire and technological change”, op. cit., p. 250.

¹⁷ Para o entusiasmo da monarquia com o liberalismo econômico e seu patrocínio à Grande Exposição: PORTER, Bernard. *The absent-minded imperialists. Empire, society, and culture in Britain*, op. cit.

proletariado britânico, fazendo-o crer e participar da grande festa do enriquecimento material e intelectual para combater práticas contestatórias.

O próprio nome do evento explicita o conceito por trás dele: a exposição. Na metade do século XIX, alcançava o amadurecimento a ideia em torno da disseminação pública do conhecimento, sendo os museus identificados como as instituições ideais, passando a suplantiar as antigas e particulares coleções de excentricidades de Reis e da Igreja, fazendo parte de uma estratégia para iluminar a população e promover avanços materiais e morais às classes baixas¹⁸.

Além de bem-sucedidos em seus objetivos principais de Exposição, instrução e disseminação de ideias, os organizadores da Grande Exposição também conseguiram reunir uma impressionante soma de recursos após os seis meses do evento. Seguindo suas concepções, estes foram empregados para a construção de novas alas para o Museu Britânico e a compra de imenso terreno na região de *South Kensington*, em Londres, onde foi erguido outro prédio para uma de suas crescentes coleções, a de história natural¹⁹.

A Nova Zelândia não deixou de se fazer representar na Grande Exposição²⁰. O governador George Grey enviou farinha produzida em moinhos dos Maori ocidentalizados, exemplares de madeiras e do *Phornium tenax*, o “linho nativo”, bem como diferentes utensílios feitos do mesmo, ““quatro esteiras, uma jade de um Chefe (...), uma caixa entalhada, um porrete de guerra, redes de pesca e anzóis nativos’. Justapostos a produtos de estilo europeu produzidos pelos Maori, representaram, segundo o texto explicativo, ‘artefatos nativos, antigamente utilizados para fins de canibalismo (...) por um povo agora suficientemente civilizado para receber investimentos e imigrantes’”²¹.

Estes materiais enviados para a Grande Exposição explicitam o caráter daquele evento, o papel da Nova Zelândia no Império e as ideias com mais força no período. Na década de 1850, perdiam relevância os aspectos religiosos relacionados ao *humanitarianism* e ganhavam

¹⁸ Cf. HENARE, Amiria. *Museums, Anthropology and Imperial Exchange*, op. cit., p. 149;

¹⁹ O prédio dos departamentos de história natural começou efetivamente a ser construído em 1873 e foi inaugurado em 1880. Somente em 1963 houve o desmembramento que fez surgir o autônomo e atual Museu de História Natural. Sobre esta instituição, suas relações com as viagens de exploração, o cientificismo e o Império, RICE, Tony. *Viagens de descobrimento: três séculos de explorações e história natural*. Tradução de Flavia Carneiro Anderson e Fernanda Schnoor. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2007.

²⁰ Sobre as contribuições da Nova Zelândia à Grande Exposição, JOHNSTON, Ewan. “‘A valuable and tolerably extensive collection of native and other products’: New Zealand at the Crystal Palace”. In: AUERBACH, Jeffrey A.; HOFFENBERG, Peter H. (eds) *Britain, the Empire, and the World at the Great Exhibition of 1851*, op. cit.

²¹ HENARE, Amiria. *Museums, Anthropology and Imperial Exchange*, op. cit., pp. 150-151.

destaque as provas do sucesso da atuação britânica no arquipélago, destacando-se os produtos comercializáveis realizados pelos Maori, como a farinha. A eles, acrescentaram-se objetos naturais potencialmente interessantes à indústria, como o linho e as madeiras, além de objetos etnográficos para a Exposição das excentricidades encontradas mundo afora e o papel transformador do comércio, da indústria e da civilização britânica, como o porrete, as pedras e anzóis, símbolos de uma época descrita como atrasada e supostamente superada pelos Maori.

As colônias brancas receberam especial destaque no *Crystal Palace*, afinal o gabinete no poder e os organizadores estavam alinhados com as premissas dos *Colonial Reformers* e pretendiam aproveitar a oportunidade para fazer propaganda das “pequenas Inglaterra” construídas Império afora, disponíveis para as classes médias trabalhadoras. Em todos os casos, era destacada a natureza a ser explorada, a riqueza iminente, a sociedade ordeira em construção e os povos nativos pacíficos. No caso da Nova Zelândia, recebeu grande destaque a Exposição dos quadros já citados, inclusive o *Interior of a native village or “pa” in New Zealand, situated near the Town of Petre, at Wanganui*, sem a divulgação da trágica história por trás daquela imagem.

b. O governador George Grey: pacificação e expansão territorial

O período entre 1846 e 1860 foi marcado por relações mais tranquilas entre os Maori e os *pakeha* e pela administração de dois governadores com algumas estratégias distintas. George Grey comandou a Nova Zelândia até 1854, quando foi transferido para a Colônia do Cabo, e o Cel. Thomas Gore Brown desta data até 1861.

Grey enfrentou uma situação contraditória ao manter uma posição *humanitarian* mais dura, propondo a civilização sem tolerar qualquer movimento de contestação. Durante seu governo, investiu-se na construção de escolas e hospitais para os Maori e houve uma defesa sistemática da propriedade fundiária nativa, acompanhada de esforços recorrentes para o estabelecimento de mercados fundiário e de trabalho, e em instituir a lógica do dinheiro e do liberalismo.

Um dos investimentos recaiu na tradução para o idioma Maori de livros que explicassem a nova ordem social e econômica. Em 1849, foi publicada *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith²² e, na sequência, o panfleto *Easy lessons on money matters, for the use of*

---

²² Cf. HENARE, Amiria. *Museums, Anthropology and Imperial Exchange*, op. cit., p. 114.

Young people, de Charles Whately, publicado na Inglaterra em 1837. Em ambos os casos, pretendia-se disseminar entre os nativos o encadeamento lógico de sustentação da economia de mercado liberal, em uma clara estratégia de convencimento e conquista pacífica: “esta era a alternativa ‘radical’ ao extermínio”²³.

Entretanto, quando os Maori colocaram em prática as lições liberais, passaram a dificultar o avanço da economia *pakeha*. Isto aconteceu porque muitos *iwi*, especialmente das regiões mais próximas às vilas, concentraram sua produção agrícola em alimentos para o mercado, como por exemplo, com o plantio de trigo e a construção de moinhos nas regiões de Taranaki e Waikato²⁴. Em regiões próximas aos centros de colonização, apareceu como opção o arrendamento de terras aos recém-chegados, uma alternativa à venda, que mantinha o controle comunitário sobre as terras e oferecia rendimentos²⁵.

Segundo dados apresentados por Grey, no começo da década de 1850, a Nova Zelândia contava com aproximadamente 120.000 Maori e 26.000 *pakeha*, entre britânicos, estadunidenses, franceses e alemães, reunidos em nove principais vilas, sendo a maior – Auckland – com 9.000 habitantes²⁶.

Os Maori despossuídos da terra logo entraram no mercado de trabalho, passando a exercer desde atividades básicas na agricultura, pecuária, construção civil, mineração, caça às focas e baleias e extrativismo natural. Em geral estes trabalhos ainda eram organizados coletivamente²⁷.

Em novembro de 1850, o governo financiou o levantamento de bens, direitos, débitos e propriedades da *New Zealand Company*, já em processo de dissolução. A principal dificuldade encontrada para estabelecer conclusões claras quanto à situação financeira decorreu das imensas parcelas de terras a que a NZCo tinha direito na Nova Zelândia, mas que não conseguia vender²⁸. Com o encerramento de suas atividades, esses territórios entraram em um limbo jurídico e passaram a ser disputados pelos governos Imperial (*Colonial Office*) e Colonial e, posteriormente, pelas Províncias.

²³ DALE, Leigh. “George Grey in Ireland”. In: LAMBERT, David; LESTER, Ana (Ed). *Colonial lives across the British Empire. Imperial careering in the long Nineteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 170.

²⁴ Cf. BELICH, James. *Making peoples. A history of the New Zealanders from Polynesian settlement to the end of the Nineteenth Century*. Honolulu: Hawai’i University Press, 1996, p. 126.

²⁵ Idem.

²⁶ Governor Grey to Earl Grey (CO), August 30, 1851. TNA, CO 881-1, XXX-3.

²⁷ Cf. BELICH, James. *Making peoples*, op. cit., pp. 214-215.

²⁸ John G. Shaw Lefevre report. TNA, CO 881-1, XXIX.

Quando conseguiu impedir a oficialização da Constituição da Nova Zelândia, em 1846, o governador Grey negociou com o *Colonial Office* e foi estabelecido o prazo até 1852 para a entrada em vigor do autogoverno nas ilhas. Dentro deste período, o objetivo primordial da administração colonial deveria ser a pacificação das relações entre nativos e britânicos e a compra da maior quantidade de terras possível para revenda aos imigrantes.

Grey foi bem-sucedido em ambas as tarefas e passou a se preocupar com o desenho do texto constitucional a partir de 1851. Observador perspicaz das sociedades, reconhecia a imensa força concentrada nas mãos dos Maori; a impossibilidade do governo britânico fazer valer sua soberania naquele momento; a crescente indisposição dos colonos com os nativos e a consequente tensão. Sabia que um texto constitucional excessivamente liberal proporcionaria aos colonos a oportunidade para fazer valer seus interesses pessoais²⁹.

Ele continuou defendendo a “civilização” dos Maori, partindo do pressuposto de que, cristianizados e transformados em pequenos proprietários ou em trabalhadores assalariados inseridos no sistema, estes também não se voltariam para rebeliões, e abalos ao sistema e transformações profundas nas relações econômicas, políticas e sociais³⁰.

Sua proposta era a de seguir o modelo metropolitano e criar na colônia uma classe média forte o suficiente para frear qualquer movimento revolucionário e ele acreditava que somente a inclusão dos nativos neste sistema o tornaria seguro:

“Qualquer tentativa de formar (...) um a colônia exclusivamente europeia, cujos habitantes produzissem tudo o que necessitassem completamente independentes da raça nativa, com certeza acabará fracassando. Os nativos da vizinhança de tal assentamento, se achando excluídos de toda participação na prosperidade de seus habitantes, logo formariam bandos de foras-da-lei (...). [Eles] poderiam ser facilmente incorporados a qualquer assentamento britânico, com mútuas vantagens para ambas as raças, os nativos fornecendo produtos agrícolas, aves domésticas, porcos, e constante mão-de-obra (ainda que na maior parte das vezes rude e inábil); enquanto, por outro lado, os europeus

---

²⁹ Grey foi um perspicaz observador dos povos nativos e procurou aplicar seus conhecimentos para a pacificação e expansão do controle imperial. De acordo com Amiria Henara, “enquanto administrador colonial, ele utilizou a etnologia explicitamente como estratégia para identificar formas para a implementação do controle imperial”. HENARE, Amiria. *Museums, Anthropology and Imperial Exchange*, op. cit., p. 146.

³⁰ Grey, muitas vezes, não seguia as instruções do *Colonial Office*. Aplicava o que considerava viável e interessante a partir da análise pragmática da situação. Esta autonomia para os administradores coloniais foi uma prática no período, em virtude da distância geográfica e das dinâmicas impossíveis de serem reguladas a partir de Londres. Cf. DALE, Leigh. “George Grey in Ireland”, op. cit., p. 149.

poderiam fornecer diversos bens manufaturados solicitados pelos nativos, e diversos desejos criados pela crescente civilização (...)»³¹.

O centro de suas preocupações recaía na diferença demográfica entre os Maori e os *pakeha*, na indisposição dos colonos com os nativos e na fraqueza militar britânica. Sem poder contar com reforços de tropas imperiais, temia enfrentar os Maori, bem armados e tradicionalmente guerreiros, com um número reduzido de colonos pouco familiarizados com as armas e técnicas de guerra. Para combater o autogoverno, procurou estabelecer comparações com os EUA, constantemente citados pelos legisladores e colonos como o modelo de federação e governo a ser instaurado nas colônias brancas:

“Fui assegurado por muitos e experientes oficiais, bem familiarizados com a América e esse território, que há do ponto de vista militar, analogias entre os nativos dos dois países; os Maoris (...) sendo infinitamente superiores aos índios americanos. Na verdade, não há dúvida de que são, para a guerra, e neste território, mais bem equipados do que nossas próprias tropas”³².

Esta análise da situação neozelandesa foi muito importante para a elaboração da Constituição de 1852, pelo *Colonial Office*. Entretanto, o governo desconsiderou a principal preocupação de Grey, referente ao poder aos colonos. O liberalismo econômico e político predominante no gabinete naquele momento e a crença na superioridade racial britânica e em sua missão dominadora, levaram a um texto constitucional que proporcionava mais poderes aos colonos do que Grey considerava recomendável.

O texto constitucional aprovado explicitava os projetos metropolitanos para a Nova Zelândia e o entendimento da situação daquela colônia. As duas províncias originais foram divididas em seis – Auckland, Taranaki e Wellington, na Ilha Norte; Nelson, Canterbury e Otago, na Ilha Sul. Em cada uma foi instalado um Conselho Provincial (*Provincial Council*), com membros eleitos e outros indicados pelo governador. Sua jurisdição, entretanto, recaía sobre as áreas sob controle efetivo britânico, com gradual expansão na medida em que terras nativas eram inseridas no mercado. O objetivo era impedir o abuso do poder provincial pelos colonos para adquirir terras, mas contribuiu para pressionar ainda mais os nativos a vender.

Acima das Províncias estava a Assembleia Geral (*General Assembly*), reunindo o Governador, um Conselho Legislativo indicado e uma Casa de Representantes eleitos pelo

---

³¹ Governor Grey to Earl Grey (CO), August 30, 1851. TNA, CO 881-1, XXX-4, 15-16.

³² Governor Grey to Earl Grey (CO), August 30, 1851. TNA, CO 881-1, XXX-3.

voto censitário, como costume à época. Grey havia sugerido o estabelecimento de cotas para os Maori, ideia refutada pelo *Colonial Office*, para quem o conceito de democracia e representatividade era claro e vinculado à riqueza, chave para o que se chamava de comprometimento com os maiores interesses: “O Governo de Sua Majestade resolveu não instituir nenhum privilégio especial para os nativos, mas em crer em seu avanço em civilização e aquisição de propriedades, para habilitá-los, gradualmente, a fazer parte das eleições junto aos habitantes de raça Europeia”³³.

Em Londres, o *humanitarianism* estava enfraquecido e imperavam propostas pragmáticas para o controle imperial. Neste novo contexto, era inconcebível pensar em cotas para os Maori participarem do autogoverno liberal da colônia, mas havia espaço para o estabelecimento de alianças com Chefes pacíficos. O artigo 71º da Constituição definiu:

“Considera poder ser oportuno que as Leis, Costumes e Usos dos nativos ou habitantes aborígenes da Nova Zelândia, devam, por ora, serem mantidos, para seu próprio governo, desde que não sejam contrários aos Princípios Gerais da Humanidade (...)”³⁴.

Este artigo explicitou o entendimento britânico da situação neozelandesa. Em regiões nas quais o poder e os interesses britânicos ainda não fossem fortes o suficiente, controladas por *kupapa* cristianizados, estava aberta a possibilidade de o governador autorizar, temporariamente, a manutenção das leis e costumes nativos, como forma de fortalecer alianças, estreitar relações e disseminar a paz. O texto é claro: quando passassem a existir interesses britânicos ou quando os Chefes abandonassem a submissão, imediatamente perdiam essas temporárias autorizações³⁵.

O primeiro mandato de George Grey de governador da Nova Zelândia teve objetivos bastante claros: pacificar os Maori e aumentar a presença e a força britânica, na medida do possível. Para executar suas instruções, conciliou medidas vistas por muitos como contraditórias: seguiu práticas do *humanitarianism* – como a construção de escolas e hospitais e o reconhecimento de títulos fundiários –, e utilizou a força para impor o governo e conseguir inserir novas terras no mercado. Manteve um difícil equilíbrio entre os anseios dos colonos,

---

³³ Earl Grey (CO) to Governor Grey, February, 1852. TNA, CO 881-1, XXXI-9.

³⁴ New Zealand Constitutional Act. 18 and 19 Victoria, C. 72, June 30, 1852, XLII.

³⁵ Apenas nos locais mais remotos, sem absoluta presença britânica, e por poucas décadas, foram encontrados estes “distritos nativos”. Com o transcorrer dos anos e a expansão dos colonos, eles foram gradativamente extintos, seja pela presença física *pakeha* ou pela esperada resistência Maori em recebê-los. Em nenhum destes locais os Maori puderam efetivamente legislar sobre suas terras. Cf: HILL, Richard. *State authority, indigenous autonomy: Crown-Maori relations in New Zealand/Aotearoa, 1900-1950*. Wellington: Victoria University Press, 2005, p. 39.

os receios dos Maori e as instruções metropolitanas. Sua atuação foi avaliada, por muitos historiadores, como contraditória³⁶, quando, efetivamente, foi pragmática.

Ele observou, analisou e se relacionou com os nativos. Procurou tranquilizá-los, controlá-los e superá-los, e isto foi notado pelos Chefes. O maior sinal da silenciosa resistência entre 1846 e 1854 foi a crescente negação em vender terras nas regiões efetivamente povoadas pelos Maori. Na Ilha Sul, onde a presença demográfica era baixa, o governo conseguiu rapidamente assumir todo o controle. Na Ilha Norte, em que o número e a organização dos nativos era muito maior, foi praticamente impossível.

Após a aprovação da Constituição, Grey viu o poder dos colonos crescer rapidamente nos Conselhos Provinciais e nas seguidas tentativas de boicotar o poder da Assembleia Geral. Sua missão estava cumprida e o *Colonial Office* já identificava outro local para onde deveria ir com a finalidade de pacificar as relações entre nativos e colonos: a Colônia do Cabo. Em três de janeiro de 1854, ele deixou Auckland. Para seu lugar, foi designado Thomas Robert Gore Browne.

c. A resistência Maori unificada

O governador Browne era mais um homem do Império. Filho de militar de carreira, também entrou para o Exército e atuou na Primeira Guerra do Afeganistão (1839-1842). Na sequência, ingressou nas malhas da administração. Em 1851, tornou-se governador da pequena notável Ilha de Santa Helena, ponto estratégico no Atlântico Sul, bem conhecida na ocasião por ter sido o local da prisão e morte de Napoleão Bonaparte, em 1821. De lá, partiu, em 1855, para seu novo cargo, em Auckland.

A Nova Zelândia de Browne já era bem diferente daquela encontrada por Grey. Os imigrantes chegavam constantemente, o mercado fundiário estava aquecido, mas os Maori insistiam em não querer vender na Ilha Norte. Os colonos, detentores do autogoverno, pretenderam regular a aquisição de terras pelo governo, as relações com os nativos, ou simplesmente acabar com o direito de preempção da Coroa, mas não conseguiram tais

---

³⁶ “Enquanto governador da Nova Zelândia, ele conseguiu agradar e se opor a praticamente todos os setores da população, dos missionários à NZCo”. DALE, Leigh. “George Grey in Ireland”, op. cit., p. 147; “A ativa política intervencionista de Grey (...) reunia um ambíguo potencial duplo: de um lado, leis britânicas, práticas sociais do *humanitarianism* e a ingênua esperança no rápido desenvolvimento de uma sociedade multirracial harmônica e igualitária; por outro lado, a força de polícia, a sistemática perseguição a instituições tradicionais e a possibilidade de abusos marcados por interesses pessoais”. STOCKING, George. *Victorian anthropology*. Nova York: Freepress, 1987, p. 85.

poderes. O crescimento e o fortalecimento da economia *pakeha* fez com que os colonos deixassem gradativamente de depender dos Maori para sua sobrevivência cotidiana, e demandassem cada vez mais terras.

O Governador Browne estava instruído a manter os procedimentos do liberalismo econômico adotados por Grey. O governo colonial deveria fornecer os títulos de posse aos Maori para poder comprar as terras o mais rapidamente e barato possível, e os movimentos de resistência deveriam ser suprimidos. Browne, entretanto, não era um etnólogo. Procurou manter as relações amistosas com os *kupapa* e conhecer toda a região ocupada pelos britânicos, mas era acima de tudo um militar.

De acordo com Gisele Byrnes, “ludibriados pela promessa de fácil acesso a terras, muitos imigrantes chegaram com ideias irreais sobre a prosperidade. Alguns Maori efetivamente queriam vender terras, mas a maioria deles as cedeu enganados, e muitos relutaram e se opuseram à venda de qualquer tipo”³⁷. Diante destas negativas, os britânicos estabeleceram, ainda em 1854, um Departamento para Compras de Terras (*Land Purchase Department*), cujo objetivo era investigar quem seria considerado o *iwi* proprietário legal das terras para agilizar as transações. Esta crescente pressão resultou em uma maior velocidade na transferência de territórios para a Coroa, e desta para os imigrantes, mas também no recrudescimento das antipatias dos Maori.

Em relatório enviado ao *Colonial Office* pouco após chegar e conhecer as principais vilas, o governador Browne apresentou discurso consideravelmente mais crítico aos nativos do que o de seus antecessores, expressando também a compreensão dos Maori da situação vivenciada: “os nativos estão plenamente cientes do valor das terras, e não estão dispostos a vendê-las a preços menores do que aqueles pelos quais serão revendidas aos europeus”³⁸.

A principal rejeição ao sistema de compra e venda de terras, não estava pautada em uma crítica ao mercado fundiário em si, mas no monopólio da Coroa: o direito de preempção. Os nativos se negavam a negociar, conscientes da diferença entre o valor recebido do governo e o pago pelos imigrantes, mas ainda pretendiam participar do sistema e da economia *pakeha*. A análise da situação, elaborada pelo governador, expressou as tensões correntes e explicitou seu alinhamento e eco ao discurso dos colonos:

---

³⁷ BYRNES, Giselle. *Boundary Markers. Land surveying and the colonization of New Zealand*. Wellington: Bridget William Books, 2001, p. 17.

³⁸ Governor Browne to William Mollersworth (CO), 14 February, 1856. TNA, CO 881-1, XXXIV-7.

“Aqueles que estão mais familiarizados e mais dispostos a favorecer aos Maori, admitem que embriaguez e imoralidade estão rapidamente se disseminando (...). Em distritos remotos, onde os Maori são numerosos, estrangeiros, aventureiros inescrupulosos, desertores ou criminosos foragidos, contrabandeiam pólvora e grandes quantidades de bebidas alcoólicas para o uso deles, e propositalmente empenham-se em cometer a desordem na esperança de assegurar vantagens para si mesmos (...). Os Maori (como já disse antes) tem muito mais terras do que podem usar em seu próprio proveito; eles são excessivamente apegados a suas posses, e extremamente desconfiados de qualquer invasão”³⁹.

No entendimento de Browne e dos colonos, os Maori eram nativos propensos à decadência e facilmente manipuláveis, portanto inferiores aos britânicos. Diante desta resistência pacífica, pautada na negativa em vender as terras e boicotar os mapeamentos elaborados pelos engenheiros cartógrafos⁴⁰, os colonos e administradores ressuscitaram o velho discurso da raça corrompida por vícios e maus europeus. Para justificar a truculência e a pressão, inverteu-se o discurso de FitzRoy e passou-se a apresentar os nativos da Nova Zelândia em uma perspectiva semelhante aos americanos, deturpados pela civilização, desconhecedores da religião e não merecedores do controle dos recursos naturais. Ao fim, ele explicitou a visão que tinha dos colonos e o possível futuro dos nativos como obstáculos a serem removidos.

Pressionados, alguns Maori abandonaram a adesão aos mercados e enxergaram a situação a partir de outra perspectiva. Notaram o distanciamento entre o dito pelo governo – civilização, convívio, enriquecimento – e o executado pelos colonos – exclusão, expropriação, empobrecimento. Perceberam o efetivo interesse de grande parte dos *pakeha* em suas terras e as ideias em torno das noções de tutela e superioridade das raças. A partir deste momento, começou a se delinear um movimento, em algumas áreas, de oposição à presença britânica na Nova Zelândia.

Assim como ocorreu em 1845 na *Bay of Islands*, esta agitação também surgiu em local com grande concentração populacional Maori e convívios crescentes com os *pakeha*. No caso da década de 1850, os principais focos das resistências estiveram concentrados na região do

---

³⁹ Governor Browne to William Mollersworth (CO), 14 February, 1856. TNA, CO 881-1, XXXIV-7, 8. (grifos meus)

⁴⁰ Os marcadores físicos de fronteiras desapareciam, os postes eram derrubados e os instrumentos científicos dos engenheiros agrimensores roubados. Com estas simples ações, os Maori conseguiam impedir o mapeamento de suas terras e consequentemente a emissão de títulos fundiários. Cf. BYRNES, Giselle. *Boundary markers*, op. cit., p. 106.

Waikato e de Taranaki, ambas localizadas entre os principais centros britânicos, Auckland e Wellington, portanto foco direto dos interesses dos colonos.

A região conhecida como Waikato é dividida em duas partes, cujo marco divisório é o ponto em que o rio de mesmo nome sai das montanhas (o Alto), alcança a planície litorânea (o Baixo) e passa a serpentear rumo ao Mar de Tasman. As terras baixas eram almeçadas pelos colonos de Auckland, pois eram a expansão natural das regiões ocupadas pela agricultura e pecuária. As zonas altas não reuniam interesse econômico, marcadas por serras escarpadas de origem vulcânica que levam até o lago Taupo e os picos nevados.

Já a região de Taranaki, localiza-se ao sul do Waikato, entre esta e Wanganui, onde George Grey encontrou muita dificuldade para vencer as resistências em 1846. A vila mais importante da região era New Plymouth, fundada pela NZCo e cercada por planícies férteis também de solo vulcânico, onde se localiza o monte Egmont (ou Taranaki).

Principais locais citados neste capítulo.

Fonte: earth.google.com

Importantes centros demográficos nativos, Waikato e Taranaki eram fortes símbolos dos movimentos de resistências nativas à expansão britânica, posto que ali estabeleciam uma zona sob controle, usos e costumes Maori entre as duas regiões britânicas mais povoadas (Auckland e Wellington). Eram zonas economicamente muito interessantes, e esta peculiar situação possibilitou a fusão entre os interesses de colonos locais pelas terras, vinculados aos temores espalhados pelo Império relativos à ameaça à soberania britânica.

Os Maori compreenderam a dinâmica da sociedade invasora e suas brechas para construir sua união. A configuração de um inimigo externo – agora interno – foi conscientizada e propagada por determinados *iwi* para incitar resistências centralizadas e comandadas por eles.

Segundo Richard Hill, “muitos Maori acreditaram que suas únicas chances para ao menos um sucesso parcial contra o poderio do Império Britânico requeriam uma organização em massa”⁴¹, e este significou um movimento iniciado no Waikato, mas logo disseminado por grande parte da Ilha Norte que levou à aclamação de um Rei Maori.

O chamado Movimento do Rei foi uma confederação de *iwi* para a defesa conjunta, marcada pela negação obstinada contra a venda de terras, e pelo surgimento de um discurso pautado na construção de uma oposição intrínseca entre os nativos e os forasteiros, explicitando uma clara ressignificação das imagens levadas pelos europeus sobre “nós” e “os outros”. Homogeneizados como “os outros”, pelos invasores, os Maori superaram históricas rivalidades para enfrentar seus próprios “outros”. Se até a chegada dos europeus, não havia a categoria “Maori”, pois cada um se identificava com seu próprio *iwi*; até a chegada à Nova Zelândia, cada europeu se entendia a partir de sua origem – britânico, francês, etc. Ao se encontrarem, os *iwi* se tornaram Maori e os europeus, *pakeha*.

A organização política do Movimento do Rei seguiu os padrões tradicionais Maori. Definida sua sede, em Ngaruawhia (Baixo Waikato), os Chefes confederados lá se encontravam em ocasiões esporádicas, quando entendiam ser necessária uma deliberação conjunta para uma ação orquestrada. Reunindo em seu auge 15 dos 26 principais *iwi* da Ilha Norte, este movimento significou uma tentativa de responder à pressão britânica e um novo momento nestas relações, no qual a maioria dos Maori já estava diretamente incomodada ou ameaçada pelos *pakeha*, diferentemente do que aconteceu em meados da década de 1840.

---

⁴¹ HILL, Richard. HILL, Richard S. *State authority, indigenous autonomy*, op. cit., p. 33.

O primeiro Rei, proclamado em 1858, foi Potatau Te Whero-Whero, um Chefe já bastante velho, bem articulado e visto como um ponto de equilíbrio entre os diferentes grupos políticos. Ele foi um dos mais fiéis aliados do governador Grey, tendo participado ativamente na pacificação de Wanganui, na década de 1840.

No interior do Movimento, havia duas fortes facções: a dos “moderados”, encabeçada pelo Chefe Wiremu Tamehana, e a dos “exaltados” ou anti-britânicos, liderada pelo Chefe Rewi Maniapoto. O primeiro grupo defendia a convivência pacífica e segregada, com os Maori em suas terras produzindo para si e para os mercados. O segundo, acreditava na solução bélica e na expulsão dos *pakeha* da Nova Zelândia, a partir da constatação dos interesses da maioria dos invasores, e influenciado por histórias que circulavam sobre um nostálgico e idealizado passado, bem como por movimentos messiânicos sincréticos do cristianismo com os costumes tradicionais Maori.

O equilíbrio entre estas forças dentro do Movimento do Rei variou no tempo, dependendo, especialmente, das pressões provenientes dos colonos e do governo. Apesar de adversários políticos internos, todos concordavam na oposição à venda de terras e se uniam quando atacados⁴².

Após décadas de convívio com os missionários, os Maori aprenderam – para além do cristianismo – a entender as dinâmicas e contradições da sociedade britânica. Alfabetizados, acompanhavam as principais discussões, projetos, leis e determinações a partir da imprensa. Isto gerava grande apreensão ao governador Browne, temeroso sobre como as palavras exaltadas dos jornais dos colonos seriam lidas nas *pa*. Em carta ao *Colonial Office*, explicou essa situação:

“Meu Lorde Duque, não devo arriscar-me a atrapalhar vossa Mercê em relação a qualquer coisa ligada à imprensa local da colônia, exceto pelo fato de que na atual crise, a manutenção da paz, ou o início de uma guerra racial, parecem serem influenciados pelos artigos que nela aparecem. Polêmicas referentes às relações com os nativos são cuidadosamente explicadas (e provavelmente exageradas na tradução) aos Maori, que lhes atribuem grande peso, acreditando eles serem os efetivos representantes das opiniões e pontos de vista dos colonos”⁴³.

---

⁴² Cf. BELICH, James. *The New Zealand Wars*. Auckland: Auckland University Press, 1986., pp. 75-76.

⁴³ Governor Browne to the Duke of Newcastle(CO), 25 April, 1860. TNA, CO 881-2, 2, 13 (grifos meus).

A circulação dos jornais e sua leitura pelos Maori explicita seu grau de compreensão das dinâmicas britânicas, em especial o papel da imprensa, e também suas estratégias para tentar antecipar a movimentação das tropas. Se o Governador sabia que eles liam, certamente os editores dos jornais também o sabiam, bem como os grupos mais exaltados por eles apoiados. Assim sendo, também é possível que parte das notícias veiculadas fosse, propositalmente, carregada com determinados tons justamente para fazer chegar às *pa* ideias, projetos e anseios, gerando aumento da tensão, instigando sublevações e justificando possíveis ações militares.

A posição dos missionários diante do Movimento do Rei foi contraditória, notadamente a dos anglicanos. Formalmente ligados ao governo, mantinham estreitas relações com os Maori há décadas e defendiam o *humanitarianism*, enfraquecido nos círculos do poder. Mostraram-se, inicialmente, a favor do Rei, enquanto forma de resistência aos projetos mais exaltados dos colonos, mas mantiveram o constante temor de perder o controle, em caso de radicalização.

Ainda em 1856, o influente missionário Octavius Hadfield escreveu ao governador Browne. O principal motivo de seu contato era opinar sobre a já conhecida reunião dos Chefes no Waikato e as propostas de estabelecimento de um movimento centralizado de resistência, naquele momento ainda incipiente. Na carta, desacreditou as notícias mais alarmantes sobre esta confederação nativa e expressou os motivos para a insatisfação, ao apresentar-se como um defensor dos nativos e, ao mesmo tempo, seu tutor:

“(...) há a intenção de uma reunião secreta (...) com o intuito de aumentar a autoridade dos chefes. A própria falta de clareza de seus objetivos faz que com o movimento não seja merecedor de atenção (...). A única queixa permanente é aquela ligada à compra de terras. Não há má vontade dos aborígenes em alienar suas terras (...). Parece não ser possível compreender, por parte daqueles encarregados de fazer compras nessa parte do território, quem são os efetivos proprietários nativos das terras. Como consequência, algumas vezes reivindica a posse aqueles que a possui, e outras vezes aqueles que antes a possuíam, mas que as perderam ou foram expulsos. Como o Comissário pode imaginar uma ou outra parte é mais inclinada a vendê-la”⁴⁴.

---

⁴⁴ Octavius Hadfield to Governor Browne, 15 April, 1856. TNA, CO 881-1, XXXIV-48, 49.

Através do missionário Hadfield e de outros, inclusive católicos franceses⁴⁵, alastrou-se, entre os colonos, a notícia sobre as propostas de união dos Chefes. Em diversas correspondências ao *Colonial Office*, o governador Browne afirmou conhecer esta situação, mas julgou procedente ignorá-la⁴⁶. Em sua análise, se o governo colonial proibisse ou reprimisse o Movimento do Rei, este ganharia mais força e adeptos. A aposta foi na implosão interna da confederação em virtude das tradicionais disputas e rivalidades, o que acabou não ocorrendo.

Constata-se, no período entre as reuniões iniciais (1856), a proclamação do Rei (1858) e os primeiros embates (1860), que os missionários ainda entendiam os nativos enquanto inferiores intelectualmente, tutelados e controláveis. Quando propostas de resistência armada e expulsão dos europeus apareceram, foram inicialmente entendidas como resultado da “civilização em progresso”. As cartas e a movimentação dos missionários, especialmente os da *Church Missionary Society*, que se sentiam preteridos pelo governo, apresentavam também satisfação ao ver as propostas mais radicais tomarem corpo. Naqueles anos, ficava nítido o contorno de uma linha mais radical entre os missionários que propunham a retomada das propostas originais para a Nova Zelândia: uma república federativa de nativos cristianizados, tutelados e obedientes à CMS.

No final da década de 1850, as tensões aumentavam na Nova Zelândia. O número de britânicos crescia, especialmente após a descoberta, de ouro na região de Coromandel, em 1859, na costa leste da Ilha Norte. As pressões por terras aumentavam, assim como a insatisfação britânica pela manutenção da posse, usos e costumes dos Maori em importantes territórios. Parte dos Chefes, reunida no Movimento do Rei, passou a resistir aos britânicos. Os missionários, até a pouco vistos como importantes agentes da civilização, passaram a ser entendidos como empecilhos à expansão imperial e responsáveis pela disseminação de projetos alternativos à dominação. Estava claro para todos que em breve a situação entraria em colapso.

---

⁴⁵ Wiremu Le Mamange to Governor Browne, 22 May, 1856. TNA, CO 881-1, XXXIV-47, 48.

⁴⁶ Em 1860, praticamente toda correspondência enviada pelo governador Browne ao *Colonial Office* apresenta esta alegação. Cf. Governor Browne to Duke of Newcastle (CO), 22 March, 1860. TNA, CO 881-2, 8.

d. A ofensiva militar Maori em Taranaki

Durante anos, o governador Browne confiou na dissolução da confederação Maori, crente no papel desarticulador das tradicionais rivalidades⁴⁷. A proclamação do Rei, em 1858, foi bastante comentada e temida pelos colonos, mas considerada benéfica pela administração colonial, visto que Potatau Whero-Whero era um moderado, antigo aliado do governo e poderia conter os exaltados.

Browne parecia descrente da mobilização dos Maori e estava preocupado com as compras de terras. Em 1859, iniciou as negociações com um Chefe de Taranaki, Te Teira, para expandir a zona de atuação britânica próxima a New Plymouth. Durante as negociações, outro Chefe da região, Wiremu Kingi⁴⁸, se opôs à venda, escudado no princípio de se opor a qualquer aquisição territorial pelos britânicos, e afirmou ser o efetivo controlador daquela região. Kingi era mais um Chefe que havia apoiado o governador Grey na pacificação de Wanganui na década de 1840 e, portanto, um antigo aliado insatisfeito.

O governo colonial convocou a comissão de investigação fundiária para decidir a posse. Sabia-se que o resultado destes levantamentos sempre eram favoráveis ao governo, como destacou Octavius Hadfield. Não foi surpresa quando a conclusão final definiu Te Teira como o verdadeiro proprietário. Wiremu Kingi protestou e alertou que impediria a ocupação *pakeha*, convocando a confederação do Rei, mas o governo considerou um blefe, enviou os engenheiros cartógrafos e deixou tropas de prontidão. O centro da questão, no entendimento de Browne, era o de poder: se fosse permitido a Kingi vetar a venda, ele passaria a ser considerado superior hierarquicamente à Rainha Vitória, o que era inconcebível⁴⁹.

Wiremu Kingi conhecia, como todos os Maori, a dificuldade para combater os soldados britânicos. Eles eram em maior número e, se a coordenação militar funcionasse, podiam fazer cercos de dias ou semanas às *pa*. Os britânicos não estavam muito interessados em um enfrentamento, pela imensa quantidade de tropas necessária para os cercos, a logística para sua manutenção em campo e a dificuldade extrema em se invadir uma *pa*. Tentativas neste sentido foram recorrentes com comandantes recém-chegados, e sempre resultaram em

---

⁴⁷ A predominância *whig* permaneceu na política metropolitana no período, exceto no curto intervalo, entre fevereiro de 1858 e junho de 1859, quando o partido *tory* esteve no comando do governo. No *Colonial Office*, foram cinco ocupantes, somente em 1855, até finalmente Henry Labouchere, futuro Barão Tauton, assumir e permanecer até a ascensão dos *tory*.

⁴⁸ Parte dos britânicos grafou seu nome ocidentalizado na documentação: William King.

⁴⁹ Governor Browne to the Duke of Newcastle(CO), 25 January, 1860. TNA, CO 881-2, 2, 1.

dezenas de soldados mortos, toneladas de armamento gasto e o mesmo resultado de sempre. As *pa* sempre resistiam ou eram furtivamente abandonadas, com pouquíssimas baixas.

Para evitar os combates, Kingi escreveu ao coronel Murray, responsável pela defesa dos engenheiros cartógrafos. Este documento é revelador sobre as estratégias adotadas pelos Chefes para procurar legitimar sua soberania e evitar os combates:

“Amigo Coronel Murray, Saudações a você em nome do nosso Senhor Jesus Cristo (...). Você diz que nós somos culpados de rebelião contra a Rainha, mas achamos que não somos (...). Você está desconsiderando a boa lei do Governador e adotando uma má lei (...). Ouvi que está vindo para Waitara com soldados, e portanto sei que está zangado comigo. É esse seu amor por mim, trazer soldados para Waitara? Isso não é amor; isso é ira. Não desejo a ira, tudo o que quero é a terra. Isso é tudo. Escreva para mim. Que a paz esteja com você. De seu amado amigo, William King Whiti”⁵⁰.

Kingi abriu a carta seguindo o padrão de correspondências pacificadoras, chamando o coronel de amigo. Procurou se apresentar como um semelhante, pertencente à mesma comunidade cristã, para salientar sua civilidade e, portanto, colocar-se como proprietário e negociador legítimo. Ainda recorreu a um histórico das relações e legislação para justificar seu posicionamento. Ao fim, explicitou conhecer as movimentações militares para salientar sua postura pacífica. Consciente da inevitabilidade dos combates, recorreu à imagem de alguém injustamente invadido. Para os nativos, era muito importante definir o agressor em um embate. Por conseguinte, caso Kingi fosse atacado primeiro, poderia recorrer a alianças e ao Movimento do Rei.

Browne reconhecia essa intrincada situação e sabia que Kingi o forçaria a dar o primeiro tiro, até porque estava disposto a tomar posse daquelas terras à força. Em uma tentativa infrutífera para bloquear as alianças que poderiam ser convocadas pelos Chefes de Taranaki, convocou J. H. Smith, seu secretário para os assuntos dos nativos (*Secretary for Native Affairs*), para escrever diretamente ao Rei Potatau, em Maori:

“Amigo Potatau, o Governador está indo para Taranaki, e me designou para informar seu amigo (...). Antes dessa terra ter sido comprada, preocupou-se em informar-se sobre sua propriedade. W Kingi não reivindica a terra, mas diz que Teira não poderá vendê-la ao Governo. (...). Teira deu sua terra à Rainha, e se W. Kingi tentar tirá-la das mãos da Rainha o erro será dele, e ele será responsável pelas consequências. A terra em si é um

---

⁵⁰ William King Whiti to Cel. Murray, 21 February, 1860. TNA, CO 881-2, 2, 6. Traduzido do Maori para o inglês à época.

assunto de menor importância, mas o Governador não permitirá que W. Kingi interfira na venda de terras de Teira (...)⁵¹.

Assim como havia feito Wiremu Kingi, o *pakeha* também escreveu em tom pacificador a Potatau, chamando-o de amigo para tentar reforçar laços de confiança. Na correspondência, Smith explicitou a causa da batalha – a disputa por poder – ao definir o imbróglio em torno da autoridade que Wiremu Kingi considerava possuir para impedir o direito de preempção da Coroa. Ao expor tal justificativa, trabalhou com o principal temor *pakeha*, o de perder o controle sobre a Nova Zelândia. Isto era inconcebível e justificava perante o público e o governo metropolitano ações militares e a repressão aos nativos.

Com as tropas desembarcadas em New Plymouth, foi decretada Lei Marcial para legalizar as ações e seus resultados. Apoiados pelos soldados, os engenheiros cartógrafos voltaram ao trabalho, mas encontraram uma *pa* de Kingi construída no terreno. Os combates tiveram início com o primeiro tiro acionado pelos britânicos. Os relatos destes eventos sempre são notórios por transpirem o calor dos ânimos e a necessidade de justificativas para o derramamento de sangue. Browne assim descreveu o começo das hostilidades ao *Colonial Office*:

“É com muito pesar que informo vossa Mercê que, contrariando todas as minhas tentativas de evitar hostilidades, um conflito entre as tropas de Sua Majestade e os nativos ocorreu em Waitara (...). Desde a ampliação do Movimento do Rei, tribos antes inimigas mortais umas das outras, e que com prazer unir-se-iam a nós para se vingar de seus oponentes, enterraram suas intrigas tribais, e estão prontas para unir-se para suspender o progresso dos europeus, e livrarem-se de seu domínio. (...) Respeitosamente sugiro que a paz dessa colônia só possa ser garantida pela presença de considerável força militar. Se essa proteção não existir, a Colônia pode entrar em guerra à qualquer momento (..) e acabar com a Nova Zelândia enquanto colônia britânica. Não é necessário dizer que tal disputa terminaria apenas na extinção da raça nativa”⁵².

Neste relato, a preocupação central está em destacar as estratégias para minimizar as mortes e incutir nos nativos a responsabilidade pelos combates. A guerra foi justificada pela soberania sobre a Nova Zelândia, não por “um insignificante pedaço de terra”, mas por uma guerra com o Movimento do Rei pela Nova Zelândia, pela segurança dos colonos e, depois disso, pela civilização dos Maori.

⁵¹ J. H. Smith to Potatau, s/d, 1860. TNA, CO 881-2, 2, 6, 7. Traduzido do Maori para o inglês à época.

⁵² William King Whiti to Cel. Murray, 21 February, 1860. TNA, CO 881-2, 1, 8 (grifos meus).

Para o governador, os nativos eram inferiores na escala da civilização e não poderiam se tornar independentes, pois ainda demandavam a tutela e proteção britânicas. Nesta lógica, o Movimento do Rei e seus apoiadores deveriam ser combatidos, pois poderiam levar os outros Maori, vistos como ignorantes e manipuláveis, a perder o caminho da civilização e o Império a perder aquela colônia. Como prevenção, clamou por reforços militares⁵³ e para aumentar a pressão, anexou cartas do comandante das tropas, do secretário e do ministro para os assuntos nativos, reforçando a urgência por reforços.

Se o governador tentou se cercar de justificativas para a ocupação militar, os colonos não tiveram a mesma preocupação. Suas cartas desconstruíram a retórica *humanitarian* utilizada por Browne para evitar muitas resistências na metrópole e explicitaram os interesses imediatos em torno da ocupação de tal “insignificante pedaço de terra”. A pressão destes colonos não deve ser desconsiderada. Os termos por eles empregados para descrever os nativos permitem acessar as imagens que circulavam sobre os Maori nas vilas britânicas e as propostas para sua superação. Após o início das hostilidades, G. Cutfield, autoridade civil (superintendente) de Taranaki e representante dos colonos escreveu ao próprio governador, sabedor que seus escritos seriam encaminhados a Londres:

“Não tenho reclamações. Todos estão conscientes de que essa situação é um mal necessário, e que no fim será vantajosa. De fato, todos esperam que a província possa se livrar do ‘gênio do mau’ que, por quase 20 anos tem sido sua ruína, assim como grande importúnio para o governo geral. Kingi conseguiu ‘expulsar’ todos os governadores anteriores, e espera continuar assim, tendo expulsado com sucesso, todos os governadores anteriores, espera continuar com isso até o fim. Espero que não; mas estamos em condições de irmos próspera e rapidamente à luta? Se esta se tornar muito longa, poderemos esperar que todos os vilões da costa oeste se reúnam aqui para saques, e nesse caso nossas propriedades seriam queimadas, nossos cavalos, gado e ovelhas subtraídos ou destruídos”⁵⁴.

Chegara a hora de uma guerra declarada contra Wiremu Kingi. O Chefe da região, obstinado opositor da venda de terras, descrito literalmente como um “gênio do mau”, deveria ser combatido pelas armas para que se evitasse a destruição, incêndios e mortes, a perda de

---

⁵³ Quando George Grey chegou à Nova Zelândia, em 1845, para reprimir a rebelião na *Bay of Islands*, pressionou e conseguiu manter dois regimentos do Exército Imperial no arquipélago. Em 1858, com uma década de paz nas ilhas e o Motim Sepoy conturbando a Índia, o governo transferiu para lá o 58º Regimento. Desta forma, permaneceram mil soldados à disposição do governador Browne.

⁵⁴ G. Cutfield to Governor Browne, 24 February, 1860. TNA, CO 881-2, 2, 7.

vidas e propriedades. Saques, destruições e mortes fizeram parte da estratégia Maori para aterrorizar, destruir e expulsar os colonos de suas terras. Os produtos adquiridos nas invasões não eram visados como parte da estrutura econômica, para serem vendidos, mas eram alvos por fazerem parte da tática da guerra.

Se a estratégia adotada era acabar com a presença britânica, o primeiro passo era acabar com sua estrutura econômica. Os inimigos imediatos não eram o governador ou a longínqua Rainha, mas os colonos, vizinhos do dia-a-dia e responsáveis diretos pela ocupação das terras e abusos. Estes, por sua vez, não cansaram de escrever para o governador. Em suas petições, expressavam ódio, ressentimentos e desejos de liberar aquelas terras dos nativos, apresentando imagens de barbárie e selvageria, sintetizados em outra petição enviada pelos colonos e governo de Taranaki a Browne:

“Durante muitos anos (...) os colonos de Taranaki sentiram a incerteza face à invejosa população nativa, que nunca se sujeitou por completo às autoridades britânicas (...). Eles [colonos] tiveram suas casas arruinadas, seus colegas e seus filhos assassinados por hordas de selvagens (...). Foram forçados a deixarem submetidos à guerra selvagem suas bem cultivadas fazendas e seus numerosos rebanhos (...), e então correrem o risco de se sujeitarem novamente ao domínio de uma raça selvagem (...). Não se fará paz com eles até que sejam severamente punidos pelos bárbaros assassinos cometidos a colonos inofensivos e desamparados”⁵⁵.

Passados dois meses da carta enviada por Cutfield a Browne, esta nova petição explicitou a intensidade das disputas e a radicalização no calor da guerra. Se em fevereiro o foco incidiu sobre Kingi, “o gênio do mau”, e o medo sobre a perda de propriedades, no meio dos combates e após violências mútuas, os colonos passaram a empregar termos ainda mais fortes. Neste momento, repetiram inúmeras vezes a selvageria dos Maori e os desprezaram como bárbaros, invasores, traidores. Reunidos em hordas incontáveis, deveriam ser severamente punidos.

Os relatórios e cartas enviadas pelos militares apresentaram sua versão dos fatos e omitiram as tantas desgraças da guerra. Somente os ataques dos Maori aos civis foram comentados e as tropas britânicas descritas quase como um exército da salvação, com profundo pesar e dó em atacar os nativos.

---

⁵⁵ Provincial government and settlers of Taranaki to Government, 1860. TNA, CO 881-2, 2, H-2 (grifos meus).

Reforços chegaram para os dois lados. Enquanto o governo militarizava a região, novas *pa* eram construídas, cercadas, atacadas e abandonadas. Neste ciclo vicioso, a tensão e a violência cresceram. Em sua campanha para afastar os colonos, os Maori atacaram fazendas e mataram alguns, oferecendo indiretamente mais justificativas para os *pakeha* da região, ecoadas pelo governador Browne:

“(...) é absolutamente necessário infringir tal punição às tribos que cometeram os assassinatos de colonos desarmados, o que convencerá os nativos da Nova Zelândia que somos, tanto capazes, quanto determinados a vingar tais atrocidades, para manter a supremacia do Governo de Sua Majestade; que nossa paciência é em consideração à sua ignorância e barbarismo, e não temor de sua bravura (...). Se eles desafiarem as tropas em *pa* fortificadas, é desejável que eles estejam completamente cientes que a rendição a ou destruição podem ser inevitáveis”⁵⁶.

Neste memorando, enviado ao comandante das tropas em Taranaki, o governador fundiu as alegações governamentais e dos colonos. Para ele, aquela era a oportunidade para fazer valer a supremacia britânica e vingar as atrocidades. Diante da ignorância e da barbárie, eram necessárias mais tropas e se justificavam tantas outras atrocidades. Aos bárbaros, eram oferecidas apenas duas alternativas: rendição ou destruição. Como os militares e colonos sabiam que os Maori, tradicionais guerreiros, jamais se renderiam, não havia outra alternativa além da resistência até a morte.

Para concretizar seus planos, Browne escreveu ao governador William Denison, de Nova Gales do Sul, pedindo reforços das colônias australianas⁵⁷. A solicitação correu de Sydney a Melbourne (colônia de Victoria) e à Tasmânia via telégrafo⁵⁸ e logo foram arregimentadas algumas centenas de soldados. Assim como ocorreu na década de 1840, diante de uma sublevação nativa, a primeira atitude era convocar reforços das colônias vizinhas, sempre dispostas a ajudar a defender a soberania britânica.

O recrudescimento da situação levou à mobilização dos colonos. Em fins de abril, foram enviados ao governador e dele para Londres, dois abaixo-assinados de civis (77 de New Plymouth e 246 de Wanganui), mais dois de milicianos e voluntários (Auckland) e manifestações favoráveis dos Conselhos Provinciais de Auckland, Wellington, Nelson e

---

⁵⁶ Governor Browne to Official in Taranaki, 14 April, 1860. TNA, CO 881-2, 2, F-3.

⁵⁷ Governor Browne to Governor Denison, 21 March, 1860. TNA, CO 881-2, 1, 2.

⁵⁸ Governor Denison to Governor Browne, 09 April, 1860. TNA, CO 881-2, 2, 3.

Canterbury⁵⁹. Com estas representações, Browne procurou legitimidade para suas ações, pois sabia que o *humanitarianism* estava enfraquecido, apesar de haver estabelecido fortes tradições no governo e na sociedade metropolitana. Era preciso justificar o uso da força.

Reforços vindos do Waikato para um lado, e da Austrália para o outro, colocaram os adversários em um impasse. Novas *pa* surgiam a cada dia, novas trincheiras eram abertas também. Nesta situação, apareceu a oportunidade para uma pausa temporária. Wiremu Kingi e Thomas Browne tiveram tempo para convocar seus aliados, procurar reforços e tentar uma solução para quando os combates retornassem.

O primeiro a conseguir fazer sua reunião foi Kingi. Entre o final de maio e o início de junho de 1860, entre três e quatro mil Maori – homens, mulheres e crianças – se reuniram em Ngaruawhia, a sede do Movimento do Rei, para discutir a situação em Taranaki. Tal conferência foi tão importante que o próprio governo enviou um representante, o secretário Donald McLean para assuntos nativos. Ele e os missionários anglicanos, batistas e católicos assistiram e participaram das discussões.

É interessante observar a repetição da aparente contradição entre vínculos e posturas de missionários anglicanos e católicos. Enquanto os primeiros estiveram ao lado dos Maori em suas reivindicações, contra o governo, e enviaram inclusive uma petição à Rainha, os segundos, tradicionalmente associados aos franceses, foram fiéis informantes e defensores do governo. Aparentemente a disputa entre as religiões pela fé dos nativos influenciou essas posições. Os anglicanos, predominantes, defenderam os Maori na intenção de se tornarem participantes ativos na formação de um eventual governo autônomo nativo. Aos católicos interessava mais, naquele momento, obter o apoio do governador para uma futura expansão de sua rede de missões. Ademais, a postura anglicana também refletia a posição global contra o fortalecimento dos militaristas e a favor da manutenção do *humanitarianism*.

O relato do padre católico Garavel ao governador se assemelha mais a um relatório militar. Para ele, o sentimento geral entre os Maori era:

“(...) depois que as tribos Taranaki forem oprimidas pelas tropas, você fará o mesmo com outra, e assim até que tenha destruído todas as tribos da Nova Zelândia (...). A intenção dos nativos não é nada menos do que retirar da colônia vossa Excelência e o *mana* (poder

---

⁵⁹ Above-signeds to Governor Browne. 23 April 1860, TNA, CO 881-1-2, 2-H.

supremo) da Rainha, e colocar os europeus e nativos desse território sob o domínio de seu Rei”⁶⁰.

Enquanto o padre católico escrevia para informar o governador, o bispo anglicano da Nova Zelândia, C. J. Wellington, e o missionário Octavis Hadfield, dirigiram-se diretamente para o *Colonial Office*, com o objetivo de denunciar a atuação de Browne. Para os anglicanos:

“(...) o ataque do Governador ao Chefe Maori, Wiremu Kingi, pegou toda a colônia de surpresa (...). Visto que caso semelhante certamente seria reportado ao tribunal de justiça, se a disputa de posse ocorresse entre dois ingleses (...) ou entre o governo e um inglês, não é justo aos negar aos nativos direitos iguais, fazendo-os recorrer às armas ao invés de referirem-se à Suprema Corte”⁶¹.

A comparação evidencia a diferença de atuação e interesses dos missionários católicos e anglicanos. Já estabelecidos na Nova Zelândia e considerados interlocutores seguros pelos Maori, os clérigos da Igreja da Inglaterra mantiveram uma postura vinculada ao *humanitarianism* e reforçaram sua posição diante dos nativos e do governo metropolitano, apresentando-se como a única via para a construção da paz e da justiça.

O secretário Donald McLean discordava deles e afirmou, ironicamente, ao governador Browne, ter se encontrado rapidamente com o bispo e que este “está desapontado com a conduta de alguns de seus pupilos”⁶². O Duque de Newcastle tampouco se comoveu com as denúncias e respondeu aos missionários confiar e aprovar as atitudes do governador. Com o *humanitarianism* enfraquecido em Londres, restava aos missionários reforçá-lo na Nova Zelândia.

Ao fim da reunião, deliberou-se o apoio militar do Movimento do Rei a Wiremu Kingi, caso este voltasse a ser agredido pelas tropas governamentais. A prioridade continuava sendo vetar as transferências de terras aos *pakeha*.

Menos de um mês depois dessa conferência, foi organizada outra, por Browne, reunindo os Chefes *kupapa*, nas cercanias de Auckland. Seu objetivo era o de reforçar as alianças e declarar a posição do governo diante do fortalecimento do Movimento do Rei. O único documento restante sobre este encontro é o discurso do governador. A partir dele, é

---

⁶⁰ Father Garavel to Governor Browne. 3 May 1860, TNA, CO 881-1-2, 79.

⁶¹ The bishop of New Zealand to Duke of Newcastle. 1 June 1860, TNA, CO 881-1-2, 92.

⁶² The bishop of New Zealand to Duke of Newcastle. 1 June 1860, TNA, CO 881-1-2, 92.

possível constatar a retórica britânica, as estratégias de aproximação com os *kupapa* e a desqualificação de Potatau Whero-Whero e do Movimento do Rei:

“Dizem que os idealizadores [do Movimento] desejam que as tribos Maori da Nova Zelândia se unam e acabem com o poder da Soberana, de cuja proteção gozaram por mais de vinte anos, e que vão instituir um Rei Maori (...). Esses homens desejam também assumir autoridade sobre as outras tribos da Nova Zelândia em suas relações com o governo, e realizar a submissão forçada das tribos que se recusarem a reconhecer sua autoridade (...). Seu povo se beneficiou dos privilégios como súditos Britânicos, procurando e obtendo a proteção nos tribunais de justiça (...). Mas é certo que vocês saibam e entendam que em resposta a essas vantagens, devem provar serem súditos leais e fiéis, e que a instalação de um Rei Maori seria um ato de desobediência e provocação à Sua Majestade e não será tolerado. Deixe-me entretanto lembrá-lo que a Rainha é capaz, sem nenhuma assistência sua, de proteger os Maori de seus inimigos estrangeiros, ela não pode, sem ajuda, proteger os Maori de si mesmos”⁶³.

A reunião entre o governador e os Chefes foi cercada de simbolismos. O local escolhido era bastante próximo à sede da administração colonial e o deslocamento demandava um longo trajeto. Comparecer à reunião era um sinal claro de adesão aos *pakeha*, e centenas de Chefes o fizeram. O discurso de Browne seguiu a mesma lógica. O alinhamento deveria se incondicional a um grupo ou ao outro e o governo declarava suas intenções de combater e suprimir o Movimento do Rei. Não ofereceu a possibilidade de um governo controlando os Maori e comparou as duas possibilidades que se abriam.

Em sua estratégia de convencimento, apresentou os pontos positivos da manutenção da aliança com o governo e os pontos negativos dos inimigos. Procurou opor a paz e tranquilidade britânica à possível tirania do Rei Maori e reforçou as tradicionais rivalidades e inimizades, procurando reavivá-las para combater adesões à confederação de nativos. Na segunda parte do discurso, apresentou o futuro sombrio que se abria à Nova Zelândia:

“É, portanto, obrigação de todos que se arrependeriam de ver sua raça recair à barbárie, e que desejam viver em paz e prosperidade, que saibam que os conselhos dos tolos não prevalecem, e que o país todo não se entregue à anarquia e confusão pela insensatez de homens desencaminhados. Finalmente devo parabenizá-lo no imenso progresso em civilização do qual seu povo fez sob a proteção da Rainha. O canibalismo foi trocado pelo

---

⁶³ Address of His Excellency the Governor to the Maori Chief assembled. July 1860, TNA, CO 881-1-2, N-3 (grifos meus).

Cristianismo; a escravidão foi abolida; guerra tornaram-se raras, prisioneiros de guerra não são assassinados; os hábitos Europeus estão gradualmente tomando lugar daqueles de seus ancestrais, dos quais todos os Cristãos se envergonham”⁶⁴.

De acordo com o governador, os Chefes estavam diante de uma opção vital: a escolha entre a civilização e a barbárie. Anarquia, confusão, canibalismo, escravidão, guerra e morte foram substituídos, e em seu lugar chegaram paz, prosperidade, cristianismo e trabalho justo. O Movimento do Rei significava o retorno ao caos pré-colonial, enquanto o alinhamento e a defesa do Governo de Sua Majestade significava a prosperidade, a tranquilidade, a riqueza e a certeza de poder ingressar definitivamente na civilização. A retórica era forte e convincente para muitos dos presentes à reunião, comprometidos economicamente com os *pakeha* e alinhados religiosamente aos missionários. Para muitos, era evidente a evolução dos Maori e apoiar o Movimento do Rei era retrocesso. O discurso civilizador havia sido assimilado por muitos e ao recorrer a ele, Browne conseguiu garantir o apoio dos *kupapa*.

O pronunciamento foi marcado pela situação vivenciada à época. Diante de uma sublevação que passou a rebelião, com possibilidades de se tornar uma revolução, o governador amenizou o tom dos colonos, reforçou o *humanitarianism* e destacou os benefícios aos Maori no convívio com os britânicos. Para muitos, isso fazia sentido. Para outros, não. Para ele, no entanto, era uma jogada fundamental no equilíbrio de forças em construção.

No intervalo entre a reunião do Movimento do Rei e a dos *kupapa*, voltaram as hostilidades em Taranaki. Diante de novos saques e invasões, o governo provincial iniciou a transferência de mulheres e crianças para a vila de Nelson, distante 230km, e na Ilha Sul, passou a considerar, efetivamente, a região como um campo de guerra. Aos Maori do Movimento do Rei, aquela era a oportunidade para acabar com a presença britânica em uma de suas mais prósperas vilas, o início de uma luta por poder e pela expulsão dos *pakeha*.

Para Belich aquela não era somente uma disputa por terras: “os guerreiros do Waikato lutaram menos para proteger Kingi (...) do que para repelir uma incursão britânica sobre fronteiras tácitas de esferas de influência e proteger a independência Maori, assim como Heke e Kawiti tantos anos antes. A imensa maioria dos britânicos defendeu a guerra não por

---

⁶⁴ Address of His Excellency the Governor to the Maori Chief assembled, op. cit. (grifos meus).

expandir algumas fazendas de uns poucos colonos de New Plymouth, mas para fazer valer a soberania britânica sobre a região”⁶⁵.

O segundo semestre de 1860 foi marcado por pequenos enfrentamentos. Os soldados atacavam as *pa*, destruíam o que encontravam pela frente, e a vingança Maori era semelhante, sobre as fazendas. Reforços chegaram das colônias australianas. Colonos, conselheiros provinciais e o governador escreveram ao *Colonial Office*, clamando por mais tropas na luta da civilização contra a barbárie.

A imagem enviada a partir da Nova Zelândia para Londres, de Taranaki e mais especificamente de New Plymouth era a de uma região sitiada. Os Maori haviam levantado um cinturão de *pa* ao redor da área controlada pelos britânicos e o novo general no comando, Sir Thomas Simson Pratt, procedente da Austrália, respondeu com a construção de oito *reboudts*, pequenas fortificações, conectadas por uma trincheira de mais de setecentos metros. Os britânicos se sentiam acuados e para impressionar enviaram a Londres uma gravura, feita por John Gully⁶⁶, retratando a situação:

⁶⁵ BELICH, James. *The New Zealand Wars*, op. cit., p. 79.

⁶⁶ John Gully. *New Plymouth, New Zealand*, Alexander Turnbull National Library, Wellington (1860).

A gravura (na página anterior), endereçada à administração metropolitana é sintomática da imagem que se pretendia construir sobre a situação presente da Nova Zelândia. New Plymouth é apresentada como uma próspera vila, com típicas construções britânicas, cercada por uma natureza exuberante e impressionante a ser dominada. Mas, este crescimento estava impedido pela violência. São destacados na paisagem os oito *reboudts*, as *block-houses* (uma fortaleza um pouco maior) e o forte, explicitando o temor, a insegurança e o potencial desperdiçado naquele local.

Toda esta mobilização não foi suficiente para sensibilizar o *Colonial Office*. Naquele segundo semestre de 1860, o Império Britânico ainda lidava com uma situação bastante complicada na Índia. Entre 1857 e 1858 havia ocorrido aquele que ficou conhecido como o Motim Sepoy, cujos resultados foram inúmeros massacres de indianos, o fim da Companhia das Índias Orientais e a formalização da anexação do subcontinente ao Império, demandando atenção, recursos e tropas que naquele momento não podiam ser desviadas para salvar a minúscula New Plymouth, na distante Nova Zelândia. Nas palavras do Duque de Newcastle:

“(...) a quantidade de assistência dada deve depender da demanda de forças militares e navais que estejam disponíveis nos outros lugares, e na urgência demonstrada, (...) [e] pela disposição dos colonos em adotar sua parte das despesas necessárias, para incorrerem em defesa de seus vizinhos nos perigos e inconveniências do serviço pessoal”⁶⁷.

Em 1860, o Império Britânico já assumia uma forma bastante distinta daquela que possibilitou a assinatura do Tratado de Waitangi, duas décadas antes. Na metrópole, riqueza e pobreza caminhavam juntas, burguesia e aristocracia idem, na esperança de ampliar a classe média e conter o operariado. Capitalistas ansiavam por investimentos protegidos, o *humanitarianism* ficara no passado e o liberalismo econômico e político valia quando e onde interessava. Em franca expansão mundo afora, os britânicos mantinham seu imenso exército em um *tour* de guerras coloniais, pacificando colônia por colônia na base da violência, da superioridade numérica e tecnológica. O *Colonial Office* foi claro ao escrever para a Nova Zelândia. Naquele momento, as tropas estavam em outro local, mas chegaria a hora de acabarem com as resistências dos Maori. Enquanto isso não acontecesse, os colonos que já se autogovernavam deviam se autoproteger. Isso ressoava como uma autorização velada para o

---

⁶⁷ Duke of Newcastle (CO) to Governor Browne. 26 July 1860, TNA, CO 881-1-2, P-3.

uso indiscriminado da violência. Entretanto, um armistício encerrou temporariamente as hostilidades em Taranaki em março de 1861, a tempo para a reorganização dos combatentes.

e. A Guerra da Crimeia e as transformações nas estratégias militares

Para entender as profundas alterações no Império e na forma dos britânicos verem e se relacionarem com os povos conquistados, é importante retroceder alguns anos, até 1854.

Pouco após o fim da Grande Exposição de 1851, assumiu o gabinete conservador, liderado por Lorde Stanley, de curta duração – apenas dez meses⁶⁸. A crise política instaurada após sua dissolução levou à elaboração de um gabinete *whig* apoiado por uma facção dos conservadores, sob o comando do Conde de Aberdeen, compondo o governo, entre o final de 1852 e 1855. Sob esta administração, a Grã-Bretanha se envolveu em um evento militar responsável por uma profunda revisão em suas forças armadas e na forma como se concebia sua atuação imperial. Em 1854, teve início a Guerra da Crimeia.

Há décadas o governo britânico não se envolvia diretamente em uma guerra, especialmente na Europa. Nos anos anteriores, houve uma série de pequenos conflitos nas zonas de expansão imperial, como a Índia e a China, além da Nova Zelândia. Nos casos asiáticos, a coordenação militar esteve sob o comando da Companhia das Índias Orientais, não do governo, apesar da atuação das tropas imperiais. Neste contexto, pode-se dizer que o Exército e a Marinha Real estavam despreparados para um combate longo contra outras potências europeias, pois mantinham estratégias, armamentos e técnicas das Guerras Napoleônicas⁶⁹.

O jogo de rivalidades e alianças políticas internacionais no começo da década de 1850 acabou aproximando dois impérios, o Britânico e o Francês contra o Russo, pela defesa da integridade do Otomano. Naqueles anos, estas potências se expandiam rapidamente, sendo

---

⁶⁸ Durante seu curto mandato, em 1852, Stanley se tornou Conde de Derby. Este gabinete contava com Benjamin Disraeli como *Chancellor of the Exchequer*, o ministro das finanças. Este homem foi figura marcante do imperialismo britânico, futuro Conde de Beaconsfield e Primeiro Ministro em 1868, e entre 1874 e 1880. Sobre ele, foi recentemente traduzida para o português uma biografia: MAUROIS, Andre. *A vida de Disraeli, Primeiro Ministro e amigo da Rainha Vitória*. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.

⁶⁹ Em comparação com o auge do orçamento militar nas Guerras Napoleônicas, de £43mi/ano, a diminuição foi drástica. Pautado pelos princípios do Estado mínimo, o governo diminuiu gradativamente estes gastos até o piso de £8mi/ano pouco antes da Guerra da Crimeia. Cf. DAVID, Saul. *Victoria's Wars*. Londres: Penguin, 2007, pp. 184-185.

que os ocidentais conquistavam a África, a Oceania e partes da Ásia, enquanto os russos avançavam para o leste e o Mediterrâneo.

Era consenso entre as chancelarias imperiais a decadência e iminente desintegração do Império Otomano. Os russos, seus vizinhos, estavam interessados na península balcânica e no controle de Constantinopla, e os ocidentais não pretendiam permitir tal expansão.

Pequenas escaramuças na fronteira levaram a uma invasão russa aos Bálcãs e a consequente deflagração do conflito, em 1854. Os britânicos designaram Lorde FitzRoy⁷⁰, até então o responsável pelos *Horse Guards*, o Quartel General na Grã-Bretanha, como comandante das tropas e de imediato ficou evidente um dos maiores desafios do conflito: a logística para o transporte de tropas, alimentos e armamentos. Após assegurarem a defesa de Constantinopla, os militares britânicos e franceses definiram como próxima meta controlar o Mar Negro, com a finalidade de abalar as estruturas econômicas e expansionistas russas. Para tal, era preciso vencer a temida fortaleza de Sevastopol, na península da Crimeia. Esta foi a fase mais longa e mortífera da guerra, a ponto do conflito ser lembrado por isto.

Segundo a historiografia militar, sempre preocupada com números e estratégias, entre as inúmeras deficiências do Exército evidenciadas na Crimeia, uma era vital: a escalção do oficialato, um reduto da nobreza, defensora de remotas tradições bélicas. Ainda em meados do século XIX, o sistema para seu ingresso estava marcado por duas vias: as escolas militares, como o *Military College*, em Sandhurst, com currículos voltados para uma formação filosófica e não militar, ou então a compra direta de cargos, a via utilizada pela nobreza e alta *gentry* para seus filhos.

Ao conciliar um longo período distante de conflitos europeus, a falta de experiência e interesse de grande parte dos comandantes, instaurou-se uma situação de combate na qual erros básicos foram cometidos e problemas se exacerbaram.

Mais do que os tiros russos, os soldados sofreram com o frio, a fome e, principalmente, as doenças. Somente nos primeiros cinco meses na Crimeia, por exemplo, o cólera, a disenteria e as, chamadas, febres dizimaram 10.000 soldados aliados, de um total de 61.000.

Em tantas outras guerras do passado, estes números teriam passado despercebidos na metrópole, mas os comandantes desta vez conviviam com os mesmos frutos da

---

⁷⁰ FitzRoy James Henry Somerset, Barão Raglan, não era parente do comandante Robert FitzRoy.

industrialização que proporcionaram transformações tão profundas na sociedade britânica do período, em especial a imprensa apoiada pelo telégrafo.

A Guerra da Crimeia foi a primeira a contar com uma cobertura cotidiana de repórteres, e nesse caso se destacou o papel crucial assumido pelas notícias enviadas por W. H. Russell, do *The Times*, periodicamente, para Londres. Através dele, a sociedade metropolitana passou a acompanhar cotidianamente os embates e pôde exercer pressões diretas sobre o governo⁷¹.

Esta nova forma de se acompanhar a guerra explicitou para quem estava na Grã-Bretanha o caos na Crimeia e as velhas práticas, fazendo chegar informações⁷², antes ofuscadas pelas notícias ufanistas sobre heróicos combates. Com Russell, soube-se que os soldados não sabiam manejar corretamente os rifles *minié*⁷³, preferindo apelar para as baionetas no campo de batalha; acompanhou-se o drama dos soldados morrendo de frio e fome; a situação dramática dos campos de feridos sem assistência.

A primeira atitude foi a formação de um Corpo de Enfermeiras, sob o comando de Florence Nightingale⁷⁴, e a instalação de hospitais de campanha. Com o emprego de técnicas científicas e produtos químicos – característicos das profundas transformações nas relações com o saber e o poder no período – a limpeza cotidiana dos recintos e a purificação da água, a mortalidade entre os feridos caiu de 42% para 5,2%⁷⁵.

Após longas e intensas batalhas, um bombardeio onde foram empregadas as novidades da indústria bélica – especialmente canhões maiores, mais explosivos e precisos – e um sítio de quase um ano, as tropas aliadas invadiram Sevastopol, em setembro de 1855. Os russos não se renderam e forçaram os aliados a mais um inverno sob péssimas condições na Ucrânia.

⁷¹ Sobre a emergência e a força da imprensa no período, POTTER, Simon J. *News and the British world: the emergence of an imperial press system*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

⁷² As notícias sobre a guerra correram o Império. Em maio de 1856, o colono Thierry escreveu ao governador Browne para reclamar da ousadia dos Maori ao invadir fazendas, após saberem pela imprensa que a maioria dos soldados britânicos estava na Crimeia. Thierry to Governor Browne. 19 May 1856l. TNA, CO, 881-1-1, 47.

⁷³ Em 1840, os franceses Henri-Gustave Delvigne e Claude-Étienne Minié desenvolveram um novo sistema de ignição e balística. O rifle por eles criado era mais forte, poderoso e preciso e ficou conhecido como *minié*, o mais comumente encontrado nos campos de batalha da Guerra da Crimeia e já superior aos lentos mosquetes dos Maori, por exemplo. Em 1853, surgiu o rifle Enfield, um pouco menor do que o *minié* e ainda mais forte e preciso, mas com pouco uso na Crimeia. Cf. DAVID, Saul. *Victoria's Wars*, op. cit., p. 187.

⁷⁴ Além de Nightingale, outra enfermeira símbolo desse conflito foi Mary Seacole, uma jamaicana que não foi escalada para a Crimeia por ser negra. Ela conseguiu doações e viajou por conta própria para ajudar os feridos. Sobre sua circulação no Império, RUPPRECHT, Anita. “Wonderful adventures of Mrs Seacole in many lands’ (1857): colonial identity and the geographical imagination” in LAMBERT, David; LESTER, Alan. *Colonial lives across the British Empire*, op. cit.

⁷⁵ Cf. DAVID, Saul. *Victoria's Wars*, op. cit., p. 253.

Desta vez, os britânicos estavam mais organizados e melhor aparelhados, e foram os franceses que sofreram com a carestia e o frio, decorrentes também do seu número muito maior de tropas. O saldo foi catastrófico para os soldados franceses, calculando-se aproximadamente 30.000 vítimas de frio, fome e doenças.

Em fevereiro de 1856, o imperador russo pediu o armistício, e em fins de março, a paz foi assinada, em Paris, impondo a desmilitarização do Mar Negro. Para o Império Britânico, foi uma importante vitória, pois impediu a partilha do Império Otomano, manteve o controle do Mar Mediterrâneo e controlou a ameaça russa à Índia.

Como em toda guerra, a Crimeia teve um saldo catastrófico para todos nela envolvidos. Além das centenas de milhares de mortos e das vidas destroçadas, na região e nos países envolvidos, ela resultou em uma profunda revisão das tecnologias, estratégias e práticas militares. No caso específico britânico, foram mais de 21.000 mortos, a maioria por doenças.

Ao fim do conflito, as forças armadas estavam reaparelhadas com o que havia de mais novo na tecnologia bélica: rifles, canhões, navios, barracas, trens e telégrafo. Os soldados⁷⁶ que permaneceram, após a desmobilização, eram veteranos, treinados e sabiam empregar a tecnologia. Os oficiais foram profissionalizados e toda a estrutura burocrática revista⁷⁷.

Após a Crimeia, o Exército e a Marinha estavam prontos para impor a força e o domínio britânico sob uma nova configuração, marcada pelo extensivo e intenso de tecnologias não controladas por seus adversários. A Guerra acabou em 1856 e nos dois anos seguintes os soldados já atuavam na violenta repressão à rebelião Sepoy na Índia.

f. O retorno de George Grey à Nova Zelândia

O Império Britânico do início da década de 1860 estava muito diferente daquele de dez anos antes, quando o liberalismo econômico e o autogoverno colonial foram celebrados na Grande Exposição. A expansão econômica, a urbanização e a consciência da superioridade global transformaram a Grã-Bretanha interna e externamente e moldaram novas práticas imperiais.

---

⁷⁶ Pela primeira vez a Grã-Bretanha instituiu uma medalha de distinção para todas as categorias de combatentes, a *Victoria Cross*, posteriormente entregue a muitos soldados na Nova Zelândia.

⁷⁷ Uma das alterações mais profundas foi a divisão do *War and Colonies Office* (ou apenas *Colonial Office*) em dois, específicos para cada atuação e comandados, respectivamente, por um militar (*war*) e um civil (*colonies*).

A Guerra da Crimeia, com seus caóticos campos de batalha foi uma experiência transformadora, ao aplicar para a guerra as tecnologias mais recentes. A revolução industrial, seu ritmo e seus modos de trabalho chegaram aos militares e os transformaram, apesar da reação de muitos ligados às antigas tradições da nobreza. A ordem agora era o emprego de tropas maciças, armas de repetição, telégrafo e ferrovias para superar qualquer inimigo.

Naqueles anos, a ciência e a produção de conhecimento se tornaram ainda mais importantes não só para a perpetuação e expansão do poderio britânico, mas para a análise, compreensão e exploração do mundo. Em 1859, Charles Darwin, finalmente, publicou, vinte anos após a expedição do *Beagle*, o livro *A origem das espécies* (*On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*⁷⁸), propondo uma nova análise, pautada em princípios racionais e científicos para o entendimento da natureza.

No mesmo ano, após a sangrenta vitória britânica sobre os indianos do Motim Sepoy e a anexação do subcontinente às malhas imperiais, John Stuart Mill, um dos teóricos do império liberal, publicou *On Liberty*⁷⁹, ensaio sobre a liberdade, a civilização e a barbárie. Nele, em clara resposta aos recentes eventos, abandonou os princípios liberais para a expansão imperial e defendeu o governo despótico nos casos de dominação de povos tidos como bárbaros, como os indianos e os Maori.

Segundo Karuna Mantena, o modelo liberal pautado por princípios éticos e religiosos para a dominação foi duramente criticado após os britânicos serem questionados e combatidos em diferentes pontos do Império. Seus adversários afirmavam sua falência ao declarar que as propostas civilizadoras não haviam sido capazes de transformar os outros povos, pois eles seriam naturalmente inferiores, devendo ser dominados. “A crise do *liberal imperialism* precipitou o fim das justificativas éticas para o Império (...) e as estratégias de dominação foram apresentadas não mais pautadas em justificativas ideológicas, mas em pragmáticas, como respostas práticas a uma acomodação à natureza da ‘sociedade nativa’”⁸⁰.

---

⁷⁸ DARWIN, Charles. *On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*. Londres: John Murray, 1859. Em português, *A origem das espécies* já recebeu inúmeras traduções.

⁷⁹ MILL, John Stuart. *A liberdade / Utilitarismo*. Tradução de Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

⁸⁰ MANTENA, Karuna. “The crisis of liberal imperialism”. In: BELL, Duncan (ed). *Victorian visions of global order*, op. cit., p. 114.

O novo modelo para o Império pressupunha o conhecimento da natureza e dos povos para seu melhor controle e exploração, com o fortalecimento da etnologia e da biologia: “a produção de conhecimentos (...) funcionou mais como um álibi do que como justificativas éticas para a dominação. Diferente de um projeto pautado em proposições morais e em destinos manifestos, o império passou a ser justificado a partir de necessidades práticas surgidas da natureza das sociedades colonizadas”⁸¹.

O Império Britânico, do começo da década de 1860, controlava militarmente a Índia, expandia-se rapidamente pela África e não aceitava mais enfrentamentos à sua autoridade e soberania. O Exército excursionava pelas colônias, empregando contra os povos nativos as estratégias e tecnologias desenvolvidas na Crimeia.

Em julho de 1860, o Duque de Newcastle, então Lorde do *War Office*, havia negado ao governador Browne a possibilidade de enviar mais tropas, mas aventou a possibilidade de em breve resolver militarmente a contestação Maori à soberania da Rainha Vitória sobre a Nova Zelândia.

O armistício em Taranaki, de março de 1861, foi uma breve interrupção para reorganização dos combatentes. Os guerreiros Maori precisavam retornar às suas regiões de origem. Não sendo soldados profissionais, como os britânicos, necessitavam regressar para ajudar na agricultura, pecuária e preparar suas comunidades para o inverno. Os britânicos precisavam organizar a infra-estrutura e a logística para aguardar a chegada das tropas imperiais e enfrentar, definitivamente, o Movimento do Rei. Os colonos desejavam a paz e aniquilar os nativos, conquistar suas terras e iniciar um novo ciclo de prosperidade; militares e administradores coloniais se sentiam ultrajados pelas propostas de supressão da dominação britânica e estavam decididos a solucionar a questão pela via das armas; e os missionários, enfraquecidos na metrópole, sonhavam com o ressuscitar de um reino religioso nativo sob seu controle e tutela.

Na visão dos colonos, as propostas de autonomia dos Maori e a proclamação do monarca eram a derradeira provocação. Conseguiram angariar o apoio da burocracia colonial para pressionar Londres por uma solução drástica. Não se comprava mais terras na Ilha Norte e a Rainha era questionada. Para eles, o Império deveria agir; o Exército deveria agir.

---

⁸¹ Idem, p. 131.

Em março de 1861, aportou um novo comandante para as tropas. O general Duncan Cameron era um homem prestigiado e influente no Exército Imperial. Veterano da Crimeia, foi o responsável pela reforma na educação militar na academia imperial de Sandhurst e era visto como um homem aberto às novas estratégias, um símbolo do modernizado Exército.

Sua maior preocupação se concentrava na confederação em torno do Movimento do Rei. Potatau Te Whero-Whero havia falecido de causas naturais, ainda em 1860, e o novo escolhido para a sucessão era seu filho Matutaera Te Pukepuke Tawhiao. Este mantinha a diretriz que impedia a venda de terras. Cameron e Browne, reunidos no Conselho Executivo da administração colonial, idealizaram uma ocupação militar do Waikato, utilizando o apoio do Movimento do Rei a Wiremu Kingi como pressuposto legal.

Em dois meses, o plano básico de ação estava delineado. A ideia era a de ocupar rapidamente o Baixo Waikato e estabelecer em Ngaruawhia a base de operações. Para ocupar este que era o centro demográfico e econômico dos Maori, o plano incluía o envio de tropas, via vapor pelo leste (rio Piaho) e oeste (rio Waipa), e tropas por terra, a partir de estrada a ser construída (*Great South Road*). O plano consistia em incursões coordenadas e rápidas para evitar o contra-ataque do Movimento do Rei. A partir da tomada de Ngaruawhia, estabelecer-se-iam quartel e fortes, conectados por telégrafo a Auckland. Naquele ponto, o rio Waikato é navegável e poderia ser ocupado pelos vapores de guerra, impedindo-se, assim, seu uso como meio de transporte para as *waka*, as canoas de guerra Maori que podiam transportar dezenas de guerreiros com extrema rapidez.

O plano de Browne e Cameron foi um símbolo do emprego militar das técnicas e tecnologias da revolução industrial. O tempo era um problema para os britânicos, e o telégrafo e o relógio foram as bases de apoio para as armas de repetição produzidas em massa. Multidões de soldados armados, treinados e coordenados podiam ser deslocados pelo Império para fazer valer a soberania da Rainha Vitória. A crescente superioridade material foi fundamental para os avanços do Exército e significou uma transformação dramática no equilíbrio de forças, até então vigente, entre os *pakeha* e os Maori. Segundo James Belich, “na década de 1860, a maior parte das armas dos Maori ainda não utilizavam cartuchos, enquanto os britânicos já utilizavam os rifles *minié*. Estes eram bem superiores aos mosquetes em alcance, força e precisão (...). A força militar era uma parte vital da força de trabalho, não podendo ser empregada por mais do que algumas semanas. Desta forma, a guerra tradicional Maori era marcada por ataques esporádicos e não por longas campanhas. Os Maori

enfrentaram o mesmo problema que tantas outras sociedades tribais em conflito contra exércitos regulares: a incapacidade para sustentar uma guerra muito longa (...)»⁸².

A rota da *Great South Road* e o rio Waikato, idealizada por Cameron.

Fonte: Belich, James. *The New Zealand Wars*, op. cit., p. 121.

⁸² BELICH, James. *The New Zealand Wars*, op. cit., pp. 22-23.

Após estabelecer o comando de operações em Ngaruawhia, Cameron e Browne pretendiam militarizá-la para passar a uma segunda fase: a ocupação do Alto Waikato, sabidamente mais complicada pela natureza de seu terreno. A estratégia composta de cerco, sufocamento e velocidade foi informada e detalhada a Londres. Segundo o comandante militar, era preciso ainda obter informações detalhadas sobre o interior da região para poder planejar com precisão os ataques: “Já coletei bastante informação sobre essas fronteiras, mas poderei ter opinião formada (...) quando receber o relatório do Tenente Warburton, que envie (...) para fazer um reconhecimento secreto do território”⁸³.

Duncan Cameron não podia repetir os erros da Crimeia; precisava de uma forte linha de comunicações e suprimentos. Confiava na superioridade de suas armas. Como um estrategista ancorado em informações científicas e um mestre das novas técnicas militares, estava determinado a suprimir o Movimento do Rei pelas armas. Em junho de 1861 explicitou sua estratégia ao *War Office*:

“Próximo ao fim do mês passado, o governador enviou uma mensagem para eles [Waikato] anunciando os termos pelos quais sua submissão deveria ser aceita, a qual ainda não recebeu resposta. Do que conheço da presente situação de ânimos entre as tribos, acho que não vão aceitar nossos termos”⁸⁴.

Ao escrever a seus superiores, em Londres, Cameron apresentou o embasamento legal para as futuras operações militares a partir do envio de uma proposta para a submissão pacífica do Movimento do Rei. Ele explicitou um dos pontos centrais do plano: pretendia instigar uma sublevação geral entre os Maori, cujo resultado final seria a justificativa para a ocupação dos territórios não vendidos.

Durante os meses seguintes, a estrada ao Waikato (*Great South Road*) começou a ser aberta, mas Cameron foi surpreendido com a saída do governo de seu aliado beligerante, Thomas Browne e o retorno de George Grey, inicialmente, com propostas para uma negociação pacífica.

Ao conciliar o conhecimento científico à dominação imperial, George Grey era uma peça importante para administração metropolitana. Durante sua estada na Colônia do Cabo, conseguiu suprimir os combates entre os colonos e os nativos da região. Sua atuação na Nova Zelândia era cada vez mais comparada com a de Thomas Browne, tido como responsável pelo

---

⁸³ Gal. Cameron to the War Office. 6 May 1861. TNA, WO 33-16, 331 (grifos meus).

⁸⁴ Gal. Cameron to the War Office. 6 June 1861. TNA, WO 33-16, 333.

fortalecimento do Movimento do Rei e duramente criticado por não ter conseguido reprimir a revolta em Taranaki.

Diante de pressões vindas da colônia por uma atuação incisiva contra os nativos, o *Colonial Office* o levou de volta à Nova Zelândia. Seu objetivo inicial era tentar frear os avanços do Movimento do Rei, utilizando-se de sua *mana*, o prestígio pessoal adquirido junto aos Chefes durante seu primeiro mandato. A ideia era evitar invadir a região, ao menos até ser possível o envio do Exército Imperial, retomando a paz vigente no início da década de 1850 e impedindo o início de uma guerra generalizada, cujos desdobramentos eram temidos e desconhecidos.

George Grey era um estrategista militar com cargo civil. Conhecedor dos Maori, repetiu a estratégia adotada na supressão à rebelião na *Bay of Islands*, em 1846. Conciliou a negociação com a preparação para o conflito. Manteve diálogos com diferentes Chefes, prometeu devolver as terras em Taranaki compradas de Te Teira, mas, simultaneamente, manteve as diretrizes principais referentes à construção da estrada para Ngaruawhia. Sabia que quando fosse recorrer às armas, deveria realizar uma ação avassaladora que não permitisse o questionamento da força do Exército Imperial, pois se fosse mal-sucedido colocaria em risco a própria existência da colônia neozelandesa. Em carta enviada a Cameron, explicitou sua dupla estratégia:

“se o território for cortado por estradas, e força suficiente for mantida, aqui – dificultará bastante as invasões dos nativos ao distrito logo ao sul de Auckland (...). É impossível que as condições permaneçam como estão (...). Na verdade estivemos, e ainda estamos por ora, inteiramente à mercê dos nativos, e eles sabem disso”⁸⁵.

No início da década de 1860, a Nova Zelândia estava sob crescente tensão. Os Maori e os *pakeha* se organizavam, armavam e se preparavam para o iminente conflito. Entre os nativos, crescia, vertiginosamente, o poder do grupo defensor da guerra aberta para a expulsão dos ocidentais, e entre os britânicos era praticamente uma unanimidade o desejo de avançar sobre as terras e liquidar os projetos de autonomia política e econômica.

---

⁸⁵ Governor Grey to Gal. Cameron. 19 December 1861. TNA, WO 33-16, 339 (grifos meus).

g. A tecnologia como arma da “civilização”

O avanço da estrada rumo ao Baixo Waikato não passou despercebido pelo Movimento do Rei. Eles se preocuparam com a proximidade das tropas, com a militarização de região adjacente aos seus centros demográficos e econômicos, mas, aparentemente, não notaram a revolução tecnológica que se aproximava.

Discretos fios pendurados em postes podiam parecer inofensivos ou incompreensíveis a princípio, mas eram vitais para a estratégia do general Duncan Cameron. Ele sabia que contaria, em breve, com as tropas imperiais e procurou aprontar a infra-estrutura para o momento do ataque: “É necessário apontar que a comunicação telegráfica com a fronteira nativa tornará impossível qualquer tentativa dos Maoris de surpreenderem a cidade de Auckland, e os assentamentos mais importantes em sua vizinhança”⁸⁶.

Além do telégrafo, outras ações foram executadas durante o ano de 1862 em um claro e evidente preparativo para a invasão militar a ser iniciada tão logo as negociações para a submissão falhassem ou novos conflitos surgissem. Em novembro, começaram as obras para a construção da última uma milha e meia da estrada, de Pokino até Mangatawhiri, nas margens do rio Waikato. O plano consistia em construir um forte naquele local e instalar no rio navios a vapor de fundo raso, capazes de transportar 300 homens, para tomar posse definitiva daquele importante curso fluvial⁸⁷.

Para executar a invasão, Grey e Cameron precisavam de muitos soldados. Não liberaram o retorno das tropas que haviam sido enviadas para os combates no Taranaki às colônias australianas, mantiveram milicianos ativos e o governador escreveu, reiteradamente, a Londres, clamando por mais tropas. O embasamento girou sempre em torno de uma possível invasão coordenada do Movimento do Rei contra Auckland e do fortalecimento de uma autoridade contestatória à Rainha.

Em nenhum momento houve uma organização efetiva dos Maori para atacar a capital colonial, e a autoridade do rei Tawhiao era mais simbólica do que efetiva. Suas forças foram potencializadas pelos relatórios catastrofistas de Grey e estes justificaram o envio de 3.000 soldados da Índia para a Nova Zelândia⁸⁸.

---

⁸⁶ Gal. Cameron to the War Office. 9 May 1862. TNA, WO 33-16, 344.

⁸⁷ Gal. Cameron to the War Office. 31 October 1862. TNA, WO 33-16, 344.

⁸⁸ War Office to the War Secretary. 22 July 1863. TNA, WO 33-16, 363.

A reunião de praticamente 14.000 soldados⁸⁹, sob o comando de Duncan Cameron, foi possível somente a partir da fusão de uma série de fatores. Os colonos de Auckland, interessados diretos nas terras do Waikato, souberam potencializar as imagens acerca da barbárie Maori, ressaltar a ameaça à soberania britânica pelo Movimento do Rei, jogar e se aliar aos interesses e ambições do governador e do general. Esta reunião de fatores possibilitou a vitória dos interesses e projetos dos colonos sobre as contingências orçamentárias metropolitanas e os ideais *humanitarians* dos missionários. Na Nova Zelândia, na década de 1860, a força dos colonos foi suficiente para criar uma situação em que havia praticamente uma unanimidade em torno da necessidade de superar a barbárie nativa pelas armas.

Para angariar ainda mais apoio entre os interessados diretos na supressão dos Maori, o governo colonial aprovou uma lei autorizando o confisco de terras dos rebelados (*Supression of rebellion act*, de 1863). O plano era vender as terras confiscadas e fazer a guerra se pagar a partir de seus produtos, além de oferecer títulos fundiários a civis que se alistassem, especificamente, para o embate. Foram publicados informes nos campos mineradores de Otago (extremo sul da Ilha Sul da Nova Zelândia) e da Austrália, cheios de jovens empobrecidos, e oferecidas terras a aqueles que se alistassem e lutassem, formando-se assim a chamada milícia do Waikato, composta de quase 4.000 voluntários.

Diversos fatores contribuíram em conjunto para possibilitar a correlação de forças e reunião das tropas imperiais na Nova Zelândia. Os colonos viviam, conviviam e conflitavam cotidianamente com os Maori há décadas. Interessados em suas terras, tentaram insistentemente adotar estratégias para confiscá-las, como a criação de documentos falsos, a manipulação da complexa burocracia, o uso das armas e a disseminação de boatos e temores cotidianos. Os colonos não estavam interessados nos nativos. Os consideravam exóticos, atrasados, selvagens, incivilizáveis, preguiçosos e ladrões. Ao assumirem as teorias sobre a superioridade racial, estabeleceram justificativas racionais e científicas para a dominação e a usurpação. Ao vislumbrarem a confederação Maori em torno do Rei, fundiram seus interesses aos temores metropolitanos para catalisarem a imagem da barbárie superando a civilização vitoriana.

---

⁸⁹ Ainda de acordo com Belich, durante a invasão, foram utilizados aproximadamente 9.000 soldados imperiais, 4.000 coloniais (milícia do Waikato) e algumas centenas de Maori aliados, cf. BELICH, James. *The New Zealand Wars*, op. cit., p. 126.

Jornais, petições e discursos parlamentares dos colonos podiam até propor a conciliação das raças, mas esta estava sempre fundamentada em noções de superioridade e comando britânico, impensáveis para os Maori. As ações daqueles que viviam nas áreas de conflito das zonas de contato, passavam longe da retórica dos políticos ou da filosofia dos legisladores e missionários. Para eles, a realidade era outra. Em embates e disputas cotidianas e pessoais, desejavam somente a aniquilação do outro, a paz e a prosperidade material daquela “pequena Inglaterra”. Foram estes homens, muitas vezes anônimos na documentação histórica, os principais agentes fomentadores dos boatos, instigadores das intrigas, propagandistas das imagens depreciativas e incentivadores de receios e pavores coletivos. Seus medos e receios encontraram eco em importantes grupos econômicos e em setores das administrações colonial e metropolitana.

Ao lado dos interesses dos colonos, estavam as duas principais autoridades na colônia: George Grey e Duncan Cameron, que eram homens de confiança do Império. Tinham circulado por importantes centros de decisão, compartilhavam de concepções a respeito da supremacia britânica, mas, como todos, mantinham seus interesses particulares e peculiaridades pessoais. Inseridos nas malhas da administração, ansiavam por grandes ações para entrar em evidência diante dos muitos semelhantes. Procuravam por uma situação que os colocasse em patamar destacado. Ao conectarem-se com a realidade neozelandesa, os desejos dos colonos e as especificidades dos nativos locais, conciliaram os interesses pessoais, os da sociedade *pakeha* e os da metrópole para reforçar e fazer valer a ideia de que uma ação extrema do Exército Imperial era necessária e urgente.

Segundo James Belich, “ao obter com sucesso as tropas do Exército Imperial, Grey conseguiu fazer valer rara influência de uma periferia sobre a metrópole. Em maio de 1864, havia mais (...) soldados imperiais na Nova Zelândia do que o disponível para a defesa da Inglaterra. A decisão para empregar estas tropas não foi tomada em Londres, mas no palácio governamental em Auckland. Esta foi uma situação única na história do império vitoriano”⁹⁰.

Os Maori conviviam em relações próximas com os *pakeha* há vinte anos e souberam compreender muitas das características dos ocidentais. Inseriram-se, rapidamente, nos mercados e se indignaram com as diferenças de preços pagos e recebidos pela Coroa na negociação fundiária, o chamado direito de preempção. Foram alfabetizados, conheceram a Bíblia, mas também se tornaram leitores assíduos dos jornais dos brancos e das atas do poder

---

⁹⁰ Idem, p. 125.

legislativo. Muitos assumiram o cristianismo, sabendo utilizá-lo para embasar suas justificativas por soberania em termos ocidentais. Frequentaram as escolas e aprenderam os meandros da burocracia, o legalismo e a força da Justiça para a sociedade britânica. Mantiveram profundas e conflituosas relações com os *pakeha*, compreenderam importantes traços culturais e os fundiram às suas ancestrais tradições de guerra, agricultura, convívio familiar e social. Ao assimilar, assumir e transformar o que aprenderam com os missionários, causaram ainda mais indignação entre os colonos. Passaram a ser vistos como usurpadores e manipuladores dos meandros burocráticos e legais britânicos e viram os missionários serem responsabilizados por tirá-los de um chamado estado de inocência para outro de consciência selvagem.

Colonos, administradores, militares e missionários se consideravam superiores aos nativos. Sempre os viam como tutelados, selvagens a serem administrados. Quando estes se confederaram sob o Movimento do Rei, somente conseguiram entendê-lo a partir de seus parâmetros europeus e o consideraram uma decisiva, final e irrevogável afronta ao poder da Rainha Vitória. Estava assim justificado o uso do Exército e o confisco das terras.

h. A “Invasão do Waikato” pelo Exército Imperial: telégrafo, vapores, soldados e canhões

A invasão militar britânica nos territórios do Movimento do Rei teve início em julho de 1863, após a abertura da estrada até o rio Waikato e construída a linha telegráfica. A tensão era imensa na região e a circulação de boatos foi suficiente para legitimar o início das ações militares. De acordo com Cameron,

“(…) chegou ao Sir George Grey informação de que os nativos estavam prontos para rebelarem-se e assassinar os colonos das áreas mais remotas (...), ele considerou que ações deveriam ser tomadas o quanto antes para remover qualquer nativo descontente das proximidades do território europeu (...). Magistrados foram enviados para as redondezas das vilas nativas, com instrução de visitar os habitantes ou para tomar seu juramento de lealdade, ou para removê-los para o interior do país. Todos se recusaram a fazer o juramento de lealdade (como já imaginávamos)”⁹¹.

---

⁹¹ Gal. Cameron to War Office. 30 July 1863. TNA, WO 33-16, 366.

A partir deste relato, é possível acompanhar a construção e reforço da legitimação para o ataque. Primeiro, o comandante apresentou a tensão e a iminente possibilidade de atrocidades a serem cometidas, para, na sequência, expor sua civilidade, tendo oferecido a paz e a sedentarização aos que aceitassem a dominação. Em sua própria análise, esperava que os bárbaros negariam a paz. Estava aberta a legitimação para ataques e confiscos de terras.

Os primeiros meses de embates foram marcados pela intensa chuva, característica do inverno neozelandês, e poucas vitórias efetivas de nenhum lado. Mesmo sem contar com todos os soldados que demandou, nem com os poderosos canhões Armstrong, Cameron não contava com a superioridade numérica nem tecnológica para vencer os Maori. Emboscadas promovidas pelos dois lados⁹², ataques às linhas de suprimentos⁹³ e aos colonos⁹⁴ marcaram esses meses de equilíbrio militar e muitos conflitos.

A chegada dos navios a vapor blindados e armados, em outubro, provenientes de Sydney, mudaram o curso da guerra. Com eles no rio Waikato, deu-se início às operações ofensivas e aos ataques contínuos às *pa* que protegiam o tráfego fluvial nativo. O plano, desenhado pelo governador George Grey e pelo general Duncan Cameron, era claro e detalhado. De Auckland a Mangatawhiri, já no rio Waikato, a infra-estrutura estava pronta. A *Great South Road* havia sido aberta e com ela se instalava o telégrafo. A partir deste ponto, o objetivo era tomar posse do rio e destruir as *pa* que regulavam seu acesso, Meri-Meri (ou Meremere) e Rangiriri, para alcançar os dois principais núcleos populacionais e econômicos, Ngaruawhia e Rangiawhia, e ocupá-los, destruí-los, expulsar os nativos e tomar posse destas que eram as zonas mais férteis da região.

Com a chegada de cada vez mais soldados e milicianos, o apoio da Marinha Real e o uso do telégrafo, dos novos rifles *minié*, navios a vapor e poderosos canhões Armstrong, os britânicos partiram para uma rápida e decisiva campanha militar na virada de outubro para novembro de 1863. Naquela noite, as tropas avançaram com os navios, ultrapassaram Meri-Meri e não encontraram resistências. A primeira *pa* foi tomada na manhã seguinte, após ter sido abandonada durante a noite.

Esta vitória foi crucial para a estratégia delineada por Cameron ao possibilitar o controle do acesso ao rio Waikato e o contorno de uma nova linha de fronteiras, executado

---

⁹² Lieutenant Butler Statement. 19 September 1863. TNA, WO 33-16, 379.

⁹³ Cel. A. A. Chapman to Gal. Cameron. 14 September 1863. TNA, WO 33-16, 373.

⁹⁴ Gal. Cameron to War Office. 5 October 1863. TNA, WO 33-16, 376.

nos meses seguintes. A partir do ponto em que o rio se desloca para oeste e se torna uma importante fronteira natural, os britânicos construíram uma sequência de pequenas fortalezas (*redoubts*) e controlaram, efetivamente, toda a região até costa da baía do rio Thames (*Firth of Thames*), a leste.

Ao descrever os resultados dessa empreitada, Cameron transpareceu sua forma de compreender os nativos aos quais combatia, vistos como selvagens das florestas. Segundo ele, “múltiplas guarnições foram estabelecidas do Thames até o Waikato, e já alcançaram o sucesso ao limpar o mato a sul e leste de Auckland dos grupos de saqueadores que antes o infestavam”⁹⁵.

Em amarelo, a linha defendida em terra pelos *redoubts* dos militares. Em azul, o curso do rio Waikato utilizado como fronteira natural a partir de Meri-Meri. Fonte: earth.google.com

⁹⁵ Gal. Cameron to War Office. 5 October 1863. TNA, WO 33-16, 401.

Três semanas após a tomada de Meri-Meri (20/11/1863), as tropas repetiram a estratégia diante de Rangiriri, localizada praticamente 20km rio acima. Desta vez, entretanto, os Maori resistiram. Após uma noite e um dia de combates intensos e dezenas de mortes dos dois lados, a *pa* foi abandonada por mais de quinhentos de seus defensores e os cento e oitenta restantes se renderam, após Cameron simular uma mensagem de armistício. Ao final da ocupação, os britânicos contaram trinta e nove mortos seus e quarenta e um dos seus inimigos.

Esta vitória foi tão importante para a estratégia de ocupação da região do Waikato que rendeu frutos imediatos a Cameron. O governador Grey escreveu ao *Colonial Office*, indicando o comandante das tropas à *Victoria Cross*⁹⁶, a importante condecoração militar criada durante a Guerra da Crimeia. O governo, entretanto, foi adiante. Em reconhecimento pela relevante conquista e serviços ao Império, ele se tornou um cavaleiro da Ordem de Bath (*KCB – Knight Commander of the military division of the order of Bath*)⁹⁷.

Após mais três semanas, o Exército alcançou e ocupou Ngaruawahia, o centro demográfico e econômico do Baixo Waikato. Telegrama enviado do local, por Cameron a Grey, explicitou a relevância da conquista e expressou a satisfação do comandante ao alcançar um de seus principais objetivos: “A bandeira da Rainha está desfraldada em Ngaruawahia (...) sem resistência”⁹⁸.

Após a ocupação militar de Ngaruawahia, os Maori alteraram sua estratégia. Eles notaram a ineficiência das *pa* construídas à beira do rio, diante dos navios a vapor e dos canhões e construíram uma nova linha defensiva trinta quilômetros ao sul, em Paterangi. Esta nova configuração dificultou os planos britânicos. Segundo Cameron, “os nativos reuniram-se em grande força em nossa vanguarda, e construíram fortificações em todos os caminhos que levam ao interior. Estou trazendo reforços, e coletando suprimentos e meios de transporte o mais rápido possível, e espero que seja capaz de retomar operações em poucos dias”⁹⁹.

Ao notar a impressionante linha de *pa* construída em Paterangi, Cameron optou por não enfrentá-la. Sabia da dificuldade para superar três *pa* integradas, ocupando mais de vinte quilômetros com paliçadas, trincheiras e muralhas, protegidas por dois canhões adquiridos

---

⁹⁶ Governor Grey to Colonial Office. 8 December 1863. TNA, WO 33-16, 406.

⁹⁷ War Office to the Military Secretary. 18 February 1864. TNA, WO 33-16, 405.

⁹⁸ Gal. Cameron to Governor Grey. 9 December 1863. TNA, WO 33-16, 407.

⁹⁹ Gal. Cameron to War Office. 4 January 1864. TNA, WO 33-16, 401.

pelos Maori de fonte desconhecida. Símbolo maior do esforço do Movimento do Rei e seus aliados em toda a Ilha Norte para frear o avanço dos britânicos, Paterangi não foi enfrentada.

O avanço para a região foi lento e repleto de pequenos combates. Diante de dezenas de milhares de soldados que venceram *pa* após *pa*, os Maori se viam cada vez mais pressionados e iniciaram táticas desesperadas para tentar expulsar os invasores. Emboscadas e lutas homem-a-homem foram comuns nestes dois meses de avanço britânico sobre o centro fértil do Waikato.

Ao Exército, os Maori eram o inimigo a ser caçado na floresta. Sir H. Havelock, tenente-coronel envolvido diretamente com o comando das tropas no avanço, escreveu em fevereiro de 1864 para seu colega, Coronel Waddy. Nesta correspondência, acentua a visão sobre os nativos corrente entre os militares e as práticas nos campos de batalha:

“Uma série de conflitos corpo-a-corpo ocorreu aqui entre os Maori, rastejando secretamente pelas moitas, e nossos homens (...). Essa audácia custou valiosas vidas, mas a punição infringida aos Maori foi severa e vigorosa, e ensinou-lhes uma dura lição, (...) caçando e destruindo o inimigo. Por fim, todo Maori encontrado foi assassinados, ou ferido e preso, o trabalho de remover nossos feridos (...) começou”¹⁰⁰.

Sem a preocupação em escrever para Londres e sem precisar medir as palavras que poderiam cair nas mãos da oposição, de religiosos e *humanitarians*, o comandante explicitou a forma como os Maori eram vistos: inimigos a serem caçados e destruídos (mortos). Ao apresentar a sequência de opções dos soldados diante dos nativos, explicitou a prática no campo de batalha. A primeira tentativa era sempre por matar, ou ao menos ferir. Em caso de rendição, talvez a prisão. Estavam decididos a “limpar o mato dos saqueadores”, como havia comentado o general Duncan Cameron meses antes.

A opção militar, diante da força das *pa* de Paterangi, foi por contorná-las. Em vez de continuar pelo rio Waikato, as tropas seguiram pelo Waipa e ultrapassaram a linha defensiva pelos flancos para chegar a Rangiawhia, outra região densamente povoada e centro econômico Maori. Neste local, encontraram apenas mulheres, idosos e crianças, visto que a maioria dos homens estava em Paterangi, há quinze quilômetros de distância, e só pôde ser avisada quando o ataque estava começando. Diante de pouca, mas obstinada resistência, as tropas destruíram tudo o que encontraram pela frente – depósitos, plantações, casas e igrejas – e conseguiram, segundo Cameron, “a posse de grande faixa de terra fértil, por nós, entre os

---

¹⁰⁰ Lieutenant-Colonel Havelock to Cel. Waddy. 12 February 1864. TNA, WO 33-16, 412.

rios Waipa e Alto Waikato, o recuo do inimigo para o interior e sua perda de plantações das quais precisava para seu abastecimento”¹⁰¹.

A conquista de Rangiawhia foi um duro golpe nas estruturas de resistência do Movimento do Rei. As seguidas derrotas, as muitas mortes e a perda de importantes territórios abalaram a confiança e a capacidade de resposta dos guerreiros. Restou uma última linha defensiva importante – Orakau – para garantir o controle sobre as terras mais planas e férteis do Waikato.

Estes últimos movimentos da invasão britânica foram marcados por situações de resistências desesperadas por parte dos nativos. Nesta última linha de *pa*, muitos Maori simplesmente se negaram a sair durante dias. Confiantes na vitória e, praticamente, cercando a fortificação, os britânicos ofereceram uma via para mulheres e crianças saírem.

Dois relatos de Cameron destes combates foram sintomáticos:

“Como se sabia que mulheres e crianças estavam na *pa*, o inimigo foi chamado (...). Disseram-lhes que suas vidas seriam poupadas, e caso se recusassem seriam solicitados a terem ao menos compaixão por suas mulheres e crianças, e as mandassem sair. Responderam que não o fariam, e que lutariam até o fim. (...) O inimigo, ao realizar sua fuga pelo lado oposto (...) foi, entretanto, rapidamente perseguido, e sofreu dura perda”¹⁰².

No dia seguinte, complementou:

“Não posso, entretanto, para ser justo, deixar de fazer um tributo à dedicação e coragem heróica desse bando de nativos, os quais, sem água e com pouca comida por mais de dois dias, e desprovidos de qualquer esperança de auxílio, aguentaram tanto tempo contra uma força imensamente superior (...) sob um tiroteio terrível de nossas tropas”¹⁰³.

Ao descrever a situação e já confiante na estrondosa vitória, Cameron passou a associar a imagem do Maori bárbaro que sacrifica suas mulheres e crianças, à do guerreiro valoroso e corajoso. Derrotados, os nativos passaram a reunir qualidades.

A situação descrita por Cameron permite questionar os motivos que levaram os Maori a negar a rendição. Teria sido um último e desesperado movimento de resistência, associado a ideais de martírio? Ou o extremo receio do que aconteceria após a rendição? É impossível

---

¹⁰¹ Gal. Cameron to War Office. 4 March 1864. TNA, WO 33-16, 409.

¹⁰² Gal. Cameron to War Office. 3 April 1864. TNA, WO 33-16, 427.

¹⁰³ Gal. Cameron to War Office. 4 April 1864. TNA, WO 33-16, 426.

saber, exatamente, quais eram as intenções daquelas pessoas, mas é imprescindível notar como naquele momento em que a vitória estava assegurada, os britânicos retomavam, gradativamente, um discurso menos beligerante e pautado por alguns princípios do *humanitarianism*.

A ocupação de Orakau, em 31 de março de 1864, foi o ponto máximo da expansão do exército expedicionário do general Cameron. A partir de lá, o terreno era demasiado acidentado, não havia importantes centros populacionais ou econômicos a serem atacados, e os terrenos não eram mais tão propícios à agricultura e à pecuária.

Distantes já mais de cento e cinquenta quilômetros de Auckland, os britânicos consideraram sua missão realizada. Havia suprimido com sucesso a autoridade do Movimento do Rei sobre as áreas mais férteis do Waikato, expulso os Maori para as regiões montanhosas e distantes dos principais centros populacionais britânicos, e conquistado, aproximadamente, 7.000 km² de terras até pouco tempo fora do mercado, em um clássico exemplo de uma guerra de conquista imperial.

Os colonos sentiam-se realizados por terem conseguido fazer o Exército usar sua força e dominação sobre os até então autônomos nativos. Grey e Cameron estavam realizados pessoalmente. Em cinco meses, executaram uma poderosa expedição militar, conquistaram territórios e impressionaram as autoridades metropolitanas. Os Maori viram parcela considerável de seus territórios serem confiscados e os esforços por autonomia severamente abalados, mas não liquidados.

Nas palavras do general Duncan Cameron, o fim das operações ofensivas e os resultados da invasão do Waikato:

“Meu Lorde, após a retirada dos nativos rebeldes de Mangatautari, (...) eles se dispersaram em todas as direções, e não sendo aconselhável segui-los mais adiante para o interior do território, propus que Sua Excelência o Governador da Nova Zelândia que as operações devam ser encerradas na Província e Auckland, que as tropas necessárias para proteger e ocupar o território do qual expulsamos os nativos devam abrigar-se para o inverno, e que o restante embarque para Plymouth”¹⁰⁴.

Uma conjunção de fatores e interesses levou à invasão do Waikato. Havia os interesses dos colonos de Auckland pelas terras, mas este não era o único motivo e não teria sido

---

¹⁰⁴ Gal. Cameron to War Office. 3 May 1864. TNA, WO 33-16, 434 (grifos meus).

somente ele capaz de mobilizar tantas tropas imperiais. Segundo Belich, “os colonos da Ilha Sul, missionários, governadores, colonos da Austrália e, acima de tudo, o governo imperial, não estavam motivados pela ambição sobre as terras Maori (...) mas pela mítica imperial (...) e sua demanda pelo efetivo domínio britânico sobre a Nova Zelândia (...), pois havia algo não natural, não europeu, ao se observar comunidades de brancos vivendo em parceria e igualdade como nativos”¹⁰⁵.

Os colonos foram bem-sucedidos ao ocupar o Waikato porque souberam lidar com as tensões dentro do Império e estabelecer uma extensa rede de contatos e aliados capaz de mobilizar diferentes setores nas colônias, no Exército e em Londres. A principal força mobilizadora para o uso das tropas foi saber lidar com a imagem do poder e da dominação britânica. Ao identificar no Movimento do Rei uma centralização política, teoricamente capaz de confrontar e se indispor à Rainha Vitória, potencializaram a força desta confederação, espalharam boatos e contaram com relatos de embates e atrocidades para mobilizar diferentes setores. Os colonos controlavam somente o governo local, não reuniam os recursos nem as tropas suficientes para conquistar seu objetivo, mas souberam pressionar e mexeram com os brios imperiais para convocar o Exército para uma região tão distante e um objetivo tão específico. Foram hábeis, contaram com o apoio do governador e do general, e alcançaram suas metas. Os Maori transformados novamente em bárbaros foram golpeados pelos interesses dos colonos e pela força do Império.

As guerras não foram apenas por terras, mas pela supremacia do conquistador. Além do pensamento racista, havia também uma disputa por poder efetivo e a demanda local por terras estrategicamente interessantes e férteis, bem como uma pressão por controle, vinda das ondas imigratórias. Não era possível lidar com a autonomia político-econômica Maori, nem com seu controle sobre importantes territórios. Não era uma questão de quantidade de terras, mas de força e poder, de se sentir desafiado em sua crença de superioridade, de não poder quando quisessem e como quisessem elaborar projetos para aquelas terras, e ainda ter que enfrentar possíveis ataques e rebeliões.

O Império e os colonos precisavam do controle territorial, fizeram leis para amparar suas ações e atacaram em busca de terras, não apenas material, mas simbolicamente. A ideia da supremacia britânica justificou preconceitos e interesses pessoais e geopolíticos, afinal, é assim que funciona um Império

---

¹⁰⁵ BELICH, James. *Making peoples*, op. cit., pp. 230-231.

i. Após Waikato: britânicos e Maori em uma nova Nova Zelândia

A partir de Orakau, delineou-se a nova linha de fronteira, de separação imaginária entre os britânicos e os Maori. Com o fim das operações militares ofensivas no Waikato, houve uma reorganização entre os *iwi* atacados e a transferência dos integrantes do Movimento do Rei para a região montanhosa próxima ao lago Taupo. Nos meses seguintes, os militares nos mais diversos pontos da Nova Zelândia receberam comitivas de Chefes dispostos a assinar a rendição¹⁰⁶, a submissão final à Rainha Vitória e, para tal, perder parte de suas terras em compensação pela chamada insubmissão.

Após a estrondosa vitória no Waikato, Grey e Cameron ainda tentaram organizar uma nova sequência de ataques, na Baía de Tauranga, na Costa Leste. Sem o apoio da infraestrutura de logística e comunicações, a operação foi um fiasco e um armistício foi assinado. Os termos apresentados pelo governador Grey aos Chefes da região, em agosto de 1864, são esclarecedores sobre os interesses britânicos e sobre a permanência da força política dos Maori:

“Ordenarei que os assentamentos selecionados a vocês estejam, quando possível, nos locais por vocês solicitados, e garantidos por títulos da Coroa a vocês e seus descendentes. Quando isto estiver concretizado e todas as fronteiras entre propriedades delimitadas, eu informarei de qual maneira serão negociados os terrenos residuais. Para ser justo e mostrar nossa gratidão pela forma honrosa com a qual vocês conduziram as hostilidades, sem roubos ou mortes, respeitando os feridos, eu prometo que ao final da repartição de suas terras, não excederá em um quarto o total de terreno confiscado”¹⁰⁷.

Ao retrocedermos para o ponto de tensão inicial entre os colonos e os Maori, no final da década de 1850, é possível compreender a expressão da vitória do Exército Imperial. Nos anos finais do governo de Thomas Browne, crescentes levadas de britânicos chegavam à Nova Zelândia, mas encontravam o mercado fundiário congelado pela negativa nativa em negociar as terras.

Em seu discurso em seis de agosto de 1864, George Grey apresentou a nova realidade aos Chefes de Tauranga. A aqueles *iwi*, ofereceu a manutenção de no mínimo 75% de seus territórios, desde que mapeados, esquadrinhados e oficializados por títulos britânicos. Mais do

¹⁰⁶ Por exemplo, Gal. Cameron to Governor Grey. 3 August 1864. TNA, WO 33-16, 458.

¹⁰⁷ Governor Grey to the Hostile Natives of Tauranga. 6 August 1864. TNA, WO 33-16, 458.

que apenas evidenciar a autoridade vitoriosa da Grã-Bretanha, delineou seu futuro ao conciliar a paz à inserção das terras nas malhas jurídico-administrativas e no mercado.

Antes da invasão do Waikato, não havia mapas dessas regiões; agora, eles eram pré-condição para a paz. A delimitação de linhas de fronteira foi o maior sinal da vitória britânica. Com a emissão dos títulos fundiários, a lógica do mercado penetrou e, lentamente, fez com que grande parte dos terrenos passasse às mãos dos *pakeha*. A partir da década de 1860, a Ilha Norte da Nova Zelândia foi praticamente toda visitada para a produção de mapas e a definição de fronteiras e propriedades. Segundo Giselle Byrnes, “ao nomear, subjugar, demarcar e mapear as terras, [os engenheiros cartógrafos] assumiam o papel de força colonizadora (...) e de mediadores culturais, particularmente durante seu contato e interação com os Maori e a adoção de seus métodos de mapeamento”¹⁰⁸.

A invasão do Waikato foi indubitavelmente uma vitória britânica, mas não deve ser considerada como o ponto final nas resistências Maori. A realidade cotidiana da colônia ainda era, em muitas regiões, controlada por eles. Se a partir de 1864, não conseguiram mais impedir explicitamente a ocupação britânica, sua concordância ou apoio ainda eram fundamentais para a vida no dia-a-dia. Sem eles, não era possível entrar no interior, conhecer o desconhecido, colocar no mapa o que supostamente era domínio da Rainha Vitória. George Grey estava plenamente consciente desta força dos Chefes ao elaborar suas proposições para as novas relações pós-Waikato.

Aos Chefes do Waikato, do Movimento do Rei, as proposições eram diferentes às de Tauranga. Líderes da rebelião, a eles não houve misericórdia nem negociação. Em nova carta aos Maori de toda a Nova Zelândia, de dezembro de 1864, o governador Grey apresentou a situação dos diferentes grupos envolvidos nas batalhas encerradas naquele ano. Segundo ele:

“É, portanto declarado e tornado público que o Governador conservará e manterá como terra da Coroa toda terra no Waikato tomada pelas forças da Rainha (...). As terras daqueles nativos que foram fiéis à Rainha devem ser asseguradas a eles; e para aqueles que se rebelaram, mas que imediatamente se tornaram submissos a autoridade da Rainha, porções de terras tomadas serão devolvidas a eles e suas famílias (...). Aqueles culpados de violência serão punidos pelo Governador, assim como foram as tribos Waikato (...). O governador fará com que estradas sejam construídas não apenas em Taranaki e em Waikato mas por toda a Ilha, de tempos em tempos conforme julgar próprio, por terras

---

¹⁰⁸ BYRNES, Giselle. *Boundary markers*, op. cit., p. 4.

européias e nativas (...). O governador não oferece anistia aqueles que de alguma forma estiveram envolvidos em assassinatos de mulheres e crianças, ou assassinatos desleais de homens desarmados (...). Deus salve a Rainha!”¹⁰⁹.

Logo no início do pronunciamento, Grey salientou o destino das terras ocupadas pelo Exército, confiscadas em nome da Rainha. A área era imensa e abrangia a região entre a linha de fronteira estabelecida em novembro com a vitória sobre Meri-Meri, até Orakau. A oeste, seguia até o Mar de Tasman, e a leste até uma série de marcos correspondentes genericamente à área em torno do rio Thames.

Em vermelho, a área confiscada no Waikato. Em amarelo, a rota da invasão.

Fonte: earth.google.com

¹⁰⁹ A proclamation of Sir George Grey, KCB. 17 December 1864. TNA, WO 33-16, 478.

Após declarar o confisco das terras do Waikato, amparado pelo *Supression of rebellion act*, de 1863, Grey definiu a situação dos demais grupos. Aos *kupapa* – os Maori aliados – garantiu o controle de toda a terra e a emissão dos títulos de posse. Já aos rebeldes, provenientes de fora do Waikato, e que tivessem formalmente apresentado sua rendição, ofereceu a manutenção de uma parcela não definida de terras.

Quatro meses após a declaração aos Chefes de Tauranga, Grey já havia conseguido definir com mais clareza a nova correlação de forças nos interiores da Nova Zelândia. Diante de uma sequência de proposições de submissão e da repercussão da vitória imperial, reviu os termos originais. Aqueles 75% de terras garantidos agora eram uma variável a ser discutida, caso a caso, mas sempre relacionada à posse legalizada e à mercantilização das terras¹¹⁰.

Ao final do documento, Grey apresentou as próximas ações do governo colonial. Em uma Nova Zelândia praticamente pacificada, o próximo investimento era na abertura de estradas, desbravadoras, integradoras e pacificadoras do território. Com a conquista das terras férteis do Waikato, uma nova situação se delineou, com a inversão dos pólos de força, passando os britânicos a serem reconhecidos como militarmente mais fortes e os Maori como mais fracos, em oposição ao que ocorria até então. Esta alteração deu ímpeto e gana para os comandantes e os colonos realizarem uma série de pequenas batalhas e conquistas nas duas décadas seguintes, empurrando os Maori cada vez mais para a zona montanhosa e árida do centro da Ilha Norte, desinteressante economicamente.

Logo após a invasão do Waikato, dois movimentos simultâneos ocorreram na Nova Zelândia, um de inserção dos nativos nas estruturas políticas e o outro de liberalização fundiária.

Com a Exposição das possibilidades da força militar e o reconhecimento da mesma pelos Maori, os britânicos passaram a investir novamente em políticas de lenta integração social e política dos nativos, agora uma minoria cada vez mais insignificante, despossuída dos territórios economicamente mais relevantes. Já em 1865 foi aprovada a Lei dos Direitos dos Nativos (*Native Rights Act*), segundo a qual eles possuíam os mesmos direitos dos cidadãos britânicos. Dois anos depois foi a vez da Lei da Representação Maori (*Maori Representantion Act*) e da instalação de uma política de cotas de quatro cadeiras permanentes para os nativos

---

¹¹⁰ Amparado, legalmente, pelo *Supression of rebellion act*, de 1863, o governo colonial realizou ainda outros confiscos de terras de grupos Maori tidos como rebeldes, em Taranaki, Tauranga, Baía Plenty e em Mohaka–Waikare.

no Parlamento, cujos representantes eram eleitos a partir do sufrágio universal entre seus semelhantes. Neste caso, é interessante notar que, ao mesmo tempo, os eleitores brancos ainda eram selecionados a partir do critério censitário. Por fim, em 1882 o Rei Tawhiao oficialmente assinou um armistício com o governo, ao mesmo tempo em que tentou, sem sucesso, contatar a Rainha Vitória para interceder pelos direitos dos Maori.

Após a conquista militar, houve um claro movimento de cooptação dos nativos ao sistema político e econômico britânico. Estas leis citadas diferiam diametralmente muito do que ocorria em outras regiões do Império Britânico, mas não deixam de sinalizar uma outra estratégia para o mesmo fim de controle, submissão e conquista. Diante de um movimento que não conseguiam mais frear, muitos Maori optaram por participar do sistema e tentar formas de resistência dentro do mesmo.

Ao mesmo tempo em que procuravam inserir os nativos em seu sistema político e controlar suas investidas por autonomia, os britânicos mantiveram uma longa investida por liberalizar e mercantilizar as terras. Em 1865, foram instituídos os Tribunais para as Terras Nativas (*Native Land Court*), autorizados a determinar dividir os territórios dos *iwi* por um número máximo de dez indivíduos proprietários, representantes de toda a comunidade, mas plenamente habilitados para realizar operações de compra e venda enquanto proprietários individuais.

Este sistema foi alterado em 1873. Segundo a nova legislação, não haveria mais a divisão entre dez integrantes, mas sim entre todos os membros do *iwi*. A principal diferença em relação ao modelo anterior é que não havia mais a possibilidade de concentração de grandes lotes de terras nas mãos de alguns indivíduos, muitas vezes fortes o suficiente para negar a venda. A partir da nova regulamentação, cada integrante do *iwi* possuía uma pequena quantidade de terras, muitas vezes insignificante para seu sustento cotidiano, resultando em uma escalada vertiginosa nas operações do mercado fundiário. Richard Boast, ao analisar este processo, salientou a profunda transformação nas relações do homem com a terra, já que “o sistema de posse de terra Maori, baseado nos preceitos tradicionais polinésios, foi transformado em algo derivado da posse fundiária medieval inglesa”¹¹¹.

A transformação simbólica da terra em propriedade foi intencional, planejada e entendida pelos britânicos contemporâneos como um marco na civilização da Nova Zelândia,

---

¹¹¹ BOAST, Richard. *Buying the land, selling the land: governments and Maori land in the North Island, 1865-1921*. Wellington: Victoria University Press, 2008, p. 4.

na vitória do liberalismo sobre a selvageria. Para J. G. A. Pocock, “os *pakeha* foram incapazes de imaginar que a propriedade poderia assumir outros matizes além do individual e patriarcal. A ideia de que esta poderia residir em uma tribo, um grupo familiar, um *hapu*, *iwi*, ou qualquer outro termo conveniente a ser empregado, era extremamente difícil de ser aceita pelos juristas”¹¹².

Uma das estratégias adotadas pelos britânicos para compreender e dominar os nativos foi por meio da ciência, a partir da qual se tentava descrever, analisar os diferentes povos conquistados pelo Império. Uma das formas mais difundidas para tal foi a criação de sociedades científicas e museus.

Segundo Amiria Henare, “a bagagem mental imperial estimulou novas formas de troca e o estabelecimento de redes de ciência, cristianismo e direito através da colônia, a partir de igrejas, fóruns, governos locais e museus. O movimento de cartas, pessoas e objetos manteve próximas as instituições nas colônias e na metrópole, contribuindo para a construção de uma arquitetura do poder na paisagem que pretendeu deliberadamente capturar e controlar os habitantes originais”¹¹³.

Havia muita curiosidade, entre os colonos e os britânicos na Grã-Bretanha, sobre os povos nativos e esta era alimentada pelo envio constante de artefatos para as coleções museológicas. Durante a invasão do Waikato, por exemplo, o coronel Warre enviou ao general Cameron um *taiaha*, bastão tradicional de guerra, conquistado de um Chefe, para ser remetido ao Museu das Forças Armadas (*United Service Institution*)¹¹⁴.

A Nova Zelândia do final do século XIX era controlada diretamente pelo Império Britânico e este investiu em transformá-la em parte de seu sistema econômico e em transpor para lá modelos e práticas europeias. A prática cotidiana se mostrou muito menos simples do que o planejado nos gabinetes londrinos. Os *pakeha* e os Maori negociaram e destas tensas relações surgiram novas e peculiares adaptações neozelandesas aos duros modelos metropolitanos.

---

¹¹² POCOCK, J. G. A. “Tangata whenua and Enlightenment anthropology”. In: *The discovery of islands*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 216.

¹¹³ HENARE, Amiria. *Museums, anthropology and imperial Exchange*, op. cit., p. 142.

¹¹⁴ Cel. Warre to Gal. Cameron. 16 September 1863. TNA, WO 33-16, 383.

j. Nova Zelândia: a colonização da barbárie

As ideias circulavam pelo Império, as pessoas circulavam, assim como os produtos. Da Inglaterra partiram ordens, capital, gente, o *humanitarianism* e a certeza da dominação; da Escócia, o liberalismo; da Austrália e do Cabo, George Grey; da Crimeia, soldados, as técnicas e Duncan Cameron; do *Beagle*, FitzRoy; da América, pré-conceitos. A Nova Zelândia enviou práticas de resistências, imagens de fartura, Edward Eyre para a Jamaica e muito mais.

Nas colônias brancas do Império Britânico, investiu-se em projetos de longa duração de transposição das multidões excedentes dos processos de concentração e urbanização decorrentes da Revolução Industrial.

Havia capitais em abundância, tecnologia de ponta e muitos interesses em jogo. A escolha dos locais onde seriam estabelecidas as colônias brancas recaiu sobre territórios situados em zonas subtropicais ou temperadas, com vastas terras férteis e uma concentração demográfica relativamente baixa de nativos estruturados em sociedades tribais. A Nova Zelândia foi um caso emblemático.

Os diferentes projetos estabelecidos para esses assentamentos não propunham relações igualitárias com os nativos. No caso específico neozelandês, o investimento do *humanitarianism* nos missionários propôs a conversão dos Maori em cristãos a serem transformados em pequenos proprietários, empreendedores e mão-de-obra.

Quinze anos de relações equilibradas e relativamente pacíficas entre os Maori e os britânicos, a partir de 1846, incentivaram levas de imigrantes a atravessar o planeta em busca de uma vida de fartura e aventura naquela “pequena Inglaterra”. Os nativos conheceram e compreenderam os sistemas econômico, social e político britânicos e optaram por uma inserção controlada neles, produzindo para os mercados consumidores coloniais, investindo em moinhos e companhias de navegação, mas se negando a vender suas terras – base de sua estrutura social e sabidamente o sustentáculo de sua força econômica e política.

Os colonos chegavam interessados justamente nas terras. A falência da *New Zealand Company* conduziu diretamente às mãos do Estado o monopólio das transações fundiárias e, em 1852, este passou a ser controlado pelos *pakeha* através das instituições de autogoverno criadas pela metrópole.

O Império Britânico possuía múltiplas e distintas frentes de atuação na década de 1850. Interna e externamente enfrentava situações absolutamente diversas, como o fortalecimento do movimento operário, a força do liberalismo, a Guerra da Crimeia e a ocupação efetiva da Índia. Neste contexto, os legisladores, pautados no liberalismo econômico e político, incentivaram a transferência de poderes repressores aos colonos nos locais em que se entendia que a sociedade estabelecida já seria capaz de fazê-lo – as colônias brancas.

Apesar de questionado e enfraquecido, o *humanitarianism* havia deixado profundas raízes na Grã-Bretanha, em sua imprensa, nas classes médias urbanas, entre os religiosos e administradores coloniais. Operações violentas contra povos nativos, mesmo embasadas em justificativas legais ou morais, recebiam duras críticas – e continuavam ocorrendo. Diante de resistências e situações de crescente tensão nas zonas de contato da expansão imperial nas colônias brancas, optou-se por transferir o poder, o orçamento e a força repressora para os legislativos locais, para os colonos. Maiores interessados na rápida expansão britânica e distantes política e economicamente do Parlamento, estas pessoas não precisavam se preocupar com as repercussões metropolitanas para empregar as tropas contra os nativos e, se preciso, perpetrar massacres e dizimações.

A vida nas zonas de contato era necessariamente tensa, pois significava o convívio direto e cotidiano com os povos nativos, suas demandas e ameaças reais e imaginárias. Aos colonos saídos dos interiores da Grã-Bretanha, os Maori não eram os “bretões do século XIX” a serem convertidos, como haviam dito FitzRoy e os *humanitarians*. Eles eram estranhos, falavam outro idioma, tinham a pele escura, eram guerreiros, não queriam ceder as terras, faziam danças de guerra e tinham corpos e rostos tatuados. Para o imaginário do europeu médio, eles eram o símbolo da barbárie.

Aos colonos, não interessava saber se os nativos haviam sido convertidos ao cristianismo, se adotariam o liberalismo ou se usavam cartolas. Seus usos e costumes eram muito diferentes e eles eram concorrentes diretos na economia. O ideal, para os colonos, era o total desaparecimento dos Maori, afinal na Inglaterra original eles não existiam. Na “pequena Inglaterra”, não havia porque existirem.

O Império Britânico lidava com muitas barbáries. As internas – o operariado e os movimentos de contestação social – eram combatidas com as armas e o enriquecimento da classe média; as na política externa – impérios expansionistas – eram contornadas e

confrontadas pelas armas e nas negociações diplomáticas; as selvagens precisavam ser combatidas. No caso das colônias brancas, como a Nova Zelândia, a melhor forma de se combater a barbárie foi o investimento na transferência de colonos e em oferecer a estes as ideias e os meios para aniquilá-la.

Nestes locais, a melhor solução identificada para fazer valer o domínio britânico foi criar e incentivar as tensões entre brancos e nativos, transformando os colonos em pontas-de-lança do Império e em soldados da conquista. Os nativos foram combatidos e a os britânicos conseguiram impor seu domínio. Ao transferir aos imigrantes a força para fazer valer a conquista britânica, instigou-se o conflito e investiu-se na imagem da oposição entre civilização e barbárie, levando à vitória sobre os nativos, à supremacia dos colonos, à colonização da barbárie, mesmo quando foi necessário recorrer ao Exército Imperial.

CAPÍTULO IV

Lutas por poder e por territórios na Argentina

Capítulo IV

Lutas por poder e por territórios na Argentina

As expansões territoriais, resistências, conflitos e alianças entre brancos e nativos marcaram diferentes regiões do planeta no século XIX. Na América Latina e, mais especificamente, na Argentina após a independência, ocorreram intensas alianças e violentas disputas. Desde o período colonial, os indígenas haviam estabelecido redes de trocas com os espanhóis.

Nos pampas, agora reclamados como território argentino, interesses fundiários, territoriais e estratégicos colocaram *criollos* em confronto com indígenas. Este capítulo foca-se sobre estas relações, no período compreendido até o início da década de 1860, quando o Estado foi centralizado e ocorreram mudanças intensas nas formas de se relacionar com os indígenas. São apresentados os primeiros movimentos dos portenhos para a ocupação das terras, a compreensão que os nativos tinham da situação, e as estratégias por eles elaboradas para viver, conviver e participar da definição do projeto de Argentina a ser colocado em prática.

Os interesses políticos e econômicos das diferentes etnias e de grupos em disputa pelo Estado foram esmiuçados em pesquisa anterior¹. Seus resultados acompanham a presente análise e concentram-se na compreensão das transformações ocorridas na imagem construída sobre os indígenas na região na segunda metade do século XIX, sinalizando os diferentes vetores que levaram ao fortalecimento de confederações indígenas, seus projetos de convívio e sobrevivência, e o papel crucial desempenhado pelos políticos unitários liberais² em conjunto com comandantes militares da fronteira para a adoção de estratégia bélica ofensiva a partir da década de 1870.

Objetiva-se, agora, agregar mais uma problematização: como as relações cotidianas e os interesses particulares daqueles que viviam na fronteira – fossem os *vecinos* grandes pecuaristas, os agregados e funcionários das *estâncias* ou os colonos imigrantes – influíram na

---

¹ PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH, USP, São Paulo, 2005.

² O enfoque não se concentra sobre as polêmicas, disputas e conflitos entre os grupos *criollos*, citados somente nos momentos em que interferiram diretamente sobre as relações destes com os indígenas. A historiografia argentina produziu muitos debates sobre as principais oposições da época e a construção do Estado nas cidades, províncias e na federação. Uma obra de referência: CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, províncias, estados: origens da nação argentina (1800-1846)*. São Paulo: Hucitec, 2010.

beligerância e foram decisivos para determinar o esgarçamento das relações e difundir a idéia do nativo como bárbaro a ser combatido; como idéias e projetos que circulavam pelo globo e se comunicavam, ofereceram sustentação e justificaram aquelas ações, situando as formas pelas quais estas relações foram apresentadas aos britânicos, como estes as entenderam e divulgaram.

a. Os grupos indígenas do sul

O porto de Buenos Aires era, na segunda metade da década de 1820, mais do que uma parada garantida para os navios na longa rota da Europa à Ásia e à Oceania; catalisava uma longa disputa econômica e política que atravessou o século XIX. As rendas de sua alfândega eram as principais e mais facilmente exequíveis receitas para as administrações estatais em construção e foram alvo de intensas e sangrentas disputas. As elites portenhas defenderam enquanto puderam o controle total sobre estes recursos, pelo qual se indispueram e guerream com grupos do interior.

Sob a mesma bandeira argentina, reuniam-se diferentes províncias com estruturas sociais, políticas e econômicas bastante distintas nas primeiras décadas após a independência política. Estes grupos se aliaram de diferentes formas e surgiram opositores entre eles, dentre os quais se destacaram os que compuseram os binômios republicanismo/catolicismo, democracia/absolutismo, portenhas/interior, federalistas/ unitários e *criollos*/indígenas, sintetizados em civilização/barbárie³.

No início do século XIX, enquanto os Maori da Nova Zelândia começavam a estabelecer contatos com os britânicos, as relações entre indígenas e *criollos* no território que veio a se tornar a Argentina já eram marcadas por quase três séculos de conflito e convívio⁴. Até meados do século XVIII, os principais interesses espanhóis na região giravam em torno da manutenção do controle estratégico do acesso ao interior pelo rio da Prata –

---

³ Cf. SVAMPA, Maristela. *El dilema argentino: civilización o barbarie*. Buenos Aires: El Cielo por asalto, s/ data, p. 30.

⁴ A primeira expedição espanhola enviada à região, no século XVI, acabou de forma trágica, com a morte do comandante Juan Díaz de Solís. Fundada em 1536, a vila de *Nuestra Señora del Buen Ayre* foi evacuada, em 1541, em decorrência da hostilidade dos indígenas Querandí que a cercavam. Foram necessários se passarem quarenta anos até a região voltar a ser habitada por europeus.

constantemente ameaçado pelos portugueses – e pela crescente influência dos jesuítas na região dos Guaraní em torno do eixo fluvial de seus afluentes⁵.

Estabelecido um eixo de colonização entre Buenos Aires e o Chile, criaram-se vilas e cidades como Córdoba, San Luis e Mendoza e, lentamente, consolidaram-se regiões bastante distintas: uma controlada pelos espanhóis e duas outras pelos indígenas, ao sul – os pampas – e ao norte – o Chaco.

Colonização espanhola na região platina e áreas indígenas. Fonte: Sarasola, C. M., p. 136

Na década de 1810, quando os *criollos* se revoltaram e capitanearam a independência⁶, a região que veio a ser a Província de Buenos Aires era uma faixa estreita de aproximadamente 150 quilômetros de largura, entre os rios da Prata e Salado. As terras ao sul eram controladas pelos indígenas Pampa – tradicionalmente conectados aos mercados *criollos*

⁵ Algumas referências para o período colonial na região platina: GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros: una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial los libros del Riel, 1998; MAYO, Carlos A. *Estancia y sociedad en la pampa, 1740-1820*. Buenos Aires: Biblos, 1995; REICHEL, Heloisa Jochims. *Contribuição para o estudo da formação social capitalista na América Latina: o caso da Campanha de Buenos Aires – 1830-1840*. Tese (Doutorado em História Social). FFLCH, USP, São Paulo, 1989.

⁶ Para este período: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (org). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

desde o período colonial – aliados militares durante os movimentos de resistência aos invasores ingleses da primeira década do século⁷.

Desde os primeiros momentos em que controlaram o governo local, ainda em 1810, os portenhos demonstraram interesse nos pampas. Naquele ano, foi enviada uma missão de reconhecimento territorial à região, comandada pelo Cel. Pedro Andrés García. Doze anos depois, ele voltou a percorrer a região e em seu relato explicitou as origens de uma específica forma portenha de entender as relações com os povos nativos. Segundo ele, os indígenas da região:

“(…) sempre basearam sua conveniência, prosperidade e riqueza em princípios que certamente fariam nossa ruína e desgraça. Jamais se acomodaram a outros princípios que não fossem o roubo e a pilhagem, exercidos constantemente sobre nossas populações fronteiriças, e que lhes proporcionaram fortunas (...), mas chegará o tempo em que nossos recursos irão prosperar: então sentirão o peso de nossa vingança, e começará uma época diferente daquela em que encontraram tanto prazer em nos assaltar impunemente. Chegará a época, em que terão de mendigar seu sustento e acampar suas tristes choças aos pés dos Andes; chorando a sorte de suas mulheres e filhos, maldirão a conduta que por tanto tempo realizaram contra o país”⁸.

Este relato elucida as tensões existentes nas zonas de contato do sul da Argentina na transição do período colonial para o independente, expressando uma particular forma de entender os nativos, explicitando antigas desavenças para consolidar uma imagem específica e bárbara dos indígenas. De acordo com este militar, a responsabilidade pela infelicidade *criolla* não era da dominação espanhola recém combatida, mas sim dos recorrentes conflitos e dos interesses escusos dos nativos. Superado o inimigo externo, o investimento se deslocava para a consolidação das bases econômicas e a superação dos adversários internos. Para o Cel. Pedro Andrés García, a solução diante dos caciques era o uso das armas, mesmo que momentaneamente impossível.

O grupo mais próximo, geográfica e economicamente, de Buenos Aires era o dos Pampa. Além deles, distinguiam-se também os Ranquel, nas regiões contíguas às Províncias

⁷ Os Pampa e seus vizinhos Tehuelche foram os primeiros a identificar o desembarque das tropas inglesas, em 1806, e logo ofereceram apoio – não aceito – a seus tradicionais parceiros comerciais. No ano seguinte, houve uma participação simbólica dos indígenas durante a nova invasão, como responsáveis pela vigilância da costa atlântica. Durante a Revolução de Maio, em 1810, dois caciques participaram da assinatura da petição que estabeleceu o Governo Provisório.

⁸ Cel. Pedro Andrés García, abril de 1822, apud SARASOLA, Carlos Martinez. *Nuestros paisanos, los indios. Vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina*. Buenos Aires: Emecé, 1999, pp. 191-192 (grifos meus).

de San Luis e Mendoza; os Pehuenche, nas serras pré-andinas; os Tehuelche, na região patagônica. Eram grupos que mantinham suas peculiaridades, mas com algumas características comuns.

Sempre houve contatos, embates e comércio entre os povos dos dois lados da Cordilheira dos Andes. Era regular o movimento de grupos conhecidos como Mapuche, originários da Araucania, atualmente no Chile, irem aos pampas caçar gado selvagem – o *gado cimarrón* – e vender seus produtos. Foi a partir de meados do século XVIII, que muitos deles se instalaram, definitivamente, no que hoje é a Argentina, em busca não apenas das fartas caças pampeanas, mas também fugindo do constante movimento de expansão territorial sobre suas terras.

A instalação dos Mapuche proporcionou profundas trocas culturais e uma rápida miscigenação. Apesar da manutenção de consideráveis diferenças entre os grupos, algumas características passaram a ser compartilhadas, como a centralização política em grandes cacicados hereditários patrilineares ancorados em estreitas relações de parentesco e atividades guerreiras. Seus ataques se tornaram mais ágeis e eficientes ao recorrerem às técnicas de doma e controle dos cavalos, típicas dos Tehuelche e passaram a obter maiores repercussões quando se conectaram às redes comerciais controladas pelos Pampa.

Aos ataques indígenas contra as *estancias*, em busca de gado e mulheres, denominou-se *malón*. Segundo Martha Bechis, era “um empreendimento econômico em todos os sentidos do termo (...). O indígena não arriscava sua vida e bens por ordens superiores (...). Administrar o pânico de seu inimigo era uma de suas principais armas e para tal utilizava ataques surpresa, pinturas corporais, gritaria e penteados. Entretanto, dada sua estrutura básica, o exército indígena não era uma força de ocupação, apenas podia temporariamente sitiar acampamentos ou povoados”⁹.

O gado roubado era vendido a outros indígenas e, principalmente, aos *criollos*, tanto na Argentina quanto no Chile¹⁰. Suas rotas de circulação eram conhecidas e chamadas de *rastrilladas*, os seculares caminhos que cruzavam os pampas do litoral atlântico e do rio da Prata até os Andes: “algumas delas tiveram enorme importância econômica, como a chamada *rastrillada dos chilenos*, que partia dos ricos campos do sudoeste de Buenos Aires, (...)”

---

⁹ BECHIS, Martha. “Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX”. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (comp). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, 2ª Ed., p. 313

¹⁰ Para uma análise conservadora: LAGARDE, Jorge Luis Rojas. *Malones y comercio de ganado con Chile, siglo XIX*. Buenos Aires: El Elefante Blanco, 2004.

passando pelas proximidades das Salinas Grandes (...). Este circuito teve, sem dúvida, uma relevância fundamental e constituía a principal fonte de riqueza dos indígenas e era a base de um ativo comércio. No entanto, a economia indígena não se reduzia a esta comercialização de gado em larga escala”¹¹.

As zonas sob controle indígena na primeira metade do século XIX. No tracejado, as *rastrilladas* também utilizadas para *malón*. Fonte: Jones, Kristine, p. 170.

Pelas *rastrilladas* não passava somente gado. Mulheres brancas, roupas e objetos diversos saqueados eram trocados por produtos de outras regiões, como artefatos de lã vindos da Araucania, pinhões das serras andinas e caça pampeana. Onde os caminhos se cruzavam, “eram celebradas periodicamente (...) verdadeiras feiras às quais iam também brancos e indígenas chilenos. Na segunda década do século XIX, uma destas feiras funcionava (...) próximo a Tandil, na província de Buenos Aires. Igual papel deve ter cumprido a ilha de Choele Choe”¹², situada no rio Negro.

¹¹ MANDRINI, Raúl; ORTELLI, Sara. *Volver al país de los araucanos*. Buenos Aires: Sudamericana, 1992, pp. 66-67.

¹² Idem, p. 114.

A organização política indígena ocorria para a guerra e a paz. Houve uma lenta centralização nos grandes cacicados estruturados hierarquicamente, em resposta e em diálogo com os constantes ataques *criollos* e seus modos de viver e conviver. Esta nova estruturação pautou-se na figura de um cacique principal respaldado pela reunião de caciques intermediários – denominada *parlamento* pelos espanhóis – controladores dos *caciquillos* (líderes locais), responsáveis pelos *índios de lanza* – o indígena comum – e pela *chusma* (mulheres, crianças e idosos).

A autoridade dos caciques principais decorria originalmente de suas habilidades guerreiras, relações de parentesco e capacidade de redistribuição de alimentos¹³. A partir do contato mais próximo, oficial e estruturado com diferentes governos, eles passaram a assumir a responsabilidade – jamais efetivada – sobre os demais indígenas, recebendo em troca grandes quantidades de gado, roupas, erva mate, papel e tabaco. Ao receber estes chamados *regalos* e redistribuí-los, legitimavam e fortaleciam ainda mais suas autoridades.

A vida cotidiana dos grupos araucanizados não era apenas marcada pelos *malones*, mas também pela pequena agricultura e pastoreio em regiões específicas, onde instalavam suas habitações, as *tolderias*: referência para a convivência e onde se definiam alianças e independências político-econômicas.

Os indígenas viviam e controlavam uma extensa região, cujas terras férteis – o chamado pampa úmido – interessavam aos grupos vinculados à pecuária; atacavam as *estancias* com seus *malones* e colocavam sob constante ameaça os grandes pecuaristas; controlavam importantes rotas comerciais através da Cordilheira e abasteciam, regularmente, o mercado *criollo* de gado, tanto na Argentina quanto no Chile.

Os caciques, maior símbolo do poder e da riqueza nativa, disputavam força e riqueza com os criadores de gado. Nestas contendas, ressignificou-se a imagem da barbárie, antigas oposições do período colonial e novos temores – racial e geopolítico – para legitimar a aniquilação de um grupo política e economicamente adversário.

b. Conflitos e tensões nas zonas de contato pampeanas

A década de 1820 marcou o início de um processo de expansão militar da zona ocupada pelos *criollos* de Buenos Aires, amparado pelos estudos prévios elaborados durante

¹³ Cf. SARASOLA, Carlos Martinez. *Nuestros paisanos, los indios*, op. cit.

as expedições do Cel. Pedro Andrés García. Entre os muitos e amplos desafios enfrentados pelos grupos dirigentes, estava a defesa territorial associada à perspectiva de ocupação das terras férteis. Apesar de não haver ainda, naquele momento, uma demanda significativa, investiu-se intensamente na ampliação da área da Província de Buenos Aires.

O objetivo central recaiu em ocupar militarmente o pampa úmido em um arco que partia de Bahía Blanca até Córdoba, protegido pela Serra de La Ventana, entendida como a única fronteira natural daquela região marcada por extensas planícies cortadas por rios largos e rasos. Os governos liberais de Martín Rodríguez, Las Heras e Bernardino Rivadavia propuseram a segregação entre as regiões *criolla* e indígena, objetivando evitar intercâmbios sociais e econômicos¹⁴.

Com o apoio de seguidas operações militares, a Província de Buenos Aires conseguiu, formalmente, ampliar seu território consolidado com a construção de uma ampla rede de fortalezas, marcos da ocupação territorial e da oposição entre *criollos* e indígenas proposta pelos liberais portenhos. Já em 1822, criou-se o *Forte Azul*, no alto da serra, onde hoje fica a cidade homônima e, no ano seguinte, ergueu-se estabelecimento semelhante, distante 90 quilômetros na mesma serra, o *Forte Independencia* (atual cidade de Tandil). Quatro anos mais tarde, apareceram o *Forte Federación* (atual Junin) e a *Fortaleza Protectora Argentina*, em Bahía Blanca no litoral atlântico, visitada e descrita por Robert FitzRoy em 1833.

As seguidas expedições militares apropriaram parcelas consideráveis de terras à esfera jurídica e aos mercados portenhos, mas não possibilitaram a efetiva ocupação do território. Exceto as áreas limítrofes às fortalezas, as demais eram ainda controladas pelos indígenas¹⁵. Nesta primeira década, seguidos governos liberais atuaram militarmente, voltados para ocupar a costa atlântica contra eventuais inimigos externos, e inserir uma importante região em seu mercado fundiário. A atuação dos indígenas se distinguiu em duas bastante específicas. Os habitantes das regiões ocupadas foram transformados em inimigos, atacados de surpresa, mortos ou desalojados ao pampa seco, e alguns caciques – *índios amigos* – lutaram ao lado dos *criollos* com o objetivo de vingar antigas rivalidades e controlar o contato, as *rastrilladas* – as rotas comerciais – e os mercados do outro lado da fronteira.

---

¹⁴ Idem, p 204.

¹⁵ Um caso simbólico de isolamento de forte em área indígena ocorreu ainda no período colonial: NACUZZI, Lidia. “Francisco de Viedma, um ‘cacique blanco’ en tierra de índios”. In: NACUZZI, Lidia (comp). *Funcionarios, diplomáticos, guerreros: miradas hacia el otro en las fronteras de pampa y patagonia (siglos XVIII y XIX)*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2002.

O conflito constante com os *criollos* levou à crescente militarização entre os indígenas. Após décadas de ataques e contra-ataques, estabeleceram-se grandes cacicados nos principais grupos étnicos, marcados por uma incipiente centralização do poder em algumas dinastias patrilineares. Desalojados do pampa úmido onde, além das relações tradicionais com a terra, podiam praticar a agricultura e o pastoreio, os indígenas foram impelidos a investir nos *malones*, a opção viável à sobrevivência, para obterem de gado.

A vivência cotidiana na zona de contato e o caos político decorrente das disputas entre os diferentes grupos após a independência, levaram os *estancieros* ao convívio, à negociação e ao conflito diretos com os caciques. Esta proximidade os legitimou enquanto articuladores e mediadores reconhecidos para o estabelecimento de tratados de paz junto ao governo provincial.

Naqueles anos, delineou-se em Buenos Aires uma oposição política associada a grupos econômicos distintos. Aqueles vinculados às atividades portuárias se aproximaram do liberalismo e de ideais em torno do unitarismo político – desde que por eles comandado – enquanto os outros, vinculados à pecuária e associados a parceiros econômicos no interior, passaram a defender o federalismo e a autonomia das províncias¹⁶.

Entre estes homens estava Juan Manuel de Rosas, grande proprietário fundiário, *estanciero*. Assim como seus parceiros, ampliou suas propriedades após a independência, quando o antigo sistema de compra de terras indígenas foi praticamente modificado pela simples ocupação pautada pela força bélica¹⁷.

Rosas possuía, entre suas propriedades, uma imensa *estancia*, a Chacabuco, estabelecida fora da linha oficial de fronteira, na região de Azul¹⁸, e foi um dos principais negociadores para a ocupação da serra de Tandil.

Ao se tornar governador de Buenos Aires, em 1829, levou consigo o grupo pecuarista federalista e afastou seus adversários políticos da administração por mais de vinte anos. Em seu governo, a constante preocupação com os indígenas, explicita a importância deste problema para os *estancieros*, pois manter relações pacíficas ou guerreiras com os caciques significava a prosperidade econômica e a manutenção da ordem social estabelecida.

¹⁶ Cf. CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, províncias, estados*, op. cit.; GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar. *Civilidad y política en los orígenes de la nación argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*. Buenos Aires: FCE, 2001.

¹⁷ BECHIS, Martha. “Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX”, op. cit., p. 297.

¹⁸ GELMAN, Jorge. “Un gigante con pies de barro. Rosas y los pobladores de la campaña”. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (comp). *Caudillismos rioplatenses*, op. cit., p. 225.

Até então, cada *estanciero* negociava diretamente com os indígenas vizinhos, arcando pessoalmente com a manutenção do que chamavam de “índios amigos”, ao mesmo tempo em que controlavam diretamente estas relações¹⁹. Segundo Silvia Ratto, durante seu primeiro mandato (1829-1832), Rosas manteve relações formais do governo provincial com os caciques, incluindo a aceitação de comitivas nos fortes e a troca dos chamados *regalos* – gado, roupas, papel, erva-mate – em troca de informações²⁰ sobre os planos e movimentações de outros grupos. Esta foi uma mudança substancial na forma de compreender e se relacionar com os indígenas, entendidos, até então, pelos grupos liberais oriundos do porto, como indivíduos a serem mantidos afastados do contato social e econômico com os *criollos*. Rosas, um *estanciero*, acreditava na necessidade e nas possibilidades da negociação com os caciques.

O ano de 1833 marcou profunda alteração nas relações entre Rosas e os caciques²¹. Desde o ano anterior, ele orquestrava uma grande expedição militar para ocupar os pampas úmidos, expulsando os indígenas hostis – um antigo plano do período colonial jamais colocado em prática por falta de recursos materiais e de conhecimento do terreno. Este plano seduziu as elites de diversas outras províncias, especialmente Córdoba, San Luis e Mendoza, alvos constantes de *malones*.

Por fora do governo e sem o apoio formal do governador Balcarce de Buenos Aires, Rosas reuniu recursos pessoais e de outros *estancieros* portenhos e, desta maneira, coordenou as operações com os outros governos provinciais. Organizaram-se três colunas expedicionárias que partiram em março de 1833, sob o comando geral de Facundo Quiroga.

A partir de Mendoza, o Gal. José Félix Aldao comandou a chamada Divisão da Direita, com aproximadamente 800 soldados e milicianos, e percorreu a região serrana aos pés dos Andes, pretendendo alcançar os rios Neuquén e Limay. Seu objetivo principal era atingir o cacique Ranquel Yanquetruz, mas não foi bem-sucedido. Nesta perseguição, no entanto, deixaram um rastro de mortes e destruição pelas *tolderias* encontradas.

San Luis foi a base de operações da Divisão do Centro, comandada pelo Gal. José Ruiz Huidobro com o apoio de 1.000 soldados. Assim como seus colegas mendocinos, tinha como objetivo final alcançar Yanquetruz; mesmo bem-sucedido em 16/03/1833, quando

---

¹⁹ Ratto, Silvia. “¿Finanzas públicas o negocios privados? El sistema de racionamiento del negocio pacífico de indios en la época de Rosas”. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (comp). *Caudillismos rioplatenses*, op. cit., p. 244-45.

²⁰ Idem, p. 249.

²¹ Para análise alternativa, elaborada por historiador vinculado o “revisonismo histórico” na Argentina: SULÉ, Jorge Oscar. *Rosas y sus relaciones con los indios*. Buenos Aires: Corregidor, 2007.

matou 160 indígenas em batalha, não atingiu o cacique. Assim como as tropas da Direita, estas também percorreram amplas áreas até então desconhecidas, atacaram inúmeras *tolderias* e retornaram após se perderem nos pampas e sofrerem com a fome e a sede.

Rosas, idealizador e articulador dessas expedições, comandou a Divisão da Esquerda e partiu do interior da Província de Buenos Aires com uma força de 2.000 brancos e cerca de 1.000 *indios amigos*²², principalmente *lanzas* dos caciques Tehulche Catriel e Cachul. Esta imensa força humana percorreu o pampa úmido, invadiu e destruiu inúmeras *tolderias*, conheceu, mapeou e acampou nos pontos nevrálgicos para a estrutura econômica e social indígena: a ilha Choele Choel, no rio Negro, e as Salinas Grandes.

O rio Negro era um objetivo militar quase mítico para os militares, pois é largo e profundo o suficiente para funcionar como fronteira natural ao impedir a fácil travessia de *maloneros* – efeito não realizado pelos rasos rios pampeanos. Na desembocadura do rio no Atlântico, havia, desde 1779, uma pequena fortaleza chamada *Carmen de Patagones*, utilizada como base de apoio para o mapeamento. O ponto mais importante no rio era a ilha Choele Choel, pois nela entrecruzavam as mais importantes *rastrilladas* provenientes dos pampas, que de lá partiam em direção à Cordilheira e aos mercados chilenos. Era um dos locais de maior interesse para Rosas. Foi visitada, mas não ocupada por um grupo de 400 soldados, como ele pretendia.

As Salinas Grandes são, como o nome indica, uma enorme mina de sal situada na atual Província de La Pampa e ainda hoje explorada. Durante o período colonial e no século XIX, foram estratégicas para a economia portenha, fornecendo o sal que possibilitava o aproveitamento da carne dos animais abatidos para a produção de couro. O grupo que controlava as Salinas Grandes mantinha relações próximas e privilegiadas com Buenos Aires e, para os *estancieros*, interessava conhecer as rotas que levavam até aquela região, bem como mantê-las sob o controle de aliados.

Ao fim das operações militares, já em maio de 1834, o chamado “Exército Expedicionário” contou o saldo de ao menos 3.200 indígenas mortos, 1.200 presos e 1.000 cativos resgatados. O pampa úmido foi formalmente anexado e alguns colonos puderam se estabelecer nas vizinhanças dos fortes. Nem Choele Choel nem as Salinas Grandes foram conquistadas pelas tropas. Muito distantes de qualquer base de apoio operacional e cercadas por ambiente hostil, não ofereciam as condições mínimas para a manutenção segura de tropas

---

²² RATTO, Silvia. “¿Finanzas públicas o negocios privados?”, op. cit., p. 252.

de ocupação. Os caciques reconheciam a importância estratégica do controle destes dois pontos e durante as décadas seguintes assistiram a seguidos projetos de conquista até eles e procuraram resistir a este ímpeto. Diante de tamanha pressão, ganhou força o movimento de centralização política em grandes cacicados.

Para o antropólogo Carlos Martinez Sarasola, as expedições militares empreendidas por Rosas foram marcantes não apenas pela aparente conquista territorial: “o ano de 1833 é um marco na luta daquelas comunidades, pois pela primeira vez os territórios indígenas foram penetrados profundamente e muitos de seus assentamentos destruídos. Pela primeira vez, a violência das ações chegou ao ponto em que as mortes passaram a ser contadas aos milhares ao fim de poucos meses”²³.

Naquele ano de 1833, ainda não foi possível aos *criollos* ocupar militarmente toda a região entre a antiga linha de fronteira colonial e o desejado rio Negro. Houve um considerável avanço sobre o pampa úmido – que ainda permaneceria por décadas inseguro aos *estancieros* –, e ficaram explícitos os projetos de submissão forçada dos indígenas: faltaram recursos materiais e sobraram resistências.

Estas violentas expedições militares receberam o inusitado título à época de Campanhas do Deserto, pelo qual ficaram conhecidas até hoje. Este título explicita o entendimento das elites portenhas e demais grupos aliados com o território. Para eles, as terras ao sul da fronteira colonial eram potencialmente lucrativas, devendo ser ocupadas por colonos europeus. Neste sentido, as tais campanhas militares se destinavam a uma região deserta de trabalhadores, empreendedores e civilização. Ao definirem os pampas como desérticos, não se referiam somente ao ambiente agreste da pampa seca, mas ao deserto de civilização sobre o qual os militares deveriam avançar.

c. Juan Manuel de Rosas, Juan Calfucurá e as estratégias de convivência

As transformações para as comunidades indígenas pampeanas, decorrentes das expedições militares de 1833, foram menores do que as pretendidas, mas mais profundas do que imaginado e compreendido pelos próprios *criollos* à época. Os principais grupos foram desestruturados, as *tolderias* destruídas e uma quantidade enorme de gado foi “reconquistada” – eufemismo para confiscada – pelas tropas. Abalados econômica, política e socialmente, os caciques passaram por um momento de reorganização intensa e seu principal resultado foi o

²³ SARASOLA, Carlos Martinez. *Nuestros paisanos, los indios*, op. cit., p. 215.

surgimento de importantes alianças entre os antigos grupos das mesmas etnias, organizados agora em confederações chefiadas por um importante cacique principal.

A partir da década de 1830, duas principais confederações se consolidaram nos pampas. Centralizada politicamente em torno da lagoa de Leuvucó, próxima do sul das Províncias de San Luis e Córdoba, a unidade construída pelos Ranquel foi comandada pela família Guor – em sequência cronológica: Calbán, Pichún, Paghitrutz e Epumer. Sua zona de *malón* – como não poderia deixar de ser – estava centrada nas províncias vizinhas e durante as décadas eles ficaram conhecidos tanto pela constante negativa em aceitar a submissão, quanto pela ampla miscigenação de diferentes etnias indígenas e também de mestiços e *criollos* exilados por perseguições políticas²⁴.

A outra confederação estava centralizada nas Salinas Grandes e a história de seu surgimento vinculou-se às expedições de 1833. As notícias sobre as sangrentas operações militares alcançaram o Chile com os indígenas que levavam o gado e, rapidamente, disseminaram-se entre os araucanos. Menos de um ano depois da saída das tropas, chegou à região um grande grupo originário da Araucania, integrado por alguns freqüentadores costumeiros das feiras nas *rastrilladas* pampeanas. Eles se aproveitaram da desestruturação ainda vigente para atacar e liquidar quem lá vivia, assumindo, definitivamente, o controle daquele importante local. O cacique líder deste novo grupo foi um jovem Mapuche, chamado Juan Calfucurá.

Há raras informações e muitas versões sobre os motivos que levaram à migração dos Curá aos pampas. Por conta da força alcançada pela Confederação de Salinas Grandes e seu cacique, muito se discutiu sobre esta viagem e a violenta conquista. Para seus detratores, esta história possibilitou muitos ataques: Calfucurá era chileno e não argentino; assassinou um “verdadeiro cacique argentino”; construiu seu poder a partir de violência semelhante à dos *malones*. Era estrangeiro, violento e sanguinário: bárbaro²⁵.

---

²⁴ Dois casos são emblemáticos de *criollos* vivendo com os Ranquel. O Cel. Manuel Baigorria, adversário político de Rosas, se exilou entre os Ranquel e se tornou um importante *cacique blanco* até o retorno dos liberais ao poder, quando assumiu o cargo de intermediador político com os indígenas. Sua autobiografia: BAIGORRIA, Manuel. *Memórias*. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1975. Outro personagem foi Santiago Avendaño, raptado quando criança por um *malón* e que fugiu quando adolescente. Por não se adaptar à vida *criolla*, tornou-se tradutor e intérprete de diversos caciques. Sua autobiografia: AVENDAÑO, Santiago. *Memorias del ex-cautivo Santiago Avendaño*. Buenos Aires: El elefante blanco, 1999.

²⁵ Esta forma de entender os indígenas se perpetuou pela historiografia tradicional argentina. A obra mais completa desta linha é: WALTHER, Juan Carlos. *La conquista del Desierto*. Buenos Aires: Círculo Militar, 1964.

Calfucurá foi constantemente associado a Rosas. Os dois alcançaram o poder praticamente juntos e configuraram-se como a antítese do projeto idealizado pelos liberais portenhos. Há duas cartas escritas pelo cacique ao governador, em 1861, amplamente utilizadas como fonte pelos pesquisadores. Em uma delas, ele se apresentava como um chileno que foi à Argentina convocado por Rosas²⁶; em outra afirmava ter sido chamado pelos próprios indígenas pampeanos. Entretanto, estas cartas devem ser compreendidas a partir da lógica das intrincadas relações políticas e disputas de 1861, e não como registros de um fato ocorrido praticamente três décadas antes – até por serem contraditórias.

É improvável que os indígenas pampeanos tivessem convocado um jovem cacique Mapuche para os liderar contra os *criollos*, pois isto exigiria uma reunião de adversários históricos para, em comum acordo, definirem que nenhum de seus integrantes seria um líder nato para se convocar outro para comandá-los. A outra versão tampouco se sustenta, pois Rosas naquele momento ainda mantinha uma postura arredia a tratativas com os indígenas e contava com aliados de mais longa data, como os citados Catriel e Pichun, auxiliares nas campanhas militares de 1833. Por que investiria em um cacique araucano se já possuía importantes e confiáveis aliados? Mais interessante do que se alongar nesta polêmica é compreender a aliança logo estabelecida entre Rosas e Calfucurá e também os motivos pelos quais o cacique a salientou em 1861.

Rosas reassumiu o governo em 1835 e tanto ele quanto Calfucurá objetivavam a paz para poderem consolidar seus poderes. Era-lhes estratégico fortalecer o comércio e o fornecimento das Salinas Grandes a Buenos Aires. Aos *estancieros* portenhos interessava o crescente poder constituído por Calfucurá, pois possibilitava a centralização das negociações de paz com um único cacique e sua responsabilização pessoal por eventuais quebras ao acordado e o retorno dos *malones*.

Os governos provinciais contavam com poucos recursos e poucos soldados até pelo menos a década de 1860. Concentravam forças e esforços nas lutas políticas contra seus adversários *criollos* e precisavam de paz e prosperidade econômica nos campos para manterem sua base política e social. Por conta desta debilidade demográfica e econômica, optaram pela manutenção de uma paz pautada na entrega de gado e presentes aos indígenas e se aproximaram daqueles a favor do convívio pacífico, do comércio e passíveis de aceitar a

---

²⁶ “Também te digo que não estão nestas terras por mina vontade, nem tampouco sou daqui, pois fui chamado por D. Juan Manuel porque estava no Chile e sou chileno; e agora já fazem trinta anos que estou nestas terras”. Archivo Del General Mitre, Tomo 22, pág. 18, apud WALTHER, Juan Carlos. *La conquista del Desierto*, op. cit., p. 262.

lenta expansão territorial. Calfucurá e a Confederação de Salinas Grandes reuniam estas características, em oposição aos Ranquel e sua Confederação de Leuvucó, hostil e guerreira. Entretanto, além destes grandes conjuntos capazes de reunir muitos guerreiros para pressionar os governos, havia uma série de pequenos caciques independentes que se aproximavam e distanciavam das zonas de contato.

Índigenas se aproximavam dos *criollos* por diversas razões. Alguns sedentarizados próximos às vilas, fazendas e fortes, ofereciam sua mão de obra, depois de perderem suas terras em conflitos ou sofrerem com longas estiagens. Nada lhes restava senão a aproximação e o trabalho. Chamados de “índios amigos”, eram instalados na região contígua à expansão territorial *criolla* “com o objetivo de servirem como barreira de contenção ante ataques de grupos hostis. Esta função de defesa era retribuída mediante a entrega de rações alimentícias”²⁷.

Os “índios amigos” não foram os únicos a se relacionar e defender as *estancias* e a expansão territorial *criolla*. Os chamados “índios aliados” faziam parte de grupos que se mantinham independentes economicamente, mas assentavam na zona territorial indígena e ofereciam a primeira resistência aos *maloneros*, servindo, também, como informantes sobre eventuais ataques futuros. Eles eram vistos frequentemente nos fortes *Independencia* (Tandil), *Defensora Argentina* (Bahía Blanca) e em Carmen de Patagones²⁸, à procura de *regalos* em troca da paz e informações.

Este sistema foi chamado por seus contemporâneos de “negócio pacífico dos índios”. Rosas formalizou estas relações e estabeleceu pactos de longa duração, evitando trocas eventuais e descompromissadas. Passou a fornecer, regularmente, gado e *regalos* aos caciques em troca da não invasão e da proteção contra os caciques não aliados. Esta opção não significou um desejo *criollo* em “civilizar” os nativos, tampouco caridade ou mesmo agradou aos grupos dirigentes. Foi uma opção pragmática de ordem econômica: às administrações provinciais era mais barato manter os caciques do que construir fortes, pagar salários, fornecer roupas e comidas a uma grande quantidade de soldados²⁹.

Através deste sistema e da aproximação pessoal com Calfucurá, Rosas conseguiu manter o interior da Província de Buenos Aires praticamente livre dos *malones*. Segundo

²⁷ RATTI, Silvia. “¿Finanzas públicas o negocios privados?”, op. cit., p. 244.

²⁸ Idem, p. 248.

²⁹ Sobre as estratégias utilizadas para o recrutamento forçado: MOREIRA, Luiz Felipe Viel. *Os setores populares frente ao desenvolvimento do capitalismo na província de Córdoba (1861-1914)*. Tese (Doutorado em História Social). FFLCH, USP, São Paulo, 1999.

Silvia Ratto, houve somente dois momentos em que as *estancias* portenhas foram invadidas, em 1836 e 1837³⁰.

No caso específico da Confederação de Salinas Grandes, as relações eram mais tensas do que as estabelecidas com os pequenos e enfraquecidos “índios amigos” e “índios aliados”, envolvendo a negociação direta entre Calfucurá e Rosas. O cacique não ofereceu seus guerreiros para proteger os pampas de Buenos Aires, mas negociou o recebimento de milhares de cabeças de gado e diversos *regalos* em troca da não invasão e da manutenção da exploração das minas de sal. Ele ganhava dobrado – do governo e dos comerciantes – e era forte o suficiente para manter sua independência política.

A paz entre *criollos* e indígenas interessava a caciques e governantes, mas também a pecuaristas que não corriam riscos de terem suas terras invadidas e, desta maneira, enriquecer durante as décadas do governo Rosas. Alguns deles mais do que os outros, pois além das garantias de não terem seu gado roubado, ainda o vendiam ao governo que os repassava aos caciques.

O sistema de fornecimento constante aos caciques teve início, na Província de Buenos Aires, em 1832 e foi mantido de forma improvisada até 1835. Neste primeiro momento, muitos *estancieros* temiam vender ao governo e não receber o pagamento, situação que levou à promulgação de decretos obrigando a venda de uma porcentagem fixa do rebanho para o chamado “negócio pacífico dos índios” e para o fornecimento às tropas³¹.

O retorno de Rosas ao governo com poderes extraordinários possibilitou um clima de tranquilidade econômica às elites agrárias. Entre 1836 e 1839, o governador agraciou quatro *estancieros* com as compras cativas governamentais, pagando até 50% a mais do que o valor de mercado por cabeça de gado³² mais 2% de juros por cada mês de pagamento atrasado. Os fornecedores eram: seu irmão Gervasio Rosas; seu amigo e interlocutor com os caciques, Vicente González; um ex-empregado seu, Manuel Guerrico; e o ex-comandante do forte de San Nicolás³³.

³⁰ Ratto, Silvia. “¿Finanzas públicas o negocios privados?”, op. cit., p. 264.

³¹ Idem, p. 251.

³² O comprometimento do governo com os caciques incluía o fornecimento dos *regalos* e a definição dos fornecedores privilegiados, com relações próximas com o governador. Um recebeu os contratos para o vestuário militar – fino aos caciques e regular aos demais; e o outro revendia erva-mate, farinha de trigo e mandioca, açúcar, tabaco, aguardente, sal e milho. Cf. Ratto, Silvia. “¿Finanzas públicas o negocios privados?”, op. cit., p. 253.

³³ Idem, p. 255.

A partir de 1839 a situação mudou. O orçamento provincial diminuiu drasticamente, em decorrência do bloqueio francês do porto de Buenos Aires³⁴ e de uma série de levantes de opositores a Rosas nas outras províncias. Com menos recursos em caixa e constantes gastos militares, o governo passou a pagar seus fornecedores com títulos da dívida de longo prazo e alterou os fornecedores³⁵. Apenas Vicente González permaneceu, pois os outros três se indispueram por diferentes razões com Rosas e foram substituídos pelo Cel. Narciso del Valle³⁶.

Neste mesmo ano, Calfucurá e Rosas assinaram um tratado³⁷ de longa duração pelo qual o governo provincial se comprometeu a fornecer 500 éguas e 500 bovinos por mês à Confederação de Salinas Grandes. Ao governador, enfrentado por tropas *criollas* do interior, era importante e vital manter a paz com os indígenas e evitar sua adesão às tropas adversárias. Com este mesmo objetivo, promoveu o ingresso de uma quantidade considerável de guerreiros – os *lanzas* – nas tropas regulares do exército provincial³⁸, implicando mais gastos, mas também um aprofundamento na aproximação e nas relações com os indígenas, entendidos, cada vez mais, como o ponto de desequilíbrio a seu favor.

A Rosas, as relações com os indígenas eram estratégicas para sustentar seu poder baseado econômica e socialmente na atividade pecuária. Ao assumir o governo, contraiu gastos com a manutenção da paz e com isso conquistou relações privilegiadas com os caciques. Durante um curto tempo de prosperidade econômica, agradou amigos, parentes e aliados com as compras governamentais, para depois recorrer a confiscos e à venda forçada de gado.

Durante as duas décadas em que se manteve no governo de forma quase ininterrupta, conseguiu manter a paz nas *estancias* e ampliar a zona efetivamente controlada pelos *criollos*. Apesar das críticas perpetradas por seus opositores, o “negócio pacífico dos índios” era

---

³⁴ O bloqueio do porto transcorreu entre 1838 e 1840 e decorreu de tentativa francesa de conseguir tratamento diferenciado no comércio com as províncias argentinas semelhante ao concedido aos britânicos. Em 1845, estas duas potências europeias voltaram a bloquear o porto a fim de conquistar o livre trânsito pelo rio da Prata, não efetivado apesar da superioridade militar. Diante da resistência local e de dificuldades logísticas, os britânicos levantaram o cerco em 1847 e os franceses os seguiram no ano seguinte.

³⁵ A partir de 1844, o gado deixou de ser comprado de fornecedores oficiais e passou a ser confiscado dos adversários políticos unitários. Caso faltasse a quantidade pretendida, esta era comprada a preço de mercado de fornecedores locais obrigados a vender e sem prazo para receber o pagamento. Cf. RATTÓ, Silvia. “¿Finanzas públicas o negocios privados?”, op. cit., p. 261.

³⁶ Idem, p. 260.

³⁷ Para uma história dos tratados de paz entre indígenas e *criollos* e muitas fontes: LEVAGGI, Abelardo. *Paz en la frontera. Historia de las relaciones diplomáticas con las comunidades indígenas en la Argentina (siglos XVI – XIX)*. Buenos Aires: Universidad del Museo Social Argentino, 2001.

³⁸ RATTÓ, Silvia. “¿Finanzas públicas o negocios privados?”, op. cit., p. 245.

altamente eficaz. Proporcionava a paz nas *estâncias*, movimentava o mercado pecuarista e comprometia somente 2% do orçamento provincial, mas, segundo os liberais, a um alto custo moral: a aceitação do poder indígena, a submissão a seus desígnios e o risco de perder o controle formal dos territórios patagônicos e andinos.

Aos caciques aliados também foram anos de fartura, pois igualmente não viam suas terras invadidas e recebiam constantemente gado. Com isso, concentraram e fortaleceram seu poder. Quem melhor soube explorar esta conjuntura e se tornou o maior símbolo deste período foi Juan Calfucurá e sua Confederação de Salinas Grandes.

Diante da instabilidade política e dos constantes enfrentamentos bélicos entre os grupos *criollos* em disputa, os indígenas, gradativamente, passaram a participar destas batalhas e sua aliança poderia ser o ponto de desequilíbrio para um dos lados. Os caciques sabiam disso e souberam extrair favores da situação, pressionando por tratados mais vantajosos e apoios para *malonear* em importantes regiões pecuaristas.

Segundo a antropóloga Martha Bechis, os caciques amigos e aliados interessavam-se por combates, sabedores das vantagens a serem obtidas. Para ela, entretanto, não havia nenhuma aproximação programática entre indígenas e *criollos*, tampouco qualquer projeto de média ou longa duração dos nativos, movidos apenas por interesses imediatos, pois: “a participação das forças indígenas ocorreu de diferentes maneiras, dependendo da quantidade de nativos comprometidos, direção ou mando das forças, situação momentânea da adesão a um ou outro grupo *criollo*, manutenção desta adesão e outras formas determinadas mais pelas circunstâncias do que por projetos dos indígenas ou de *criollos*”³⁹. Bechis, enfim, complementa sua interpretação, afirmando que eles mantinham uma “alta motivação contra todos os ‘cristãos’, e uma política de tirar proveito de toda situação conflituosa entre os *criollos*”⁴⁰.

Esta análise supõe que os indígenas foram praticamente unívocos em um interesse coletivo contra qualquer presença *criolla* – em contradição com muitas alianças de longa duração baseadas em interesses materiais, oposições a outras etnias e inclusive admiração ao modo de vida ocidental. Desta concepção decorre a constatação da autora sobre as manipulações dos políticos – especialmente Rosas – sobre os caciques para angariar seus

³⁹ BECHIS, Martha. “Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX”, op. cit., p. 294.

⁴⁰ Idem, p. 307.

apoios⁴¹ e a premissa de que os caciques não compuseram projetos políticos específicos, nem tampouco participaram ativamente das lutas e disputas entre os grupos *criollos* e suas diferentes concepções de como deveria ser a Argentina. Imediatistas e despolitizados, os caciques teriam acompanhado e observado as disputas *criollas*, tentando aproveitar as fraquezas momentâneas sem elaborar alternativas próprias nem procurar alianças programáticas.

Martha Bechis é autora de importantes e originais estudos sobre as relações entre indígenas e *criollos* no século XIX e profunda conhecedora das especificidades étnicas dos grupos⁴², entretanto, há outros autores mais perspicazes ao deslindar os interesses e a participação política indígena na Argentina no período.

Os historiadores Raúl Mandrini e Sara Ortellí foram responsáveis por uma transformação na interpretação das sociedades estabelecidas nos pampas argentinos ao publicarem, em 1992, *Volver al país de los araucanos*⁴³, obra em que delinearam as formas de viver dos indígenas araucanizados, suas relações com a natureza e os povos vizinhos, as redes de trocas e as estruturas econômicas, sociais e políticas dos grandes cacicados. Em sua análise, a Confederação de Salinas Grandes foi uma face da estratégia política indígena, concluindo: “político sagaz e hábil negociador, o cacique [Calfucurá] conseguiu formar – mediante uma série de acordos e alianças familiares – uma vasta confederação que abarcou quase todos os cacicados e grupos da região – inclusive com ligações no Chile – que, de alguma forma, reconheceram sua autoridade e superioridade”⁴⁴.

Em análise mais recente, afirmam: “Sem dúvida, estes caciques se consideravam independentes e negociavam em pé de igualdade com as autoridades *criollas*, e planejavam sua política conforme seus interesses, a confiança em certos caudilhos e as conjunturas políticas. Para eles, estava em jogo sua própria independência e sobrevivência”⁴⁵.

Em constante diálogo, com aproximações e distanciamentos, estas são as duas linhas principais de interpretação que formaram a historiografia argentina contemporânea. Ainda um campo pouco pesquisado pelos pesquisadores, a história dos indígenas e das relações entre

⁴¹ BECHIS, Martha. “Las manipulaciones de Rosas em la Araucania”. *Primer Encuentro Argentino-Chileno de Estudios Históricos*. Mendoza, 1995.

⁴² BECHIS, Martha. *Interethnic relations during the period of Nation-State formation*. In: *Chile and Argentina: from sovereign to ethnic*. PhD, 1984.

⁴³ MANDRINI, Raúl; ORTELLI, Sara. *Volver al país de los araucanos*, op. cit.

⁴⁴ Idem, p. 158.

⁴⁵ MANDRINI, Raúl; ORTELLI, Sara. “Las fronteras del sur”. In: MANDRINI, Raúl (ed). *Vivir entre dos mundos: las fronteras del sur de la Argentina, siglos XVIII y XIX*. Buenos Aires: Taurus, 2006., p. 36.

estes e os *criollos* reúne restrito número de especialistas, muitas vezes concentrados em estudos de caso específicos, como o de relações em áreas ou etnias delimitadas. Há entre eles concordância somente a respeito da força indígena, mas não quanto à compreensão e à atuação política nas disputas dos grupos *criollos* do período.

O diálogo com estes pesquisadores leva-me a concluir que houve uma expressa e fundamental participação política indígena na Argentina no período, compreendida, considerada e temida pelos grupos em disputa pelo Estado.

d. O Império Britânico e a Argentina na primeira metade do século XIX

O movimento independentista na região do rio da Prata, assim como outros contemporâneos, foi marcado pela construção de um par opositor entre a antiga metrópole, associada ao absolutismo, à perseguição político-religiosa e aos entraves econômicos, contra as novas possibilidades trazidas pelos grupos em disputa pela predominância nos novos Estados em construção.

Durante os anos de guerra, recorreu-se constantemente à imagem da América indígena violada e explorada pela Espanha conquistadora do século XVI. Exaltações aos americanos originários surgiram nas mais diversas situações e um dos símbolos deste movimento foi a releitura e nova edição do poema épico *La Araucana*, de D. Alonso de Ercilla y Zúñiga, de 1569⁴⁶. Esta obra e sua narrativa mítica da resistência dos indígenas araucanos na região sul do Chile circularam intensamente entre os grupos liberais que idealizaram as independências em grande parte da América hispânica.

O poema e suas imagens também chegaram à Europa. Sabemos que os comandantes britânicos Phillip Parker King e Robert FitzRoy estiveram entre seus leitores⁴⁷. A circulação e propagação desta obra no Reino Unido é sintomática, pois amplia a compreensão das redes estabelecidas entre os defensores e divulgadores do liberalismo em ambos os lados do Atlântico, os diálogos e influências americanas sobre concepções europeias a respeito dos americanos e da América.

Naquelas primeiras décadas do século XIX, a Grã-Bretanha se tornou o modelo de desenvolvimento e civilização em oposição à antiga metrópole ibérica. A difusão de idéias sobre a América entre seu público era essencial com a finalidade de angariar apoios e alianças

⁴⁶ ERCILLA Y ZUÑIGA, Alonso de. *La Araucana*. Santiago: Nacimiento, 1933.

⁴⁷ Cf. Capítulo I.

para as guerras contra a Espanha e o início da organização dos Estados independentes, procurando, com isso, ultrapassar os efeitos políticos e sociais perturbadores resultantes da independência dos EUA.

Um dos símbolos mais fortes desta campanha foi a criação da loja maçônica Lautaro, em Londres, cujo nome homenageava o herói de *La Araucana*. Neste local, teriam se conhecido, aparentemente sem um planejamento prévio, alguns dos comandantes das independências da América do Sul, como o portenho José de San Martín, o chileno Bernardo O'Higgins e o caraquenho Simón Bolívar⁴⁸.

No caso específico de Buenos Aires, as relações entre portenhos e britânicos não foram pautadas apenas pela aproximação programática entre seus grupos liberais. Ações hostis empreendidas pela Marinha Real durante o final do período colonial foram cruciais para a construção de uma identidade “argentina”, ou ao menos “platina” ou “portenha” entre alguns dos grupos até então antagônicos. A permanência da ameaça de invasão externa – inclusive francesa – nas primeiras décadas da independência, contribuiu para o estabelecimento de uma imagem ambígua do Império Britânico na região.

Durante as Guerras Napoleônicas, houve duas tentativas frustradas de invasão e anexação da região por parte da Grã-Bretanha, em 1806 e 1807. Duas décadas depois, a posição hesitante britânica diante do bloqueio naval brasileiro durante a Guerra Cisplatina, de 1825 a 1828, fortaleceu setores a ela antipáticos. A expedição de Phillip Parker King, como vimos, enfrentou resistências das autoridades de Buenos Aires para aportar, já em 1829. Três anos depois, a Marinha Real tomou posse das Ilhas Malvinas e entre 1845 e 1847 bloqueou o comércio fluvial no Rio da Prata.

Cada atitude belicosa do Reino Unido contra o Vice-Reino do Rio da Prata ou alguma das províncias que veio a formar a Argentina decorreu de origens distintas. As invasões da primeira década do século se relacionaram ainda ao pensamento reinante do império georgeano, aos conflitos com os franceses pós-revolucionários e a um plano pessoal do comandante naval; a anexação das Malvinas se inseriu nos investimentos para a construção de uma rede de bases navais em ilhas estratégicas para as rotas de comércio; e o bloqueio naval franco-britânico, da década de 1840, remete aos esforços para a abertura de mercados regionais.

---

⁴⁸ Idem.

A Argentina não era o principal objetivo, nem constava entre as prioridades da estratégia geopolítica britânica. Para a Grã-Bretanha, o comércio com a região platina, proporcionalmente, era muito pequeno mas, para a Argentina, o Império Britânico possuía papel crucial no comércio exterior. As relações entre estes dois países, por conseguinte, devem ser entendidas sob esta dupla perspectiva⁴⁹, considerando-se, também, as ambiguidades.

Os europeus consideravam-se superiores aos *criollos* e suas jovens repúblicas eram vistas como desorganizadas, incapazes, instáveis e não confiáveis, prevalecendo a idéia de que a América do Sul era fruto da incompetência ibérica e passível de receber importantes investimentos⁵⁰.

A poderosos grupo portenhos, o Império Britânico simbolizava, simultaneamente, o baluarte dos princípios teóricos dos liberalismos econômico e político, a fonte de importantes recursos para empréstimos e investimentos diretos, e também o perigo real e imediato para a soberania estatal e a permanência das estruturas sociais vigentes.

Diferente de outras regiões do globo, a Argentina também recebeu investimentos diretos britânicos. De maneira semelhante à apresentada nos Capítulos II a IV para os casos da Nova Zelândia e da Austrália, também foram estabelecidas companhias de capital aberto para a exploração da América do Sul. Em pouco tempo, as viagens de britânicos à região proporcionaram a circulação de relatos de viagens e aventuras, responsáveis por inserir a Argentina no imaginário do britânico médio e disseminar imagens deste país que continuou recebendo investimentos e empréstimos constantemente durante os períodos seguintes.

Segundo Ricardo Cicerchia, os anos subseqüentes às independências foram marcados pela profusão de publicações de relatos de viagens: “Entre 1815 e 1830, a edição de livros de viajantes sobre a América do Sul chega a seu auge. Excelentes, regulares, prescindíveis, alguns alcançam grande popularidade. O relato de Head sobre a Argentina (1826) alcança um dos êxitos mais impactantes”⁵¹.

Estas mesmas décadas de 1820 e 1830 são centrais para a compreensão da conjuntura de investimentos externos britânicos e estes movimentos devem ser entendidos em sincronia.

---

⁴⁹ Para a economia do Império Britânico: KNIGHT, Alan. “Britain and Latin America”, e TOMLINSON, B. R. “Economics: the periphery”. In: PORTER, Andrew (ed). *The Nineteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

⁵⁰ Cf. Capítulo I.

⁵¹ CICERCHIA, Ricardo. *Viajeros ilustrados y románticos en la imaginación nacional*. Buenos Aires: Troquel, 2005, p. 124.

Assim como ocorreu com a *South Australia Company* e as *Associations* neozelandesas, também foram abertas companhias para a Argentina⁵², como a *River Plate Mining Association* para a exploração de minas e a *River Plate Agricultural Association*, para estimular a imigração nos moldes propostos por Wakefield⁵³.

As duas companhias tiveram vida curta, pois seus funcionários não conseguiram demarcar rapidamente pontos para a mineração e não contou com estímulos à imigração.

Sem realizar lucros, o objetivo central não foi alcançado, mas, indiretamente, estas companhias foram responsáveis por fazer circular idéias e imagens sobre a Argentina no Reino Unido, especialmente a partir da publicação dos relatos das viagens de dois de seus funcionários: Francis Bond Head⁵⁴ e John Miers⁵⁵. No entendimento de Cicerchia, “os viajantes ingleses imprimem as primeiras imagens argentinas: desenharam uma geografia, concebem um caráter nacional, perfilam conflitos e harmonias. Seus relatos de viagem tiveram uma extraordinária capacidade de representação da realidade (...). É óbvio que a primeira narrativa nacional recorreu e consagrou muitas das impressões das crônicas de viagens à Argentina. A tradução da experiência da viagem ao campo das imagens literárias é um dos dispositivos culturais que contribuíram à configuração e constituição do imaginário nacional”⁵⁶.

e. Circulação de ideias, viajantes britânicos e liberais portenhos

Figuras recorrentes desde as lutas pela independência, os viajantes britânicos se tornaram conhecidos não apenas na Grã-Bretanha onde publicaram seus relatos, mas também

⁵² No período, o apetite por investimentos externos e lucro era muito grande na Grã-Bretanha. Outro exemplo de companhia estabelecida foi a da *Chillian and Peruvian Mining Association*, Cf. SERVELLI, Martin. *Viajeros al Plata (1806-1862)*. Buenos Aires: Corregidor, 2006, pp. 15.

⁵³ Cf. Idem, pp. 15-16.

⁵⁴ Francis Bond Head, figura central para a construção e divulgação de determinadas imagens da Argentina na Grã-Bretanha foi mais um exemplo de um típico homem do Império do século XIX. Após retornar da América do Sul e publicar seu relato, foi governador do Canadá, entre 1836 e 1838.

⁵⁵ “Os relatos destas travessias [britânicas à Argentina] consagraram imagens logo perpetuadas no imaginário da comunidade platina através da primeira literatura nacional. Imagens criadas por marinheiros, comerciantes, naturalistas, diplomatas, literatos, industriais, geógrafos, turistas, alguns de passagem outros de mudança. Pela quantidade e transcendência, os ingleses se sobressaem (...). Entre 1805 e 1835, os editores britânicos publicam mais de uma dezena de títulos sobre a Argentina”. CICERCHIA, Ricardo. *Viajeros ilustrados y románticos en la imaginación nacional*, op. cit., p. 135. A década de 1820 foi a mais profícua, com a aparição dos trabalhos de Vidal (1820), Brackenridge (1820), Caldcleugh (1825), Bond Head (1826), Miers (1826), Beaumont (1828) e Miller (1828). Os relatos de viagem pareciam se ajustar perfeitamente à sua demanda. Depois da queda de Rosas haverá um novo impulso de ‘crônicas argentinas’ e estará completa a série que culmina com mais catorze títulos até 1880. Entre eles, os mais destacados foram Bourne (1853) e MacCann (1853).

⁵⁶ CICERCHIA, Ricardo. *Viajeros ilustrados y románticos en la imaginación nacional*, op. cit., p. 151.

pelo público leitor argentino. Seus escritos foram muito discutidos por autores do século XIX e por historiadores e críticos literários atuais. Em sua introdução a *Viajeros al Plata*, Martín Servelli afirmou que “as novas ações requeridas pelo expansionismo comercial europeu se assentaram sobre o tripé combinado entre ciência, exploração e narrativa (...). O olhar científico implicou em um método de controle que submeteu a diversidade cultural e a história das outras sociedades ao universo natural. Os povos foram privados de sua história para ser possível a produção de uma imagem da América como pura natureza, disponível para a intervenção transformadora da Europa”⁵⁷.

Já em *Os olhos do império*, Mary Louise Pratt chamou a estes viajantes de *vanguarda capitalista*, por explorarem territórios, abrirem linhas de comércio e publicarem suas impressões destes novos mercados. Segundo ela, “a onda de viajantes na América do Sul nas décadas de 1810 e 1820 foi principalmente de britânicos que, em sua maioria, viajaram e escreveram como batedores avançados do capital europeu. Engenheiros, mineralogistas, criadores de gado, agrônomos, bem como militares – esses viajantes de princípios do século XIX eram frequentemente enviados ao ‘novo continente’ por companhias de investidores europeus, como especialistas à procura de recursos exploráveis, contatos e contratos com as elites locais, informações sobre possíveis associações, condições de trabalho, transporte, mercados potenciais e assim por diante”⁵⁸.

Em oposição direta a estas interpretações, Ricardo Cicerchia afirmou, em *Viajeros ilustrados y románticos en la imaginación nacional* que “analisar os relatos como uma imagem projetada pelos viajantes de seu próprio universo ideológico é insuficiente, bem como descrevê-los como vanguardas do capitalismo. Estes escritos fizeram parte de um movimento político, econômico e científico, mas também e profundamente cultural. Eles foram parte de um projeto civilizatório de grande escala que promoveu uma revolução editorial, imprimindo marcas específicas em distintos discursos literários”⁵⁹.

Não foi o propósito desta pesquisa enveredar pelas discussões e polêmicas específicas da crítica literária referentes ao papel dos viajantes e seus escritos, mas cabe ressaltar a pertinência atribuída a estes narradores pelas diferentes linhas teóricas. Ambas concordam sobre a pertinência e relevância da publicação e disseminação destes relatos de viagens. Interessa a esta investigação compreender os vínculos entre os interesses pessoais, políticos e

⁵⁷ SERVELLI, Martín. *Viajeros al Plata (1806-1862)*, op. cit., p. 9.

⁵⁸ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru: Edusc, 1999, pp. 252-253.

⁵⁹ CICERCHIA, Ricardo. *Viajeros ilustrados y románticos en la imaginación nacional*, op. cit., p. 127.

econômicos dos viajantes, assim como relacionar as conexões culturais estabelecidas pelos mesmos. Aqui não se trata de ranquear importâncias, mas de aproximá-las e ressaltar as aproximações.

Aqueles homens não foram meros instrumentos da dominação imperial, responsáveis por fazer os povos desaparecerem na natureza selvagem relatada, até porque a descrição das sociedades é apenas um dos centros de seus escritos. Ao viajar, ler a paisagem, descrevê-la e publicá-la, os viajantes britânicos – fossem eles comandantes da Marinha Real, marinheiros, cientistas, engenheiros, diplomatas, etc –trataram com imagens prévias, elaboradas sobre a América, especialmente os escritos e modelos criados por Humboldt, como vimos no Capítulo I. Atentos a interesses pessoais, das companhias⁶⁰ e do governo imperial, mas também ansiosos por divulgar seus nomes e alçar sucesso nos mercados editoriais, escreveram pensando em seu público específico e em seus anseios, moldando o que escreveram e relataram⁶¹.

Ao atravessar a América do Sul, de Buenos Aires ao Peru ou ao Chile, estes homens – e eventualmente também suas famílias – puderam conhecer uma realidade distinta da vivenciada na Inglaterra. Não somente pelo ambiente, mas por pernoitarem em habitações cujas congêneres europeias jamais haviam visitado. Seus relatos difundiram a idéia de uma sociedade pobre, incivilizada e sem os costumes europeus, marcada pela privação, desconforto, atrasos, religiosidade católica e pelo vazio⁶². Enquanto os comandantes-exploradores da Marinha Real potencializavam suas conquistas narrando os dramas naturais e os nativos enfrentados, os viajantes-investidores reforçavam mercados conquistados, contatos estabelecidos e contratos assinados, destacando as dificuldades primordiais para este tipo de atividade: a logística.

Para Cicerchia, “(...) o *grand tour* argentino realizado por viajantes britânicos – episódio menor da exploração europeia – consagraria as primeiras marcas nacionais perpetuadas no imaginário coletivo através de eficazes operações de intertextualidade. O tédio diante do ‘oceano pampeano’, a ignorância católica, a rusticidade camponesa, a majestade dos Andes, e uma certa liturgia do exílio, foram temas que, embora feitos para o público europeu,

---

⁶⁰ Aos viajantes enviados por companhias particulares, chamaremos de viajantes-investidores.

⁶¹ Sobre a relação entre publicação, crítica e escritor, DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

⁶² PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*, op. cit, p. 257.

foram assimilados pouco tempo depois como textos fundadores da literatura nacional [argentina], músculo do projeto político modernizador”⁶³.

Alguns destes viajantes, possivelmente foram os primeiros ocidentais a visitar e descrever amplas regiões da atual Argentina, principalmente na Patagônia e ao sul dos Andes. Os relatos de FitzRoy e Darwin foram emblemáticos. Escrevendo sobre regiões até então desconhecidas, sem modelos estabelecidos, produziram idéias e conceitos sobre estas zonas. Suas imagens foram lidas e assimiladas pelos grupos que passaram a lutar pela construção de uma Argentina e que procuravam fontes para descrever territórios a serem inseridos na esfera político-administrativa centrada na bacia do Prata⁶⁴.

Nos casos em que os viajantes-investidores conseguiram estabelecer parcerias comerciais e encontraram elites locais abertas à negociação e adeptas do liberalismo, como as de Buenos Aires, surgiram alianças e foram localizadas semelhanças. Estes grupos foram relatados positivamente, vistos como o caminho para a transformação e a modernização da América do Sul⁶⁵.

As elites locais desinteressadas pelos produtos europeus foram amplamente criticadas e descritas como ineficientes, atrasadas, retrógradas e responsabilizadas pelos atrasos, associadas à vida desregrada do campo e aos *gauchos*. Este último grupo foi o foco de longas narrativas de todos os viajantes, impressionados por sua força e vida pautada pelo ritmo da natureza⁶⁶. Segundo Servelli, “nenhum viajante escapará à atração exercida por esse tipo humano, nem deixará de se pronunciar e estabelecer valores de fascinação ou desprezo. E de um segundo plano, difuso e fantasmagórico, surgirá a presença ameaçadora do índio mediada – escudada, lida – e não confrontada”⁶⁷.

Ao descrever sua rota para o Chile, John Miers foi metódico e preciso ao apresentar distâncias percorridas, preços de produtos e serviços, qualidade de terras e animais. Quanto às populações, “destacará a falta de hábitos de higiene dos *gaucho* e dirá que os índios são cruéis, depredadores e violentos”⁶⁸. É pouco provável que ele tenha efetivamente convivido com os grupos *maloneros*, associados à crueldade, saques e violência. Seus relatos destas populações marcam, no entanto, um movimento distinto na produção de seu relato, pautado

⁶³ CICERCHIA, Ricardo. *Viajeros ilustrados y románticos en la imaginación nacional*, op. cit., p. 19.

⁶⁴ PRIETO, Adolfo. *Los viajeros ingleses y la emergencia de la literatura argentina*. Buenos Aires: Tierra Firme, 2003, pp. 104-105.

⁶⁵ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*, op. cit, p. 260.

⁶⁶ Cf. CICERCHIA, Ricardo. *Viajeros ilustrados y románticos en la imaginación nacional*, op. cit., p. 142.

⁶⁷ SERVELLI, Martin. *Viajeros al Plata (1806-1862)*, op. cit., p. 12.

⁶⁸ PRIETO, Adolfo. *Los viajeros ingleses y la emergencia de la literatura argentina*, op. cit., pp. 28-29.

pela visão *criolla* dos nativos, levada à Grã-Bretanha pelo viajante e de lá retornando à Argentina para garantir legitimidade às críticas, preconceitos, expropriações e combates.

Ao conhecer os nativos reais, os viajantes se surpreenderam ao compará-los com o bom selvagem idealizado e difundido na Europa. Seus relatos foram unânimes ao narrar a distância entre o imaginado e o observado e se assemelharam aos encontrados nos escritos dos comandantes-exploradores, como Phillip Parker King e Robert FitzRoy. Para aqueles britânicos, os indígenas haviam sido corrompidos, deturpados, deteriorados e bestializados pelos ibéricos católicos, tornando-se emblemáticos da ineficiência hispânica. E o mais surpreendente: poucos efetivamente tiveram contato com os nativos.

Para os viajantes europeus e as elites locais, havia uma clara distinção entre o indígena idealizado, símbolo da resistência americana à dominação e ao atraso ibéricos, e o indígena real, com interesses próprios, objetivos específicos, e inoportuno diante da constante expansão territorial. A este indígena, era associada a imagem da selvageria e da barbárie, inalteráveis e combatíveis, produtos da fusão do pior de duas sociedades – a hispânica e a nativa.

O embate entre a Argentina a ser modernizada e civilizada pelos ingleses e a barbárie associada aos indígenas é o marco de uma das principais obras literárias argentinas do período, o poema *La Cautiva*, de Echeverría⁶⁹. A ação transcorre entre um grupo de *maloneros* e uma família, na qual se encontra a cativa *criolla*, seu marido inglês e o filho desta união, símbolo de um futuro idealizado e combatido pelas forças da Argentina bruta – caciques, *gauchos*, federalistas. Trata-se de uma exemplar associação direta entre britânicos, modernidade e a civilização por parte de determinados grupos liberais portenhos.

Contudo, também houve outras formas, como a adoção de imagens disseminadas pelos viajantes. Seus relatos, tão específicos, circulavam não apenas na Europa, mas também na América. Foram lidos, estabeleceram modelos e foram citados. Impressionados com as formas pelas quais eram vistos pelos europeus, muitos *criollos* assimilaram e potencializaram as críticas, estabelecendo as bases para a transformação da “antiga América” no modelo britânico. Assim como acontecia nas colônias brancas do Império, no caso argentino muito se investiu e muito se desejou “pequenas Inglaterras”, igualmente idealizadas e inalcançáveis.

---

⁶⁹ Cicerchia é crítico à obra de Echeverría. Segundo ele, “Head, Beaumont, Scarlett e Darwin incluíram em suas crônicas descrições dos matadouros de Buenos Aires, e todas elas precedem o texto de Echeverría. Os procedimentos narrativos e a dramatização das cenas são qualidades que o livro de Head impõe. Em *Rough notes* [de Bond Head], o matadouro é a representação mais pura dos limites da civilização, captada pelo olhar atento de um transeunte”. CICERCHIA, Ricardo. *Viajeros ilustrados y románticos en la imaginación nacional*, op. cit., p. 149.

Na interpretação de Maristela Svampa, os liberais portenhos entendiam que “se a liberdade na América anglo-saxã não passava de um produto natural e contínuo de sua história, na América espanhola a liberdade deveria ser conquistada à força, renegando o passado para concretizar uma ruptura violenta com sua própria história”⁷⁰. Para efetivarem esta transformação estrutural, entendiam que “o importante não seria tanto o trunfo das armas, mas o progresso das idéias, mudanças nos costumes e instituições (...). A Europa era, indubitavelmente, para as elites letradas hispano-americanas, a encarnação da civilização, em especial a Inglaterra e a França”⁷¹.

Foi neste sentido que os liberais portenhos leram os relatos dos viajantes e procuraram neles identificar as críticas à situação presente da Argentina que lhes interessava, e encontraram o que procuravam: elogios a si mesmos, críticas às elites do Interior associadas ao federalismo, aversão aos *gauchos* que insistiam em não se submeter às regras de trabalho, aos indígenas *maloneros* que assaltavam a pecuária e impediam o chamado avanço da civilização sobre os pampas.

Os viajantes foram utilizados textualmente, citados para descrever regiões que se pretendia dominar, mas desconhecidas empiricamente, utilizados como referência e base para justificar embates e dominações. O escritor e futuro presidente Domingo Faustino Sarmiento escreveu seu *Facundo – civilização e barbárie*, sem jamais ter visitado os pampas e utilizou das referências externas para refletir sobre aquela região e seus habitantes⁷², objetivando compará-los e criticá-los, associando-os a seus adversários políticos⁷³. Foi com esta obra que se consolidou o par opositor civilização e barbárie, ao situar a si e a seu grupo como arautos da modernidade e os federalistas, caudilhos, *gauchos* e indígenas como barreiras a serem eliminadas.

A oposição civilização e barbárie não foi uma criação sarmientiana, nem tampouco sua transposição à realidade das zonas de contato americanas. Sabe-se que, provavelmente ele

---

⁷⁰ SVAMPA, Maristela: *El dilema argentino*, op. cit., p. 31.

⁷¹ Idem.

⁷² Sarmiento não foi um caso isolado. Em 1834, Alberdi publicou sua *Memoria descriptiva sobre Tucumán*, pautado nos viajantes ingleses. Cf: CICERCHIA, Ricardo. *Viajeros ilustrados y románticos en la imaginación nacional*, op. cit., p. 147.

⁷³ O livro de Bond Head foi especialmente importante a Sarmiento para a construção de seus pares opositores baseados no campo e na cidade. Cf: PRADO, Maria Ligia. “Para ler o *Facundo* de Sarmiento”. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 37.

tenha lido *O último dos moicanos*, o romance do estadunidense Fenimore Cooper, publicado mais de uma década antes e orientado por este combate e pela iminente derrota indígena⁷⁴.

Não se trata de discutir originalidade literária em uma época em que a individualidade e a particularidade ainda estavam em construção na literatura e tampouco é o caso de avaliar o trânsito deste par opositor da antiguidade clássica europeia aos interiores americanos. O objetivo é compreender seu uso e recorrência, para entender os interesses envolvidos neste processo, visto que recorrer a estas categorias significava necessariamente criticar a miscigenação e acreditar na idéia de progresso, muito caras aos liberais como um todo, e aos argentinos em especial: “Sarmiento inaugurava neste livro uma análise, posteriormente matriz de incontáveis outras leituras, que estabelecia a oposição entre o campo, lugar da barbárie, território livre dos federalistas, e as cidades, lugar da civilização, protótipo da cultura, do progresso e da riqueza. As oposições eram a uma vez políticas – federalistas contra unitários – e culturais – mundo letrado contra tradição oral”⁷⁵.

A publicação de *Facundo*, em 1845, levou Sarmiento à notoriedade e aos círculos políticos de oposição ao regime de Rosas. A obra sintetizou as principais críticas dos liberais da chamada *Geração de 37*, exilada no Uruguai e no Chile, e funcionou como munição para angariar adeptos contra o modelo federalista. A obra foi um marco na construção de uma determinada idéia da Argentina e o par opositor por ela apresentado foi recorrente nas práticas políticas adotadas por este grupo após assumir o poder.

Embasados na leitura dos viajantes britânicos, aqueles homens sedimentaram imagens sobre interiores jamais visitados e grupos resistentes a seus projetos políticos. Viram suas descrições e aversões aos indígenas atravessar o Atlântico, repercutir na Grã-Bretanha e retornar legitimadas pelo discurso liberal dos arautos da modernidade e da civilização. As imagens da Argentina produzidas nos relatos de viagens, evocadas “pelos primeiros autores nacionais – Echeverría, Alberdi e Sarmiento, entre outros – são a evidência dos modos históricos em que as redes textuais operaram na configuração das fronteiras de uma comunidade nacional em formação”⁷⁶.

Para o caso específico da Argentina, as recorrentes críticas estabelecidas às estradas, acomodações, agricultura, pecuária e mineração, aos *gauchos* e às elites do Interior foram especialmente interessantes para um grupo específico em disputa pelo poder e pela construção

⁷⁴ SVAMPA, Maristela: *El dilema argentino*, op. cit., p. 31.

⁷⁵ PRADO, Maria Lígia. “Para ler o *Facundo* de Sarmiento”, op. cit., p. 26.

⁷⁶ CICERCHIA, Ricardo. *Viajeros ilustrados y románticos en la imaginación nacional*, op. cit., p. 136.

de uma imagem particular da região: os liberais, especialmente os portenhos, auto-identificados com o progresso, a modernidade e a Europa, profundamente críticos de grupos *criollos* do interior e sua representação política federalista.

f. A ascensão dos unitários e as alternativas para a “nova” Argentina

Juan Manuel de Rosas foi eleito de acordo com as regras da democracia liberal e sua permanência no poder por praticamente vinte anos foi entendida, por seus opositores, como uma falha intrínseca ao sistema representativo. O sistema eleitoral montado na Argentina independente, “não modificava as hierarquias e sujeições interpessoais herdadas da ordem hispânica, articulando-as em uma modalidade em que somente as cabeças decidiam (...): a cidadania se fez a partir das províncias porque foi construídas pelos *vecinos*”⁷⁷.

Este último termo é especialmente importante para a análise aqui proposta. Originado no período colonial para distinguir espanhóis de *criollos*, passou a delimitar no período independente a participação política. Ser *vecino* era ser grande proprietário, *estanciero*, já que em um país essencialmente rural a cidadania não esteve restrita aos centros urbanos⁷⁸. No republicanismo argentino do século XIX, “a nova *vecindad* foi central, pois foi portadora da legitimidade institucional, de poderes públicos, obrigações e habilitações individuais. A cidadania foi sustentada pela *vecindad*. Somente os *vecinos* podiam reclamar diante das autoridades, pois validavam as normas e davam vida ao incipiente esquema de coerção”⁷⁹. O *vecino* passou a ser o comandante da Guarda Nacional, o fornecedor de mercadorias ao Estado, o centro da vida política e social do campo, sendo representante de si e seus semelhantes, porta-voz dos proprietários rurais da região.

Esta república liberal-conservadora elegera Rosas, mas ele era o retrato do sistema que seus inimigos pretendiam superar: as relações com as tradições espanholas, os *gauchos* e os pecuaristas⁸⁰. Como reconquistar o poder, expandir o comércio exterior, o porto e as liberdades individuais burguesas e urbanas? Quando a via eleitoral se torna inacessível, a burguesia opta pelas armas.

⁷⁷ CANSANELLO, Oreste Carlos. “Ciudadano/vecino”. In: GOLDMAN, Noemí (ed). *Lenguaje y revolución: conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo, 2008, pp. 26-28.

⁷⁸ TERNAVASIO, Marcela. *La Revolución del voto. Política y elecciones en Buenos Aires, 1810-1850*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

⁷⁹ CANSANELLO, Oreste Carlos. “Ciudadano/vecino”, op. cit., p. 30.

⁸⁰ SVAMPA, Maristela: *El dilema argentino*, op. cit., p. 35.

Durante seu governo, Rosas conviveu cotidianamente com sublevações, rebeliões e conspirações. Fortaleceu seu poder ao controlar pessoalmente o governo e combater seus opositores, associando-se a políticos do Interior e fortalecendo sua base de apoio entre os pecuaristas. Manteve relações pessoais e privilegiadas com diversos caciques, especialmente com Calfucurá, da Confederação de Salinas Grandes, e manteve a paz e a prosperidade nas *estancias* portenhas, lucrando também com isso. Em, 1852, quando foi deposto, possuía entre 100 e 150.000 cabeças de gado vacum e era um dos maiores pecuaristas de Buenos Aires⁸¹.

Durante tanto tempo no poder, acumulou muitos adversários. No começo da década de 1850, grupos do Interior insatisfeitos com o federalismo, desejavam a repartição igualitária das rendas portuárias; políticos e liberais, encabeçados por Sarmiento e Mitre, baseados em Buenos Aires, mas com ramificações nas províncias, propunham a centralização do poder, das rendas, da justiça e das forças armadas em um novo governo central forte, capaz de impor reformas liberais e a modernização sintetizada no mote “civilização”. Em fevereiro de 1852, após batalha campal, Rosas foi deposto e seus adversários alcançaram o governo. Por breve tempo, pois logo apareceram as divisões diante dos dilemas referentes à repartição da alfândega.

Nesta nova conjuntura, a repressão aos adversários apenas mudou de mãos: “na visão de Sarmiento, da mesma forma que a barbárie liquidara a civilização nascente, iniciada com as idéias da independência, a próxima vitória dos liberais significaria a submissão total do *gaucho*, do campo, da parte ‘negativa’ da sociedade. A unidade nascia a partir da destruição do inimigo”⁸² e logo se investiu contra cada uma das barbáries, iniciando-se pelo combate aos caudilhos⁸³.

Alguns indígenas participaram dos embates que resultaram na deposição de Rosas e os demais logo souberam da mudança política por informantes ou pela suspensão dos *regalos*. Antes da nova situação completar dois meses, chegaram a Buenos Aires os primeiros relatos de *malones*⁸⁴. Diante do silêncio governamental, os caciques iniciaram invasões para exibir sua força. Notaram a desestruturação da defesa militar e voltaram a frequentar as zonas pecuaristas. O governo provisório, comandado pelo Gal. Justo José de Urquiza, diante da

⁸¹ Cf. GELMAN, Jorge. “Un gigante con pies de barro”, op. cit., p. 226.

⁸² PRADO, Maria Lígia. “Para ler o Facundo de Sarmiento”, op. cit., p. 32.

⁸³ Pouca documentação resta destes primeiros momentos, parte pode ser encontrada no *Archivo General de la Nación* (AGN) e no *Archivo Historico de Córdoba* (AHC).

⁸⁴ AGN Sala X -18-4-7, 25/03, CGDS-MGyM

indefinição do futuro, procurou renegociar os antigos tratados⁸⁵. Diante da possibilidade de uma guerra civil com os portenhos, investiu na aproximação com os caciques para oferecer-lhes sua proposta de paz e ajustar alianças para o caso de um conflito entre os *criollos*.

A rebelião separatista portenha, de 11 de setembro de 1852, concretizou o cisma político-administrativo na Argentina pós-Rosas. A divisão entre o Estado de Buenos Aires de um lado, e a Confederação Argentina de outro, evidenciou a frágil aliança contra o antigo governador, simbolizou um novo estágio nas relações entre os *criollos* e entre estes e os indígenas, e explicitou a força político-militar dos caciques.

Poucos dias antes, Urquiza reincorporou ao Exército uma figura destacada e com fácil trânsito entre os indígenas: o Coronel Manuel Baigorria, cacique branco entre os Ranquel exilado durante o governo Rosas.

O novo governo de Buenos Aires, liderado por Bartolomé Mitre, rapidamente identificou a estratégia da Confederação, também contatou Baigorria e tentou organizar um encontro para negociar a paz com Calfucurá e Confederação de Salinas Grandes⁸⁶. Não há registros oficiais deste encontro, mas diante da negativa indígena em pactuar⁸⁷, é bastante provável que os portenhos tenham, já naquele momento, apresentado as mesmas condições para a paz oferecidas nos anos seguintes.

Após a queda de Rosas, os caciques notaram a política de não enfrentamento dos vacilantes novos governos e conciliaram *malones* e negociações de tratados. Procuraram exibir sua força para os governantes, aproveitar-se da fragilidade militar e pressionar para a ampliação das conquistas dos tratados assinados no período de Rosas. Conscientes dos embates entre os grupos *criollos* em disputa, procuraram aproveitar a situação para potencializar suas forças. Diversos *malones* foram reportados em diferentes pontos da linha de fronteira e os comandantes militares não contavam nem com forças para reprimir nem com recursos para negociar.

O ano de 1853 foi crucial para definir alianças e oposições. A comparação entre documentos recolhidos em arquivos da Confederação (AHC) e de Buenos Aires (AGN), mostra movimentos opostos referentes aos indígenas. As cartas de militares portenhos evidenciam tensão e indisposições ao se verem obrigados a negociar com os caciques.

---

⁸⁵ AGN S X -18-4-7, 31/03, MGyM-CGDS

⁸⁶ AGN S X -18-4-7, 25/09, Cel. 5º Rgto-CGDN

⁸⁷ AGN S X -18-4-7, 08/10, CGDN-MGyM

O sargento Olivencia, intermediador nas negociações com os caciques, visitou as *tolderias* durante o inverno e retornou para negociar com representantes dos principais caciques munido de respostas a uma série de solicitações⁸⁸. Em 11 de agosto, enviou ao Ministério de Guerra e Marinha as principais solicitações de Calfucurá e informou que “*para Salinas Grandes creo que será suficiente una arroba de cada clase y 30 frascos de aguardiente*”⁸⁹. Ao recorrer à expressão “creio que será suficiente”, Olivencia evidenciou sua insegurança quanto à parca quantidade oferecida ao cacique; isto indica duas possibilidades: ele procurou negociar, sem apresentar altos gastos ao governo, ou acreditava na insatisfação indígena diante do oferecido.

Esta movimentação da Confederação de Salinas Grandes foi recorrente durante os anos posteriores. Calfucurá não assinou uma paz formal com o Estado de Buenos Aires, mas recorreu a negociações constantes, oferecendo paz momentânea e informações em troca de gado, sem comprometer-se diretamente com a paz na fronteira. Reunia força suficiente para impor tal situação, mas esta possibilidade de negociação não se abriu aos demais caciques.

O grupo controlado pelos caciques Catriel, os miscigenados Pampa e Tehuelche, tradicionalmente estabelecidos próximos à fronteira de Buenos Aires e associados aos diferentes grupos *criollos* antes e durante o governo Rosas, logo contataram os novos detentores do poder para revitalizar a antiga aliança. A correspondência decorrente destes contatos explicita também outras movimentações e negociações entre os indígenas.

A carta foi enviada pelo comandante do forte Azul, intermediador desta relação. Segundo as informações apresentadas, o cacique procurou se apresentar como aliado de Buenos Aires, e explicitou sua compreensão do jogo político *criollo* ao saldar o “triunfo da legítima autoridade provincial” e informar uma complexa rede de contatos entre o chefe dos Ranquel (Cachul) e o de Salinas Grandes (Calfucurá) com o principal inimigo dos portenhos (Urquiza). Ao citar nominalmente o general e associá-lo aos líderes dos principais grupos indígenas, Catriel se apresentou como fonte privilegiada de informações e o único aliado possível e confiável, potencializando, com isso, sua força para conseguir melhores condições no tratado a ser assinado⁹⁰. Consciente da situação vivida e de sua superioridade militar, econômica e demográfica o cacique, tradicional aliado, manipulou informações, dados e

⁸⁸ AGN Sala X -18-7-6, 29 e 30/07/1853, MGyM-Olivencia; Cte. Mulitas-MGyM

⁸⁹ AGN Sala X -18-4-7, 09/08/1853, Olivencia-MGyM

⁹⁰ AGN Sala X -18-4-7, 01/09/1853, Azul-MGyM

nomes para tratar com medos e temores portenhos e conquistar uma melhor posição diante dos *criollos*.

Negociação semelhante ocorria, simultaneamente, entre os Ranquel e a Confederação Argentina. Catriel não estava mal informado. Em carta de março daquele ano, o governador de Córdoba escreveu ao cacique Pichun dos Ranquel, para este pressionar seu irmão Calbán a controlar seus *maloneros* que teriam voltado a invadir terras cordobesas. Ao escrever, dirigiu-se ao cacique como “senhor”, “general”, “irmão” e “amigo”⁹¹, evidenciando duas linhas de aproximação: os dois primeiros termos estão relacionados à formalização de tratados e à autoridade; os dois seguintes a relações pessoais de confiança e camaradagem, ao fim associadas também à figura do presidente da Confederação, o general Urquiza.

A resposta de Calbán a Manuel Lopez, governador de Córdoba, foi rápida e clara:

“Viva a Confederação!”

(...) agora meus capitães viram seu desengano de que na guerra não há bom fim (...). Mas agora Deus me deu saúde, estou vivo e (...) a boa fé de meu coração por isso me dirijo outra vez a ti: amigo (...) seria bom de mandar minha palavra à ti, mas me perguntam Pichún e o Cacique Calbucurá para que perdi a paz com o Governo de Córdoba: amigo se Vossa Excelência me dá a paz será até a morte nossa amizade: já os *capitanejos* que poderiam fazer-me mal foram mortos (...)”⁹².

Nesta correspondência, Calbán se apresentou pacífico, talvez como efeito de alguma pressão exercida por seu irmão Pichun e pelo poderoso Calbucurá, e tentou provar sua lealdade ao explicar o seu uso da força: aqueles guerreiros que teriam atacado contra suas ordens estariam mortos. Não cabe aqui a discutir se este fato ocorreu realmente, mas atentarmos para sua apresentação pelo cacique. Ele procurou se mostrar como legítimo e único representante daquele grupo e, ao mesmo tempo, capaz de controlá-lo, portanto era ele quem deveria ser contatado para negociar tratados⁹³. Para demonstrar seu alinhamento com o governo, iniciou a carta com a expressão utilizada nos documentos oficiais: “Viva a Confederação!”

⁹¹ Archivo Histórico de Córdoba (AHC), Fondo Gobierno, Tomo 232C, Folio 5/6, 23/03/1853 Apud TAMAGNINI, M. “Fragmentación, equilibrio político y relaciones interétnicas (1851-1862). La frontera de Río Cuarto”. *Segundas jornadas de investigación en arqueología y etnohistoria del centro-oeste del país*. Río Cuarto: UNRC, 1995, p. 205 (grifos meus).

⁹² AHC, Fondo Gobierno, Tomo 232C, s/ data (grifos meus).

⁹³ ZAVALA, Graciana Pérez. “Aportes para el estudio de los tratados de paz. Categorías de análisis y su aplicación en el tratado de paz de 1870”. HARRINGTON, C.; PRIETO, O. (eds.) *Primeras Jornadas de Investigación Científica del Departamento de Historia*. Río Cuarto: Departamento de Imprenta y publicaciones de la UNRC, 2000, p. 70.

Após a denúncia de Catriel sobre as negociações entre Urquiza e os Ranquel, o governo portenho os contatou e pressionou, exigindo uma posição clara e definitiva, “salientando que, de forma alguma, lhes dará presentes, como Rosas e Urquiza, para lançá-los à guerra e fazê-los matar. Buenos Aires não precisa deles, nem como soldados, nem como aliados, e se tiver que recorrer ao triste meio da guerra, conta com suficientes lanças e canhões”⁹⁴.

Os portenhos abandonaram a estratégia “presentes pela paz”, característica dos primeiros momentos do Estado independente, passando a agir de acordo com seus princípios básicos, marcadamente a superioridade civilizacional e racial frente aos indígenas. Ofereceram um ultimato a Calbán e confirmaram sua estratégia, salientando não necessitar dos nativos para a guerra. Talvez esse tenha sido seu maior erro.

Diante da inflexão portenha, a maioria dos caciques se aproximou da Confederação. Enquanto os primeiros ofereciam a paz sedentarizada, controlada, submissa e cristianizada, os segundos reconheciam o poder, a autoridade e os territórios dos caciques. Não resta dúvida de a qual grupo eles se aproximaram e alinharam, conscientes das profundas diferenças entre os projetos apresentados e, também, dos interesses subjacentes – especialmente a aliança militar contra Buenos Aires.

Os militares portenhos se encontravam conscientes do óbvio desenrolar dessas negociações e dos resultados da aproximação dos caciques com a Confederação: “ouvi dizer, pelos índios, que Calfucurá enviou emissários para receber notícias e verificar a situação em Santa Fé; que com Urquiza combinou que a indiarada seria mantida pronta para, ao primeiro aviso, invadir esta Província [Buenos Aires]”⁹⁵. Naquele momento, os comandantes, aparentemente, instigaram o conflito, crentes em sua superioridade racial e bélica, desejosos da batalha contra aqueles que chamavam de “nossos amigos do deserto, que tanto custam ao Estado”⁹⁶ a quem já haviam oferecido uma paz não aceita: “estimulando-os a abandonar essa vida errante e ociosa que tanto os avilta, e a se dedicarem ao trabalho, como homens honrados e pacíficos, comerciando com os habitantes dos nossos interiores”⁹⁷.

A retórica dos comandantes militares de Buenos Aires era a bélica. Afirmaram ter oferecido paz, trabalho e comércio – os princípios da vida civilizada e ordeira do liberalismo – não aceitos por povos que somente poderiam ser, portanto, bárbaros. Diante de uma

⁹⁴ AGN, Sala X, Legajos 18-7-6, 02/11/1853.

⁹⁵ AGN, Sala X, Legajos 18-7-6, 15/12/1853.

⁹⁶ AGN, Sala X, Legajos 18-7-6, 12/11/1853.

⁹⁷ AGN, Sala X, Legajos 18-7-6, 15/11/1853.

negativa já esperada, prepararam-se para a desejada batalha, acreditando em uma vitória fácil como nas Campanhas de 1833.

É evidente que os comandantes dos fortes não eram os únicos interessados na militarização dos pampas. Os maiores interessados eram os *vecinos*, colonos e pecuaristas da região fronteira, desejosos de ampliar suas propriedades com terras conquistadas dos indígenas. Naquele momento, eles entendiam a guerra como positiva e expressavam sua ira contra os nativos em manifestações públicas de apoio aos comandantes e pressão pela solução rápida, efetiva e bélica do caso. Uma das estratégias empregadas foi o envio de abaixo-assinados ao governo em Buenos Aires:

“Nós, *vecinos* de Saladillo e Las Flores que assinam, (...) nos apresentamos e dizemos que faz muitos anos que estamos sofrendo e lamentando as contínuas depredações e roubos de todo gênero que se fazem contra nós os Índios Selvagens, umas vezes pelos que se intitulam amigos y outras pelos que não o são, pois que todos eles nos saquearam as casas, roubaram as fazendas, degolaram os homens (...)”⁹⁸.

Este texto é característico da forma como os colonos entendiam e expressavam a tensa situação vivida nas zonas de contato. Para eles, não havia diferença entre indígenas amigos ou inimigos: todos eram selvagens. Não se distinguiam, pois eram naturalmente bárbaros, responsáveis pela contínua destruição da propriedade, pelo roubo, saques e violentas mortes. No entendimento daqueles colonos, pecuaristas e pequenos proprietários, oferecia-se somente uma alternativa aos indígenas transformados em bárbaros: a guerra e a conseqüente morte. Eles não estavam interessados na catequese ou sedentarização dos nativos, mas em seu desaparecimento e em suas terras.

Apesar deste desejo manifesto vindo da zona de fronteira, os políticos em Buenos Aires sabiam ser impossível naquele momento acabar com o poder indígena. Eles lembravam a complexa organização e coordenação entre as tropas das diferentes províncias necessária nas campanhas de 1833, e as comparavam com a situação presente, em que eram momentaneamente um Estado separado da Confederação Argentina. Para agravar a situação, seus inimigos *criollos* investiam na aproximação com os caciques. Naqueles anos 1850, os grupos portenhos no governo sabiam ser impossível confrontar a força e o poder indígena e procuraram conciliar constantes pequenas batalhas com uma envergonhada aproximação com a principal liderança da região: Juan Calfucurá. Em seus cálculos, acreditavam que o controle

---

⁹⁸ AGN, Sala X, Legajos 18-7-6, 10/12/1853 (grifos meus).

do cacique principal das Salinas Grandes proporcionaria uma suspensão temporária dos *malones*, enquanto o governo se organizava para combater inimigos *criollos* e indígenas.

Calfucurá era reconhecido, até pelos portenhos, como um político astuto. Sabia, plenamente, o poder econômico e militar que controlava e jogou com as rivalidades entre Buenos Aires e a Confederação. Apesar da gradual aproximação com Urquiza, jamais deixou de negociar diretamente com Mitre, até porque dependia da manutenção do comércio de sal com os pecuaristas para manter sua força e a base social que o mantinha.

A historiadora estadunidense Kristine L. Jones, ao analisar a força alcançada pelo cacique e sua Confederação, salientou: “construindo seu Império, Calfucurá enviou missões diplomáticas a diversos caudilhos, embaixadores para encontrar com Urquiza em Paraná, com outro caudilho em San José, e até estabeleceu uma embaixada em Buenos Aires. Sua correspondência oficial levava um selo diplomático, carregando a insígnia sagrada de *colihué* (um robusto artefato usado para armas e simbolicamente marcada por significados cerimoniais) com *lanzas e boleadoras* cruzadas”⁹⁹.

Esta força lhe permitiu manter relações próximas com os dois grupos *criollos* em disputa, sem deixar de salientar sua preferência e aproximação com a Confederação. Urquiza se envolveu diretamente na negociação de um tratado de paz unificado para todos os principais grupos indígenas dos pampas e dos Andes¹⁰⁰.

Como forma de expressar sua força e apresentar as vantagens da negociação proposta, os principais caciques *malonearam* em Buenos Aires e, na sequência, escreveram ao governo da Confederação, salientando que os ataques ocorreram somente naquela região por esta não “pertencer a Urquiza”¹⁰¹.

Em junho de 1854, o Ministério de Guerra e Marinha escreveu ao governador de Córdoba para instruí-lo a negociar pessoalmente os tratados, pois considerava caro, perigoso e complexo logisticamente levar mais de uma centena de indígenas, representantes de Calfucurá, Pichun e Calbán, a Paraná, a capital da Confederação. Esta carta expressa a compreensão da situação por parte destes *criollos*:

---

⁹⁹ JONES, K. “Calfucurá and Namuncurá: Nation builders of the pampas”. In: EWELL, J.; BEEZELEY, W. (eds.). *The human tradition in Latin America: the Nineteenth Century*. Wilmington: Scholarly Resources, 1989, p. 181.

¹⁰⁰ AHC, Fondo Gobierno, Legajos 239E, 17/03/1854.

¹⁰¹ AHC, Fondo Gobierno, Legajos 239E, 26/04/1854.

“Para satisfazer as demandas desta comitiva e na esperança de, com este meio, comprar a paz dos caciques (...), dispõe o Governo de que V. Excelência leve a cabo esta missão, celebrando com eles um tratado para que, se possível, se submetam ao Cel. Baigorria, reconhecendo-o como seu chefe; e que eles ofereçam ao menos uma sólida garantia de que, na seqüência, nenhuma de suas hordas invadirá Província alguma da Confederação (...). Ao fixar estes acertos, não deixe de insistir e manifestar os sérios castigos que o Governo está firmemente disposto a fazer cair sobre eles, de um modo perseverante se, traidores da fé prometida, voltem com seus latrocínios a se converter no suplício desolador e sangrento da República.

V. Excelência compreenderá que, se o Governo Nacional, conhecedor das muitas e urgentes necessidades dos diferentes ramos administrativos da República, resolve desviar fundos consideráveis para alimentar homens cuja amizade e inimizade são quase igualmente custosas e destruidoras, isto ocorre somente em troca de uma paz duradoura e a fim de tentar, pela última vez, um meio que até aqui se mostrou mais efetivo. Pois, de outro modo, os custosos e indevidos presentes que eles exigem em troca de uma mentida amizade, não fariam mais do que aumentar os estragos que até hoje causaram seus infames e carniceiros assaltos”¹⁰².

A carta apresenta os princípios básicos que guiaram a política mantida pela Confederação com os indígenas. Apesar do investimento na aproximação com os caciques, há uma constante desconfiança de seus reais interesses. Em diferentes momentos o Ministério de Guerra e Marinha declarou a necessidade de comprar a paz de pessoas em quem não se pode confiar a amizade, salientando o receio do retorno de latrocínios. A leitura deste documento não indica, em nenhum momento, o comando *criollo* da situação, nem tampouco sua manipulação da situação. Pelo contrário, o governo se apresenta acuado diante da situação e da pressão exercida pelos caciques e não consegue oferecer muitas condições na negociação, exceto a oficialização de Baigorria como intermediador.

Aos caciques, a associação com a Confederação ultrapassava as fartas vantagens materiais, pois os colocava em pé de igualdade com o governo e forçava o reconhecimento de suas autoridades e territórios. Em complemento, era mantida ainda a interessante possibilidade de *malonear* em Buenos Aires, a região com pecuária mais rica. Aos indígenas, o tratado proposto significou uma aliança programática, uma aproximação com um grupo historicamente menos hostil e uma tentativa de oficializar seu controle sobre os pampas e os Andes, aproveitando-se do momento de disputas político-militares entre os *criollos*. Os

¹⁰² AHC, Fondo Gobierno, Legajos 241B, 19/06/1854 (grifos meus).

caciques foram perspicazes ao notar a situação e ao pressionar, no momento ideal, pela assinatura dos tratados. Ao fazerem-no, jogaram com as rivalidades e lutaram por seus interesses.

A paz com a Confederação ainda mantinha o foco guerreiro centrado somente contra Buenos Aires. A certeza de não serem invadidos a partir das fronteiras com Córdoba, San Luis e Mendoza possibilitou o enriquecimento dos indígenas, a prosperidade de sua pecuária e agricultura, e anos de fartura e tranquilidade. Os únicos inimigos identificados eram os portenhos, combatidos por tudo e por todos.

Esta aliança entre os caciques e a Confederação não foi assim compreendida por parte da historiografia argentina. Para o padre Meinrado Hux, importante pesquisador do tema e profundo conhecedor das biografias dos principais caciques, a aproximação partiu dos *criollos*: “toda vez que os portenhos faziam suas ofertas, outros negociadores, em nome de Justo José de Urquiza, solicitavam a colaboração dos Ranquel e dos indígenas de Salinas Grandes, oferecendo o dobro”¹⁰³.

Para a historiadora Marcela Tamagnini, especialista nas relações entre indígenas, militares e clérigos na fronteira cordobesa, o controle da situação estava nas mãos da Confederação e houve uma manipulação dos interesses dos indígenas: “a paz estabelece quem são os amigos e quem são os inimigos. A mensagem e a manipulação são claras: não podem se aliar aos inimigos de Urquiza (...). A amizade e a contra-prestação eram parte da retribuição da aceitação de coisas”¹⁰⁴.

Já Abelardo Levaggi, especialista nos tratados e nas relações políticas entre indígenas e *criollos* entendeu haver uma aproximação intrínseca entre a Confederação e os caciques: “o vencedor de Caseros e diretor provisório da Confederação Argentina, o general Justo José de Urquiza, mostrou desde o primeiro momento um ânimo favorável para o trato com os aborígenes”¹⁰⁵.

A documentação apresenta, em diferentes momentos, uma perspectiva negativa do indígena por parte do governo confederado, mas, também, evidencia-se uma forma diferenciada de se relacionar com os caciques. Naquele ano de 1854, aparentemente, havia uma desconfiança diante da possibilidade de se manter uma paz duradoura com os caciques,

¹⁰³ HUX, Meinrado. *Caciques pampa-ranqueles*. Buenos Aires: El elefante blanco, 1999, p. 152.

¹⁰⁴ TAMAGNINI, “Fragmentación, equilibrio político y relaciones interétnicas (1851-1862)”, op. cit., pp 205-206.

¹⁰⁵ LEVAGGI, Abelardo. *Paz en la frontera*, op. cit., p. 270.

mas durante o transcorrer dos anos esta aliança se manteve e se aprofundou, muito devido à atuação política precisa e pessoal dos caciques e de Urquiza, a ponto deste ter se tornado padrinho do filho de Calfucurá ainda naquele ano.

As propostas encaminhadas pelo governo da Confederação e o aprofundamento das relações aparecem na documentação do período e podem ser compreendidas a partir de uma aproximação social e cultural entre os grupos do Interior, cujas elites eram mestiças ou acostumadas aos mestiços, em oposição aos liberais vinculados ao porto de Buenos Aires, desconhecedores e desinteressados nestas relações.

Segundo a antropóloga Martha Bechis, esta situação vinha desde as oposições entre federalistas e unitários: “Em 1830, os federais estavam identificados com o índio abstrato como símbolo da nacionalidade que construíam. Também mantinham uma interação, tanto conflituosa quanto amistosa, mais freqüente com o indígena. Os unitários, ao contrário, mantinham uma distância social e cultural maior, para eles todo indígena era um ‘selvagem’ sem valor algum (...). Os caudilhos federais, talvez mais experimentados do que os unitários no trato com tropas irregulares e inexperientes, e por seu acesso social à gente comum, se aproximavam do índio para pedir sua intervenção”¹⁰⁶. Para esta autora, entretanto, não havia uma aproximação programática entre *criollos* e indígenas, com cada grupo lutando sua guerra: “O indígena, apesar de aliado e copartícipe, não somente evita abandonar suas regras e técnicas, como luta sua guerra. Aprende até quem e onde pode chegar, mas aproveita todas as ambigüidades e debilidades de seus ‘camaradas’. Excessos poderiam custar caro (...), mas não se pode esquecer que seu inimigo era o inimigo de quatro séculos”.¹⁰⁷

O tratado entre os caciques e a Confederação foi assinado sob os seguintes termos:

- “1º - Que não invadirão nenhuma das Províncias da Confederação;
- 2º - Que tampouco se aliarão aos inimigos da Confederação, quaisquer que sejam, ou da Superior Excelência, o Sr. Presidente, Gal. Urquiza;
- 3º - Que os índios serão respeitados nas Províncias Confederadas (...);
- 4º - Iguais considerações se comprometem a manter com os cristãos, ou seja, os habitantes das Províncias Confederadas, que, por via de comércio penetrem até suas *tolderias*;

¹⁰⁶ BECHIS, Martha. “Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX”, op. cit., p. 303.

¹⁰⁷ Idem.

5º - É combinado, igualmente, que nenhum Governador das Províncias Confederadas poderá se unir a qualquer inimigo dos Generais Pichun, Calván e Calfucurá (...);

6º - Os citados caciques se comprometem a permitir que os índios formem reduções, e a reunir as populações, colocando-as em lugares aparentes, que serão governadas por um capitanejo sob a direção e vigilância do Cel. D. Manuel Baigorria;

7º - Na segurança de sua lealdade e da fidelidade que guardarão a estes tratados, da amizade que guardam com o Governo da Confederação e com os respectivos Governos das Províncias, reconhecem ao Cel. D. Manuel Baigorria como um intermediador, através do qual se comunicarão com o Sr. Presidente e receberão as instruções ou ordens que este emitir”¹⁰⁸.

A negociação para um tratado envolvia tratativas orais e pessoais – características da sociedade araucanizada e expressa no compadrio já citado – e a assinatura de papéis, nos moldes ocidentais. Neste formato, os *criollos* procuraram imprimir seus interesses e seus ideais de superioridade e dominação. A leitura deste documento por si mesmo leva a crer a supremacia *criolla*, pois a hierarquia dos artigos define, primeiro, as prioridades e desejos dos *criollos* e as obrigações dos indígenas, além de expressar somente suas próprias aspirações – comércio, paz, sedentarização – e não os compromissos materiais. A versão oral combinada jamais será conhecida, mas seus reflexos podem ser localizados no cotidiano das relações mantidas entre a Confederação e os caciques.

A partir deste tratado, os caciques passaram a assinar como generais¹⁰⁹ e conseguiram estabelecer uma zona de livre comércio, integrando, efetivamente, as *tolderias* e suas rotas comerciais aos mercados *criollos*. Naquele momento, a paz e o comércio interessavam aos dois lados.

Os anos de 1854 e 1855 foram de invasões contínuas às zonas pecuaristas de Buenos Aires, com ações orquestradas por Calfucurá, contando, por exemplo, com mais de 5.000 *maloneros* contra a região de Azul. Diante da situação, até os tradicionais *índios amigos* dos portenhos, os Catriel, debandaram para o outro lado: sua análise certa da situação indicava uma desproporção de forças e eles não pretendiam ser o escudo da indefensável pecuária portenha.

¹⁰⁸ “Tratado de paz firmado com los caciques del Sur”, apud LEVAGGI, A. *Paz en la frontera*, op. cit., p. 275 (grifos meus).

¹⁰⁹ AHC, Fondo Gobierno, Legajos 239E, 18/07/1854 (para Calfucurá), AHC, Fondo Gobierno, Legajos 239E, 01/08/1854 (para os Ranquel).

Naquele ano, Calfucurá estava confiante em sua força. Pressionado pelos comandantes militares portenhos a parar os *malones*, não duvidou ao afirmar seu poder e explicitar o que o acompanhava. Pretendendo impressionar seus interlocutores, enumerou seus aliados “tenho 100 capitães, quatro generais (...) e treze povos [províncias] argentinos sob o general Urquiza”¹¹⁰. Sua análise esclarece sua compreensão de seu poder, de quem mandava em toda esta gente – inclusive nos *criollos*, através do presidente da Confederação. É evidente que este poder não era direto, mas ao se apresentar à sua maneira, o cacique das Salinas Grandes explicitou o tamanho de sua força e poder. Ele centralizava o movimento *malonero* e o comércio de gado e era informado pelos *criollos* sobre os melhores locais a atacar¹¹¹. Nas palavras do comandante militar de Carmen de Patagones (de Buenos Aires), “os índios supõem serem superiores militarmente”¹¹².

Apesar da óbvia constatação, os comandantes militares imaginavam aquele como um momento passageiro. Em várias correspondências é possível acompanhar a percepção de que assim que a situação se revertisse seria possível atacar os indígenas. A beligerância e o preconceito não foram superados pela evidente supremacia nativos. Segundo o Comandante da Fronteira Central (de Buenos Aires): “(...) talvez salvássemos nosso país dos vândalos dos pampas, que tanto nos afligem hoje se tivéssemos a sorte de reunir todos os elementos que acredito necessários (...). Penso que Calfucurá não escaparia do golpe que lhe preparo”¹¹³.

No entendimento do antropólogo Carlos Martinez Sarasola, esta aproximação e aliança entre as confederações não passou de momentânea e não programática: “a aliança, agora com Urquiza, é apenas circunstancial porque segue lutando contra Buenos Aires. A seqüência de *malones* é o apogeu de Calfucurá (...). Os tratados desta época demonstram que o governo nacional realiza concessões e não se empenha na distribuição equitativa de direitos e obrigações. Recuperadas dos estragos sofridos na primeira parte do século, as comunidades levam adiante o último movimento em defesa da terra e de sua cultura”¹¹⁴. Para este autor, não houve uma opção explícita dos indígenas em ouvir os dois lados *criollos*, compreender as oposição e se aliar com quem se aproximava de seus efetivos interesses.

A vida cotidiana estava difícil nas vilas da zona de fronteira portenha. Os *malones* eram constantes, os pecuaristas estavam praticamente falidos, o governo não conseguia arcar com a

¹¹⁰ Apud HUX, Meinrado. *Caciques huiliches y salineros*. Buenos Aires: Marymar, 1991, p. 60.

¹¹¹ AGN, Sala X, Legajos 19-3-3, 25/08/1855.

¹¹² AGN, Sala X, Legajos 19-3-3, 28/07/1855.

¹¹³ AGN, Sala X, Legajos 19-5-4, 23/10/1856 (grifos meus).

¹¹⁴ SARASOLA, Carlos Martinez. *Nuestros paisanos, los indios*, op. cit., pp. 248 e 259.

defesa militar da região e por isso tentou recorrer à Guarda Nacional (as milícias civis convocadas em momentos de guerra). Porém, nem eles – interessados mais imediatos no combate – conseguiram se organizar, pois não contavam com cavalos, armamento nem munição, e ainda assistiam à omissão dos homens mais ricos. Nesta situação, motins, levantes e rebeliões explodiram por toda a província.

Os militares estavam atordoados diante de tantos e incontrolláveis *malones* e os pecuaristas lamentavam o momento em que instigaram a beligerância. Invasidos constantemente, perderam gado, viram suas construções incendiadas, homens morrerem e mulheres e crianças raptadas. As fazendas nas regiões mais avançadas, distantes das zonas ocupadas desde o período colonial, foram lentamente abandonadas e isto preocupou os governantes. Por meio de uma eficiente política de alianças e da coordenação de ataques, os indígenas, em especial a Confederação de Salinas Grandes, conseguiram, em dois anos, reconquistar as terras perdidas aos *criollos* durante as campanhas militares de Rosas em 1833.

Os colonos, interessados em exterminar os indígenas para ocupar suas terras, viam-se obrigados a abandonar as que ainda mantinham e passaram a pressionar o governo por uma paz incondicional com aqueles que entendiam como bárbaros, naquele momento impossíveis de serem combatidos ou mesmo controlados.

Nesta caótica situação, os *vecinos* ameaçaram debandar com o que restava de suas posses, para as províncias confederadas, como foi alertado pelo comandante do forte de San Nicolás, dois anos após o início da sequência de *malones*: “(...) vários produtores estão dispostos a levar seu gado à Província vizinha, por considerá-la mais segura contra as incursões dos bárbaros”¹¹⁵.

O governo de Buenos Aires, diante da situação, voltou a investir em tratados com os chamados *índios amigos*, iniciando a aproximação com Catriel¹¹⁶ – agora intitulado com pompa *General e Cacique Superior das Tribos do Sul* – para depois focar suas ações em outros caciques de menor poder¹¹⁷ e independentes de Calfucurá, objetivando assentá-los nas vizinhanças das zonas pecuaristas. A retomada da via dos tratados não significou o reconhecimento da força política que estes caciques inclusive não possuíam, nem uma aproximação de idéias, mas uma tentativa desesperada de reunir forças para conter os

¹¹⁵ AGN, Sala X, Legajos 19-6-5, 13/10/1857.

¹¹⁶ AGN, Sala X, Legajos 19-5-4, 19/07/1856.

¹¹⁷ AGN, Borrador, 27/08/1856. Apud LEVAGGI, A. *Paz en la frontera*, op. cit., p. 286.

malones. Foram oferecidos títulos e vantagens materiais, mas foram mantidos os princípios norteadores de sedentarização e controle *criollo*.

Avanços e retrocessos entre 1833 e 1855. Fonte: Jones, K. L., p. 171.

Buenos Aires, apesar das tentativas, não conseguiu desestruturar a aliança entre as Confederações de Salinas Grandes, Leuvucó e Argentina. Havia mais proximidades entre elas do que a de cada uma com os portenhos e o pacto terminou bem acordado, com os interesses

de todos assegurados e também a identificação de um inimigo comum – justamente Buenos Aires.

Calfucurá foi o responsável por explicitar esta união aos portenhos. Em abril de 1857, dirigiu-se ao comandante militar do forte 25 de Maio e informou que “Calfucurá manda dizer que se reuniu com Urquiza e que com este queria ser amigo para com ele lutar contra este governo para que Urquiza governe Buenos Aires”¹¹⁸.

A grande confederação anti-portenha se construiu durante os anos e alcançou seu ápice no final da década de 1850, quando assumiu um objetivo único e claro: o de retirar os liberais unitários do poder de Buenos Aires e devolver a província à Confederação. Alguns historiadores, como o conservador e militarista Juan Carlos Walther, insistem em não reconhecer os interesses e objetivos indígenas nas alianças estabelecidas com os *criollos*. Em seu entendimento, tratou-se apenas de atitudes individuais e tirânicas de um cacique estrangeiro: “Calfucurá explorou habilmente a situação política para obter o máximo de proveito material a seu favor, finalidade que guiou as atividades deste astuto cacique em toda a época (...). [Ele] era originalmente chileno e lutava somente para saciar suas ambições de pilhagem, ou empreendendo-se em alianças quando obteria o maior proveito das mesmas (...)”¹¹⁹.

Cativos fugitivos das *tolderias* eram os melhores informantes dos comandantes militares. Eles traziam notícias atualizadas das negociações políticas, além da localização geográfica dos indígenas, a quantidade de gado por eles controlada e possíveis inimizades com outros grupos. Foi a partir destas informações que Buenos Aires teve certeza sobre a crescente união entre as confederações e passou a se organizar para contra-atacar.

Os portenhos idealizavam estratégias para superar aquele poder e neste momento voltaram novamente seus olhos para o Império Britânico, cujas tropas eram muito criticadas internacionalmente pela violenta repressão ao Motim Sepoy, na Índia. Em discurso na Câmara, o poderoso político Bartolomé Mitre comentou esta atuação britânica e procurou compará-la àquela vivenciada pelos portenhos, estabelecendo novas comparações e conexões entre os dois locais:

“A situação dos ingleses na Índia parece desesperada e, contudo cremos que a Inglaterra saberá dominar essa crise, como dominou outras mais sérias em momentos mais solenes

¹¹⁸ AGN, Sala X, Legajos 19-6-5, 02/04/1857.

¹¹⁹ WALTHER, Juan Carlos. *La Conquista del Desierto*, op. cit., pp. 371 e 373.

(...). Não faltam os que façam votos pela destruição do Império Britânico na Índia. Este é um voto bárbaro e anti-social, como se em nossa guerra com os pampas houvesse alguém que desejasse o triunfo de Calfucurá sobre os defensores da civilização e do cristianismo.

Quaisquer que tenham sido as injustiças e mesmo atos de verdadeira crueldade que a Inglaterra cometeu na Índia para manter sua influência e afirmar seu poder, não se pode desconhecer que a volta ao domínio dos reis bárbaros e sanguinários que a oprimiam, a civilização retroagiria imensamente naquelas regiões, que crimes mais espantosos que os que estremeceram a humanidade sob a dominação tirânica de Rosas escandalizariam o mundo.

É de se esperar que a Inglaterra com a energia de um povo livre, com seu espírito público e por um desses esforços supremos de que só são capazes as nações nos momentos solenes de sua vida, domine a insurreição da Índia, ainda que sangrando sobre o solo que protege (...). Não fazer votos pelo triunfo da Inglaterra na Índia, seria simpatizar com o crime, com a barbárie e com a tirania. Algum dia chegará o momento em que a Índia mais civilizada, herdeira das instituições do povo inglês, se emancipe de sua metrópole sem convulsões, ou pelo menos em uma luta regular como as colônias norte-americanas, então ao invés de aqueles povos retroagirem à barbárie, alçará um astro novo no horizonte da civilização”¹²⁰.

Mitre associou diretamente a Argentina à Grã-Bretanha, quanto aos desafios impostos pelos nativos arredios à sua própria civilização. Discursou sobre a Índia para refletir e apresentar sua interpretação sobre o que ocorria e o que deveria acontecer em Buenos Aires e foi claro: o sangue bárbaro e o sangue civilizado deveriam verter sobre a terra até que a civilização se sobrepujasse à barbárie. Qualquer atrocidade ou violência cometida em nome do progresso por forças ocidentais era justificável, pois era empregada para superar um verdadeiro regime selvagem de sangue e destruição. Calfucurá era tão ou mais bárbaro do que os indianos.

Ao final, a riqueza e a prosperidade vindouras justificavam ações hostis militares e a maior comprovação disso era justamente a situação presente de outras colônias ou ex-colônias inglesas, adaptadas ao liberalismo e a este modo de vida, naquele momento muito prósperas, como a Nova Zelândia. Era um modelo a ser seguido que legitimava ações semelhantes ocorridas na Argentina.

¹²⁰ Bartolomé Mitre – “Los ingleses en la Índia”, 22/10/1857, apud DONGHI, Tulio. *Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)*. Buenos Aires: Emecé, 2007, pp. 482-483 (grifos meus).

Iniciada a segunda metade do século XIX, passou-se a justificar, com mais veemência e menos pudor, o uso intenso e sistemático de tropas na ocupação territorial, justificada pela introdução forçada da civilização em povos habituados à barbárie. Britânicos e argentinos enfrentaram esta situação. Pretendiam terras e paz, prosperidade e replicar pequenos povoados ocidentais em regiões até então dominadas pelos nativos. Não suportavam comercializar, conviver e depender de gente tida como selvagem e ansiavam por poder, riqueza e território. Em nome da civilização, começaram a construir a legitimação de suas ações hostis e a opor colonos a nativos, associados à barbárie a ser erradicada.

Em Buenos Aires, o Exército continuou a ser utilizado para tentar conter os *malones* e o irmão do poderoso Bartolomé Mitre, o coronel Emilio Mitre, foi destacado para comandar uma nova incursão aos pampas. Desta vez, o alvo era a Confederação de Leuvucó. Esta se perdeu no território desconhecido e deixou um rastro de animais e soldados mortos, além de armas, munições e até canhões.

O controle indígena sobre os pampas passava diretamente pelo domínio do conhecimento dos caminhos, paradas, lagoas e florestas. Fora dos mapas, a região era um mistério e um perigo aos *criollos* e uma das principais formas de dominação foi enviar expedições científicas com o objetivo de construir representações cartográficas. Assim como vimos no Capítulo III, para o caso neozelandês, o envio de engenheiros cartógrafos aos territórios já anexados e a serem conquistados foi uma das primeiras ações, objetivando transpor aquelas terras para o mapa conceitual ocidental, dividi-lo em parcelas comercializáveis e exploráveis e criar nomenclaturas para tornar a região palatável aos usos e ouvidos ocidentais. Talvez o caso mais impressionante seja o dos nomes dos rios que descem da Cordilheira dos Andes e correm paralelos rumo ao Atlântico. Sem nomes mais criativos, foram batizados em uma sequência numérica iniciada ainda no período colonial e que definiu os atuais rios Primeiro, Segundo, Terceiro, Quarto e Quinto.

Os portenhos demoraram bastante para descobrir o resultado inesperado da desastrada expedição de Emilio Mitre. De uma maneira inacreditável, conseguiram alcançar um de seus principais objetivos: os Ranquel acompanhavam à distância os soldados e iam recolhendo tudo o que era abandonado nos pampas. Quando alcançaram as caixas com pólvora e armamentos, chamaram ao cacique Calbán que por descuido ao manusear uma arma a disparou contra um barril, provocando uma explosão, matando o cacique e mais vinte e seis indígenas.

Após esta inusitada situação, assumiu o poder na Confederação de Leuvucó, após um *parlamento* entre os Chefes e anciãos, um dos irmãos do falecido cacique – Paghitruz Guor. Conhecido também por seu nome cristão – Mariano Rosas – este homem foi um símbolo das fluidas e complexas conexões na zona de contato, pois foi raptado ainda criança, durante as campanhas de 1833, e criado pelo governador Juan Manuel de Rosas em uma de suas *estancias*, onde recebeu o sobrenome do padrinho. Quando conseguiu, fugiu para nunca mais retornar às terras do outro lado da fronteira, deixando o comando das ações militares com seu irmão Epumer. Ele era, devido a seu histórico de vida, um profundo conhecedor do modo de vida, costumes e estratégias dos *criollos* e teve um papel destacado pelos vinte anos seguintes.

Sua primeira grande ação girou em torno da organização de uma impressionante e secreta ação orquestrada pelas confederações para derrubar os liberais unitários do poder em Buenos Aires.

A estratégia elaborada em conjunto por caciques e representantes do Exército da Confederação Argentina contou com detalhes inusitados e a completa percepção sobre os anseios e receios dos inimigos portenhos. Foi uma ação exemplar, articulando os graus de colaboração e alinhamento entre os caciques e seus aliados *criollos*.

A partir de janeiro de 1859, a constante série de *malones* se intensificou, o que degradou a situação econômica dos pecuaristas, bem como desgastou soldados¹²¹ e o gado da tropa¹²². Em setembro, dois cativos conseguiram fugir das *tolderias* com uma facilidade incomum – provavelmente articulada como estratégia idealizada para fazerem chegar aos comandantes algumas informações específicas – e reportaram o que ouviram dos indígenas. Segundo eles,

“(…) há três meses os índios saíram na direção de Mulitas com o apoio de mil e quinhentos índios chilenos, em um total de três mil, sob o comando de Calfucurá e o apoio de Quentriel. Este chegou de Paraná, onde se encontrou com Urquiza, e foi às *tolderias* de Calfucurá com alguns oficiais de Paraná. As famílias e as cativas foram reunidas e deixadas sob os cuidados de alguns índios velhos e de garotos nas montanhas, enquanto que os rebanhos estão praticamente abandonados em Carhué”¹²³.

Ao receberem estas informações, os comandantes militares recolheram o que lhes interessava, deixando de atentar para detalhes muito importantes. Ao notar o gado indígena

¹²¹ AGN, Sala X, Legajos 20-2-1, 20/08/1859.

¹²² AGN Sala X, Legajos 20-2-1, 20/05/1859.

¹²³ AGN, Sala X, Legajos 20-2-1, 25/09/1859.

desguarnecido, montaram uma expedição para tentar confiscá-lo¹²⁴, sem se preocupar com os detalhes referentes à reunião de guerreiros e ao movimento acima do comum de oficiais do Exército da Confederação.

Soldados, milicianos e *índios amigos* partiram rumo ao centro dos pampas e atravessaram a árida região rumo aos cavalos indígenas. Conseguiram trazer de volta 250 éguas – menos de 10% do que um *malón* bem-sucedido arrecadava – e regressaram estafados, a ponto de não conseguirem atuar no enfrentamento armado que aconteceria duas semanas depois, entre as tropas de Buenos Aires enfraquecidas e os confederados orquestrados.

Os combates transcorridos em outubro de 1859, conhecidos como a batalha de Cepeda¹²⁵, foram essencialmente entre *criollos* e pelo poder *criollo*, mas os indígenas tiveram uma participação fundamental na facilitação do trabalho das tropas da Confederação. O empobrecimento de Buenos Aires, após anos de incansáveis *malones* e as infrutíferas campanhas de perseguição aos caciques, desgastaram as tropas e os animais e o caso da expedição instigada pelos cativos menos de um mês antes da batalha é sintomático quanto à organização dos confederados.

O período de dois anos que se seguiu – encerrado pela vitória das tropas portenhas de Mitre na batalha de Pavón – é pouco documentado e as relações mantidas por Urquiza com os caciques parecem ambíguas e contraditórias. Agora representando uma Argentina unificada, ele não poderia mais incentivar os *malones* sobre Buenos Aires, nem tampouco tolerá-los, visto que esta, agora, era uma província confederada. Não fica exatamente claro nos documentos preservados como se deu a negociação neste período, mas sabemos que as províncias de Santa Fé e Córdoba voltaram a se ver ameaçadas por uma suposta união entre Calfucurá e parentes seus na Araucania chilena.

É possível supor que Urquiza tentou manter os tratados, provavelmente aumentando a quantidade de gado ofertada aos caciques em troca da paz na fronteira agora ampliada. Não sabemos o quão viável esta estratégia foi nem sua recepção pelos caciques, mas podemos saber que este momento foi apenas temporário. A ascensão política dos liberais unitários portenhos em 1861 transformou profundamente as relações entre os governos e os indígenas,

¹²⁴ AGN, Sala X, Legajos 20-2-1, 26/09/1859.

¹²⁵ A tensão entre a Confederação e o Estado de Buenos Aires cresceu no ano de 1859. Dependentes dos portenhos para o comércio exterior, os exportadores confederados pressionaram pela re-incorporação da “província rebelde” e conseguiram aprovar no Congresso, em abril, uma lei pela união pacífica. No mês seguinte, outra foi promulgada autorizando o uso da força e considerada pelos portenhos como uma declaração de guerra, levando-os a bloquear o porto da capital Paraná. A partir deste momento, gradativamente, os ânimos se exaltaram até os combates campais na província de Santa Fé, em outubro, que selaram a vitória de Urquiza.

e pode ser entendida como uma derrota não apenas de grupos do Interior, mas também dos caciques. Eles mantiveram uma fiel aliança durante pelo menos metade da década de 1850 com Urquiza, baseados no reconhecimento de sua autoridade e territórios, desejosos de manter a situação como estava e interessados em impedir o avanço sobre suas terras¹²⁶. Eles sabiam que a Argentina unificada e controlada por Mitre lhes oferecia duras resistências.

O período entre 1852 e 1861 foi marcado pela centralização política em grandes cacicados nas confederações indígenas e em uma aliança interessada e ativa com o grupo *criollo* que lhes pareceu mais próximo de seus planos. Eles optaram por um projeto político integracionista e foram derrotados, com seus aliados, no raiar da década de 1860.

Naqueles anos de intensos contatos, a tensão era recorrente e somente a partir da negociação e do conflito foi possível pressionar por tratados de paz claramente favoráveis às confederações indígenas. Esta estratégia evidenciou a nítida compreensão que se tinha do modo de viver e pensar *criollo* e significou uma defesa eficiente de seus interesses políticos, econômicos, territoriais e culturais. Não foi uma manipulação por parte de Urquiza, nem realização de interesses pessoais e ocultos de alguns caciques, mas uma efetiva participação política e tomada de decisões com objetivos claros, vinculados à defesa de um tipo de situação que se pretendia manter ou aprofundar. E isto não representava viver apartado dos *criollos*.

Aos caciques, os embates após a queda de Rosas não foram pelo isolamento, mas pelo controle do contato com os *criollos* e pela manutenção de suas redes de comércio ameaçadas por concorrentes chilenos e portenhos. O intenso comércio transformou aos indígenas. Ao observarmos fotos das décadas de 1860 e 70, quando este recurso tecnológico alcançou os pampas, vemos homens vestindo indumentária ocidental, cavalgando e escrevendo em castelhano, muitos deles cristianizados. O contato intenso e extenso significou a aproximação com usos e costumes *criollos* e a adoção de muitos deles.

A centralização política e a militarização indígena foram um caso sintomático, pois interessavam, pessoalmente, aos caciques e aos comandantes militares, mas, também, foram uma resposta à constante beligerância na fronteira.

---

¹²⁶ Apesar da profunda aliança estabelecida com a Confederação, os caciques também se mantiveram atentos à movimentação destes *criollos* em direção às suas terras. Momentos de grande tensão ocorreram na fronteira de Córdoba, em 1855, depois que os caciques descobriram planos de avanço sobre a região após o Rio Quinto. Ao informarem que não poderiam se responsabilizar pela paz na região, os Ranquel pressionaram o governo e conseguiram bloquear estas propostas por praticamente vinte anos. AHC, Fondo Gobierno, Legajos 232C, 15/03/1855.

Capitanejo (ao centro) com roupa militar recebida do governo. À direita, guerreiros com vestes de *gaucho* e, à esquerda, *indios de lanza*. VEZUB, Julio. *Indios y soldados*.

Com tratados, comércio, trocas culturais, cativos e religião, lentamente os indígenas conheceram o liberalismo e se viram em suas malhas. Controladores de importantes rotas comerciais, irritavam a seus concorrentes *criollos* dos dois lados da fronteira. Ao invadirem, as *estancias* atrás de gado, recorriam à violência e acabaram, indiretamente, dando forças ao grupo que ambicionava suas terras e seu comércio e defendia o uso das armas para obtê-las. Eram um empecilho ao domínio *argentino* sobre os pampas e um incômodo aos que se entendiam superiores como raça e civilização, e sequer toleravam negociar com nativos. A estes *criollos*, foi necessário transformar o indígena em bárbaro para poder recorrer às armas, conquistar seus territórios e redes de comércio, e impor seu poder e dominação.

Os portenhos, instigados por interesses pessoais de comandantes militares e colonos, no começo da década, praticamente não encontraram aliados entre os indígenas e alimentaram a beligerância, vindo com isso a conviver durante anos seguidos com mortes e destruições. Quando, lentamente, a paz e a riqueza retornaram a Buenos Aires, também voltaram os projetos para aniquilar os indígenas pelas armas. Mesmo no auge da tensão e do enfraquecimento na década de 1850, os portenhos mantiveram uma postura avessa ao reconhecimento da autoridade e força nativas, sentindo-se humilhados quando precisaram ceder. Fortalecidos, lembraram o que chamaram de tenebrosos anos sob o ataque confederado, para justificar o uso da força e a expansão territorial nos pampas.

g. O Estado centralizado e os diferentes projetos para a conquista dos pampas

A vitória militar das tropas comandadas por Mitre, em 17 de setembro de 1861, significou a conquista do poder e a centralização da Argentina em torno do projeto unitário liderado pelos liberais de Buenos Aires, amparados por diferentes setores urbanos das províncias e pela burguesia vinculada às atividades do porto. Ainda não foi naquele momento que as rendas da alfândega foram divididas.

Mitre foi eleito presidente da Argentina e colocou em prática o projeto unitário, esforçando-se para criar um governo centralizado e forte com um Exército, impostos, correios e bancos nacionais. Para garantir seu poder, o novo grupo tratou de perseguir e aniquilar as forças rivais, agrupadas nas categorias imortalizadas por Sarmiento: caudilhos, *gauchos* e indígenas.

A luta contra as lideranças provinciais do interior, adversárias dos unitários, concentrou os esforços governamentais nos primeiros anos. Contra os *gauchos*, o enfoque girou na promulgação de leis sobre o trabalho, a vadiagem e o cercamento de campos e diante dos caciques continuaram utilizando soldados. Segundo Maristela Svampa, “a burguesia sobe ao poder em nome do progresso, mas sua legitimação não foi o povo, contra o qual lutou e estigmatizou como bárbaro. O progresso, a civilização prometida, serão a fonte deste poder e o princípio a partir do qual se combaterá a barbárie”¹²⁷.

Facundo, publicado na década de 1840, foi um manifesto contra o governo de Rosas, mas nele Sarmiento delineou os princípios que viriam a nortear a atuação do liberalismo dos unitários pelos anos consecutivos. Por isso esta obra se tornou referência no período e é até hoje em dia é tão comentada. Segundo o autor:

“Por que em quinze anos ele [Rosas] não quis assegurar as fronteiras do sul e do norte por meio de uma linha de fortes (...), o novo governo situará o exército permanente no sul e garantirá territórios para estabelecer colônias militares (...). Por que ele perseguiu o nome europeu e hostilizou a imigração (...), o novo governo estabelecerá grandes associações para introduzir população (...) e em vinte anos sucederá o que sucedeu na América do Norte (...), onde (...) surgiram cidades (...) nos desertos (...). Por que ele destruiu os colégios (...), o novo governo organizará a educação pública em toda a

---

¹²⁷ SVAMPA, Maristela: *El dilema argentino*, op. cit., p. 37.

República (...), porque o saber é riqueza, e um povo que vegeta na ignorância é pobre e bárbaro, como o são os da costa da África ou os selvagens de nossos pampas”¹²⁸.

Os principais pontos do ideário-guia dos unitários no poder para a questão indígena e a ocupação dos pampas estão delineados nestas poucas linhas. A solução somente poderia vir pelo recurso às armas associado à superação física dos indígenas pelos imigrantes europeus. Para Sarmiento, pautado nos escritos dos viajantes britânicos e nas ressignificações das imagens dos povos nativos, o futuro da Argentina passava pela ocupação dos pampas, pela criação de colônias militares que funcionassem como base e incentivo para o estabelecimento de imigrantes europeus.

O objetivo manifesto era o de fazer prosperar, no sul da Argentina, situação semelhante à que se pretendia construir no oeste dos EUA – supressão de indígenas, repartição de terras e o rápido surgimento de fazendas, riqueza, prosperidade, modo de vida ocidental e a certeza do pertencimento daqueles povos e terras à jurisdição nacional. Neste caso, a comparação estabelecida é com uma ex-colônia inglesa – e esta característica foi ressaltada – para apresentar um modelo a ser seguido de fartura, cultura e civilização. Seguindo esta linha, o historiador Walter Delrio relaciona os projetos de supressão dos *gauchos* a um modelo idealizado para a Argentina: “a esperança recaía na constituição de um grande número de *farmers* para possibilitar a transformação na população (...), substituindo aos trabalhadores rurais existentes”¹²⁹.

Sarmiento, como muitos dos unitários, não era natural de Buenos Aires. Entretanto, associava-se à idéia, ao modelo e às propostas vinculadas aos grupos reunidos naquela cidade portuária¹³⁰.

Entre 1862 e 1864, Domingo Faustino Sarmiento foi governador de sua província natal – San Juan – e lá teve atuação destacada no combate a caudilhos e aos grupos armados das *montoneras*. Com paciência, atravessou os passos da carreira política até atingir seu ápice em 1868, quando foi eleito presidente.

¹²⁸ SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 321-322 (grifos meus).

¹²⁹ DELRIO, Walter Mario. *Memorias de expropiación: sometimiento e incorporación indígena en la Patagonia (1872-1943)*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2005, pp. 93-94.

¹³⁰ Ser liberal e unitário não era exclusividade dos portenhos, nem tampouco todos lá nascidos o eram; como foram os políticos daquele local que lideraram os projetos iniciais de expansão liberal na Argentina, e como a própria cidade acabou associada a esta linha político-econômica, por conta do porto, costuma-se associar unitários, liberais e portenhos.

As Confederações indígenas estiveram atentas a esta movimentação. Salinas Grandes foi logo contatada, pois os novos detentores do poder sabiam não ser possível, naquele momento, combater tantos adversários simultaneamente. Ofereceram vantajosos bens materiais e conseguiram frear os *malones* dos caciques sob controle direto de Calfucurá para proporcionar alguma paz aos pecuaristas portenhos para retomarem a produção. Nas fronteiras interioranas, os Ranquel mantiveram postura arredia a qualquer aproximação e procuraram se associar com os mais fortes caudilhos a oferecer resistência ao projeto unitário, isto é, Juan Saá¹³¹ e Chacho Peñaloza¹³².

A estratégia elaborada pelos unitários foi de concentrar poder nas mãos de Calfucurá – para contar com sua força e prestígio para controlar os outros caciques – e combater *maloneros* independentes e os Ranquel. Em troca de gado e vantagens materiais, o líder das Salinas Grandes manteve o governo informado de invasões, mas também praticou um jogo duplo, pois enviou informações privilegiadas aos Ranquel quando o Ministério de Guerra e Marinha organizou um ataque a Leuvucó, entre dezembro de 1862 e janeiro de 1863 e encontrou as *tolderias* abandonadas. Moradias foram destruídas e gado confiscado, mas não houve enfrentamentos entre indígenas e soldados, visto que os primeiros se refugiaram em terrenos desconhecidos aos *criollos*.

Para a fúria dos militares, durante os primeiros anos do governo unitário, Calfucurá reunia tanto poder que jogava com as informações fornecidas aos *criollos*. Para cumprir formalmente o combinado, avisava invasões poucos instantes antes destas ocorrerem, quando uma defesa orquestrada já não era possível e o *malón* conseguiria alcançar seus objetivos. Interpelado pelos comandantes militares, alegava não poder controlar a todos os indígenas e responsabilizava as imensas distâncias pampeanas pela demora em levar as informações aos fortes.

Aos indígenas, o gado roubado nos *malones* não tinha somente a função comercial. O momento do ataque era aquele em que a coragem era colocada a prova, lideranças se faziam e

---

¹³¹ Juan Saá era o governador de San Luis quando a Confederação perdeu a batalha de Pavón, em 1861, e era inimigo declarado de Sarmiento após ter ordenado a morte de um de seus maiores amigos, Antonio Aberaestain, responsável por um golpe frustrado em San Juan. A partir do Chile, comandou a resistência ao projeto unitário em San Luis e foi eleito governador em 1866, tendo sido deposto no ano seguinte. Fazia parte da elite *criolla* da província limítrofe à Confederação de Leuvucó e, portanto, era herdeiro de uma antiga tradição de negociação e conflito com os Ranquel.

¹³² Ángel Peñaloza, conhecido como Chacho, foi um líder de La Rioja que procurou se manter independente da influência de Rosas. Durante a década de 1850, participou das lutas pelo poder político em sua província e tentou novamente conquistar o poder após a vitória unitária, tendo sido combatido, traído, vencido e assassinado pelas tropas de San Juan, à época governada por Sarmiento.

desfaziam, e o prestígio funcionava. Apesar de receber vacas e cavalos dos *criollos*, eles precisavam invadir para manter sua estrutura social e cultural. A centralização política nos caciques era pautada pelo prestígio pessoal e familiar do chefe principal, por suas habilidades de guerreiro e negociação, pela oratória e redistribuição. A aliança à confederação indígena não era necessariamente eterna e não significava a submissão total. Cada indivíduo tinha a possibilidade de optar não fazer mais parte desta aliança e avaliava os interesses e comodidades envolvidos nesta prática. Muitos se mantiveram independentes de Salinas Grandes ou Leuvucó e, geralmente, amarguraram situações de pobreza que levaram à aceitação de tratados pouco vantajosos com os *criollos*, com perda territorial e sedentarização. Fazer parte de uma confederação foi, a partir da metade do século XIX, a possibilidade de compartilhar forças e fazer frente aos *criollos*.

A adesão à confederação indígena dependia de afinidades pessoais e interesses. Estar sujeito ao cacique principal para obter gado, roupa e víveres submetia tradicionais guerreiros a uma situação nova, e não necessariamente desejável. Ter que recorrer a *malones* somente quando o cacique principal autorizava, ou correr o risco de realizar algum não autorizado, podia ser perigoso. Para se distanciar deste poder, alguns caciques intermediários se aproximaram do governo e outros tentaram manter uma estratégia de neutralidade, lidando com os dois lados apenas como parceiros comerciais.

Um caso emblemático foi o da assinatura do tratado de paz entre o governo e o cacique Valentín Saygüequé¹³³, controlador das florestas do Neuquén, na Cordilheira próximo à fronteira disputada com o Chile. O texto assinado por ambas as partes em 1863 definiu:

“Art. 1º: A tribo e os índios do Cacique Seihueque [sic], e os amigos dele poderão vir comercializar no povoado de Carmen [de Patagones] (...). De igual modo, todo habitante da República Argentina que queira ir comercializar com a dita tribo e os índios, poderá fazê-lo livremente (...).

Art. 2º: Se o Governo da República Argentina determinar explorar o rio Negro ou ocupar algum ponto militar em todo o curso dele, o Cacique Seihuque lhe prestará todos os auxílios que lhe sejam possíveis (...).

Art. 3º: O Cacique Seihueque se obriga a estar sempre pronto com seus índios para proteger e apoiar a defesa de Patagones (...).

---

¹³³ São várias as formas de grafar o nome do cacique apresentadas pela historiografia: Sayhuenque, Sayhueque, Sayguengue, Saygüequé. Utilizo esta última, adotada por Julio Vezub em seu livro sobre o cacique neuquino. VEZUB, Julio Esteban. *Valentín Saygüequé y la Gobernación Indígena de las Manzanas: poder y etnicidad en la Patagonia Septentrional (1860-1881)*. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

Art. 4º: Fica obrigado o Cacique Seihueque a transmitir ao comandante de Patagones e a quantas autoridades lhe seja possível, toda notícia (...) acerca de intentos ou movimentos de índios inimigos.

Art. 5º: (...) serão inimigos do Cacique Seihueque todos os índios que sejam inimigos do Governo (...).

Art. 6º: Em caso de resolução do Governo de atacar ou fazer expedições contra índios inimigos, estará obrigado o Cacique Seihuque a participar da campanha com todos os seus índios (...).

Art. 8º: O Cacique Seihueque gozará de seiscentos pesos mensais, devendo constar na mesma lista onde estão Chingoleo e Huincabal (...)”¹³⁴.

Distante das zonas pecuaristas e não relacionado com o modo de vida *malonero*, a maior preocupação governamental ao se aproximar do cacique foi em trazê-lo para a esfera jurídica argentina, conseguir levar até lá as linhas de comércio *criollas* e estabelecer as bases para o reconhecimento geográfico futuro daquela imensa região, afastando possíveis interesses chilenos. Um tratado de paz não era, portanto, sempre vinculados à defesa dos pecuaristas. Dependendo da situação, eles estiveram pautados em preocupações externas, geopolíticas. E esta motivação, lentamente, passou a fazer parte das negociações com os caciques dos pampas, gradativamente levados a confirmar a autoridade argentina sobre seus territórios.

É interessante notar a movimentação dos unitários no poder. Eles tinham plena confiança em seu projeto político e definiram metas claras. A principal prioridade era pacificar o Interior – combater caudilhos e *montoneras* – e, para tal, estabeleceram a paz nos pampas e mantiveram praticamente todos os caciques – exceto os Ranquel – em suas listas de fornecimento de gado e víveres. Com a paz, podiam fazer as *estancias* prosperarem, aumentar a arrecadação alfandegária e a satisfação social com o novo regime. Nesta conjuntura, investiram sobre os caciques intermediários e, lentamente, constituíram um eficiente cinturão de *índios amigos* sedentarizados na vizinhança de alguns dos principais núcleos povoadores dos pampas.

A paz na fronteira era bastante lucrativa. Os caciques ganhavam milhares de cabeças de gado, compradas pelo governo de fornecedores oficiais, com acesso privilegiado aos gabinetes e preços especiais. Estes pecuaristas lucravam duplamente com o fim dos *malones*,

¹³⁴ SHE, 26/01/1865 (tratado assinado em maio de 1863); LEVAGGI, Abelardo. *Paz en la frontera*, op. cit., pp. 330-332.

pois não tinham seu gado roubado e ainda encontravam mercado exclusivo para animais de baixa qualidade. Em diversos momentos, comandantes militares interessados em transformar as relações nestas zonas de contato foram destituídos do cargo e depois dispararam duras críticas ao que entendiam como relações promíscuas entre caciques, fornecedores, militares e juízes de paz. Todos enriqueciam com as ameaças de *malones* e os tratados.

O retorno da paz e da prosperidade fez ressurgirem diferentes propostas de colonização dos pampas. Algumas foram apresentadas por civis, preocupados em conciliar alternativas à militarização da região com a ocupação das terras. As proposições diferiam em si, tendo como eixo central a ocupação das terras.

Em junho de 1864, Euroglio Payan enviou seu projeto ao governo baseado em duas linhas de colonização. Uma seria de 400 léguas, delineada a partir de Bahía Blanca, no litoral atlântico, e dividida em lotes de ½ légua de frente por duas de profundidade, ocupando uma área de 3.000 léguas dos pampas. A outra acompanharia a margem norte do rio Colorado e faria sua divisão em lotes de seis léguas de frente por uma de profundidade, sendo uma légua quadrada para o proprietário e as outras cinco para arrendamento. O objetivo central desta proposta era criar uma barreira colonizada, em que a distância entre os núcleos de cada propriedade seria pequena. Para incentivar os colonos, a terra – anteriormente indígena e conquistada por um tratado de paz na década de 1850 – seria doada aos interessados, responsáveis por pagar somente pela medição do terreno; estes não precisariam prestar serviço militar e nem pagar impostos e tributos; mas deveriam ocupar a região três meses após receber o título fundiário, além de organizar milícia de Guarda Nacional para se defender de pequenos *malones*¹³⁵.

Outra proposta, mais heterodoxa, enviada por Francisco Eliceo, em 1866, propunha a sedentarização dos indígenas de Catriel ao redor de Azul e Tapalqué neste mesmo sistema de colonato, transformando-os em pequenos proprietários para que prosperassem financeiramente e colaborassem na defesa da região enquanto argentinos civilizados¹³⁶.

Na década de 1860 começaram a surgir as propostas mais fundamentadas para o uso sistemático da Guarda Nacional. Este grupo era constituído de *criollos* e mestiços da região, organizados enquanto milícias e armados pelo governo para fazer o combate emergencial a indígenas. A principal vantagem identificada na utilização dos proprietários e de seus funcionários como defensores era vincular estas pessoas à terra, à região e aos bens a serem

---

¹³⁵ SHE, 30/06/1864.

¹³⁶ SHE, 22/08/1866.

protegidos, esperando-se mais empenho nas ações acompanhadas de economia na manutenção de soldados.

Esta estratégia se mostrou muitas vezes eficiente, mas enfrentou a resistência de grandes produtores, insatisfeitos por não poderem contar com sua mão-de-obra em importantes momentos de trabalho, especialmente nos momentos de abate e produção de couro. Outra reivindicação vinha da parte dos trabalhadores, insatisfeitos ao notarem o não comparecimento dos proprietários e seus protegidos nos momentos em que o combate mais necessitava.

Ao armar os moradores da região, o governo incentivou a radicalização de posições, pois colocou em embate direto e autorizado os colonos e moradores das zonas de contato. Diante das lutas, agressões e violências transcorridas nas batalhas, estes homens passaram a pressionar pela adoção maciça de soldados contra os *maloneros*, associando qualquer indígena à violência, selvageria e barbárie. Os antigos parceiros comerciais foram, aos poucos, transformados, pelo convívio beligerante contínuo e interesses pessoais na ocupação de terras, em bárbaros a serem combatidos e exterminados.

Os primeiros anos do governo unitário, a partir do final de 1861, foram marcados por uma convivência conflituosa, mas relativamente pacífica, entre *criollos* e indígenas. Cada qual em sua região específica, sem grandes avanços territoriais nos dois sentidos. Exceto no tocante aos Ranquel, constata-se uma tranqüilidade mantida pelo fornecimento sistemático de víveres, gado e artigos de luxo. Naquele tempo, indígenas e *criollos* eram conscientes da supremacia militar, econômica e demográfica nativa nos pampas, e assistiam ao lento retorno da paz e da prosperidade nas *estancias*.

Alguns anos de riqueza já incentivavam a retomada dos projetos de ocupação da zona indígena por colonos. Ainda não havia uma necessidade efetiva por terrenos para a agropecuária, mas sim uma demanda por controle territorial e por expressar a força *criolla* contra caciques descritos como indolentes e soberbos. A transformação do homem comum da fronteira em soldado e seu envio ao campo de batalha aguçou a situação, colocando em campos opostos antigos vizinhos e parceiros comerciais. Nos combates foram gestadas e difundidas as idéias de supremacia civilizacional e necessidade de supressão do poder nativo através das armas. Pouco a pouco, ganhava cada vez mais adeptos a opção bélica ofensiva, que supunha a conquista territorial e a supressão do poder dos caciques.

No interior desta dinâmica, surgiu um conflito que freou os ímpetos *criollos* sobre os pampas, explicitou seus objetivos, interesses e estratégias e revolucionou o Exército Argentino: a Guerra do Paraguai.

CAPÍTULO V

Ciência, capital e armas na consolidação da

República Argentina

Capítulo V

Ciência, capital e armas na consolidação da República Argentina

A ascensão política dos unitários e a centralização do Estado Argentino, em 1862, alterou as relações de força entre indígenas e *criollos*. Os caciques haviam passado uma década combatendo Buenos Aires aliados a Urquiza, em oposição ao projeto liberal portenho. Na nova situação, passaram a ser um dos alvos prioritários da campanha pela consolidação de um Estado e um território argentinos.

Este capítulo analisa as negociações e estratégias de resistências unificadas dos caciques e as transformações nas formas de compreender e se relacionar com os nativos, fortalecidas com a vitória unitária. A Guerra do Paraguai desempenhou papel transformador, pois enfraqueceu momentaneamente a fronteira, e infligiu às forças armadas a centralização e a obtenção de novas tecnologias. A ciência chegou aos pampas, assim como os capitais e os imigrantes. Estes novos personagens, aliados a comandantes militares e *vecinos* definiram os indígenas como bárbaros, inimigos a serem combatidos.

a. Guerra do Paraguai: ofensiva indígena e recuo *criollo*

O conflito entre Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai, na segunda metade da década de 1860, foi resultado direto das alianças e oposições entre os diferentes grupos políticos de cada um desses países envolvidos. De uma forma simplificada, pode-se dizer que o Império Brasileiro apoiou as reivindicações de pecuaristas gaúchos indignados com impostos cobrados na fronteira uruguaia para a transferência de gado, indispondo-se com os *Colorados* então no poder naquele país.

Este partido era adversário dos *Blancos*, aliados de última hora dos brasileiros, e recolocados no poder pelas tropas imperiais invasoras. Por sua vez, eles eram adversários do atual governo paraguaio, simbolizado pela figura de seu presidente Francisco Solano Lopez, aliado aos caudilhos do Interior e de Urquiza, portanto inimigo dos unitários encabeçados por Mitre¹.

---

¹ Esta forma de compreender o conflito segue a análise proposta por Francisco Doratioto em *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

A intrincada situação política na bacia do Prata levou o Paraguai ao isolamento. Os dois países controladores do tráfego fluvial de acesso ao Atlântico estavam nas mãos de adversários – *blancos* no Uruguai e unitários na Argentina. Nestas condições, iniciou-se o conflito com o seqüestro de um navio brasileiro que atravessava o rio Paraná em direção a Mato Grosso e a subsequente invasão daquela província pelas tropas paraguaias. Contando com o apoio de aliados do Interior, Solano Lopez invadiu a Argentina na esperança de receber o apoio de líderes do Interior, o que não ocorreu, e acabou abrindo duas frentes de guerra. Confrontado pela até então impensável aliança entre o Império Brasileiro e as Repúblicas Argentina e Uruguia, o Paraguai sustentou uma guerra defensiva por mais de três anos que transformou profundamente os envolvidos no conflito.

A assim chamada Tríplice Aliança tinha imensos desafios pela frente. Após optarem por um comando unificado das tropas nas mãos de Bartolomé Mitre, os Exércitos precisaram lidar com diferentes idiomas, recrutamentos forçados, escravos, nenhum treinamento, armamento insuficiente e inadequado, e as condições desfavoráveis do terreno alagadiço que levava ao Paraguai.

Este conflito se assemelhou em diferentes sentidos com a Guerra da Crimeia (1853-1856), discutida no Capítulo IV, e muitas de suas inovações foram aplicadas no conflito sul-americano depois de aprimoradas na Guerra Civil Americana (1861-1865). Esta sequência ininterrupta de conflitos proporcionou a fusão entre os mais recentes inventos da Revolução Industrial com a indústria bélica. Os avanços técnico-científicos foram impressionantes nesta década que separou os dois conflitos, mas apareceram nos campos de batalha somente após os comandantes militares enfrentarem desafios semelhantes.

Assim como ocorreu no Mar Negro, a primeira fase do conflito sul-americano também foi de rápidos avanços, especialmente após a vitória naval do Riachuelo. Os paraguaios ficaram restritos a seu próprio território e o desafio passou a ser superar as fortalezas fluviais de Humaitá e Curupaiti, proporcionalmente tão resistentes quanto Sevastopol.

Além da logística militar caótica, resultante em fome e desabastecimento das tropas, o principal inimigo durante muito tempo foram as doenças, no caso o cólera disseminado pelas tropas e propagado nos campos alagadiços. Foram necessários profundos avanços no tratamento médico, também acompanhado de perto por uma incipiente imprensa, tenaz crítica do desenrolar do conflito.

A vitória, conquistada após dezenas de milhares de mortes dos dois lados e praticamente o aniquilamento da população masculina paraguaia, foi possível após transformações profundas nas estruturas militares dos países da Tríplice Aliança e na estruturação de seus Exércitos. Superar as fortalezas fluviais foi possível apenas após a chegada de poderosos e modernos canhões, e a destruição das tropas paraguaias foi facilitada pela introdução de inovadores rifles e armas de repetição, transportadas por ferrovias e solicitadas via telégrafo.

A Guerra do Paraguai resultou em transformações profundas em todos os envolvidos e desenhou um período de transição fundamental para as relações entre indígenas e *criollos* na Argentina.

A Argentina entrou na guerra no final de março de 1865. No início de julho, correspondência de comandante da fronteira alertava para o fato de que os caciques estavam cientes do conflito internacional: “Hoje a indiarada sabe que a República Argentina está em guerra e as fronteiras em completa acefalia, por essa razão preparam invasões (...)”².

É impossível afirmar por qual das muitas vias a notícia chegou às *tolderias*, pois Calfucurá mantinha representante fixo em Buenos Aires e em outras importantes cidades, as rotas comerciais continuavam abertas, a zona de contato era fluida o suficiente para promover este trânsito, e os caciques tinham acesso aos jornais portenhos³. Eles sabiam o que estava acontecendo e procuraram explorar a situação a seu favor.

Em novembro daquele ano de 1865, o Cel. Manuel Baigorria, então Inspetor Geral de Armas de Córdoba escreveu ao governo para transmitir uma importante notícia: “os índios declararam abertamente a guerra, rompendo com os tratados de paz celebrados, pois as invasões ocorrem constantemente”⁴.

Naquela situação, sequer o antigo *cacique blanco* Baigorria foi capaz de impedir invasões. Notícias corriam de Mendoza a Buenos Aires e traziam relatos de inúmeros *malones*, perpetrados não apenas pelos Ranquel, mas por quase todos os caciques – exceto Catriel – inclusive Calfucurá⁵ e alguns chilenos, como seu irmão Reuque Curá⁶. A rápida e

---

² SHE, 05/07/1865.

³ Em seu relato da viagem aos pampas, o Cel. Lucio V. Mansilla descreveu o momento em que, nas *tolderias* de Paghitruz Guor (Mariano Rosas), foi desmentido pelo cacique quando este apresentou seu arquivo pessoal de recortes de jornais de Buenos Aires. Ele era alfabetizado, sistemático e sabia a qual arquivo deveria remeter. MANSILLA, Lucio V. *Una excursión a los indios ranqueles*. Madri: Ediciones de Cultura Hispánica, 1993, p. 377.

⁴ SHE, Novembro de 1865.

⁵ SHE, 06/04/1865.

massiva resposta indígena ao súbito enfraquecimento *criollo* e à fronteira desguarnecida comprova a diferença entre os tratados assinados na década de 1850, com Urquiza, e a situação da primeira metade da década seguinte. Neste caso, não havia uma aliança programática, interesses em comum nem o reconhecimento mútuo, mas uma estratégia de controle promovida pelo governo nacional com base na oferta de muito gado e víveres, momentaneamente interessante aos caciques.

Os comandantes da fronteira não sabiam como proceder diante da inesperada, rápida e orquestrada reação indígena, acompanhada de simultâneo desmonte da estrutura defensiva. Soldados, gado e armamento eram enviados ao Paraguai e os militares repetiam suas solicitações, sem obter resposta do Ministério de Guerra e Marinha⁷. Quando o governo restringiu a convocação da Guarda Nacional⁸ para conter gastos, exacerbou-se a frágil situação dos *criollos* na fronteira sul e as autoridades provinciais passaram a pressionar o governo central, também sem sucesso:

“Me dirigi ao Sr. Ministro com data de 12 do corrente, fazendo conhecer a necessidade de armas e munições de que se carece nesse ponto, pela defesa desta localidade, com tal motivo dirigi também uma nota com data de 10 do corrente ao Sr. Inspetor General de Milícias da Província, pedindo se lhe provesse deste elemento tão necessário e muito mais nas atuais circunstâncias, em que todos os dias nos vemos ameaçados pelas invasões dos índios selvagens (...)”⁹.

Foram nestes momentos, quando era preciso pressionar por recursos – fossem eles financeiros, humanos ou materiais – que se recorreu a adjetivos para complementar a descrição dos inimigos. Não bastou dizer ser necessário combater as invasões, precisou ficar claro que os invasores eram indígenas, e não quaisquer outros: eles eram selvagens.

O Ministério de Guerra e Marinha se mostrava irredutível. Solano Lopez era mais importante naquele momento do que Calfucurá e Paghitrú Guor. Os caciques constataram a situação, *malonearam*, exibiram sua força e aguardaram a esperada resposta: os fartos tratados.

Em meados de 1866, cartas enviadas pelo cacique Saygüequé, do Neuquén, alertavam a travessia de 3.000 guerreiros araucanos sob o comando de Reuque Curá¹⁰. O comandante da

---

⁶ SHE, 21/04/1865.

⁷ SHE, 30/10/1865.

⁸ SHE, 20/07/1865.

⁹ SHE, 21/12/1865 (grifos meus).

¹⁰ SHE, 03/07/1866.

região, Álvaro Barros¹¹, clamou ao Ministério por 2.000 soldados para tentar um ataque surpresa às Salinas Grandes e impedir o *malón* em preparação¹², sem receber resposta. Os habitantes do interior de San Luis e os pecuaristas que viviam próximos à zona de contato – anteriormente instigadores da beligerância para ganhar terras – pediam socorro, pois os *malones* entravam, cada vez mais, para o interior da província¹³, afetando áreas já controladas há longa data. Nenhuma dessas manifestações foi respondida.

Álvaro Barros ficou aliviado quando chegaram não os *maloneros*, mas comissões dos irmãos Curá, comandadas por um sobrinho do cacique de Salinas Grandes, Bernardo Namuncurá. O comandante os enviou a Buenos Aires para pressionar o governo por tratados de paz¹⁴. Enquanto os caciques não regressavam da capital, ele mobilizou os colonos de Azul com o objetivo de receber doações de gado para oferecer aos indígenas, justificando que aqueles animais já estavam perdidos, mas poderiam ir sem levar junto vidas e destruição¹⁵.

Diante da impressionante mobilização indígena, o governo Mitre cedeu e ofereceu novo tratado de paz, assinado por Bernardo Namuncurá, em Buenos Aires. Apesar do nome, tratava-se de um armistício. Alguns de seus artigos sinalizavam:

“Art. 1º: Fica estabelecida paz e amizade permanente entre o Governo e o cacique general D. Juan Calfucurá e os caciques que obedecem às suas ordens (...).

Art. 3º: O Governo permitirá a estas tribos fazer suas caçadas nos campos que ocupam para seu comércio de peles, bem entendido que estas caçadas não poderão por nenhum motivo fazer-se nos campos de propriedade pública e particular e muito menos nos campos que ocupam as tribos amigas de Catriel, Cachul etc., nem mesmo nos que estes fazem suas caçadas.

Art. 4º: Fica estabelecido o comércio entre o Governo e as tribos do cacique general Calfucurá e os caciques que obedecem a suas ordens com sujeições policiais e sob o conhecimento das autoridades da fronteira pelo Azul, Tandil e Bahía Blanca (...).

---

¹¹ Álvaro Barros fez carreira como comandante de forte da fronteira sul e foi o primeiro governador da Patagônia. Publicou o relato *Indios, frontera y seguridad interior*, no qual contou suas experiência e apresentou suas formas de entender a questão indígena. Sobre ele, OLMEDO, Ernesto. “Los relatos militares de la frontera”, In: *Primeras Jornadas de Investigación Científica del Departamento de Historia*. Rio Cuarto: UNRC, 1999.

¹² SHE, 20/07/1866.

¹³ SHE, 17/07/1866.

¹⁴ SHE, 22/08/1866.

¹⁵ SHE, 03/09/1866.

Art. 7º: O cacique general D. Juan Calfucurá e os demais caciques que obedecem às suas ordens cuidarão de que os índios de sua dependência não entrem a roubar *estancias* nem cometer crimes de outra natureza (...)”¹⁶.

A comparação deste tratado com outros semelhantes anteriores evidencia seu caráter temporário e a força indígena. Apesar da retórica “paz e amizade permanente”, notam-se as exigências de Calfucurá (Art. 3º), como a autorização para a caça (*boleadas*), estipulando-se um limite impossível de ser controlado; a abertura do comércio a contragosto dos *criollos* e suas tentativa de controlá-lo a partir dos comandantes militares dos fortes (Art. 4º). Por fim, os termos empregados para a vigilância diante dos *maloneros* são bastante leves: os caciques deveriam cuidar para não haver invasões, sem estipular conseqüências ou punições. A Confederação de Salinas Grandes estava visivelmente fortalecida e o governo optou por aceitar uma paz sob condições ditas ultrajantes para poder se concentrar na guerra contra Solano Lopez.

A paz momentânea com a Confederação de Salinas Grandes não foi repetida com os Ranquel de Leuvucó, arredios a qualquer aproximação governamental. Aliados a caudilhos e *montoneros*, continuaram atacando San Luis e Córdoba. Em novembro de 1866, por exemplo, saquearam 34 fazendas, levaram de oito a dez mil cabeças de gado e setenta e nove cativos. Um resultado expressivo para um *malón* com mais de quinhentos guerreiros e alguns aliados *criollos*.

Calfucurá, atento às condições favoráveis impostas ao tratado recém-assinado, não alertou sobre esta invasão, possivelmente também por conhecer o teor das discussões empreendidas no Congresso. Através dos jornais, acompanhou os trabalhos legislativos e soube de seu produto, a Lei nº 215, de 13 de agosto de 1867 – um marco nas relações entre indígenas e *criollos* na Argentina:

“Art. 1º: Se ocupará por forças do exército da República o Rio ‘Neuquén’ ou ‘Nelquen’, desde seu nascimento nos Andes até sua confluência no Rio Negro, no Oceano Atlântico, estabelecendo a linha na margem setentrional do citado rio da cordilheira ao mar.

Art. 2º: Às tribos nômades existentes no território nacional compreendido entre a atual linha de fronteira e a fixada pelo artigo 1º desta lei, se lhes concederá tudo o que seja necessário para sua existência fixa e pacífica.

---

¹⁶ SHE, 12/10/1866; também disponível em: LEVAGGI, Abelardo. *Paz en la frontera. Historia de las relaciones diplomáticas con las comunidades indígenas en la Argentina (siglos XVI – XIX)*. Buenos Aires: Universidad del Museo Social Argentino, 2001, pp. 362-363.

Art. 3º: A extensão e limite dos territórios que se outorguem em virtude do artigo anterior, serão fixados por convênios entre as tribos que se submetam voluntariamente e o Executivo da Nação. Ficará exclusivamente ao arbítrio do Governo Nacional fixar a extensão e o limite das terras outorgadas às tribos submetidas pela força (...).

Art. 4º: Em caso de todas ou algumas das tribos resistirem à submissão pacífica à autoridade nacional, se organizará contra elas uma expedição geral até que sejam submetidas e empurradas para o sul dos rios ‘Negro’ e ‘Neuquén’.

Art.5º: À margem esquerda ou setentrional dos citados rios e sobretudo nos vales e caminhos que possam dar acesso às incursões dos índios, se formarão estabelecimentos militares no número e na distância que julgue conveniente o Poder Executivo para sua completa segurança.

Art. 6º: Autoriza-se o Poder Executivo a investir fundos na aquisição de vapores adequados e na exploração e navegação do rio Negro, como uma medida auxiliar da expedição por terra; bem como para o estabelecimento de uma linha telegráfica que ligue todos os estabelecimentos dispostos às margens dos citados rios (...).

Art. 8º: Por uma lei especial se fixarão as condições, o tempo e a extensão de terras que por via de gratificação se concederá em propriedade aos indivíduos que componham a expedição, seja como forças regulares ou como voluntários agregados.

Art. 9º: Todo o conteúdo da presente lei começará a ter efeito imediatamente após a guerra que hoje sustenta a Nação contra o Paraguai ou antes, se for possível. O relativo ao pacto de índios, deverá começar sua execução imediatamente após sancionada pelo Executivo (...)”¹⁷.

O texto desta lei evidencia objetivos, interesses, estratégias e conceitos-chave das políticas fundiária e indígena propostas pelos liberais. O eixo central recaiu sobre a ocupação militar da região pampeana e andina compreendida entre a atual linha de fronteira e os rios Negro, Neuquén e Limay. Estes cursos d’água foram entendidos pelos estrategistas do Ministério de Guerra e Marinha como fronteiras naturais, por serem largos e profundos suficientes para serem atravessados somente por embarcações – diferentemente dos rios dos pampas, largos, rasos e transponíveis à cavalo.

No entendimento de Vanni Blengino, “sucessivos governos se vêem obrigados a assumir uma atitude defensiva, apesar de reclamarem o direito à soberania plena sobre um território que lhes é pouco conhecido e que sempre foi controlado pelos nativos. A carência de

¹⁷ Ley Nº 215 de 13 de Agosto de 1867, apud WALTHER, Juan Carlos. *La conquista del Desierto*. Buenos Aires: Círculo Militar, 1964, pp. 775-776.

marcos geográficos e políticos consolidados, junto à existência de um espaço em que a soberania nacional é puramente nominal, fazem com que o problema da fronteira comprometa a organização nacional”¹⁸.

Os legisladores foram claros ao definirem a posse da terra e a jurisdição sobre o território: aquela região pertencia por direito à República Argentina e não aos indígenas. Não foi considerada a posse da terra relacionada à tradição, tampouco seu uso produtivo pelos nativos. A tomada de decisão sobre a política fundiária era do governo, única autoridade habilitada para delimitar regiões específicas à sedentarização de nativos, que eventual e pacificamente aceitassem o controle *criollo*.

Ciência e tecnologia caminhavam junto do controle territorial. Para ser possível efetivar a dominação, recorreu-se a dois dos principais inventos do período, utilizados com fins bélicos: o telégrafo e o navio a vapor. Símbolos da civilização e de uma Argentina que se pressupunha construir, foram acionados para possibilitar a mobilidade necessária ao controle territorial e ao combate aos indígenas. Assim como ocorreu com os Maori, na Nova Zelândia, os militares argentinos pretendiam quebrar resistências com soldados treinados, armas eficientes e comunicação instantânea.

Para concretizar este avanço e conquistar milhares de quilômetros quadrados de terras a serem compartilhadas entre militares, voluntários e financiadores, articulou-se uma estratégia para impedir fugas. Tropas partiriam de Buenos Aires, Córdoba, San Luis e Mendoza, cobrindo o território de norte a sul, auxiliadas por outras transportadas pelo rio Negro por navio a vapor. Em um momento em que a vitória sobre o Paraguai já era iminente, os militares passaram a estudar formas de adaptar o que vivenciavam no exterior para sua guerra interior.

A promulgação desta lei foi considerada pelos caciques como uma atitude hostil, contribuindo para a definição de estratégias unificadas de defesa. Conscientes do proposto pelo governo, procuraram se antecipar, organizando-se para atacar os *criollos* antes de serem atacados. A movimentação que se seguiu, contraditoriamente fortaleceu ainda mais o discurso dos partidários das ações hostis com o uso de soldados. A dinâmica da guerra é esta e os indígenas a sabiam. Se aguardassem em paz, seriam atacados; caso se antecipassem, ofereceriam ainda mais justificativas para seus inimigos. Estavam diante de uma situação

---

¹⁸ BLENGINO, Vanni. *La zanja de la Patagonia. Los nuevos conquistadores: militares, científicos, sacerdotes, escritores*. Buenos Aires. FCE, 2005, p. 30.

irremediável. A aqueles tradicionais guerreiros, a submissão pacífica era inconcebível e a guerra, inevitável.

A nova configuração de forças animou os mais beligerantes – os colonos da fronteira. Interessados no convívio somente com seus semelhantes, e em adquirir terras gratuitamente, ofereceram-se para organizar expedições armadas para expulsar os nativos, antes mesmo de terminada a Guerra do Paraguai¹⁹. A eleição de um novo presidente e a retomada da antiga estratégia de avanços paulatinos, acompanhada de tratados, freou estes ânimos. O novo presidente era justamente Domingo Faustino Sarmiento.

Calfucurá tomou adiantou-se no movimento de resistência obstinada e final contra os avanços prometidos pela Lei nº 215. Diante de expedições de mapeamento do rio Negro e tentativas de estabelecer um acampamento militar na estratégica ilha Choele Choel remeteu correspondência urgente a Álvaro Barros, foi claro e enfático:

“(...) não me avisaram, de sua parte, da ocupação que fizeram em Choele Choel; pois me dizem que já chegaram as forças e que vêm fazer-me a guerra; mas eu também, já mandei minha comitiva para meu irmão Reuquecurá, para que mande gente e forças. Mas se se retiram de Choele Choel, não haverá nada e estaremos bem (...). Juan Calfucurá”²⁰.

O principal receio dos comandantes militares girava em torno do crescimento da capacidade de organização e coordenação de Calfucurá. Álvaro Barros foi explícito ao alertar o governo. Em seu entendimento: “Sendo, sem dúvida, um ataque geral o que se prepara, não há defesa possível com as forças fracionadas como estão”²¹, prosseguindo: “O Cacique Limonao com uma tribo numerosa está hoje com Calfucurá chegado há dois meses das Cordilheiras e Reuque Curá que dispõe de outra tribo numerosa também está a caminho para se unir a Calfucurá”²².

Diante dos preparativos da Confederação de Salinas Grandes para a guerra, os militares encontraram apoio – surpreendentemente – entre os Ranquel. A mudança foi possível a partir da atuação negociadora de Paghitrutz Guor e os anos de ação evangelizadora de missionários franciscanos e dominicanos.

Esta história está ligada à retomada dos investimentos britânicos na Argentina. Após o primeiro *boom*, marcado pela constituição das companhias de mineração, “as guerras civis no

¹⁹ SHE, 26/10/1868.

²⁰ Juan Calfucurá a Álvaro Barros, apud HUX, Meinrado. *Caciques huiliches y salineros*. Buenos Aires: Marimar, 1991, p. 85.

²¹ SHE, 03/02/1869.

²² SHE, 06/02/1869.

Chile e na Argentina, as disputas pelo Uruguai e a iminência de uma revolução contra D. Pedro II trazem a desilusão. Comerciantes e investidores começam a se focar nos EUA e no Oriente como locais mais estáveis e seguros e a América do Sul, apesar das simpatias que o nascimento das novas nações desperta, converte-se em uma região associada ao caos”²³. Entretanto, “a partir da década de 1850, o capital europeu, especialmente britânico, jorrou sobre a América do Sul na forma de empréstimos para a construção de estradas de ferro e de rodagem, modernização de portos e minas, e para o desenvolvimento de novas indústrias, como (...) a produção de grãos na Argentina e no Chile”²⁴.

Naqueles últimos anos da década de 1860, construía-se o *Ferrocarril Central Argentino*, ligando o porto de Rosário a Córdoba, de onde partiriam uma série de ramais. O trajeto da ferrovia seguia pela margem sul do rio Quarto, área sob domínio Ranquel, e o diretor da companhia, o investidor britânico Thomas Armstrong, pressionou o governo por uma solução diante de recorrentes *malones* que bloqueavam a construção e ameaçavam a lucratividade do investimento²⁵.

Diante da possibilidade de negociar e avançar, os militares enviaram – ainda durante a Guerra do Paraguai – o comandante Lucio V. Mansilla para definir um novo desenho para a linha de fronteira, seguindo o traçado do Rio Quinto, de Mendoza até a costa atlântica. Desta forma, seria possível garantir a construção da ferrovia e diminuir a linha a ser defendida de 340 para 230 léguas, incorporar terras férteis aos mercados *criollos* e estabelecer um cinturão seco entre a zona pecuarista e as *tolderias*.

Definida com o rigor das técnicas disponíveis na época pelo engenheiro cartógrafo húngaro J. F. Czetzy, esta nova linha de fronteira foi o símbolo de uma era que se iniciava –o momento em que cientistas e militares atuaram em conjunto para expandir territórios, como acontecia, simultaneamente, em tantos outros lugares, como a Nova Zelândia. Sem alarde e sem disparar um tiro sequer, empreendeu-se a conquista territorial comparável à realizada por Rosas em suas Campanhas, em 1833.

A ferrovia foi um símbolo do Império Britânico em todo o globo e entendida por contemporâneos como um símbolo civilização. Ao conciliar ciência e economia, a locomotiva possibilitava o transporte rápido, eficiente e previsível. Ela se movia sobre produtos naturais

²³ CICERCHIA, Ricardo. *Viajeros ilustrados y románticos en la imaginación nacional*. Buenos Aires: Troquel, 2005, p. 125.

²⁴ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru: Edusc, 1999, p., 255.

²⁵ SHE, 16/09/1868.

transformados – trilhos de aço – a partir da força controlada do vapor. Era a certeza da superação da natureza e da selvageria, o indicativo da vitória e da supremacia da civilização, da chegada rápida e barulhenta da revolução industrial e da modernidade.

Principais alterações na linha de fronteira entre 1852 e 1870.

Fonte: Sarasola, C. M. *Nuestros paisanos, los indios*, op. cit., p. 263.

No caso da Argentina, a negociação por sua instalação esteve vinculada à participação estatal no empreendimento para a garantia dos lucros. A rentabilidade do negócio também era proporcionada pela multiplicação do valor da terra vizinha aos trilhos e de propriedade da companhia. Não foi por acaso que uma das primeiras estações intermediárias construídas no *Ferrocarril Central Argentino* foi em Frayle Muerto, local de experiência para o

estabelecimento de comunidade nos moldes das colônias brancas britânicas. A descrição da região lembra a situação vivenciada por imigrantes no Waikato neozelandês:

“(...) os índios do sul invadiram (...) onde estão estabelecidos há algum tempo alguns imigrantes ingleses que compraram uma considerável extensão de terras (...). Este evento desagradável produziu, naturalmente, grande alarme entre os colonos (...), o que poderá causar muito dano ao crédito do país no exterior e interromper a corrente de imigração felizmente estabelecida e que se distingue por sua gana de trabalho, pelo capital que introduz e pela coragem com que se lança ao povoamento e exploração dos territórios desertos. Nessa circunstância o Governo acreditou conveniente fundar imediatamente ao sul das possessões referidas um estabelecimento militar que lhes servisse de especial defesa (...)”²⁶.

As comparações entre as duas situações de colonização são inevitáveis. Em ambas, os imigrantes eram ingleses, proprietários de terras legalizadas pelo aparato jurídico-administrativo, preocupados e alvo de invasões de nativos, protegidos por guarnições militares. Aos liberais portenhos, a experiência modelo de Frayle Muerto era a ideal, por transpor aos pampas homens tidos como ideais, descritos como trabalhadores e portadores de capital, pertencentes ao topo da escala civilizacional. Aos britânicos, na Argentina ou na Nova Zelândia, interessava a paz, o lucro e a prosperidade material.

Aqueles colonos e os *vecinos* do sul da província de Buenos Aires pressionavam os militares por soluções definitivas à constante beligerância, temendo serem invadidos e atacados por indígenas²⁷, mas também interessados nas possíveis terras a serem conquistadas. Pouca diferença fazia se eram ingleses ou *criollos*. O importante era aniquilar os nativos para superar resistências, fazer as terras produzirem, a riqueza prosperar e, como diziam, civilizar a Argentina.

Realizada a expansão territorial, Mansilla escreveu satisfeito ao presidente Sarmiento, antes de partir para negociar os termos finais da ocupação com os caciques Ranquel:

“Tenho a honra de apresentar (...) o tratado de paz que depois de longos debates consegui celebrar com os índios Ranquel (...). A paz (...) não pode ser mais barata, (...) pelo seguinte cálculo baseado na hipótese de que os habitantes que compõem as tribos ranquelinas não passam de dez ou doze mil (...), resulta que cada um deles apenas custará mensalmente quarenta e oito e quatro centavos bolivianos (...) mais trezentos pesos mais

---

²⁶ SHE, 23/07/1867.

²⁷ SHE, 23/10/1868.

ou menos por gastos reservados para gratificação dos agentes secretos (...) que são homens da confiança dos caciques mais importantes (...). O reverendo Padre Frei Vicente Burela [dominicano], pode dar muitas explicações (...)²⁸.

Esta correspondência é especialmente elucidativa, por apresentar, pela primeira vez, os militares apelando para o cálculo matemático da eficiência da paz e da manutenção dos indígenas com o oferecimento dos *regalos*. Segundo essa estratégia, a pacificação deixaria os nativos dependentes do governo e em breve seria possível ocupar a região, por meio do corte do fornecimento de víveres, supondo uma possível integração dos indígenas à sociedade argentina.

Mansilla foi enfático ao explicitar o uso de espões nas *tolderias* – provavelmente mais do que agentes secretos, também defensores de seus ideais e projetos – , assim como a importância da atuação dos missionários na pacificação populacional e anexação territorial.

Marcados pela presença constante e considerável *criolla* e pela intensa miscigenação de diferentes grupos pampeanos, andinos e araucanos, os Ranquel se definiram enquanto grupo étnico somente no início do século XIX. A convivência cotidiana com cristãos e a experiência pessoal peculiar de Paghitruz Guor (Mariano Rosas), certamente contribuíram para a gradativa aceitação do cristianismo. Entretanto, é necessário sublinhar a profunda alteração na opção política deste grupo, em direção à aproximação com os *criollos*, como decorrência da constante pressão a que estiveram submetidos durante o século, a derrota de seus aliados caudilhos e a perspectiva de um enfrentamento militar de grandes proporções.

Muitos caciques Ranquel se escandalizaram com o impressionante avanço militar que os empurrava cada vez mais distante do pampa úmido, em direção às regiões mais secas e inóspitas do interior argentino. Diante da possibilidade de enfrentar uma série de *malones*, o comandante se ofereceu para ir pessoalmente às *tolderias* negociar os termos do tratado.

Mansilla era um homem de letras e ciência. Versátil e hábil negociador, mostrou coragem ao se dirigir pessoalmente ao centro da Confederação de Leuvucó. Negociou oralmente, nos termos indígenas, e jamais viu o tratado ser ratificado pelo Congresso, até porque ia contra a Lei Nº 215. Construiu sua fama junto aos caciques, mapeou o território, inseriu terras nos mercados *criollos*, e escreveu e publicou um famoso relato de sua viagem.²⁹ Pouco depois, foi destituído do cargo, mas permaneceu na política, chegando a Presidente da

²⁸ SHE, 15/12/1869 (grifos meus).

²⁹ MANSILLA, Lucio V. *Una excursión a los indios ranqueles*, op. cit.

Câmara dos Deputados, Governador do Chaco e embaixador em Berlim, Viena e São Petersburgo.

O Estado em conflito externo, comandado pelo homem símbolo da intransigência liberal – Domingo Faustino Sarmiento – aceitou, momentaneamente,

a paz, mas começou a preparar o que entendia como a definitiva expansão territorial. A idéia era ocupar o que chamavam de deserto com imigrantes, abrindo-se nova vertente de aproximação entre argentinos e britânicos.

b. A resistência indígena unificada

O ano de 1870 foi marcante para as comunidades indígenas pampeanas. Durante dois anos, Juan Calfucurá estabeleceu intensas negociações com outros grupos, objetivando unificar os indígenas contra os projetos expansionistas simbolizados pela Lei Nº 215 e conseguiu o apoio de muitos caciques da Araucania – alguns deles seus parentes. Esta reunião significou uma transformação nas estruturas pampeanas. Os *malones*, até então essencialmente econômicos, passaram a ser ainda mais estratégicos e políticos. Diante da expansão da linha de fronteiras, da construção de novos *fortines* e do retorno dos veteranos do Paraguai, com novas tecnologias de transporte e comunicação, os indígenas reformularam sua estratégia e concentraram sua atuação em *malones* de proporções até então desconhecidas, reunindo alguns milhares de guerreiros.

Ainda alinhados com o governo, os Ranquel alertaram sobre a reunião de aproximadamente dois mil guerreiros nas Salinas Grandes³⁰, sem especificar o local determinado para tal grandioso ataque. Repassaram a informação, mas de maneira incompleta. Os comandantes protestaram – de que adiantava saber que estava ocorrendo uma concentração de milhares de indígenas, desconhecendo onde atacariam? O alvo secreto, todavia, era Bahía Blanca.

Sob o comando pessoal de Manuel Namuncurá, um dos filhos de Calfucurá, o ataque marcou o início de uma nova estratégia *malonera*, pautada não apenas pelos interesses econômicos em torno da obtenção de gado, mas também, e principalmente, pela função política e estratégica para erradicar a presença *criolla* na região. Os indígenas da Argentina acompanhavam há séculos os movimentos de aproximação e distanciamento, de pressão e

---

³⁰ SHE, 27/10/1870.

arrefecimento, vindos do outro lado da fronteira, e sabiam que a disputa, agora, não era mais por um ou outro vale fértil, mas pelo controle efetivo do território e por sua sobrevivência física e cultural.

O ataque a Bahía Blanca foi fulminante. Segundo o relato do novo comandante militar enviado para assumir o controle da fortaleza *Protectora Argentina*, a situação era desoladora: “cheguei às 5 da tarde. Sinto manifestar que aqui não encontrei absolutamente nada. Não há soldados nem cavalos, a ponto de não ter como enviar esta mensagem. Procurarei por todos os meios iniciar negociações para um tratado de paz com Calfucurá até que o tempo me permita reunir elementos mais precisos para a defesa da região”³¹.

Para retomar a presença *criolla* em Bahía Blanca, o comandante convocou o *vecindario* sobrevivente e estabeleceu sua primeira meta: reunir o pouco gado restante para oferecer a Calfucurá. Esta foi a medida idealizada por militares e pecuaristas para tentar impedir uma segunda e fatal invasão à região³². Satisfeito com os resultados alcançados pelo *malón* – demonstração de forma e quebra da estrutura econômica da região –, a Confederação de Salinas Grandes não tinha naquele momento como organizar uma segunda invasão e se satisfiz com a oferta complementar dos *criollos*.

O tratado assinado entre os Ranquel e Mansilla caiu no esquecimento logo que o comandante foi transferido de cargo. Aos *criollos*, não era necessariamente um problema, pois o controle da região do rio Quinto era tido como certo; aos caciques o tratado havia sido desfeito, uma vez que foi combinado oralmente com o coronel.

A preocupação dos militares recaía, naquele momento, na organização de uma nova linha de fortes e *fortines* para ocupar a região conquistada por Mansilla. A estratégia idealizada era manter duas linhas paralelas de fortificações, sendo a mais próxima às *tolderias* informativa, avisando a partida de *malones* para a organização da defesa e do contra-ataque. Desta forma, a segunda linha de defesa deixou de ser a linha de frente do combate e passou a receber colonos e pecuaristas, efetivando-se o controle e a ocupação produtiva das terras.

Nesta fase, os indígenas se restringiram a áreas mais secas e perderam territórios importantes para a estratégia *maloneadora*, pois deixaram de contar com as paradas para o gado entre as *estâncias* e as *tolderias*. Esta zona agora era vigiada pelos militares, conforme é

---

³¹ SHE, 12/11/1870 (grifos meus).

³² SHE, 20/11/1870.

possível observar no mapa da página 312, delimitada pelas linhas fronteiriças de 1870 (informativa) e 1864 (agora secundária).

Naqueles anos, ocorreram investimentos mais consistentes para a compreensão científica dos pampas e para delinear estratégias militares. Desde a primeira expedição do Cel. García, em 1810, procurou-se elaborar mapas precisos das zonas indígenas, porém mais de seis décadas depois, estes ainda repousavam em projetos. O primeiro investimento recaiu em levantar as informações referentes às invasões sofridas e tabulá-las para identificar padrões e procurar soluções. Neste sentido, o Ministério de Guerra e Marinha enviou circular aos comandantes da fronteira:

“Ordena-se fazer uma coleta de todos os informes transmitidos pelos comandantes dos diversos pontos onde ocorreram invasões, para poder julgar por seus números e importância a eficácia dos meios e sistema de defesa postos em prática até aqui. Para melhor chegar aos resultados que se deseja, o Sr. Presidente necessita da opinião dos chefes de fronteira (...)”³³.

À medida que a década de 1870 avançou, cientistas e militares se aproximaram cada vez mais. O positivismo ganhou força e os políticos acompanharam o sucesso bélico de campanhas desenvolvidas a partir de conhecimento racional em outras regiões do globo. Engenheiros e cartógrafos foram os especialistas mais requisitados, vistos como a solução civilizada para enfrentar a barbárie. A ciência, a razão e o conhecimento foram transformados em arma para a compreensão, a dominação e a vitória. Segundo o historiador Walter Delrio, “neste contexto, era de suma importância estabelecer o pertencimento étnico de cada grupo nativo. Entre as fontes ministeriais, existiam vários informes que procuravam dar conta do pertencimento e grupo de cada cacique, quais eram suas alianças e o número de pessoas associada a estas figuras”³⁴.

Esta nova forma de conceber a defesa foi eficiente para impedir *malones*. Os Ranquel foram os primeiros a vivenciar a nova situação, e o resultado dos enfrentamentos, em abril de 1871, foram cruciais para explicitar a necessidade de transformação das estratégias políticas e militares. Eles orquestraram uma grande invasão contra o centro pecuarista portenho – as regiões de Rojas, Pergamino e Junin –, mas não contaram com a disseminação da informação

---

³³ SHE, Janeiro de 1872.

³⁴ DELRIO, Walter Mario. *Memorias de expropiación: sometimiento e incorporación indígena en la Patagonia (1872-1943)*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2005, p. 51.

na velocidade da luz, via telégrafo, e foram combatidos por tropas bem armadas, descansadas e preparadas.

O comando deste *malón* esteve nas mãos de Epumer Guor, o chefe militar da Confederação de Leuvucó, e as alianças levantadas pelos Ranquel explicitam a crescente tensão nos pampas. Chipitruz e Manoel Grande, dois importantes caciques tradicionalmente vinculados aos Catriel participaram da invasão, em um claro sinal de desacordo com a manutenção da aliança irrestrita com o governo³⁵. No combate com as tropas, um dos mais destacados caciques Ranquel – Calfuquir – foi morto e o filho de Chipitruz preso, para citar somente os Chefes.

Os *vecinos* voltaram a se pronunciar após esta vitória militar, seu foco eram as dezenas de prisioneiros, e um projeto foi apresentado para “(...) retirar para outras localidades da Província ou da Nação a imensa maioria dos índios derrotados no dia 3, sem esforço e sacrifício algum, seja para destiná-los ao serviço das armas ou para fecundar a indústria rural”³⁶.

No entendimento daqueles *criollos* do interior, o destino dos indígenas presos deveria ser marcado por sua desarticulação social e cultural, enviando-os a diferentes e distantes localidades com o objetivo de afastá-los do poder dos caciques, de suas terras, da chamada barbárie. Para defender sua proposta, definiram duas possibilidades aos derrotados – alistamento forçado nas forças armadas ou arregimentação forçada ao trabalho rural sedentário. A ressaltar, o ponto central: uma vez vivos e presos, era necessário dar-lhes um fim útil, desde que alijados de seu passado selvagem e desarticulados enquanto grupos. Desta forma, entendia-se que rapidamente desapareceriam na massa *gaucha* camponesa.

A resposta dos militares ao *malón* Ranquel foi rápida e dura. No começo de junho as tropas reunidas partiram direto para Leuvucó, mas encontraram as *tolderias* vazias³⁷. Para os *criollos*, os indígenas jamais poderiam ser considerados proprietários, uma vez que eram vistos como bárbaros. Desta forma, legitimou-se o confisco de seus animais e a destruição de suas moradias, em uma inversão dos papéis tradicionais, montando-se um *malón blanco*.

---

³⁵ O antigo cacique Juan Catriel faleceu em outubro de 1870 e seus filhos Cipriano e Juan José disputaram o poder, reunindo em torno de si facções e interpretações distintas a respeito das formas de se relacionar com o governo. Após combates e fugas, o contestado Cipriano assumiu o poder e submeteu à força os caciques Cachul e Chipitruz.

³⁶ SHE, 07/05/1871 (2).

³⁷ SHE, 03/06/1871.

Somente quando um cativo fugitivo de Calfucurá relatou os acontecimentos³⁸, os militares compreenderam o surpreendente e decepcionante vazio em Leuvucó. Após a derrota no início de maio e a declaração de guerra Ranquel contra o governo, seus caciques foram às Salinas Grandes e se associaram à ampliada confederação lá reunida em oposição aos *criollos*. Quando as tropas partiram, a notícia chegou a tempo de Calfucurá alertar seus novos aliados e recebê-los em suas *tolderias*. Esta nova aliança possibilitou a organização de um *malón* de proporções até então inimagináveis no ano seguinte, reunindo, sob os mesmos interesses indígenas, uma quantidade de guerreiros até então jamais alcançada, e em expansão.

Para sua estratégia anti-*criolla*, Calfucurá acionou mais uma vez seus parentes na Araucania. Em julho de 1871, centenas de guerreiros cruzaram os Andes rumo às Salinas Grandes, comandados por Reuque Curá, um irmão do poderoso cacique dos pampas³⁹. Boatos sobre um *malón* semelhante ao de Bahía Blanca correram as zonas pecuaristas e os militares mantiveram os fortes e *indios amigos*, como Cipriano Catriel, em alerta total⁴⁰.

Em março de 1872, teve início a programada grande invasão. Segundo estimativas da época, dois a três mil guerreiros de Salinas Grandes, Leuvucó e da Araucania atacaram as proximidades da vila 25 de Mayo, no centro pecuarista portenho. A estratégia pautou-se, mais uma vez, em destruir a estrutura produtiva e aniquilar a presença *criolla*, estabelecendo-se algo até então inédito em *malones*: *tolderias* temporárias, nas imediações da região, para apoiar a logística do ataque e oferecer repouso. O relato do juiz de paz da localidade expressou o desespero diante do tamanho e da organização da invasão:

“Este *vecindario* espera que o Superior Governo envie algumas armas e munições para poder marchar em perseguição aos índios (...). Apesar de fazer três dias que temos os índios à nossa frente, até o momento não temos nenhuma proteção (...) e os índios levaram aos seus *toldos* infinidades de famílias cativas e cento e cinquenta mil cabeças pouco mais ou menos de gado vacum e equino (...)”⁴¹.

A resposta dos militares foi rápida como o telégrafo e eficiente como o rifle. A invasão ocorreu à mesma zona em que os Ranquel haviam sido derrotados dois anos antes e, mais uma vez, a coordenação dos comandantes permitiu a organização das tropas e de *indios amigos*. Quando a notícia sobre o início da retirada dos invasores, com “um imenso arreio que se calcula em mais de cinquenta mil vacas e mais de dez mil éguas, ovelhas e muitas famílias

³⁸ SHE, 17/06/1871.

³⁹ SHE, 31/07/1871.

⁴⁰ SHE, 15/09/1871.

⁴¹ SHE, 07/03/1872 (3).

cativas”⁴² alcançou fortes e *fortines*, a estratégia de contra-ataque já estava elaborada e em execução.

No entendimento dos militares, aquela situação reunia diversos pontos positivos. Estavam reunidos indígenas de Salinas Grandes, Leuvucó e da Araucania – além de diversos outros caciques menores – e eles levavam uma quantidade tão impressionante de gado que eram obrigados a desenvolver uma velocidade baixa na retirada, deixando atrás de si também uma nuvem de pó avistada há quilômetros, e o rastro inconfundível na vegetação rasteira pampeana. Já os *criollos* partiram de pontos distintos, à cavalo, coordenados pela comunicação via telégrafo e armados com rifles. Seguiram rota perpendicular e enfrentaram, os *maloneros* com o apoio de pelo menos quinhentos *indios amigos*.

O embate que se seguiu, imortalizado como a *Batalha de San Carlos* – por conta do local e não do santo – impressionou a seus partícipes e testemunhas. Em campo aberto, envoltos em centenas de milhares de animais desesperados pelos tiroteios, enfrentaram-se os principais caciques pampeanos e as tropas armadas com o que havia de mais tecnológico nos inventos bélicos. A vitória foi estrondosa para o lado *criollo*, propiciando um humilhante recuo indígena, o abandono de todo o gado e das cativas, além de pelo menos duzentos *maloneros* mortos⁴³. Se três de março marcou o ápice do poder e da coordenação indígena, o dia 9 significou a alteração da curva de força e ascensão *criolla*.

A primeira década da Argentina unificada foi marcada pela vitória do liberalismo e pela supressão forçada dos opositores. Caudilhos foram combatidos e derrotados por todo interior, *gauchos* perseguidos em seu modo de vida e trabalho, restando somente os indígenas dentre os inimigos internos caracterizados como a barbárie, por Sarmiento, ainda na década de 1840.

Preocupados com supostos interesses territoriais chilenos, interessados em conquistar novas terras e proporcionar a paz para a prosperidade nas regiões já controladas, os liberais se interessaram em trazer capitais e gente da Grã-Bretanha para auxiliar no que entendiam como a luta entre a civilização e a barbárie.

Os caciques acompanharam o fortalecimento e o enfraquecimento *criollo*, bem informados pelos jornais portenhos. Compreenderam a encruzilhada em que foram colocados e partiram para o combate antes de serem aniquilados, investindo em fazer desaparecer a

---

⁴² SHE, 08/03/1872, 6h25.

⁴³ SHE, 11/03/1872.

presença demográfica e produtiva inimiga. Pressionados, se uniram e juntos acreditaram ser possível enfrentar os militares e os colonos, mas foram superados numericamente por *criollos* e imigrantes, e vencidos pela velocidade da comunicação telegráfica e pela eficiência das novas armas. Eles não sabiam, mas a Guerra do Paraguai, que possibilitou seu ponto máximo de força, também proporcionou transformações profundas entre os militares que, de volta aos pampas, não estavam mais interessados na negociação, apenas no conflito, transformando a formula sarmientiana de “civilização e barbárie” para “civilização ou barbárie”.

c. A nova relação de forças nos pampas: o uso da tecnologia contra a “barbárie”

A derrota indígena em San Carlos foi seguida de uma inversão na correlação de forças consolidada nos pampas durante duas décadas. Nesta nova conjuntura, os caciques passaram a solicitar tratados de paz e os *criollos* puderam pressionar para assinar somente acordos com termos a eles favoráveis. Os primeiros a procurar o governo foram caciques intermediários, das serras de Mendoza e do Neuquén, obrigados a aceitar a autoridade militar sobre seus territórios e a instalação de capelas e escolas⁴⁴. Segundo a proposta enviada por Buenos Aires, os termos deveriam ser revistos após cinco anos, em agosto de 1877⁴⁵, o que indica uma estratégia delineada, neste período, para preparar a execução da Lei Nº 215 de ocupação territorial do território até os rios Negro, Limay e Neuquén.

Surpreendente e significativa foi a busca Ranquel por um tratado de paz com o governo. Marcados pelos acontecimentos em San Carlos, pressionados pela constante expansão territorial e seduzidos pela retórica civilizadora integradora dos missionários, os caciques liderados por Paghitrutz Guor procuraram os dominicanos e negociaram com o general Arredondo um tratado, “uma ruptura definitiva do equilíbrio de poder nas relações inter-étnicas, permitindo observar uma forte deterioração na capacidade de negociação dos Ranquel que, em pouco tempo, estariam subordinados não apenas no plano jurídico como também no militar”⁴⁶.

O texto assinado expressa a nova correlação de forças, pois definiu a entrega trimestral de éguas (Artigo 6º), erva-mate, tabaco, papel, farinha de trigo, açúcar, sabão e aguardente

⁴⁴ SHE, 01/10 e 20/10/1872.

⁴⁵ Cf. LEVAGGI, Abelardo. *Paz en la frontera*, op. cit., pp. 455-466.

⁴⁶ TAMAGNINI, Marcela; PÉREZ ZAVALA, Graciana. “El debilitamiento de los ranqueles: el tratado de paz de 1872 y los conflictos intraétnicos”. In: NACUZZI, Lidia R. (comp). *Funcionários, diplomáticos, guerreros. Miradas hacia el otro en las fronteras de pampa y patagonia (siglos XVIII y XIX)*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2002, p. 120.

(Art. 5º); pagamentos mensais aos caciques, de acordo com sua posição hierárquica: \$150 a Mariano Rosas (Paghitruz Guor) e a Baigorrita, \$100 a Epumer Guor e \$50 a Cayupan e Ramón Platero (Art. 2º, 3º e 4º). Desta forma, o governo centralizou as decisões nos caciques, cooptou-os com importantes vantagens materiais e os outorgou a responsabilidade de entregar desertores e criminosos refugiados (Art. 12º), quebrando uma das principais tradições daquele grupo – a recepção de *criollos* perseguidos, como foram anteriormente Manuel Baigorria e o próprio Ramón Platero –, apesar de oferecer indulto aos eventuais refugiados em Leuvucó (Art. 18º).

Os caciques ainda deviam colaborar em caso de invasão estrangeira (Art. 20º) ou de ataques de outros grupos indígenas (Art. 21º), tendo o tratado também vigência determinada de seis anos (Art. 22º), até novembro de 1878⁴⁷. A negociação e os termos assinados refletem relações entre indígenas e *criollos* transformadas logo após a batalha de San Carlos. Os Ranquel, até então os mais obstinados opositores dos liberais portenhos nos pampas – exceção feita ao efêmero tratado com Mansilla – foram capturados pela nova situação. Seus caciques, cooptados por benesses materiais, aceitaram, inclusive, hipoteticamente enfrentar Calfucurá.

Calfucurá permaneceu simbolizando a resistência ao avanço *criollo*, inclusive para defender sua posição privilegiada enquanto protetor e articulador dos demais indígenas. Os termos por ele empregados, em janeiro de 1873, em carta ao presidente Sarmiento expressam os limites de sua estratégia: “Nós somos os donos desta América: não é justo que nos deixem sem campos”⁴⁸. Ele se apresentou como representante não apenas de seu grupo ou da Confederação de Salinas Grandes, mas dos indígenas enquanto povo, baseando-se em uma legitimação histórica para justificar sua posição. Enfraquecido militarmente, procurou amparar sua alegação não mais em sua força, mas na moral e no discurso trazido por missionários religiosos – sem conseguir convencer a seus interlocutores.

A negociação ocorreu como pretendia o general Ignacio Rivas, o comandante vitorioso na batalha de San Carlos. Os termos empregados naquela oportunidade elucidam as ínfimas possibilidades de convencimento do cacique: “derrotei completamente o audaz Calfucurá que com toda indolência desafiava ao poder do Governo”⁴⁹. Não se tratava somente de um embate entre civilização e barbárie, mas de uma disputa de poder e autoridade, pautada pela concepção ocidental de superioridade diante de povos ditos selvagens.

⁴⁷ TAMAGNINI, M.; PÉREZ ZAVALA, G. “El debilitamiento de los ranqueles”, op. cit., pp. 149-152.

⁴⁸ Juan Calfucurá ao Presidente Domingo Faustino Sarmiento. 30/01/1873 apud HUX, Meinrado. *Caciques huiliches y salineros*, op. cit, p. 100.

⁴⁹ SHE, 09/03/1872.

A situação se tornou ainda mais complicada quando Calfucurá faleceu, de pneumonia, em junho de 1873, aos 83 anos. Assim como ocorria para o caso das notícias *criollas*, esta também chegou rapidamente ao outro lado da fronteira. Seu transmissor não foi nenhum jornal indígena, mas os espíões mantidos nas *tolderias*.

Os *criollos* não ousaram interferir no espetacular funeral do poderoso cacique, transcorrido durante três meses e freqüentado pelas principais lideranças indígenas dos pampas, Patagônia e Araucania. Estiveram lá antigos inimigos como Catriel e Coliqueo, recentes aliados como os Ranquel Paghitruz Guor e Baigorrita, parentes araucanos e lideranças andinas, como Valentin Saygüeque, totalizando mais de duas mil pessoas, segundo informes recebidos em Buenos Aires⁵⁰.

Homem poderoso, Calfucurá deixou um vácuo de poder e gerou uma acirrada disputa entre seus parentes reunidos neste imenso funeral. O controle das lucrativas Salinas e do comércio de gado com o Chile, as benesses materiais sempre oferecidas pelos governos dependentes do sal, e o prestígio advindo do cacicado estavam em jogo. Seu primogênito, José Millaqueo não foi referendado pela reunião e a disputa se acirrou até que se chegou a um consenso sob a forma de um triunvirato, com dois filhos – Manuel Namuncurá (chamado apenas de Namuncurá) no controle das operações militares e Alvarito Reumay para a intermediação política interna – e um sobrinho – Bernardo Namuncurá, incumbido das negociações com os *criollos*.

A estratégia adotada pelos novos caciques seguiu a tradição do antigo Chefe e significou um *malón* a Bahía Blanca, como vingança por mais um avanço territorial *criollo* e demonstração de força e independência da nova estrutura administrativa salinera. Namuncurá sabia que receberia um contra-ataque e se preparou retirando os indígenas das Salinas Grandes. As tropas comandadas por Ignacio Rivas conseguiram poucos feitos bélicos, mas alcançaram outro objetivo bastante relevante: “é bem fácil a ocupação, pelas forças do Governo, do Deserto ocupado pelos índios”⁵¹. Junto das tropas, foram engenheiros cartógrafos, responsáveis por elaborar mapas da *rastrillada dos chilenos*, que levava até as Salinas.

O general não soube, mas sua incursão também resultou no questionamento da força, legitimidade e autoridade do triunvirato salinero. Diversos caciques menores, submetidos à Confederação de Salinas Grandes, negaram apoio militar a Namuncurá naquela oportunidade,

---

⁵⁰ SHE, 16/06/1873.

⁵¹ SHE, 14/01/1874.

muitos fugiram para o rio Colorado à medida que as tropas avançaram, e alguns precisaram ser contidos para não se entregarem aos *criollos*. Contestado e enfraquecido, o triunvirato passou a procurar estratégias alternativas para a manutenção de seu poder, mas não recebeu respostas positivas do governo em busca de um tratado de paz.

O ano de 1874 foi o último da presidência de Sarmiento e as disputas político-eleitorais entre o candidato vencedor, Nicolás Avellaneda, e o derrotado Bartolomé Mitre repercutiram nas *tolderias* de Cipriano Catriel. O cacique se prontificou a apoiar a tentativa de golpe dos derrotados, mas não foi anistiado como seu aliado *criollo*. Os militares aproveitaram para forçar nova submissão e acompanharam à distância o retorno da disputa entre os irmãos pelo poder, resultando no assassinato do cacique e seu secretário, o ex-cativo Santiago Avendaño⁵².

Juan José Catriel se tornou o novo Chefe e durante sua primeira viagem a Buenos Aires, organizou-se um grande *malón* que surpreendeu militares e pecuaristas por partir dos tradicionais aliados. Centenas de milhares de animais foram roubados e muitos *criollos* mortos⁵³. A repressão foi bastante dura e significou a imposição de um novo tratado, considerando os tradicionais *índios amigos* agora como Guardas Nacionais sujeitos à disciplina militar (Art. 1º), sedentarizados em terras delimitadas pelo governo na linha de fronteira (Art. 6º) e regularizadas por títulos de propriedade concedidos aos Chefes (Art. 7º)⁵⁴. Submetidos à autoridade portenha há décadas e satisfeitos com os lucros advindos dessa relação, os Catriel foram constantemente objetos para os novos projetos governamentais. Foram os primeiros a serem instalados na fronteira com a obrigação de defender os pecuaristas e utilizados como barreira contra os *malones*. Na nova conjuntura, em meados da década de 1870, marcaram o novo passo do projeto de transformação dos indígenas, sedentarizando-se e submetendo-se diretamente à autoridade militar personificada no Coronel Levalle.

O mandato de Nicolás Avellaneda, de 1874 a 1880, foi marcado pelo recrudescimento das posturas ofensivas do governo para a ocupação territorial. A primeira estratégia delineada neste sentido foi proposta por Adolfo Alsina, tradicional político portenho, então no Ministério de Guerra e Marinha, e consistia em novo avanço sobre as terras indígenas e a

⁵² Sobre este homem, AVENDAÑO, Santiago. *Memorias del ex-cautivo Santiago Avendaño*. Buenos Aires: El elefante blanco, 1999.

⁵³ Cf. BLENGINO, Vanni. *La zanja de la Patagonia*, op. cit., p. 37.

⁵⁴ Tratado de paz assinado por Juan José Catriel e Nicolás Levalle, apud LEVAGGI, Abelardo. *Paz en la frontera*, op. cit., p. 495.

construção de uma imensa trincheira: “(..) se tratava de escavar um canal de 610 quilômetros de extensão, do Atlântico à Cordilheira. Um fosso para conectar todos os *fortines* existentes na zona de fronteira a outros a serem posteriormente construídos, (...) um procedimento semelhante ao idealizado por Adriano para defender os confins do Império [Romano]”⁵⁵.

A estratégia idealizada por Alsina representava para seus contemporâneos uma barreira física entre a civilização e barbárie. Para os pecuaristas, significava a criação de um novo cinturão militarizado que possibilitava a expansão das *estancias* e dos lucros. Para colocar em prática o projeto, o governo contratou o engenheiro francês Alfred Ebelot, responsável por conceber o desenho da barreira a ser construída, acompanhar sua execução e elaborar mapas da região anexada, com o auxílio de outros técnicos. Durante sua estada na Argentina, ele se tornou correspondente sistemático da poderosa *Revue des Deux Mondes*, o periódico francês sintonizado com os anseios do expansionismo daquele país e porta-voz de visões específicas sobre o globo e seus povos, e também publicou um relato de suas experiências e impressões dos pampas⁵⁶.

A trincheira consistia em uma barreira de pelo menos três metros de altura. Poderiam ser dois metros escavados e um elevado ou o inverso, dependendo do tipo de terreno, mantendo-se um fosso de três metros de largura. Facilmente transponível por qualquer humano, ela era uma verdadeira barreira aos cavalos: era possível um *malón* sem estes animais, fosse para invasão ou para retirar o produto do saque. A obra teve início na costa atlântica, na região próxima à constantemente invadida Bahía Blanca, e de lá seguiu em rumo noroeste, efetivando a ocupação de importantes pontos de parada *maloneros*, como a lagoa de Carhué, levando a linha de fronteira a poucos quilômetros das *tolderias*.

Obra de imensa envergadura, a *zanja* – como era chamada – recebeu entusiasmados apoios e duras críticas. Em um aspecto amplo, concordava-se na praticidade da medida, pois ela significava mais uma expansão territorial rumo ao sul, a diminuição da linha total a ser defendida e, o mais importante, a ocupação militar da região intermediária entre as *tolderias* e as *estancias*, crucial ponto de apoio para as incursões *maloneras*. Observada de uma perspectiva de longa duração, a estratégia idealizada por Alsina consistia em uma continuidade diante do que vinha sendo executado desde o período colonial: lentos avanços *criollos*, construção de fortes e *fortines* e a adequação dos nativos à nova realidade.

⁵⁵ BLENGINO, Vanni. *La zanja de la Patagonia*, op. cit., pp. 34-35.

⁵⁶ EBELOT, Alfredo. *La pampa*. Buenos Aires: Taurus, 2002.

O historiador italiano Vanni Blengino, em sua longa pesquisa sobre a *zanja*, é enfático nesta constatação: “O aspecto militar, a guerra contra os indígenas não é o objetivo da campanha de Alsina, senão um aspecto contingente. O aspecto bélico é puramente casual. O objetivo é outro: ocupar com meios pacíficos e com os instrumentos à disposição da ciência, os novos territórios, até conseguir integrar os nativos, conquistando-os à causa da civilização. O gasto econômico da construção da trincheira é alvo de críticas, mas não chega a ser o objeto principal dos ataques. O ponto principal da crítica não é tanto a tática defensiva, mas a estratégia de integração”⁵⁷. Em seu entendimento, apesar da constante beligerância, a manutenção da estratégia defensiva ainda significava o investimento na lenta inserção do indígena à sociedade argentina, algo que ia contra os principais projetos dos liberais e por essa razão as críticas foram tão duras ao projeto.

Apesar de muito criticado, Alsina contava com o apoio presidencial e a maioria no Congresso e conseguiu efetivar uma nova e considerável expansão territorial. Para a imensa maioria da população, a *zanja* era uma vitória contra os indígenas e a construção de uma rede integrada de fortes era vista como um símbolo diante do poder dos caciques. E estes não se mantiveram passivos diante de tudo o que ocorria.

Os militares estavam entusiasmados com a nova configuração de forças e sua supremacia diante dos caciques. Exibiam força nos pampas e não investiam tempo em negociações de tratados, desprezando antigos aliados. O mais fiel de todos, Juan José Catriel, abandonou o governo e partiu com seus homens para os lados de Namuncurá, indignado com a prisão de seu irmão Marcelino e a execução de uma centena de guerreiros seus após os embates com Cipriano Catriel⁵⁸.

Esta aproximação evidenciou uma estratégia da Confederação de Salinas Grandes de retomar contatos e reestabelecer a unidade indígena, sob sua liderança, para fazer frente às constantes e agressivas expansões territoriais *criollas*. A mudança de campo de Catriel liberou mais terras em Buenos Aires e desincumbiu o governo de se preocupar e investir na sedentarização e civilização daqueles indígenas. Com a fronteira avançada centenas de quilômetros, aqueles antigos *índios amigos* já não eram necessários, situação distinta da enfrentada na linha defensiva de Córdoba, San Luis e Mendoza, de onde seu comandante, o Gal. Julio Argentino Roca, escreveu⁵⁹ para comemorar a manutenção da paz com Paghitruz

---

⁵⁷ BLENGINO, Vanni. *La zanja de la Patagonia*, op. cit., pp. 54-55.

⁵⁸ SHE, 04/01/1876.

⁵⁹ SHE, 13/03/1876.

Guor e Baigorrita. Lá não havia trincheira e os Ranquel sempre foram os guerreiros mais temidos, portanto ainda eram momentaneamente desejáveis as relações pacíficas intermediadas pelos missionários.

Avanços da fronteira de 1860 a 1876, com destaque para a trincheira (*zanja*) de Alsina.

Fonte: Sarasola, C. M. *Nuestros paisanos, los indios*, op. cit., p. 263

Apesar da organização indígena anti-*criollo*, sua situação cotidiana decaiu consideravelmente. Grandes *malones* eram avistados pelos *fortines* informantes e a notícia, transmitida via telégrafo, chegava às zonas pecuaristas antes mesmo da invasão. Apenas pequenos grupos conseguiam ter algum sucesso, ao atravessar a fronteira à noite e não deixar rastros consideráveis na vegetação rasteira. Ainda assim, precisavam lidar com os contra-ataques dos militares nas regiões em que a trincheira ainda não estava pronta. O relato de um destes embates explicita a nova realidade enfrentada pelos indígenas e ajuda a compreensão do enfraquecimento destes grupos na segunda metade da década de 1870:

“Foi tão rápida e audaz o ataque aos índios que não trataram de se defender e só procuravam levar um pouco de gado (...). O resultado desta jornada, Sr. Inspetor, foi deixar no campo trinta e três índios mortos (...), deixando o campo semeado de mantas e selas (...). Eu creio haver alcançado meu objetivo que era dar-lhes bons golpes conseguindo fazer-lhes mortos muitos deles e feri-los”⁶⁰.

Esta descrição não deixa dúvidas. Seu autor foi explícito ao afirmar seu objetivo – matar aos indígenas – e recorreu a uma curiosa metáfora ao narrar a cena após o combate. Segundo ele, as terras estavam semeadas não com sementes, mas com os vestígios da vitória da civilização sobre a barbárie: roupas, celas, lanças e corpos.

A trincheira, onde instalada, levou à paz e esta à prosperidade econômica. Alsina recebeu uma série de correspondências favoráveis e uma das mais relevantes foi enviada pelo governo da província de Buenos Aires, pelos termos empregados e pela longa história de conflito e tensão com os indígenas:

“(...) o eterno pesadelo de nossos homens do campo deixará de lhes fatigar, devolvendo a segurança para o trabalho e a esperança alentadora de que o fruto de seus negócios não será a presa do selvagem, (...) são muitos os que levam seus gados a terras ocupadas antes pelo índio ou incessantemente atravessadas pelas invasões desoladoras (...). As novas terras conquistadas para a civilização se transformarão em campo de cria onde a custo relativamente baixo se multiplicará nosso gado”⁶¹.

O governo provincial foi explícito em suas afirmações. Sem deixar espaço para interpretações acerca de eventuais movimentos para “civilizar” os indígenas, declarou os reais interesses em torno das ações militares: levar a tranquilidade às zonas pecuaristas e possibilitar a ocupação de novas terras pelo gado.

Imigrantes fizeram parte deste projeto descrito como “conquista de terras para a civilização”. Brancos, cristãos e trabalhadores, preconizavam o perfil demográfico idealizado pelos liberais para a Argentina e coordenado pela *Comisaría General de Inmigración*. Este órgão também escreveu a Alsina, para saudá-lo e comemorar a instalação, próximos de onde já estavam os ingleses em Frayle Muerto, de russos, alemães e italianos. Estes últimos, criaram uma comissão e se ofereceram para o alistamento na Guarda Nacional com o intuito declarado de combater os indígenas, utilizando-se de experiências bélicas anteriores⁶².

⁶⁰ SHE, 12/12/1876 (grifos meus).

⁶¹ SHE, 16/10/1877 (grifos meus).

⁶² SHE, 24/03/1876.

Também para aqueles colonos, os nativos eram repudiados, tidos como selvagens e atrasados, a barbárie a ser extirpada da Argentina a ser construída.

d. A desestruturação da organização indígena: os ataques aos caciques

Com a trincheira, os indígenas ficaram circunscritos ao pampa seco, distantes centenas de quilômetros das zonas pecuaristas. Sem conseguir gado nos *malones*, não faziam comércio com os chilenos, nem mantinham rebanhos suficientes para sua própria alimentação. A fome e a miséria atingiram as periferias das *tolderias*, os *caciquillos* e os *lanzas*, aqueles grupos familiares mais dependentes do dia-a-dia para sua sobrevivência. Segundo o relato de um cativo fugitivo, “(...) os índios estão muito pobres e roubam uns aos outros”⁶³. Muitos desistiram e ofereceram rendição junto aos *fortines*, mas a imensa maioria tentou reestruturar a vida e organizar novas estratégias de sobrevivência. Porém, o tempo estava curto.

Os militares inverteram a ordem e adequaram a mesma lógica *malonera* para atacar. Com a trincheira e o suporte de fortes e *fortines*, estavam suficientemente próximos das *tolderias* para realizar ataques surpresa e o foco recaiu sobre os caciques. A estratégia era clara e bem-definida, objetivando desalojar aqueles que um dia foram autoridades e desafiaram o poder, a supremacia e a superioridade *criolla*. O plano era liquidar com as Chefias para desestruturar os indígenas política, social e economicamente e, finalmente, consolidar o controle sobre aqueles territórios sem precisar tratar com bárbaros.

Aliado de última hora, Paghitruz Guor não assistiu ao final desta história. Morreu de causas naturais, em agosto de 1877, observando um pouco à distância o avanço *criollo* sobre os demais grupos indígenas, possivelmente feliz com a opção pela assimilação decidida alguns anos antes. Neste contexto, não mereceu funeral semelhante ao de Calfucurá. Seu irmão Epumer assumiu o controle dos assustados Ranquel, naquele momento já bastante preocupados com o avassalador avanço militar *criollo* e atentos ao prazo de validade de seu tratado de paz. De longe, assistiam à queda um por um dos principais caciques, até poucos anos atrás controladores plenos dos pampas.

A estratégia dos militares foi chamada de “*malón dos cristãos*” pelos indígenas⁶⁴, focando-se na surpresa e na violência. O primeiro alvo foi o antigo aliado Juan José Catriel, transformado naquele instante em símbolo da barbárie irremediável, pois teria optado, por

---

⁶³ SHE, 12/07/1877.

⁶⁴ SHE, 15/12/1877.

abandonar o título de Cacique Geral dos Pampas e uma lucrativa aliança com o governo para lutar ao lado de Namuncurá.

A caçada a Catriel exemplifica esta primeira fase de operações militares ofensivas, denominada como Campanhas do Deserto. O relatório produzido é bastante claro ao definir prioridades, objetivos e as opções oferecidas aos indígenas: após cercar e atacar as *tolderias* às 4:50 da manhã, “o pânico produzido nas massas selvagens foi completo (...) ao lançar os valentes esquadrões com seus (...) bem afiados sabres causaram efeito aterrorizador nos filhos dos pampas. Todos aqueles que tentaram a sorte das armas, logo encontraram a morte (...)”⁶⁵.

A leitura deste documento atesta as novas relações estabelecidas nos pampas e o projeto em execução pelos militares. Os indígenas passaram a serem vistos como caça e seus corpos se tornaram alvo de “bem afiados sabres”. A morte era a regra e estava amparada juridicamente pela Lei Nº 215: “Em caso de todas ou algumas das tribos resistirem à submissão pacífica à autoridade nacional, se organizará contra elas uma expedição geral até que sejam submetidas e empurradas para o sul” (Art. 4º). Atacados furtivamente, os guerreiros reagiam, e ao fazê-lo, ofereciam o amparo legal para a *guerra justa* e suas mortes. Militares se utilizaram deste expediente durante séculos nas expansões territoriais nas Américas, e este não foi um rompante de criatividade dos argentinos. A paz é oferecida no papel, mas inviável na realidade e a esperada resistência autoriza o uso da força. É um círculo com começo e fim violentos e sem alternativas a quem por ele é envolto, e assim foi com os caciques dos pampas argentinos.

Alinhados ao positivismo e à análise científica de seu campo de trabalho, os militares das Campanhas do Deserto produziram muitos relatórios e dados numéricos, objetivos e como toda informação, jamais neutros. Na análise de Blengino, “o número não é apenas um instrumento da linguagem científica, mas também um símbolo desta, pois expressa a natureza científica e não apenas militar da trincheira, demonstra sua eficácia e quantifica seus resultados”⁶⁶.

Os relatórios elaborados pelos militares pautavam solicitações de recursos financeiros e materiais e apresentavam os resultados das expedições. Indígenas foram transformados em números, tabulados e absorvidos pelo sistema de informação. Ao inflacionar o número de guerreiros combatidos, mortos e feridos, aumentava-se a glória de comandantes e soldados; é impossível e desnecessário tentar quantificar a morte. É mais pertinente compreender as

⁶⁵ SHE, 14/11/1877.

⁶⁶ BLENGINO, Vanni. *La zanja de la Patagonia*, op. cit., p. 56.

formas empregadas para descrever as ações e notar percentualmente o que era uma estatística *apresentável*.

No caso do ataque a Juan José Catriel, os oficiais apresentaram um relatório em que constam a morte de sete *capitanejos* e aproximadamente cento e cinquenta guerreiros; setenta e cinco combatentes foram presos, juntos de 312 *chusma* – termo pejorativo utilizado para pobres, mas que no caso significava mulheres, idosos e crianças. O cacique conseguiu fugir, com cerca de trinta companheiros. Na soma, vemos que de um grupo de aproximadamente 600 pessoas, um quarto pode ter morrido neste primeiro ataque e praticamente 5% escaparam.

Estratégia semelhante foi seguida contra Pincén, cacique Ranquel independente da Confederação de Leuvucó, sempre arredio ao governo e transformado em um símbolo da barbárie. De seu grupo de mais ou menos 500 pessoas, um quinto pode ter morrido no ataque na madrugada, metade fugiu e o restante, inclusive o cacique, foi preso⁶⁷.

Não foram todos os presos que chegaram a sair dos pampas, pois muitos morreram em decorrência de ferimentos ou doenças, ou ainda enfraquecidos pela fome: “para os enviados a Buenos Aires, o itinerário era o seguinte: se o traslado ocorria por terra, os indígenas eram reunidos na fronteira e transportados geralmente por particulares que, mediante contrato, os levavam (...) até os terminais ferroviários (...). Se o transporte se desse por mar, eram conduzidos até portos de embarque – geralmente o de Carmen de Patagones ou o de Bahía Blanca, ainda que Puerto Deseado também tenha sido eventualmente utilizado (...). Ao chegar a seu destino, os prisioneiros permaneciam pouco tempo na cidade, sendo quase que imediatamente reembarcados e levados à ilha Martin Garcia, onde ficavam até que se decidisse por sua posterior distribuição”⁶⁸.

Esta ilha, isolada no meio do rio da Prata, entre a Argentina e o Uruguai, foi o local preferencial para a prisão dos indígenas. Nos prédios construídos para abrigá-los, imperavam a varíola e outras doenças infecto-contagiosas e as mortes ocorriam às centenas.

Estes relatos possibilitam compreender a forma pela qual os liberais argentinos no poder entenderam os nativos. Estes eram um obstáculo a ser superado e à medida que os recursos materiais e técnicos foram reunidos e outras prioridades superadas, foram combatidos. É possível também acompanhá-los, historicamente, compondo a longa sinuosa e turbulenta trajetória de embates entre *criollos* e indígenas, indo e vindo a relatos de massacres

⁶⁷ SHE, 14/11/1877.

⁶⁸ MASES, Enrique. *Estado y cuenti6n ind6gena. El destino final de los indios sometidos en el sur del territorio (1878-1910)*. Buenos Aires: Prometeo, 2002, p. 87.

semelhantes, desde o período colonial, passando pelo governo de Juan Manuel de Rosas e pelos turbulentos anos da Confederação.

Uma série de fatores sustentou a opção bélica e legitimou a aniquilação de indígenas no sul da Argentina. Séculos de violências mútuas geraram inimizades contundentes; concorrências comerciais se acirraram; a vergonha por não conseguir efetivar o controle territorial sobre regiões dominadas por povos selvagens foi se tornando insuportável; a crescente tensão a partir da década de 1850, com foco concentrado na província de Buenos Aires, insustentável; até que a pressão por terras e os interesses imediatos e privados dos habitantes da fronteira consolidaram uma imagem do indígena como bárbaro, sanguinário e incivilizável. Os recursos materiais e tecnológicos surgiram na década de 1870 e possibilitaram estas ações.

Segundo o historiador Walter Delrio, “neste contexto, ganhou força um discurso que homogeneizava e chamava aos povos nativos de ‘selvagens’, sobrepondo-se às histórias particulares de cada um deles. Apesar de vozes discordantes, constituiu-se hegemônica a idéia da ‘missão civilizadora’ do Estado como valor universal. Neste processo, construiu-se uma visão do ‘outro’ denegrida e uma imagem de ‘nós’, comunidade nacional, como fator de civilização (...). O indígena representava um ‘outro’ *externo à nação*, mas *interno ao território* que o Estado reclamava como nacional”⁶⁹.

O mandato de Adolfo Alsina no Ministério de Guerra e Marinha foi fundamental para a ocupação dos pampas pelo governo argentino. Sua estratégia, cara e precavida, de construir uma trincheira, fez surgir um cinturão seco que levou paz às *estancias* e guerra às *tolderias*. A partir da *zanja*, o exército *maloneou*, depredou, vandalizou, assassinou e destruiu – segundo os próprios termos militares empregados contra os indígenas. A morte do ministro, no final de 1877, ocorreu em um momento em que os comandantes caçavam impiedosamente os caciques. O sucessor potencializou a violência, seu nome: Julio Argentino Roca.

e. As “Campanhas do Deserto”

Roca era o representante da geração de militares que construiu sua carreira sob o governo liberal, nos fortes e *fortines* da fronteira indígena. Comandou o quartel-general da fronteira sul, em Rio Cuarto (província de Córdoba), e sua primeira ordem ao assumir o

---

⁶⁹ DELRIO, Walter Mario. *Memorias de expropiación*, op. cit., pp. 62-63.

ministério foi a suspensão da construção da trincheira⁷⁰. Para ele, a obra era cara e desnecessária. Chegara a hora de aplicar a Lei 215.

A ascensão política de Roca marcou o poder e prestígio crescentes do Exército. Seus oficiais muitas vezes não se viam apenas como superiores aos caciques, mas também aos civis, reclamando dos “velhos políticos”, como Mitre e Alsina. Eles entendiam a si mesmos como agentes da transformação argentina e passaram a executar um projeto modernizante conservador e autoritário. Investiram no monopólio da força e desmobilizaram as Guardas Nacionais⁷¹. Os *estancieros*, *vecinos* e pecuaristas, maiores interessados na ocupação territorial e instigadores da beligerância, foram aliados do botim⁷².

Enquanto violentos ataques eram desferidos contra os caciques, especialmente Namuncurá e Catriel, o governo elaborou uma atualização do tratado de paz com os Ranquel. Neste, os caciques eram obrigados a reconhecer a soberania argentina sobre suas terras e a acatar a autoridade nacional, enquanto membros e habitantes da República Argentina (Preâmbulo); continuavam recebendo gado trimestralmente (Art. 5º); e em troca entregariam todos os *criollos* e mestiços exilados para a Justiça (Art. 6º)[:] colaborariam no combate a inimigos externos e outros caciques (Art. 13º)[:] e receberiam pacificamente a visita de missionários (Art. 7º). Em caso de qualquer *malón*, o governo consideraria o tratado rompido e responsabilizaria o cacique (Art. 11º)⁷³.

A paz renovada com os Ranquel possibilitou ao Ministério de Guerra e Marinha manter os ataques fortuitos contra outros Chefes, como Namuncurá, atacado em janeiro, julho, outubro e novembro daquele ano. Nas palavras do Cel. Daniel Cerri, responsável pelas ações no começo do ano, ele “fez o que foi humanamente possível para ajudar em seu propósito (...) de exterminar completamente aquela famosa tribo do General Cacique Namuncurá, que não há muito tempo, no apogeu de seu poder, impunha condições de paz e custava a Buenos Aires um regresso de sangue e lágrimas, com suas vandálicas excursões”⁷⁴.

⁷⁰ Segundo Vanni Blengino e Juan Carlos Walther, foram construídos aproximadamente 370 quilômetros de trincheira. Entretanto, o relatório final produzido pelo engenheiro Alfred Ebelot informa 440 quilômetros (SHE, 28/01/1878).

⁷¹ SHE, 10/01/1878.

⁷² Menos de um ano após Roca assumir o poder, a *Comisaria Rural de Bahía Blanca* escreveu ao ministro para reclamar que os pecuaristas da região não participavam da divisão do gado confiscado nas *tolderias*. Ao reclamarem aos comandantes sua parte ou ao menos os animais com suas marcas de ferro, sequer eram ouvidos. SHE, 14/12/1878.

⁷³ Tratado de paz entre o Ten. Cel. Manuel José Olascoaga e os caciques Epumer Rosas e Manuel Baigorrita apud WALTHER, Juan Carlos. *La Conquista del Desierto*, op. cit., pp. 815-818.

⁷⁴ SHE, 16/01/1878 (grifos meus).

Os termos são auto-explicativos: não se pensava em submissão pacífica ou forçada, integração ou assimilação, mas no extermínio.

Enquanto as tropas atacavam *tolderias* e caciques, cientistas do Exército produziam mapas, relatórios e planejavam a ocupação das terras. Um jovem advogado chamado Estanislao Zeballos acompanhou os soldados e produziu relatório pessoal, entregue ao governo e à imprensa e logo publicado. Nele, descreveu o ambiente e seus habitantes nativos para contrapor o que chamou de deserto e de bárbaros às possibilidades elencadas pela civilização argentina àquelas terras:

“Estes índios [de Namuncurá] vivem do roubo e fazem a guerra contra o cristão com crueldade e ódio implacáveis, como se satisfizessem uma vingança horrível, jurada por seus progenitores ante a injustiça com que foram tratados. Suas invasões às nossas terras deixam rastros banhados de sangue, marcados pelo incêndio e o saque; e em seus *toldos* fazem seus desgraçados prisioneiros e cativos sofrerem horríveis e indescritíveis torturas”⁷⁵.

Em seu *La conquista de quince mil léguas*, Zeballos consolidou uma série de imagens sobre os pampas, os indígenas, civilização e barbárie. Aquele foi um manifesto pela ocupação definitiva *criolla* dos pampas e se relacionou com as discussões no Congresso e na imprensa a esse respeito.

No meio do ano, o ministro Roca apresentou o projeto de Lei Nº 947, para aplicar a ocupação dos territórios até os rios Negro, Limay e Neuquén. Foi solicitada uma dotação orçamentária extraordinária ao Congresso, justificada em termos racionais e científicos no discurso do ministro em sua defesa:

“A primeira linha atual (...) abraça uma extensão de trezentas léguas geográficas, e a segunda (...) mede cento e sessenta léguas (...), que custam à Nação (...) \$ 2.361,199 por ano (...), e é possível com 6.174 soldados, guardar completamente todos e cada um dos pontos que podem ser atacados pelos selvagens (...).

Entretanto, a fronteira no rio Negro estará bem guarnecida por dois mil homens, e mesmo por mil e quinhentos (...). A natureza do terreno árido e seco que caracteriza a zona compreendida entre o Colorado e o Negro (...), e a profundidade das águas (...) facilitam admiravelmente a defesa (...).

---

⁷⁵ ZEBALLOS, Estanislao. *La Conquista de Quince Mil Leguas*. Buenos Aires: Taurus, 2002, pp. 305-306

Calculando, pois, sobre dois mil homens, que é o máximo das forças necessárias para a defesa desta linha, resultará um gasto ao ano de 692.394 pesos fortes, que dará uma diferença anual em favor do Tesouro Nacional de 1.666.805 pesos fortes”⁷⁶.

A primeira justificativa apresentada ao Congresso foi financeira. Gastos extraordinários naquele ano resultariam em uma economia considerável dali em diante, reduzindo-se, hipoteticamente, em 70% o gasto com a fronteira indígena. Como se essa argumentação não fosse já suficientemente convincente, o general continuou apresentando perspectivas bastante positivas para o futuro da região:

“Entretanto há, sobre esta mesma economia, o incremento considerável que tomará a riqueza pública (...), a população poderá estender-se sobre vastas planícies e os criadores multiplicar-se-ão consideravelmente sob a proteção da Nação, que só então poderá chamar-se com verdade dona absoluta dos pampas argentinos. Por outro lado, a ocupação do rio Negro (...) facilitará a colonização e a conquista pacífica da parte compreendida entre o Limay e o Neuquén (...)”⁷⁷.

De acordo com esta sequência lógica, as Campanhas do Deserto permitiriam também a solução de dois dilemas da Argentina. Ocupariam as terras em disputa com o Chile na Cordilheira e abririam vastos e férteis territórios para a ocupação produtiva e efetiva, atribuída a colonos trabalhadores: os imigrantes. O projeto delineado agregou diferentes anseios e receios, e foi apresentado como a solução para os problemas argentinos: acabaria com os *malones*, as disputas geoestratégicas e ainda potencializaria a civilização nacional. A este futuro promissor, Roca contrapôs o que sucederia caso a Lei não fosse aprovada:

“Na superfície de quinze mil léguas que se trata de conquistar, (...) pode-se estimar a população indígena que a ocupa em vinte mil almas, em cujo número poderão ser contados de mil e oitocentos a dois mil homens de lança, que se dedicam indistintamente à guerra e ao roubo, que para eles são sinônimos de trabalho.

Os Ranquel, famosos nos pampas por serem os mais valentes, se encontram reduzidos na atualidade a menos de seiscentas lanças em consequência de haverem-se apresentado grupos numerosos aos chefes de fronteira (...). O Ministro atual da Guerra percorreu pessoalmente esses lugares e pode assegurar que não poderiam ser melhores para o gado e mesmo para a colonização (...). O outro grupo araucano que habita esta região e que é o

⁷⁶ Mensaje y proyecto del Señor MGyM, Gal. D. Julio A. Roca, sobre la traslación de la frontera sur á los Rios Negro y Neuquén, apud WALTHER, Juan Carlos. *La Conquista del Desierto*, op. cit., pp. 804-809.

⁷⁷ Idem.

mais considerável, é a tribo de Namuncurá, notavelmente diminuída (...), formando algo parecido a um acampamento árabe em marcha através do deserto (...)”⁷⁸.

Roca se utilizou explicitamente do estudo de Zeballos e sua análise científica das vantagens na ocupação da região. A argumentação do ministro seguiu contrapondo a atual ocupação bárbara, pautada “na guerra e no roubo”, com o futuro de “pecuária e colonização”, investindo nas arraigadas noções sobre a barbárie indígena comparadas aos beduínos e associadas ao atraso, contrapostas à idealizada Argentina civilizada, povoada por colonos brancos europeus. Por fim, e mais uma vez, o retorno aos legitimadores dados estatísticos:

“Como se vê, os pampas estão muito longe de se encontrarem cobertos de tribos selvagens, e estas ocupam lugares determinados e precisos. Seu número é insignificante, em relação ao poder e aos meios de que dispõe a Nação. Temos seis mil soldados armados com os últimos inventos modernos da guerra, para opor a dois mil índios que não têm outra defesa que a dispersão, nem outras armas além da lança primitiva e, entretanto, lhes prestigiamos com a iniciativa, idealizando fortificações, como se fossemos um povo pusilânime, contra um punhado de bárbaros”⁷⁹.

Aos militares e políticos liberais positivistas, os números eram o retrato da verdade e Roca foi eficiente ao tratar os dados. Provocou os deputados, questionando como dois mil indígenas poderiam fazer frente a seis mil soldados argentinos. Para concluir, apresentou o futuro oferecido a aqueles indígenas:

“(…) é necessário expulsar os índios do deserto que se trata de conquistar, para não deixar um só inimigo na retaguarda, submetendo-os pela perseguição ou pela força, ou empurrando-os ao sul daquela barreira (...). Não se explica como permanecemos em perpétuo alarme e tensão, vendo arrasarem nossos campos, destruírem nossa riqueza, incendiarem povoados e até sitiarem cidades em toda a parte sul da República, sem nos apressar a extirpar o mal pela raiz e destruir esses ninhos de bandoleiros que o deserto protege e mantém (...).

Enunciados assim os grandes propósitos deste pensamento, e os meios mais indispensáveis que requerem sua realização, o Poder Executivo deve acrescentar, para concluir, que crê justo e conveniente destinar oportunamente aos primitivos possuidores do solo, uma parte dos territórios que ficarão dentro da nova linha de ocupação, (...)

---

⁷⁸ Ibidem (grifos meus).

⁷⁹ Ibidem.

reservar para os índios amigos, e aos que adiante se submetam, uma área (...) onde se poderão concentrar depois em populações agrícolas”⁸⁰.

É interessante contrapor os termos utilizados no primeiro parágrafo da citação acima – “expulsar”, “submeter”, “perseguir”, “extirpar”, “destruir” – com o apresentado ao final deste discurso, aparentemente sob pressão de grupos defensores da assimilação. O governo definiria “oportunamente” e somente para os *índios amigos* e aqueles que eventualmente se submetessem pacificamente, algum local para sua que se transformassem em camponeses. Ficava evidente a prioridade bélica e a descrença na possibilidade pacífica, a inexistência da negociação e do reconhecimento político, social ou cultural dos indígenas.

Durante as negociações pela aprovação da Lei, muito se discutiu sobre os usos a serem dados às terras conquistadas – as já famosas *quinze mil léguas* – e como financiar as expedições militares. Para sanar estas questões, o governo propôs um sistema sintomático para a compreensão dos interesses por trás das Campanhas do Deserto expresso nos seguintes artigos:

“Art. 5º: O Poder Executivo fica autorizado a levantar (...), uma dívida pública para o importe (...) aos gastos que demande a execução desta lei.

Art. 6º: Serão quatro mil títulos de quatrocentos pesos fortes cada, emitidos nominalmente ou ao portador (...).

Art. 7º: Os capitais arrecadados renderão seis por cento anualmente, pagos semestralmente, e serão amortizados por meio de adjudicações em propriedades de lotes de terra (...).

Art. 9º: (...) os detentores dos títulos poderão pedir (...) a amortização de seus títulos por adjudicação de lotes de terra (...)”⁸¹.

O texto da lei preparado para aprovar e financiar as expedições militares com o objetivo de conquistar definitivamente os pampas dos indígenas expõe os grupos interessados. Apesar da fala técnica financeira de Roca referente a custos e economias proporcionados pelas campanhas, os deputados procuraram uma fonte alternativa de financiamento e esta foi a emissão de títulos da dívida pública atrelados diretamente às terras a serem conquistadas. Esta estratégia possibilitou manter a ordem política, social e econômica vigente, pois restringiu a um seleto grupo as pessoas habilitadas a se instalar nos pampas conquistados. Mestiços,

⁸⁰ Ibidem (grifos meus).

⁸¹ Lei de transposição da fronteira aos rios Negro e Neuquén, de 04/10/1878,. In: ZEBALLOS, Estanislao. *La conquista de quince mil leguas*, op. cit., pp. 425-426.

criollos pobres, classes médias urbanas e imigrantes individuais não conseguiram comprar os tais títulos. Militares receberiam títulos como recompensa pelos trabalhos prestados e a elite portenha poderia lucrar duplamente, ao pagar proporcionalmente pouco por terras férteis e ao especular com os referidos títulos.

Confiante na vitória legislativa, Roca escreveu a Zeballos para agradecer seu apoio e recompensá-lo com a contratação de novos serviços:

“Desnecessário salientar a importância deste trabalho [*La Conquista*] a todos os chefes e oficiais do exército que participarão ativamente das ações contra os inimigos tradicionais de nossa riqueza agrícola (...). Seus patrióticos e desinteressados trabalhos não devem se deter aqui, não estarão completos até que escreva a história desta cruzada (...), e a descrição científica da vasta região que vamos conquistar, demonstrando ao mesmo tempo a importância econômica que adquirirão estes novos territórios quando sobre eles se derrame a imigração”⁸².

A lei de transposição da fronteira aos rios Negro e Neuquén foi aprovada em 04/10/1878 e, na sequência, voltaram os ataques aos caciques. Marcelino e Juan José Catriel foram alvos prioritários. Atacados em novembro, acabaram se separando: o primeiro foi preso⁸³, e o segundo se rendeu dias depois, exaurido pela perseguição implacável a que foi submetido⁸⁴.

Após a vitória sobre os Catriel e o desmantelamento da Confederação de Salinas Grandes, restavam os Ranquel. Para eles, foi preparada uma estratégia especial. O tratado recém-renovado serviu como isca, um cavalo-de-tróia pampeano:

“Escrevi aos Caciques Epumer e Baigorrita, fazendo-lhes crer que minha ida ali, era com o objetivo de regularizar e formalizar um novo tratado de paz (...). Minha idéia, que felizmente se realizou era que as cartas mandadas distraíssem parte da atenção que os selvagens me dedicavam e enquanto em seus habituais debates tratavam a respeito do que haviam de se decidir, eu com a força sob minhas ordens, poderia abatê-los quando apontasse o dia seguinte. Assim o fiz e no dia 18 às 4 da manhã estive em Potigue”⁸⁵.

A traição aos Ranquel somente não foi plenamente bem-sucedida porque os caciques estavam atentos e conscientes a toda movimentação que varria os pampas e, precavidos por

⁸²⁸² Roca a Zeballos (17/09/1878),. In: ZEBALLOS, Estanislao. *La Conquista de Quince Mil Leguas*, op. cit., p. 45.

⁸³ SHE, 19/11/1878.

⁸⁴ SHE, 09/12/1878.

⁸⁵ SHE, 11/12/1878 (grifos meus).

Namuncurá, não dormiram nas *tolderias*⁸⁶, mesmo assim, viram 190 dos seus serem presos e dez morrerem⁸⁷. Assim como ocorreu com os Catriel, a perseguição foi implacável e, em fevereiro, Epumer Guor foi preso com mais 260 indígenas⁸⁸. Os poucos Ranquel que permaneceram livres se juntaram à marcha empreendida por Namuncurá⁸⁹ rumo sudoeste, aos Andes, às terras de Valentín Saygüequé.

Este cacique era até então um aliado do governo. Suas terras distavam muito dos centros econômicos e interessavam apenas na disputa geopolítica com o Chile. Atento ao que ocorria nos pampas, o cacique tentou conciliar os tradicionais tratados com a recepção aos caciques aliados comerciais históricos, procurando se estabelecer como mediador: “Saygüequé se comportou com ambivalência com outros Chefes Mapuche, e não apenas com as autoridades argentinas. Segundo as cartas de Manuel e Bernardo Namuncurá, supomos ter sido evasivo aos convites de Reuque e seus sobrinhos. Na melhor das hipóteses, procurou colocá-los sob seu comando (...). O desespero nas cartas mostra que Saygüequé era quem estava em melhores condições para coordenar uma resposta política e militar conjunta”⁹⁰. Os militares não precisavam mais da intermediação política de cacique algum para fazer valer seus planos; aliás, não reconheciam mais a autoridade de nenhum indígena. Inclusive a de Saygüequé, que em pouco tempo passou a não receber mais as rações e na sequência também foi perseguido.

Executada a primeira fase das Campanhas – o aniquilamento das resistências e a destruição das estruturas políticas, sociais e econômicas – Roca iniciou, em abril de 1879, a fase decisiva. Seu objetivo foi descrito no discurso do ano anterior: “expulsar os índios do deserto, (...) não deixar um só inimigo na retaguarda, submetendo-os pela perseguição ou pela força, ou empurrando-os ao sul daquela barreira (...), extirpar o mal pela raiz e destruir esses ninhos de bandoleiros que o deserto protege e mantém (...)”⁹¹.

---

⁸⁶ Todo o gado foi confiscado e as tropas violaram o túmulo de Paghitruz Guor. Seu crânio e seu arquivo pessoal foram levados a La Plata e logo foram integrados ao Museu de História Natural local. Em 2001, após décadas de mobilização, os pouquíssimos Ranquel ainda existentes sepultaram novamente o cacique nas proximidades de Leuvucó.

⁸⁷ SHE, 19 E 24/12/1878.

⁸⁸ SHE, 05/02/1879.

⁸⁹ As Salinas Grandes tampouco ofereciam refúgio seguro. Abandonadas, no início de 1879, foram invadidas e as *tolderias* saqueadas, em maio, pelo Exército. Nesta oportunidade, as tropas também violaram o túmulo de Calfucurá e recolheram o arquivo semi-destruído do cacicado.

⁹⁰ VEZUB, Julio Esteban. *Valentín Saygüequé y la Gobernación Indígena de las Manzanas*, op. cit., p. 269.

⁹¹ Mensaje y proyecto del Señor MGyM, Gal. D. Julio A. Roca, sobre la traslación de la frontera sur a los Rios Negro y Neuquén, apud WALTHER, Juan Carlos. *La Conquista del Desierto*, op. cit., pp. 804-809.

Com estes objetivos, Roca dividiu seus seis mil soldados em cinco divisões que partiram paralelas das províncias de Buenos Aires, Córdoba, San Luis e Mendoza. As estratégias de ataques furtivos, mortes aos resistentes e transferências por terra de feridos e prisioneiros foram mantidas.

A Primeira Divisão, comandada pessoalmente por Roca, tinha como objetivo seguir até o rio Negro e lá tomar posse da estratégica ilha fluvial Choele Choe; a Segunda objetivou as Salinas Grandes e arredores, varridos “morro a morro”, na expressão do comandante; a Terceira partiu de San Luis para “limpar” a área ocupada pelos Ranquel, especialmente as proximidades da lagoa Leuvucó; a Quarta partiu de Mendoza e acompanhou território montanhoso e desconhecido para alcançar o Neuquén e bloquear a fuga indígena ao Chile; a Quinta permaneceu vagando pelos pampas, procurando identificar os últimos esconderijos e localizar grupos que eventualmente tivessem conseguido escapar das outras Divisões.

Locais percorridos pelo exército durante as Campanhas do Deserto (abril-maio 1879)

Fonte: Sarasola, C. M. *Nuestros paisanos, los indios*, op. cit., p. 281.

A perseguição foi implacável e concretizou, em pouco mais de quatro meses, o domínio argentino sobre os pampas e as passagens andinas ao Chile. Segundo o próprio ministro Roca, a tarefa foi mais fácil do que a planejada. O cerco econômico determinado pela trincheira de Alsina resultou em rompimentos nas redes políticas, sociais e culturais. As operações militares prévias, dirigidas aos principais caciques, iniciadas ainda no mandato de Alsina, em 1877, completaram a desestruturação das comunidades indígenas pampeanas. Entre abril e agosto de 1879, o exército perseguiu os últimos resistentes e confinou aqueles que ainda não haviam sido presos às serras pré-andinas ou à fria Patagônia ao sul do rio Negro.

Conforme fora prometido em seu discurso ao Congresso em 1878, Roca retornou ao Legislativo, ao final das operações militares para apresentar seu saldo⁹². As terras estavam liberadas para a pecuária e colonização, os produtores das regiões anteriormente invadidas não precisavam mais temer *malones* e a Argentina podia se apresentar civilizada ao mundo. Naquela oportunidade, foram compilados os números referentes a combates, mortos e presos.

Estes não devem ser tomados como a expressão incontestável da realidade, mas oferecem perspectivas para a compreensão dos objetivos idealizados pelos liberais:

Categoria	Mortos 1877/1878	Mortos 1879	Presos 1877/1878	Presos 1879	Percentual morto
Caciques principais	0	1	4	6	9%
Guerreiros	757	1.313	1.225	1.271	45%
<i>Chusma</i>	6.959	0	4.863	11.562	30%
Total	8.473	1.314	6.092	12.863	34%

A leitura destes dados, referentes somente aos três anos de operações militares mais ativas e hostis, possibilita compreender a importância destruturadora das campanhas prévias de 1877/1878 e a opção inicial pela dura resistência indígena. Com ataques centrados sobre as *tolderias* dos caciques, uma quantidade impressionante de *chusma* – mulheres, crianças e idosos – também foi morta. Em 1879, com os grupos já em fuga pelos pampas, não havia muito espaço para os ataques surpresa às *tolderias*. Houve um acréscimo considerável na

⁹² Cf. WALTHER, Juan Carlos. *La Conquista del Desierto*, op. cit.

quantidade de *chusma* presa, enquanto a maioria dos guerreiros (*lanza*) ainda teve como fim a morte.

Os dados oficiais informam que 58% das pessoas enfrentadas pelo Exército, entre 1877 e 1878, foram mortas – descontando-se os feridos que morreram distante ou após serem presos. Esta informação é crucial para a compreensão do projeto delineado para a Argentina pelos liberais que unificaram o país. Em diferentes oportunidades, o ministro e general Julio Argentino Roca recorreu a expressões como “destruir”, “desaparecer”, “extinguir” e “solucionar”; seus comandantes militares foram ainda mais enfáticos ao utilizar “exterminar”.

Na segunda metade da década de 1870, os liberais argentinos puderam colocar em prática idéias gestadas há décadas ou até séculos, utilizando-se das armas para ocupar militarmente os pampas, anexar definitivamente aqueles territórios à jurisdição nacional e suprimir lideranças políticas com quem os *criollos* se envergonhavam de ter que negociar e aceitar condições. Uma quantidade enorme de terras foi liberada para o gado e o trigo, divididas em sua maior parte pelos oficiais do Exército, famílias *estancieras* tradicionais e investidores internacionais. Os indígenas estavam divididos entre presos e fugitivos – desalojados de suas terras, alijados de animais, perseguidos pelos militares e derrotados politicamente.

f. Após as Campanhas: *criollos*, imigrantes e indígenas

Roca voltou a Buenos Aires triunfante e conquistou vitória acachapante nas eleições, tornando-se presidente da Argentina, em 1880. Ele foi o símbolo da vitória do projeto liberal unitário preconizado por Sarmiento em *Facundo*, ainda na década de 1845, colocado em prática com muita violência, a partir de 1852. O subtítulo do clássico ensaio literário definiu o binômio opositor *civilização e barbárie*; com a unificação nacional em 1862 e a ascensão liberal ao poder, metamorfoseou-se para o hostil *civilização ou barbárie*; vinte anos depois se tornou o hegemônico *civilização*.

A partir da conquista dos territórios indígenas, ganhou força, na década de 1870, a execução do projeto de imigração européia em larga escala, em estado incipiente. Naquela década, a Argentina recebeu pouco mais de noventa mil indivíduos, índice multiplicado nos dez anos seguintes às Campanhas⁹³. A propaganda vendia nos portos e regiões pobres da Itália

⁹³ Na década de 1900, foram praticamente um milhão de imigrantes, índice diminuído pela metade para o período posterior, mas retomado na década do pós-guerra. Segundo o censo de 1895, praticamente um quarto da

e da Espanha a imagem de planícies verdejantes à espera de braços trabalhadores, mas a realidade diferiu bastante. A densidade demográfica e a composição étnica argentina se transformaram profundamente até a década de 1920, mas este movimento não foi acompanhado de semelhante mudança no acesso à terra, às riquezas e ao poder⁹⁴.

Apesar de inúmeros projetos destinados a consolidar a pequena propriedade nos pampas, com o intuito de constituir uma sociedade de proprietários, como a preconizada nos projetos colonizadores do Império Britânico e do oeste dos EUA, a realidade foi bastante distinta. Exceto em casos isolados, a maior parte das terras ficou nas mãos das tradicionais elites *estancieras*, militares e políticos. Alguns concentravam mais terras do que os grandes caciques no auge de seu poder na década de 1850.

Enquanto repartiam o botim da conquista, os liberais mantiveram o Exército de prontidão, incumbido de realizar as últimas expedições para “limpar” as florestas do Neuquén, avançando se possível sob a Patagônia ao sul do rio Negro.

A situação dos indígenas era lastimável. Aproximadamente 20.000 deles foram presos e governo e clérigos passaram a disputar quem estaria incumbido de civilizar esta massa populacional. Confinados à ilha Martin Garcia, muitos morreram e outros esperaram anos pela liberdade.

Caciques e guerreiros foram os que mais demoraram a sair. Juan José e Marcelino Catriel passaram pelo menos oito anos enclausurados. O primeiro, passou anos tentando reaver suas terras e conseguiu como consolação uma pequena propriedade próxima a Olavarria, na província de Buenos Aires, por ele e seus descendentes tantas vezes defendida. Seu irmão teve fim pior, como arrendatário de terras próximo ao antigo forte Azul, onde viveu criando ovelhas.

Epumer Guor, traído no final de 1878 e preso no início do ano seguinte, ficou encarcerado até 1883. Foi enviado para trabalhar como simples peão na *estancia* do senador Antonio Cambaceres, onde faleceu pouco depois – talvez de desgosto e vergonha.

---

população era de origem estrangeira. MINISTERIO de Agricultura. *Resumen estadístico del movimiento migratorio en la República Argentina, 1857-1924*. Buenos Aires, 1925.

⁹⁴ Logo após a vitória sobre os indígenas e o início da chegada maciça de imigrantes, os mesmos setores liberais conservadores *criollos* passaram a se criticar a perda do que chamaram de “caráter argentino da sociedade”. Estavam preocupados, pois os imigrantes reais não eram aqueles idealizados e logo foram associadas ao expurgo da civilização européia. As novas massas urbanas falavam outros idiomas e questionavam sua predominância política e social. Contra estes, foram utilizados os mesmos expedientes violentos.

Namuncurá e Reuque Curá, albergados por Saygüequé agora transformado em inimigo da Argentina, conseguiram se manter ainda alguns anos livres, permanecendo pouco tempo no mesmo lugar, receosos das tropas em constante movimentação pela região.

O destino dos guerreiros e da *chusma* é ainda mais difícil de ser traçado: “o governo resolveu pela distribuição dos contingentes de indígenas presos, enviando-os a diferentes destinos longe da fronteira, desmembrando as famílias de maneira que mulheres e crianças foram enviadas para trabalhos domésticos, enquanto os adultos foram alistados no Exército ou na Marinha; alguns contingentes foram enviados às províncias do norte e do litoral fluvial como mão-de-obra para engenhos açucareiros e estabelecimentos rurais”⁹⁵.

Contemporâneos narraram cenas de desolação, marcadas por homens combalidos, mulheres tentando achar seus filhos e crianças chorando desesperadamente. Desde muito tempo havia o costume de ter nas casas ricas *indiacitas* – criadas domésticas e damas de companhia em regime semi[-]servil. Durante décadas, os comandantes da fronteira forneceram estas mulheres, conquistadas nos ataques às *tolderias*, a parentes e conhecidos. Após a vitória na Guerra do Paraguai, sua presença se tornou ainda mais recorrente. Com as Campanhas do Deserto, famílias indígenas foram desagregadas durante os ataques, nos centros de reclusão na fronteira, no transporte ou já chegando à capital. Nomes foram mudados e traços familiares perdidos. O governo outorgou à *Sociedade de Beneficência* o poder para alocar mulheres e crianças entre a elite portenha⁹⁶.

Esta organização de senhoras recebia lotes duas vezes por semana provenientes de Martín García e os oferecia ao público em locais pré-determinados – na frente de igrejas, nas praças e bulevares, como se vê no anúncio publicado no diário *El Nacional*: “*Entrega de índios: às segundas e quartas-feiras será realizada a entrega de índios e índias às famílias desta cidade, por meio da Sociedade de Beneficência*”⁹⁷. Assim como ocorreu um século depois, durante a ditadura, militares do final do século XIX combateram opositores até o extermínio, procurando limpar e civilizar o país. Os filhos dos inimigos destruídos foram enviados clandestinamente a famílias *dignas*, aptas a treiná-los ao trabalho, submetê-los e integrá-los à sociedade.

Alguns grupos, depois de uma década encarcerados, demográfica e culturalmente aniquilados, receberam pequenas parcelas de terra. Transformados em camponeses, peões ou

⁹⁵ MASES, Enrique. *Estado y cuentión indígena*, op. cit., pp. 50-51.

⁹⁶ SHE, 27/10/1878.

⁹⁷ Entrega de índios, apud MASES, Enrique. *Estado y cuentión indígena*, op. cit., p. 91.

assalariados, praticamente desapareceram na Argentina civilizada: “na memória de distintas desterritorializações, define-se o novo espaço social e os locais de detenção, que incluem tanto os campos de concentração, como as missões, fábricas e colônias”⁹⁸.

O Exército manteve tropas vigilantes nos pampas, Andes e Patagônia. O trânsito dos soldados foi facilitado pelos mapas elaborados por Francisco Moreno, homem símbolo dessa geração que conquistou o “deserto”. Ele era naturalista, viajante, cartógrafo, geólogo. Conciliou a ciência exploratória difundida a partir da experiência de homens como Robert FitzRoy, com os interesses privados de seus contemporâneos engenheiros cartógrafos neozelandeses. Em sucessivas viagens na década de 1870, mapeou a costa patagônica e seus principais rios até obter prestígio e recursos para uma nova empreitada ao Neuquén, entre 1876 e 1877: “em sua quarta expedição”⁹⁹, Moreno contava com uma pequena embarcação, dois marinheiros, um grumete e um contra-mestre. Os meios postos à sua disposição pelo governo, comparados a outras expedições científicas, como a inglesa do *Beagle*, por exemplo, eram relativamente modestos. No entanto, sua expedição contava com o prestígio de ser uma missão oficial, dado que havia sido apoiada pela *Sociedad Científica Argentina* e pelo presidente Avellaneda”¹⁰⁰.

Em 1880, aproveitou as Campanhas e voltou ao Neuquén, sendo novamente recebido pelo cacique Saygüique. Aprimorou o mapeamento da região do lago Nahuel Huapi, em disputa fronteiriça com o Chile, mas notou a crescente animosidade contra si. Temendo por sua vida, montou uma balsa improvisada e desceu o rio Limay até alcançar as tropas. Na sequência, mobilizou contatos e conseguiu montar o Museu de História Natural na cidade de La Plata em construção, onde reuniu fósseis, rochas, animais empalhados, e crânios de caciques.

O conhecimento produzido por Moreno foi fundamental para a conquista da Patagônia. Em março de 1882, Conrado Villegas, comandante das tropas responsáveis por perseguir os últimos indígenas, ocupou o rio Agrio, já nas serras do Neuquén, por onde passou anos antes o intrépido expedicionário¹⁰¹. Em julho do ano seguinte, a rota tomada

---

⁹⁸ DELRIO, Walter Mario. *Memorias de expropiación*, op. cit., p. 296.

⁹⁹ A viagem rendeu um relato: MORENO, Francisco. *Viaje a la Patagonia Austral*. Buenos Aires: El Elefante Blanco, 2001.

¹⁰⁰ BLENGINO, Vanni. *La zanja de la Patagonia*, op. cit., pp. 93-94

¹⁰¹ SHE, 28/03/1882.

partiu do sul, acompanhou o curso do rio Chubut e alcançou as serras e os Andes, seguindo os mapas produzidos anos antes pelo referido viajante¹⁰².

Em relatório produzido em outubro de 1883, o Ten. Cel. Lino O. de Roa percorreu o sul da Patagônia, procurando identificar potencialidades econômicas, enxergando na paisagem o futuro que gostaria de delinear, ressignificando a natureza para termos compreensíveis à lógica ocidental. Para imigrantes colonos em potencial e *criollos* pecuaristas, era necessário saber o que encontrar e onde investir:

“Os vales (...) desta região são excelentes para abrigar estabelecimentos para a criação de gado (...). Os arroios (...) oferecem paragens propícias a pequenas colônias agrícola-pastoris (...). Me é altamente gratificante recomendar (...) ao infatigável e ativo súdito de Sua Majestade Britânica, o cidadão advogado Mr. William Andrews, que continuará acompanhando esta pequena expedição (...)”¹⁰³.

Deste relato, depreende-se o olhar atento para situar o futuro no presente, identificando-se também a surpreendente presença de um britânico acompanhando a expedição naqueles confins, muito provavelmente um integrante da inusitada colônia galesa estabelecida no Chubut, ainda em 1865.

Desde janeiro de 1879, havia jurisdição formal argentina sobre a Patagônia. O coronel Álvaro Barros foi seu primeiro governador¹⁰⁴. Conhecedor das dinâmicas indígenas e reconhecido pelos caciques, foi a ele que se dirigiram as negociações para rendições: “Saygüequé preferia se entender com Barros a com Villegas. O primeiro tratava aos Chefes como ‘estimados compatriotas’, sendo considerado mais acessível. Entretanto, foi Barros que se encarregou de explicitar os alcances brutais do programa político e social para os territórios conquistados: fim das rações e soldos; proibição dos circuitos de comercialização; (...) tabula rasa e uma suposta equiparação com os colonos imigrantes que recebiam terrenos, ferramentas, gado e apoio por um ano. Aceitar a proteção do governo e obedecer às leis eram requisitos (...). Depois da expropriação, Barros sugeria com cinismo que os indígenas poderiam progredir e enriquecer como os *estancieros*”¹⁰⁵.

As negociações para rendições sob condições favoráveis aos caciques não prosperaram. Reuque e Namuncurá tentaram a negociação com Villegas, em novembro de 1882, mas não foram bem-sucedidos. Em abril do ano seguinte, o antigo cacique das Salinas

¹⁰² SHE, 21/07/1883.

¹⁰³ SHE, 30/10/1883.

¹⁰⁴ SHE, 16/01/1879.

¹⁰⁵ VEZUB, Julio Esteban. *Valentín Saygüequé y la Gobernación Indígena de las Manzanas*, op. cit., p. 267.

Grandes contatou ao missionário salesiano Domingo Milanesio para tentar reabrir as negociações por uma rendição honrosa, novamente postergada e relegada pelos militares.

Reuque desistiu e cruzou os Andes rumo à Araucania, onde não encontrou situação muito melhor, pois simultaneamente aos argentinos, os chilenos também realizavam operações de ocupação territorial: “o movimento conjunto dos exércitos argentino e chileno, entre dezembro de 1882 e março de 1883, produziu os resultados esperados: submissão ou expulsão da população nativa. Em todos os casos, as ações foram descritas na documentação oficial como o avanço sobre grupos e territórios ‘selvagens’”¹⁰⁶.

Namuncurá resistiu até março de 1884, quando foi capturado com 146 guerreiros e 185 *chusma*, exauridos após sete anos de fugas e perseguições. Passado tanto tempo, já vivenciaram situação distinta daqueles presos em 1879: enquanto o cacique foi a Buenos Aires tentar uma parcela de terras, o restante do grupo ficou temporariamente instalado às margens do rio Negro. Mudaram duas vezes de local e o Namuncurá não conseguiu nada com o presidente Roca. Somente em 1894, foi-lhes prometido um terreno de oito léguas, das quais somente três foram efetivamente entregues, no Neuquén. O cacique lá faleceu em 1908, aos 97, três anos após seu filho caçula Ceferino ter morrido de tuberculose em Roma, onde era seminarista.

O último a se entregar foi o último a se tornar inimigo. No primeiro dia de 1885, Valentín Saygüequé e aproximadamente três mil indígenas se apresentaram ao general Vintter. Também alojados, temporariamente, às margens do rio Negro, por lá permaneceram por mais de dez anos, até conseguirem logo após Namuncurá, um terreno seco e frio no Chubut, onde o cacique morreu em 1903.

Pouco antes da rendição de Saygüequé, o governo dividiu a *Gobernación de Patagonia* em seis departamentos, atuais províncias de La Pampa, Río Negro, Neuquén, Chubut, Santa Cruz e Terra do Fogo. Naquele momento, já havia a certeza da dominação plena da região. Um dos últimos locais a ser dominado pelas tropas foi o Estreito de Magalhães, onde 52 *fueginos* foram encontrados. Algum ancião, talvez, poderia, algum dia, ter sido chamado de James Button, Fuegia Basket ou York Minster em uma inusitada visita à Inglaterra, em 1830.

---

¹⁰⁶ DELRIO, Walter Mario. *Memorias de expropiación*, op. cit., p. 66.

g. Argentina: a colonização da barbárie

Em abril de 1879, ao dar início às Campanhas do Deserto, o general Julio Argentino Roca se dirigiu às tropas:

“Soldados do Exército Expedicionário ao Rio Negro (...)

Para o assombro de todos os nossos cidadãos, em pouco tempo fizestes desaparecer as numerosas tribos dos pampas que se acreditavam invencíveis com o pavor que infundia o deserto e que eram como um legado que ainda teríamos que transmitir às gerações argentinas por um espaço de séculos.

Que a onda humana invada estes desolados campos que ontem eram o cenário de correrias destruidoras e sanguinárias, para convertê-los em empórios de riqueza e em povoados florescentes, em que milhões de homens possam viver ricos e felizes; quando isto ocorrer, estimarão então o verdadeiro valor e mérito de vossos esforços. Extinguindo estes ninhos de piratas terrestres e tomando posse real da vasta região que os abriga, abristes e dilatastes os horizontes da pátria (...) traçando (...) com vossas baionetas, um raio imenso para seu desenvolvimento e grandeza futura (...).

Sei que entre eles há caudilhos valentes e animosos, que preparam suas lanças preferindo sucumbir a renunciar vida de pilhagem. Lá iremos, ainda que se ocultem nos vales mais profundos dos Andes ou se refugiem nos confins da Patagônia”¹⁰⁷.

Este capítulo se centrou sobre as tensões constituídas na zona de contato da expansão territorial *criolla*, no sul da Argentina, procurando identificar os diferentes vetores envolvidos na construção e consolidação de uma imagem dos indígenas, como expressa pelo general Julio Argentino Roca.

A imagem da vila de *Nuestra Señora del Buen Ayre* evacuada em decorrência do cerco dos indígenas Querandí, em 1541, foi constantemente revisitada, retomada e ressignificada. Refundada quarenta anos depois, a cidade-porto tem sua origem em relações intensas e conflituosas com os indígenas, decorrendo em duas vertentes. A primeira, assinalou este mito de fundação para associá-lo a um recorrente desejo de vingança; a segunda, transformou o trágico início em sinal de uma sina portenha em permanecer à mercê dos caciques. Estas idéias estavam em mentes e falas de lideranças políticas, intelectuais e culturais na segunda metade do século XIX.

¹⁰⁷ Mensagem do MGyM, Julio A. Roca, ao Exército Expedicionário, antes da saída das tropas, apud WALTHER, Juan Carlos. *La Conquista del Desierto*, op. cit., pp. 587-591 (grifos meus).

Espanhóis e depois *criollos* e britânicos viram e descreveram os pampas como um deserto humano, repleto de oportunidades de enriquecimento. Confiantes no que afirmavam ser sua superioridade religiosa, cultural e, ao fim, racial, ignoravam ou apagavam os indígenas.

Quando se relacionaram com pessoas ou povos que os viram com desdém, os indígenas dos pampas e da Araucania se esforçaram para mostrar sua força, aproveitando o preconceito para revigorar suas resistências, procurando compreender as peculiaridades dos brancos. Desde o século XVI, houve relações de negociação e conflito, a partir das quais foram estabelecidas redes de circulação de pessoas, produtos e idéias. Eles participaram ativamente dos mercados coloniais e independentes, criaram alianças e oposições, miscigenaram e se esforçaram para manter a autonomia e o território, pois sabiam depender da terra para manter seu poder.

Quando a concorrência acabou com o gado *cimarrón*, no século XVIII, seu foco recaiu sobre as *estancias*. O que ainda era apenas concorrência comercial passou a ser também confronto armado e, logo, os dois lados identificaram o lucro na violência. Lucrava quem vendia animais, roupas e armas para as tropas; quem vendia animais, alimentos e *regalos* para o exército entregar aos caciques; e quem saqueava em uma região para vender em outra.

Quem vivia nestas zonas de contato, vivia na e da violência em tensão habitual, pautada pela relação cotidiana com o outro – fosse o soldado *criollo* ou o *malonero* indígena – e o constante receio do ataque. Os pecuaristas conviviam e concorriam com os caciques, sabiam que um ataque às *tolderias* resultaria em um *malón* e este poderia ser utilizado como justificativa para roubo, violência e expansão territorial.

Havia o interesse pelas terras, amparado pelo discurso da segurança, mas também o desejo por dominar, controlar, expressar sua superioridade. Atormentava aos liberais *criollos* não formalizar a jurisdição argentina sobre tantas terras; incomodava aceitar autoridades nativas, negociar com elas e reconhecer sua fraqueza político-militar diante de povos tidos como selvagens.

Os indígenas acompanhavam regularmente as disputas políticas e os projetos expostos pela imprensa escrita. Quando Urquiza lhes ofereceu tratados, houve o período de maior aproximação, pois foram reconhecidos territórios, liberdades e autoridades. Foi o auge de um projeto que acreditava na superioridade da civilização ocidental e na assimilação dos indígenas à sociedade argentina. Juntos, caciques e confederados combateram os portenhos.

Em uma década invadindo as zonas pecuaristas, os nativos explicitaram sua oposição ao projeto liberal: não pretendiam se tornar mão-de-obra, aceitar sua dominação, nem participar do mercado fundiário. Não supunham perder o controle de suas terras, pois sabiam depender delas para manter seu poder político, social e econômico. Houve interesse por algumas das chamadas “vantagens da civilização” – como técnicas metalúrgicas e agrícolas – e crescente participação nas redes comerciais. Ao frear a expansão da pecuária, na década de 1850, e fazer retroceder o território ocupado por Buenos Aires, os caciques expressaram sua força e assistiram à fusão de interesses de *estancieros* e políticos liberais.

Nas zonas de contato da expansão *criolla* – cujos símbolos principais eram as feiras estabelecidas próximas aos fortes – houve uma crescente insatisfação com os indígenas. *Vecinos* desejavam mais terras e poder, arrendatários sonhavam em ganhar terras ocupadas pelo exército, e imigrantes não contavam com os *malones* em seus sonhos de “fazer a América”. Estas pessoas enviaram abaixo-assinados, reclamações e correspondências com propostas beligerantes, oferecendo-se para colaborar pessoalmente com as tropas. Queriam empunhar armas para acabar com os indígenas.

Aos homens do campo, interessavam as terras, a paz e a prosperidade econômica; aos da cidade, a estabilidade político-econômica e a certeza de construir uma Argentina civilizada. No início do período de unificação política, na década de 1860, não havia uma aliança clara entre os interesses de *vecinos*, militares e elite política: muitos comandantes defendiam o lento e gradual avanço da linha de fronteira e lucravam com o fornecimento de *regalos* nos tratados; e os políticos ainda estavam concentrados em outros inimigos: o *gaucho* e o caudilho

A experiência da Guerra do Paraguai foi transformadora. Os velhos comandantes militares foram para o front internacional, abrindo espaço para uma nova geração nos fortes da fronteira indígena. O Exército se constituiu enquanto instituição nacional e investiu em sua cientificidade e modernização: o telégrafo, a ferrovia e o rifle revolucionaram a forma de guerrear e desequilibraram as forças na fronteira indígena. O engenheiro e o cartógrafo passaram a acompanhar as tropas e seus produtos alcançaram o status de verdade.

A partir do fim do conflito, os novos comandantes sabiam que não precisariam mais manter o velho jogo de defesa e contra-ataque: podiam articular os fortes a partir do telégrafo para não deixar ocorrer nenhum *malón*; elaboravam mapas de regiões até então desconhecidas, e planejavam avançar com os rifles sobre as *tolderias*.

Com a ascensão política e militar desta geração de comandantes formados nos fortes da fronteira sul, deu-se a transformação na forma de entender as relações com os nativos. Acostumados ao cotidiano bélico, às tensas e intensas relações com os caciques, aos interesses dos *vecinos* e investidores britânicos, e cercados de objetivos e interesses pessoais, eles fundiram o temor secular da invasão indígena com os ideais de oposição entre civilização e barbárie. Estabeleceram o novo princípio delineador do Estado centralizado argentino a partir de meados da década de 1870: o indígena não era apenas selvagem e violento, mas bárbaro, sanguinário, incivilizável e uma barreira para o avanço da Argentina.

No entendimento dos *vecinos*, os pampas não precisavam da mão-de-obra. A demanda se dava por terras livres, desertas de barbárie para prosperar a civilização. E a civilização somente seria alcançada com a superação da barbárie, seu extermínio e a chegada do novo, idealizado, transformador e civilizador colono europeu. Em nome da civilização, exterminariam o indígena.

Arrendatários *criollos*, colonos imigrantes europeus e investidores britânicos compartilharam destas idéias e acreditavam não haver mais espaço para indígenas nos pampas. A Argentina deveria acelerar seu rumo à civilização e nesta não cabiam caciques, símbolo da barbárie: a eles já havia sido oferecida a catequese e a sedentarização; eles comiam cavalos, tinham pele escura, falavam uma língua estranha, não queriam ceder, trocar, nem vender suas terras.

Os projetos dos missionários católicos não eram mais recebidos com entusiasmo nem por *vecinos*, tampouco por imigrantes ou políticos. A eles, não interessava mais ver indígenas usando roupas ocidentalizadas e falando castelhano. Seus usos e costumes eram muito diferentes, eles eram concorrentes econômicos e dificultavam a prosperidade. O ideal era o desaparecimento dos nativos para a efetivação da vitória da civilização na Argentina. Ao dar voz a quem sofria a violência mútua cotidiana, foi possível transformar o adversário político em bárbaro: colonizaram a barbárie.

Na Argentina, a fórmula elaborada pelos liberais *criollos* para expressar seu poder e autoridade sobre os pampas recaiu no fortalecimento de um discurso pautado por um par opositor entre a civilização e a barbárie. Colonos imigrantes, arrendatários e *vecinos*, armados como Guardas Nacionais, foram colocados no campo de batalha. Instigados à luta e instigadores de beligerâncias, assumiram o discurso sarmientiano e o potencializaram, como o expresso por Roca, em 1879, diante dos soldados. Ao opor o futuro da Argentina civilizada ao

passado indígena bárbaro, levou-se à supremacia *criolla*, à permanência de estruturas sociais, políticas e econômicas, à colonização da barbárie.

CAPÍTULO VI

Conexões e comparações:

Nova Zelândia, Argentina e a colonização da barbárie

CAPÍTULO VI

Conexões e comparações: Nova Zelândia, Argentina e a colonização da barbárie

A Argentina e a Nova Zelândia, distantes mais de dez mil quilômetros no globo, foram visitadas, estudadas e mapeadas pelos britânicos. Em suas viagens comerciais, caçadoras e científicas pelo planeta, eles disseminaram pessoas, idéias, produtos, animais e plantas. O comandante-explorador Robert FitzRoy foi um homem do Império e, durante sua vida, viajou pelas Américas, Europa e Oceania, propiciou a circulação, na Europa, de ideias americanas e, no restante do mundo, das teorias britânicas. A análise de seu relato indicou conexões e comparações possíveis e indicou comparações possíveis de serem estabelecidas.

Os povos que habitavam a Argentina e a Nova Zelândia viveram situações semelhantes e adotaram, por vezes, soluções similares aos mesmos problemas. Apesar das diferenças, católicos e anglicanos, republicanos e monarquistas, um país recém-independente e o mais forte império europeu do período, confrontaram-se com as práticas liberais, científicas e racistas, e resistiram a pressões fundiárias e à presença de centenas de milhares de imigrantes.

Neste capítulo, são analisadas as conexões entre a Argentina e a Nova Zelândia, e comparadas as práticas de dominação nas duas regiões. A partir da documentação pesquisada, explicitam-se as semelhanças entre projetos e discursos dos brancos para a conquista territorial e para os nativos, e delineiam-se as formas pelas quais estes povos resistiram à presença e pressão exteriores. Justapostas a elas, estão as estratégias traçadas por políticos, colonos e militares para suprimir as resistências, anexar territórios e inserir terras nos mercados, indicando-se aproximações, e distanciamentos.

A análise é guiada pela comparação da documentação, apartada de perseguir os fatos cronológicos delineados nos capítulos anteriores. Seu percurso inclui as fluidas relações entre brancos e nativos, momentos de avanços e retrocessos, e os diferentes grupos que estiveram em conflito, lutando por seus projetos e existências.

a. Robert FitzRoy, viajante e governador

A segunda expedição do *HMS Beagle*, preparada por FitzRoy em 1829, foi uma das mais conhecidas viagens de circunavegação do planeta à época, financiada com recursos

governamentais e das sociedades científicas, destinada a produzir cartas náuticas de destacada relevância para o comércio britânico com a América do Sul, a Ásia e a Oceania. Sua organização evidenciou os grupos de pressão no Almirantado, incluindo desde representantes de companhias de comércio marítimo a baleeiros, até missionários anglicanos. Os britânicos acreditavam na superioridade de sua civilização, estavam interessados em conhecer o planeta e enviaram FitzRoy para o Estreito de Magalhães, um ponto central aos seus interesses.

O comandante estabeleceu contatos diplomáticos e comerciais com governos e elites locais, abriu caminhos para aberturas de mercados, produziu conhecimento cartográfico valioso para a navegação, identificou locais passíveis de investimentos, tomou posse de territórios, e procurou estabelecer uma missão entre os indígenas da Terra do Fogo. De forma quase despretensiosa, levou consigo um naturalista que veio a elaborar uma teoria científica que se tornou o símbolo daquela era. Seu nome: Charles Robert Darwin. Após cruzar o Pacífico, chegou às ilhas da Oceania e dedicou especial atenção à Nova Zelândia, onde se encontrou com representantes britânicos, produziu conhecimento cartográfico valioso para a navegação, identificou locais passíveis de receber investimentos e visitou missionários.

A publicação de seu relato *Narrative of the surveying voyages of HMS Beagle*¹ foi marcada por discussões sobre as possibilidades de anexação da Nova Zelândia ao Império Britânico. Para defender sua posição favorável, o comandante estabeleceu variadas comparações com a América do Sul, destacando as relações entre brancos e nativos: “talvez a descrição do poeta espanhol [D. Alonso de Ercilla y Zuñiga, no poema épico *La Araucana*], dos araucanos pudesse ser bem aplicada aos [Maori] neozelandeses em seu estado prévio”².

Seu livro propiciou a repercussão de imagens consolidadas de *criollos* e indígenas, ressignificando histórias do século XVI, a partir de seu olhar do XIX, pretendendo comprovar, cientificamente, a relevância da missão de salvação da Nova Zelândia: os britânicos seriam julgados pela história caso permitissem a deturpação dos Maori, como os espanhóis o fizeram durante sua colonização americana.

Em 1845, FitzRoy se tornou governador da agora colônia da Nova Zelândia. Foi levado ao cargo pelos interesses e pressões dos *humanitarians* e dos missionários. Sua atuação foi marcada pela revolta Maori na *Bay of Islands* e sua decepção diante da opção

---

¹ FITZROY, Robert. *Narrative of the surveying voyages of His Majesty's Ships Adventure and Beagle, between the years 1826 and 1836*. Londres: Henry Colburn, 1839.

² Idem, p. 568.

nativa disposta a enfrentar o controle e a autoridade britânica. Idealista e inábil para negociar politicamente com Chefes e colonos, foi contestado por todos. Sua demissão resultou na superação do projeto do *imperial humanitarianism*, seguida de uma transformação na postura global do Império, naquele momento interessado na rápida expansão territorial e afastado de justificativas civilizadoras para levar adiante suas conquistas no Oriente e na África.

b. A Grã-Bretanha e o mundo interligado

A Nova Zelândia se tornou uma das colônias brancas do Império enquanto a Argentina era um dos alvos constantes de seus investimentos externos. Capitais acumulados com a Revolução Industrial foram direcionados a estes dois locais na forma de companhias privadas, voltadas para a colonização, a venda e a exploração de terras.

As *River Plate Mining e Agricultural Associations* estão relacionadas às *New Zealand Association e Company*. Estabelecidas nas décadas de 1820 e 1830, quando havia uma bolha especulativa entre os investidores britânicos, caracterizaram-se por serem tentativas de lucrar com a expansão do liberalismo. Com os diferentes mercados abertos após as independências nas Américas e a expansão imperial no Oriente e na África, investiu-se na crença eterna na expansão do capital e nos milagres da especulação. Sem produzir retornos financeiros imediatos, por conta de dificuldades geográficas, logísticas, estatais e as resistências de povos nativos, estas companhias faliram. Suas efêmeras presenças, no entanto, foram responsáveis indiretas pela criação, transformação e consolidação de imagens dos locais onde foram estabelecidas. Os relatos publicados por homens a seu serviço, como Francis Bond Head e Edward J. Wakefield, constituíram-se sucessos de vendas na metrópole, lidos nos locais de origem para validar e referenciar imagens pré-existentes.

Em ambos os casos, apresentaram as imensas potencialidades para as terras, tidas como aptas a receberem investimentos. Os desafios a serem ultrapassados diziam respeito às dificuldades logísticas, a natureza ainda inóspita e, principalmente, as resistências de povos nativos. A Argentina e a Nova Zelândia, conforme apresentadas por Head e Wakefield, estavam relacionadas aos objetivos específicos próprios aos seus interesses pessoais e das empresas para as quais trabalharam. Entretanto, as imagens por eles elaboradas foram assimiladas, repetidas e ressignificadas nas décadas seguintes por grupos interessados em validar a ideia de que os nativos habitantes daquelas regiões eram historicamente selvagens, bárbaros, arredios e empecilhos à civilização.

Alguns historiadores se propuseram a comparações e identificaram algumas das conexões estabelecidas entre a Argentina e os britânicos. Em geral, seus estudos enfocaram o papel dos viajantes, agentes da conexão entre estes locais, como discutido no Capítulo IV.

As comparações no interior do Império Britânico concentraram-se nas chamadas colônias brancas – Canadá, Colônia do Cabo, Austrália, Nova Zelândia – mas, também, houve estudos incluindo os EUA. As aproximações são evidentes e foram estabelecidas pelos contemporâneos no século XIX, pois nestes locais, os britânicos estabeleceram relações coloniais semelhantes às encontradas na Argentina. Todavia outros pontos, como China e o restante da África, vivenciaram modelos de dominação distintos.

O historiador canadense Gerard Bouchard³, comparou as colônias brancas e diferentes países da América Latina, identificando semelhanças e diferenças nos processos de construção de identidades nacionais. Ele foi uma exceção. A maior parte dos estudos enfocou somente as colônias brancas, apresentando comentários pontuais sobre os outros locais, sugerindo comparações e apresentando como ênfase prioritária justamente a Argentina.

Foi o caso da extensa pesquisa de John Weaver⁴. Antes de pormenorizar a comparação em sua análise das atuações britânica e estadunidense durante o processo de expansão e ocupação territorial no século XIX, redigiu algumas poucas páginas sobre o que chamou de “o curioso caso da Argentina”. Para ele, “a Argentina permite uma boa comparação, pois houve muitas semelhanças. Assim como Austrália, colônia do Cabo, Nova Zelândia e o oeste dos EUA, também passou pela expansão das propriedades de terra no século XIX”⁵.

Sua análise, pautada nas pesquisas de John Lynch⁶, comparou a Argentina e o mundo anglófono, estabelecendo pólos positivos e negativos para compreender os motivos para o que chamou de “o fracasso argentino”. Este estaria relacionado diretamente à atuação de Rosas no governo da província de Buenos Aires e ao estabelecimento de uma sociedade pautada no controle de grandes parcelas do território por um pequeno grupo de *estancieros*, em contraposição às políticas oficiais de estímulo à pequena propriedade nos outros locais: “Administradores em outras regiões de fronteira – especialmente Austrália, Cabo, Nova Zelândia e EUA – se esforçaram para controlar os pecuaristas e incentivar investimentos

³ BOUCHARD, Gérard. *Génesis de las naciones y culturas del Nuevo Mundo*. México: FCE, 2003.

⁴ WEAVER, John C. *The great land rush and the making of the modern world, 1650-1900*. Montreal/Londres: McGill/Queen's University Press, 2006.

⁵ Idem, p. 14.

⁶ LYNCH, John. *Argentine dictator: Juan Manuel de Rosas, 1829-1852*. Oxford: Clarendon, 1981.

produtivos e imigrantes, e começaram a delinear pequenas propriedades. Rosas esforçou-se para inverter as prioridades da Argentina e distanciá-la das experiências das fronteiras britânicas e estadunidense. Ele fez mais do que acelerar a concentração fundiária, minou a confiança europeia nos títulos fundiários argentinos ao expropriar as terras de seus inimigos”⁷.

Segundo John Weaver, a instabilidade política argentina afugentou capitais e imigrantes e a sociedade – militarizada em decorrência do constante combate com os indígenas e a Guerra do Paraguai – abriu poucas possibilidades de transformação, em oposição aos outros locais estudados: “Assim como seus semelhantes no sul da África, Austrália, Nova Zelândia e EUA, os pecuaristas da província de Buenos Aires expandiram, consideravelmente, suas propriedades no início do século XIX; e como eles, os *estancieros* aproveitaram os benefícios de terras livres, dominadas sem títulos fundiários, (...) mas não precisaram combater nem o culto à pequena propriedade, tampouco leis contra as grandes propriedades”⁸, como ocorreu nos outros locais.

A comparação foi marcada pela oposição entre “os que deram certo” e “os que não deram certo”, e repetiu uma série de imagens da ineficiência *criolla*, do caos político e da superioridade britânica, construídas no século XIX por homens como FitzRoy, com interesses específicos inerentes à sua época e atuação no planeta. Weaver avançou sobre uma série de questões, mas deixou em aberto possíveis conclusões, sugerindo a necessidade de aprofundada comparação para a compreensão do “curioso caso da Argentina”.

Em outra perspectiva, o historiador neozelandês James Belich publicou longo exercício de comparação sobre as colônias brancas britânicas e os EUA e incluiu um capítulo ao estudo de outras regiões, onde identificou situações semelhantes. Ao analisar a Argentina, destacou as inúmeras semelhanças, no século XIX, com os outros locais pesquisados, procurando desconstruir algumas imagens consolidadas: “Aproximadamente sete mil quilômetros [de ferrovias] foram construídos, parte considerável deles no lugar errado (...). Atribuir isso à irracionalidade hispânica é ridículo, quando atentamos aos *booms* ferroviários ingleses e suas características semelhantes, além de que a maioria daquelas estradas foram construídas pelos britânicos”⁹.

---

⁷ WEAVER, John. *The great land rush*, op. cit., p. 15.

⁸ Idem, p. 16.

⁹ BELICH, James. *Replenishing the Earth: the settler revolution and the rise of the anglo-world (1783-1939)*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 526.

Assim como Weaver, ele também tentou compreender “Por que a Argentina foi ‘um sucesso’ no crescimento econômico e em seu desenvolvimento no período entre 1865 e 1914 (...) e por que ‘falhou’ após, especialmente quando comparada com o Oeste dos EUA e os *dominions* [as antigas colônias brancas]?”¹⁰, mas se afastou do modelo clássico da pequena propriedade, do pioneirismo do homem da fronteira anglófono e dos estereótipos sobre a política e a economia latino-americanas.

James Belich identificou algumas diferenças cruciais, como a alta taxa de retorno dos imigrantes espanhóis e italianos a seus países, as estratégias dos *criollos* para impedir o acesso desta nova classe média imigrante ao poder, e o controle dos *estancieros* sobre as finanças públicas e privadas, mas define uma razão externa para a “falha”: “Havia algum preconceito contra a Argentina, resultante de diferenças culturais e também de interesses políticos britânicos (...). A preferência dos britânicos por produtos do Império também contou contra a Argentina, e os *dominions* se esforçaram para esgarçar essa situação (...). Ao fim, os *dominions* bateram a Argentina não por preço ou qualidade, mas através do preconceito e por conta de interesses políticos britânicos”¹¹.

Os objetivos desta tese se afastaram deste modelo comparativo. Sem pretender estabelecer pólos ou modelos explicativos, nem tentar identificar porque alguma região “deu certo ou falhou”, esta pesquisa acompanhou as relações entre brancos e nativos, na Argentina e na Nova Zelândia, para compreender as formas pelas quais ocorreram estes contatos, a circulação de idéias e conceitos entre os liberais do século XIX.

c. O poder e a força dos nativos

Ao analisar as relações estabelecidas entre brancos e nativos na Nova Zelândia e no sul da Argentina, é importante destacar algumas diferenças entre estes locais que, entretanto, não interferem na análise comparativa aqui proposta.

No primeiro caso, tratava-se de relações relativamente recentes, estabelecidas de forma incipiente há apenas algumas décadas e mais aguçadas nos anos 1830. Por outro lado, os indígenas pampeanos estavam, de alguma forma, adaptados e acostumados à convivência e conflitos com os *criollos*. Ademais, enquanto os Maori habitavam densas florestas e tinham

---

¹⁰ Idem, pp. 529-530.

¹¹ Ibidem, pp. 539-540.

como base econômica a agricultura, os indígenas viviam em campos gramíneos e, além do plantio, também viviam da pecuária. Por fim, os Maori utilizavam armas de fogo, recurso adotado nos pampas somente na década de 1870.

A conversão religiosa esteve no centro dos projetos de ocupação das duas regiões, apesar das diferenças cronológicas e teológicas entre os católicos espanhóis dos séculos XVI a XVIII e anglicanos e metodistas britânicos do XIX. Os missionários se fizeram presentes nos dois locais, tiveram atuações marcantes e as mudanças culturais por eles proporcionadas foram decisivas para delinear aproximações e distanciamentos entre nativos e brancos, assim como para aguçar rivalidades, competições e indisposições.

As semelhanças entre as duas realidades eram muitas. Em ambas, os nativos estavam organizados em sociedades guerreiras, nas quais o poder dos Chefes e a estrutura social do grupo pautavam-se pela participação na guerra, na valentia e em habilidades estratégicas. Aos Maori e aos indígenas araucanizados, a submissão pacífica à dominação branca não se abriu como uma possibilidade. A guerra era parte constitutiva de sua organização e eles eram excelentes guerreiros. Suas estratégias de combate se baseavam em batalhas pontuais, e não em longas campanhas bélicas com exércitos de ocupação.

Em ambos os casos houve diferentes formas de envolvimento econômico, social e político dos nativos com os brancos. Os Chefes logo notaram as inúmeras vantagens proporcionadas pelo comércio com os brancos, e lutaram entre si por seu controle. Na primeira metade do século, eram os nativos que disputavam entre si o poder de dominar o comércio com os brancos, e não o contrário. Alguns Chefes propuseram alianças às autoridades brancas. Interessados em sedimentar relações, em vantagens materiais conquistadas e muitas vezes convencidos pelo discurso missionário, *kupapas* e *indios amigos* foram protagonistas desta história. Colaboraram no combate a seus antigos e tradicionais inimigos, ofereceram-se para se estabelecer nas rotas de guerra e invasão, e foram excelentes informantes.

Na Nova Zelândia e no sul da Argentina da primeira metade do século XIX, havia baixa presença demográfica branca, poucos soldados e a predominância política, econômica e social dos nativos. Em convívio constante com mestiços e foragidos, os Chefes se aproximaram ou distanciaram, mas sempre participaram, negociaram e comercializaram com os brancos, evidenciando seu poder para controlar as suas pretensões.

Estas semelhanças fizeram a centralidade e pertinência da comparação. Uma diferença na estrutura social e econômica dos nativos criou situações bastante peculiares na Argentina: lá, além de sua própria agricultura, pecuária e produção artesanal, os indígenas também contavam com os *malones* – os saques às *estâncias* – para manterem sua estrutura social e política, pois o comércio de gado roubado se tornou uma de suas bases econômicas. Este aspecto proporcionou mais violência e tensão à região, enquanto os ataques dos Maori se deram mais por questões estratégicas, sem objetivos econômicos claros.

d. Tenso convívio e o controle das terras

Apesar de constantes arroubos de violência originados nas colônias e zonas produtivas brancas, houve na Nova Zelândia e na Argentina um período de poucos avanços na expansão territorial, pautado por relativo equilíbrio militar entre nativos e brancos. Esta foi a conjuntura da década de 1850 para o primeiro caso, e do período entre 1846 e 1860, para o segundo.

Após infrutíferas estratégias iniciais de conquista militar, os britânicos na Nova Zelândia e os *criollos* do Interior da Argentina procuraram se aproximar dos Chefes. O objetivo era aumentar as conexões entre as duas sociedades, a partir da crença liberal na paz pelo comércio, possibilitando a expansão territorial pacífica, submetendo, lentamente, os nativos e seus territórios às autoridades brancas.

A proclamação do governador FitzRoy durante o levante Maori na *Bay of Islands* é elucidativo por expressar a opção pela integração e a submissão: “Todos os nativos da *Bay of Islands* e redondezas, que desejam a paz, comércio e amizade com os Europeus; - e a manutenção da autoridade da Rainha; - que se beneficiam da proteção de Sua Majestade; - são aqui convocados e solicitados a isolarem-se em alguns dias, dos nativos mal-intencionados – e reunirem-se com seus próprios Chefes – sob a bandeira britânica – ou em seus próprios lares: - nas redondezas das Missões, locais seguros para refugiarem-se”¹².

Carta contemporânea, enviada pelo Almirante Lorde Cochrane, segue o mesmo princípio e explicita quanto os nativos já estavam inseridos nas redes imperiais de trocas: “(...) favorecendo a prosperidade e segurança dos territórios sob seu governo, e encorajando e protegendo os colonos britânicos, o comércio e interesses gerais nessa região, (...) cultivando

---

¹² Proclamation by His Excellency Robert FitzRoy, Esquire, Captain in Her Majesty's Royal Navy, Governor and Commander-in-Chief in and over the colony of New Zealand, and Vice-Admiral in the same, &c. April 26 1845. TNA, WO 1-433, 255 (grifos meus).

a relação amigável com os nativos, cuja importância comercial e política crescente requerem”¹³.

Não era apenas entre os britânicos, idealizadores do liberalismo, que o comércio era visto como eixo civilizador. O governo da Confederação Argentina também investiu nesta aproximação. O texto do tratado de paz assinado, em 1854, expressou a importância do comércio para as relações com os indígenas, salientando sua considerável relevância naquele momento: “3º - Que os índios serão respeitados nas Províncias Confederadas, sendo garantido que eles e seus bens não sofrerão mal algum, podendo vir livremente para comércio ou trabalho (...); 4º - Iguais considerações se comprometem a manter com os cristãos, ou seja, os habitantes das Províncias Confederadas, que, por via de comércio penetrem até suas *tolderias*”¹⁴.

Os brancos investiram na ampliação do comércio e os Chefes também se interessaram pelo aprofundamento destas relações, atentos às vantagens materiais e à ampliação de seu poder e prestígio, não apenas com os brancos, mas, principalmente, diante de outros grupos nativos.

O poder dos Chefes marcou esta época. Controladores de territórios e redes de comércio, reuniram, em suas mãos, muito poder e mantiveram contatos próximos com as autoridades brancas, objetivando aprofundar as relações e sustentar sua predominância política.

Correspondências enviadas pelo Maori Tamati Waka Nene (I) e pelo cacique Calbán (II) explicitam estas estratégias nativas e seus objetivos. Após conflitos ainda recentes, escreveram em favor da retomada da paz e do comércio, pela ampliação do contato e pela manutenção da autonomia política e territorial:

I: “Senhor Governador, Como vai? Desejo que seja feita a paz, muitos europeus foram mortos. Disse que devo ser o primeiro a promover a paz, então é isso. Eu, agora, concordo com isso. É tudo o que tenho a dizer, acaba aqui. De Kawiti”¹⁵.

II: “Viva a Confederação!”

¹³ Admiral Cochrane to Captain Frederick Patten. July 25, 1845. TNA, WO 1-434, 20.

¹⁴ “Tratado de paz firmado com los caciques del Sur”, apud LEVAGGI, Abelardo. *Paz en la frontera. Historia de las relaciones diplomáticas con las comunidades indígenas en la Argentina (siglos XVI – XIX)*. Buenos Aires: Universidad del Museo Social Argentino, 2001, p. 275 (grifos meus).

¹⁵ Chief Kawiti to Rev. Williams. September 24, 1845. TNA, WO 1-527, 63 (grifos meus).

(...) agora meus capitães viram seu desengano de que na guerra não há bom fim (...). Mas agora Deus me deu saúde, estou vivo e (...) a boa fé de meu coração [e] por isso me dirijo outra vez a ti (...) amigo se Vossa Excelência me dá a paz será até a morte nossa amizade (...)”¹⁶.

A superioridade política dos nativos, expressa nestas cartas, não agradou aos brancos. Negociar com os Chefes significou, naquele momento, a estratégia possível, mas indesejada para a manutenção da paz e lenta transformação no equilíbrio de forças. Correspondências internas dos governos expressaram o desconforto ao negociar com os nativos e a desconfiança diante destes guerreiros, evidenciando o pólo mais forte naquele momento. No entendimento daqueles brancos, a via para a paz era o comércio, mas ocorria uma clara insatisfação quanto ao poder concentrado nas mãos dos Chefes. Em algum momento oportuno eles deveriam ser confrontados, pois não eram considerados confiáveis.

Assim indica relatório militar produzido na Nova Zelândia:

“Nossos Chefes amigos são, às vezes, caprichosos e não podem ser defendidos em todas as circunstâncias, tão grande é a diferença entre a vida civilizada e a selvagem (...). Os mesmo homens que ajudaram as tropas com alegria (...) e os Chefes que diariamente tomaram café da manhã com os oficiais, foram quem, pelo amor neozelandês de lutar, agitação e probabilidade de saque (...)”¹⁷.

Em tom semelhante, o governo da Confederação Argentina declarou:

“Para satisfazer as demandas desta comitiva e na esperança de, com este meio, comprar a paz dos caciques (...), dispõe o Governo de que (...) eles ofereçam ao menos uma sólida garantia de que, na seqüência, nenhuma de suas hordas invadirá Província alguma da Confederação (...), [pois] alimentar homens cuja amizade e inimizade são quase igualmente custosas e destruidoras, isto ocorre somente em troca de uma paz duradoura”¹⁸.

Nestes momentos, os nativos estavam satisfeitos com suas participações nas redes comerciais, não enfrentavam consideráveis pressões por terras e vivenciaram anos de enriquecimento e consolidação do poder dos Chefes. Investiram em mais contato, desde que sob seu comando. Atentos, acompanharam as discussões políticas dos brancos e os projetos apresentados para a expansão territorial. Poucos brancos em muitas terras já conquistadas

¹⁶ AHC, Fondo Gobierno, Tomo 232C, s/ data (grifos meus).

¹⁷ Lieut. Capt. Cleverty to Governor Grey. August 14, 1846. TNA, WO 1-528, 409-419 (grifos meus).

¹⁸ AHC, Fondo Gobierno, Legajos 241B, 19/06/1854 (grifos meus).

estavam momentaneamente saciados em seu apetite fundiário. Convencidos de sua fragilidade demográfica e militar, preferiram conviver a combater, prosperar e aguardar conjunturas mais favoráveis para a efetivação do controle político e territorial.

e. A violência cotidiana nas zonas de contato

O dia-a-dia nas zonas de contato da expansão territorial branca não seguia necessariamente as dinâmicas e negociações entre Chefes e governos. Interesses imediatos, pequenos conflitos e avanços insignificantes para a estatística oficial foram marcantes nas relações entre os habitantes destas regiões. A vida cotidiana era muito mais dinâmica e tensa do que a documentação elaborada nos longínquos gabinetes. Algumas vezes, estas pequenas disputas se tornaram conflitos de maiores proporções e reverberaram sobre negociações e tratados. Este foi o caso em uma série de *malones* nos pampas argentinos, e nos embates no vale Wairau, na Nova Zelândia.

Grupos *maloneros* independentes ou incentivados pelos caciques atacavam com bastante recorrência as zonas pecuaristas, especialmente as de Buenos Aires na década de 1850, em um ciclo sem início nem fim definidos de ataques mútuos. Na Nova Zelândia, os britânicos, por sua vez, pautaram sua expansão na compra de terras e, em regiões em que os Chefes locais se negaram, obstruíram ou combateram as negociações, as tensões cresceram.

Em ambos os locais, os habitantes brancos das zonas de contato estavam interessados na expansão dos territórios e vivenciavam situações de conflito com os nativos, marcadas por saques, ataques e violência mútua. Convencidos de sua superioridade, *criollos* e colonos britânicos forçaram a tensão cotidiana e pretenderam realizar seus pequenos avanços pautados em grandes violências. A sensação de insegurança era marcada pela constante ameaça de invasões, associadas à imagem de violência e barbárie. Humilhados diante de forças nativas superiores, os brancos se armaram para defender suas propriedades, famílias e ameaças de retrocessos em suas terras. Quando partiam para novas expansões, os embates estavam propensos a vitórias, mas eles sabiam que depois viriam as os contra-ataques e as vinganças dos guerreiros nativos.

Um relatório enviado pelo governador neozelandês (I) e um abaixo-assinado produzido por *vecinos* portenhos (II) expuseram esta violência cotidiana e explicitaram as estratégias empregadas pelos brancos para, a partir dos ataques nativos, associá-los à

selvageria e à barbárie, clamando por ajuda militar governamental que legitimaria suas expansões de terras:

I: “o mais bárbaro assassinato de uma mulher e suas quatro crianças, cometido por seis nativos (...) que mutilaram o corpo da pobre mulher e comeram parte dele (...). Mas esses acontecimentos em Wanganui mostram claramente o quanto os colonos são ainda dependentes dos nativos”¹⁹.

II: “Nós, *vecinos* de Saladillo e Las Flores que assinamos, (...) nos apresentamos e dizemos que faz muitos anos que estamos sofrendo e lamentando as contínuas depredações e roubos de todo gênero que se fazem contra nós os Índios Selvagens, umas vezes pelos que se intitulam amigos e outras pelos que não o são, pois que todos eles nos saquearam as casas, roubaram as fazendas, degolaram os homens (...)”²⁰.

Aos políticos e administradores coloniais, era impossível lidar com todas as pequenas tensões inerentes às zonas de contato. Elas faziam parte do risco assumido por quem se interessava em viver naqueles locais e, eventualmente, constituir fortunas nas novas terras. Exceto reforços pontuais e efêmeros de efetivos militares, estes pequenos embates geraram pouca repercussão nos gabinetes, naquele momento mais preocupados com a viabilidade econômica do governo e tratativas de paz com os mais destacados Chefes. Os colonos da Nova Zelândia (I) e os *estancieros* da Argentina (II) logo notaram, entretanto, que pressões sobre o abandono da região sempre chamavam a atenção das autoridades e traziam tropas:

I: “(...) o pânico é tão grande que quase toda a ocupação agrícola e demais ocupações foram abandonadas, e muitas famílias deixaram suas casas no campo à procura de proteção na cidade”²¹.

II: “(...) vários produtores estão dispostos a levar seu gado à Província vizinha, por considerá-la mais segura contra as incursões dos bárbaros”²².

Na Nova Zelândia e na Argentina, ameaçar abandonar a região por conta dos combates e constantes ataques dos nativos foi uma estratégia recorrente para chamar a atenção dos administradores governamentais. As pequenas violências eram esperadas nas zonas de contato, mas não se pretendia perder terras para os nativos, pois isto significaria uma derrota

¹⁹ Governor Grey to Earl Grey (CO). May 11, 1846. TNA, WO 1-528, 37-42 (grifos meus).

²⁰ AGN, Sala X, Legajos 18-7-6, 10/12/1853 (grifos meus).

²¹ M. Richmond to Governor Grey. June 02, 1846. TNA, WO 1-526, 371-372 (grifos meus).

²² AGN, Sala X, Legajos 19-6-5, 13/10/1857 (grifos meus).

da civilização, refrearia movimentos imigratórios e simbolizaria a falência do projeto colonizador.

Quando compreenderam esta dinâmica, os colonos e *vecinos* passaram a recorrer insistentemente a ela. Realizavam seus pequenos avanços, atacavam os nativos, instigavam a guerra e aguardavam as vinganças para acionar o ciclo de violência e clamar por apoio externo. A chegada das tropas simbolizou, na maior parte das vezes, uma custosa vitória branca, a necessidade da manutenção de tropas no local, e a efetivação da expansão territorial e do poder daqueles homens que a haviam realizado. Os administradores governamentais conheciam esta lógica e reclamavam de alguns mais beligerantes, mas passaram a recorrer a este expediente para justificar a adoção de medidas extremas e da força e para expandir os territórios sob sua efetiva jurisdição.

Correspondências enviadas por comandantes, nestes momentos de tensão, explicitam o ciclo de violência, adjetivam os nativos como bárbaros e selvagens, e legitimam a ocupação de territórios. Na Nova Zelândia (I) e na Argentina (II), os argumentos foram semelhantes:

I: “(...) um grupo de nativos que havia, por tanto tempo, possuído o Vale de Hutt à força, e recentemente foi retirado de lá, (...) assassinou da maneira mais bárbara um homem idoso e um menino (...). Minha intenção é tomar posse de todas as partes do distrito de Porirua que pertencia ou foi reivindicada pelos nativos descontentes”²³.

II: “(...) talvez salvássemos nosso país dos vândalos dos pampas, que tanto nos afligem hoje se tivéssemos a sorte de reunir todos os elementos que acredito necessários (...). Penso que Calfucurá não escaparia do golpe que lhe preparo”²⁴.

f. Ciência, tecnologia e as novas estratégias para a dominação

A Ciência foi uma das principais armas da dominação e seus produtos desequilibraram o campo de forças entre brancos e nativos, tanto na Nova Zelândia, como na Argentina. Uma das principais vantagens logística e militar dos nativos nos combates era seu conhecimento do terreno e as facilidades daí decorrentes. Os Chefes lutaram para não permitir o acesso a pontos estratégicos e procuraram impedir sua ocupação por tropas brancas: destruíram marcos topográficos, furtaram instrumentos, derrubaram postes, aterrorizaram expedições.

²³ Governor Grey to Lord Stanley (CO). April 07, 1846. TNA, WO 1-526, 191-208 (grifos meus).

²⁴ AGN, Sala X, Legajos 19-5-4, 23/10/1856 (grifos meus).

Em 1860, em Taranaki, o Chefe Wiremu Kingi escreveu para reclamar da construção de fortes em Waitara, expressando sua insatisfação com a chegada dos soldados, ciente de que isto poderia significar mais avanços no futuro:

“Amigo Coronel Murray, Saudações a você em nome do nosso Senhor Jesus Cristo (...). Ouvi que está vindo para Waitara com soldados, e portanto sei que está zangado comigo. É esse seu amor por mim, trazer soldados para Waitara? Isso não é amor; isso é ira. Não desejo a ira, tudo o que quero é a terra. Isso é tudo. Escreva para mim. Que a paz esteja com você. De seu amado amigo, William King Whiti”²⁵.

Alguns anos mais tarde, diante de avanço militar semelhante, Calfucurá escreveu para impor a saída de soldados da estratégica ilha Choele Choel, no rio Negro:

“(...) não me avisaram, de sua parte, da ocupação que fizeram em Choele Choel; pois me dizem que já chegaram as forças e que vêm fazer-me a guerra; mas eu também, já mandei minha comitiva para meu irmão Reuquecurá, para que mande gente e forças. Mas se se retiram de Choele Choel, não haverá nada e estaremos bem (...). Juan Calfucurá”²⁶.

Cartas náuticas, mapas e levantamentos topográficos foram os primeiros e principais produtos da ciência a alcançar a Nova Zelândia e os pampas, pois reuniam importantes funções práticas. A partir deles, os militares podiam agir contra as resistências nativas; os comerciantes e caçadores podiam freqüentar praias, campos e florestas com riscos diminuídos; e as companhias de loteamento fundiário e colonização podiam preparar os terrenos para vender na Europa. Como salientado pelo governador Browne, “os nativos estão plenamente cientes do valor de boa terra, e estão dispostos a vendê-la a menores do que aqueles pelos quais serão vendidas aos Europeus”²⁷.

Engenheiros cartógrafos foram centrais para as conquistas territoriais na Nova Zelândia e na Argentina. Seus produtos, no entanto, foram utilizados de forma distinta. Os britânicos, ligados ao *humanitarianism* e às suas tradições legalistas, estruturaram a colonização e a expansão territorial na compra de terras dos nativos; já os argentinos, herdeiros de tradições ibéricas de conquista, perpetraram seu avanço com tratados assinados com caciques, nos quais trocavam a paz momentânea por mais terras.

²⁵ William King Whiti to Cel. Murray, 21 February, 1860. TNA, CO 881-2, 2, 6. Traduzido do Maori para o inglês à época (grifos meus).

²⁶ Juan Calfucurá a Álvaro Barros, apud HUX, Meinrado. *Caciques huiliches y salineros*. Buenos Aires: Marimar, 1992, p. 85 (grifos meus).

²⁷ Governor Browne to William Mollersworth (CO), 14 February, 1856. TNA, CO 881-1, XXXIV-7.

O conhecimento científico foi, além de instrumento para o conhecimento, e para a exploração, agente da conquista e colonização. Ao explorar as terras, militares, missionários e engenheiros cartógrafos procuraram identificar as potencialidades econômicas e estratégias; renomearam locais e acidentes naturais, inserindo-os nos referenciais brancos. Assim, notaram a fertilidade das terras ao redor do agora denominado monte Egmont, na região de Taranaki, e batizaram os cursos d'água pampeanos com monótonas numerações, como o rio Quinto. Uma das estratégias mais violentas de dominação e controle sempre foi a de apagar a memória coletiva do local e impor novas nomenclaturas à população lá residente.

A produção de conhecimento científico embasou as operações militares. Os novos comandantes, alçados ao poder na década de 1860 em ambos locais, estruturaram suas operações a partir do levantamento e análise dos dados. Neste sentido, esforçaram-se na Nova Zelândia (I) e na Argentina (II) para recolher o máximo possível de dados

I: “Já coletei bastante informação sobre essas fronteiras, mas poderei ter opinião formada somente (...) quando receber o relatório do Tenente Warburton, que enviei (...) para fazer um reconhecimento secreto do território”²⁸.

II: “Ordena-se fazer uma coleta de todos os informes transmitidos pelos comandantes dos diversos pontos onde ocorreram invasões, para poder julgar por seus números e importância a eficácia dos meios e sistema de defesa postos em prática até aqui”²⁹.

O século XIX ficou marcado pela associação entre ciência, dominação e controle da natureza. Os britânicos mapearam as costas do planeta, rasgaram um canal para ligar o Mediterrâneo ao Mar Vermelho, e foram os maiores criadores de coleções do período. Em Londres, construíram e ampliaram os imensos espaços expositivos do Museu Britânico e do Museu de Ciência Natural, e em outras cidades – até as recém-fundadas da Nova Zelândia – surgiram associações e sociedades científicas e museus. Na Argentina, o Museu de La Plata concentrou o que foi recolhido durante as Campanhas e as sociedades científicas financiaram a expedição de Francisco Moreno.

A expansão imperial foi amparada pelos inventos tecnológicos e alimentou o espírito científico da época. A Grande Exposição, de 1851, estabeleceu padrões seguidos pelas próximas décadas na Grã-Bretanha, assim como na Argentina. Os britânicos e os argentinos recolheram fósseis, rochas, animais, plantas, artefatos, objetos e crânios dos nativos para

²⁸ Gal. Cameron to the War Office. 6 May 1861. TNA, WO 33-16, 331 (grifos meus).

²⁹ SHE, Janeiro de 1872 (grifos meus).

deixar patente sua supremacia, o pitoresco e a selvageria vencida. Ao expô-los, tiveram a certeza da vitória da civilização sobre a barbárie.

g. Guerras externas e transformações nos exércitos

Uma das transformações produzidas pela ciência associada à tecnologia foi nas técnicas e estratégias de guerra. O Império Britânico e a Argentina enfrentaram, nas décadas de 1850 e 1860, respectivamente, guerras exteriores que transformaram profundamente suas forças armadas.

A análise das guerras da Crimeia e do Paraguai explicita o brutal desafio e o sangrento aprendizado decorrente da associação entre ciência e guerra. Britânicos e argentinos conseguiram superar estes conflitos somente após enfrentarem o caos logístico e transformá-lo empregando trens, navios a vapor e telégrafos. As doenças, inicialmente mais mortais do que os projéteis, foram vencidas por técnicas básicas de higiene e assepsia. Novos rifles mais rápidos, ágeis e precisos; e canhões cada vez mais potentes possibilitaram a dura superação das fortalezas de Sevastopol e Humaitá, e a vitória sobre russos e paraguaios.

As forças armadas de ambos países voltaram destes conflitos metamorfoseadas. A geração que havia feito sua vitoriosa carreira nos conflitos do início do século – guerras napoleônicas e de independência – foi superada por outra, vinculada ao positivismo, ao racionalismo e adepta da ciência e da tecnologia. Ao regressarem à Nova Zelândia e à Argentina com soldados veteranos, transportes a vapor e comunicação instantânea, puderam organizar as expedições eficientes para suprimir as resistências. Suas novas armas, apesar de muito mais letais, foram menos importantes do que o transporte, a comunicação e a informação.

As guerras externas também provocaram importantes transformações nas relações entre brancos e nativos nas zonas de contato. Os Chefes logo souberam das notícias internacionais pelos jornais lidos e observaram o lento e gradual desmonte da estrutura de repressão instalada nos fortes. Diante do enfraquecimento daqueles que sabidamente avançavam sobre suas terras, parcelas consideráveis dos nativos elaboraram estratégias para atacar e expressar sua força e poder. Tanto na Nova Zelândia (I), quanto na Argentina (II), os governos receberam notícias sobre estas mobilizações:

I: “Ki ta hi vem todas as noites e conta aos meus filhos as novidades. Os nativos estão desafiadores, porque alguns brancos lhes contaram que tropas francesas e inglesas foram

mortas pelos russos, e que agora a Rainha precisava enviar os soldados da Nova Zelândia para lá”³⁰.

II: “Hoje a indiarada sabe que a República Argentina está em guerra e as fronteiras em completa acefalia, por essa razão preparam invasões (...)”³¹.

As guerras internacionais desempenharam papel crucial e decisivo na transformação das relações entre nativos e brancos nas zonas de contato da expansão territorial. O enfraquecimento momentâneo possibilitou aos Chefes estruturar ataques coordenados na tentativa de expulsar colonos de áreas contestadas. Mas a transformação mais profunda se deu entre os brancos. Ao retornarem destes conflitos, os militares estavam confiantes em seu aparato tecnológico e certos de sua superioridade civilizatória. Não pretendiam mais fazer perdurar uma guerra sem fim contra nativos que evitavam o confronto direto e combatiam com armas e técnicas rudimentares. A chegada do telégrafo, do navio a vapor, do trem e do rifle *minié* e seu sucessor *Remington*, inverteu a correlação de forças. O tênue equilíbrio que marcava os períodos anteriores foi rompido. Com mapas, levantamentos científicos e recursos tecnológicos, os militares tiveram a certeza da vitória e partiram para a conquista.

h. Tensão crescente: as Confederações nativas e os brancos armados

Durante as guerras internacionais, as fronteiras internas ficaram desguarnecidas e os colonos temeram enfrentar uma série de ataques perpetrados pelos nativos, por tantos anos hostilizados. Em alguns locais, houve conflitos e estes, associados à recorrente retórica do embate entre a civilização e a barbárie, à temida perda territorial e às pretensões pessoais dos brancos nas zonas de contato, levou os governos a incentivar e investir na formação de corpos de milícia, formados por colonos armados para a auto-defesa. Uma de suas primeiras manifestações foi o envio, por civis, de diferentes projetos para o estabelecimento de linhas contínuas de pequenas propriedades para efetivamente ocupar as terras e bloquear o trânsito de nativos.

Uma vez formalmente autorizados ao combate, os colonos se armaram, organizaram expedições e partiram para o enfrentamento e para a conquista de terras. Eles sabiam poder contar com o apoio dos comandantes militares dos postos avançados da fronteira, seus conhecidos, vizinhos e muitas vezes interessados pessoal, familiar e economicamente com a

³⁰ Thierry to Governor Browne. 19 May 1856. TNA, CO, 881-1-1, 47.

³¹ SHE, 05/07/1865.

expansão fundiária. Estes oficiais fizeram repercutir nos gabinetes governamentais a retórica belicosa recorrente nas colônias, vilas e *estancias*, segundo a qual era necessário expurgar a barbárie e fazer valer o poder, o prestígio e a supremacia da civilização. Um indicativo desta movimentação foi a crescente adjetivação “selvagem” e “bárbaro”, acompanhando as já arraigadas homogeneizações “índio” e “Maori”.

Os nativos seguiam os debates entre os brancos e conheciam os diferentes projetos de expansão territorial. Não desconheciam a dinâmica da guerra e compreenderam a situação em que se encontravam, pois eram vistos pelos brancos como empecilhos à civilização e isto se reproduzia em crescentes tensões e ousadas operações de colonos e militares sobre suas terras. Diante desta pressão, muitos optaram por superar tradicionais rivalidades e operar movimentos de resistências em conjunto. Na Nova Zelândia, isto levou à proclamação de um Rei Maori e, na Argentina, ao auge do poder de Juan Calfucurá e sua Confederação de Salinas Grandes. Em ambos os locais, estes movimentos não foram unânimes entre os nativos, mas significaram um esforço conjunto para coibir os avanços dos brancos, a partir de uma tentativa pessoal de seus líderes para estabelecer estruturas formais de controle.

Na Nova Zelândia (I) e na Argentina (II), os brancos rapidamente notaram o surgimento destas grandes forças político-militares nativas e temeram enfrentá-las:

I: “Desde a ampliação do Movimento do Rei, tribos antes inimigas mortais umas das outras, e que com prazer unir-se-iam a nós para se vingar de seus oponentes, enterraram suas intrigas tribais, e estão prontas para unir-se para suspender o progresso dos europeus, e livrarem-se de seu domínio. (...) Respeitosamente sugiro que a paz dessa colônia só possa ser garantida pela presença de considerável força militar”³².

II: “Sendo, sem dúvida, um ataque geral o que se prepara, não há defesa possível com as forças fracionadas como estão”³³ (...). O Cacique Limonao com uma tribo numerosa está hoje com Calfucurá chegado há dois meses das Cordilheiras e Reuque Curá que dispõe de outra tribo numerosa também está a caminho para se unir a Calfucurá”³⁴.

Organizados em confederações que reuniam alguns milhares de guerreiros, os Maori e os indígenas pampeanos estabeleceram estratégias conjuntas de resistência e oposição aos planos expansionistas dos brancos. Na Nova Zelândia e na Argentina, organizaram-se imensas reuniões de guerreiros para explicitar as forças ali reunidas. Whero-Whero e Calfucurá

³² William King Whiti to Cel. Murray, 21 February, 1860. TNA, CO 881-2, 1, 8 (grifos meus).

³³ SHE, 03/02/1869 (grifos meus).

³⁴ SHE, 06/02/1869 (grifos meus).

simbolizaram o ápice da barbárie, segundo colonos, políticos e militares brancos. No caso do Movimento do Rei, o pacto nativo significou a fusão de forças para tentar bloquear a venda de terras e a defesa mútua diante do governo; no caso da Confederação de Salinas Grandes, partiu-se para estratégias ofensivas, marcadas pelo ataque e destruição da região de Bahía Blanca, em 1870, e pelos *malones* que levaram à batalha de San Carlos, em 1872.

A superação de tradicionais rivalidades e a organização de sistemas de cooperação, defesa e resistências conjuntas, por parte dos nativos, evidenciaram a compreensão do iminente confronto. Diante do inevitável, organizaram-se. Os Maori orquestraram um eficiente sistema de defesa e os indígenas pampeanos atacaram: cada povo expressou suas resistências a partir de suas especialidades nas técnicas militares. Uns prepararam complexos sistemas de *pa* para a defesa territorial, e outros armaram imensos *malones*. Associados à barbárie e diante da certeza do combate, sabiam que os brancos desejavam suas terras e atacariam: organizaram-se e resistiram.

i. A opção pelo enfrentamento

Dominar um povo conquistado é princípio elementar de qualquer expansão territorial. Fazer valer sua autoridade e poder diante de povos tidos como inferiores e submetidos também são recorrentes quando se trata de relações entre invasores e invadidos. Não foi diferente na Nova Zelândia e na Argentina. Praticamente vinte anos antes da execução dos planos ofensivos militares no Waikato e nos pampas, já circulavam ideias referentes à vitória diante dos nativos. Naquele momento, todavia estas ações não ocorreram, pois os brancos se encontravam em posição inferior militar e demográfica, apesar de se verem como superiores.

O governador Grey, em sua primeira passagem pela Nova Zelândia expressou este objetivo de forma bastante clara:

“Fica claro, portanto que os nativos tiveram poucos motivos para respeitar ou temer a autoridade britânica (...). Na verdade, pode-se dizer que antes da chegada das tropas a Port Nicholson [Wellington] em fevereiro último, as autoridades e os colonizadores receberam permissão dos nativos para morar ali, de maneira bastante degradante, e desde a chegada dessa força militar, ficamos numa posição algo como a de conquistadores”³⁵.

---

³⁵ Governor Grey Memorandum. April 19, 1846. TNA, WO 1-526, 275 e 280 (grifos meus).

De forma semelhante, os comandantes portenhos mostravam suas insatisfações diante do poder dos caciques e de qual posição acreditavam que Buenos Aires deveria permanecer:

“Buenos Aires não precisa deles, nem como soldados, nem como aliados, e se tiver que recorrer ao triste meio da guerra, conta com suficientes lanças e canhões”³⁶.

A proclamação de Bartolomé Mitre, em 1857, quando comparou as relações entre *criollos* e indígenas com as estabelecidas pelos britânicos com os indianos evidenciou o efeito da circulação de ideias e projetos entre os grupos liberais nos governos, e as ações tidas como justas e válidas na guerra da civilização contra a barbárie. Segundo o político portenho:

“Não faltam os que façam votos pela destruição do Império Britânico na Índia. Este é um voto bárbaro e anti-social, como se em nossa guerra com os pampas houvesse alguém que desejasse o triunfo de Calfucurá sobre os defensores da civilização e do cristianismo (...), não se pode desconhecer que a volta ao domínio dos reis bárbaros e sanguinários que a oprimiam, a civilização retroagiria imensamente naquelas regiões, que crimes mais espantosos que os que estremeceram a humanidade sob a dominação tirânica de Rosas escandalizariam o mundo (...). Não fazer votos pelo triunfo da Inglaterra na Índia, seria simpatizar com o crime, com a barbárie e com a tirania. Algum dia chegará o momento em que a Índia mais civilizada, herdeira das instituições do povo inglês, se emancipará de sua metrópole”³⁷.

No entendimento do prestigiado político portenho, argentinos e britânicos lutavam juntos a mesma guerra da civilização contra a barbárie. Eventuais excessos, abusos e violências cometidos pelos brancos seriam justificáveis, pois eram partes intrínsecas de um esforço de guerra para melhorar o mundo. Esta lógica amparou, décadas depois, as ações militares na Argentina e na Nova Zelândia. Porém, em meados do século, não havia recursos disponíveis para executar a expansão territorial e impor a autoridade branca, e também era ainda necessário operar com as estratégias assimilacionistas predominantes em muitos círculos de decisão, capitaneadas pelos missionários.

Foi o convívio cotidiano e as relações desiguais nas zonas de contato que fortaleceram a ideia de que os nativos eram violentos, portanto selvagens, bárbaros e incivilizáveis. Esta forma de entender o outro se tornou hegemônica nos gabinetes governamentais e nos quartéis, simultaneamente à chegada dos recursos financeiros e tecnológicos necessários para a

³⁶ AGN, Sala X, Legajos 18-7-6, 02/11/1853.

³⁷ Bartolomé Mitre – “Los ingleses en la Índia”, 22/10/1857, apud DONGHI, Tulio. *Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)*. Buenos Aires: Espasa Calpe/Ariel, 1995, pp. 482-483 (grifos meus).

execução das campanhas militares, o que veio a ocorrer na década de 1860 no Império Britânico, e na seguinte na Argentina.

Os colonos repetiam, há muito tempo, como era insuportável a barbárie dos nativos. Primeiro esta concepção recebeu apoio entre os comandantes militares das zonas de contato para mais tarde ecoar entre autoridades provinciais. Na Nova Zelândia:

“Eles [colonos] tiveram suas casas arruinadas, seus colegas e seus filhos assassinados por hordas de selvagens (...). Foram forçados a deixarem submetidos à guerra selvagem suas bem cultivadas fazendas e seus numerosos rebanhos (...), e então correrem o risco de se sujeitarem novamente ao domínio de uma raça selvagem (...). Não se fará paz com eles até que sejam severamente punidos pelos bárbaros assassinatos cometidos a colonos inofensivos e desamparados”³⁸.

Discurso semelhante pode ser encontrado na Argentina:

“(...) fez o que foi humanamente possível para ajudar em seu propósito (...) de exterminar completamente aquela famosa tribo do General Cacique Namuncurá, que não há muito tempo, no apogeu de seu poder, impunha condições de paz e custava a Buenos Aires um regresso de sangue e lágrimas, com suas vandálicas excursões”³⁹.

As expedições militares organizadas para ocupar as terras apresentaram muitas semelhanças entre si, evidenciando, mais uma vez, a circulação de ideias, projetos, estratégias e técnicas de combate entre os comandantes brancos do período.

Duncan Cameron e Julio Argentino Roca participaram das guerras internacionais de seus países e organizaram as tropas em grupos separados que partiram de pontos distintos, objetivando cercar as terras a serem invadidas. Para auxiliar as expedições, contaram com telégrafos, navios a vapor e mapas previamente elaborados. Militares que eram e certos de suas superioridades, declararam combater uma dura guerra contra os nativos e, diante de bárbaros, recorreram à lógica apresentada por Mitre. Sem pudor, traíram, mataram e mentiram para alcançar seus objetivos.

O governador Browne (I) e o general Roca (II), ao apresentarem seus projetos e os justificarem, seguiram lógica semelhante, iniciada pela descrição de atrocidades cometidas pelos nativos que comprovassem seu caráter de bárbaros:

³⁸ Provincial government and settlers of Taranaki to Government, 1860. TNA, CO 881-2, 2, H-2 (grifos meus).

³⁹ SHE, 16/01/1878 (grifos meus).

I: “(...) é absolutamente necessário infringir tal punição às tribos que cometeram os assassinatos de colonos desarmados, o que convencerá os nativos da Nova Zelândia que somos, tanto capazes, quanto determinados a vingar tais atrocidades, para manter a supremacia do Governo de Sua Majestade”⁴⁰.

II: “Para o assombro de todos os nossos cidadãos, em pouco tempo fizestes desaparecer as numerosas tribos dos pampas que se acreditavam invencíveis com o pavor que infundia o deserto (...). Que a onda humana invada estes desolados campos que ontem eram o cenário de correrias destruidoras e sanguinárias, para convertê-los em empórios de riqueza e em povoados florescentes”⁴¹.

Após descreverem a barbárie nativa, ambos apresentaram as alternativas que restavam a aqueles povos: rendição ou morte.

I: “; nossa paciência é em consideração à sua ignorância e barbarismo, e não temor de sua bravura (...). Se eles desafiarem as tropas em *pa* fortificadas, é desejável que eles estejam completamente cientes que a rendição a ou destruição podem ser inevitáveis”⁴².

II: “(...) é necessário expulsar os índios do deserto (...), submetendo-os, pela perseguição ou pela força, ou empurrando-os ao sul daquela barreira (...). Não se explica como permanecemos em perpétuo alarme e tensão, vendo arrasarem nossos campos, destruírem nossa riqueza, incendiarem povoados e até sitiar cidades em toda a parte sul da República, sem nos apressar a extirpar o mal pela raiz e destruir esses ninhos de bandoleiros (...)”⁴³.

Para ser possível executar de forma rápida, precisa, certa e eficiente, e alcançar a garantia de vitória, britânicos (I) e argentinos (II) recorreram ao uso das novas tecnologias de transportes e comunicações, que lhes ofereciam vantagens comparativas incalculáveis no campo de batalha diante dos nativos:

---

⁴⁰ Governor Browne to Official in Taranaki, 14 April, 1860. TNA, CO 881-2, 2, F-3 (grifos meus).

⁴¹ Mensagem do Ministro Julio A. Roca, ao Exército Expedicionário, antes da saída das tropas, apud WALTHER, Juan Carlos. *La Conquista del Desierto*. Buenos Aires: Círculo Militar, 1964, pp. 587-591 (grifos meus).

⁴² Governor Browne to Official in Taranaki, 14 April, 1860. TNA, CO 881-2, 2, F-3 (grifos meus).

⁴³ Mensaje y proyecto del Señor Ministro, Gal. D. Julio A. Roca, sobre la traslación de la frontera sur á los Rios Negro y Neuquén, apud WALTHER, Juan Carlos. *La Conquista del Desierto*, op. cit., pp. 804-809 (grifos meus).

I: “É necessário apontar que a comunicação telegráfica com a fronteira nativa tornará impossível qualquer tentativa dos Maoris de surpreenderem a cidade de Auckland, e os assentamentos mais importantes em sua vizinhança”⁴⁴.

II: “Art. 6º: Autoriza-se o Poder Executivo a investir fundos na aquisição de vapores adequados e na exploração e navegação do rio Negro, como uma medida auxiliar da expedição por terra; bem como para o estabelecimento de uma linha telegráfica que ligue todos os estabelecimentos dispostos às margens dos citados rios (...)”⁴⁵.

Na Nova Zelândia (I) e na Argentina (II), a primeira fase do avanço sobre os territórios nativos pautou-se pela consolidação de uma barreira para delimitar explicitamente os terrenos da civilização e da barbárie, defendida por guarnições militares, e entendida como um cinturão de tranquilidade para incentivar o progresso em regiões onde a agricultura e a pecuária já estavam consolidadas:

I: “múltiplas guarnições foram estabelecidas do Thames até o Waikato, e já alcançaram o sucesso ao limpar o mato a sul e leste de Auckland dos grupos de saqueadores que antes o infestavam”⁴⁶.

II: “(...) o eterno pesadelo de nossos homens do campo deixará de lhes fatigar, devolvendo a segurança para o trabalho e a esperança alentadora de que o fruto de seus negócios não será a presa do selvagem, (...) são muitos os que levam seus gados a terras ocupadas antes pelo índio ou incessantemente atravessadas pelas invasões desoladoras (...). As novas terras conquistadas para a civilização se transformarão em campo de cria”⁴⁷.

Quando as tropas iniciaram a ocupação dos territórios nativos, os combates já eram esperados e os relatórios apresentados pelos comandantes britânicos (I) e argentinos (II) expressam a violência dos embates e alguns dos objetivos centrais nesta fase das operações, dentre os quais, destaca-se a opção por acabar com a presença física dos resistentes:

I: “Uma série de conflitos corpo-a-corpo ocorreu aqui entre os Maori, rastejando secretamente pelas moitas, e nossos homens (...). Essa audácia custou valiosas vidas, mas a punição infringida aos Maori foi severa e vigorosa, e ensinou-lhes uma dura lição, (...)”

⁴⁴ Gal. Cameron to the War Office. 9 May 1862. TNA, WO 33-16, 344.

⁴⁵ Ley Nº 215 de 13 de Agosto de 1867, apud WALTHER, J. C. *La Conquista del Desierto*, pp. 775-776 (grifos meus).

⁴⁶ Gal. Cameron to War Office. 5 October 1863. TNA, WO 33-16, 401 (grifos meus).

⁴⁷ SHE, 16/10/1877 (grifos meus).

caçando e destruindo o inimigo. Por fim, todo Maori encontrado foi assassinados, ou ferido e preso, o trabalho de remover nossos feridos (...) começou”⁴⁸.

II: “Foi tão rápido e audaz o ataque aos índios, que eles não trataram de se defender e só procuravam levar um pouco de gado (...). O resultado desta jornada, Sr. Inspetor, foi deixar no campo trinta e três índios mortos (...), deixando o campo semeado de mantas e selas (...). Eu creio haver alcançado meu objetivo que era dar-lhes bons golpes conseguindo fazer-lhes mortos muitos deles e feri-los”⁴⁹.

Com o objetivo militar de acabar com a ocupação nativa das terras, os comandantes ordenaram a destruição de toda a estrutura produtiva encontrada. O objetivo era explícito na Nova Zelândia (I) e na Argentina (II): ao executar a estratégia de terra arrasada, impedir a manutenção dos resistentes e seu retorno futuro:

I: “a posse de grande faixa de terra fértil, por nós, entre os rios Waipa e Alto Waikato, o recuo do inimigo para o interior e sua perda de plantações das quais precisava para seu abastecimento”⁵⁰.

II: “Encontrei nos *toldos* várias mandas de ovelhas, as quais fiz reunirem. Porém, vendo a impossibilidade de levá-las, pois estava a 54 léguas do acampamento, mandei matar a todas para tirar dos índios essa forma de sobrevivência. As manadas somavam 1.200 ovelhas”⁵¹.

As semelhanças entre os britânicos e os argentinos, durante as expedições militares para a expansão territorial, terminam nesta fase. As ações transcorridas após as conquistas territoriais explicitam as diferenças e grupos de pressão no Império Britânico e na Argentina.

j. Diferenças nos combates: meios diversos para o mesmo fim

Britânicos e argentinos levaram adiante seus objetivos com as expedições militares batizadas de “Invasão do Waikato” e “Campanhas do Deserto”, buscando anexar os territórios a suas jurisdições, efetivar o controle político e econômico sobre as regiões, inserir as terras nos mercados fundiários e encerrar os movimentos de resistências organizados pelas confederações de nativos. A finalidade principal dos generais era a mesma: fazer valer de

⁴⁸ Lieutenant-Colonel Havelock to Cel. Waddy. 12 February 1864. TNA, WO 33-16, 412 (grifos meus).

⁴⁹ SHE, 12/12/1876 (grifos meus).

⁵⁰ Gal. Cameron to War Office. 4 March 1864. TNA, WO 33-16, 409 (grifos meus).

⁵¹ SHE, 20/11/1877 (grifos meus).

forma definitiva o controle do Estado sobre territórios e povos para transformar aquelas regiões em pólos de recepção de imigrantes e símbolos da expansão do liberalismo.

Com a conquista dos territórios planejados, o general Duncan Cameron ordenou a interrupção da perseguição aos Maori refugiados no Alto Waikato – região distante, montanhosa e economicamente desinteressante:

“Meu Lorde, após a retirada dos nativos rebeldes de Mangatautari, (...) eles se dispersaram em todas as direções, e não sendo aconselhável segui-los mais adiante para o interior do território, propus (...) que as operações devam ser encerradas”⁵².

O general Julio Argentino Roca, por outro lado, adotou estratégia distinta. Aproveitou a reunião das tropas, o orçamento aprovado e a evidente supremacia militar expressa nos meses em que os soldados ocuparam os pampas, ordenou a manutenção das campanhas, perseguindo os indígenas nas serras do Neuquén – semelhantes geograficamente ao Alto Waikato – e na Patagônia. Seu plano era acabar com a presença de qualquer grupo indígena independente da autoridade governamental:

“Extinguindo estes ninhos de piratas terrestres e tomando posse real da vasta região que os abriga, abristes e dilatastes os horizontes da pátria (...). Sei que entre eles há caudilhos valentes e animosos, que preparam suas lanças preferindo sucumbir a renunciar vida de pilhagem. Lá iremos, ainda que se ocultem nos vales mais profundos dos Andes ou se refugiem nos confins da Patagônia”⁵³.

Algumas diferenças históricas entre a colonização britânica da Nova Zelândia e a expansão *criolla* sobre os pampas colaboram para compreender a diferença estratégica entre os generais Duncan Cameron e Julio Argentino Roca. Em ambas as situações, havia interesse branco pelas terras; construiu-se o par opositor civilização e barbárie; instigou-se a guerra e aceitou-se os colonos armados em milícias; utilizou-se a ciência e a tecnologia para a dominação; e pressupôs-se a superioridade inerente da civilização diante dos nativos.

Os britânicos viam-se como o ápice da civilização – superiores inclusive aos *criollos* – e sua atuação imperial foi extremamente violenta, com particularidades em cada região e diante de cada povo enfrentado. No caso da Nova Zelândia, os militares não deixaram de matar todos os que resistiram e puderam ser alcançados durante a Invasão do Waikato.

⁵² Gal. Cameron to War Office. 3 May 1864. TNA, WO 33-16, 434 (grifos meus).

⁵³ Mensagem do MGyM, Julio A. Roca, ao Exército Expedicionário, antes da saída das tropas, apud WALTHER, Juan Carlos. *La Conquista del Desierto*, op. cit., pp. 587-591 (grifos meus).

Ambos se propuseram e efetivamente derrotaram os nativos, matando-os em diversas oportunidades, alijando-os de terras, de suas estruturas sociais e culturais em nome da civilização. Um ponto proeminente para a compreensão da distinção entre britânicos e argentinos ao fim das expedições militares é a força de algumas tradições legalistas dos europeus, bastante fortes nos gabinetes governamentais, na imprensa e nas classes médias que acompanhavam o desenrolar de suas atuações pelo planeta. Nos locais selecionados para serem colônias brancas, estas tradições, expressas pelo *imperial humanitarianism*, eram ainda mais fortes, mas ainda sim significaram a conquista, a dominação e a desapropriação.

Desde que chegaram, formal e oficialmente, à Nova Zelândia, os britânicos procuraram estabelecer uma sociedade pautada no liberalismo econômico, construindo o mercado fundiário e a justiça burguesa. Pretenderam convencer os Maori com livros e sermões, e conquistá-los pelas armas quando não isto não foi possível. Exceto em casos isolados, como a própria Invasão do Waikato, a atuação imperial esteve marcada pela aquisição formal de terras, em um processo não menos cruel de dominação. Na análise de Richard Hill, “Não é surpreendente que a história das relações entre a Coroa e os Maori no século XIX seja marcada por embates e desapropriações, alienação de terras e demais recursos e a oposição de uma declinante população Maori a tais perdas (...). Então, assim que a potência colonizadora se encontrava em posição para forçar suas vontades, a fazia; simultaneamente as resistências eram inevitáveis”⁵⁴

Talvez o eixo da compreensão da diferença entre a postura britânica e a argentina não esteja na sociedade invasora, mas na invadida. Os Maori mantiveram, desde o início da presença britânica na região, uma postura guerreira marcada mais pela estratégia defensiva, simbolizada por suas *pa modernas*, do que por atitudes efetivamente ofensivas. Exceto em momentos em que foram duramente atacados pelos colonos e em que surgiram combates diretos, em geral evitaram o embate direto. Isto explica o baixo índice de mortos nos combates, a adoção da tática das trincheiras nas *pa* e a postura de Cameron. Para o general, o objetivo militar estava assegurado com a conquista do Baixo Waikato, e a continuação das operações no Alto Waikato significaria voltar a enfrentar os Maori em terreno desconhecido e propício para a defesa. Ele sabia que a situação montada pelos nativos com seu refúgio nas montanhas já havia levado os britânicos a derrotas humilhantes. Preferiu parar com uma

---

⁵⁴ HILL, Richard S. “Maori and State Policy”. In: BYRNES, Giselle (ed). *The New Oxford History of New Zealand*. South Melbourne: Oxford University Press, 2009, p. 515.

vitória acachapante a ser apresentada aos colonos e à administração metropolitana, evitando as duras críticas dos *humanitarians*.

Na Argentina, a situação foi distinta. Havia uma longa tradição de enfrentamentos, herdadas dos espanhóis; um sentimento recorrente e disseminado de vingança pela violência mútua cotidiana; a necessidade dos militares marcarem seu lugar no jogo político; o receio do retorno – bastante inverossímil – de *malones* perpetrados a partir da Patagônia; a memória das estratégias de ataque e de invasões destinadas a despovoar áreas do domínio *criollo*; e, principalmente, um grupo político que havia alcançado o poder na base da violência e legitimado seu governo a partir da oposição entre civilização e a barbárie.

Segundo o historiador James Belich, os Maori da Nova Zelândia foram conquistados pela força, concentrados em territórios específicos, transformados em mão-de-obra barata. Segregados, praticamente desapareceram das cidades e, ainda na década de 1860, tornaram-se uma ínfima minoria demográfica. Não foram mortos, mas superados pelas multidões de imigrantes atraídos pela febre do ouro e pela pacificação interna promovida desde a Invasão do Waikato⁵⁵.

Para uma comparação entre a postura britânica na Nova Zelândia e a dos *criollos* na Argentina, vale a pena recorrer à definição elaborada pelo antropólogo Pierre Clastres. Para ele, etnocídio e genocídio “distinguem-se quanto à natureza do tratamento reservado à diferença. O espírito, se se pode dizer, genocida quer pura e simplesmente negá-la. Exterminam-se os outros porque eles são absolutamente maus. O etnocida, em contrapartida, admite a relatividade do mal na diferença: os outros são maus, mas pode-se melhorá-los obrigando-os a se transformar até que se tornem, se possível, idênticos ao modelo que lhes é proposto, que lhes é imposto”⁵⁶.

Em ambos os casos, a postura do *nós* brancos, diante dos *outros* nativos⁵⁷ é marcada pela noção de superioridade, pela certeza da dominação e pela determinação para suprimir resistências e instalar o controle do Estado sobre territórios e populações. Como demonstrado na comparação entre a Nova Zelândia e a Argentina, a recorrência a estratégias etnocidas ou

⁵⁵ Esta discussão acompanha toda a análise proposta em *Making peoples. A history of the New Zealanders from Polynesian settlement to the end of the Nineteenth Century*. Honolulu: Hawai'i University Press, 1996.

⁵⁶ CLASTRES, Pierre. “Do etnocídio”, in *Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia política*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 83.

⁵⁷ Refiro-me aqui à discussão proposta por Tzvetan Todorov em *Nós e os outros. A reflexão francesa e a diversidade humana*. Tradução de Sérgio Goes de Paula. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

genocidas dependeu mais de conjunturas militares e a interesses econômicos e geopolíticos, do que de supostas preocupações com os *outros*. Quando estes não foram destruídos, foram confinados a regiões desinteressantes e/ou desestruturados enquanto sociedades e transformados em mão-de-obra barata. Em ambos os casos se tratou de dominação e controle. No caso argentino, ocorreu o genocídio, no neozelandês o etnocídio.

Britânicos e argentinos, viram os nativos como bárbaros e os combateram. Guerrearam em nome da civilização e ocuparam as terras amparados por supostas ameaças à autoridade e à soberania ecoadas pelos colonos. Apesar de se diferenciarem nos meios, ambos objetivaram os mesmos fins: o domínio pleno do Estado liberal.

k. O legado da “Invasão do Waikato” e das “Campanhas do Deserto”

O Waikato e os pampas foram alvo de expedições militares com o objetivo final de inserir seus territórios na esfera jurídico-administrativa branca e adicioná-los ao mercado fundiário. Terras férteis e estratégias para o sucesso da colonização e a geopolítica, eram cobiçada por poderosos grupos econômicos. Tanto na Nova Zelândia (I), quanto na Argentina (II), passaram para as mãos de brancos a partir de repartições, doações e vendas monopolizadas pelo Estado, representado pelo Exército de ocupação:

I: “O Governador conservará e manterá como terra da Coroa toda terra no Waikato tomada pelas forças da Rainha (...). As terras daqueles nativos que foram fiéis à Rainha devem ser asseguradas a eles; e para aqueles que se rebelaram, mas que imediatamente se tornaram submissos a autoridade da Rainha, porções de terras tomadas serão devolvidas a eles e suas famílias (...)”⁵⁸.

II: “(...) o Poder Executivo deve acrescentar, para concluir, que crê justo e conveniente destinar oportunamente aos primitivos possuidores do solo, uma parte dos territórios que ficarão dentro da nova linha de ocupação, (...) reservar para os índios amigos, e aos que adiante se submetam, uma área (...) onde se poderão concentrar depois em populações agrícolas”⁵⁹.

Os nativos que se mantiveram aliados ao governo receberam, em ambos os locais, como prêmio terras restantes ou as de outros. Mas, como a maioria dos grupos participou das

⁵⁸ A proclamation of Sir George Grey, KCB. 17 December 1864. TNA, WO 33-16, 478 (grifos meus).

⁵⁹ Mensaje y proyecto del Señor Ministro, Gal. D. Julio A. Roca, sobre la traslación de la frontera sur a los Rios Negro y Neuquén, apud WALTHER, Juan Carlos. *La Conquista del Desierto*, op. cit., pp. 804-809 (grifos meus).

resistências, o destino geral das terras foi a partilha entre os brancos. Esta foi incentivada pela pressão imigratória e incentivou ainda mais a chegada de brancos. As novas relações sociais estabelecidas nessas regiões estiveram baseadas nos princípios ocidentais, deixando-se uma tênue memória da antiga dominação em alguns nomes de acidentes geográficos.

Os Maori permaneceram restritos às montanhas para onde foram confinados após a Invasão do Waikato e lá permaneceram durante décadas desafiando a autoridade governamental. Os indígenas pampeanos que sobreviveram às Campanhas do Deserto foram transformados em mão-de-obra barata e espalhados pelo território argentino, praticamente desaparecendo diante das multidões de imigrantes europeus recém-chegadas. Transformados em minorias demográficas irrelevantes diante das multidões de imigrantes, desapareceram enquanto problema. Ao Estado, havia agora outras prioridades: o combate ao crescente operariado e suas estratégias de resistências e combate ao controle e ao liberalismo.

Durante um século, prevaleceram interpretações consolidadas pela historiografia tradicional. Diante da criação do mito da harmonia social na Nova Zelândia, silenciou-se sobre as operações militares, transformadas em tabu. O termo utilizado para batizá-las explicita a posição etnocida: “Invasão”. Já na Argentina, consagrou-se a ideia do nascimento da Argentina moderna com o aniquilamento dos indígenas pelo Exército, a chegada dos imigrantes e a prosperidade econômica pautada na agropecuária pampeana. Roca foi eleito presidente, seu nome está em cidades, avenidas, praças e monumentos. Suas operações militares, durante tanto tempo comemoradas, receberam a nomenclatura genocida de “Campanhas do Deserto”.

1. A colonização da barbárie

Muitos caminhos poderiam ser trilhados nesta pesquisa, mas a opção recaiu no estudo das transformações nas formas de ver, conviver, modificar e combater os chamados “nativos”. As relações cotidianas, tensas e intensas nas zonas de contato da expansão territorial, marcaram colonos, pecuaristas, imigrantes e militares. Seus interesses pessoais dirigiam-se à ocupação de terras e à supressão do poder dos nativos e, para tal, instigaram a guerra.

Colonização da barbárie é o termo cunhado para explicar este processo, marcado pela superação de projetos de assimilação e submissão – civilização – de povos nativos às sociedades ocidentalizadas, e a ascensão de outros, pautados pela segregação oficial e a superação física. Este foi o momento em que os missionários perderam força e os Estados

partiram para a última grande expansão territorial da história do planeta. O processo caminhou por duas vias: não se tratou apenas de incentivar a instalação de colonos brancos nas terras dos nativos, mas, principalmente, de armá-los, estimular os conflitos e a violência cotidiana nas zonas de contato para justificar o uso da força na expansão territorial. A *colonização da barbárie* é o processo em que objetivos e interesses dos colonos associam nativos a bárbaros para legitimar a expansão territorial.

Para ser possível ocupar as terras, inseri-las nos mercados, receber imigrantes e potencializar o capitalismo, foi necessário superar históricas resistências nativas. Brancos, moradores das zonas de contato dessa expansão, desejavam há muito ocupar as terras e superar o predomínio econômico, social e político nativo em suas regiões. Vivendo cotidianamente os conflitos inerentes a elas, acreditavam, defendiam, difundiam e provocavam a guerra.

Até meados do século XIX, não encontraram o respaldo esperado nas administrações centrais e instâncias decisórias de Estado, mais preocupadas nas lutas e investimentos em torno da consolidação de seu poder. Para fazer valer seus próprios interesses, estes homens da fronteira potencializaram tensões e instigaram receios, alardearam a humilhante postura da civilização diante da barbárie. Em parceria com políticos liberais, comandantes militares e investidores, difundiram a necessidade de vencer os nativos pelas armas: explicitar a força da civilização e conquistar os territórios para os Estados – e para si mesmos. A renovação humana e tecnológica dos exércitos, na segunda metade do século, proporcionou a ascensão de uma nova geração de comandantes impacientes com supremacias nativas e amparados por tecnologias, como o telégrafo, o navio a vapor e os rifles, que desequilibraram os combates. Estava encerrado o ciclo dos tratados de paz e das negociações políticas.

Convencidos de sua superioridade bélica e civilizacional, os brancos partiram para concretizar projetos defendidos há décadas: definir poderes, suprimir resistências, conquistar territórios e afirmar superioridades: a guerra estava declarada. A superação da equivalência de forças possibilitou a almejada e planejada submissão dos nativos. Por meio das forças armadas oficiais, consolidou-se o poder do Estado naquelas regiões, e seu monopólio legítimo de ameaça e uso da violência. Adotando estratégias genocidas ou etnocidas, segundo as possibilidades, a *colonização da barbárie* desobrigou poderes e delimitou subordinações.

As ideias circulavam pelo planeta com homens e livros. Práticas de superação armadas foram sendo delineadas e propagadas. Em nome da propriedade privada da terra, do imigrante

européu, do branqueamento e da “civilização”, as tropas se tornaram centrais para o modelo de liberalismo conservador positivista do último quartel do século. Quando o discurso militarista foi assumido como prática de Estado, exércitos foram utilizados para acabar com as resistências nativas. Seus interesses finalmente venceram e efetivaram a *colonização da barbárie*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (orgs.).

Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro:

Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

ALEXANDER, Caroline. *O motim no Bounty: a história trágica de um confronto em*

alto-mar. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

AUERBACH, Jeffrey A. *The Great Exhibition of 1851: a nation on display*. New

Haven: Yale University Press, 1999.

AUERBACH, Jeffrey A.; HOFFENBERG, Peter H. (eds) *Britain, the Empire, and the*

World at the Great Exhibition of 1851. Aldershot: Ashgate, 2008.

AVENDAÑO, Santiago. *Memorias del ex-cautivo Santiago Avendaño*. Buenos Aires:

El elefante blanco, 1999.

BAIGORRIA, Manuel. *Memórias*. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1975.

BALLARA, Angela. *Iwi: the dynamics of Maori tribal organisation from c. 1769 to c.*

1945. Wellington: Victoria University Press, 1998.

_____. “The pursuit of mana? A re-evaluation of the process of land alienation by the Maori, 1840-1890’. In: *Journal of the Polynesian Society*, vol. 91, 1982.

BECHIS, Martha. “Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX”. In:

GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (comp). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005,

2ª Ed.

- _____. *Interethnic relations during the period of Nation-State formation in Chile and Argentina: from sovereign to ethnic*. PhD, 1984.
- _____. “Las manipulaciones de Rosas em la Araucania”. *Primer Encuentro Argentino-Chileno de Estudios Históricos*. Mendoza, 1995.
- BELICH, James. *Making peoples. A history of the New Zealanders from Polynesian settlement to the end of the Nineteenth Century*. Honolulu: Hawai'i University Press, 1996.
- _____. *The New Zealand Wars*. Auckland: Auckland University Press, 1986.
- BELL, Duncan (ed). *Victorian visions of global order: Empire and international relations in Nineteenth-Century political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Metalivros, 1994.
- BERNAL, Irma. *Rosas y los indios*. Concepción del Uruguay: Búsqueda del Ayllu, 1997
- BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp/Imesp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Reis e Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- BLENGINO, Vanni. *La zanja de la Patagonia. Los nuevos conquistadores: militares, científicos, sacerdotes, escritores*. Buenos Aires. FCE, 2005
- BLOCH, Marc. “Pour une Historie Comparée des sociétés européennes”. *Mélanges historiques*. vol. 1, Paris: S.E.V.P.E.N., 1963.

- _____. “Une étude régionale: Géographie ou Histoire?”. *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, Paris, N° 6, 1934.
- BOAST, Richard. *Buying the land, selling the land: governments and Maori land in the North Island, 1865-1921*. Wellington: Victoria University Press, 2008.
- BORM, Jam. “Defining travel: on travel book, travel writing and terminology”. In: HOOPER, Glenn; YOUNGS, Tim (ed). *Perspectives on travel writing*. Hants/Vermont: Ashgate, 2004.
- BOUCHARD, Gerard. *Génesis de las naciones y culturas del Nuevo Mundo*. México: Fondo de Cultura, 2003.
- BRIDGE, Carl; FEDOROWICH, Kent. *The British world: diaspora, culture and identity*. Londres: Routledge, 2003.
- BRIONES, Claudia; LANATA, José Luis (ed). *Archaeological and Anthropological perspectives on the native peoples of Pampa, Patagonia, and Tierra del Fuego to the Nineteenth Century*. Westport: Bergin & Garvey, 2002.
- BROOKE, Alan; DAVID, Brandon. *Bound for Botany Bay. British convict voyages to Australia*. Londres: The National Archives, 2005.
- BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- BYRNES, Giselle. *Boundary Markers. Land surveying and the colonization of New Zealand*. Wellington: Bridget William Books, 2001.
- BYRNES, Giselle (ed). *The New Oxford History of New Zealand*. South Melbourne: Oxford University Press, 2009.

- CAIN, P. J.; HOPKINS, A. G. *British imperialism: innovation and expansion 1688-1914*. Harlow: Longman, 1993.
- CALDER, Alex; LAMB, Jonathan; ORR, Bridget. *Voyages and Beaches. Pacific encounters, 1769-1840*. Honolulu: University of Hawai'i Press, 1999.
- CANNADINE, David. *Ornamentalism. How the British saw their Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- CANSANELLO, Oreste Carlos. "Ciudadano/vecino". In: GOLDMAN, Noemí (ed). *Lenguaje y revolución: conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo, 2008.
- CASTLE, Kathryn. *Britannia's children: reading colonialism through children's books*. Manchester: Manchester University Press, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, províncias, estados: origens da nação argentina (1800-1846)*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- CICERCHIA, Ricardo Cicerchia; O'MEAGHER, Matthew (ed). *Tales of land and sea: travel narratives of the Trans-Pacific South, 1700-1900*. Auckland: NZCLAS, 2003.
- CICERCHIA, Ricardo. *Viajeros ilustrados y románticos en la imaginación nacional*. Buenos Aires: Troquel, 2005.
- COLLEY, Linda. *Captives: Britain, Empire and the world, 1600-1850*. Nova York: Anchor, 2004.

- COOPER, Frederick; STOLER, Ann Laura (ed.) *Tensions of Empire: colonial cultures in a bourgeois world*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- DARWIN, Charles. *On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*. Londres: John Murray, 1859.
- DAUNTON, Martin; HALPERN, Rick (ed.) *Empire and Others: British encounters with indigenous peoples, 1600-1850*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1999.
- DAVID, Saul. *Victoria's Wars*. Londres: Penguin, 2007.
- DELRIO, Walter Mario. *Memorias de expropiación: sometimiento e incorporación indígena en la Patagonia (1872-1943)*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.
- DESMOND, Ray. *The history of the Royal Botanic Gardens*. Londres: The Harvill Press / The Royal Botanic Gardens, 1995.
- DONGHI, Tulio. *Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)*. Buenos Aires: Emecé, 2007.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

- DRAYTON, Richard. *Nature's government: science, imperial Britain and the 'improvement' of the world*. Londres: Yale University Press, 2000.
- DRIVER, Felix. *Geography militant: cultures of exploration and empire*. Oxford: Blackwell, 2000.
- DRIVER, Felix; MARTINS, Luciana. *Tropical views in an Age of Empire*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- EARLE, Augustus. *A narrative of a nine month's residence in New Zealand*. Dodo Press, 2007.
- EDMOND, Rod. "The Pacific/Tahiti: queen of the South Sea isles". In: HULME, Peter; YOUNGS, Tim (eds). *The Cambridge companion to travel writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, 3^a ed.
- ERCILLA Y ZUÑIGA, Alonso de. *La Araucana*. Santiago: Nacimiento, 1933.
- ETHERINGTON, Norman (ed). *Missions and Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- EVANS, Robert; VON STRANDMANN, Harmut Pogge (eds). *The Revolutions in Europe, 1848-9: from Reform to Reaction*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- EVISON, Harry C. *The long dispute: Maori Land Rights and European colonization in Southern New Zealand*. Christchurch: Canterbury University Press, 1997.
- FAUSETT, David John. *Writing the New World: imaginary voyages and utopias of the Great Southern Land*. Syracuse: Syracuse University Press, 1994.
- FITZROY, Robert. *Narrative of the surveying voyages of His Majesty's Ships Adventure and Beagle, between the years 1826 and 1836*. Londres: Henry Colburn, 1839.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão.

São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos (org). *Viagens de Jean de Mandeville*. Bauru: Edusc, 2007.

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008.

GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros: una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial los libros del Riel, 1998.

GELMAN, Jorge. “Un gigante con pies de barro. Rosas y los pobladores de la campaña”. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (comp). *Caudillismos rioplatenses*

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo – história de uma polêmica*. Tradução de Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar. *Civilidad y política en los orígenes de la nación argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*. Buenos Aires: FCE, 2001.

GOODMAN, Edgard J. *The explorers of South America*. Norman/Londres: University of Oklahoma Press, 1992.

GREY, George. *Journals of two expeditions of Discovery in North-west and Western Australia during the years 1837, 38 and 39 under the authority of Her Majesty's Government: describing many newly discovered, important and fertile districts, with observations on the moral and physical condition of the aboriginal inhabitants*, 2. Vols. Londres: T. & W. Boone, 1841.

- GRIBBIN, John; GRIBBIN, Mary. *FitzRoy. The remarkable story of Darwin's Captain and the invention of the weather forecast*. New Haven/Londres: Yale University Press, 2004.
- GRUZINSKI, Serge. "Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*". In: *Topoi*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 2, 2006.
- GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.) *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: Unesp; São Paulo: Olho d'água, 2003.
- HACKFORTH-JONES, Jocelyn. *Augustus Earle: travel artist*. Londres: Scolar, 1980.
- HALL, Catherine. *Civilising subjects. Metropole and colony in the English imagination, 1830-1867*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.
- HALL, Catherine (ed). *Cultures of Empire, a reader: colonizers in Britain and the Empire in the nineteenth and twentieth centuries*. Manchester: Manchester University Press, 2000.
- _____. "“Going-a-trolloping’: imperial man travels the empire”. In: MIDGLEY, Clare (ed). *Gender and imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1998.
- HALL, Catherine; ROSE, Sonya O. (Ed). *At home with the Empire. Metropolitan culture and the Imperial World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- HENARE, Amiria. *Museums, Anthropology and Imperial exchange*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HERNON, Ian. *Britain's forgotten wars. Colonial campaigns of the 19th century*. Sparkford: Sutton, 2002.

- HILL, Richard. "Maori and State Policy". In: BYRNES, Giselle (ed). *The New Oxford History of New Zealand*. South Melbourne: Oxford University Press, 2009.
- _____. *State authority, indigenous autonomy: Crown-Maori relations in New Zealand/Aotearoa, 1900-1950*. Wellington: Victoria University Press, 2005.
- HILL, Richard; O'MALLEY, Vicent. *The Maori quest for rangatiratanga/autonomy, 1840-2000*. Wellington: Treaty of Waitangi Research Unit, 2000.
- HOOPER, Glenn; YOUNGS, Tim (ed). *Perspectives on travel writing*. Hants/Vermont: Ashgate, 2004.
- HOPKINS-WEISE, Jeff. *Blood brothers: the Anzac genesis*. Rosedale: Penguin, 2009.
- HORDERN, Marsden. *King of the Australian Coast: the work of Phillip Parker King in the Mermaid and Barthurst (1817-1822)*. Melbourne: Melbourne University Press, 2003.
- HULME, Peter. *Colonial Encounters: Europe and the native Caribbean, 1492-1797*. Londres e Nova York: Methuen, 1986.
- HULME, Peter; YOUNGS, Tim (eds). *The Cambridge companion to travel writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, 3^a ed.
- HUNT, Robert. *Companion to the official Catalogue. Synopsis of the contents of the Great Exhibition of 1851*. Charleston: BiblioBazaar, 2008.
- HUTTER, Lucy Maffei. *Navegação nos séculos XVII e XVIII. Rumor: Brasil*. São Paulo: Edusp, 2005.
- IVISON, Duncan; PATTON, Paul; SANDERS, Will (ed.) *Political theory and the rights of indigenous peoples*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

- JONES, Kristine. "Calfucurá and Namuncurá: Nation builders of the pampas". In: EWELL, J.; BEEZELEY, W. (eds.). *The human tradition in Latin America: the Nineteenth Century*. Wilmington: Scholarly Resources, 1989.
- JONES, Kristine. "Nineteenth-Century travel accounts of Argentina". In: *Ethnohistory*. 33: 2, 1986.
- _____. "Warfare, reorganization, and readaptation at the margins of Spanish Rule: the Southern margin (1573-1882)". In: SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart B. (editors) *The Cambridge history of the native peoples of the Americas, Volume III – South America, Part 2*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- JOURNAL of colonialism and colonial history. Vol 3., N.1. Baltimore, John Hopkin's University Press, 2002.
- JULLIARD, Jacques. "Política". In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. "Charles Wilkes, a U.S. Exploring Expedition e a busca dos Estados Unidos da América por um lugar no mundo". *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 13, 2008.
- _____. "Ciência, técnica e as expedições da marinha de guerra norte-americana, U. S. Navy, em direção à América Latina". *Varia História*, Belo Horizonte, Vol. 23, 2007.
- _____. "Colônia de Povoamento e Colônia de Exploração. Reflexões e questionamentos sobre um mito". In: ABREU, Martha; SOHYET, Rachel

(Org.). *Cultura política e leituras do passado: Historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KARSTEN, Peter. *Between Law and Custom: "High" and "Low" Legal cultures in the lands of the British diaspora – The United States, Canada, Australia and New Zealand, 1600-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

KEYNES, Richard. *Fossils, finches and fueguians: Darwin's adventures and discoveries on the Beagle*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

KING, Phillip Parker. *Narrative of a Survey of the Intertropical and Western Coasts of Australia. Performed Between the Years 1818-1822*. Londres, 1825.

KNIGHT, Alan. "Britain and Latin America". In: PORTER, Andrew (ed). *The Nineteenth Century*. Coleção *The Oxford History of the British Empire*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

LAGARDE, Jorge Luis Rojas. *Malones y comercio de ganado con Chile, siglo XIX*. Buenos Aires: El Elefante Blanco, 2004.

LAIDLAW, Zöe. *Colonial connections, 1815-1845: patronage, the information revolution and colonial government*. Manchester: Manchester University Press, 2005.

LAMB, Jonathan; SMITH, Vanessa; THOMAS, Nicholas. (ed.) *Exploration & Exchange. A South Seas anthology (1680-1900)*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

LAMBERT, David; LESTER, Ana (Ed). *Colonial lives across the British Empire. Imperial careering in the long Nineteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

- LE GOFF, Jacques. "Is politics still the backbone of History?". In: GILBERT, F. & GRAUBARD, S. R. (orgs). *Historical studies today*. Nova York: Norton, 1971.
- LEITE, Miriam Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1997.
- LEVAGGI, Abelardo. *Paz en la frontera. Historia de las relaciones diplomáticas con las comunidades indígenas en la Argentina (siglos XVI – XIX)*. Buenos Aires: Universidad del Museo Social Argentino, 2001.
- LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- LOPES, Maria Aparecida de S. "Frederick Jackson Turner e o lugar da fronteira na América". In: GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.) *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: Unesp; São Paulo: Olho d'água, 2003.
- LYNCH, John. "As Repúblicas do Prata da independência à Guerra do Paraguai". In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*, vol. III. São Paulo: Edusp/Imesp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001.
- MACKAY, David. "Myth, science and experience in the British construction of the Pacific". In: CALDER, Alex; LAMB, Jonathan; ORR, Bridget. *Voyages and Beaches. Pacific encounters, 1769-1840*. Honolulu: University of Hawai'i Press, 1999.
- MACKENZIE, John M. (ed). *Imperialism and popular culture*. Manchester: Manchester University Press, 1986.

- MANCUSO, Lara. “A comparação no estudo da História da América Latina”. *Projeto História*, São Paulo, Nº 31, 2005.
- MANDRINI, Raúl. *Los araucanos de las pampas en el siglo XIX*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984
- _____. “Una frontera permeable: los indígenas pampeanos y el mundo rioplatense en el siglo XVIII”. In: GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.) *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: Unesp; São Paulo: Olho d’água, 2003.
- MANDRINI, Raúl; ORTELLI, Sara. “Las fronteras del sur”. In: MANDRINI, Raúl (ed). *Vivir entre dos mundos: las fronteras del sur de la Argentina, siglos XVIII y XIX*. Buenos Aires: Taurus, 2006.
- MANDRINI, Raúl; ORTELLI, Sara. *Volver al país de los araucanos*. Buenos Aires: Sudamericana, 1992.
- MANGUEL, Alberto; GUADALUPI, Gianni. *Dicionário de lugares imaginários*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- MASES, Enrique. *Estado y cuentión indígena. El destino final de los indios sometidos en el sur del territorio (1878-1910)*. Buenos Aires: Prometeo, 2002.
- MAUROIS, Andre. *A vida de Disraeli, Primeiro Ministro e amigo da Rainha Vitória*. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.
- MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

- MAYO, Carlos A. *Estancia y sociedad en la pampa, 1740-1820*. Buenos Aires: Biblos, 1995.
- McHUGH, P. G. *Aboriginal societies and the Common Law: A History of sovereignty, status and self-determination*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- MEHTA, Uday Singh. *Liberalism and Empire: a study in Nineteenth-Century British Legal thought*. Chicago: Chicago University Press, 1999.
- MELLERSH, H. E. L. *FitzRoy of the Beagle*. Nova York: Mason & Lipscomb, 1968.
- MENEZES, Pedro da Cunha e. *O Rio de Janeiro na rota dos Mares do Sul*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2007.
- MILL, John Stuart. *A liberdade / Utilitarismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Tradução de Eunice Ostrensky.
- MOLONEY, Pat. "Savagery and civilization: early Victorian notions". *New Zealand Journal of History*, Nº 35, vol. 2 (2001).
- MOON, Paul. *This horrid practice: the myth and reality of traditional Maori cannibalism*. Rosendale: Penguin, 2008.
- MOREIRA, Luiz Felipe Viel. *Os setores populares frente ao desenvolvimento do capitalismo na província de Córdoba (1861-1914)*. Tese (Doutorado em História Social). FFLCH, USP, São Paulo, 1999.
- MORENO, Francisco. *Viaje a la Patagonia Austral*. Buenos Aires: El Elefante Blanco, 2001.
- MORRIS, Jan. *Heaven's Command: an imperial progress*. Londres: Faber & Faber, 1973.

- NACUZZI, Lidia R. (comp.) *Funcionarios, diplomáticos, guerreros: miradas hacia el otro en las fronteras de pampa y patagonia (siglos XVIII y XIX)*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2002.
- NICHOLS, Peter. *Evolution's Captain: The dark fate of Robert FitzRoy, the man who sailed Charles Darwin around the world*. Nova York: HarperCollins, 2003.
- _____. *Evolution's Captain: The tragic fate of Robert FitzRoy, the man who sailed Charles Darwin around the world*. Londres: Profile books, 2004.
- _____. *Evolution's Captain: The story of the kidnapping that led to Charles Darwin's voyage aboard the Beagle*. Nova York: Harper Perennial, 2004.
- OBEYESEKERE, Gananath. *The apotheosis of Capitain Cook*. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (org). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.
- OPERÉ, Fernando. *Historias de la frontera: el cautiverio en la América Hispánica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- OSTERHAMMEL, Jurgen. "Britain and China, 1842-1914". In: PORTER, Andrew (ed). *The Nineteenth Century*. Coleção *The Oxford History of the British Empire*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (org). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

- PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH, USP, São Paulo, 2005.
- PERO, Alejandra. “The Tehuelche of Patagonia as chronicled by travelers and explorers in the Nineteenth Century”. In: BRIONES, Claudia; LANATA, José Luis (ed). *Archaeological and Anthropological perspectives on the native peoples of Pampa, Patagonia, and Tierra del Fuego to the Nineteenth Century*. Westport: Bergin & Garvey, 2002.
- PETRIE, Hazel. *Chiefs of industry*. Maori tribal enterprise in Early Colonial New Zealand. Auckland: Auckland University Press, 2006.
- PHILBRICK, Nathaniel. *Mar de glória. Viagem Americana de Descobrimento*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005
- _____. *No coração do mar*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- PIGAFETTA, Antonio. *A primeira viagem ao redor do mundo*. Porto Alegre: LP&M, 2006.
- PITTS, Jeniffer. *A turn to Empire: the rise of imperial liberalism in Britain and France*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- POCOCK, J. G. A. *The discovery of islands*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- PORTER, Andrew. *Religion versus empire? British Protestant missionaries and overseas expansion, 1700-1914*. Manchester: Manchester University Press, 2004.

- _____. (ed). *The Nineteenth Century*. Coleção *The Oxford History of the British Empire*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- PORTER, Bernard. *The absent-minded imperialists. Empire, society, and culture in Britain*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- POTTER, Simon J. *News and the British world: the emergence of an imperial press system*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- PRADO, Maria Ligia. “Aventura de Robinson Crusoe começa na Bahia”. *Nossa América*, São Paulo, N. 35, 2009.
- _____. “Para ler o Facundo de Sarmiento”. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. “Repensando a História Comparada da América Latina”. *Revista de História*, São Paulo, Nº 153, 2006.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: Edusc, 1999.
- PRIETO, Adolfo. *Los viajeros ingleses y la emergencia de la literatura argentina*. Buenos Aires: Tierra Firme, 2003.
- PURDY, Robert Sean “A história comparada e o desafio da transnacionalidade”. *VII Encontro Internacional da ANPHLAC (Anais)*. Campinas, 2007.
- QUAMMEN, David. *The reluctant Mr. Darwin: an intimate portrait of Charles Darwin and the making of his Theory of Evolution*. Nova York: W. W. Norton, 2006.
- RATTO, Silvia. “¿Finanzas públicas o negocios privados? El sistema de racionamiento del negocio pacífico de índios en la época de Rosas”. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (comp). *Caudillismos rioplatenses*

REICHEL, Heloisa Jochims. “A participação dos indígenas na construção do Estado argentino (1810-1852)”. *Projeto História*, São Paulo, vol. 31, 2005.

_____. *Contribuição para o estudo da formação social capitalista na América Latina: o caso da Campanha de Buenos Aires – 1830-1840*. Tese (Doutorado em História Social). FFLCH, USP, São Paulo, 1989.

_____. “Personagens fronteiriços em tempos de guerra – a região platina (1811-1820)”. In: GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.) *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: Unesp; São Paulo: Olho d’água, 2003.

REILL, Peter; MILLER, David (ed). *Visions of Empire: voyages, botany, and representaton of nature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

RENNIE, Neil. *Far-fetched facts. The literature of travel and the idea of the South Seas*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

RICE, Tony. *Viagens de descobrimento: três séculos de explorações e história natural*. Tradução de Flavia Carneiro Anderson e Fernanda Schnoor. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2007.

RICHARDS, Jeffrey (Ed). *Imperialism and juvenile literature*. Manchester: Manchester University Press, 1989.

_____. *Imperialism and music: Britain 1876-1953*. Manchester: Manchester University Press, 2001.

RIGBY, Nigel; VAN DER MERWE, Pieter. *Captain Cook in the Pacific*. Londres: National Maritime Museum, 2002.

RIGBY, Nigel; VAN DER MERWE, Pieter.; WILLIAMS, Glyn. *Pioneers of the Pacific*. Voyages of Exploration, 1787-1810. Londres: National Maritime Museum, 2005.

ROBINSON, Ronald; GALLAGHER, John. *Africa and the Victorians: the official mind of imperialism*. Basingstoke: Macmillan, 1981.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

RUBIÉS, Joan Pau. "Travel writing and ethnography". In: HULME, Peter; YOUNGS, Tim (eds). *The Cambridge companion to travel writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, 3ª ed.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SAHLINS, Marshall. *Como pensam os nativos. Sobre o capitão Cook, por exemplo*. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. *Metáforas históricas e realidades míticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SALMOND, Anne. *Aphrodite's island: the European discovery of Tahiti*. Berkeley: University of California Press, 2010.

_____. *The trial of the cannibal dog: Captain Cook in the South Seas*. Auckland: Penguin, 2003.

- SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart B. (editors) *The Cambridge history of the native peoples of the Americas, Volume III – South America, Part 2*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- SARASOLA, Carlos Martinez. *Nuestros paisanos, los indios. Vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina*. Buenos Aires: Emecé, 1999.
- SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret. “The uses of Comparative History in macrosocial inquiry”. *Comparative Studies in Society and History*. Vol. 22, Nº 2, 1980.
- SEMMEEL, Bernard. *The rise and fall of free-trade imperialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- SERVEELLI, Martin. *Viajeros al Plata (1806-1862)*. Buenos Aires: Corregidor, 2006.
- SMITH, Bernard. *European vision and the South Pacific*. New Haven: Yale University Press, 2ª ed, 1988.
- SOUZA, Valéria Salgueiro de. *Gosto, sensibilidade e objetividade na representação da paisagem urbana nos álbuns ilustrados pelos viajantes europeus. Buenos Aires, Rio de Janeiro e México (1820-1852)*. Tese (Doutorado), FFLCH-USP, São Paulo, 1995.
- SPERBER, Jonathan. *The European Revolutions, 1848-1851*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SPIERS, Edward. *The Victorian soldier in Africa*. Manchester: Manchester University Press, 2004.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. “Subaltern studies: deconstructin historiography”. In: *In other worlds: essays in cultural politics*. Londres: Routledge, 1988.

- STOCKING, George. *Victorian anthropology*. Nova York: Freepress, 1987.
- STODDART, David R. *On Geography and its History*. Oxford: Blackwell, 1988.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. "Connected histories: notes toward a reconfiguration of early modern Eurasia". In: LIEBERMAN, Victor (ed). *Beyond Binary Histories, Re-imagining Eurasia to c. 1830*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999.
- SULÉ, Jorge Oscar. *Rosas y sus relaciones con los indios*. Buenos Aires: Corregidor, 2007.
- SVAMPA, Maristela: *El dilema argentino: civilización o barbarie*. Buenos Aires: El Cielo por asalto, s/ data.
- TAMAGNINI, M. "Fragmentación, equilibrio político y relaciones interétnicas (1851-1862). La frontera de Río Cuarto". In: *Segundas jornadas de investigación en arqueología y etnohistoria del centro-oeste del país*. Río Cuarto: UNRC, 1995.
- TAYLOR, James. *A viagem do Beagle: a extraordinária aventura de Darwin a bordo do famoso navio de pesquisa do capitão FitzRoy*. São Paulo: Edusp, 2009.
- TAYLOR, Miles. "The 1848 Revolutions and the British Empire", *Past & Present*, 166 (2000).
- TERNAVASIO, Marcela. *La Revolución del voto. Política y elecciones en Buenos Aires, 1810-1850*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- THOMAS, Nicholas. *Colonialism's culture: anthropology, travel and government*. Cambridge: Polity, 1994.
- _____. *Entangled objects: exchange, material culture, and colonialism in the Pacific*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

- THOMPSON, Andrew. *The Empire strikes back? The impact of imperialism on Britain from mid-Nineteenth Century*. Harlow: Longman, 2005.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*, 3 vol. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Harry. *This thing of darkness*. Bookforce, 2006.
- TODOROV, Tzvetan. “A viagem e seu relato”. *Revista de Letras*, São Paulo, Vol. 46, N. 1, 2006.
- _____. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Tradução de Sérgio Goes de Paula. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- VEZUB, Julio. *Indios y soldados*. Buenos Aires: El elefante blanco, 2002.
- _____. *Valentín Saygüequé y la Gobernación Indígena de las Manzanas: poder y etnicidad en la Patagonia Septentrional (1860-1881)*. Buenos Aires: Prometeo, 2009.
- WAKEFIELD, Edward Jerningham. *Adventure in New Zealand, from 1839-1844, with some account of the beginning of the British colonization of the Islands*. Londres: John Murray, 1845, 2 vol.
- WALTHER, Juan Carlos. *La conquista del Desierto*. Buenos Aires: Círculo Militar, 1964.
- WARD, Alan. *An unsettled history: Treaty claims in New Zealand Today*. Wellington: Bridget Williams Books, 1999.
- WASHBROOK, D. A. “India, 1818-1860: two faces of colonialism”. In: PORTER, Andrew (ed). *The nineteenth century*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura (eds). *Colonial discourse and post-colonial theory*. Londres: Harvester/Wheatsleaf, 1994.

WORSTER, Donald. *Nature's Economy: a history of ecological ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, 2ª edição.

ZAVALA, Graciana Pérez. "Aportes para el estudio de los tratados de paz. Categorías de análisis y su aplicación en el tratado de paz de 1870". In: HARRINGTON, C.; PRIETO, O. (eds.) *Primeras Jornadas de Investigación Científica del Departamento de Historia*. Rio Cuarto: Departamento de Imprenta y publicaciones de la UNRC, 2000.

ZEBALLOS, Estanislao. *La Conquista de Quince Mil Leguas*. Buenos Aires: Taurus, 2002.